

# DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA

INVESTIR NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





# **Dinâmicas do desenvolvimento em África 2023**

INVESTIR NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este estudo foi publicado sob a responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE e do Presidente da CUA. As opiniões expressas e os argumentos utilizados não refletem necessariamente as opiniões oficiais dos países membros da OCDE ou do seu Centro de Desenvolvimento, ou tampouco dos países membros da Comissão da União Africana.

Os nomes de países e territórios referidos nesta publicação seguem a prática da União Africana.

Este documento e qualquer mapa aqui incluído foi elaborado sem prejuízo do status ou soberania de qualquer território, da delimitação de limites e fronteiras internacionais e do nome do território, cidade ou área.

**Por favor, cite esta publicação como:**

AUC/OECD (2023), *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2023: Investir no desenvolvimento sustentável*, AUC, Addis Ababa/ OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/e1d17595-pt>.

ISBN 978-92-64-88147-1 (impresso)

ISBN 978-92-64-53092-8 (PDF)

ISBN 978-92-64-92726-1 (HTML)

ISBN 978-92-64-42634-4 (epub)

Dinâmicas do desenvolvimento em África

ISSN 2790-2803 (impresso)

ISSN 2790-2811 (online)

African Union Commission

ISBN 978-92-95104-78-5 (impresso)

ISBN 978-92-95104-79-2 (pdf)

Versão revista, abril 2024

Detalhes das revisões disponíveis em: <https://www.oecd.org/about/publishing/Corrigendum-Dinamicas-do-desenvolvimento-em-Africa-2023.pdf>

**Publicado originalmente pela OCDE sob o título:** AUC/OECD (2023), *Africa's Development Dynamics 2023: Investing in Sustainable Development*, AUC, Addis Ababa/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/3269532b-en>.

A qualidade da tradução e a sua coerência com o texto no idioma original são da exclusiva responsabilidade do autor da tradução. Em caso de discrepância entre a obra original e a tradução, deve ser considerado válido o texto da obra original.

**Fotografias:** © Design da capa por Aida Buendia (Centro de Desenvolvimento da OCDE) com base em imagens de Smilewithme, Taparong Siri, Sidhe, Tomiganka/Shutterstock.com.

As erratas das publicações da OCDE podem ser acessadas online em: [www.oecd.org/about/publishing/corrigenda.htm](http://www.oecd.org/about/publishing/corrigenda.htm).

© AUC/OECD 2023

O uso do conteúdo do presente trabalho, tanto em formato digital quanto impresso, é regido pelos termos e condições seguintes: <https://www.oecd.org/termsandconditions>.



## Prefácio

O relatório *Dinâmicas do Desenvolvimento em África* apresenta anualmente os mais recentes dados sobre as políticas económicas no continente africano avaliando o respetivo desempenho económico, social e institucional à luz dos objetivos estabelecidos pela Agenda 2063 da União Africana. A edição de 2023 explora a forma como África pode atrair investimentos que ofereçam um melhor equilíbrio entre objetivos económicos, sociais e ambientais.

As *Dinâmicas do Desenvolvimento em África* são o produto de uma abordagem colaborativa, resultando de uma sólida parceria entre o Departamento de Desenvolvimento Económico, Comércio, Turismo, Indústria e Minerais da Comissão da União Africana e o Centro de Desenvolvimento da OCDE, reunindo uma equipa de investigadores académicos, economistas, especialistas em estatística e outros peritos de África e de outras regiões do mundo.

Os dois primeiros capítulos exploram o atual cenário de investimentos no continente efetuando recomendações sobre ações prioritárias e partilhando lições de todo o continente e além dele. Os cinco capítulos seguintes centram-se, respetivamente, nas cinco regiões de África conforme definidas pelo Tratado de Abuja: África Austral, África Central, África Oriental, Norte de África e África Ocidental. Esses capítulos acomodam as recomendações políticas para áreas estratégicas em cada região, abrangendo ecossistemas naturais, energia renovável, financiamento para a ação climática e cadeias de valor agroalimentar.

Esta edição baseia-se numa ampla série de dados para analisar fontes de investimentos públicos, privados, nacionais e estrangeiros. Estas fontes são complementadas por dados primários recolhidos através de um inquérito *online* da Comissão da União Africana/OCDE sobre riscos de investimento, obstáculos e prioridades ligadas a investimentos transfronteiriços em países africanos. O inquérito foi dirigido de junho a outubro de 2022 às redes de conselhos empresariais africanos e ao Fórum Empresarial UE-África, reunindo respostas de 58 representantes empresariais africanos e não africanos. Oito entrevistas em profundidade com investidores multinacionais membros da Rede de Mercados Emergentes da OCDE (EMnet) também foram realizadas para complementar os resultados do inquérito.

A recolha dos dados foi realizada até 18 de fevereiro de 2023, com exceção dos números do produto interno bruto retirados do *World Economic Outlook* do FMI, referentes a abril do mesmo ano, e igualmente para o Anexo Estatístico *online*, que é atualizado de forma contínua.

Está igualmente disponível um anexo estatístico *online*, cujos dados são atualizados ao longo do ano, contendo os mais recentes indicadores económicos, sociais e institucionais de cada um dos países africanos para os quais os dados são comparáveis. A lista de quadros resumidos encontra-se nas últimas páginas do relatório. Os dados são apresentados por país, região, comunidade económica regional e outros grupos relevantes de países africanos (as categorias incluem dotação de recursos, níveis de rendimento e desenvolvimento socioeconómico, acesso geográfico e grupos linguísticos). A situação do continente africano é comparada com outras regiões do mundo e grupos de países. Além disso, a base de dados disponibiliza perfis estatísticos para diferentes países africanos e grupos de países, comparando os principais indicadores temáticos relacionados com o investimento. Esta compilação de dados visa informar decisores políticos, consultores, analistas de negócios, jornalistas, organizações não governamentais e cidadãos de todo o mundo interessados nas trajetórias de desenvolvimento dos países africanos.

O relatório é publicado na íntegra em inglês, francês e português. Está também disponível uma versão digital *online*, incluindo respetivos gráficos e tabelas. Estes, juntamente com o anexo estatístico, estão disponíveis nos sítios Web da Comissão da União Africana (<https://au.int/afdd2023>) e do Centro de Desenvolvimento da OCDE (<https://oe.cd/AFDD-2023>).

## Agradecimentos

O relatório económico *Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2023: Investir no Desenvolvimento Sustentável (AfDD 2023)* foi preparado em conjunto pela Comissão da União Africana (CUA) e pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE. É publicado sob a égide de Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da UA, e de Mathias Cormann, Secretário-Geral da OCDE. A sua redação foi orientada por Albert M. Muchanga, Comissário responsável pelo Desenvolvimento Económico, Comércio, Indústria e Mineração da União Africana, e por Ragnheiður Elín Árnadóttir, Diretora do Centro de Desenvolvimento da OCDE. O relatório foi supervisionado por Djamel Ghrib, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Económico, Comércio, Indústria e Mineração, e por Patrick Ndzana Olomo, Diretor Executivo da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Política Económica, Departamento de Desenvolvimento Económico, Comércio, Indústria e Mineração, em conjunto com Federico Bonaglia, Diretor-Adjunto do Centro de Desenvolvimento da OCDE, e Arthur Minsat, Chefe da Unidade de África do Centro de Desenvolvimento da OCDE e economista principal.

A equipa de redação da Comissão da União Africana compreendeu Patrick Ndzana Olomo, Diretor Executivo da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Política Económica, Rumbidzai Treddah Manhando, Economista, Ndinaye Sekwi Charumbira, Responsável de política (Desenvolvimento Económico, Comércio, Indústria e Mineração), e Yeo Dossina, ex-Diretor Executivo (Departamento para o Desenvolvimento Económico, Integração e Comércio). Os especialistas regionais que contribuíram para o relatório incluem Abiodun Egbetokun (Universidade De Montfort e *National Centre for Technology Management* da Nigéria), Kevin Ibeh (Universidade Birkbeck, Universidade de Londres), Nabil Jedlane (ENCG Tangerang), Nicholas Ngepah (Universidade de Joanesburgo) e Bruno Emmanuel Ongo Nkoa (Universidade de Yaoundé II). A equipa do Centro de Desenvolvimento da OCDE, liderada por Arthur Minsat, Chefe da Unidade de África, com Nicolas Friederici, Francesco Napolitano e Elisa Saint Martin, incluiu Bakary Traoré, Keiko Álvarez, Niall Begley, Médina Issa, Sébastien Markley, Ignacio Moreno, Shodai Tonomoto e Anne Weaver. Julia Peppino, Anne-Marie Trang (OCDE) e Yamrot Kifle (CUA) prestaram um apoio valioso à investigação, produção, logística e trabalho administrativo associados ao relatório.

Os contributos e os dados foram fornecidos pela Direção dos Assuntos Financeiros e Empresariais da OCDE, *Network of Foundations Working for Development* (netFWD), Agência Internacional de Energia e Direção de Comércio e Agricultura da OCDE. Os Capítulos 1 e 2 beneficiaram dos contributos de Mariya Aleksynska, Nelson Amaya, Pierre de Boisséson, Juan de Laiglesia, Håvard Halland, Alejandra Meneses, Bathylle Missika, Hyeshin Park, Lorenzo Pavone, Jan Rielaender, Henri-Bernard Salignac-Lecomte, Melanie Vilarasau Slade e Ayumi Yuasa (Centro de Desenvolvimento da OCDE); Antonella Noya, Irene Basile e Chiara Petroli (Centro de Empreendedorismo, PME, Regiões e Cidades da OCDE); Dirk Röttgers (Centro de Política Fiscal e Administração da OCDE); Hélène François, Fatos Koc, Iris Mantovani, Catriona Marshall, Giulio Mazzone, Stephen Thomsen e Martin Wermelinger (Direção dos Assuntos Financeiros e Empresariais da OCDE); Yasmin Ahmad, Abdoulaye Fabregas, Ida McDonnell e Rachel Morris (Direção de Desenvolvimento e Cooperação da OCDE); David Drysdale e Juliette Schleich (Direção de Comércio e Agricultura da OCDE); Carlos Condé e Alin Horj (Direção de Relações Globais e Cooperação); Emma Gordon, Arnaud Rouget, Carlo Starace, Gianluca Tonolo e Daniel Wetzel (Agência Internacional de Energia); e Johannes Jütting (PARIS21).

A investigação e entrevistas junto de investidores privados apoiaram a análise original nos Capítulos 1 e 2. Vários conselhos empresariais africanos e o Fórum Empresarial UE-África apoiaram a divulgação do inquérito aos investidores do Centro de Desenvolvimento

CUA-OCDE de junho a outubro de 2022. As entrevistas, facilitadas com o apoio da equipa da Rede de Mercados Emergentes da OCDE (EMnet), foram realizadas com representantes do Grupo AeTrade, Associação Africana de Fabricantes Automóveis (AAAM), American Tower, AT&T, Enel Green Power, Eni, Huawei e Mastercard.

O relatório beneficiou das seguintes consultas realizadas em 2022 e 2023: a reunião de lançamento (março de 2022); o evento de consulta a alto nível «Mobilizing Investment for Productive Transformation and Quality Jobs», realizado no quadro da presidência senegalesa da União Africana em 2022 (maio); o almoço de trabalho conjunto da CUA-DEV «Strengthening Africa's Regional Production Networks», realizado no quadro do 21.º Fórum Económico Internacional sobre África e a reunião ministerial da OCDE de 2022 (junho); a discussão política conjunta de alto nível da CUA-DEV «Enhancing Cross-border Digital Payment Systems for Africa's Regional Trade and Integration» (junho de 2022); a reunião de lançamento regional do CUA-Centro de Desenvolvimento da OCDE; o 5.º *Specialized Technical Committee on Finance, Monetary Affairs, Economic Planning and Integration* da UA, com o tema «Melhorar o acesso de África ao capital: Gestão da dívida e a influência crescente das agências de notação de risco de crédito» (julho de 2022); a reunião de análise AfDD 2023 no Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP; a reunião de análise AfDD 2023 (dezembro de 2022); o «Diálogo de alto nível UA-OCDE/DEV sobre o Relatório AfDD 2023», organizado a par da 36.ª Cimeira da União Africana (fevereiro de 2023); e a reunião do Conselho de Administração do Centro de Desenvolvimento da OCDE (abril de 2023).

Agradecemos os contributos substanciais por parte de Anzette Were (FSD Kenya); Katharina Gugerell, Melinda Kunde e Stefan Weyler (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit [GIZ]); Jeremy Hajdenberg e Samuel Monteiro (Investisseurs & Partenaires), e Rana Roy (consultor). Os capítulos beneficiaram dos comentários formulados pelos seguintes peritos: Barassou Diawara (African Capacity Building Foundation [ACBF]); Ed Brown, Rob Floyd e Charles Odoo (Centro Africano para a Transformação Produtiva [ACET]); Julius Chupezi Tieguhong (Banco Africano de Desenvolvimento [AfDB]); Adenle Ademola (Africa Sustainability Innovation Academy [ASI-Academy]); Eoghan Molloy (Banco Asiático de Desenvolvimento); Michel Rougeron e Françoise van de Ven (ATIBT); Pamla Gopaul (Agência de Desenvolvimento da União Africana [AUDA-NEPAD]); Jeanne Lätt e Karen Pfundt (Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento [BMZ]); Paula Machado, Filipa Sousa (Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.); Richard Eba'a Atyi (Center for International Forestry Research [CIFOR]); Charles Muchunku (consultor); Robert Zougmore (Consultative Group for International Agricultural Research [CGIAR]); San Bilal e Bruce Byiers (ECDPM); Koffi Simeon (CEDEAO); Colin Bermingham (BEI); Geoffrey Aori Mabea (Energy Regulators Association of East Africa); Anna Hakami, Claire Hunault, Isabelle Magne e Domenico Rosa (Comissão Europeia); Kieu Ly Doan e Lisa Roob (GIZ); Matthias Hahl e Tim Heinemann (KfW); Thảng Nguyễn-Quốc (Oxford Economics Asia), Gonçalo Marques (Delegação Permanente de Portugal na OCDE); Giovanni Valensisi (CNUCED); Rodrigo Deiana (UN DESA); Zoubir Benhamouche, Adam Elhiraika, Sonia Essobmadje, Robert Lisinge e Sheng Zhao (UNECA); Barbara Boreta e Natasha Weisert (UNIDO); Leila Baghdadi (Universidade de Tunis); Andrew Lawrence (Universidade de Witwatersrand) e Adeel Abbas Syed (Banco Mundial).

O relatório beneficiou das consultas externas realizadas em 2022 e 2023 nas seguintes reuniões: AFD, «L'économie africaine 2022: vers une relance durable?»; CUA/UNIDO, «Towards a Commodity-based Greener Industrialization under the AfCFTA» (fevereiro de 2022); Cameroon's African & Foreign Investment B2B senior management seminar (março de 2022); as AUC Fridays of the Commission «Key Actions to Drive Inclusive Growth and Sustainable Development in African Countries» (abril de 2022); Le Cercle des Économistes, «L'Afrique: partenaire leader» (maio de 2022); o workshop regional da Comissão Económica das Nações Unidas para África «Scaling-up Private Sector Participation in North Africa» (julho de 2022);

o AUDA-NEPAD/OECD-DEV *High-level Dialogue on Rethinking Development Co-operation* na Assembleia Geral da Nações Unidas (setembro de 2022); *Innodays: International Conference for Innovation and Entrepreneurship* (novembro de 2022); a reunião anual da EMnet da OCDE «*Navigating Risk in Emerging Markets: From Crisis to Opportunity?*» (dezembro de 2022); o *African Sports and Creative Institute Business Breakfast* «*Investing in Africa Sports Industry*» (janeiro de 2023).

O envolvimento da equipa de edição, tradução e revisão foi fundamental para a produção atempada do relatório. O relatório foi editado por Isabelle Delpech (nos capítulos redigidos em francês) e por Jill Gaston (nos capítulos redigidos em inglês) e traduzido por Marika Boiron e pelos Serviços de Tradução da OCDE. Delphine Grandrieux e Elizabeth Nash supervisionaram a produção, com Luminess, responsáveis pela paginação. Aida Buendía e Melodie Descours criaram o *design* gráfico e a capa, e Irit Perry desenvolveu as infografias.

O Centro de Desenvolvimento da OCDE agradece à Comissão Europeia (DG INTPA), à Alemanha (BMZ/GIZ), à Itália (Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional) e a Portugal (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP - Ministério dos Negócios Estrangeiros) pelo seu apoio adicional e pelo valioso contributo sobre esta quinta edição anual do relatório *Dinâmicas do Desenvolvimento em África*.



## Editorial

O investimento é fundamental para impulsionar o desenvolvimento de África e alcançar a Agenda 2063 da União Africana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, as crises mundiais aumentaram o défice de financiamento sustentável do continente africano. Em 2020, a diferença entre o financiamento necessário para alcançar os ODS e os recursos disponíveis aumentou 36 %, para 272 mil milhões USD por ano, o equivalente a 11 % do PIB do continente. Apesar do forte crescimento, o investimento global desviou o foco do continente. O investimento direto estrangeiro (IDE) diminuiu de 12 % do total mundial em 2017 para menos de 6 % em 2021 – em comparação com 15 % para a Ásia em desenvolvimento e 10 % para a América Latina e Caraíbas.

O investimento sustentável reduzido constitui um paradoxo, face ao elevado número de oportunidades. Como última fronteira de investimento do mundo, o continente detém ativos únicos que deveriam atrair mais investimento para impulsionar atividades transformadoras e sustentáveis. Vejamos o setor da energia. África possui 60 % dos melhores recursos solares do mundo, mas apenas 1 % da capacidade de produção solar instalada. 43 % da sua população – 600 milhões de pessoas – ainda não tem acesso à eletricidade. Com 25 % da população mundial a residir em África em 2050, o mundo tem de investir melhor na juventude africana, para concretizar plenamente as oportunidades relevantes que o Continente apresenta.

O que está a atrasar o investimento no continente? O relatório conjunto *Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2023* identifica duas condicionantes que afetam mais África do que outras regiões do mundo: a reduzida confiança dos investidores e os elevados custos de capital. Em momentos de incerteza, os investidores estão mais atentos aos riscos macroeconómicos e políticos, como a previsibilidade das políticas e a capacidade de regulamentação. A escassez de mão de obra qualificada e de infraestruturas de qualidade podem dificultar o investimento, nomeadamente nos setores orientados para as tecnologias, ou nos quais é necessário um elevado investimento inicial. O ceticismo dos investidores resulta numa incongruência: o continente africano apresenta as taxas de incumprimento mais baixas do mundo em matéria de infraestruturas, mas a maioria dos projetos não é financiada.

Melhores políticas podem transformar os desafios em oportunidades. A nossa análise destaca três prioridades. Em primeiro lugar, dados adequados apoiarão decisões de investimento fundamentadas, alinhando melhor as perceções de risco com a realidade. Muitos investidores suspendem decisões devido à recolha insuficiente, ou dispendiosa, de informações. Em segundo lugar, as parcerias lideradas por africanos podem otimizar os impactos do financiamento sustentável no desenvolvimento e catalisar melhor os investimentos para atividades locais sustentáveis. O aprofundamento e a integração dos mercados de capitais nacionais, o desenvolvimento de obrigações em moeda local e o reforço da conformidade ESG (Ambiente, Social e Governança) podem fazer parte da solução. Em terceiro lugar, aprofundar mais a integração africana, nomeadamente através da implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) e do seu protocolo relativo ao investimento, harmonizará as políticas entre os países e facilitará o desenvolvimento das cadeias de valor.

A crescente parceria entre a Comissão da União Africana e a OCDE, através do Centro de Desenvolvimento, proporciona um importante meio para informar narrativas globais sobre a África e trazer o continente africano da periferia para o centro do investimento global. Ao alavancar a nossa plataforma de diálogo político sobre investimento e transformação produtiva em África, estamos empenhados em trabalhar em conjunto para acompanhar as tendências e identificar boas práticas no continente que mobilizem um maior investimento para o desenvolvimento sustentável e a criação de emprego. Estamos orgulhosos pelo facto de este relatório conjunto, agora na sua quinta edição, contribuir reforçar parcerias globais e para um diálogo político eficaz que beneficia o continente africano.



**Moussa Faki Mahamat**  
Presidente  
Comissão da União Africana



**Mathias Cormann**  
Secretário-Geral  
Organização para a Cooperação e  
Desenvolvimento Económico



# Índice

<b>Prefácio</b> .....	3
<b>Agradecimentos</b> .....	5
<b>Editorial</b> .....	9
<b>Siglas e acrónimos</b> .....	19
<b>Sumário executivo</b> .....	23
<b>Visão geral</b> .....	27
O continente africano apresenta um grande potencial para os investimentos sustentáveis.....	27
Melhores dados, parcerias lideradas por África e políticas regionais podem mobilizar investimentos sustentáveis em todo o continente.....	34
Notas.....	39
Bibliografia.....	40
<b>Capítulo 1. Investimentos sustentáveis de África em tempos de crise mundial</b> .....	45
Em síntese.....	46
Perfil continental da África.....	48
Os investimentos sustentáveis ainda não aproveitaram as oportunidades que as economias africanas oferecem.....	49
A menor confiança dos investidores e o custo mais elevado do capital ajudam a explicar por que razão o investimento continua a ser mais fraco em muitos países africanos, em comparação com outras regiões do mundo.....	55
Os canais de investimento existentes revelam um potencial inexplorado para apoiar a integração regional e o desenvolvimento sustentável de África.....	62
Anexo 1.A. A estimativa do défice de financiamento sustentável de África.....	77
Anexo 1.B. Análise de empresas líderes africanas.....	78
Notas.....	78
Bibliografia.....	78
<b>Capítulo 2. Políticas para mobilizar investimentos sustentáveis em África</b> .....	87
Em síntese.....	88
O aumento da disponibilidade de informações e dados conduz a uma melhor afetação de recursos e à confiança dos investidores.....	91
O reforço das parcerias de base africana pode tornar o financiamento sustentável mais eficaz.....	97
Políticas de integração regional eficazes podem catalisar investimentos sustentáveis em escala.....	106
Anexo 2.A. O conjunto de instrumentos da política da OCDE para o investimento e para a qualidade do IDE nos países africanos.....	112
Anexo 2.B. Eficácia da regulamentação no setor energético africano.....	113
Anexo 2.C. Sistema Pan-africano de Pagamentos e Liquidação.....	114
Notas.....	114
Bibliografia.....	114
<b>Capítulo 3. Investir nas energias renováveis para o desenvolvimento sustentável da África Austral</b> .....	123
Em síntese.....	124
Perfil regional da África Austral.....	126

A África Austral necessita mobilizar mais e melhores investimentos para o desenvolvimento sustentável .....	127
Os investimentos no potencial de energias renováveis da África Austral podem gerar desenvolvimento .....	131
As políticas públicas podem mobilizar investimentos no setor das energias renováveis da África Austral .....	139
Notas .....	146
Bibliografia .....	147
<b>Capítulo 4. Investir em ecossistemas naturais para o desenvolvimento sustentável na África Central</b> .....	153
Em síntese .....	154
Perfil regional da África Central .....	156
A África Central tem menos investimento sustentável do que outras regiões africanas, apesar do seu potencial único .....	157
A monetização dos ecossistemas naturais atrairá mais investimentos sustentáveis na África Central .....	162
Os governos da África Central têm várias alavancas políticas para conciliar a monetização com a preservação dos ecossistemas naturais .....	172
Notas .....	176
Bibliografia .....	176
<b>Capítulo 5. Investir em energias renováveis para o desenvolvimento sustentável de África Oriental</b> .....	181
Em síntese .....	182
Perfil regional da África Oriental .....	184
Os fluxos de investimento diversificados são um dos principais motores do crescimento e do desenvolvimento sustentável da África Oriental, mas concentram-se apenas em alguns países .....	185
A mobilização de investimentos no setor das energias renováveis da África Oriental pode aumentar o acesso a energias limpas e apoiar a transformação produtiva .....	188
As políticas públicas podem melhorar o setor das energias renováveis da África Oriental e ajudar a mobilizar investimentos .....	196
Notas .....	202
Bibliografia .....	203
<b>Capítulo 6. Investir em ações climáticas para o desenvolvimento sustentável no Norte de África</b> .....	207
Em síntese .....	208
Perfil regional do Norte de África .....	210
O investimento sustentável permanece desigual no Norte de África .....	211
O défice de financiamento no Norte de África não permite dar resposta à emergência climática .....	215
Impulsos políticos para apoiar o desenvolvimento dos mercados financeiros sustentáveis no Norte de África .....	222
Bibliografia .....	225
<b>Capítulo 7. Investir nas cadeias de valor agroalimentar para o desenvolvimento sustentável da África Ocidental</b> .....	231
Em síntese .....	232
Perfil regional da África Ocidental .....	234

As recentes crises abrandaram o investimento na África Ocidental, e os investimentos sustentáveis visam um número limitado de países e setores.....	235
Investimentos sustentáveis no setor agroalimentar podem impulsionar a transformação produtiva da África Ocidental.....	239
As políticas de apoio à transformação produtiva do setor agroalimentar da África Ocidental podem catalisar investimentos sustentáveis.....	251
Notas.....	259
Bibliografia.....	259
<b>Anexo A. Anexo estatístico.....</b>	<b>265</b>

## Gráficos

1. Fontes de financiamento e défice de financiamento sustentável de África, 2015-21 (mil milhões USD).....	27
2. Componentes do crescimento económico em África e noutras regiões do mundo, 2011-22.....	29
3. Investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> por região do mundo, em percentagem das despesas de capital mundiais, 2010-21 (mil milhões USD).....	30
4. Respostas à questão do inquérito aos investidores da CUA/OCDE «Qual dos seguintes riscos tem sido mais importante para os seus investimentos nos países africanos?».....	31
5. Respostas à questão do inquérito CUA/OCDE aos investidores «Que fontes de informação deveria haver em maior número?».....	37
1.1. Componentes do crescimento económico e fontes de financiamento em África.....	48
1.2. Fluxos de investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> em África, por atividade, fonte e destino, 2017-22.....	48
1.3. Défice de financiamento disponível e de financiamento sustentável, 2015-21.....	51
1.4. Investimentos diretos estrangeiros <i>greenfield</i> por região do mundo, em percentagem das despesas de capital mundiais, 2010-21.....	54
1.5. Taxas de rentabilidade dos fluxos de investimento direto estrangeiro por região do mundo, 2011-20.....	55
1.6. Respostas à questão do inquérito aos investidores da CUA/OCDE «Qual dos seguintes riscos tem sido mais importante para os seus investimentos nos países africanos?».....	56
1.7. Investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> nos setores energéticos de África, despesas de capital, 2003-21.....	59
1.8. Quotas e taxas de rentabilidade dentro do setor das saídas do investimento direto estrangeiro dos Estados Unidos, por destino e setor do investimento, 2017-21.....	60
1.9. Afluxos de filantropia transfronteiriça por região e setor africanos, milhões USD, 2016-19.....	64
1.10. Indicadores das qualidades do IDE da OCDE para África e outras regiões do mundo.....	66
1.11. Investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> em África por setor e indicadores de sustentabilidade selecionados, 2003-20.....	67
1.12. Abastecimento local de recursos por empresas industriais estrangeiras em países selecionados de África e Ásia, % do abastecimento total.....	69
1.13. Investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> em África por região e setor de origem, variação percentual das despesas de capital entre 2018-19 e 2020-21.....	71

1.14. Filiais de empresas cotadas em África, por setor e região de origem do grupo de empresas .....	73
1.15. Quotas de capitalização de mercado e emprego entre empresas cotadas em África .....	73
1.16. Ativos sob gestão de fundos de pensões, 2015-20, % do PIB .....	74
2.1. Respostas à questão do inquérito CUA/OCDE aos investidores: «Que fontes de informação deveriam existir em maior número?» .....	95
2.2. Respostas à questão do inquérito CUA/OCDE aos investidores: «Quais foram as principais barreiras que enfrentou para garantir a sustentabilidade dos seus investimentos em países africanos?» .....	97
2.3. Atividade nas bolsas de valores africanas, 2017-21 .....	99
2.4. Número e capitalização das instituições financeiras para o desenvolvimento operacionais nas regiões em desenvolvimento .....	101
2.A.1. Medidas políticas específicas para promover o investimento direto estrangeiro sustentável em países selecionados .....	112
3.1. Componentes do crescimento económico e fontes de financiamento na África Austral ..	126
3.2. Fluxos de investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> (em novas instalações) para a África Austral, por atividade, fonte e destino, 2017-22 .....	126
3.3. Investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> na África Austral, despesas de capital e criação de emprego, por atividade empresarial, 2017-21 .....	128
3.4. Financiamento privado mobilizado através da ajuda pública ao desenvolvimento na África Austral, 2012-20, em milhões USD .....	129
3.5. Saídas de investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> proveniente dos países da África Austral, despesas de capital e região de destino, 2017-21, milhões USD .....	130
3.6. As dez empresas da África Austral com maior capitalização de mercado .....	131
3.7. Empregos de operações e manutenção criados por gigawatt-hora por fonte de energia na África do Sul .....	132
3.8. Emissões de gases com efeito de estufa da África Austral, toneladas de equivalente CO <sub>2</sub> per capita, 2020 .....	133
3.9. Capacidade elétrica instalada na África Austral, por fonte de energia, 2000-21 .....	134
3.10. Fluxos cumulativos de investimento público em energias renováveis e não renováveis na África Austral, 2001-20, milhões USD .....	135
3.11. Média ponderada global dos custos totais instalados por fonte de energia, 2010-20 .....	136
3.12. Acesso à eletricidade na África Austral, proporção média de cinco anos de população por localização .....	137
3.13. Percentagem da população com acesso a «cozinha mais limpa» na África Austral, 2000 e 2020 .....	138
3.14. Percentagem da população com acesso à eletricidade renovável não ligada à rede em África e na África Austral, 2010-19 .....	139
3.15. Capacidade elétrica instalada e acesso à eletricidade nos países da África Austral, 2020-21 .....	140
4.1. Componentes do crescimento económico e fontes de financiamento na África Central .....	156
4.2. Investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> na África Central, por atividade e país de origem e destino, 2017-22 .....	156
4.3. Intensidade laboral dos fluxos de investimento em novos projetos na África Central, por atividade .....	158
4.4. Emissões de GEE na África Central, por setor .....	159
4.5. Produção de eletricidade e calor sem combustão na África Central e no mundo, 2020 .....	160

4.6. Saídas de investimento direto externo <i>greenfield</i> provenientes dos países da África Central, por regiões de destino, 2017-21, em milhões USD.....	161
4.7. Uso do solo e águas interiores na África Central.....	163
4.8. Distribuição do capital ambiental em percentagem da riqueza nacional (excluindo ativos externos), 2018.....	164
4.9. Os dois maiores sumidouros de carbono do mundo, na África Central e na floresta amazónica, estão em declínio.....	166
4.10. Áreas protegidas terrestres e marinhas por país da África Central (em percentagem da superfície nacional).....	170
4.11. Financiamento climático recebido pela África Central, média 2019-20.....	170
5.1. Componentes do crescimento económico e dos fluxos financeiros na África Oriental.....	184
5.2. Fluxos de investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> na África Oriental, por atividade, fonte e destino, 2017-22.....	184
5.3. Investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> na África Oriental, despesas de capital e criação de emprego, por atividade, 2017-21.....	186
5.4. Financiamento privado mobilizado através do financiamento oficial do desenvolvimento na África Oriental, 2012-20.....	186
5.5. Saídas de investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> provenientes de países da África Ocidental, por regiões de destino, 2017-21, milhões USD.....	187
5.6. Capacidade elétrica instalada e acesso à eletricidade na África Oriental por fonte, 2000-22.....	189
5.7. Capacidade de eletricidade instalada a partir de fontes de energia renováveis em 2021, por país.....	189
5.8. Percentagem da população da África Oriental com acesso a soluções para cozinhar «mais limpo», 2000 e 2020.....	190
5.9. Principais seis países da África Oriental com investimentos públicos em fontes de energia renováveis, 2001-20, milhões USD.....	191
6.1. Componentes do crescimento económico e fontes de financiamento no Norte de África.....	210
6.2. Investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> no Norte de África, por atividade, fonte e destino, 2017-22.....	210
6.3. Financiamento privado mobilizado por intervenção do financiamento público para o desenvolvimento no Norte de África, 2012-20 (em milhões USD).....	212
6.4. IDE <i>greenfield</i> no Norte de África, despesas de capital e criação de emprego por atividade, 2017-21.....	212
6.5. Emissões de CO <sub>2</sub> e investimentos no setor da energia no Norte de África.....	213
6.6. Saídas de investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> provenientes dos países do Norte de África, por regiões de destino, 2017-21, milhões USD.....	214
6.7. Financiamento climático recebido pelo Norte de África, média 2019-20.....	218
6.8. Emissões de obrigações verdes em África, 2014-21 (milhões USD).....	221
7.1. Componentes do crescimento económico e fontes de financiamento na África Ocidental.....	234
7.2. Fluxos de investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> para a África Ocidental, por atividade, fonte e destino, 2017-22.....	234
7.3. Criação de emprego por setor dos investimentos estrangeiros diretos <i>greenfield</i> e emissões de gases com efeito de estufa por atividades económicas na África Ocidental.....	236

7.4. Afetação da ajuda pública ao desenvolvimento e dos fluxos filantrópicos para a África Ocidental .....	237
7.5. Financiamento privado na África Ocidental mobilizado através de financiamento público para o desenvolvimento por setor, mil milhões USD, 2012-20 .....	238
7.6. Saídas de investimento direto estrangeiro <i>greenfield</i> provenientes de países da África Ocidental, por regiões de destino, 2017-21, milhões USD .....	239
7.7. Importações e exportações de produtos alimentares e bebidas primários e transformados para países da África Ocidental, 2010-21, milhões USD .....	240
7.8. Valor bruto da produção agrícola e cerealífera na África Ocidental, 1985-2020, USD constantes 2014-16 .....	241
7.9. Financiamento concedido ao setor da agricultura, silvicultura e pesca da África Ocidental através de vários canais formais, em comparação com a formação bruta de capital fixo, 2010-21 .....	243
7.10. Fluxos de desenvolvimento na agroindústria e na proteção ambiental geral da África Ocidental, 2010-20, milhões USD constantes em 2020 .....	246

## Tabelas

1. As principais fontes de financiamento de África e o seu potencial para promover o desenvolvimento sustentável .....	32
2. Ações políticas de mobilização e afetação de investimentos sustentáveis, orientadas para os desafios .....	34
3. Recomendações de políticas para acelerar os investimentos sustentáveis nas regiões africanas .....	35
4. Recomendações de políticas para melhorar a informação e disponibilidade de dados .....	35
1.1. Afetação de fontes selecionadas de investimento institucional a regiões do mundo .....	53
1.2. As potenciais fontes externas e nacionais de financiamento sustentável de África .....	63
1.3. Exemplos de repercussões de empresas estrangeiras em empresas nacionais .....	68
1.4. As dez maiores empresas cotadas em África por capitalização de mercado .....	72
1.5. Exemplos de projetos de investimento sustentável realizados por fundos soberanos africanos .....	75
1.A.1. Cálculo do défice de financiamento sustentável de África em 2020 .....	77
2.1. Ações políticas de mobilização e afetação de investimentos sustentáveis, orientadas para os desafios .....	90
2.2. Ações políticas e exemplos para melhorar a disponibilidade da informação e dos dados .....	92
2.3. Ações políticas e exemplos para o reforço das instituições e parcerias de base africana para o financiamento sustentável .....	98
2.4. Ações políticas e exemplos de integração e harmonização regionais .....	106
2.5. Exemplos de instrumentos políticos para promover ligações entre empresas multinacionais e PME locais .....	109
2.6. Exemplos de mecanismos de acompanhamento das políticas regionais de comércio e investimento .....	111
3.1. Objetivos em matéria de energias renováveis nas políticas nacionais de determinados países da África Austral .....	141
3.2. Exemplos de instrumentos políticos para promover os investimentos privados em energias renováveis nos países da África Austral .....	143
4.1. Índices de integração regional na África Central em 2019 .....	161

4.2. Os serviços de ecossistemas enumerados na <i>Classificação Internacional Comum de Serviços de Ecossistemas (CICES)</i> .....	165
4.3. Total de obrigações verdes por região, cumulativas, por ordem decrescente de valor, 2014-22 .....	168
4.4. Normas e certificações do carbono sequestrado utilizadas na remuneração dos projetos REDD+ .....	171
5.1. Obstáculos aos investimentos em energias renováveis na África Oriental para diferentes tipos de investidores.....	192
5.2. Exemplos de empresas inovadoras e dos seus modelos empresariais no setor das energias renováveis da África Oriental .....	194
5.3. Recomendações políticas prioritárias para os grupos de países da África Oriental.....	197
5.4. Exemplos de políticas destinadas a reforçar a capacidade institucional e os quadros regulamentares no domínio das energias renováveis na África Oriental... ..	198
5.5. Quadros regulamentares no setor das energias renováveis da África Oriental.....	198
5.6. Exemplos de políticas orientadas para reforçar os sistemas financeiros locais para mobilizar e canalizar recursos para projetos de energias renováveis na África Oriental ...	200
5.7. Exemplos de políticas destinadas a facilitar o surgimento e a expansão regional de empresas inovadoras no setor das energias renováveis da África Oriental.....	201
6.1. Classificação dos países do Norte de África segundo os indicadores de vulnerabilidade física às alterações climáticas (PVCCI), 1950-2016.....	215
6.2. Contribuições determinadas a nível nacional (CDN) dos países do Norte de África.....	216
6.3. Seleção de instrumentos financeiros para a mobilização de financiamentos sustentáveis.....	220
7.1. 15 principais produtos agrícolas na África Ocidental por volume de produção, 2019-21... ..	241
7.2. Crédito interno, desembolsos do financiamento do desenvolvimento e formação bruta de capital fixo nos setores da agricultura, silvicultura e pesca, África e África Ocidental, 2010-20 .....	244
7.3. Instrumentos de promoção dos investimentos no setor agrícola.....	256

## Caixas

1.1. Agenda 2063 e investimentos sustentáveis: Abordagem do presente relatório.....	50
1.2. A influência das agências de notação no custo do capital em África .....	57
1.3. O setor das energias renováveis em África e o elevado custo do capital.....	58
1.4. Estratégias de atenuação dos riscos utilizadas pelos investidores em infraestruturas .....	61
1.5. Fontes externas africanas de financiamento sustentável .....	63
1.6. Indicadores da OCDE de qualidade do IDE em África .....	65
1.7. Investimentos sustentáveis em pequenas e médias empresas africanas: Associar o financiamento às avaliações de impacto.....	69
2.1. Transparência da dívida em África .....	94
2.2. Criar oportunidades de investimento em países africanos de língua portuguesa .....	101
2.3. Reforço da partilha de informações e da repartição financeira entre as agências de crédito à exportação .....	103
2.4. Conceção de produtos de investimento inovadores: Perceções de obrigações inclusivas .....	105
2.5. Os corredores de desenvolvimento regional de África.....	108
2.6. Aliança para a Qualidade dos Produtos em África.....	110
3.1. Acesso a soluções para cozinhar «mais limpo» na África Austral .....	137



3.2. O Corredor de Energia Limpa de África.....	142
3.3. Iniciativas políticas para ampliar projetos de energia renovável fora da rede em Moçambique.....	145
4.1. Os serviços de ecossistemas: Conceito e método de avaliação económica.....	164
4.2. As florestas do Gabão no Fundo Gabonês de Investimentos Estratégicos (FGIS).....	167
5.1. Energia solar e programas de soluções para cozinhar «mais limpo» direcionados para as zonas rurais.....	195
6.1. Conferências das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP) organizadas no Norte de África.....	219
7.1. A promessa da cadeia de valor alimentar infantil em África.....	242
7.2. Produção e transformação de aves de capoeira na África Ocidental.....	245
7.3. A cadeia de valor da mandioca na África Ocidental.....	247
7.4. O papel das alianças público-privadas na melhoria do valor acrescentado na produção de arroz do Senegal.....	254
7.5. Explorações de camarão em Cabo Verde.....	258



## Siglas e acrónimos

<b>ACEC</b>	Africa Clean Energy Corridor (Corredor de Energia Limpa de África)
<b>ACET</b>	African Center for Economic Transformation (Centro Africano para a Transformação Económica)
<b>AfDB</b>	Banco Africano de Desenvolvimento
<b>AFSF</b>	Africa Food Security Fund (Fundo Africano para a Segurança Alimentar)
<b>AID</b>	Associação Internacional para o Desenvolvimento
<b>AIE</b>	Agência Internacional de Energia
<b>ALC</b>	América Latina e Caraíbas
<b>APD</b>	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
<b>API</b>	Agência de Promoção do Investimento
<b>ASEAN</b>	Association of Southeast Asian Nations (Associação das Nações do Sudeste Asiático [ASEAN])
<b>AUDA-NEPAD</b>	Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
<b>BGFA</b>	Beyond the Grid Fund for Africa [BGFA]
<b>BMZ</b>	Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (Ministério Federal Alemão para a Cooperação Económica e Desenvolvimento)
<b>CAADP</b>	Comprehensive Africa Agriculture Development Programme (Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP))
<b>CAAP</b>	Common African Agro-Parks Programme (Programa Comum de Agroparques Africanos)
<b>CAFI</b>	Iniciativa Florestal da África Central
<b>CAO</b>	Comunidade da África Oriental
<b>CFC</b>	Common Fund for Commodities (Fundo Comum para os Produtos de Base)
<b>CFF</b>	Climate Finance Facility (Mecanismo de Financiamento climático)
<b>GNUCED</b>	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
<b>COP</b>	Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas
<b>COSUMAF</b>	Central African Financial Market Supervisory Commission (Comissão de Supervisão do Mercado Financeiro da África Central)
<b>CRA</b>	Credit rating agency (Agência de notação de crédito)
<b>CSA</b>	Climate-smart agriculture (Agricultura inteligente em termos climáticos)
<b>CEDEAO</b>	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
<b>CEEAC</b>	Comunidade Económica dos Estados da África Central
<b>CUA</b>	Comissão da União Africana
<b>DSE</b>	Direito Especial de Saque
<b>EAPP</b>	Eastern Africa Power Pool (Grupo de Energia da África Oriental)
<b>ECOWAP</b>	Economic Community of West Africa Agricultural Policy (Política Agrícola da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)
<b>EFFECT</b>	Equitable Framework and Finance for Extractive-Based Countries in Transition (Quadro equitativo e de financiamento para os países em transição baseados na indústria extrativa)
<b>ESG</b>	Environmental, Social and Corporate Governance (Governança Ambiental, Social e Corporativa)
<b>FBCF</b>	Formação Bruta de Capital Fixo

<b>FIDA</b>	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>GEE</b>	Gases com Efeito de Estufa
<b>GFC</b>	Fundo Verde para o Clima
<b>GIZ</b>	Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Agência Alemã para a Cooperação Internacional)
<b>IDE</b>	Investimento Direto Estrangeiro
<b>IFC</b>	Corporação Financeira Internacional
<b>IFD</b>	Instituição Financeira de Desenvolvimento
<b>IFSWF</b>	International Forum of Sovereign Wealth Funds (Fórum Internacional de Fundos Soberanos)
<b>ISO</b>	International Standards Organization (Organização Internacional de Normalização)
<b>ISSD</b>	Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida
<b>KPI</b>	Key performance indicator (Indicador-chave de desempenho)
<b>NAIP</b>	National Agricultural Investment Plan (Plano Nacional de Investimento Agrícola)
<b>NDC</b>	Nationally determined contribution (Contribuição Determinada a Nível Nacional)
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPI</b>	Oferta Pública Inicial
<b>PAAP</b>	Pan-African Auto Pact (Pacto automóvel Pan-Africano)
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PAPSS</b>	Pan-African Payment and Settlement System (Sistema Pan-Africano de Pagamentos e Liquidações)
<b>PFI</b>	Policy Framework for Investment (Quadro de Políticas para o Investimento)
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIE</b>	Produtor Independente de Energia
<b>PIDA</b>	Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África
<b>PIE</b>	Produtor Independente de Energia
<b>PME</b>	Pequenas e Médias Empresas
<b>PPF</b>	Project Preparation Facility (Mecanismo de Preparação de Projetos)
<b>REDD+</b>	Reducing emissions from deforestation and forest degradation (Redução das Emissões Resultantes da Desflorestação e da Degradação Florestal)
<b>REEESAP</b>	Renewable Energy and Energy Efficiency Strategy and Action Plan (Estratégia e Plano de Ação para a Eficiência Energética e as Energias Renováveis)
<b>REFiT</b>	Renewable Energy Feed-in Tariff (Tarifa de Aquisição <i>Feed-in</i> de Energia Renovável)
<b>SADC</b>	Southern African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
<b>SEFA</b>	Sustainable Energy Fund for Africa (Fundo de Energia Sustentável para África)
<b>SWF</b>	Sovereign Wealth Fund (Fundo soberano)
<b>TIC</b>	Tecnologias da Informação e Comunicação
<b>UA</b>	União Africana

---

<b>UE</b>	União Europeia
<b>UNECA</b>	Comissão Económica das Nações Unidas para África
<b>UNIDO</b>	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
<b>WAICSA</b>	West African Initiative for Climate-Smart Agriculture (Iniciativa da África Ocidental para a Agricultura Inteligente em termos climáticos)
<b>ZCLCA</b>	Zona de Comércio Livre Continental Africana
<b>ZEE</b>	Zona Económica Especial



## Sumário executivo

Prevê-se que, até 2030, o déficit de financiamento sustentável no continente africano ronde os 1 600 mil milhões USD. Segundo estimativas deste relatório, o continente necessitará de um financiamento adicional anual de cerca de 194 mil milhões USD para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. Este déficit anual de financiamento sustentável é equivalente a 7 % do Produto Interno Bruto (PIB) de África e a 34 % dos seus investimentos durante o ano de 2021. O déficit anual é inferior a 0.2 % do stock mundial e 10.5 % do stock de ativos financeiros detidos em África.

**As economias africanas dispõem de ativos únicos para suprimir o déficit de financiamento sustentável do continente:**

- Estima-se que, em 2023, o crescimento real do PIB retome os níveis anteriores à COVID-19, de 3.7 %, que correspondem à segunda maior taxa do mundo, depois da Ásia em desenvolvimento (5 %) e à frente da América Latina e Caraíbas (1.6 %). O crescimento é estimado em 4.9 % na África Oriental, 4.3 % na África Central, 4 % na África do Norte, 3.8 % na África Ocidental e 1.4 % na África Austral.
- A percentagem de jovens africanos que concluem o ensino secundário ou o ensino superior pode atingir os 34 % até 2040, acima dos 23 % em 2020 e 18 % em 2010. África tem a população mais jovem do mundo, com uma média de idade de 19 anos, em comparação com os 30 na América Latina e Caraíbas, 31 na Ásia em desenvolvimento e 42 na Europa.
- Os recursos naturais representam ativos essenciais para as economias africanas. O capital natural representa 19 % da riqueza total de África, em comparação com 7 % da América Latina e Caraíbas e 3 % da Ásia em desenvolvimento. Entre 2011 e 2020, as florestas africanas aumentaram o stock total de carbono em 11.6 milhões de quilotoneladas de emissões líquidas equivalentes de CO<sub>2</sub>, enquanto o stock de carbono em florestas fora do continente africano diminuiu 13 milhões de quilotoneladas.
- Os recursos financeiros internos de África representam um elevado potencial para o desenvolvimento sustentável. As receitas públicas nacionais ascenderam a 466 mil milhões USD em 2021, o equivalente a 17 % do Produto Interno Bruto (PIB), e os ativos detidos por investidores institucionais africanos ascenderam a 1 800 mil milhões USD em 2020, o equivalente a 73 % do PIB. Durante a pandemia de COVID-19, em 2020-21, o investimento direto estrangeiro intra-africano foi três vezes mais resiliente do que o investimento direto estrangeiro externo ao continente, impulsionando um crescimento das energias renováveis e das tecnologias de informação e comunicação.

**Pese embora esse potencial, as crises mundiais estão a afetar o investimento em África mais do que noutras regiões.** Prevê-se que a taxa média de inflação para o continente atinja 15.5 % em 2023 – o nível mais elevado em 27 anos – registando picos acima de 15 % em 11 países africanos. Em fevereiro de 2023, 8 países africanos encontravam-se em situação de sobreendividamento (do total de 9 a nível mundial) e 13 em elevado risco de sobreendividamento (de um grupo de 27 a nível mundial). A participação de África no investimento direto estrangeiro mundial tem apresentado uma tendência de queda nos últimos anos, diminuindo para 6 % em 2020-21 (a menor participação em 17 anos), enquanto países de rendimento elevado em outras partes do mundo registaram os níveis mais elevados de sempre (61 %), em comparação com 17 % para a Ásia em desenvolvimento e 10 % para a América Latina e Caraíbas.

**O custo do capital no continente africano aumentou acima dos níveis de outras regiões do mundo, deixando alguns governos africanos fora dos mercados de títulos, ao mesmo tempo que desincentiva investimentos na indústria transformadora, como nas energias**

**renováveis.** O *spread* num Eurobond africano médio (uma medida para o custo potencial de empréstimos soberanos) atingiu um valor máximo de 15 anos de cerca de 10 pontos percentuais em setembro de 2022, ofuscando os picos anteriores. Em 2021, o custo médio de capital para projetos no setor energético foi cerca de sete vezes superior em África do que na Europa e na América do Norte. Embora investidores experientes obtenham retornos médios mais elevados em África do que em outras regiões do mundo, a escassez de informação e de dados confiáveis representa uma barreira para novos investimentos.

De forma a aumentar a resiliência a choques externos e melhorar a confiança dos investidores, os decisores políticos africanos poderão trabalhar com parceiros internacionais e a sociedade civil africana no sentido de mobilizar investimentos no âmbito da Agenda 2063 e do desenvolvimento sustentável. A comunidade internacional deve cumprir os compromissos em matéria de reestruturação da dívida e de financiamento climático. Os governos africanos, os parceiros de desenvolvimento, o setor privado e a sociedade civil devem trabalhar juntos para melhorar o cenário de investimento em África. Este relatório propõe três principais prioridades políticas para mobilizar os investimentos sustentáveis no continente:

- **Mais e melhores dados reduzirão os custos de transação, melhorarão as avaliações de sustentabilidade e aumentarão a confiança dos investidores.** Em 2021, menos de um terço dos países africanos (30 %) tinha um plano estatístico totalmente financiado, em comparação com quase metade dos países da América Latina e Caraíbas (44 %) e da Ásia em desenvolvimento (47 %). Dados macroeconómicos aprimorados podem ajudar a alinhar a perceção com os riscos reais. Parcerias com associações empresariais ou instituições académicas podem permitir que agências governamentais partilhem dados sobre as avaliações de risco dos investidores, a menor custo. Os governos africanos podem também facilitar as avaliações de sustentabilidade através de requisitos de divulgação e fornecimento de formação e incentivos para empresas de menor dimensão e com capacidades limitadas.
- **O reforço da capacidade da vasta rede de financiamento do desenvolvimento de África irá melhorar a afetação de financiamento sustentável.** As 102 instituições africanas de financiamento do desenvolvimento (IFD) podem atuar como intermediárias entre o financiamento internacional e os projetos locais, de acordo com as agendas nacionais de desenvolvimento. A comunidade internacional pode canalizar mais recursos para IFD convenientemente geridas e cumprir as obrigações existentes, por exemplo, aumentando a alocação de financiamento para adaptação às alterações climáticas. Os governos africanos e as IFD também podem incrementar a utilização de ferramentas inovadoras de redução de risco e financiamento, incluindo títulos verdes, sociais, de sustentabilidade e vinculados à sustentabilidade ou soluções de financiamento em moeda local que surgem em muitos países. Desenvolver e interligar mercados de capitais e bolsas de valores contribuirá para o crescimento das empresas africanas.
- **As políticas de integração regional irão melhorar e harmonizar o cenário de investimento em África.** Iniciativas transfronteiriças, como corredores de desenvolvimento e infraestruturas digitais, podem reduzir as fricções comerciais e a fragmentação do mercado. Ao mesmo tempo, as pequenas e médias empresas necessitam de apoio direcionado para explorar as oportunidades de investimento ao longo das cadeias de valor regionais. O Protocolo de Investimento da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) visa harmonizar o cenário da política de investimento africana, mas requer mecanismos de monitorização eficazes e alianças público-privadas.

Os cinco capítulos regionais deste relatório evidenciam como as regiões africanas podem acelerar investimentos sustentáveis em setores estratégicos. As regiões africanas podem melhor alavancar os seus ativos exclusivos para acelerar o desenvolvimento sustentável e a transformação produtiva. Os estudos de caso regionais propõem formas de operacionalização das recomendações de política continental em setores específicos.

### Recomendações de políticas para acelerar os investimentos sustentáveis nas regiões africanas

Região	Estudo de caso	Principais recomendações políticas
<b>África Austral</b>	Energias renováveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Harmonizar os quadros regulamentares e acelerar as iniciativas regionais em matéria de infraestruturas de energia renovável</li> <li>• Melhorar as alianças público-privadas e o financiamento do desenvolvimento com base nas prioridades energéticas nacionais</li> <li>• Adotar soluções políticas direcionadas para ampliar projetos de energia renovável fora da rede em áreas rurais</li> </ul>
<b>África Central</b>	Ecossistemas naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a avaliação do capital natural para informar melhor os investidores e as partes interessadas</li> <li>• Estabelecer estruturas institucionais para a monetização dos ecossistemas naturais</li> <li>• Assegurar a apropriação local ao desenvolver mecanismos de financiamento inovadores</li> </ul>
<b>África Oriental</b>	Energias renováveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar os quadros regulamentares e a capacidade dos distribuidores de energia para aumentar a confiança dos investidores</li> <li>• Reforçar as instituições financeiras locais no sentido de catalisar recursos para projetos de energias renováveis</li> <li>• Apoiar o crescimento de empresas inovadoras por meio de políticas de integração regional, como a ZCLCA</li> </ul>
<b>Norte de África</b>	Financiamento climático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar as avaliações das necessidades de financiamento com base em prioridades nacionais e multissetoriais</li> <li>• Adotar e implementar quadros regulamentares inclusivos sobre finanças sustentáveis</li> <li>• Encorajar o desenvolvimento dos mercados financeiros sustentáveis (nacional e regionalmente)</li> </ul>
<b>África Ocidental</b>	Cadeias de valor agro-alimentares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar o acesso dos pequenos agricultores a produtos financeiros centrados na produtividade e na sustentabilidade</li> <li>• Reforçar políticas agrícolas regionais e programas de base local, como parques agroindustriais</li> <li>• Apoiar a segurança alimentar e as práticas agrícolas por meio de polos agrícolas, incubadoras e parcerias técnicas</li> </ul>





## Visão geral

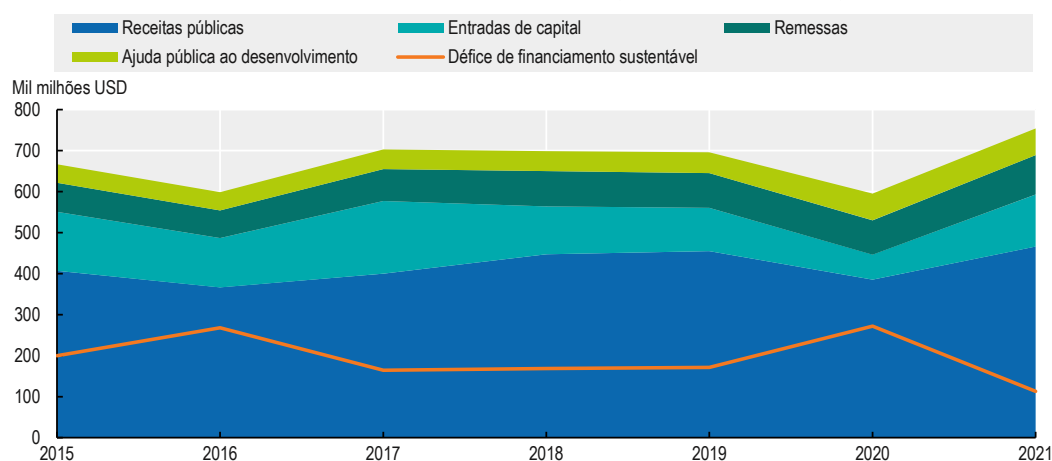
### O continente africano apresenta um grande potencial para os investimentos sustentáveis

Os investimentos sustentáveis são essenciais para o desenvolvimento económico, social e ambiental de África. Os investimentos são sustentáveis se for possível prever que os seus benefícios económicos, sociais e ambientais ultrapassam o seu custo total. Ao mobilizarem investimentos, os países africanos necessitam gerir as tensões entre os objetivos económicos de transformação produtiva e os objetivos sociais e ambientais, como a inclusão e a resiliência às alterações climáticas. Tal inclui equilibrar a produção de energia e a mitigação de carbono, desenvolver a utilização de solos agrícolas e conservar os ecossistemas, ou criar empregos em massa, ao mesmo tempo que se promovem normas laborais. O relatório *Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2023* fornece uma análise baseada em dados do cenário de investimento no continente africano e identifica importantes políticas relacionadas com o investimento que promovem o desenvolvimento sustentável no continente, e em cada uma das suas cinco regiões.

### O défice de financiamento sustentável de África pode ser colmatado

Com cerca de 7 % do Produto Interno Bruto (PIB) do continente, o défice de financiamento sustentável de África é reduzido, em comparação com os seus recursos financeiros e os recursos disponíveis em todo o mundo. A diferença entre o financiamento necessário para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a disponibilidade de recursos financeiros foi em média de 194 mil milhões USD anualmente, no período 2015-21 (Gráfico 1). Este montante equivale a 34 % dos investimentos de África em 2021 (formação bruta de capital fixo, definida como a aquisição de ativos produzidos). O montante parece pequeno em relação ao capital disponível: é equivalente a menos de 0.2 % do stock mundial e 10.5 % do stock africano de ativos sob gestão – ativos financeiros que as empresas de gestão de património administram em nome dos investidores. Uma realocação anual hipotética de apenas 0.2 % dos ativos mundiais sob gestão levaria a sua afetação total para África dos atuais menos de 1 % para cerca de 2.3 % até 2030. Esse valor permaneceria ainda abaixo da participação do continente no PIB mundial (2.9 % em 2020).

Gráfico 1. Fontes de financiamento e défice de financiamento sustentável de África, 2015-21 (mil milhões USD)



Fonte: Cálculos dos autores com base em OCDE (2022a), *Global Outlook on Financing for Sustainable Development 2023*, <https://doi.org/10.1787/fcbe6ce9-en> e outras fontes. Ver Anexo 1.A para detalhes sobre as fontes de dados e metodologia.

StatLink <https://stat.link/xcpd4f>

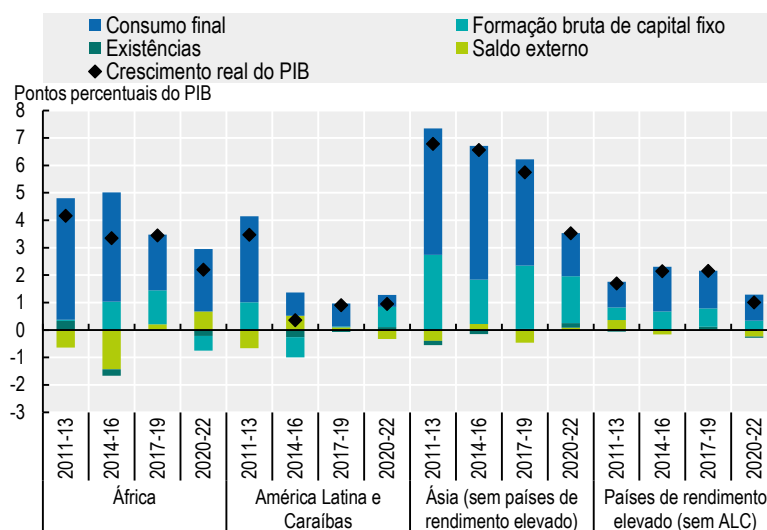
O **défice de financiamento de África aumentou recentemente devido à pandemia de COVID-19, às repercussões mundiais dos conflitos e às alterações climáticas.** As receitas do governo diminuíram devido à pandemia de COVID-19: em 2020, o rácio médio de impostos em relação ao PIB em África diminuiu 0.3 pontos percentuais, para 16.0 % (OCDE/ATAF/CUA, 2022). Os conflitos internacionais conduziram a interrupções nas cadeias de abastecimento, afetando importações cruciais (alimentos, energia e fertilizantes). As necessidades de financiamento climático não têm sido suprimidas: Entre 2019 e 2020, 11.4 mil milhões USD do financiamento climático total de África foram para a adaptação – quase cinco vezes menos do que os 53 mil milhões USD por ano estabelecidos nas contribuições determinadas a nível nacional do Acordo de Paris (GCA, 2022).

**A incerteza mundial e a inflação aumentaram os custos da dívida na maioria dos países africanos.** Os níveis da dívida aumentaram em África na última década, com o custo do serviço da dívida a subir de 3 % para mais de 5 % do rendimento nacional bruto no período 2010-20. Mais recentemente, a incerteza mundial induzida pela crise levou à reavaliação do risco. A taxa média de inflação para o continente deverá atingir 15.5 % em 2023 – o nível mais alto em 27 anos – com picos acima de 15 % em 11 países africanos. O aumento dos custos dos empréstimos para os países africanos excluiu os países com notações de crédito mais baixas dos mercados de capitais internacionais e impediu o refinanciamento da dívida (FMI, 2023a). Por exemplo, as *yields* dos *Eurobonds* aumentaram de forma acentuada de 2021 a 2022 em muitos países africanos, e o *spread* num *Eurobond* africano médio (uma medida para o custo potencial de empréstimos nos mercados de capitais) em 20 países atingiu um máximo de 15 anos, de cerca de 10 pontos percentuais em setembro de 2022, eclipsando os picos anteriores da crise de COVID-19 em 2020 e a crise financeira mundial em 2008 (Smith, 2022). Entre abril de 2022 e abril de 2023, nenhum país africano conseguiu emitir novos *Eurobonds* (FMI, 2023a). Em fevereiro de 2023, o Fundo Monetário Internacional (FMI) considerava 8 países africanos em situação de crise da dívida, e outros 13 países em risco elevado de sobreendividamento (FMI, 2023b).

### **Com ativos únicos, os países africanos representam a fronteira de investimento mundial**

**África registou um elevado crescimento, suportado pelo investimento, mas o continente necessita de um crescimento mais transformativo e sustentável.** Desde o início do século XXI, África registou a segunda maior taxa de crescimento económico do mundo, depois da Ásia em desenvolvimento. O crescimento africano está, efetivamente, a recuperar desde a recessão mundial de 2020: as estimativas de crescimento situam-se em 3.7 % em 2023 e projetam-se para 2024 em 4.2 %<sup>1</sup> – atrás da Ásia em desenvolvimento e à frente da América Latina e Caraíbas, respetivamente com 5.0 % e 1.6 % em 2023 e 4.9 % e 2.2 % em 2024. As elevadas taxas de investimento impulsionaram o crescimento de África, tendo a contribuição da formação bruta de capital fixo para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) atingido um máximo de 1.2 pontos percentuais em 2017-19, antes de diminuir durante a pandemia de COVID-19, em 2020-22 (Gráfico 2). Em geral, o elevado crescimento não catalisou suficientemente a transformação produtiva, incluindo a criação de emprego e a integração da cadeia de valor (CUA/OCDE, 2018, 2019, 2022).

Gráfico 2. Componentes do crescimento económico em África e noutras regiões do mundo, 2011-22



Nota: Ver nota do Gráfico 1.1 no Capítulo 1.

Fontes: Cálculos dos autores baseados em FMI (2022), *World Economic Outlook Database*, Edição de outubro de 2022, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October).

StatLink <https://stat.link/14zp78>

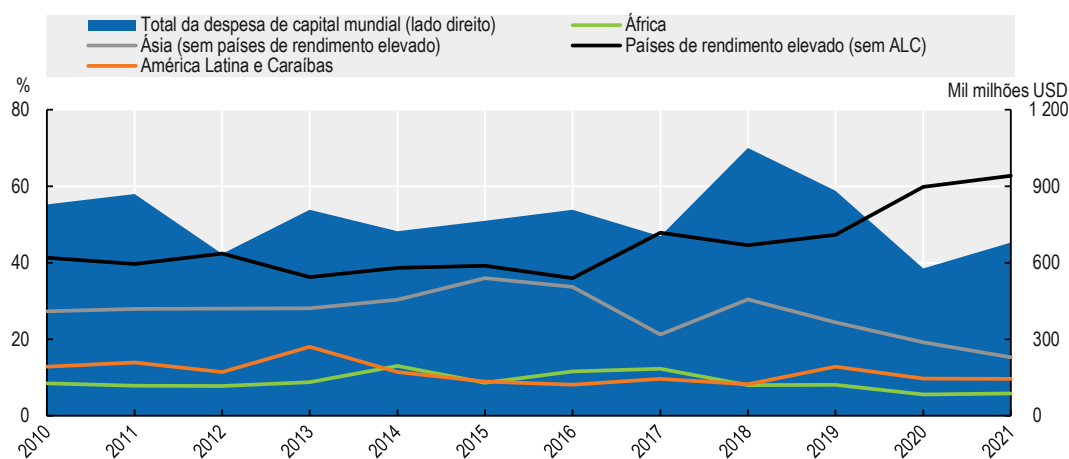
O continente africano possui capital humano e natural únicos para o investimento sustentável. África tem a população mais jovem do mundo, com idade média de 19 anos, em comparação com 30 na América Latina e Caraíbas, 31 na Ásia em desenvolvimento e 42 na Europa. Estima-se que, até 2050, a população de África quase duplicará, passando de cerca de 1.4 mil milhões de habitantes para aproximadamente 2.5 mil milhões. Com efeito, mais de metade do crescimento da população mundial ocorrerá naquele continente, incluindo nas zonas rurais (UN DESA, 2022; AfDB/OCDE/PNUD, 2022). A percentagem de jovens africanos que concluem o ensino secundário ou superior pode chegar a 34 % até 2040, acima dos 23 % em 2020 e 18 % em 2010 (CUA/OCDE, 2021). De 2011 a 2020, as florestas africanas aumentaram o stock de carbono em 11.6 milhões de quilotoneladas de emissões líquidas equivalentes de CO<sub>2</sub>, enquanto o stock de carbono em florestas fora da África diminuiu em 13 milhões de quilotoneladas. Deste aumento, 59 % ocorreu nas florestas da África Central, atualmente reconhecidas como o maior sumidouro de carbono do mundo (FAO, 2022). O continente apresenta 60 % dos melhores recursos solares do mundo (AIE, 2022). O capital natural representa 19 % da riqueza total da África, em comparação com 7 % da América Latina e Caraíbas e 3 % da Ásia em desenvolvimento (Banco Mundial, 2021).

### As perceções de risco e a escassez de informações diminuíram a confiança dos investidores e aumentaram o custo do capital em África mais do que noutras regiões do mundo

Apesar do seu potencial, África atrai a menor fatia de capital dos investidores institucionais, em comparação com outras regiões do mundo. Em 2017-18, os fundos de pensões e as companhias de seguros mundiais alocaram apenas 0.5 % do seu capital para ativos africanos, em comparação com 1.2 % para a América Latina e Caraíbas e 4.2 % para a Ásia em desenvolvimento. A participação de África no capital de investimento mundial permaneceu baixa (abaixo de 1 %), embora os ativos mundiais sob gestão tenham crescido de 48 mil milhões USD em 2010 para mais de 112 mil milhões USD em 2021, apesar das crises económicas (BCG, 2022).

A participação de África no investimento direto estrangeiro (IDE) mundial e a participação nas cadeias de valor mundiais estagnou. Na última década, o IDE mundial novo (*greenfield*) – ou seja, projetos de IDE anunciados que criam novas instalações de produção (*greenfield*) em vez de adquirir as existentes – diminuiu a uma taxa média de 3 % ao ano. Desde 2016, os novos investimentos têm vindo a passar dos países em desenvolvimento para os países de rendimento elevado (Gráfico 3). A pandemia de COVID-19 acelerou esta tendência: em 2020-21, os países de rendimento elevado fora da América Latina e Caraíbas atraíram mais de 61 % das despesas de capital mundiais (a percentagem mais elevada alguma vez registada), em comparação com 17 % para a Ásia em desenvolvimento, 10 % para a América Latina e Caraíbas e apenas 6 % para África (a percentagem mais baixa desde 2004). Do mesmo modo, a participação de África nas cadeias de valor mundiais estagnou desde a crise financeira mundial de 2008 e foi apenas de 1.7 % em 2019 (CUA/OCDE, 2022).

Gráfico 3. Investimento direto estrangeiro *greenfield* por região do mundo, em percentagem das despesas de capital mundiais, 2010-21 (mil milhões USD)



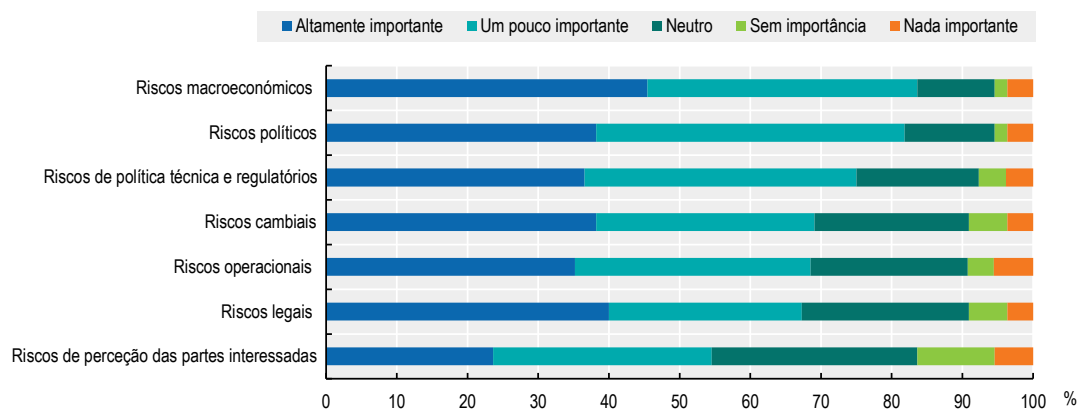
Nota: ALC = América Latina e Caraíbas

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/yr8mj9>

Os riscos e a escassez de informação permanecem obstáculos ao investimento em muitos países africanos. Representantes de empresas multinacionais mundiais estudadas e entrevistadas para este relatório enfatizaram os riscos macroeconómicos, a instabilidade política e a falta de capacidade regulamentar como barreiras persistentes aos seus investimentos nos países africanos (Gráfico 4). No entanto, alguns destacaram que os investidores com experiência no país podem gerar taxas de retorno mais elevadas em África, em comparação com outras regiões do mundo. Uma falta geral de informação inibe avaliações de oportunidades de investimento nos mercados africanos: informações e dados limitados podem resultar em atrasos (os investidores «esperam para ver») e amplificam «prémios de percepção».

**Gráfico 4. Respostas à questão do inquérito aos investidores da CUA/OCDE «Qual dos seguintes riscos tem sido mais importante para os seus investimentos nos países africanos?»**



Nota: n = 52 a 55. O inquérito CUA/OCDE foi dirigido em setembro de 2022 às redes de conselhos empresariais africanos e ao Fórum Empresarial UE-África. Para mais informações, consulte o Gráfico 1.6 no Capítulo 1.

StatLink <https://stat.link/vu910w>

**As fracas notações de crédito de muitos países africanos podem sobrestimar os riscos e resultar em custos excessivos de capital.** Em dezembro de 2022, as principais agências mundiais de notação de crédito atribuíram classificações de grau de investimento apenas ao Botsuana e à Maurícia, seguidas pela Costa do Marfim, Marrocos e África do Sul na categoria especulativa de grau de não investimento (Trading Economics, 2022). As agências de notação de crédito podem carecer de dados e informações detalhadas sobre os países africanos. Um estudo recente do PNUD (2023) comparou classificações baseadas em modelos neutros com as emitidas por agências de notação de crédito, estimando que as últimas levaram a taxas de juros mais altas e amorteceram a mobilização de investimentos, criando um custo total de oportunidade de até 74.5 mil milhões USD para os países africanos. As notações de crédito do país também servem como referência para detentores de dívida privada, afetando também o custo do capital privado (por exemplo, taxas de juro e longevidade dos empréstimos). O elevado custo de capital tem sido uma barreira para a mobilização de investimentos, especialmente em setores onde são necessários grandes gastos iniciais de capital. É o caso do setor energético, onde, em 2021, o custo médio ponderado do capital em África era cerca de sete vezes superior ao verificado na Europa e na América do Norte (AIE, 2022).

### **Alocar melhor as fontes de financiamento existentes pode apoiar a integração regional e o desenvolvimento sustentável de África**

**As fontes externas e nacionais de financiamento em África mostram um potencial inexplorado para impulsionar investimentos sustentáveis no continente.** A Tabela 1 analisa os pontos fortes e fracos de algumas das potenciais fontes de investimentos sustentáveis em África. O potencial do IDE e das remessas para contribuir para o crescimento sustentável permanece subexplorado devido à integração limitada com atividades produtivas no continente. A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) mostrou resiliência durante a pandemia de COVID-19, mas permanece abaixo dos níveis prometidos. Investimentos privados orientados para a sustentabilidade, como o investimento de impacto e a filantropia, ainda têm escala e impacto limitados, embora sejam propensos a viesamentos setoriais e nacionais específicos. Do mesmo modo, entre as fontes internas de investimento nos países africanos, as empresas multinacionais regionais e os investidores institucionais oferecem um potencial inexplorado para apoiar um crescimento sustentável e resiliente. As receitas do Estado representam a maior fonte de financiamento

na maioria dos países, mas a sua afetação para objetivos de sustentabilidade permanece limitada e insuficientemente relatada. A mobilização de recursos internos é necessária para alargar a margem de manobra orçamental dos governos nacionais e reduzir o peso da dívida, bem como para atrair investimentos sustentáveis do setor privado.

**Tabela 1. As principais fontes de financiamento de África e o seu potencial para promover o desenvolvimento sustentável**

	Fontes	Montantes % do PIB de África	Forças	Fraquezas
Externas	<b>Investimento Direto Estrangeiro</b>	83 mil milhões USD 2.6 % do PIB (2021)	Efeitos na produtividade dos fornecedores locais; formação para a mão de obra local	Alinhamento limitado com o desenvolvimento sustentável; efeitos dependentes de vínculos eficazes; vulnerável a choques
	<b>Remessas</b>	96 mil milhões USD 3.8 % do PIB (2021)	Ligações com as economias locais e o setor informal	Coordenação limitada de fundos; atenção limitada na transformação produtiva
	<b>Ajuda pública ao desenvolvimento</b>	65 mil milhões USD 2.5 % do PIB (2021)	Resiliência aos choques mundiais	Continua abaixo das promessas; mobilização limitada de investimentos privados em países de baixo rendimento
	<b>Investidores com impacto mundial</b>	24.3 mil milhões USD 1.0 % do PIB (2019) (ativos sob gestão afetados a África)	Concentração nos setores transformadores (por exemplo, energia, finanças e pequenas e médias empresas)	Concentração nas economias de maior dimensão e mais avançadas
	<b>Filantropia privada</b>	2.1 mil milhões USD 0.1 % do PIB (2018-19)	Concentração nos setores sociais (por exemplo, saúde e educação)	Montantes relativamente pequenos; não direcionado aos países mais pobres
Nacionais	<b>Receitas públicas</b>	466 mil milhões USD 16.7 % do PIB (2021)	Principal fonte de financiamento na maior parte dos países; resiliente face às condições monetárias internacionais	Desafios específicos aos países; diminuições das receitas numa base <i>per capita</i> ; dados limitados relativamente à afetação ao desenvolvimento sustentável
	<b>Empresas multinacionais com sede em África</b>	2.7 mil milhões USD 0.1 % (2021) (fluxos de saída de IDE)	Impacto regional; resiliência aos choques mundiais	Montantes limitados de financiamento; risco de reforçar as desigualdades regionais
	<b>Investidores institucionais nacionais</b>	1.8 mil milhões USD 73.3 % do PIB (2020) (ativos sob gestão detidos em África)	Vastos recursos financeiros; envolvidos nos mercados financeiros locais	Aversão ao risco; investimentos limitados em ativos sustentáveis

Nota: «Montantes» refere-se aos fluxos financeiros durante o período de referência, com exceção dos «Investidores com impacto mundial» e dos «Investidores institucionais nacionais», que se referem aos stocks em fim de período (ativos sob gestão). As fontes financeiras podem sobrepor-se e não podem ser agregadas. Os investidores com impacto mundial (GIIN, 2020) e a filantropia privada (OCDE, 2021a) são considerados fontes externas de financiamento, uma vez que têm origem principalmente fora do continente africano.

Fonte: Compilação dos autores, com base em diversas fontes. Para mais informação, consulte a Tabela 1.2 no Capítulo 1.

**Os fluxos financeiros externos representam importantes fontes de financiamento do desenvolvimento do continente africano (Gráfico 1), mas os seus impactos em termos de desenvolvimento sustentável continuam limitados.**

- Em 2021, o IDE e as remessas continuaram a ser os maiores fluxos financeiros externos (6.4 % do PIB de África); mas o seu potencial para promover o desenvolvimento sustentável permanece insuficientemente explorado. Por exemplo, 1 milhão USD em IDE cria 14 empregos no setor têxtil, 10 no dos equipamentos eletrónicos e 9 no setor automóvel, mas esses setores de trabalho intensivo atraíram apenas 4.5 % do novo IDE para os países africanos no período 2003-20.
- A APD aumentou em resposta à COVID-19, mas manteve-se cerca de 0.36 % do rendimento nacional bruto dos países doadores – bem abaixo do nível de compromisso de 0.7 % estabelecido pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Em 2022, a APD bilateral para África diminuiu 7.4 % face ao ano anterior, apesar de um aumento generalizado a nível mundial (OCDE, 2023). Além disso, a APD apresenta enviesamentos setoriais e nacionais específicos: enquanto



o financiamento privado mobilizado por meio da APD quintuplicou em África entre 2012 e 2020 (de apenas 4 mil milhões para 22 mil milhões USD), menos de 30 % dos valores mobilizados visaram países de baixo rendimento (OCDE, 2022b).

- Os investimentos privados orientados para a sustentabilidade (investimento de impacto e filantropia) ainda são pequenos e desequilibrados. Por exemplo, a África Austral tem um PIB (paridade do poder de compra) *per capita* três vezes maior do que a África Central, mas recebeu mais de quatro vezes mais fluxos filantrópicos *per capita*.

**O IDE vinculado às economias e fornecedores locais pode contribuir para o desenvolvimento sustentável.** Embora os efeitos possam levar tempo a materializar, o IDE pode aumentar o crescimento e a inovação no país anfitrião (Diallo, Jacolin e Rabaud, 2021; OCDE, 2022c). A nossa análise dos dados a nível corporativo dos Inquéritos às Empresas do Banco Mundial revela que, em média, as empresas estrangeiras que operam em países africanos dependem menos de recursos provenientes de fornecedores locais, em comparação com os seus pares na Ásia, em particular na indústria agrícola e transformadora.

**A mobilização do investimento da diáspora pode ajudar a desenvolver a produção local.** Entre 20 % e 30 % das remessas totais destinam-se a atividades económicas (IFAD/Banco Mundial, 2015). Os investimentos da diáspora estão bem posicionados para apoiar as redes de produção locais, pois a maioria dos investidores da diáspora tende a estabelecer mais conexões com os fornecedores locais (Amendolagine et al., 2013). No entanto, a maioria desses investimentos é canalizada para atividades informais (Asquith e Opoku-Owusu, 2020). Os produtos de investimento estruturados da diáspora poderiam aproveitar as remessas anuais da diáspora, estimadas em 33.7 mil milhões USD (Faal, 2019). Um planeamento cuidadoso, a aprovação regulamentar nos países anfitriões e preços competitivos são essenciais para iniciativas bem-sucedidas de títulos da diáspora africana (CUA/OCDE, 2021).

**O IDE intra-africano foi mais resistente a choques mundiais do que o IDE de fora de África e tem margem para crescer.** De 2017 a 2021, os fluxos de IDE intra-africano representaram apenas 9 % do IDE total para o continente. Mostrou resiliência durante a pandemia de COVID-19: em 2020-21, o IDE intra-africano diminuiu 20 %, em comparação com 2018-19, enquanto a queda no IDE de fora do continente foi cerca de 3 vezes maior (-58 %). Os investidores baseados em África aumentaram os novos projetos de investimento em TIC, energias renováveis e metais (fDi Intelligence, 2022). A análise dos dados das empresas na base de dados Orbis demonstra que a grande maioria (69 %) das empresas africanas cotadas atua em setores de crescimento, orientados para os serviços, como os serviços financeiros (29 %), o retalho (8 %), o setor imobiliário (6 %) e as tecnologias da informação e da comunicação (6 %).

**Os ativos detidos por investidores institucionais africanos cresceram rapidamente, com elevado potencial para investimentos em atividades económicas sustentáveis.** De acordo com as últimas estimativas, em 2020, os investidores institucionais africanos tinham ativos sob gestão de cerca de 1.8 mil milhões USD, registando um aumento de 48 % em relação a 2017 (Juvonen et al., 2019). Os dados da OCDE revelam que os fundos de pensões de 15 países africanos acumularam ativos no valor de 380 mil milhões USD até 2020, sendo a África do Sul responsável por quase 80 % do total (OCDE, 2021b). Isso traduz-se numa participação média no PIB de 25 % para África (impulsionada principalmente pela África do Sul, Namíbia e Botsuana), em comparação com 22 % na América Latina e Caraíbas e 3 % na Ásia em desenvolvimento. No entanto, os ativos alternativos – tais como infraestruturas, setor imobiliário, ativos verdes e sustentáveis, participações privadas e capital de risco – representaram menos de 3 % das carteiras

numa avaliação de cinco mercados africanos de pensões, nomeadamente o Gana, Quênia, Namíbia, Nigéria e África do Sul (AfDB/IFC/MFW4A, 2022). Metade dos principais fundos de pensões africanos defende que a sustentabilidade é um objetivo importante dos seus investimentos; no entanto, partilham informações limitadas sobre as suas estratégias de sustentabilidade (Stewart, 2022). Isto reflete as tendências globais entre os investidores institucionais (OCDE, 2021c).

## Melhores dados, parcerias lideradas por África e políticas regionais podem mobilizar investimentos sustentáveis em todo o continente

Que políticas podem ajudar os países africanos a mobilizar maiores investimentos e direcioná-los à Agenda 2063 e às prioridades para o desenvolvimento sustentável? A alocação eficaz dos recursos financeiros e fiscais africanos para resultados de sustentabilidade oferece o maior potencial. Enquanto a comunidade internacional tem de observar as suas obrigações financeiras sustentáveis para com os países em desenvolvimento, os governos africanos, o setor privado e a sociedade civil devem trabalhar em conjunto para atrair investimentos mais sustentáveis para as economias africanas. Este relatório propõe três prioridades políticas principais para mobilizar os investimentos sustentáveis no continente (Tabela 2).

Tabela 2. Ações políticas de mobilização e afetação de investimentos sustentáveis, orientadas para os desafios

Desafio	Agenda política	Ação política
Reduzida confiança dos investidores e elevado custo de capital	Informação sobre avaliações de risco e medições de sustentabilidade	Reforçar a capacidade estatística nacional para as avaliações de risco-país Informar os investidores sobre a diligência devida e as avaliações do risco do projeto com dados detalhados Apoiar quadros de sustentabilidade e de recolha de dados adaptados a nível local
	Parcerias lideradas por africanos para criar estruturas e ferramentas	Mercados de capitais mais profundos irão apoiar o crescimento empresarial africano e alargar a disponibilidade de produtos financeiros para os investidores Aumentar a capacidade das instituições financeiras locais para alinhar o financiamento sustentável com as prioridades nacionais Adaptar e ampliar instrumentos de financiamento inovadores adequados a contextos locais
Quadros nacionais necessários para explorar os recursos africanos e orientar os investimentos para o desenvolvimento sustentável	Integração regional para ampliar os impactos	Harmonizar políticas, melhorar as infraestruturas digitais e os corredores de desenvolvimento Apoiar a integração das pequenas e médias empresas nas cadeias de valor regionais Assegurar a aplicação efetiva do Protocolo de Investimento para a Zona de Comércio Livre Continental Africana

As regiões africanas podem alavancar melhor os seus ativos para acelerar a transformação produtiva e o desenvolvimento sustentável. Os cinco capítulos regionais do relatório destacam a forma as regiões africanas podem mobilizar investimentos sustentáveis em setores estratégicos (consulte a Tabela 3 e os Capítulos 3-7). Os estudos de caso propõem formas de operacionalizar as recomendações políticas continentais apresentadas na Tabela 2 em setores e regiões específicos, ao mesmo tempo que sugerem como a transformação produtiva e os resultados do desenvolvimento sustentável podem reforçar-se mutuamente.

- A África Austral é responsável por cerca de 60 % da capacidade instalada de energia solar de África, enquanto o Vale do Rift, na África Oriental, detém o potencial geotérmico mais rico do continente. O setor da energia renovável oferece a essas regiões oportunidades de combinar segurança energética e mitigação das alterações climáticas com criação de empregos e empresas.



- As florestas da África Central contêm 62 % do stock de carbono da biomassa do continente, ou 11 % do stock mundial. Preservar os ecossistemas naturais da região promete ganhos financeiros e ecológicos.
- O financiamento misto relacionado com o clima para o Norte de África aumentou num fator de 3.9, de uma média de 91 milhões USD no período 2012-16 para 447 milhões USD em 2017-21, em comparação com um fator de 1.4 para a Ásia em desenvolvimento e 2.4 para a América Latina e Caraíbas. Quadros institucionais harmonizados e aprofundados sobre esses instrumentos financeiros podem ajudar a região a mobilizar os fundos necessários para uma adaptação efetiva às alterações climáticas.
- O valor acrescentado médio da agricultura, silvicultura e pesca foi de 24.4 % do PIB em 2021, em comparação com 16.5 % em África e 4.3 % a nível mundial (Banco Mundial, 2021). A modernização das cadeias de abastecimento da região para produtos alimentares processados reduziria as importações e a informalidade no setor.

**Tabela 3. Recomendações de políticas para acelerar os investimentos sustentáveis nas regiões africanas**

Região	Estudo de caso	Principais recomendações políticas
África Austral	Energias renováveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Harmonizar os quadros regulamentares e acelerar as iniciativas regionais em matéria de infraestruturas de energia renovável</li> <li>• Melhorar as alianças público-privadas e o financiamento do desenvolvimento com base nas prioridades energéticas nacionais</li> <li>• Adotar soluções políticas direcionadas para ampliar projetos de energia renovável fora da rede em áreas rurais</li> </ul>
África Central	Ecossistemas naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a avaliação do capital natural para informar melhor os investidores e as partes interessadas</li> <li>• Estabelecer estruturas institucionais para a monetização dos ecossistemas naturais</li> <li>• Assegurar a apropriação local ao desenvolver mecanismos de financiamento inovadores</li> </ul>
África Oriental	Energias renováveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar os quadros regulamentares e a capacidade das concessionárias de energia para melhorar a confiança dos investidores</li> <li>• Reforçar as instituições financeiras locais para catalisar os recursos para projetos de energias renováveis</li> <li>• Apoiar o crescimento de empresas inovadoras por meio de políticas de integração regional, como a Zona de Comércio Livre Continental Africana e a Comunidade Económica da África Oriental</li> </ul>
Norte de África	Ação climática	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar as avaliações das necessidades de financiamento com base em prioridades nacionais e multissetoriais</li> <li>• Adotar e implementar quadros regulamentares inclusivos sobre finanças sustentáveis</li> <li>• Encorajar o desenvolvimento dos mercados financeiros sustentáveis (nacional e regionalmente)</li> </ul>
África Ocidental	Cadeias de valor agroalimentares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar o acesso dos pequenos agricultores a produtos financeiros focados na produtividade e na sustentabilidade</li> <li>• Reforçar políticas agrícolas regionais e programas de base local, como parques agroindustriais</li> <li>• Apoiar a segurança alimentar e as práticas agrícolas por meio de polos agrícolas, incubadoras e parcerias técnicas</li> </ul>

## O aumento da disponibilidade de informações e de dados conduz a uma melhor afetação de recursos e à confiança dos investidores

**Tabela 4. Recomendações de políticas para melhorar a informação e disponibilidade de dados**

Tipo de avaliação do risco	Ações de política específicas	Ilustração
Avaliações de risco soberano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a recolha e disseminação de dados, em especial de dados macroeconómicos</li> <li>• Imposição de requisitos de autorização e divulgação às agências de notação de crédito</li> </ul>	Em 2021, menos de 30 % dos países africanos tinham um plano estatístico totalmente financiado, em comparação com 44 % na América Latina e Caraíbas e 47 % na Ásia em desenvolvimento.
Avaliações do risco de projetos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Parcerias com terceiros para partilhar informações detalhadas de mercado, técnicas e legais para setores-alvo</li> <li>• Reforço do diálogo entre empresas e o governo, permitindo reações sobre as políticas e os obstáculos ao investimento</li> </ul>	A <i>Rede africana de dados sobre o setor automóvel</i> compila dados detalhados sobre vendas de veículos, procura, taxas de motorização e fábricas de montagem.
Avaliações de sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Harmonização e aplicação de metodologias em matéria de avaliação e comunicação de informações sobre sustentabilidade</li> <li>• Fornecer às pequenas e médias empresas a capacidade de recolher dados de investimento sustentável</li> </ul>	O inquérito aos investidores da CUA/OECD mostra que a falta de capacidade dos parceiros da cadeia de abastecimento, os critérios de sustentabilidade pouco claros e a capacidade de medição limitada representam barreiras importantes.

Nota: Consulte a Tabela 2.2 no Capítulo 2 para mais exemplos.

O reforço das capacidades estatísticas nacionais dos países africanos pode tornar as avaliações de risco-país mais precisas e reduzir o custo do serviço da dívida. As organizações e parcerias internacionais poderiam intensificar o seu apoio às capacidades estatísticas nacionais nos ministérios de finanças e institutos de estatística. A nível nacional, a maioria dos governos pode aumentar a despesa pública em capacidades estatísticas para 0.15 % dos orçamentos nacionais (acima da média em toda a África de apenas 0.07 % em 2021), conforme acordado através da *Strategy for the Harmonization of Statistics in Africa 2017-2026* (CUA/AfDB/UNECA/ACBF, 2017; AUDA-NEPAD, 2022). Um grande número de países africanos poderia melhorar os seus *spreads* de títulos soberanos em 14.5 pontos base, colocando os seus níveis médios de transparência de dados (ou seja, adesão aos padrões internacionais de dados e melhores práticas) em pé de igualdade com os países com melhor desempenho (Kubota e Zeufack, 2020). Melhorar as capacidades estatísticas das autoridades fiscais também ajudaria os países africanos a recuperar uma parte dos 50 mil milhões USD em fluxos financeiros ilícitos perdidos todos os anos, por exemplo, permitindo que as autoridades imponham relatórios financeiros país a país para empresas multinacionais ou combinem registos fiscais com dados de registo de empresas (High Level Panel on Illicit Financial Flows from Africa, 2021).

**Entidades públicas e organizações internacionais, em parceria com atores privados, podem agregar e partilhar informações setoriais e dados de sustentabilidade.** Os resultados do inquérito aos investidores da CUA/OCDE mostram que os investidores solicitam mais informações oficiais e especializadas sobre incentivos e dados estatísticos (Gráfico 5). As agências de promoção de investimentos, reguladores e outras entidades públicas devem fornecer essa informação a nível nacional, atualizando regularmente os dados e apresentando-os em formatos harmonizados e de fácil utilização. Igualmente, os governos africanos podem incentivar a recolha de dados de sustentabilidade através de estruturas nacionais que podem tornar-se a base para uma arquitetura continental de financiamento da sustentabilidade (Were, 2022; Capítulo 7).

Na **África Central**, melhorar a avaliação do capital natural poderia libertar financiamento adicional para o desenvolvimento sustentável da região (Capítulo 4). Apesar de representar o maior sumidouro de carbono do mundo, avaliado em 55 mil milhões USD por ano, apenas 12 % do financiamento internacional alocado à gestão florestal sustentável foi dirigido para as florestas da bacia do Rio Congo na última década, atrás da bacia do Rio Amazonas (34 %) e das florestas do Sudeste Asiático (55 %). A adesão a quadros internacionais, como o Sistema de Contabilidade Económica e Ambiental das Nações Unidas, realizado pelo Burundi e pelos Camarões, pode ajudar os governos a fornecer estimativas confiáveis de capital natural, avaliar oportunidades e melhorar a alocação de financiamento sustentável.

**Gráfico 5. Respostas à questão do inquérito CUA/OCDE aos investidores «Que fontes de informação deveria haver em maior número?»**



Nota: n = 40. O inquérito CUA/OCDE foi dirigido em setembro de 2022 às redes de conselhos empresariais africanos e ao Fórum Empresarial UE-África. Os resultados mostram uma pontuação de classificação ponderada. Para mais informação, ver Gráfico 2.1 no Capítulo 2.

StatLink <https://stat.link/t9cobl>

## **Instituições e parcerias fortes lideradas por africanos podem tornar o financiamento sustentável mais eficaz**

**A expansão e interconexão das bolsas de valores locais poderia mobilizar financiamento adicional para apoiar o crescimento das empresas africanas.** A capitalização de mercado das 28 bolsas de valores nacionais e 2 bolsas regionais em África permanece muito abaixo das economias em desenvolvimento comparáveis: em 2021, o valor total das ofertas públicas iniciais africanas (OPI) representou menos de mil milhões USD (em comparação com 14 mil milhões USD no Brasil e 17 mil milhões USD na Índia). Ao longo do período de 2017-21, as ofertas públicas iniciais africanas (OPI) representaram menos de 1 % do valor mundial de 1.5 mil milhões USD das OPI (PwC, 2021). Durante o mesmo período, 77 % de todo o capital captado por meio de OPI em África teve origem em apenas três mercados (Egito, Nigéria e África do Sul). A interconexão das bolsas de valores pode reduzir os custos de transação, aumentar a atividade de negociação e permitir uma maior integração dos mercados de capitais. Melhorar a transparência dos requisitos de cotação nas bolsas de valores africanas poderia desbloquear o financiamento para as empresas de menor dimensão. Por exemplo, a AELP Trading Link, lançada em 2022, permite a negociação transfronteiriça sem descontinuidades de valores mobiliários em sete bolsas de valores africanas, representando cerca de 1.5 mil milhões USD em capitalização.

**A melhoria da capitalização das instituições africanas de financiamento do desenvolvimento (IFD) pode permitir-lhes apoiar os objetivos de desenvolvimento nacionais.** África abriga 102 IFD, representando cerca de 20 % do seu número total global. No entanto, as IFD africanas raramente gerem ativos superiores a 2-3 % do PIB dos seus países. Dadas as posições orçamentais restritivas dos governos africanos, o aumento da capitalização das IFD africanas reforçaria a sua capacidade de canalizar investimento. Iniciativas como o Programa de Preparação do Fundo Verde para o Clima (GCF) podem ajudar as IFD africanas a diversificar o seu financiamento. Este concede subvenções até

1 milhão USD por ano e assistência técnica a instituições locais em 35 países africanos para receber as creditações necessárias para garantir o financiamento do GCF (GCF, n.d.). A comunidade internacional poderia considerar a reatribuição de parte dos DSE do FMI a instituições financeiras africanas bem geridas, a fim de assegurar o alinhamento com as prioridades regionais. O Banco Africano de Desenvolvimento e o presidente da União Africana pediram a realocação de 100 mil milhões USD em Direitos de Saque Especiais por meio do Fundo Africano de Desenvolvimento para fornecer financiamento concessional em países de baixo rendimento (AfDB, 2022).

**A alavancagem de instrumentos de financiamento inovadores pode desbloquear investimentos sustentáveis adicionais.** Os governos africanos podem recorrer a instrumentos inovadores, como títulos «verdes, sociais, de sustentabilidade e vinculados à sustentabilidade» ou créditos de carbono para aumentar o financiamento climático (Dembele, Schwarz e Horrocks, 2021; Capítulos 4, 5 e 6). Por exemplo, em 2021, o Gabão tornou-se o primeiro país africano a receber fundos (17 milhões USD) como parte do acordo baseado em resultados de 150 milhões USD com a *Iniciativa Florestal da África Central*, pelos esforços do país na redução da deflorestação em 2016-17 (CAFI, 2021). A emissão de títulos verdes em nove países africanos mobilizou 4.5 mil milhões USD em 2014-21. Poderia ser ampliado com reformas regulamentares de apoio, conforme implementadas na América Latina e Caraíbas, que atraíram 32.8 mil milhões USD no mesmo período. A implementação de sistemas de comércio de créditos de carbono poderia mobilizar até 245 mil milhões USD (Wambui, 2022; Yu et al., 2021). A Iniciativa dos Mercados de Carbono em África, lançada na COP27, visa mobilizar 6 mil milhões USD e criar 30 milhões de empregos até 2030. Finalmente, soluções de financiamento em moeda local e outras ferramentas de mitigação de risco podem tornar os projetos mais viáveis e acessíveis para os investidores locais. Por exemplo, o InfraCredit Nigéria fornece garantias em moeda local e mobilizou cerca de 240 milhões USD de fundos de pensões nacionais para financiar ativos de infraestrutura desde 2017.

Na **África do Norte e Ocidental**, as parcerias lideradas por África promovem o desenvolvimento de ferramentas de financiamento verde (Capítulos 6 e 7). Consultas com várias partes interessadas e reformas regulamentares permitiram que o Egito e Marrocos mobilizassem 1.1 mil milhões USD por meio da emissão de títulos verdes, ou 25 % do total de emissões de títulos verdes em todo o continente africano no período de 2014-21. A Iniciativa da África Ocidental para Agricultura Inteligente Climática, um fundo financeiro misto, trabalha por meio de instituições financeiras locais e de terceiros para oferecer assistência técnica e empréstimos a taxas de juro subsidiadas a organizações de agricultores e agronegócios que usam práticas agrícolas resilientes ao clima.

### **Políticas eficazes de integração regional podem ajudar a mobilizar investimentos sustentáveis**

**A harmonização de políticas nacionais de investimento das estratégias de transformação produtiva pode aumentar as oportunidades de investimento sustentável.** Mercados internos pequenos, riscos macroeconómicos, contextos regulamentares fracos e regimes frágeis de licenciamento e constituição de empresas aumentam os riscos e os custos de procurar oportunidades de investimento. Os quadros da política de investimento e as estratégias de transformação produtiva podem funcionar em conjunto para resolver essas questões. Os governos africanos podem colocar a sustentabilidade no centro das políticas de investimento e eficácia regulamentar, particularmente em setores estratégicos como o da energia renovável (ver Capítulos 3 e 5).

**Corredores de desenvolvimento e infraestruturas digitais podem ser expandidos para reduzir défices, aumentar a sustentabilidade e facilitar o comércio.** Até 2030, serão necessários 411 mil milhões USD para todos os equipamentos de transporte – camiões, veículos ferroviários, aeronaves e navios – para acomodar o aumento do comércio gerado pela Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) (UNECA, 2022). No contexto do Programa de Desenvolvimento das Infraestruturas em África, a União Africana colocou os corredores de desenvolvimento no topo da agenda de integração regional de África (UA, 2017). Uma abordagem holística e multidimensional dos corredores de desenvolvimento pode ajudar a resolver os défices de infraestruturas no continente e contribuir para a sustentabilidade social e ambiental (UA, 2020). A expansão das infraestruturas digitais através do Sistema Pan-africano de Pagamentos e Liquidação visa facilitar o comércio, nomeadamente ao reduzir o custo das divisas nas 42 moedas africanas (CUA/OCDE, 2021, 2022).

**Estabelecer vínculos entre empresas multinacionais e pequenas e médias empresas locais leva tempo e requer apoio político para gerar resultados sustentáveis.** As ligações com as PME podem levar até 15 anos a concretizar-se, dado que as empresas líderes necessitam de tempo para investir recursos financeiros, humanos e tecnológicos em parcerias empresariais (Jenkins et al., 2007). Os decisores políticos podem implementar serviços de apoio complementares – como programas de desenvolvimento de fornecedores, serviços de correspondência e fornecimento de dados, incentivos direcionados, políticas de agrupamento inclusivas e apoio de acordo com os padrões internacionais – para promover ligações na cadeia de valor (CUA/OCDE, 2022; OCDE, 2021d). O apoio de terceiros, como agências de formação ou certificação, pode aumentar os benefícios que as empresas líderes transferem para as PME por meio de ligações na cadeia de valor (consulte o Capítulo 7).

**O Protocolo de Investimento da ZCLCA visa harmonizar o panorama da política de investimento africana.** Atualmente, existem 852 tratados bilaterais de investimento entre países africanos e entre países africanos e não africanos (UNECA/UA/AfDB/CNUCED, 2019). A liberalização do comércio e a harmonização das leis de investimento, concorrência e direitos de propriedade intelectual sob a ZCLCA poderiam aumentar o stock de IDE em África em 122 % de fora do continente e em 68 % de outros países africanos, em comparação com os níveis de 2017 (Echandi, Maliszewska e Steenberg, 2022). A implementação do Protocolo de Investimento da ZCLCA, aprovado na Cimeira da União Africana em fevereiro de 2023, requer mecanismos de monitorização; experiências das comunidades económicas regionais africanas – como o *Scorecard* de Monitorização do Clima de Investimento da CEDEAO e o Quadro de Política de Investimento da SADC – e de outras regiões do mundo fornecem exemplos de como coordenar políticas e monitorizar o progresso. Um maior intercâmbio com representantes do setor privado, como a iniciativa AfroChampions, ajudaria a promover oportunidades de investimento ao longo do processo de implementação da ZCLCA.

Na **África Oriental e Austral**, os projetos transfronteiriços podem apoiar o desenvolvimento de energia renovável e o comércio transfronteiriço de energia renovável (Capítulos 3 e 5). O Corredor de Energia Limpa de África, que conecta o Grupo de Energia da África Oriental e o Grupo de Energia da África Austral, visa aumentar o fornecimento de eletricidade em 2.5 vezes, atendendo 40-50 % das necessidades de energia em ambas as regiões até 2030, reduzindo os níveis anuais de emissão de CO<sub>2</sub> em 310 megatoneladas.

## Notas

1. O crescimento do PIB *per capita* deverá ser inferior, de 1.3 % em 2023 e de 1.8 % em 2024, devido ao forte crescimento demográfico.



## Bibliografia

- AfDB (2022), «President Macky Sall and African Development Bank Group head Dr Akinwumi Adesina call for substantial support for Africa's low-income countries», 17 de setembro, artigo do Banco Africano de Desenvolvimento, [www.afdb.org/fr/news-and-events/president-macky-sall-and-african-development-bank-group-head-dr-akinwumi-adesina-call-substantial-support-african-low-income-countries-54845](http://www.afdb.org/fr/news-and-events/president-macky-sall-and-african-development-bank-group-head-dr-akinwumi-adesina-call-substantial-support-african-low-income-countries-54845).
- AfDB/IFC/MFW4A (2022), *Gauging Appetite of African Institutional Investors for New Asset Classes*, Banco Africano de Desenvolvimento, Corporação Financeira Internacional e Making Finance Work for Africa, [www.mfw4a.org/sites/default/files/resources/gauging\\_appetite\\_of\\_african\\_institutional\\_investors\\_for\\_new\\_asset\\_classes\\_-\\_published.pdf](http://www.mfw4a.org/sites/default/files/resources/gauging_appetite_of_african_institutional_investors_for_new_asset_classes_-_published.pdf).
- AfDB/OCDE/PNUD (2015), *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>.
- AIE (2022), *Africa Energy Outlook 2022*, Agência Internacional de Energia, [www.iea.org/reports/africa-energy-outlook-2022](http://www.iea.org/reports/africa-energy-outlook-2022).
- Amendolagine, V. et al. (2013), «FDI and local linkages in developing countries: Evidence from sub-Saharan Africa», *World Development*, vol. 50, pp. 41-56, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.05.001>.
- Asquith, P. e S. Opoku-Owusu (2020), «Diaspora investment to help reach the SDGs in Africa: Prospects and trends», em *Foreign Direct Investment Perspective through Foreign Direct Divestment*, IntechOpen, Londres, [www.intechopen.com/chapters/72728](http://www.intechopen.com/chapters/72728).
- AUDA-NEPAD (2022), *Second Continental Report on the Implementation of Agenda 2063*, Agência de Desenvolvimento da União Africana, África do Sul, [www.nepad.org/microsite/2nd-continental-report-implementation-of-agenda-2063](http://www.nepad.org/microsite/2nd-continental-report-implementation-of-agenda-2063).
- Banco Mundial (2021), *The Changing Wealth of Nations 2021: Managing Assets for the Future*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://hdl.handle.net/10986/36400>.
- CUA/AfDB/UNECA/ACBF (2017), *Strategy for the Harmonization of Statistics in Africa 2017-2026 (SHaSA 2)*, [https://au.int/sites/default/files/documents/34580-doc-34577-doc-shasa\\_ii\\_strategy\\_eng\\_full\\_web.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/34580-doc-34577-doc-shasa_ii_strategy_eng_full_web.pdf).
- CUA/OCDE (2022), *Africa's Development Dynamics 2022: Regional Value Chains for a Sustainable Recovery*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/2e3b97fd-en>.
- CUA/OCDE (2021), *Africa's Development Dynamics 2021: Digital Transformation for Quality Jobs*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/0a5c9314-en>.
- CUA/OCDE (2019), *Africa's Development Dynamics 2019: Achieving Productive Transformation*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c1cd7de0-en>.
- CUA/OCDE (2018), *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264302501-en>.
- BCG (2022), *Global Asset Management 2022: From Tailwinds to Turbulence*, Boston Consulting Group, <https://web-assets.bcg.com/c8/5a/2f2f5d784302b945ba1f3276abb/global-asset-management-2022-from-tailwinds-to-turbulence-may-2022.pdf>.
- CAFI (2021), «Gabon: First in Africa to receive payments for preserved rainforests», *Iniciativa Florestal da África Central*, [www.cafi.org/countries/gabon/gabon-first-africa-receive-payments-preserved-rainforests](http://www.cafi.org/countries/gabon/gabon-first-africa-receive-payments-preserved-rainforests).
- Dembele, F., R. Schwarz e P. Horrocks (2021), *Scaling up Green, Social, Sustainability and Sustainability-linked Bond Issuances in Developing Countries*, OECD Publishing, Paris, [www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/blended-finance-principles/documents/scaling-up-green-social-sustainability-sustainability-linked-bond-issuances-developing-countries.pdf](http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/blended-finance-principles/documents/scaling-up-green-social-sustainability-sustainability-linked-bond-issuances-developing-countries.pdf).
- Diallo, A., L. Jacolin e I. Rabaud (2021), «Foreign direct investment and domestic private investment in sub-Saharan African countries: Crowding-in or out?», *Ferdi Working Papers*, No. 292, <https://ferdi.fr/dl/dl-MtwjIRQa4ZgpWvN5BBwKh5X3/ferdi-p292-foreign-direct-investment-and-domestic-private-investment-in.pdf>.
- Echandi, R., M. Maliszewska e V. Steenbergen (2022), *Making the Most of the African Continental Free Trade Area: Leveraging Trade and Foreign Direct Investment to Boost Growth and Reduce Poverty*, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento/Banco Mundial, Washington, DC, <https://documents1.worldbank.org/curated/en/09930500622230294/pdf/P1722320bf22cd02c09f2b0b3b320afc4a7.pdf>.
- Faal, G. (2019), *Strategic, Business and Operational Framework for an African Diaspora Finance Corporation: African Union Legacy Project on Diaspora Investment, Innovative Finance and Social Enterprise in Africa*, Comissão da União Africana, Adis Abeba, [https://au.int/sites/default/files/documents/40847-doc-EN-ADFC\\_Business\\_and\\_Operational\\_Framework\\_-\\_May\\_2019.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/40847-doc-EN-ADFC_Business_and_Operational_Framework_-_May_2019.pdf).
- FAO (2022), FAOSTAT (base de dados), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, [www.fao.org/faostat/en/#home](http://www.fao.org/faostat/en/#home) (consultado em outubro de 2022).

- fDi Intelligence (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets) (consultado em 19 de setembro de 2022).
- FIDA/Banco Mundial (2015), *The Use of Remittances and Financial Inclusion*, Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Roma, [www.ifad.org/documents/38714170/40187309/gpfi.pdf/58ce7a06-7ec0-42e8-82dc-c069227edb79](http://www.ifad.org/documents/38714170/40187309/gpfi.pdf/58ce7a06-7ec0-42e8-82dc-c069227edb79).
- FMI (2023a), *Regional Economic Outlook África abril de 2023*, FMI Publication Services, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, [www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2023/04/14/regional-economic-outlook-for-sub-saharan-africa-april-2023](http://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2023/04/14/regional-economic-outlook-for-sub-saharan-africa-april-2023).
- FMI (2023b), «List of LIC DSAs for PRGT-eligible countries», Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, [www.imf.org/external/Pubs/ft/dsa/DSAlist.pdf](http://www.imf.org/external/Pubs/ft/dsa/DSAlist.pdf).
- FMI (2022), *World Economic Outlook Database*, Edição de outubro de 2022, Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October22](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October22) (consultado em outubro de 2022).
- GCA (2022), *State and Trends in Adaptation in Africa 2022*, Global Center on Adaptation, Roterdão, <https://gca.org/reports/sta22/>.
- GCF (n.d.), «Overview», página Web do Fundo Verde para o Clima, [www.greenclimate.fund/readiness](http://www.greenclimate.fund/readiness) (consultado em 2 de fevereiro de 2023).
- GIIN (2020), *Annual Impact Investor Survey*, Global Impact Investing Network, <https://thegiin.org/assets/GIIN%20Annual%20Impact%20Investor%20Survey%202020.pdf>.
- High Level Panel on Illicit Financial Flows from Africa (2021), *Track it! Stop it! Get it! Report of the High Level Panel on Illicit Financial Flows from Africa*, UA/UNECA Conference of Ministers of Finance, Planning and Economic Development, [https://au.int/sites/default/files/documents/40545-doc-IFFs\\_REPORT.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/40545-doc-IFFs_REPORT.pdf).
- Jenkins, B. et al. (2007), *Business Linkages: Lessons, Opportunities, and Challenges*, Corporação Financeira Internacional, International Business Leaders Forum e Kennedy School of Government, Harvard, [www.hks.harvard.edu/sites/default/files/centers/mrcbg/programs/crj/files/report\\_16\\_BUSINESS%20LINKAGESFINAL.pdf](http://www.hks.harvard.edu/sites/default/files/centers/mrcbg/programs/crj/files/report_16_BUSINESS%20LINKAGESFINAL.pdf).
- Juvonen, K. et al. (2019), «Unleashing the potential of institutional investors in Africa», *AfDB Working Papers*, n.º 325, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, [www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/wps\\_no\\_325\\_unleashing\\_the\\_potential\\_of\\_institutional\\_investors\\_in\\_africa\\_c\\_rv1.pdf](http://www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/wps_no_325_unleashing_the_potential_of_institutional_investors_in_africa_c_rv1.pdf).
- Kubota, M. e A. Zeufack (2020), «Assessing the returns on investment in data openness and transparency», *World Bank Policy Research Working Paper*, n.º 9139, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/5dad280a-b4a8-538b-a34b-407980c8a848>.
- OCDE (2023), «ODA Levels in 2022 – preliminary data: Detailed summary note», OECD, Paris, [www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/ODA-2022-summary.pdf](http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/ODA-2022-summary.pdf).
- OCDE (2022a), *Global Outlook on Financing for Sustainable Development 2023*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/fcbe6ce9-en>.
- OCDE (2022b), «Mobilisation», *Flows Based on Individual Projects (CRS)* (base de dados), OECD Publishing, Paris, [https://stats-1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV\\_DCD\\_MOBILISATION](https://stats-1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV_DCD_MOBILISATION) (consultado em dezembro de 2022).
- OCDE (2022c), *FDI Qualities Policy Toolkit*, OECD Publishing, Paris, [www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/fdi-qualities-policy-toolkit\\_7ba74100-en](http://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/fdi-qualities-policy-toolkit_7ba74100-en).
- OCDE (2021a), *Private Philanthropy for Development: Data for Action Dashboard*, OECD Publishing, Paris, <https://oecd-main.shinyapps.io/philanthropy4development/> (consultado em novembro de 2022).
- OCDE (2021b), *OECD Global Pension Statistics* (base de dados), <https://doi.org/10.1787/pension-data-en> (consultado em outubro de 2022).
- OCDE (2021c), *Mobilising Institutional Investors for Financing Sustainable Development in Developing Countries: Emerging Evidence of Opportunities and Challenges*, OECD Publishing, Paris, [www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/Mobilising-institutional-investors-for-financing-sustainable-development-final.pdf](http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/Mobilising-institutional-investors-for-financing-sustainable-development-final.pdf).
- OCDE (2021d), «Enabling SME linkages with foreign firms in global value chains», em *Middle East and North Africa Investment Policy Perspectives*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/824a45f1-en>.
- OCDE/ATAF/CUA (2022), *Revenue Statistics in Africa 2022*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/ea66fbde-en-fr>.
- PNUD (2023), *Lowering the Cost of Borrowing in Africa: The Role of Sovereign Credit Ratings*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, <https://www.undp.org/africa/publications/lowering-cost-borrowing-africa-role-sovereign-credit-ratings>.

- PwC (2021), *Africa Capital Markets Watch 2021*, PricewaterhouseCoopers, [www.pwc.co.za/en/assets/pdf/africa-capital-markets-watch-2021.pdf](http://www.pwc.co.za/en/assets/pdf/africa-capital-markets-watch-2021.pdf).
- Smith, G. (3 de outubro de 2022), «African Eurobonds in Q3 2022», LinkedIn, [www.linkedin.com/pulse/african-eurobonds-q3-2022-gregory-smith/](http://www.linkedin.com/pulse/african-eurobonds-q3-2022-gregory-smith/).
- Stewart, F. (18 de janeiro de 2022), «The elephant in the room: Bringing sustainable investment to Africa», Blogue World Bank Private Sector Development, <https://blogs.worldbank.org/psd/elephant-room-bringing-sustainable-investment-africa>.
- Trading Economics (2022), «Indicators: Credit Rating | Africa», Trading Economics (base de dados), <https://tradingeconomics.com/country-list/rating?continent=africa> (consultado em janeiro de 2023).
- UA (2020), *The Integrated Corridor Approach - «A Holistic Infrastructure Planning Framework to establish PIDA-PAP 2»*, Nota Estratégica, União Africana, [https://pp2.au-pida.org/wp-content/uploads/2020/04/English-Strategic-Note\\_Integrated-Corridor-Approach-and-Selection-Criteria-AUC.pdf](https://pp2.au-pida.org/wp-content/uploads/2020/04/English-Strategic-Note_Integrated-Corridor-Approach-and-Selection-Criteria-AUC.pdf).
- UA (2017), «Infrastructure corridors are key to Africa's intra-regional trade, job creation: Stakeholders agree at PIDA Session», Comunicado de imprensa, União Africana, <https://au.int/en/pressreleases/20171127/infrastructure-corridors-are-key-africa%E2%80%99s-intra-regional-trade-job-creation>
- UN DESA (2022), «World Population Prospects: The 2022 Revision», Nações Unidas (base de dados), United Nations Department of Economic and Social Affairs, Nova Iorque, <https://population.un.org/dataportal/data/indicators/67/locations/903/start/2000/end/2030/table/pivotbylocation> (consultado em outubro de 2022).
- UNECA (2022), *The African Continental Free Trade Area and Demand for Transport Infrastructure and Services*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, <https://hdl.handle.net/10855/47596>.
- UNECA/UA/AfDB/CNUCED (2019), *Assessing Regional Integration in Africa (ARIA IX): Next Steps for the African Continental Free Trade Area*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, União Africana, Banco Africano de Desenvolvimento e Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Adis Abeba, [https://archive.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/aria9\\_report\\_en\\_4sept\\_fin.pdf](https://archive.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/aria9_report_en_4sept_fin.pdf).
- Wambui, R. (2022), «Scaling up sustainable finance and investment in the Global South: A case study of sub-Saharan Africa», em *Scaling Up Sustainable Finance and Investment in the Global South*, CEPR Press, Londres, [https://cepr.org/system/files/publication-files/175477-scaling\\_up\\_sustainable\\_finance\\_and\\_investment\\_in\\_the\\_global\\_south.pdf](https://cepr.org/system/files/publication-files/175477-scaling_up_sustainable_finance_and_investment_in_the_global_south.pdf).
- Were, A. (2022), «The impacts of climate change continue to compromise the livelihoods of hundreds of millions of Africans», FSD Kenya Blog, 21 de outubro, [www.fsdkenya.org/blogs-publications/blog/how-to-develop-a-green-project-pipeline-in-africa/](http://www.fsdkenya.org/blogs-publications/blog/how-to-develop-a-green-project-pipeline-in-africa/).
- Yu, S. et al. (2021), «The potential role of Article 6 compatible carbon markets in reaching net-zero», *School of Public Policy e IETA Working Paper*, International Emissions Trading Association e Universidade de Maryland, [www.ieta.org/resources/Resources/Net-Zero/Final\\_Net-zero\\_A6\\_working\\_paper.pdf](http://www.ieta.org/resources/Resources/Net-Zero/Final_Net-zero_A6_working_paper.pdf).







## Capítulo 1

# **Investimentos sustentáveis de África em tempos de crise mundial**

Este capítulo conclui que os países africanos necessitam de investimentos mais sustentáveis para criar empregos e promover o crescimento inclusivo. Descreve em que medida os investimentos e o financiamento sustentáveis não conseguiram responder às oportunidades oferecidas pelo continente analisando o seu potencial de melhoria. Neste âmbito, o capítulo avalia, em primeiro lugar, o contexto de investimento sustentável que está a emergir das múltiplas crises da pandemia de COVID-19, as repercussões globais dos conflitos e das alterações climáticas e fornece uma estimativa do défice de financiamento sustentável do continente. Em segundo lugar, analisa a quebra de confiança dos investidores e o elevado custo do capital como barreiras específicas ao investimento que estas crises amplificaram. Em terceiro lugar, o capítulo identifica as relações de investimento com as pequenas e médias empresas, os investimentos intra-africanos e os investidores institucionais como três áreas que oferecem um potencial inexplorado para apoiar a integração regional e o crescimento sustentável de África.

# EM SÍNTESE

Em resultado de três crises mundiais (a pandemia de COVID-19, as repercussões globais dos conflitos e a crise climática), as necessidades de financiamento sustentável de África estão a aumentar. No início da pandemia de COVID-19, em 2020, o défice de financiamento sustentável de África atingiu 272 mil milhões USD, o nível mais elevado desde o início das projeções em 2015. No entanto, esta diferença parece pequena, em comparação com o capital disponível em todo o mundo e no continente: o défice médio de financiamento sustentável de 194 mil milhões USD para 2015-21, calculado no presente relatório, equivale a menos de 0.2 % do volume global e a 10.5 % do volume de ativos sob gestão detidos por africanos – ativos financeiros que as empresas de gestão de patrimónios gerem em nome de investidores.

Os recentes choques globais aumentaram as barreiras ao investimento, reduzindo a confiança dos investidores e exacerbando a escassez de informação, ao mesmo tempo que aumentaram o custo do capital em África face a outras regiões do mundo. Os riscos relacionados com os choques globais e a escassez de informação continuam a ser as principais razões para a limitada atratividade do investimento em África. Devido às notações de crédito desfavoráveis e à maior aversão ao risco entre os investidores internacionais, os custos do capital público e privado estão consideravelmente acima das médias globais, especialmente no setor das energias renováveis. A disponibilidade limitada de dados é um problema generalizado, dificultando as avaliações de risco e as estratégias de mitigação e aumentando o custo da procura de oportunidades de investimento. A falta de dados torna também difícil medir a afetação de fundos para o desenvolvimento sustentável e os seus impactos.

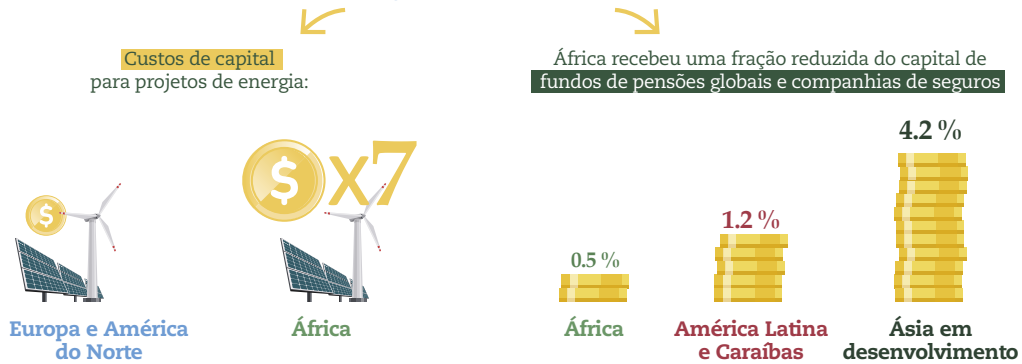
As atuais fontes de investimento podem apoiar melhor a integração regional, a criação de emprego e o crescimento inclusivo. Uma melhor integração do investimento direto estrangeiro nas economias locais pode criar postos de trabalho e melhorar a participação de África nas cadeias de valor mundiais e regionais. As empresas líderes regionais africanas e os investidores institucionais apresentam grande potencial para impulsionar setores que podem equilibrar melhor a sustentabilidade económica, social e ambiental, como as tecnologias de informação e comunicação, o financiamento e as energias renováveis.

# Os investimentos sustentáveis de África em tempos de crise global

O défice de financiamento sustentável anual de 194 mil milhões USD de África pode ser superado



A confiança dos investidores é muito menor em África do que noutras regiões do mundo

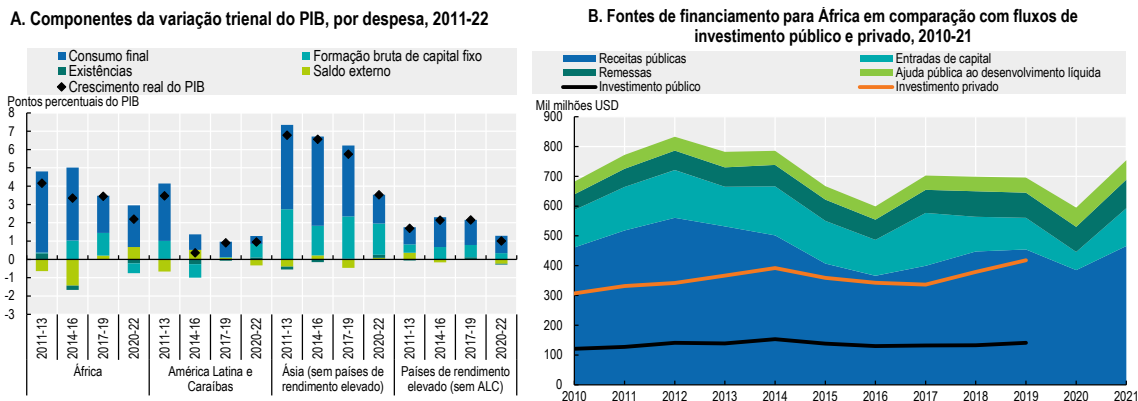


Atrair investimentos sustentáveis: onde procurar



## Perfil continental da África

Gráfico 1.1. Componentes do crescimento económico e fontes de financiamento em África

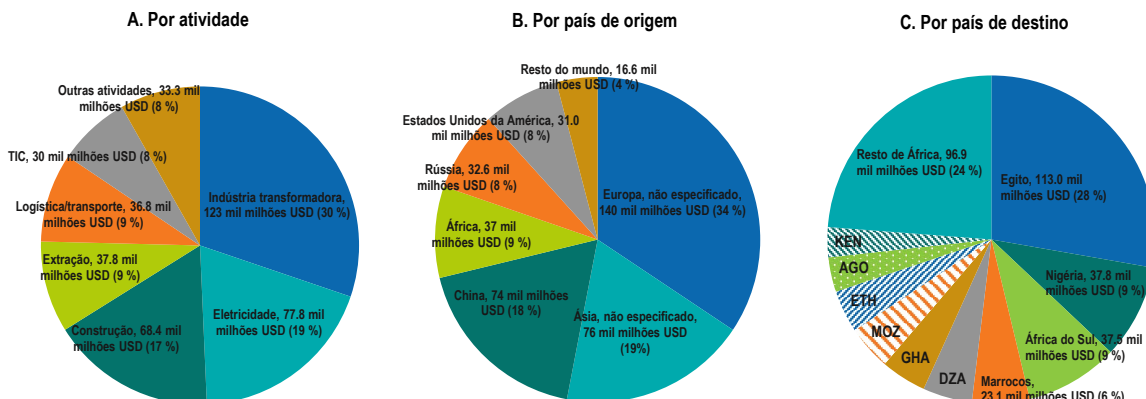


Nota: As componentes do crescimento do PIB são calculadas numa base anual, utilizando o crescimento real anual do PIB para estimar o aumento real em USD. Os valores agregados são calculados considerando a média dos valores nacionais ponderados pelo PIB em USD de paridade de poder de compra. As componentes do crescimento do PIB ao longo de períodos de três anos foram calculadas considerando a diferença entre a média geométrica do crescimento anual do PIB real ao longo do período e o crescimento real do PIB ao definir cada componente como zero para anos individuais. O saldo externo é a diferença entre as importações e as exportações. As importações contribuem negativamente para o PIB. «Países de rendimento elevado» refere-se a países classificados como de «rendimento elevado» de acordo com o *Country and Lending Groups* do Banco Mundial, com exceção da América Latina e das Caraíbas. As receitas públicas incluem todas as receitas públicas fiscais e não fiscais menos o serviço da dívida e os subsídios recebidos. As entradas de capital incluem o investimento direto estrangeiro (IDE), o investimento de carteira e outras entradas de investimento reportadas pelo Fundo Monetário Internacional no âmbito da contabilização de ativos/passivos. Os valores relativos às entradas de capital devem ser interpretados com alguma cautela, uma vez que faltam alguns valores para 2021 e para as entradas de carteira.

Fontes: Cálculos dos autores baseados em FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October); OCDE (2022a), *OECD Development Assistance Committee* (base de dados), <https://stats1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A>; Banco Mundial (2022a), *World Development Indicators* (base de dados), <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>; FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (database), <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52>; FMI (2022c), *Investment and Capital Stock Dataset (ICSD)* (database), <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4>; e Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances* (base de dados), [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances).

StatLink <https://stat.link/067935>

Gráfico 1.2. Fluxos de investimento direto estrangeiro *greenfield* em África, por atividade, fonte e destino, 2017-22



Nota: A base de dados da fDi Markets é usada apenas para análise comparativa. Os montantes de investimento reais não devem ser deduzidos, uma vez que os dados da fDi Markets se baseiam em anúncios iniciais de projetos de investimento, incluindo uma parte dos projetos que não se concretizam efetivamente. AGO = Angola, DZA = Argélia, ETH = Etiópia, GHA = Gana, KEN = Quênia e MOZ = Moçambique. TIC = Tecnologias da Informação e Comunicação

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/xftpb6>

## Os investimentos sustentáveis ainda não aproveitaram as oportunidades que as economias africanas oferecem

Os países africanos representam a fronteira de investimento mundial, detendo ativos importantes. África tem, destacadamente, a população mais jovem de todas as regiões, com uma idade média de 19 anos, e por comparação aos 30 anos na América Latina e nas Caraíbas, 31 na Ásia em desenvolvimento, que são as regiões mais próximas, e 42 anos na Europa, que é a mais envelhecida (UN DESA, 2022). Estima-se que, até 2050, a população de África quase duplicará, passando de cerca de 1.4 mil milhões de habitantes para aproximadamente 2.5 mil milhões. Com efeito, mais de metade do crescimento da população mundial ocorrerá naquele continente, incluindo nas zonas rurais (UN DESA, 2022; BAD/OCDE/PNUD, 2015). Em 2022, África foi a única região do mundo com um crescimento anual positivo do financiamento de *start-ups* (5 %) (Cuvellier, 2023). As estimativas apontam para que os rendimentos agrícolas para cereais e grãos em grandes partes de África poderão duplicar ou triplicar, somando 20 % à produção mundial (McKinsey, 2019). A produção de cobalto da República Democrática do Congo representa 70 % do total mundial – constituindo um recurso fundamental para a produção de baterias (ANRC, 2021). De 2011 a 2020, as florestas africanas aumentaram o stock de carbono em 11.6 milhões de quilotoneladas de emissões líquidas equivalentes de CO<sub>2</sub>, enquanto o stock de carbono em florestas fora da África diminuiu em 13 milhões de quilotoneladas. Deste aumento, 59 % situava-se nas florestas da África Central, atualmente reconhecidas como o maior sumidouro de carbono do mundo. O continente apresenta 60 % dos melhores recursos solares do mundo (AIE, 2022a).

África registou um elevado crescimento, apoiado por investimentos, embora tal não tenha impulsionado suficientemente a transformação produtiva. Desde o início do século XXI, África ostentou a segunda maior taxa de crescimento económico do mundo, depois da Ásia em desenvolvimento. O crescimento africano está, efetivamente, a recuperar desde a recessão global de 2020: as estimativas de crescimento situam-se em 3.9 % em 2023 e projetam-se para 2024 em 4.2 % – atrás da Ásia em desenvolvimento e à frente da América Latina e das Caraíbas, respetivamente com 4.7 % e 1.7 % em 2023 e 5 % e 2.3 % em 2024. As elevadas taxas de investimento impulsionaram o crescimento de África, tendo a contribuição da formação bruta de capital fixo para o crescimento do produto interno bruto (PIB) atingido um pico de 1.2 pontos percentuais em 2017-19, antes de diminuir durante a pandemia de COVID-19 em 2020-22 (Gráfico 1.1). Em geral, o elevado crescimento não catalisou suficientemente a transformação produtiva, incluindo a criação de emprego e a integração da cadeia de valor (CUA/OCDE, 2018, 2019, 2022).

Os investimentos sustentáveis são essenciais para orientar a transformação produtiva para a inclusão e a resiliência. Ao mobilizarem e afetarem investimentos, os países africanos necessitam de gerir as tensões entre os objetivos económicos de transformação produtiva e os objetivos sociais e ambientais, como a inclusão e a resiliência às alterações climáticas (Caixa 1.1). É o caso, por exemplo, do equilíbrio entre a produção de energia e a redução do carbono, a utilização e conservação dos solos agrícolas ou a criação de emprego em massa e as normas laborais. Para enfrentar os desafios globais emergentes do século XXI, os países africanos podem utilizar investimentos sustentáveis para tirar o máximo partido dos ativos únicos do continente, reduzindo simultaneamente a sua vulnerabilidade a crises e choques.



### Caixa 1.1. Agenda 2063 e investimentos sustentáveis: Abordagem do presente relatório

A Agenda 2063 da União Africana fornece um modelo para uma transformação que combina **produtividade e sustentabilidade**. A Agenda 2063 define o objetivo de uma «África próspera, baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável» (UA, 2015). Embora a criação de empregos de qualidade e o desenvolvimento de setores altamente produtivos permaneçam essenciais (CUA/OCDE, 2018), o continente africano enfrenta agora uma oportunidade para orientar a sua transformação económica como resposta às alterações climáticas e a preservação dos ambientes naturais. A Agenda 2063 considera explicitamente a sustentabilidade ambiental, afirmando que «as dotações naturais únicas de África, o seu ambiente e os seus ecossistemas [devem ser] saudáveis, valorizados e protegidos, com economias e comunidades resilientes às alterações climáticas» (CUA, 2015).

Os investimentos são sustentáveis se for possível prever que os seus benefícios económicos, sociais e ambientais totais ultrapassem o seu custo total. A sustentabilidade económica refere-se à viabilidade a longo prazo de uma atividade baseada no mercado para todos os intervenientes. A sustentabilidade social consiste em efeitos no desenvolvimento humano, no bem-estar individual e em efeitos diretos coletivos, como a paz e a coesão social (Pacto Global das Nações Unidas, 2022). A sustentabilidade ambiental é alcançada se a atividade do investimento não ultrapassar os limites dos sistemas ecológicos que sustentam a vida no Planeta (tendo em conta questões como as alterações climáticas, a poluição química e a utilização de água doce) (NBS, 2022). Os quadros globais para acompanhar os efeitos diretos de sustentabilidade incluem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e várias normas ambientais, sociais e de governação (OCDE, 2022b).

O relatório *Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2023* analisa quais os investimentos que oferecem o melhor equilíbrio e minimizam os compromissos entre a sustentabilidade económica, social e ambiental, devendo cada dimensão centrar-se em desafios específicos de África:

- **Económico: Integração regional.** As crises recentes demonstraram a necessidade de África reduzir a sua vulnerabilidade aos choques globais através de uma melhor integração do mercado e de cadeias de abastecimento regionais mais fortes (CUA/OCDE, 2022).
- **Social: Criação de emprego e crescimento inclusivo.** Tendo em conta o crescimento demográfico e as desigualdades entre as zonas rurais e as zonas urbanas, a criação de um grande número de empregos de elevada qualidade e de oportunidades para as populações pobres de África é fundamental para a sustentabilidade social (CUA/OCDE, 2018, 2019, e, 2021).
- **Ambiental: Apoiar a resiliência às alterações climáticas e uma transição energética justa.** Tendo em conta o reduzido contributo de África para as alterações climáticas e a sua vulnerabilidade a fenómenos meteorológicos extremos, a adaptação às alterações climáticas e uma combinação específica de investimentos energéticos a nível nacional são prioritários.

Para captar a complexidade dos investimentos sustentáveis, o relatório *Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2023* analisa as fontes públicas e privadas de financiamento sustentável, comparando-as entre regiões, países e setores. Abrange uma série de bases de dados, incluindo o investimento direto estrangeiro (IDE) e as empresas multinacionais, as receitas públicas, os fundos de pensões, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD), o investimento de impacto e a filantropia, complementadas por dados primários de um inquérito e entrevistas com investidores multinacionais. O relatório compara os efeitos diretos de sustentabilidade entre setores com base na literatura atual e nos indicadores disponíveis, como as emissões de gases com efeito de estufa e a criação de emprego. Apresenta análises adicionais sobre setores específicos com elevado potencial de sustentabilidade, como as energias renováveis e as infraestruturas.

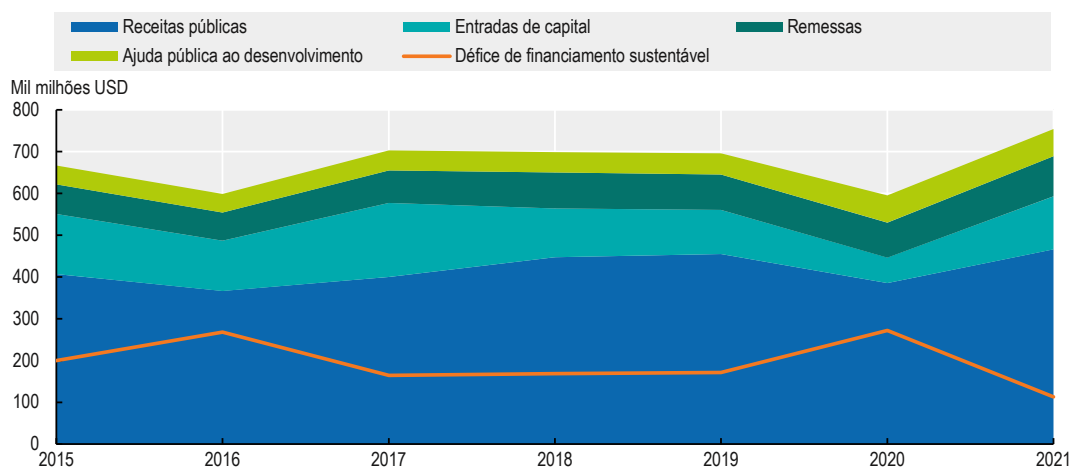


## Apesar do impacto das crises mundiais, o défice de financiamento sustentável de África pode ser colmatado

A pandemia de COVID-19, as repercussões globais dos conflitos e as alterações climáticas estão a aumentar as necessidades de financiamento sustentável de África.

- Em 2020, o défice anual de financiamento sustentável (isto é, a diferença entre o financiamento necessário para alcançar os ODS e a disponibilidade de recursos financeiros) atingiu 272 mil milhões USD, o nível mais elevado desde o início das projeções em 2015 (Gráfico 1.3), em grande parte devido à pandemia de COVID-19. Embora o financiamento disponível tenha recuperado em 2021, é provável que o agravamento das condições macroeconómicas em 2022 venha a agravar novamente o fosso.
- As repercussões dos conflitos estão a criar necessidades de investimento adicionais e tensões nas finanças de África. Os conflitos recentes conduziram a perturbações nas cadeias de abastecimento e a aumentos dos preços de importações críticas (produtos alimentares, energia e fertilizantes), ao mesmo tempo que fomentaram a inflação e desencadearam uma maior contração global das políticas monetárias. Tal poderia acrescentar uma necessidade de financiamento estimada de 6 a 10 mil milhões USD por ano para os países africanos importadores de produtos de base (FMI, 2022d).
- Para manter o aquecimento global abaixo de 1.5°C até 2030, os países africanos necessitam de aproximadamente 277 mil milhões USD por ano para executarem as suas contribuições determinadas a nível nacional, em conformidade com o Acordo de Paris – quase dez vezes mais do que os 29.5 mil milhões USD mobilizados até à data (CPI, 2022).

Gráfico 1.3. Déficit de financiamento disponível e de financiamento sustentável, 2015-21



Nota: Para mais pormenores, ver Anexo 1.A.

Fonte: Cálculos dos autores com base em OCDE (2022b), *Global Outlook on Financing for Sustainable Development 2023: No Sustainability Without Equity*, <https://doi.org/10.1787/fcbe6ce9-en>; FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October); OCDE (2022a), *OECD Development Assistance Committee (base de dados)*, <https://stats-1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A>; Banco Mundial (2022a), *International Debt Statistics (database)*, <https://databank.worldbank.org/source/international-debt-statistics>; FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP) (base de dados)*, <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52>; e Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances (base de dados)*, [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances); UNCTAD (2020b), «Economic Development in Africa Report 2020: Press Conference», Comunicado de imprensa, <https://unctad.org/osgstatement/economic-development-africa-report-2020-press-conference>.

StatLink <https://stat.link/vulh0r>

**A diminuição das receitas fiscais e o aumento das dívidas e das taxas de juro estão a colocar muitos países africanos em situação de crise da dívida.** Embora as receitas públicas continuem a representar, de longe, a maior fonte individual de financiamento, diminuíram acentuadamente em resultado da pandemia de COVID-19 (Gráfico 1.3), enquanto o PIB *per capita* diminuiu 4.1 % em 2020. Os governos africanos recolheram, em média, 6.2 % menos receitas em 2020 do que em 2015, numa base *per capita* real (tendo em conta o crescimento demográfico e a inflação). O aumento dos níveis da dívida, cada vez mais devidos a credores privados, contribuiu para aumentar o custo do serviço da dívida de apenas 3 % para mais de 5 % do rendimento nacional bruto no período de 2010-20. O aumento das taxas de juro mundiais desde março de 2022 veio agravar as restrições impostas aos governos africanos, ao ter impacto na liquidez e nas taxas de câmbio mundiais e ao desencadear saídas de investimento de carteira. Em fevereiro de 2023, o Fundo Monetário Internacional (FMI) considerava 8 países africanos em situação de crise da dívida,<sup>1</sup> mais 13 países<sup>2</sup> em risco de sobre-endividamento elevado (FMI, 2023). Por exemplo, entre 2021 e 2022, as taxas de rendibilidade das euro-obrigações mais do que triplicaram para o Gana e quase duplicaram para o Egito, Gabão, Quênia, Nigéria e Tunísia, colocando estes países fora do mercado (Smith, 2022). Os mecanismos de redução do peso da dívida podem fazer face a uma parte do peso da dívida; estes incluem a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G20 (DSSI) ou o Quadro Comum do G20/Clube de Paris para o Tratamento da Dívida além do DSSI (Ekeruche, 2022; FMI, 2021a).

**A APD para África deve continuar a aumentar, nomeadamente para adaptação às alterações climáticas.** A APD aumentou em resposta à COVID-19, tendo os países africanos recebido cerca de 65 mil milhões USD em 2020 e 2021, em comparação com menos de 51 mil milhões em 2019. No entanto, em 2020, este aumento não compensou as insuficiências nas despesas dos governos africanos e nos fluxos financeiros (Gráfico 1.3). A APD também ainda não atingiu os níveis prometidos pela comunidade internacional. Em 2020, os países de rendimento elevado disponibilizaram e mobilizaram 83.3 mil milhões USD para ações no domínio do clima nos países em desenvolvimento, não cumprindo o objetivo de 100 mil milhões USD estabelecido na Cimeira das Nações Unidas sobre o Clima, em Copenhaga, em 2009 (OCDE, 2022c). De 2019 a 2020, o financiamento público internacional da luta contra as alterações climáticas para os países africanos cresceu apenas marginalmente, de 22.3 para 24.3 mil milhões USD (CPI, 2022). Os países com maiores restrições orçamentais são também os mais vulneráveis às alterações climáticas: em média, os países de baixo rendimento em África precisariam de um equivalente a 21 % do seu PIB para implementar contribuições determinadas a nível nacional, em comparação com apenas 9 % para os países de rendimento médio (CPI, 2022).

**O défice de financiamento sustentável de África continua a ser reduzido, em comparação global.** O défice médio de financiamento sustentável de 194 mil milhões USD para 2015-21, calculado no presente relatório (Gráfico 1.3), seria equivalente a uma reafetação anual inferior a 0.2 % do total de 112 000 mil milhões de USD das existências mundiais, isto é, 10.5 % do total de 1 800 mil milhões USD das existências de ativos sob gestão africana (BCG, 2022; Juvonen et al., 2019). Uma reafetação anual de 0.2 % faria com que a dotação total de ativos globais sob gestão para África passasse de menos de 1 % (Quadro 1.1) para cerca de 2.3 % até 2030, ainda muito abaixo da quota-parte do continente no PIB mundial (2.9 % em 2020).

Quadro 1.1. Afetação de fontes selecionadas de investimento institucional a regiões do mundo

Tipo de investimento	Global	África	América Latina e Caraíbas	Ásia	Ano
Capital de risco	600 mil milhões USD	5 mil milhões USD (0.8 %)	n.a.	n.a.	2021
Financiamento de capital próprio	250.1 mil milhões USD	1.7 mil milhões USD (0.7 %)	5.3 mil milhões USD (2 %)	63.3 mil milhões USD (25 %)	T1 e T2 2022
Fundos de pensões	3.300 mil milhões USD	24.5 mil milhões USD (~0.7 %)	57.9 mil milhões USD (1.76 %)	180 mil milhões USD (5.46 %)	2017-18
Companhias de seguros	1.800 mil milhões USD	0.36 mil milhões USD (~0.02 %)	2,88 mil milhões USD (0.16 %)	32.76 mil milhões USD (1.8 %)	2017-18

Nota: Os dados relativos ao capital de risco e ao financiamento de capital próprio baseiam-se em fontes de dados abrangentes. Os dados relativos aos fundos de pensões e às companhias de seguros são obtidos a partir da edição de 2019 do *Inquérito Anual da OCDE sobre os Grandes Fundos de Pensões e os Fundos Públicos de Reserva de Pensões* (OCDE, 2019). Trinta e seis fundos de pensões e 30 companhias de seguros forneceram dados. Os valores relativos aos fundos de pensões e às companhias de seguros foram extrapolados a partir das suas declarações de investimento total nos países em desenvolvimento.

Fonte: Compilação de autores baseada em AVCA (2022), *Venture Capital in Africa Report*, [www.avca-africa.org/media/2967/62644-avca-avca-venture-capital-in-africa-report-v13.pdf](http://www.avca-africa.org/media/2967/62644-avca-avca-venture-capital-in-africa-report-v13.pdf); CB insights (2022), *State of Venture*, [www.cbinsights.com/reports/CB-Insights-Venture-Report-Q2-2022.pdf](http://www.cbinsights.com/reports/CB-Insights-Venture-Report-Q2-2022.pdf); e OCDE (2021a), *Mobilising Institutional Investors for Financing Sustainable Development in Developing Countries: Emerging Evidence of Opportunities and Challenges*, [www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/Mobilising-institutional-investors-for-financing-sustainable-development-final.pdf](http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/Mobilising-institutional-investors-for-financing-sustainable-development-final.pdf).

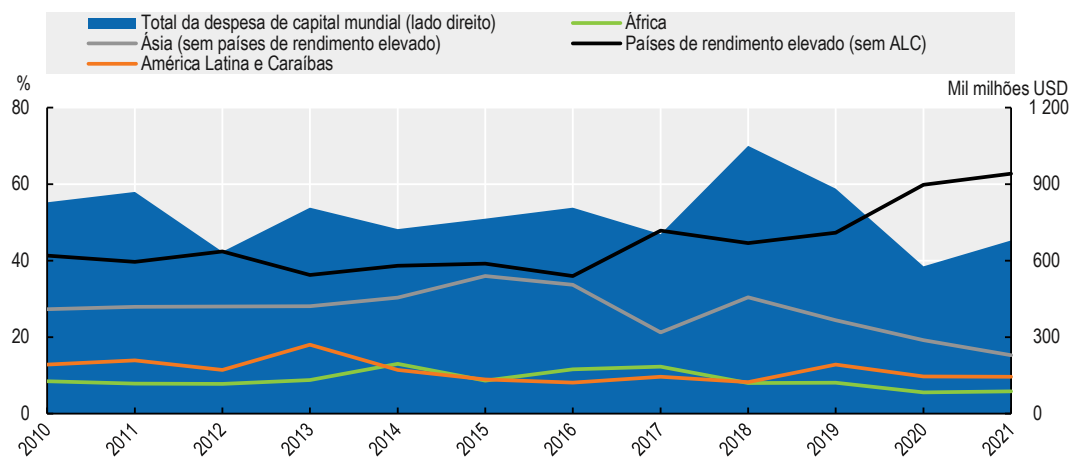
## A participação do continente africano no investimento mundial estagnou

Devido às crises globais, a incerteza, o risco e a dívida soberana tornaram-se mais prevalentes como barreiras ao investimento para os países africanos. O «paradoxo de Lucas», na sequência do importante artigo de Robert Lucas (Lucas, 1990), capta o fenómeno de que o capital global não flui dos países ricos para os países pobres, apesar das maiores rentabilidades marginais nas economias mais pobres. Estudos empíricos têm sugerido que fatores institucionais internos, tais como estabilidade do governo e qualidade burocrática, têm sido as explicações dominantes deste paradoxo (Alfaro et al., 2008). No entanto, as recentes crises globais tiveram pouco efeito nos fatores institucionais, ao mesmo tempo que exacerbaram os fatores explicativos alternativos: imperfeições do mercado de capitais, nomeadamente incerteza, risco, dívida soberana e preconceitos de origem (Leimbach e Bauer, 2022; Ndikumana e Boyce, 2003).

Os recentes acontecimentos a nível mundial aceleraram a preferência crescente por novos IDE *greenfield* em países de rendimento elevado em detrimento de países em desenvolvimento, reduziram a participação de África nas cadeias de valor mundiais e podem estar a aumentar a pobreza. Na última década, o IDE global *greenfield* – novos projetos de IDE que refletem as tendências de investimento futuro – diminuiu a uma taxa média anual de 3 %. Desde 2016, os novos investimentos têm vindo a passar dos países em desenvolvimento para os países de rendimento elevado (Gráfico 1.4). A pandemia de COVID-19 acelerou esta tendência: em 2020-21, os países de rendimento elevado fora da América Latina e das Caraíbas atraíram 61 % do IDE *greenfield* (a percentagem mais elevada alguma vez registada), em comparação com 17 % para a Ásia em desenvolvimento, 10 % para a América Latina e as Caraíbas e apenas 6 % para África (a percentagem mais baixa desde 2004). Do mesmo modo, a participação de África nas cadeias de valor mundiais estagnou desde a crise financeira mundial de 2008 e foi apenas de 1.7 % em 2019 (CUA/OCDE, 2022). A pandemia exacerbou esta tendência, em parte devido às empresas multinacionais em países de rendimento elevado que realocizam ou quase realocizam (*near-shoring*) a sua produção para reduzir a sua exposição a choques na cadeia de abastecimento ou que adiam as decisões de investimento face à instabilidade global. O Banco Mundial (Brenton, Ferrantino e Maliszewska, 2022) estima que uma mudança para a realocização global para

países de rendimento elevado e para a República Popular da China (a seguir designada por «China») poderia conduzir mais 52 milhões de pessoas à pobreza extrema, mais de 80 % das quais em África.

Gráfico 1.4. Investimentos diretos estrangeiros *greenfield* por região do mundo, em percentagem das despesas de capital mundiais, 2010-21



Nota: ALC = América Latina e Caraíbas

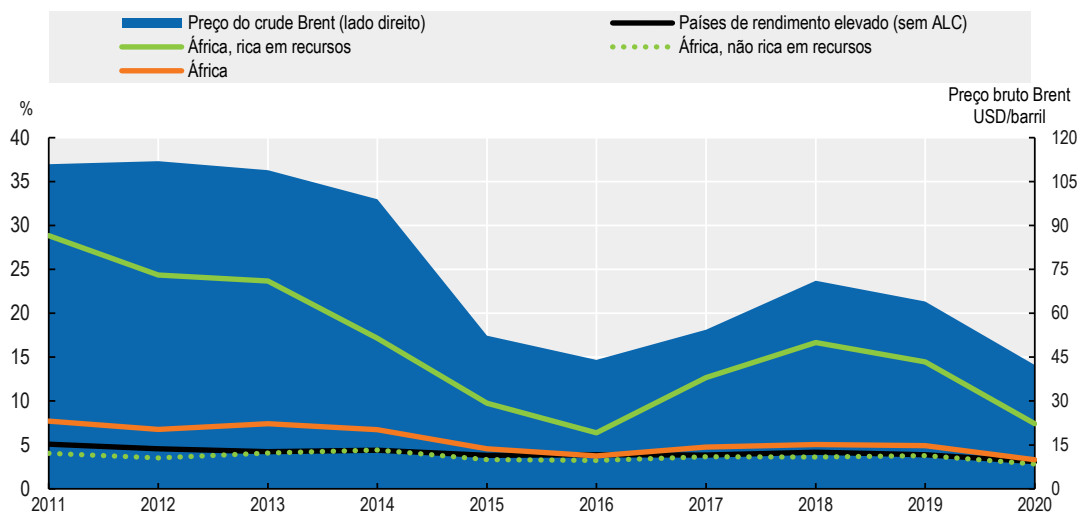
Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/yr8mj9>

A rentabilidade do IDE em África diminuiu, em comparação com o IDE em países de rendimento elevado. O estreitamento dos diferenciais de rentabilidade do IDE entre as economias em desenvolvimento e as economias avançadas contribuiu para a diminuição das quotas de entradas de IDE nos países em desenvolvimento (Evenett e Fritz, 2021). Em África, a diminuição dos rendimentos do IDE foi principalmente impulsionada por economias ricas em recursos devido a uma tendência descendente dos preços do petróleo desde 2011 até à recuperação dos preços em 2021 (Gráfico 1.5). Em contrapartida, os fluxos de IDE para os exportadores não ligados aos recursos (como a Etiópia, o Quênia, Madagáscar e a Maurícia) têm sido relativamente mais resilientes (Ideue, 2019).

África atrai a menor fatia de capital dos investidores institucionais, em comparação com outras regiões do mundo. Na última década, os ativos globais sob gestão aumentaram de 48 000 mil milhões USD em 2010 para mais de 112 000 mil milhões USD em 2021, apesar das recessões económicas. Mesmo durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19, os ativos globais sob gestão continuaram a crescer a um nível recorde de 12 % (BCG, 2022). África recebe a menor participação do capital global em diferentes tipos de investidores, variando de 0.8 % para o capital de risco até 0.02 % para as companhias de seguros (Quadro 1.1).

Gráfico 1.5. Taxas de rentabilidade dos fluxos de investimento direto estrangeiro por região do mundo, 2011-20



Nota: As taxas de rentabilidade do IDE são calculadas como o rácio entre o débito de rendimentos do IDE no ano t e a média dos passivos das posições do IDE no ano t e t-1 (UNCTAD, 2019). Os dados relativos a África abrangem 28 países. Dos nove países africanos ricos em recursos, só está disponível uma série cronológica completa para Angola e a Nigéria. ALC = América Latina e Caraíbas

Fonte: Cálculos dos autores baseados em FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52>.

StatLink <https://stat.link/cfjan3>

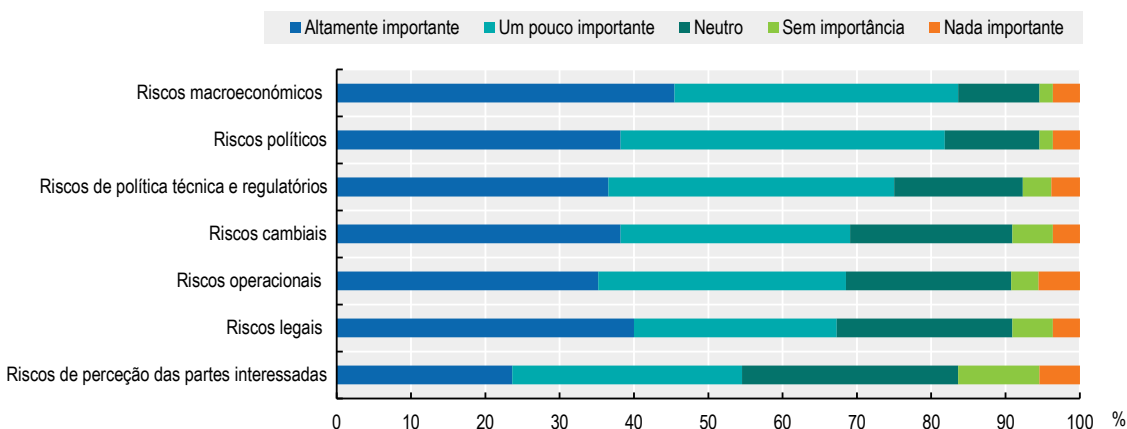
## A menor confiança dos investidores e o custo mais elevado do capital ajudam a explicar por que razão o investimento continua a ser mais fraco em muitos países africanos, em comparação com outras regiões do mundo

Entre os muitos fatores que podem atrair uma maior fatia dos investimentos globais, os países africanos podem concentrar-se em melhorar a confiança dos investidores e reduzir o custo do capital. As crises globais amplificaram os efeitos prejudiciais das elevadas incertezas, riscos e assimetrias de informação que caracterizam os investimentos em muitos – mas não em todos – países africanos. A eliminação dos obstáculos específicos à confiança dos investidores e à tomada de decisões é essencial para inverter as tendências atuais e manter níveis elevados de investimento, mesmo em choques futuros.

### Os riscos e a escassez de informação persistem enquanto obstáculos ao investimento em muitos países africanos

Os investidores estrangeiros continuam a apontar os riscos económicos e políticos como obstáculos ao investimento. Os dados atuais dos inquéritos sugerem que os fatores que pesaram sobre a confiança dos investidores durante várias décadas – tais como condições macroeconómicas, risco político, sistemas regulatórios fracos, dívida crescente e volatilidade da moeda (Collier e Pattillo, 2000) – continuam a ser motivo de preocupação (Gráfico 1.6). Representantes de empresas multinacionais globais (entrevistados para este relatório) enfatizaram a instabilidade política e a falta de capacidade regulatória como barreiras, mencionando mudanças abruptas nestas que os levam a retirar investimentos. Os inquiridos manifestaram o seu desejo, em especial, de uma maior transparência no processo de negociação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), salientando a pouca informação pública e as oportunidades insuficientes para fornecimento de contributos técnicos.

**Gráfico 1.6. Respostas à questão do inquérito aos investidores da CUA/OCDE «Qual dos seguintes riscos tem sido mais importante para os seus investimentos nos países africanos?»**



Nota: n = 52 a 55. O inquérito foi realizado em setembro de 2022 às redes de conselhos empresariais africanos e ao Fórum Empresarial UE-África. As dimensões de risco são classificadas por média ponderada. Foram fornecidos os seguintes exemplos para ilustrar as categorias de risco: riscos macroeconómicos – volatilidade económica, incumprimento das administrações públicas; riscos cambiais – desvalorização, flutuação; riscos operacionais – cadeias de abastecimento frágeis, disponibilidade de recursos; riscos jurídicos – execução dos contratos; risco político – protecionismo, favoritismo, alterações políticas retroativas; riscos técnicos políticos e regulatórios – licenciamento, fiscalidade, regulamentação, processos de contratação; risco de percepção das partes interessadas – gestão ou acionistas que se opõem a investir em África.

StatLink <https://stat.link/vu910w>

Os investidores têm em conta os riscos relacionados com fatores políticos e de políticas, incluindo a governação. Embora os investidores tenham tradicionalmente procurado em África o acesso ao mercado, o crescimento e os recursos naturais (Onyeiwu e Shrestha, 2016; Cheung et al., 2012), provas recentes sugerem que as condições prévias dos fatores políticos e de políticas podem ser igualmente importantes (Andoh e Cantah, 2020; Calderon et al., 2019; Osabutey e Okoro, 2015). A boa governação é especialmente propícia ao investimento quando os países atingem um limiar mínimo de estabilidade governamental, responsabilidade democrática, lei e ordem e qualidade burocrática (Yeboua, 2020).

Os modos de entrada em mercados estrangeiros não exigentes em capital, que podem limitar a exposição a riscos, tornaram-se predominantes. Os modos de entrada nos mercados estrangeiros que não exigem que os investidores adquiram uma participação acionista (isto é, contratos de licenciamento, franquia e gestão) aumentaram acentuadamente nas últimas duas décadas, ultrapassando o crescimento do IDE (Qiang, Liu e Steenbergen, 2021). Uma vez que estes acordos se situam entre o comércio em condições de plena concorrência e o IDE, podem permitir que as empresas multinacionais de base tecnológica acedam aos mercados estrangeiros através de contratos e canais digitais sem uma presença física significativa (UNCTAD, 2020b).

A escassez de informação e a disponibilidade limitada de dados, amplificadas pela fragmentação dos mercados africanos, dificultam os investimentos. Entrevistas aprofundadas, revisão da literatura e o inquérito aos investidores da CUA/OCDE realizado para este relatório confirmam que uma falta geral de informações e dados inibe a avaliação das oportunidades de investimento nos mercados africanos (ver também Pineau, 2014). Os dados limitados podem resultar em atrasos (os investidores «aguardam para ver») e em atividades de investimento frustradas (quando a informação é insuficiente para uma decisão informada). Não obstante os progressos em curso na aplicação da ZCLCA, os mercados africanos permanecem heterogêneos e fragmentados, com capacidades estatísticas variáveis, o que aumenta os custos de pesquisa e impede economias de escala para o investimento estrangeiro que procura obter mercados.



**A escassez de informação pode alimentar «prêmios de percepção».** A falta de informação, como os dados estatísticos, gera incerteza, amplificando assim os efeitos negativos dos riscos reais na mobilização do investimento. À medida que os riscos se tornam mais difíceis de avaliar, as percepções subjetivas ganham importância, afetando potencialmente as decisões de investimento diretamente (Jaspersen et al., 2000) ou indiretamente através do aumento do custo do capital (Fofack, 2021).

### **O custo do capital é elevado para muitos países africanos**

O custo de capital para os governos africanos aumentou acentuadamente em resultado de conflitos e da política financeira global mais restritiva, colocando, efetivamente, a maioria dos países fora dos mercados de capitais. Como exemplo, o diferencial de uma euro-obrigação média africana (uma medida para o custo potencial do crédito contraído nos mercados de capitais) em 20 países africanos que emitiram tais obrigações atingiu um máximo de 15 anos de cerca de 12 % em setembro de 2022, superando os picos anteriores de cerca de 9 % durante a crise financeira mundial em 2008 e de cerca de 10 % durante a crise da COVID-19 em 2020. Em setembro de 2022, apenas Marrocos e a África do Sul tinham rentabilidades de obrigações suficientemente baixas para garantir o acesso aos mercados de capitais com relativa certeza, apesar das *yields* destes países terem atingido mais de 7 % e 8 %, respetivamente, quase duplicando, em comparação com 2021 (Smith, 2022).

**A baixa notação de crédito de muitos países africanos aumenta o custo do capital.** As notações de crédito por país exprimem a probabilidade de um soberano cumprir ou não as suas obrigações financeiras para com o estrangeiro. As notações de risco não só influenciam as condições da dívida soberana, como também servem de referência para os detentores de dívida privada (ONU, 2022). Influenciam o custo do capital público e privado (por exemplo, taxas de juro e longevidade dos créditos concedidos). Os investidores privados baseiam-se sobretudo nas notações publicadas pelas agências de notação de risco (Caixa 1.2), enquanto as agências de crédito à exportação (por exemplo, Coface, SACE) e organizações internacionais (por exemplo, FMI, OCDE) desenvolvem notações para determinar as condições financeiras que as fontes de financiamento público podem oferecer. O elevado custo do capital funciona como um obstáculo ao investimento, especialmente nos setores em que são necessárias despesas de capital iniciais elevadas (Caixa 1.3).

#### **Caixa 1.2. A influência das agências de notação no custo do capital em África**

As notações de risco por país publicadas por agências de notação de risco (ANR) mundiais, como a Moody's, a Standard & Poor's e a Fitch são fundamentais para as avaliações do risco de investimento. Além de fatores quantificáveis (tais como as receitas públicas ou os níveis da dívida), as ANR utilizam avaliações qualitativas e subjetivas baseadas em conhecimentos especializados e previsões de analistas, nomeadamente para determinar o risco político (Bouchet et al., 2003). A partir de dezembro de 2022, as principais ANR atribuíram ao Botsuana e à Maurícia notações de qualidade de investimento com base na elevada estabilidade política e no compromisso de reembolsar a dívida, seguidas da Costa do Marfim, de Marrocos e da África do Sul na categoria especulativa de grau não-investimento (Trading Economics, 2022).

As críticas sustentam que as ANR carecem de responsabilização e sobrestimam os riscos para os países africanos. As críticas sobre a forma como as ANR classificam os países africanos intensificaram-se depois de 17 países africanos terem sofrido uma revisão em baixa em 2020 no início da pandemia de COVID-19 – o número mais elevado para as regiões em desenvolvimento (OCDE, 2022d). Tais revisões em baixa são muitas vezes pró-cíclicas, aumentando o custo de capital para os países africanos, numa altura em

### Caixa 1.2. A influência das agências de notação no custo do capital em África (continuação)

que os gastos deveriam ser expandidos (Fofack, 2021). Os críticos afirmam que as ANR tendem a sobrestimar o risco dos países africanos devido à escassez de informação. Os países africanos podem não dispor dos dados detalhados e históricos dos quais as metodologias de ANR dependem, ao passo que as ANR líderes têm uma capacidade limitada para avaliações de risco diretas e aprofundadas dos governos e empresas africanas. Tal pode resultar num «comportamento de rebanho», com as ANR a seguirem as tendências de notação umas das outras, em vez de se basearem em avaliações independentes (Mutize, 2022; Pandey, 2020). Para a maioria dos países africanos, as notações de crédito são não solicitadas (Ahouassou, 2011), o que pode incentivar as agências a diminuir a pontuação de classificação (Fulghieri et al., 2014). Embora os governos africanos tenham iniciado várias rejeições e recursos, até agora tais esforços não resultaram em qualquer revisão de classificação, em parte porque os recursos são administrados diretamente pelas ANR (Mutize, 2022). As ANR também desincentivam os governos africanos de reestruturarem a sua dívida, uma vez que consideram a reestruturação como um incumprimento soberano, afetando negativamente a notação (UA/UNECA, 2021).

**Os decisores políticos podem envolver as ANR na adoção de um comportamento de mercado mais justo, tornar as suas metodologias mais transparentes e partilhar mais dados.** As propostas ambiciosas incluem a criação de novas agências de notação imparciais, quer a nível mundial quer através da União Africana (Fofack, 2021; Grupo Soberano, 2022). A África do Sul seguiu a abordagem mais imediata de exigir que as ANR sejam licenciadas localmente, permitindo a revisão regulamentar de alegadas práticas anticoncorrenciais das ANR e a imposição de multas (Mutize, 2022). A transparência e a responsabilização das ANR poderiam ser melhoradas se lhes fosse conferido mandato para especificarem em que medida as notações se baseiam em modelos ou em juízos subjetivos, para discernirem notações de curto e longo prazo que tenham em conta as vias de transição climática e para coordenarem e partilharem dados com uma organização internacional como o FMI (Fofack, 2021; ONU 2022; ver também Capítulo 2).

### Caixa 1.3. O setor das energias renováveis em África e o elevado custo do capital

**A produção de energias renováveis é uma oportunidade inequívoca de investimento sustentável para África.** Os investimentos na produção de energias renováveis podem apoiar várias das prioridades de desenvolvimento de África, tais como o acesso à eletricidade, a atenuação das emissões de carbono, a redução da dependência da extração de recursos naturais e das importações de combustíveis e, ainda, a criação de emprego (AIE, 2022a; OCDE/Banco Mundial/UNEP, 2021; RES4Africa, 2022; UNECA 2016).

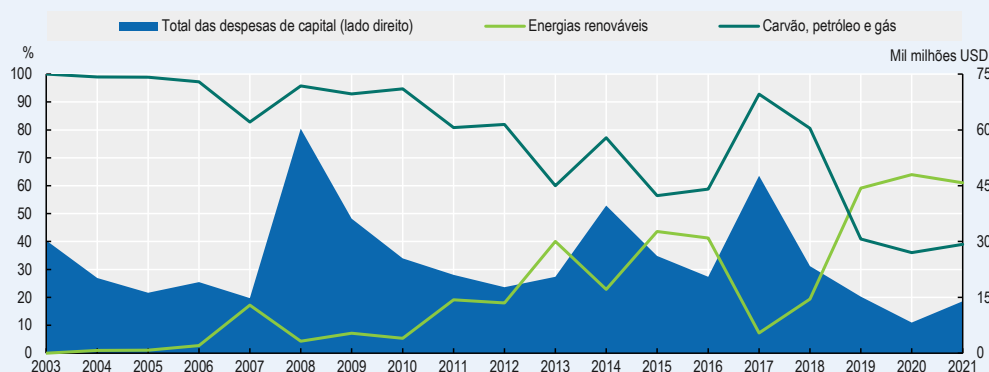
**Os novos investimentos no setor energético africano têm vindo a orientar-se cada vez mais para as energias renováveis e não para os combustíveis fósseis, mas, em consequência da crise energética mundial de 2022, o investimento em alguns mercados africanos do petróleo e do gás está a ressurgir.** A percentagem de energias renováveis no IDE total em novas instalações energéticas aumentou de 5 % em 2010 para 61 % em 2021 (Gráfico 1.7). Apesar de uma tendência geral para a redução em todos os setores durante a pandemia de COVID-19, o valor dos acordos internacionais de financiamento de projetos no setor das energias renováveis em África aumentou 19 % em 2020 e 117 % em 2021 (UNCTAD, 2022-b). A energia solar tornou-se um dos principais contribuintes



### Caixa 1.3. O setor das energias renováveis em África e o elevado custo do capital (continuação)

para a produção africana de energia renovável na última década. Prevê-se que se torne, de longe, a fonte de energia mais barata em África até 2030 (18-49 USD por MWh, contra 33-86 USD para a energia eólica terrestre e 30-110 USD para o gás) (AIE, 2022a). Impulsionada por empresas como a ZOLA Electric (Off Grid Electric), EcoZoom, M-Kopa e Mobisol (Engie Energy Access), África tornou-se o principal destino de investimentos em soluções fora da rede, atraindo 70 % (1.7 mil milhões USD) do total global entre 2010 e 2020 (IRENA e BAD, 2022, com base em dados de Wood Mackenzie, 2021). No entanto, em 2022, as tentativas da Europa para se diversificar, afastando-se do gás natural russo, alimentaram o investimento em alguns mercados africanos do petróleo e do gás, que estão protegidos contra o procura internacional. Em julho de 2022, os governos da Argélia, do Níger e da Nigéria assinaram um memorando de entendimento para a construção de uma linha de projetos de gás trans-saariana, um projeto estimado em 13 mil milhões USD que poderia enviar até 30 mil milhões de metros cúbicos de gás por ano para a Europa (Chikhi, 2022).

Gráfico 1.7. Investimento direto estrangeiro *greenfield* nos setores energéticos de África, despesas de capital, 2003-21



Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/npmug9>

O elevado custo do capital é particularmente prejudicial para os investimentos no setor das energias renováveis. Como exemplo, depois de o banco central do Gana ter aumentado a sua taxa de referência para 17 % (a taxa principal comparável dos Estados Unidos [EUA] é de 3.5 %), o custo por quilowatt-hora para os sistemas de energia solar aumentou oito vezes mais do que o de uma central de gás (Kincer e Moss, 2022). A pandemia de COVID-19 inverteu uma lenta tendência descendente do custo médio ponderado do capital para projetos energéticos em África, que em 2021 foi cerca de sete vezes mais elevado do que na Europa e na América do Norte (AIE, 2022a). O custo médio ponderado do capital para projetos de energia renovável varia amplamente em toda a África (entre 8 % e 32 %). Os prémios de risco mais elevados materializam-se frequentemente nos países com maior necessidade de investimentos (Ameli et al., 2021).

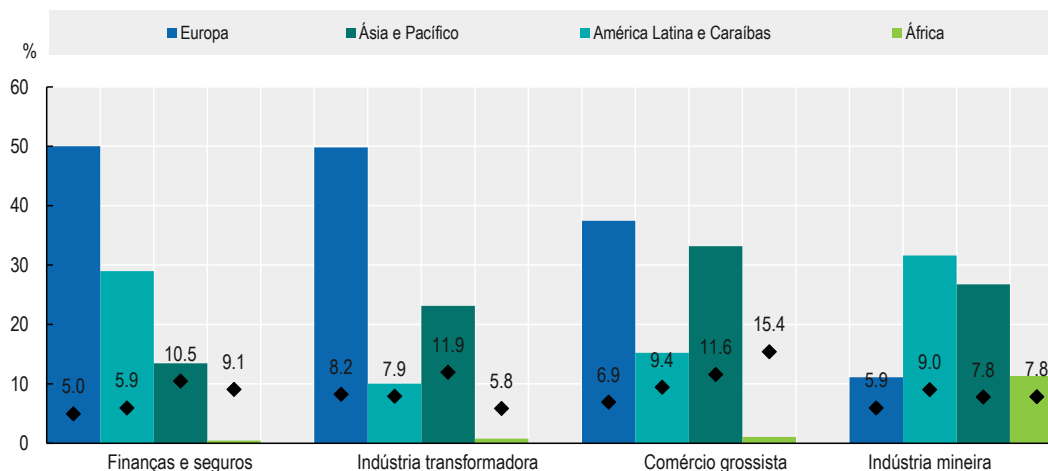
Os investimentos continuam muito abaixo dos níveis necessários para que África atinja os seus objetivos de produção de energia limpa. O continente abriga 60 % dos melhores recursos solares do mundo, mas apenas 1 % da capacidade instalada global de energia solar fotovoltaica (AIE, 2022a). A consecução do pleno acesso a energias limpas e modernas em África até 2030 exigiria investimentos num total de 25 mil milhões USD por ano até 2030, o que é ligeiramente superior a 1 % do total dos

### Caixa 1.3. O setor das energias renováveis em África e o elevado custo do capital (continuação)

investimentos em energia a nível mundial. Os atuais investimentos anuais ficam muito aquém destas metas e teriam de aumentar quase oito vezes para que África conseguisse um acesso universal à energia até 2030 (AIE, 2022a). Os investimentos terão de passar do fornecimento de combustível para o fornecimento de energia e utilizações finais, como edifícios energeticamente eficientes. Alcançar a transição energética sustentável em África exigiria que o capital privado cobrisse 60 % do investimento energético acumulado até 2030 (AIE, 2022a).

O melhor desempenho de África em termos de investimento, em comparação com outras regiões do mundo, não resulta necessariamente num aumento dos montantes de investimento. Historicamente, rentabilidades superiores sobre investimentos em países africanos não se traduziram em montantes de investimento crescentes, já que os investidores esperam retornos mais altos para compensar riscos mais altos (Asiedu, 2002). Por exemplo, ao longo da última década, as taxas de rentabilidade ajustadas pelo risco foram reduzidas em resultado da incerteza política (por exemplo, em torno de medidas protecionistas) (Evenette e Fritz, 2021). O IDE que procura mercado em setores como o retalho, as tecnologias da informação e da comunicação (TIC), os serviços financeiros e outros serviços ao consumidor em África aumentou menos do que noutras partes do mundo, apesar dos rendimentos mais elevados. Por exemplo, as empresas sediadas nos EUA que operam no comércio grossista, no setor financeiro e no setor dos seguros obtêm prémios de rentabilidade significativos nas suas atividades no continente, em comparação com as de outras regiões do mundo, embora menos de 1 % dos seus investimentos estrangeiros se realizem em África (sobretudo no Egito, na Nigéria e na África do Sul) (Gráfico 1.8).

Gráfico 1.8. Quotas e taxas de rentabilidade dentro do setor das saídas do investimento direto estrangeiro dos Estados Unidos, por destino e setor do investimento, 2017-21



Nota: As barras indicam as quotas dentro do setor dos stocks de saídas de IDE dos EUA por destino de investimento. Os diamantes apresentam taxas de rentabilidade do IDE dos EUA por setor e destino de investimento, calculadas como o rácio entre o rendimento do IDE dos EUA no estrangeiro no ano t e a média dos stocks de fim de ano do IDE dos EUA no estrangeiro no ano t e t-1 (UNCTAD, 2019). O gráfico indica valores médios no período 2017-21 e cobre setores e destinos selecionados. Os setores são ordenados por ordem decrescente pelo stock total de IDE.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em U.S. Bureau of Economic Analysis (2022), U.S. BEA (base de dados) dos EUA, <https://apps.bea.gov/iTable/iTable.cfm?ReqID=2&step=1>.

StatLink <https://stat.link/u85jez>

A maioria dos projetos de infraestruturas nos países africanos não tem o investimento necessário para ter êxito, mas as especificidades de alguns países beneficiam os investidores experientes. Nas infraestruturas, 80 % dos projetos fracassam na fase de viabilidade e de plano de negócios, uma vez que apenas alguns projetos satisfazem as expectativas de risco-rentabilidade dos investidores (OCDE/ACET, 2020; McKinsey, 2020). Ao mesmo tempo, África apresenta as taxas de incumprimento mais baixas da dívida de financiamento de projetos de infraestruturas em 5.3 %, em comparação com 6.1 % na Ásia e 10.1 % na América Latina (Kelhoffer, 2021). As empresas multinacionais entrevistadas para este relatório enfatizaram que a experiência específica da África permite-lhes gerar maiores taxas de rentabilidade em África, em comparação com outras regiões do mundo. Uma vez suportados os custos iniciais da atenuação do risco (ver Caixa 1.4), podem surgir círculos virtuosos entre o reconhecimento por outros intervenientes no mercado, a especialização operacional, as relações governamentais, as economias de escala e a inovação. Os novos investidores recorrem frequentemente a intermediários experientes para compensar a escassez de informação, criando desvantagens competitivas para os pequenos investidores que não têm capacidade para prestar esses serviços.

#### Caixa 1.4. Estratégias de atenuação dos riscos utilizadas pelos investidores em infraestruturas

As extensas medidas de diligência devida e de mitigação do risco ajudam a explicar taxas de seleção e de incumprimento mais baixas para projetos de infraestruturas em países africanos. Vários gestores de ativos com experiência no continente identificaram as seguintes abordagens para lidar com os desafios típicos dos projetos de infraestruturas:

- **Diligência devida.** Os gestores de ativos que operam em países africanos muitas vezes necessitam de desenvolver conhecimento local ao longo do tempo através de pesquisa documental, processos de *due diligence* locais morosos e esforços organizacionais (Deloitte, 2016). Embora estes esforços a longo prazo melhorem a segurança com o investimento na região e aumentem a qualidade geral dos projetos de infraestruturas, o esforço inicial significativo desencoraja muitas vezes os proprietários inexperientes ou mais pequenos.
- **Eliminação de riscos.** Os governos e as instituições de financiamento do desenvolvimento apoiam frequentemente os acordos de infraestruturas em África através de cofinanciamento, de fluxos de receitas garantidos ou de apoio ao crédito. Em 2015-20, os intervenientes públicos não nacionais (isto é, bancos multilaterais de desenvolvimento, instituições bilaterais de financiamento do desenvolvimento, governos estrangeiros africanos e não africanos e fundos multilaterais internacionais) foram as principais fontes de financiamento para projetos de infraestruturas em grande parte de África (Lee e Gonzalez, 2022).
- **Controlo do risco cambial.** Os projetos de infraestruturas, especialmente no setor da energia, estão muitas vezes associados a dólares americanos ou euros, reduzindo assim o risco cambial do projeto. No entanto, tal reduz significativamente a carteira de projetos suscetíveis de financiamento bancário. Em países como a Etiópia e o Zimbabué, os dólares americanos são escassos no mercado e difíceis de repatriar, mesmo quando estão disponíveis. Além disso, a maioria dos países não dispõe de produtos financeiros adequados nos mercados cambiais locais para satisfazer as necessidades dos investidores e financiar grandes projetos. Como resultado, os investidores muitas vezes têm de pedir empréstimos em moeda estrangeira para projetos em que os fluxos de receita são em moeda local (Orbitt, 2020).

#### Caixa 1.4. Estratégias de atenuação dos riscos utilizadas pelos investidores em infraestruturas (continuação)

- **Estratégias de saída.** A possibilidade de abandonar projetos num determinado prazo é também uma preocupação para a maioria dos investidores com um horizonte de investimento a médio prazo (Deloitte, 2016). De acordo com um estudo realizado pelos Gestores Africanos de Investimento em Infraestruturas, o ambiente de saída para os investimentos africanos em infraestruturas melhorou nos últimos anos. Proporciona melhores oportunidades de refinanciamento quando os projetos estão operacionais e obtêm receitas. No entanto, mercados financeiros limitados e subdesenvolvidos, controlos de capitais e quadros jurídicos fracos podem muitas vezes abrandar ou aumentar o custo de saída.

Fonte: Elaboração dos autores com base em Mercer (2018), *Investment in African Infrastructure: Challenges and Opportunities*, e Eyraud, Pattillo e Selassie (14 de junho de 2021), «How to attract private finance to Africa's development», [www.imf.org/en/Blogs/Articles/2021/06/14/blog-how-to-attract-private-finance-to-africa-s-development](http://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2021/06/14/blog-how-to-attract-private-finance-to-africa-s-development).

## Os canais de investimento existentes revelam um potencial inexplorado para apoiar a integração regional e o desenvolvimento sustentável de África

### Os fluxos financeiros externos e as fontes de investimento podem ser melhor explorados para o crescimento sustentável

Os fluxos financeiros externos representam importantes fontes de financiamento do desenvolvimento do continente africano (Quadro 1.2). Em 2021, tal como em anos anteriores, o IDE e as remessas constituíram os maiores fluxos financeiros externos (6.4 % do PIB de África); no entanto, o seu potencial para promover o crescimento sustentável continua a ser insuficientemente explorado devido à limitada integração com atividades produtivas no continente. A APD e os investimentos privados orientados para a sustentabilidade (investimento de impacto e filantropia) são ainda pequenos e revelam preconceitos setoriais e nacionais específicos (Caixa 1.5).

Do mesmo modo, entre as fontes internas de investimento nos países africanos, as empresas multinacionais regionais e os investidores institucionais oferecem um potencial inexplorado para apoiar um crescimento sustentável e resiliente (Quadro 1.2). A mobilização de recursos internos é necessária para alargar a margem de manobra orçamental dos governos nacionais e reduzir o peso da dívida, bem como para atrair investimentos sustentáveis do setor privado.

Quadro 1.2. As potenciais fontes externas e nacionais de financiamento sustentável de África

Externas/ nacionais	Fontes	Montantes	% do PIB de África
Externas	Investimento Direto Estrangeiro	83 mil milhões USD (2021)	2.6 % (2021)
	Investimento de carteira	-9.7 mil milhões USD (2021)	-0.1 % (2021)
	Remessas	96 mil milhões USD (2021)	3.8 % (2021)
	Ajuda pública ao desenvolvimento	65 mil milhões USD (2021)	2.5 % (2021)
	Investidores com impacto global	24.3 mil milhões USD (2019) (ativos sob gestão investidos em África)	1.0 % (2019)
	Filantropia privada	2.1 mil milhões USD (2018-19)	0.1 % (2019)
Nacionais	Receitas públicas	466 mil milhões USD (2021)	16.7 % (2021)
	Empresas multinacionais com sede em África	2.7 mil milhões USD (2021) (saídas de IDE)	0.1 % (2021)
	Investidores institucionais nacionais	1 800 mil milhões USD (2020) (ativos sob gestão baseados em África)	73.3 % (2020)

Nota: «Montantes» refere-se aos fluxos financeiros durante o período de referência, com exceção dos «Investidores com impacto global» e dos «Investidores institucionais nacionais», que se referem aos stocks em fim de período (ativos sob gestão). As fontes financeiras podem sobrepor-se e não podem ser agregadas. As receitas públicas excluem os subsídios e as despesas relativas aos serviços da dívida. Os investidores com impacto global (GIIN, 2020) e a filantropia privada (OCDE, 2021b) são considerados fontes externas de financiamento, uma vez que têm origem principalmente fora do continente africano.

Fonte: Compilação de autores com base em UNCTAD (2022c), UNCTADstat (base de dados), <https://unctadstat.unctad.org/EN/>, FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52>, FMI (2022c), *Investment and Capital Stock Dataset (ICSD)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4>, Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances* (base de dados), [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances), OCDE (2022a), *OECD Development Assistance Committee* (base de dados), <https://stats-1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2>, GIIN (2020), *Annual Impact Investor Survey*, <https://thegiin.org/assets/GIIN%20Annual%20Impact%20Investor%20Survey%202020.pdf>, OCDE (2021b), *OECD Private Philanthropy for Development: Data for Action* (database), <https://oecd-main.shinyapps.io/philanthropy4development/>, FMI (2022a), *World Economic Outlook* (base de dados), [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October), UNCTAD (2022c), e Juvonen et al. (2019), «Unleashing the potential of institutional investors in Africa», *AfDB Working Papers*, n.º 325, [www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/wps\\_no\\_325\\_unleashing\\_the\\_potential\\_of\\_institutional\\_investors\\_in\\_africa\\_c\\_rv1.pdf](http://www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/wps_no_325_unleashing_the_potential_of_institutional_investors_in_africa_c_rv1.pdf).

### Caixa 1.5. Fontes externas africanas de financiamento sustentável

A ajuda pública ao desenvolvimento aumentou durante a pandemia de COVID-19, dando prioridade aos setores sociais, em especial nos países de baixo rendimento de África. Em 2020, 18 países africanos receberam um aumento maior da APD do que em qualquer outro ano desde 2015, compensando parcialmente a contração das finanças públicas. Em média, a APD líquida representou 9 % do PIB para os países africanos de baixo rendimento em 2020, em comparação com apenas 1.4 % e 0.5 % para os países de baixo e médio rendimento. Em conformidade com a afetação bilateral de APD registada na última década, mais de metade destinou-se a apoiar setores sociais em 2020, como a saúde (28 %) e a educação (9 %) ou a fazer face a situações de emergência humanitária (20 %).

O financiamento privado mobilizado através da APD aumentou, embora os países de baixo rendimento não tenham sido os principais beneficiários. O financiamento privado mobilizado através da intervenção APD quintuplicou em África entre 2012 e 2020, passando de apenas 4 mil milhões USD para 22 mil milhões USD. Cerca de três quartos dos montantes visavam três setores: serviços bancários e financeiros (31 %), indústria, mineração e construção (27 %) e energia (20 %). No entanto, menos de 30 % dos montantes mobilizados destinaram-se a países de baixo rendimento (OCDE, 2022e).

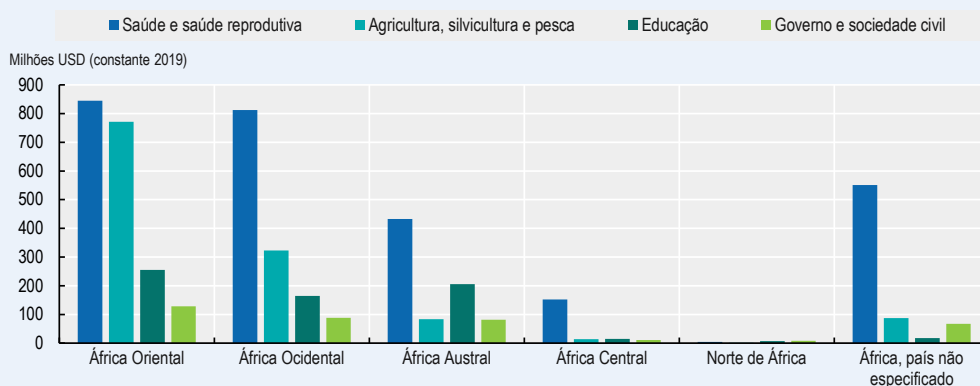
Apesar das perceções de risco, espera-se que a apetência pelo investimento de impacto cresça entre os investidores institucionais globais, mas os ativos atuais são detidos, em

### Caixa 1.5. Fontes externas africanas de financiamento sustentável (continuação)

grande parte, em dois países africanos. Investimentos de impacto são «investimentos realizados com a intenção de gerar impacto social e ambiental positivo e mensurável, juntamente com uma rentabilidade financeira».<sup>3</sup> De acordo com o *Annual Impact Investor Survey* de 2020 (GIIN, 2020), os países africanos estão a atrair mais de 21 % dos ativos em todo o mundo (24.3 mil milhões USD), e 52 % dos investidores de impacto global planeiam expandir os seus investimentos em África até 2025. Até 2015, cerca de 50 % dos investimentos de impacto foram para o Quênia e para a África do Sul (GIIN, 2015, 2016). A incerteza política pode impedir África de realizar plenamente o seu potencial de investimento de impacto, com 35 % dos investidores a citarem os riscos cambiais e nacionais como sendo graves.

Embora a África receba uma parcela maior de doações filantrópicas privadas do que outras partes do mundo, as suas regiões mais pobres não são as principais beneficiárias e existem vários obstáculos. Entre 2016 e 2019, a África atraiu 39 % dos fluxos filantrópicos da filantropia transfronteiriça global, enquanto a América Latina e as Caraíbas e a Ásia em desenvolvimento receberam 33 % e 23 %, respetivamente. A África Oriental recebeu a maior parte dos afluxos filantrópicos de África, com 2.4 mil milhões USD, seguida da África Ocidental, com 1.7 mil milhões USD (ver Gráfico 1.9). As doações filantrópicas transfronteiriças não incidem nas regiões mais pobres de África: por exemplo, a África Austral tem um PIB (paridade do poder de compra) *per capita* três vezes maior do que a África Central, mas recebeu mais de quatro vezes mais afluxos filantrópicos *per capita*. Os principais obstáculos aos fluxos filantrópicos para os países africanos incluem a incerteza política, a regulamentação rigorosa, a volatilidade das moedas e as perceções de corrupção (Indiana University Lilly Family School of Philanthropy, 2022; Murisa, 2022).

Gráfico 1.9. Afluxos de filantropia transfronteiriça por região e setor africanos, milhões USD, 2016-19



Fonte: Cálculos dos autores baseados em OCDE (2021b), *OECD Private Philanthropy for Development: Data for Action* (banco de dados), <https://oecd-main.shinyapps.io/philanthropy4development/>.

StatLink <https://stat.link/i7knqp>



## Uma melhor integração do investimento direto estrangeiro nas economias locais pode criar empregos e ter impactos que beneficiam as empresas africanas

O investimento direto estrangeiro pode contribuir para o desenvolvimento sustentável além do capital investido e pode ter efeitos de atração a longo prazo. Através de repercussões nos fornecedores locais e nas empresas detidas a nível nacional e da formação da mão de obra, o IDE pode reforçar o crescimento e a inovação no país de acolhimento e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável (Caixa 1.6). Um estudo recente conclui que o IDE em África tem pouco efeito sobre o investimento privado nacional a curto prazo, mas cria efeitos de atração significativos a longo prazo: um aumento de um ponto percentual da percentagem do IDE no PIB conduziu a um aumento de 0.3 % do investimento interno privado numa grande amostra de países africanos, com efeitos mais fracos nos países exportadores de matérias-primas não diversificados (Diallo, Jacolin e Rabaud, 2021).

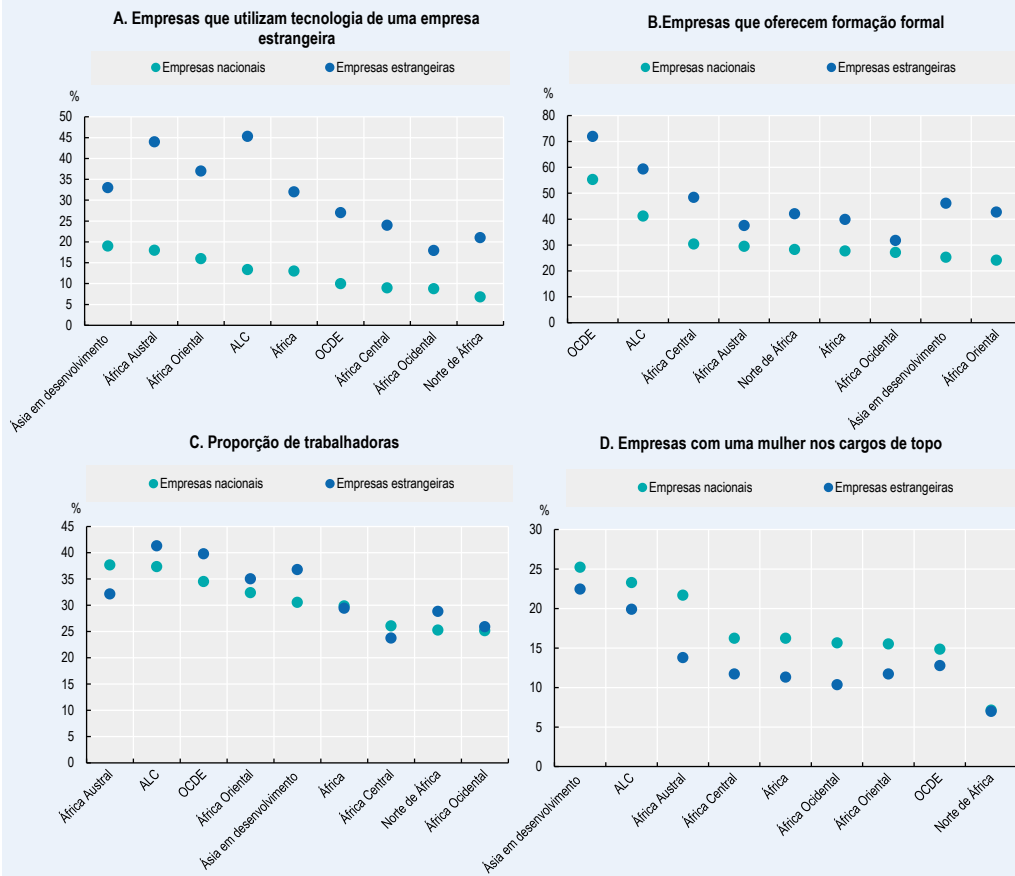
### Caixa 1.6. Indicadores da OCDE de qualidade do IDE em África

Os indicadores da OCDE de qualidade do IDE procuram clarificar a forma como o IDE contribui para o desenvolvimento sustentável, centrando-se na produtividade e na inovação, na qualidade e nas competências do emprego, na igualdade de género e na transição para a economia de baixo teor de carbono (OCDE, 2022f). O conjunto de instrumentos da OCDE para a política de qualidade dos IDE apoia ainda os governos na identificação de políticas e de disposições institucionais para melhorar os impactos do IDE no desenvolvimento sustentável (OCDE, 2022g).

As economias das regiões em desenvolvimento e emergentes, cuja tecnologia nacional está frequentemente mais longe da fronteira tecnológica, podem beneficiar particularmente do IDE através da transferência de tecnologias estrangeiras mais avançadas. Em toda a África, a percentagem de empresas estrangeiras que utilizam tecnologia estrangeira é de 32 %, em comparação com 13 % para as empresas nacionais. Esta diferença é menor do que na América Latina e Caraíbas, mas maior do que nos países da Ásia em desenvolvimento e da OCDE (Gráfico 1.10, Painel A). Ao proporcionarem mais oportunidades de formação aos seus empregados, as empresas estrangeiras nas regiões africanas contribuem significativamente para o desenvolvimento de competências no trabalho (Gráfico 1.10, Painel B). Na maioria das regiões africanas, as taxas de emprego feminino são semelhantes às de empresas estrangeiras e nacionais, enquanto a proporção de gestoras superiores é maior em empresas nacionais do que em empresas estrangeiras. Este padrão sugere que o IDE pode criar oportunidades de emprego para as mulheres, enquanto as empresas estrangeiras não oferecem necessariamente melhores oportunidades de progressão na carreira para a sua mão de obra feminina em geral (Gráfico 1.10, Painéis C e D).

Caixa 1.6. Indicadores da OCDE de qualidade do IDE em África (continuação)

Gráfico 1.10. Indicadores das qualidades do IDE da OCDE para África e outras regiões do mundo



Nota: Os indicadores das qualidades do IDE abrangem 153 países em todo o mundo, dos quais 38 em África. Dependendo da disponibilidade de dados, algumas regiões não cobrem totalmente todos os países. A África Austral exclui a África do Sul. ALC = América Latina e Caraíbas.

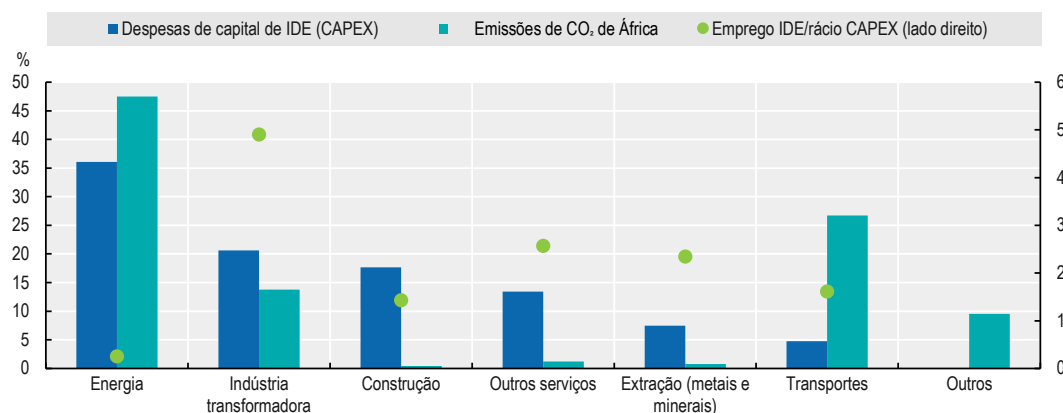
Fonte: OCDE (2022g), FDI Qualities Policy Toolkit, <https://doi.org/10.1787/7ba74100-en>.

StatLink <https://stat.link/h92cj4>



Nas últimas duas décadas, a indústria africana do carvão, do petróleo e do gás atraiu a maior percentagem de IDE *greenfield*, mas as tendências recentes mostram que os investimentos em setores de serviços africanos que procuram aumentar o mercado, como o retalho e as TIC, são cada vez mais importantes. Em 2003-20, a maior percentagem de IDE *greenfield* no continente destinou-se ao setor da energia (36%), visando principalmente atividades na indústria do carvão, petróleo e gás (30%), com investimentos em energias renováveis que representam apenas 6% do total. Cerca de 60% do IDE *greenfield* dirigido ao carvão, petróleo e gás veio da Europa e da América do Norte. Estes investimentos geraram, em média, apenas 0.25 postos de trabalho por cada milhão de dólares americanos de despesas de capital, alimentando a indústria mais poluente de África, responsável por quase 50% das emissões continentais de CO<sub>2</sub> desde o início do século (Gráfico 1.11). Embora esta indústria tenha representado a maior fonte de receitas governamentais e representado metade das exportações para fora do continente por muitos países africanos ricos em recursos (AIE, 2022a), não levou a uma transformação produtiva nem à integração regional. Nos últimos anos, o aparecimento de novas tecnologias e a expansão dos mercados de consumo interno fizeram com que os novos IDE se centrassem menos nos setores extrativos de África e mais no comércio a retalho, nas TIC, nos serviços financeiros e noutros serviços ao consumidor (CUA/OCDE 2021).

Gráfico 1.11. Investimento direto estrangeiro *greenfield* em África por setor e indicadores de sustentabilidade selecionados, 2003-20



Nota: «Despesas de capital de IDE (CAPEX)» indica as quotas setoriais das despesas de capital de IDE *greenfield* em África. «Emissões de CO<sub>2</sub> de África» indica o total de emissões de CO<sub>2</sub> de África provenientes da queima de combustíveis por setor. «Emprego IDE/Rácio de CAPEX» indica o rácio do número de postos de trabalho anunciados sobre as despesas de capital de IDE *greenfield* em África, por setor. «Energia» abrange as atividades de extração, produção e fornecimento de carvão, petróleo e gás e de energias renováveis, «Indústrias transformadoras» inclui o resto dos setores da indústria transformadora, agricultura e pesca, «Outros serviços» inclui a venda a retalho, TIC, serviços financeiros e outros serviços e «Outros» é uma categoria residual que inclui agregados familiares, produtores automóveis não alocados e consumo final não especificado noutras rubricas.

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets) e AIE (2022b), Data and Statistics (database), [www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer](http://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer).

StatLink <https://stat.link/cie2mg>

Os setores produtivos africanos – em especial os têxteis, os equipamentos industriais e eletrónicos e o setor automóvel – apresentam o maior potencial de criação de emprego, mas continuam a ser menos atrativos para os investidores estrangeiros. Durante o período de 2003-20, o IDE *greenfield* nos setores industriais de África representou 20.6% do investimento estrangeiro total no continente e gerou, em média, 5 postos de trabalho por cada milhão de dólares americanos investidos – o rácio mais elevado entre setores. As atividades da indústria transformadora são responsáveis por uma percentagem

relativamente pequena das emissões de CO<sub>2</sub> no continente (Gráfico 1.11). Os subsectores específicos dos têxteis, dos equipamentos industriais e eletrónicos e do setor automóvel apresentam os melhores resultados em termos de criação de emprego (14, 10 e 9 postos de trabalho por cada milhão de USD investidos, respetivamente), mas atraíram apenas 4.5 % do total das despesas de capital de IDE em África ao longo do período 2003-20.<sup>4</sup>

As ligações entre as filiais locais de empresas multinacionais e os fornecedores nacionais são canais importantes para as repercussões do IDE na produtividade. Estas ligações podem ajudar as empresas nacionais e as pequenas e médias empresas a modernizar-se (Amendolagine et al., 2019; Javorcik e Spatareanu, 2008) através de vários canais de repercussão (Quadro 1.3).

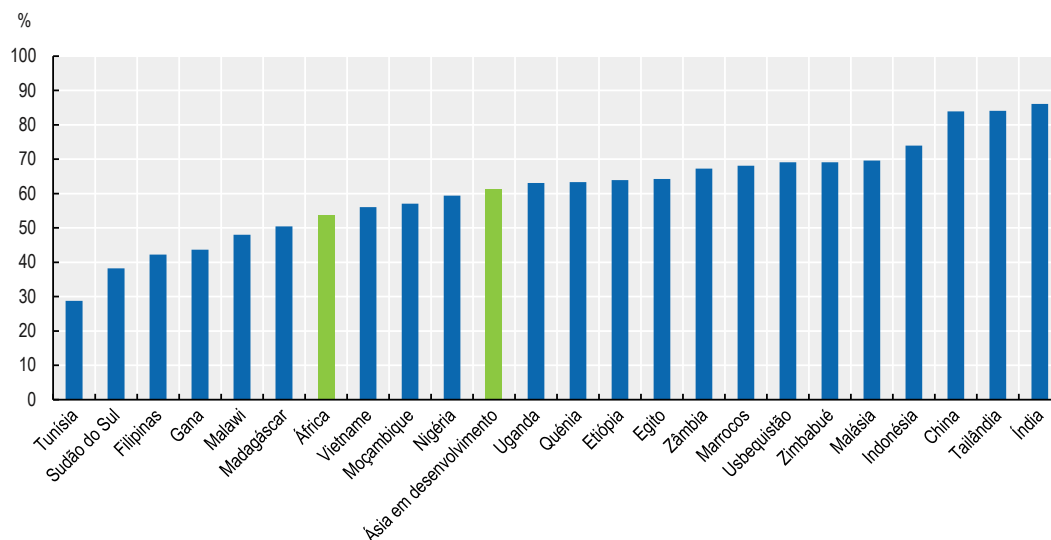
Quadro 1.3. Exemplos de repercussões de empresas estrangeiras em empresas nacionais

Canal de repercussão	Breve descrição	Exemplo
<b>Criação de procura</b>	As empresas estrangeiras abrem oportunidades de mercado para os fornecedores locais	Um estudo do Banco Mundial sobre os fornecedores de empresas multinacionais no Ruanda (Qiang, Liu e Steenberg, 2021) mostra que as ligações entre os fornecedores e as empresas multinacionais aumentam em 2 % a probabilidade de uma empresa nacional se tornar um exportador. O efeito é maior em cadeias de valor mais complexas que exigem padrões de produto mais elevados e interações mais profundas, como os têxteis, os produtos químicos e os serviços profissionais.
<b>Investigação, inovação, conhecimento e partilha de tecnologia</b>	As empresas estrangeiras prestam formação e assistência técnica a fornecedores locais	Em 2022, a Renault Trucks, a Toyota Tsusho Corporation e a Carrier Global Corporation fizeram uma parceria com o Programa Alimentar Mundial e o Governo do Gana para construir um Centro de Formação de Transporte em Acra. O centro tem por objetivo reforçar as capacidades de transporte e logística em toda a África Ocidental através de formação gratuita <i>online</i> e prática para até 400 pessoas por ano (PAM, 2022).
<b>Certificação</b>	As empresas estrangeiras facilitam processos de certificação de qualidade de recursos em fornecedores locais	Em 2015, o fabricante baseado em Zurique Barry Callebaut lançou um programa de certificação para promover a agricultura sustentável na sua cadeia de fornecimento de cacau. Até fevereiro de 2022, o programa registava cerca de 121 000 agricultores no Gana, 101 000 na Costa do Marfim, 19 000 nos Camarões e 1 700 na Nigéria (Cocoa Horizons, 2022).

Fonte: Compilação dos autores baseada na revisão da literatura.

As empresas estrangeiras têm menor probabilidade de se abastecer localmente em África do que na Ásia, e a extensão do abastecimento local varia entre países africanos. A análise dos dados a nível das empresas dos Inquéritos às Empresas do Banco Mundial mostra que, em média, as empresas estrangeiras que operam em países africanos dependem menos de recursos provenientes de fornecedores locais, em comparação com os seus pares na Ásia (Gráfico 1.12). Fatores setoriais, estruturas da cadeia de valor e considerações políticas podem explicar as variações entre os países africanos: por exemplo, na Etiópia e em Marrocos, existem capacidades avançadas de fornecedores locais em setores-chave como os têxteis e a indústria automóvel, permitindo que os fabricantes estrangeiros se abasteçam localmente. As diferenças nas percentagens de fontes locais por investidores estrangeiros podem resultar de requisitos legais e regulatórios, como no Egito (OCDE, 2020a) e na Tunísia (OCDE, 2021c).

Gráfico 1.12. Abastecimento local de recursos por empresas industriais estrangeiras em países selecionados de África e Ásia, % do abastecimento total



Nota: Foram excluídos os países que abrangem menos de 50 inquiridos.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2022b), Inquéritos às Empresas (base de dados), [www.enterprisesurveys.org](http://www.enterprisesurveys.org).

StatLink <https://stat.link/v5yfiq>

A transferência de conhecimentos e tecnologia das empresas multinacionais depende da capacidade de absorção das pequenas e médias empresas africanas, que sofrem frequentemente de elevado nível de informalidade e assimetrias de informação. A capacidade de absorção – definida como o fosso tecnológico e de produção entre as empresas nacionais e estrangeiras – determina a capacidade das empresas locais e das pequenas e médias empresas para beneficiarem das repercussões tecnológicas das empresas multinacionais (Lugemwa, 2014; Vu, 2018). Um estudo recente sobre 100 empresas transformadoras no Quênia mostra que a capacidade de absorção desempenha um papel estatisticamente significativo no aumento do desempenho das empresas de IDE, o que implica que as empresas precisam de algum nível de conhecimento e capacidade tecnológica para aproveitar plenamente os benefícios do IDE (Wanjere et al., 2021). No entanto, os investimentos destinados às pequenas e médias empresas africanas são frequentemente dificultados pela informalidade e por assimetrias de informação (Caixa 1.7).

#### Caixa 1.7. Investimentos sustentáveis em pequenas e médias empresas africanas: Associar o financiamento às avaliações de impacto

Os inúmeros desafios financeiros que muitas pequenas e médias empresas (PME) africanas enfrentam dificultam-lhes a atratividade de investidores tradicionais, sobretudo para investimentos sustentáveis. Os requisitos de capital das PME africanas oscilam normalmente entre 2 000 e 100 000 USD, dependendo dos níveis de rendimento de um país. Este segmento de empresas do «mesofinanciamento» não é um grupo-alvo bem estabelecido para canais de financiamento típicos: As PME são frequentemente demasiado grandes para microfinanciamento, mas demasiado pequenas e desestruturadas para atrair os bancos e investidores tradicionais. A maioria

### Caixa 1.7. Investimentos sustentáveis em pequenas e médias empresas africanas: Associar o financiamento às avaliações de impacto (continuação)

dos empresários não tem formação em planeamento empresarial, não dispõe de dados financeiros documentados e – aparentemente, a barreira mais significativa no acesso ao crédito – não consegue prestar garantias na obtenção de crédito (por exemplo, terrenos, edifícios ou equipamento) (BEI, 2022). Alguns empresários também não estão dispostos a abrir a sua empresa a investidores em ações, uma vez que não querem ter as suas decisões contestadas ou não estão familiarizados com este tipo de financiamento. Devido à falta de liquidez nos mercados financeiros, os investidores não podem facilmente vender as suas ações nas PME e conseguir saídas rentáveis, especialmente na África francófona e nos seus países menos desenvolvidos. Estes desafios são ainda mais acentuados para atrair investimentos sustentáveis que procuram expandir as PME, melhorando simultaneamente as suas práticas sociais e ambientais.

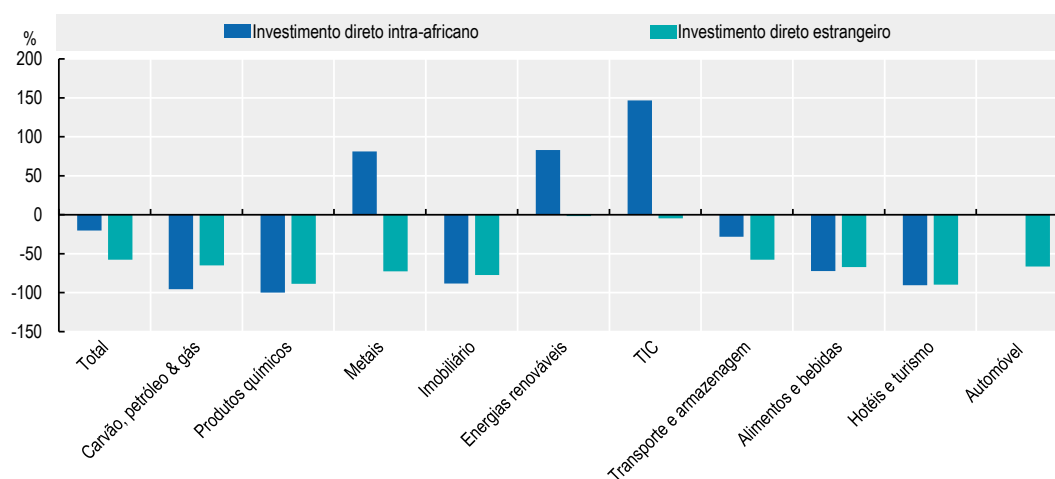
Embora as PME continuem a não ser atrativas para os financiadores tradicionais, os investidores especializados que associam o financiamento ao aconselhamento empresarial podem proporcionar investimentos sustentáveis. Por exemplo, a Investisseurs & Partenaires (I&P), um investidor social centrado nos países menos desenvolvidos de África, oferece soluções específicas para as empresas em fase de arranque e as PME de elevado potencial (I&P, n.d. a; Severino, 2018). A I&P desenvolveu um *scorecard* de impacto para determinar o alinhamento de um projeto com os pilares de impacto da I&P (por exemplo, o fornecimento de bens e serviços essenciais, a promoção do género e o impacto ambiental). Realiza uma auditoria ambiental e social para avaliar as práticas atuais de uma empresa e definir um plano de ação para mitigar os riscos identificados. Até agora, a I&P realizou mais de 150 investimentos, com 87 % localizados nos países menos desenvolvidos e cerca de 75 % a contribuírem diretamente para os ODS. Com um crescimento médio do emprego pós-investimento de cerca de 50 %, estas microempresas e PME mantiveram ou criaram quase 9 000 postos de trabalho diretos (96 % dos trabalhadores beneficiam de cobertura de saúde) e afetaram indiretamente quase 50 000 familiares (I&P, n.d. b; Coulibaly, 2022). A experiência do investidor sugere que as PME podem continuar a obter menores rendimentos financeiros para os investidores com impacto, mas oferecem a maior adicionalidade para os impactos sociais e ambientais.

**A mobilização das remessas como parte do investimento na diáspora pode ajudar a desenvolver redes de produção locais.** De acordo com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA/Banco Mundial, 2015), até 30 % das remessas visam atividades económicas. No entanto, a maior parte destas remessas são canalizadas para atividades informais e para micro, pequenas e médias empresas através de laços familiares alargados e redes sociais, em vez de serem canalizadas para produtos de investimento estruturados da diáspora. Tal deve-se a limitações, incluindo a falta de conhecimento sobre oportunidades de investimento, juntamente com a baixa confiança em sistemas regulatórios e políticos (Asquith e Opoku-Owusu, 2020). Os investimentos na diáspora podem apoiar o desenvolvimento de redes de produção locais, uma vez que a maioria dos investidores da diáspora tendem a estabelecer mais ligações com os fornecedores locais do que os investidores estrangeiros não pertencentes à diáspora (Amendolagine et al., 2013). Os produtos de investimento estruturados da diáspora poderiam aproveitar as poupanças anuais estimadas em 33.7 mil milhões USD anuais da diáspora, canalizando alguns destes fundos em investimentos produtivos no continente (Faal, 2019).

## O crescimento do investimento intra-africano pode apoiar a criação de emprego e a integração regional

As empresas multinacionais africanas representam uma pequena parte do IDE *greenfield* no continente, mas aumentaram o seu investimento em setores específicos. De 2017 a 2021, os fluxos de IDE intra-africano representaram apenas 9 % do IDE *greenfield* total para o continente.<sup>4</sup> No entanto, em 2020-21, apesar de uma redução acentuada do investimento direto estrangeiro *greenfield* total em África durante a pandemia de COVID-19, os investidores africanos aumentaram o seu envolvimento em novos projetos de investimento em TIC, energias renováveis e metais (Gráfico 1.13). Por exemplo, em 2020, a MTN Nigéria (uma subsidiária do Grupo MTN com sede na África do Sul) anunciou planos para investir mais de 1.6 mil milhões USD em infraestruturas de rede 4G em todo o país até 2023 (NIPC, 2020).

Gráfico 1.13. Investimento direto estrangeiro *greenfield* em África por região e setor de origem, variação percentual das despesas de capital entre 2018-19 e 2020-21



Nota: O gráfico apresenta os dez principais setores por despesas totais de capital em 2018-19. Os setores são classificados da esquerda para a direita, por ordem decrescente de acordo com as despesas de capital totais em 2018-19. TIC = Tecnologias da Informação e Comunicação.

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/z4wj6m>

A análise original deste relatório mostra que o crescimento das empresas multinacionais africanas nos serviços – como as finanças e o retalho – aumentou o potencial de criação de emprego, mas são altamente dominadas por grupos sul-africanos. De um modo geral, os setores de serviços africanos combinam um impacto ambiental comparativamente baixo com um potencial de criação de emprego relativamente positivo (Gráfico 1.11). Por exemplo, o IDE *greenfield* no comércio a retalho gera, em média, 5,6 postos de trabalho por cada milhão de dólares americanos de despesas de capital.<sup>4</sup> Na África do Sul, principal fonte e destino de IDE da África em 2021, o setor do retalho representa 21,5 % do emprego total (Statistics South Africa, 2022), principalmente devido ao domínio das grandes empresas retalhistas nacionais. A análise de dados a nível de empresas da base de dados Orbis em 521 empresas privadas africanas cotadas num mercado de ações com subsidiárias em África destaca o domínio das empresas sul-africanas como investidores intra-africanos (Quadro 1.4). Representavam 34 % das empresas incluídas na amostra e três quartos do volume de negócios e da capitalização bolsista. Enquanto 23 % das empresas africanas cotadas na amostra operam na indústria transformadora, a grande maioria (69 %) está ativa em

setores orientados para os serviços, como os serviços financeiros (29 %), o retalho (8 %), o imobiliário (6 %) e as tecnologias da informação e da comunicação (6 %).

Quadro 1.4. As dez maiores empresas cotadas em África por capitalização de mercado

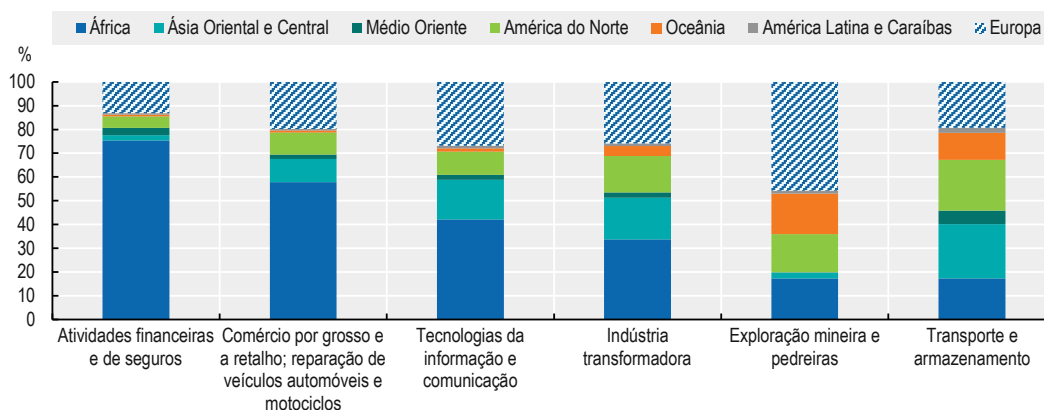
Classificação	Nome da empresa	País	Setor	Volume de negócios (milhões USD)	Funcionários	Capitalização de mercado (milhões USD)	% de filiais nacionais	% de filiais continentais	% de filiais fora de África
1	Naspers Limited	África do Sul	TIC	5 934	28 445	89 883	30 %	2 %	68 %
2	Firstrand Limited	África do Sul	Finanças e seguros	7 710	-	28 560	81 %	12 %	7 %
3	Standard Bank Group Limited	África do Sul	Finanças e seguros	8 426	49 224	21 180	54 %	32 %	14 %
4	Sasol Limited	África do Sul	Indústria transformadora	14 275	28 949	19 108	56 %	4 %	41 %
5	Sanlam Limited	África do Sul	Finanças e seguros	6 892	-	12 726	56 %	32 %	12 %
6	MTN Group Limited	África do Sul	TIC	11 455	16 390	12 294	17 %	56 %	27 %
7	Dangote Cement Plc	Nigéria	Indústria transformadora	3 378	17 747	10 040	8 %	89 %	4 %
8	Nedbank Group Limited	África do Sul	Finanças e seguros	3 667	-	9 915	62 %	22 %	16 %
9	Grupo Absa Limited	África do Sul	Finanças e seguros	5 404	35 267	9 782	66 %	28 %	6 %
10	Safaricom PLC	Quênia	TIC	2 593	5 852	9 646	70 %	20 %	10 %

Nota: Ver Anexo 1.B para informações metodológicas.

Fonte: Bureau van Dijk (2022), Orbis (base de dados), [www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis](http://www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis).

Os grupos africanos de serviços financeiros e retalho tendem a ter uma maior pegada geográfica. Com base na análise da base de dados Orbis, em média, as empresas cotadas em bolsa africanas estabeleceram 17 filiais no continente, em comparação com 8 empresas da Europa Ocidental, 4 empresas norte-americanas e apenas 3 empresas asiáticas. Os grupos africanos detêm três quartos das filiais que operam em África no setor financeiro – principalmente companhias financeiras e bancos – em comparação com empresas de outras regiões (Gráfico 1.14). Embora menos de 10 % das empresas africanas cotadas na bolsa operem no comércio retalhista – principalmente produtos alimentares e bebidas, materiais de construção –, são responsáveis por mais de metade das filiais de retalho no continente, o que ilustra o domínio de alguns grandes grupos africanos (por exemplo, Shoprite, Pick n Pay).

Gráfico 1.14. Filiais de empresas cotadas em África, por setor e região de origem do grupo de empresas



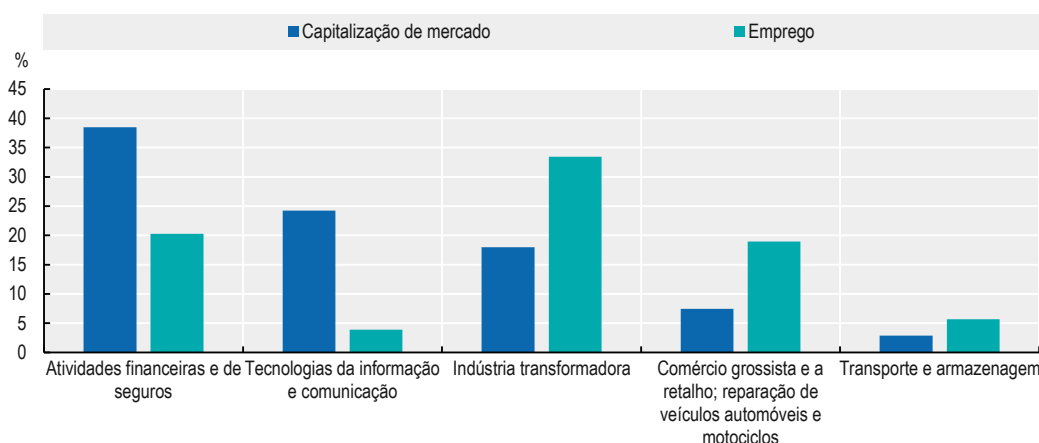
Nota: O gráfico apresenta os seis principais setores em número de filiais africanas. A amostra inclui 521 empresas privadas cotadas em África e 2 355 empresas privadas cotadas não africanas com filiais em África. Ver Anexo 1.B para mais informações metodológicas.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em Bureau van Dijk (2022), Orbis (base de dados), [www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis](http://www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis).

StatLink <https://stat.link/5bzk8m>

A indústria transformadora e o comércio a retalho são os setores com maior intensidade de emprego, mas os setores com elevado valor de mercado – financeiro e TIC – podem criar indiretamente postos de trabalho. A indústria transformadora e o retalho representam mais de 50 % do emprego direto entre as empresas cotadas com sede em África. Em contrapartida, os setores financeiro e das TIC representam mais de 60 % da capitalização bolsista, mas criam menos de um quarto do emprego direto total: cerca de 500 000 trabalhadores (Gráfico 1.15). No entanto, os setores financeiro e das TIC oferecem o potencial para a criação indireta de emprego através do aumento da inclusão financeira e da modernização digital no resto da economia (CUA/OCDE, 2021).

Gráfico 1.15. Quotas de capitalização de mercado e emprego entre empresas cotadas em África



Nota: O gráfico apresenta os cinco principais setores por capitalização de mercado. A amostra inclui 521 empresas privadas cotadas em bolsa com sede em África. Ver Anexo 1.B para mais informações metodológicas.

Fonte: Bureau van Dijk (2022), Orbis (base de dados), [www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis](http://www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis).

StatLink <https://stat.link/g3iyza>

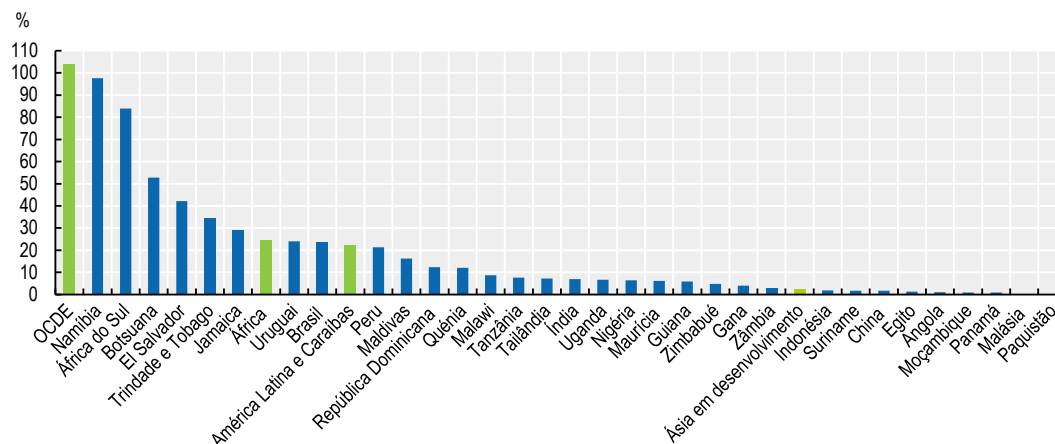


As empresas africanas em expansão no continente geralmente têm melhor conhecimento dos novos ambientes de negócios do que as empresas não africanas. O conhecimento formal e informal do ambiente empresarial ajuda frequentemente os pioneiros regionais a entrar em mercados vizinhos, facilitando as decisões de investimento e reduzindo os custos (Kathuria, Yatawara e Zhu, 2021). Utilizando esse conhecimento, a Dangote Cement, por exemplo, competiu com sucesso contra empresas não africanas incumbentes e expandiu-se em dez países africanos (Banco Mundial, 2016). As empresas podem adquirir capacidades no seu mercado interno que lhes permitam expandir-se para países com um enquadramento institucional semelhante; isto parece crucial para o sucesso em ambientes de mercado difíceis (Verhoef, 2011). A pesquisa sobre as estratégias de localização de três empresas sul-africanas – SABMiller, MTN e Massmart – destaca a capacidade de implementar estratégias não-mercado, bem como alavancar importantes conexões políticas para navegar em ambientes institucionais fracos (White, Kitimbo e Rees, 2019).

### Os investidores institucionais nacionais têm potencial inexplorado para desbloquear o financiamento sustentável

Os investidores institucionais africanos cresceram, enquanto os seus investimentos em ativos alternativos permanecem negligenciáveis. De acordo com as últimas estimativas, em 2020, os investidores institucionais africanos tinham ativos sob gestão de cerca de 1 800 mil milhões USD, registando um aumento de 48 % em relação a 2017 (Juvonen et al., 2019). Os dados da OCDE revelam que os fundos de pensões de 15 países africanos acumularam ativos no valor de 380 mil milhões USD até 2020, sendo a África do Sul responsável por quase 80 % do total (OCDE, 2021d). Isto traduz-se numa participação média do PIB de 25 % para África (impulsionada principalmente pela África do Sul, Namíbia e Botsuana), em comparação com 22 % na América Latina e Caraíbas e 3 % na Ásia em desenvolvimento (Gráfico 1.16). No entanto, os ativos alternativos – tais como infraestruturas, imobiliário, ativos verdes e sustentáveis, participações privadas e capital de risco – representaram menos de 3 % das carteiras numa avaliação de cinco mercados africanos de pensões, nomeadamente o Gana, o Quênia, a Namíbia, a Nigéria e África do Sul (BAD/IFC/MFW4A, 2022).

Gráfico 1.16. Ativos sob gestão de fundos de pensões, 2015-20, % do PIB



Nota: A OCDE inclui 38 países, África inclui 15 países, a América Latina e Caraíbas inclui 10 países e a Ásia em desenvolvimento inclui 7 países.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em OCDE (2021d), OECD Global Pension Statistics (base de dados), <https://doi.org/10.1787/pension-data-en>.

StatLink <https://stat.link/9tdoye>

A ausência de quadros ambientais, sociais e de governação (ESG), as limitações de capacidade e a falta de informação para os investidores limitam o investimento sustentável nos países africanos. Continuam a faltar quadros específicos de investimento sustentável em todo o continente africano, sendo uma exceção a aplicação pela África do Sul de uma taxonomia ESG em abril de 2022. As limitações de dados e de capacidade de gestão tornam mais difíceis as avaliações rigorosas dos critérios ESG, o que pode reduzir as pontuações ESG e aumentar o risco de exclusão do investimento internacional sustentável (OCDE, 2022b). Num inquérito realizado a 70 bancos africanos, 70 % consideraram o crédito verde como uma oportunidade, mas 60 % referiram a capacidade técnica como um obstáculo à implementação (BEI, 2022). Refletindo as tendências globais entre os investidores institucionais (OCDE, 2021a), metade dos principais fundos de pensões africanos fornecem informações sobre a importância da sustentabilidade para os seus investimentos. E estes compartilham apenas informações limitadas sobre as suas estratégias e implementações específicas (Stewart, 2022).

Uma melhor governação institucional e a cooperação entre países podem ajudar os fundos soberanos de África a atrair capital privado para investimentos sustentáveis. O total dos ativos sob gestão dos fundos soberanos de África ascende a 100 mil milhões USD em 30 fundos (Global SWF, 2022). Vários fundos soberanos criaram fundos de participações privadas para setores como os cuidados de saúde e as energias renováveis, a fim de atrair investidores estrangeiros para oportunidades de investimento sustentáveis (Quadro 1.5). Num recente inquérito a executivos de topo de fundos soberanos africanos, todos os inquiridos sublinharam a importância de uma governação institucional independente e eficaz como primeira prioridade para gerar a confiança dos parceiros internacionais e nacionais. Oitenta e três por cento dos inquiridos afirmaram que a atual colaboração entre os fundos soberanos do continente era insuficiente e que muito mais tem de ser feito também no contexto da ZCLCA (IFSWF e Templeton, 2021). Em junho de 2022, os fundos soberanos africanos, com ativos coletivos sob gestão de 12.6 mil milhões USD, formaram o Fórum Africano de Investidores Soberanos, uma nova plataforma partilhada para acelerar a coordenação a fim de mobilizar capital para investimentos sustentáveis (BAD, 2022).

Quadro 1.5. Exemplos de projetos de investimento sustentável realizados por fundos soberanos africanos

Fundo soberano	País	Ativos sob gestão (2020)	Projetos de investimento sustentáveis
Fonds Souverain d'Investissements Stratégiques (Fonsis)	Senegal	846 milhões USD	Desde 2017, o Fonsis criou quatro parques solares que hoje representam mais de 50 % da capacidade solar do Senegal, fornecimento de energia para quase um milhão de agregados familiares e o potencial de economizar 160 toneladas de dióxido de carbono anualmente.
Ghana Infrastructure Investment Fund (GIIF)	Gana	330 milhões USD	Em 2017, o GIIF comprometeu-se a disponibilizar 51 milhões USD para uma parceria público-privada com uma empresa local de TIC para estabelecer 880 km de cabos de fibra ótica em terra para uma extensa rede de banda larga de alta qualidade no oeste do Gana. O projeto ligou as cidades principais e criou cerca de 12 000 postos de trabalho diretos e indiretos durante a fase de construção.
The Sovereign Fund of Egypt (TSFE)	Egito	12.7 mil milhões USD	O TSFE assinou memorandos de entendimento que representam 40 mil milhões USD de investimento em hidrogénio verde com empresas de energia e transportes (Furness, 2022).
Nigeria Sovereign Investment Authority (NSIA)	Nigéria	1.8 mil milhões USD	A NSIA concluiu um projeto de investimento de 12.5 milhões USD para melhorar, equipar, manter e operar uma instalação ambulatória de tratamento do cancro, a primeira do seu tipo na Nigéria. O centro atualizado fornece radioterapia externa avançada, braquiterapia e quimioterapia e está equipado com uma instalação de formação de classe mundial para profissionais de oncologia. Tratou mais de 4 000 doentes desde a sua criação, em maio de 2019.

Fonte: Compilação dos autores baseada em IFSWF e Templeton (2021), *Investing for Growth and Prosperity: In Africa Sovereign Wealth Funds Focus on G, S and E*, [www.ifswf.org/sites/default/files/IFSWF\\_Africa\\_Paper\\_v2.pdf](http://www.ifswf.org/sites/default/files/IFSWF_Africa_Paper_v2.pdf) e pesquisa documental.

**Os fundos de pensões e os fundos soberanos podem estar dispostos a investir em projetos africanos de infraestruturas, desde que sejam cumpridos critérios de qualidade.** Num estudo de 2018 sobre o investimento institucional e o desenvolvimento de projetos comerciais em África, todos os fundos de pensões e de riqueza soberana inquiridos afirmaram que estavam dispostos a considerar investir em projetos de infraestrutura africanos que já estão a gerar receitas. Embora apenas 11 % dos fundos de pensões tenham manifestado interesse em projetos de infraestruturas em desenvolvimento (projetos *greenfield*), a maioria indicou a sua vontade em investir indiretamente na fase inicial da preparação dos projetos através de instrumentos de investimento e entidades que cumpram rigorosamente os seus critérios de investimento, tais como obrigações, fundos, bancos e empresas de elevada qualidade. A maioria dos investidores inquiridos classificou o compromisso do setor público e a gestão de projetos com experiência entre as suas principais necessidades de investimento (Danso e Samuels, 2018).

## Anexo 1.A. A estimativa do déficit de financiamento sustentável de África

A estimativa do déficit de financiamento sustentável de África no presente relatório baseia-se na metodologia descrita nas *Perspetivas Globais da OCDE sobre o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável 2023* (OCDE, 2022b). Embora existam outras metodologias de estimativa (por exemplo, UNCTAD, 2022a), a metodologia da OCDE pode ser replicada com dados disponíveis para quase todos os países africanos ao longo do tempo. Com base nas projeções iniciais das necessidades de financiamento anuais dos países africanos para atingir os ODS e dos recursos financeiros disponíveis para satisfazer essas necessidades, realizadas em 2015 (UNCTAD, 2014, 2016), o presente relatório pressupõe um déficit de financiamento sustentável no cenário de referência de 200 mil milhões USD por ano para o continente africano até 2030, num cenário em que as condições de financiamento permanecem constantes (UNCTAD, 2020b). De acordo com a abordagem da OCDE (2022b), o cenário de referência é ajustado de acordo com as alterações nas principais fontes de financiamento (externas e internas) de África em comparação com 2015, ano em que o cenário de referência foi projetado (Quadro do Anexo 1.A.1).

Contrariamente à abordagem da OCDE (2022b), o presente relatório apresenta o financiamento disponível e o déficit de financiamento sustentável de 2015-21 (Gráfico 1.3). Para este efeito, a metodologia difere da OCDE (2022b), na medida em que 2015, ao invés de 2019, é utilizado como cenário de referência, ao passo que foram omitidas medidas orçamentais pontuais relacionadas com a COVID-19. Para calcular o financiamento oficial do desenvolvimento, foram utilizados apenas os dados líquidos da APD em vez dos dados da base de dados do *Total Official Support for Sustainable Development* (TOSSD, 2022), que não estão disponíveis para todos os países africanos no período de 2015-21.

### Quadro do Anexo 1.A.1. Cálculo do déficit de financiamento sustentável de África em 2020

Fluxos financeiros	Valor	Descrição	Fonte
Estimativa do cenário de referência do déficit anual de financiamento sustentável	200.0 mil milhões USD	Déficit médio anual de financiamento sustentável de África projetado em 2015	UNCTAD, 2020b
+ Diminuição das receitas públicas disponíveis (excluindo subvenções e serviço da dívida externa)	21.6 mil milhões USD	Variação das receitas públicas entre 2015 e 2020	Cálculos com base no FMI, 2022a, e no Banco Mundial, 2022a
+ Diminuição das entradas de capital	82.7 mil milhões USD	Variação do IDE, investimento de carteira e outras entradas de investimento entre 2015 e 2020	FMI, 2022b
- Aumento das remessas	12.6 mil milhões USD	Variação dos fluxos de remessas entre 2015 e 2020	Banco Mundial-KNOMAD, 2022
- Aumento da ajuda pública ao desenvolvimento	19.8 mil milhões USD	Evolução da ajuda pública ao desenvolvimento entre 2015 e 2020	OCDE, 2022a
Déficit de financiamento sustentável em 2020	271.9 mil milhões USD		

Nota: As entradas de capital incluem o investimento direto estrangeiro (IDE), o investimento de carteira e outras entradas de investimento reportadas pelo Fundo Monetário Internacional no âmbito da contabilização de ativos/passivos. Os valores relativos às entradas de capital devem ser interpretados com alguma precaução, uma vez que faltam alguns valores relativos às entradas de carteira.

Fontes: Cálculos e elaboração dos autores com base em OCDE (2022b), *Global Outlook on Financing for Sustainable Development 2023: No Sustainability Without Equity*, <https://doi.org/10.1787/fcbe6ce9-en>; FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October); OCDE (2022a), *OECD Development Assistance Committee* (base de dados), <https://stats-1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A> Banco Mundial (2022a), *International Debt Statistics* (database), <https://databank.worldbank.org/source/international-debt-statistics>; FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52>; UNCTAD (2020b), «Economic Development in Africa Report 2020: Press Conference», Comunicado de Imprensa, <https://unctad.org/osgstatement/economic-development-africa-report-2020-press-conference> e Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances* (base de dados), [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances).

## Anexo 1.B. Análise de empresas líderes africanas

### A base de dados Orbis<sup>5</sup>

A base de dados Orbis da Bureau van Dijk (BvD) – uma empresa de análise da Moody's – fornece informações financeiras e de propriedade harmonizadas a nível das empresas, em mais de 100 países e mais de 400 milhões de empresas cotadas na bolsa, tanto públicas como privadas. Os dados são recolhidos junto de mais de 160 diferentes fornecedores de informações governamentais e comerciais (registos nacionais de empresas). Apesar de a BvD harmonizar os dados num formato «global» padrão, os dados não são representativos nacionalmente (Vide Kalemly-Ozcan et al., 2022, para mais informações).

### CrITÉRIOS de seleção da amostra<sup>6</sup>

A fim de extrair uma amostra de empresas ativas em África da base de dados Orbis, foram aplicados os seguintes critérios de seleção de dados:

- empresas ativas com filiais (mínimo 10 % da propriedade direta)<sup>7</sup> localizadas em países africanos;
- empresas com «último ano de contas» não superior a cinco anos (2017-21);
- empresas cotadas na bolsa registadas como último beneficiário efetivo (GUO).<sup>8</sup>

Para cada empresa, são reportadas as contas consolidadas. Quando estas não estão disponíveis, são reportadas as contas não consolidadas.

Devido a considerações de qualidade dos dados (ver também OCDE, 2020b), a análise centra-se em empresas cotadas para as quais os dados são de maior cobertura e qualidade, a fim de permitir a análise intersectorial e nacional. É feita uma análise separada das empresas públicas.

### Notas

1. República do Congo, Malawi, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Somália, Sudão, Zâmbia e Zimbabué.
2. Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, Jibuti, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Quênia, Serra Leoa e Sudão do Sul.
3. <https://thegiin.org/impact-investing/>
4. Cálculos dos autores baseados em fDi Intelligence (2022).
5. <https://www.nber.org/papers/w21558>
6. Os dados foram descarregados em 15 de setembro de 2022.
7. O limiar de 10 % é definido em conformidade com a definição da OCDE de relação IDE: <https://www.oecd.org/daf/inv/investment-policy/2487495.pdf>.
8. Na base de dados Orbis, um beneficiário efetivo é o indivíduo ou a entidade no topo da estrutura de propriedade corporativa. A condição de filtragem do beneficiário efetivo é aplicada para identificar o grupo de empresas e evitar a seleção de várias entidades pertencentes ao mesmo grupo.

### Bibliografia

- Ahouassou, A. (24 de maio de 2011), «African countries credit ratings: Key for effective resource mobility on international capital markets», Banco Africano de Desenvolvimento, [www.afdb.org/fr/news-and-events/african-countries-credit-ratings-key-for-effective-resource-mobilization-on-international-capital-markets-8023](http://www.afdb.org/fr/news-and-events/african-countries-credit-ratings-key-for-effective-resource-mobilization-on-international-capital-markets-8023).
- AIE (2022a), *Africa Energy Outlook 2022*, Agência Internacional da Energia, Paris, [www.iea.org/reports/africa-energy-outlook-2022](http://www.iea.org/reports/africa-energy-outlook-2022).
- AIE (2022b), «Greenhouse gas emissions from Energy Data Explorer», *Data and Statistics* (base de dados), [www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer](http://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer) (consultado em outubro de 2022).

- Alfaro, L. et al. (2008), «Why doesn't capital flow from rich to poor countries? An empirical investigation», *Review of Economics and Statistics*, Vol. 90/2, pp. 347-368, <https://doi.org/10.1162/rest.90.2.347>.
- Ameli, N. et al. (2021), «Higher cost of finance exacerbates a climate investment trap in developing economies», *Nature Communications*, Vol. 12, <https://doi.org/10.1038/s41467-021-24305-3>.
- Amendolagine, V. et al. (2019), «Local sourcing in developing countries: The role of foreign direct investments and global value chains», *World Development*, Vol. 113, pp. 73-88, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.08.010>.
- Amendolagine, V. et al. (2013), «FDI and local linkages in developing countries: Evidence from sub-Saharan Africa», *World Development*, vol. 50, pp. 41-56, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.05.001>.
- Andoh, F. K. e W. G. Cantah (2020), «Foreign Direct Investment in Sub-Saharan Africa: Is Tax Obligation Still an Issue?», *Global Business Review*, vol. 23/5, pp. 1236-1251, <https://doi.org/10.1177/0972150919890241>.
- ANRC (2021), *Lithium-Cobalt Value Chain Analysis for Mineral Based Industrialization in Africa*, African Natural Resources Center, Abidjan, [www.afdb.org/pt/documents/lithium-cobalt-value-chain-analysis-mineral-based-industrialization-africa](http://www.afdb.org/pt/documents/lithium-cobalt-value-chain-analysis-mineral-based-industrialization-africa).
- Asiedu, E. (2002), «On the determinants of foreign direct investment to developing countries: Is Africa different?», *World Development*, Vol. 30/1, pp. 107-119, <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.280062>.
- Asquith, P. e S. Opoku-Owusu (2020), «Diaspora investment to help reach the SDGs in Africa: Prospects and trends», em *Foreign Direct Investment Perspective through Foreign Direct Divestment*, IntechOpen, Londres, [www.intechopen.com/chapters/72728](http://www.intechopen.com/chapters/72728).
- AVCA (2022), *Venture Capital in Africa Report*, African Private Equity and Venture Capital Association, [www.avca-africa.org/media/2967/62644-avca-avca-venture-capital-in-africa-report-v13.pdf](http://www.avca-africa.org/media/2967/62644-avca-avca-venture-capital-in-africa-report-v13.pdf).
- BAD (2022), «African Development Bank, Africa50 and the newly launched African Sovereign Investors Forum signal strong desire to jointly mobilize capital for infrastructure projects», Comunicado de Imprensa, [www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/african-development-bank-africa50-and-newly-launched-african-sovereign-investors-forum-signal-strong-desire-jointly-mobilize-capital-infrastructure-projects-52677](http://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/african-development-bank-africa50-and-newly-launched-african-sovereign-investors-forum-signal-strong-desire-jointly-mobilize-capital-infrastructure-projects-52677).
- BAD/IFC/MFW4A (2022), *Gauging Appetite of African Institutional Investors for New Asset Classes*, Banco Africano de Desenvolvimento, International Finance Corporation e Making Finance Work for Africa, [www.mfw4a.org/sites/default/files/resources/gauging\\_appetite\\_of\\_african\\_institutional\\_investors\\_for\\_new\\_asset\\_classes\\_-\\_published.pdf](http://www.mfw4a.org/sites/default/files/resources/gauging_appetite_of_african_institutional_investors_for_new_asset_classes_-_published.pdf).
- BAD/OCDE/UNDP (2015), *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>.
- Banco Mundial (2022a), «International debt statistics», *World Bank Databank*, <https://databank.worldbank.org/source/international-debt-statistics> (consultado em 12 de janeiro de 2023).
- Banco Mundial (2022b), *Enterprise Surveys* (base de dados), [www.enterprisesurveys.org](http://www.enterprisesurveys.org) (consultado em outubro de 2022).
- Banco Mundial (2021), «Migration and remittances data», *Annual Remittances Data May 2021* (database), [www.worldbank.org/en/topic/migrationremittancesdiasporaissues/brief/migration-remittances-data](http://www.worldbank.org/en/topic/migrationremittancesdiasporaissues/brief/migration-remittances-data) (consultado em outubro de 2022).
- Banco Mundial (2016), *Breaking Down Barriers: Unlocking Africa's Potential through Vigorous Competition Policy*, Banco Mundial, Nairobi, <http://hdl.handle.net/10986/24688>.
- Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances* (base de dados), The Global Knowledge Partnership on Migration and Development (KNOMAD), World Bank, [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances) (consultado em 19 de dezembro de 2022).
- BCG (2022), *Global Asset Management 2022: From Tailwinds to Turbulence*, Boston Consulting Group, <https://web-assets.bcg.com/c8/5a/2f2f5d784302b945ba1f3276abbc/global-asset-management-2022-from-tailwinds-to-turbulence-may-2022.pdf>.
- BEI (2022), *Finance in Africa: Navigating the Financial Landscape in Turbulent Times*, Banco Europeu de Investimento, [www.eib.org/attachments/lucalli/finance\\_in\\_africa\\_2022\\_en.pdf](http://www.eib.org/attachments/lucalli/finance_in_africa_2022_en.pdf).
- Bouchet, M. et al. (2003), *Country Risk Assessment: A Guide to Global Investment Strategy*, Wiley Finance, West Sussex, <https://developingfinance.org/download/Wiley-Finance-Country-Risk-Assessment-A-Guide-to-Global-Investment-Strategy.pdf>.
- Brenton, P., M. J. Ferrantino e M. Maliszewska (2022), *Reshaping Global Value Chains in Light of COVID-19: Implications for Trade and Poverty Reduction in Developing Countries*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1821-9>.
- Bureau van Dijk (2022), *Orbis* (base de dados), [www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis](http://www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis) (consultado em outubro de 2022).



- Calderon, C. et al. (2019), «Drivers of gross capital inflows: Which factors are more important for sub-Saharan Africa?», *Policy Research Working Paper*, No. 8777, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/31403>.
- CB Insights (2022), *State of Venture*, [www.cbinsights.com/reports/CB-Insights\\_Venture-Report-Q2-2022.pdf](http://www.cbinsights.com/reports/CB-Insights_Venture-Report-Q2-2022.pdf).
- Cheung, Y. W. et al. (2012), «China's outward direct investment in Africa», *Review of International Economics*, Vol. 20/2, John Wiley & Sons, Hoboken, <https://doi.org/10.1111/j.1467-9396.2012.01017.x>.
- Chikhi, L. (9 de julho de 2022), «Algeria, Niger and Nigeria sign MoU for Saharan gas pipeline», Reuters, [www.reuters.com/business/energy/algeria-niger-nigeria-sign-mou-saharan-gas-pipeline-2022-07-28/](http://www.reuters.com/business/energy/algeria-niger-nigeria-sign-mou-saharan-gas-pipeline-2022-07-28/).
- Cocoa Horizons (2022), *The Cocoa Snapshot: 21/22 Mid-Year Review*, [www.cocoa Horizons.org/sites/www.cocoa Horizons.org/files/Cocoa%20Snapshot%2021-22%20Half%20Year%20EN.pdf](http://www.cocoa Horizons.org/sites/www.cocoa Horizons.org/files/Cocoa%20Snapshot%2021-22%20Half%20Year%20EN.pdf)
- Collier, P. e C. Pattillo (2000), «Investment and Risk in Africa», em *Studies on the African Economies Series*, Palgrave Macmillan, Londres, [https://doi.org/10.1007/978-1-349-15068-7\\_1](https://doi.org/10.1007/978-1-349-15068-7_1).
- Coulibaly, N. (23 de julho de 2022), «Entrepreneuriat durable: I&P veut faire émerger 500 champions africains d'ici à 2030», *Jeune Afrique*, [www.jeuneafrique.com/1362840/economie/entrepreneuriat-durable-ip-veut-faire-emerger-500-champions-africains-dici-a-2030/](http://www.jeuneafrique.com/1362840/economie/entrepreneuriat-durable-ip-veut-faire-emerger-500-champions-africains-dici-a-2030/).
- CPI (2022), *Landscape of Climate Finance in Africa*, Climate Policy Initiative, São Francisco [www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2022/09/Landscape-of-Climate-Finance-in-Africa.pdf](http://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2022/09/Landscape-of-Climate-Finance-in-Africa.pdf).
- CUA (2015), *Agenda 2063: The Africa We Want*, Comissão da União Africana, Adis Abeba, [https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063\\_popular\\_version\\_en.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_en.pdf).
- CUA/UNECA (2021), *Africa sovereign Credit Rating Review: 2021 End of Year Outlook*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, <https://hdl.handle.net/10855/47399>.
- CUA/OCDE (2022), *Africa's Development Dynamics 2022: Regional Value Chains for a Sustainable Recovery*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/2e3b97fd-en>.
- CUA/OCDE (2021), *Africa's Development Dynamics 2021: Digital Transformation for Quality Jobs*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/0a5c9314-en>.
- CUA/OCDE (2019), *Africa's Development Dynamics 2019: Achieving Productive Transformation*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c1cd7de0-en>.
- CUA/OCDE (2018), *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264302501-en>.
- Cuvellier, M. (24 de janeiro de 2022), «Africa vs. The Rest of The World», *Africa: The Big Deal*, <https://thebigdeal.substack.com/p/africa-vs-the-rest-of-the-world>.
- Danso H. e B. Samuels (2018), «Benchmark for Investing in African Infrastructure Project Development («I4PD Benchmark»)» in *Special Report Institutional Investment and Commercial Project Development in Africa*, [www.africaninvestor.com/wp-content/uploads/2022/02/I4PD-Benchmark-Report-2018-Update-D15-2.pdf](http://www.africaninvestor.com/wp-content/uploads/2022/02/I4PD-Benchmark-Report-2018-Update-D15-2.pdf).
- Deloitte (2016), *Your Essential Guide to De-risking Africa: Unlocking the Value in Africa*, Deloitte [www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/za/Documents/risk/ZA\\_De-risking%20Africa%20Brochure\\_FINAL\\_digi\\_spreads.pdf](http://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/za/Documents/risk/ZA_De-risking%20Africa%20Brochure_FINAL_digi_spreads.pdf).
- Diallo, A., L. Jacolin e I. Rabaud (2021), «Foreign direct investment and domestic private investment in sub-Saharan African countries: Crowding-in or out», *Ferdi Working Papers*, No. 292, <https://ferdi.fr/dl/df-MtwJiRQa4ZgpWvN5BBwKh5X3/ferdi-p292-foreign-direct-investment-and-domestic-private-investment-in.pdf>.
- Ekeruche, M. A. (2022), *Africa's Rising Debt and the Emergence of New Creditors*, *African Debt Series*, Vol. 2, FES AU/AU, Adis Abeba, <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/fes-ua/19365.pdf>.
- Evenett, S. J. e J. Fritz (2021), *Advancing Sustainable Development with FDI: Why Policy Must Be Reset*, CEPR Press, Londres, [www.globaltradealert.org/reports/75](http://www.globaltradealert.org/reports/75).
- Eyraud, L., C. Pattillo e A. A. Selassie (14 de junho de 2021), «How to attract private finance to Africa's development», *blogues FMI*, [www.imf.org/en/Blogs/Articles/2021/06/14/blog-how-to-attract-private-finance-to-africa-s-development](http://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2021/06/14/blog-how-to-attract-private-finance-to-africa-s-development).
- Faal, G. (2019), *Strategic, Business and Operational Framework for an African Diaspora Finance Corporation: African Union Legacy Project on Diaspora Investment, Innovative Finance and Social Enterprise in Africa*, Comissão da União Africana, Adis Abeba, [https://au.int/sites/default/files/documents/40847-doc-EN-ADFC\\_Business\\_and\\_Operational\\_Framework\\_May\\_2019.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/40847-doc-EN-ADFC_Business_and_Operational_Framework_May_2019.pdf).
- fDi Intelligence (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets) (consultado em 19 de setembro de 2022).



- FIDA/Banco Mundial (2015), *The Use of Remittances and Financial Inclusion*, Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Roma, [www.ifad.org/documents/38714170/40187309/gpfi.pdf/58ce7a06-7ec0-42e8-82dc-c069227edb79](http://www.ifad.org/documents/38714170/40187309/gpfi.pdf/58ce7a06-7ec0-42e8-82dc-c069227edb79).
- FMI (2023), «List of LIC DSAs for PRGT-eligible countries», Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/external/Pubs/ft/dsa/DSAlist.pdf](http://www.imf.org/external/Pubs/ft/dsa/DSAlist.pdf).
- FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, Edição de outubro de 2022, Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October22](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October22) (consultado em outubro de 2022).
- FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52> (consultado em 22 de novembro de 2022).
- FMI (2022c), *Investment and Capital Stock Dataset (ICSD)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4> (consultado em outubro de 2022).
- FMI (2022d), *Regional Economic Outlook África abril de 2022*, FMI Publication Services, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, [www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2022/04/28/regional-economic-outlook-for-sub-saharan-africa-april-2022](http://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2022/04/28/regional-economic-outlook-for-sub-saharan-africa-april-2022).
- FMI (2021a), «Questions and Answers on Sovereign Debt Issues», Página Web do Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/en/About/FAQ/sovereign-debtnet](http://www.imf.org/en/About/FAQ/sovereign-debtnet) (consultado em 12 de janeiro de 2023).
- FMI (2021b), *Database of Fiscal Policy Responses to COVID-19*, Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Fiscal-Policies-Database-in-Response-to-COVID-19](http://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Fiscal-Policies-Database-in-Response-to-COVID-19) (consultado em outubro de 2022).
- Fofack, H. (2021), *The Ruinous Price for Africa of Pernicious' Perception Premiums*, Africa Growth Initiative at Brookings, [www.brookings.edu/wp-content/uploads/2021/10/21.10.07\\_Perception-premiums.pdf](http://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2021/10/21.10.07_Perception-premiums.pdf).
- Fulghieri, P. et al. (2014), «The Economics of Solicited and Unsolicited Credit Ratings», *The Review of Financial Studies*, vol. 27/2, pp. 484-518, <https://doi.org/10.1093/rfs/hht072>.
- Furness, V. (2 de agosto de 2022), «How Egypt's sovereign fund plans to green the country's strategic infrastructure», *Capital Monitor*, <https://capitalmonitor.ai/regions/middle-east-and-africa/egypts-green-plans-sovereign-wealth-fund/>.
- GIIN (2020), *Annual Impact Investor Survey*, Global Impact Investing Network, <https://thegiin.org/assets/GIIN%20Annual%20Impact%20Investor%20Survey%202020.pdf>.
- GIIN (2016), *The Landscape for Impact Investing in Southern Africa*, Global Impact Investing Network, [https://thegiin.org/assets/documents/pub/Southern%20Africa/GIIN\\_SouthernAfrica.pdf](https://thegiin.org/assets/documents/pub/Southern%20Africa/GIIN_SouthernAfrica.pdf).
- GIIN (2015), *The Landscape for Impact Investing in East Africa*, Global Impact Investing Network, <https://thegiin.org/research/publication/the-landscape-for-impact-investing-in-east-africa/>.
- Global SWF (23 de agosto de 2022), «African SWFs: The art of patience», [https://globalswf.com/news/african-swfs-the-art-of-patience#:~:text=The%20biggest%20African%20SWF%20is,of%20around%20US\\$24100%20billion](https://globalswf.com/news/african-swfs-the-art-of-patience#:~:text=The%20biggest%20African%20SWF%20is,of%20around%20US$24100%20billion).
- Indiana University Lilly Family School of Philanthropy (2022), *2022 Global Philanthropy Environment Index*, Indiana University Lilly Family School of Philanthropy, Indianapolis, [www.developmentaid.org/api/frontend/cms/file/2022/04/IU2022GPEIGlobalReport-1.pdf](http://www.developmentaid.org/api/frontend/cms/file/2022/04/IU2022GPEIGlobalReport-1.pdf).
- I&P (n.d. a), «Notre approche», página web Investisseurs & Partenaires, [www.ietp.com/fr/node/1963/#approche-section](http://www.ietp.com/fr/node/1963/#approche-section) (consultado em 6 de janeiro de 2023).
- I&P (n.d. b), «Impact», página web Investisseurs & Partenaires, [www.ietp.com/fr/content/impact](http://www.ietp.com/fr/content/impact) (consultado em 6 de janeiro de 2023).
- Ideue, K. (2019), «Recent trends in foreign direct investment in sub-Saharan Africa», in *Connecting Asia and Africa: Challenges and Prospects*, Institute of Developing Economies, Chiba, [www.ide.go.jp/library/Japanese/Publish/Reports/Seisaku/pdf/2018\\_1\\_10\\_001\\_ch03.pdf](http://www.ide.go.jp/library/Japanese/Publish/Reports/Seisaku/pdf/2018_1_10_001_ch03.pdf).
- IFSWF e F. Templeton (2021), *Investing for Growth and Prosperity: In Africa Sovereign Wealth Funds Focus on G, S and E*, Fórum Internacional de Fundos Soberanos, [www.ifswf.org/sites/default/files/IFSWF\\_Africa\\_Paper\\_v2.pdf](http://www.ifswf.org/sites/default/files/IFSWF_Africa_Paper_v2.pdf).
- IRENA e BAD (2022), *Renewable Energy Market Analysis: Africa and Its Regions*, Agência Internacional para as Energias Renováveis e Banco Africano de Desenvolvimento, Abu Dhabi e Abidjan, [www.irena.org/publications/2022/Jan/Renewable-Energy-Market-Analysis-Africa](http://www.irena.org/publications/2022/Jan/Renewable-Energy-Market-Analysis-Africa).
- Jaspersen, F. et al. (2000), «Risk and private investment: Africa compared with other developing areas», em *Studies on the African Economies Series*, Palgrave Macmillan, Londres, [https://doi.org/10.1007/978-1-349-15068-7\\_3](https://doi.org/10.1007/978-1-349-15068-7_3).
- Javorcik, B. S. e M. Spatareanu (2008), «To share or not to share: Does local participation matter for spillovers from foreign direct investment?», *Journal of Development Economics*, vol. 85/(1-2), pp. 194-217, <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2006.08.005>.

- Juvonen, K. et al. (2019), «Unleashing the potential of institutional investors in Africa», *AfDB Working Papers*, n.º 325, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, [www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/wps\\_no\\_325\\_unleashing\\_the\\_potential\\_of\\_institutional\\_investors\\_in\\_africa\\_c\\_rv1.pdf](http://www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/wps_no_325_unleashing_the_potential_of_institutional_investors_in_africa_c_rv1.pdf).
- Kalemli-Ozcan, S. et al. (2022), «How to construct nationally representative firm level data from the Orbis Global Database: New facts and aggregate implications», *NBER Working Papers*, No. 21558, <https://doi.org/10.3386/w21558>.
- Kathuria, S., R. A. Yatawara e X. Zhu (2021), *Regional Investment Pioneers in South Asia: The Payoff of Knowing Your Neighbors*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1534-8>.
- Kelhoffer, K. (setembro de 2021), «Examining infrastructure as an asset class», Moody's Analytics, [www.moodyanalytics.com/articles/2020/examining-infrastructure-as-an-asset-class](http://www.moodyanalytics.com/articles/2020/examining-infrastructure-as-an-asset-class).
- Kincer, J e T. Moss (22 de abril de 2022), «Gas prices high, but renewables also at risk from rising interest rates», blogue *Energy for Growth*, [www.energyforgrowth.org/blog/gas-prices-high-but-renewables-also-at-risk-from-rising-interest-rates/](http://www.energyforgrowth.org/blog/gas-prices-high-but-renewables-also-at-risk-from-rising-interest-rates/).
- Lee, N. e M. C. Gonzalez (2022), «Stuck near ten billion: Public-private infrastructure finance in sub-Saharan Africa», *CGD Policy Paper 251 fevereiro 2022*, [www.cgdev.org/sites/default/files/stuck-near-ten-billion-public-private-infrastructure-finance-sub-saharan-africa.pdf](http://www.cgdev.org/sites/default/files/stuck-near-ten-billion-public-private-infrastructure-finance-sub-saharan-africa.pdf).
- Leimbach, M. e N. Bauer (2022), «Capital markets and the costs of climate policies», *Environmental Economics and Policy Studies*, Vol. 24/3, pp. 397-420, <https://doi.org/10.1007/s10018-021-00327-5>.
- Lucas, R. E. (1990), «Why doesn't capital flow from rich to poor countries?», *The American Economic Review*, Vol. 80/2, pp. 92-96, [www.jstor.org/stable/2006549](http://www.jstor.org/stable/2006549).
- Lugemwa, P. (2014), «Foreign direct investment and SME growth: Highlighting the need for absorptive capacity to support linkages between transnational corporations and SMEs in developing countries», *International Journal of Economics, Finance and Management Sciences*, Vol. 2, No. 4, pp. 245-256, <http://dx.doi.org/10.11648/j.ijefm.20140204.13>.
- McKinsey (6 de março de 2020), «Solving Africa's infrastructure paradox», McKinsey & Company, [www.mckinsey.com/capabilities/operations/our-insights/solving-africas-infrastructure-paradox](http://www.mckinsey.com/capabilities/operations/our-insights/solving-africas-infrastructure-paradox).
- McKinsey (15 de fevereiro de 2019), «Winning in Africa's agricultural market», McKinsey & Company, [www.mckinsey.com/industries/agriculture/our-insights/winning-in-africas-agricultural-market](http://www.mckinsey.com/industries/agriculture/our-insights/winning-in-africas-agricultural-market).
- Mercer (2018), *Investment in African Infrastructure: Challenges and Opportunities*, [www.marshmcclennan.com/content/dam/mmc-web/insights/publications/2018/dec/innovations-in-infrastructure/Investment-in-African-Infrastructure/gl-2018-wealth-investment-opportunities-in-african-infrastructure-full-report-merc.pdf](http://www.marshmcclennan.com/content/dam/mmc-web/insights/publications/2018/dec/innovations-in-infrastructure/Investment-in-African-Infrastructure/gl-2018-wealth-investment-opportunities-in-african-infrastructure-full-report-merc.pdf).
- Murisa, T. (2022), «Region Report: Sub-Saharan Africa», 2022 Global Philanthropy Environment Index, Instituto SIVIO, <https://scholarworks.iupui.edu/bitstream/handle/1805/27917/2022GPEISub-SaharanAfrica.pdf>.
- Mutize (13 de fevereiro de 2022), «Moody's has bought a leading African rating agency: Why it's bad news», *The Conversation*, <https://theconversation.com/moodys-has-bought-a-leading-african-rating-agency-why-its-bad-news-176827>.
- NBS(2022), «Environmental sustainability: Meaning, examples and importance», *Network for Business Sustainability*, <https://nbs.net/environmental-sustainability-meaning-examples-importance/>.
- Ndikumana, L. e J. K. Boyce (2003), «Public debts and private assets: Explaining capital flight from sub-Saharan African countries», *World Development*, vol. 31/1, pp. 107-130, [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(02\)00181-X](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(02)00181-X).
- NIPC (2020), «MTN Nigeria to Invest 600bn in Network Expansion», *Nigeria Investment Promotion Commission*, [www.nipc.gov.ng/2020/03/03/mtn-nigeria-to-invest-600bn-in-network-expansion/](http://www.nipc.gov.ng/2020/03/03/mtn-nigeria-to-invest-600bn-in-network-expansion/).
- OCDE (2022a), «Aid (ODA) disbursements to countries and regions», *OECD Development Assistance Committee* (base de dados), <https://stats1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A> (consultado em 15 de dezembro de 2022).
- OCDE (2022b), *Global Outlook on Financing for Sustainable Development 2023: No Sustainability Without Equity*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/fcbe6ce9-en>.
- OCDE (2022c), *Climate Finance Provided and Mobilised by Developed Countries in 2016-2020: Insights from Disaggregated Analysis*, *Climate Finance and the USD 100 Billion Goal*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/286dae5d-en>.
- OCDE (2022d), *OECD Sovereign Borrowing Outlook 2022*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b2d85ea7-en>.

- OCDE (2022e), «Mobilisation», *Flows Based on Individual Projects (CRS)* (base de dados), OECD Publishing, Paris, [https://stats-1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV\\_DCD\\_MOBILISATION](https://stats-1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV_DCD_MOBILISATION) (consultado em dezembro de 2022).
- OCDE (2022f), *FDI Qualities Indicators 2022*, [www.oecd.org/fr/investissement/fdi-qualities-indicators.htm](http://www.oecd.org/fr/investissement/fdi-qualities-indicators.htm).
- OCDE (2022g), *FDI Qualities Policy Toolkit*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/7ba74100-en>.
- OCDE (2021a), *Mobilising Institutional Investors for Financing Sustainable Development in Developing Countries: Emerging Evidence of Opportunities and Challenges*, OECD Publishing, Paris, [www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/Mobilising-institutional-investors-for-financing-sustainable-development-final.pdf](http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/Mobilising-institutional-investors-for-financing-sustainable-development-final.pdf).
- OECD (2021b), *Private Philanthropy for Development: Data for Action Dashboard*, OECD Publishing, Paris, <https://oecd-main.shinyapps.io/philanthropy4development/> (consultado em novembro de 2022).
- OCDE (2021c), «Enabling SME linkages with foreign firms in global value chains», em *Middle East and North Africa Investment Policy Perspectives*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/824a45f1-en>.
- OCDE (2021d), *OECD Global Pension Statistics* (base de dados), <https://doi.org/10.1787/pension-data-en> (consultado em outubro de 2022).
- OCDE (2020a), *OECD Investment Policy Reviews: Egypt 2020*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9f9c589a-en>.
- OECD (2020b), «Coverage and representativeness of Orbis data», *OECD Science, Technology and Industry Working Papers*, No. 2020/06, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c7bdaa03-en>.
- OCDE (2019), *Annual Survey of Large Pension Funds and Public Pension Reserve Funds*, [www.oecd.org/finance/survey-large-pension-funds.htm](http://www.oecd.org/finance/survey-large-pension-funds.htm) (consultado em 17 de fevereiro de 2021).
- OCDE/ACET (2020), *Quality Infrastructure in 21st Century Africa: Prioritising, Accelerating and Scaling up in the Context of PIDA (2021-30)*, [www.oecd.org/dev/Africa-Quality-infrastructure-21st-century.pdf](http://www.oecd.org/dev/Africa-Quality-infrastructure-21st-century.pdf).
- OCDE/Banco Mundial/UNEP (2018), *Financing Climate Futures: Rethink Infrastructure*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264308114-en>.
- ONU (2022), *Financing for Sustainable Development Report 2022*, Nações Unidas, Nova Iorque, <https://developmentfinance.un.org/fsdr2022>.
- Onyeiwu, S. e H. Shrestha (2016), «Determinants of foreign direct investment in Africa», *Journal of Developing Societies*, Vol. 20/1-2, pp. 89-106, <https://doi.org/10.1177/0169796X04048305>.
- Orbitt (3 de junho de 2020), «Managing currency risk in Africa: A playbook for decision-making», <https://orbitt.capital/managing-currency-risk-in-africa-a-playbook-for-decision-making/>.
- Osabutey, E. L. C. e C. Okoro (2015), «Political risk and foreign direct investment in Africa: The case of the Nigerian telecommunications industry», *Thunderbird International Business Review*, Vol. 57/6, pp. 417-429, <https://doi.org/10.1002/tie.21672>.
- PAM (21 de julho de 2022), «WFP and partners bring first-of-its-kind transport training centre to West Africa», Programa Alimentar Mundial, <https://www.wfp.org/news/wfp-and-partners-bring-first-its-kind-transport-training-centre-west-africa>.
- Pandey, A. (14 de setembro de 2020), «Is Africa a victim of bias by international investors?», *Deutsche Welle*, [www.dw.com/en/africa-imf-bias-discrimination-debt-international-investors/a-54564359](http://www.dw.com/en/africa-imf-bias-discrimination-debt-international-investors/a-54564359).
- Pineau, C. (2 de setembro de 2014), «The African data gap: What it means for business», *Devex*, [www.devex.com/news/the-african-data-gap-what-it-means-for-business-84246](http://www.devex.com/news/the-african-data-gap-what-it-means-for-business-84246).
- Qiang, C. Z., Y. Liu e V. Steenbergen (2021), *An Investment Perspective on Global Value Chains*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35526>.
- RES4África (2022), *Sustainable Electricity for a Prosperous Africa*, *Renewable Energy Solutions for Africa*, [https://static1.squarespace.com/static/609a53264723031eccc12e99/t/628cea0bc18a56354e110e/1653402171127/RES4Africa+5th+Flagship+Publication+2022+-+Sustainable+electricity+for+a+Prosperous+Africa\\_double+paged.pdf](https://static1.squarespace.com/static/609a53264723031eccc12e99/t/628cea0bc18a56354e110e/1653402171127/RES4Africa+5th+Flagship+Publication+2022+-+Sustainable+electricity+for+a+Prosperous+Africa_double+paged.pdf).
- Severino, J. M. (20 de março de 2018), «Three things we have learned about investing in African small businesses and in fragile countries», *blogue OECD Development Matters*, <https://oecd-development-matters.org/2018/03/20/three-things-we-have-learned-about-investing-in-african-small-businesses-and-in-fragile-countries/>.
- Smith, G. (3 de outubro de 2022), «African Eurobonds in Q3 2022», LinkedIn, <https://www.linkedin.com/pulse/african-eurobonds-q3-2022-gregory-smith/>.
- Sovereign Group (2022), «Africa Union moves to set up Africa-owned credit rating agency», página web, [www.sovereigngroup.com/news/news-and-views/africa-union-moves-to-set-up-africa-owned-credit-rating-agency/](http://www.sovereigngroup.com/news/news-and-views/africa-union-moves-to-set-up-africa-owned-credit-rating-agency/) (consultado em outubro de 2022).
- Statistics South Africa (2022), «Quarterly employment statistics (QES)», *Statistical Release P0277*, Pretória, [www.statssa.gov.za/publications/P0277/P0277June2022.pdf](http://www.statssa.gov.za/publications/P0277/P0277June2022.pdf).

- Stewart, F. (18 de janeiro de 2022), «The elephant in the room: Bringing sustainable investment to Africa», Blogue *World Bank Private Sector Development*, <https://blogs.worldbank.org/psd/elephant-room-bringing-sustainable-investment-africa>.
- TOSSD (2022), «TOSSD», *Total Official Support for Sustainable Development* (base de dados), <https://tossd.online/> (consultado em outubro de 2022).
- Trading Economics (2022), «Indicators: Credit Rating | Africa», *Trading Economics* (base de dados), <https://tradingeconomics.com/country-list/rating?continent=africa> (consultado em janeiro de 2023).
- UN DESA (2022), «World Population Prospects: The 2022 Revision», *Nações Unidas* (base de dados), United Nations Department of Economic and Social Affairs, Nova Iorque, <https://population.un.org/dataportal/data/indicators/67/locations/903/start/2000/end/2030/table/pivotbylocation> (consultado em outubro de 2022).
- UN Global Compact (2022), «Social sustainability», página web, [www.unglobalcompact.org/what-is-gc/our-work/social](http://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/our-work/social) (consultado em outubro de 2022).
- UNCTAD (2022a), «Financing for development: Mobilizing sustainable development finance beyond COVID-19», Nota do secretariado da CNUCED, United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), [https://unctad.org/system/files/official-document/tdb\\_efd5d2\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/tdb_efd5d2_en.pdf).
- UNCTAD (2022b), «Regional trends: Africa», Destaques do *World Investment Report 2022*, United Nations Conference on Trade and Development, United Nations Publishing, Nova Iorque, [https://unctad.org/system/files/non-official-document/WIR2022-Regional\\_trends\\_Africa\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/non-official-document/WIR2022-Regional_trends_Africa_en.pdf).
- UNCTAD (2022c), «Foreign direct investment: Inward and outward flows and stock, annual», UNCTADstat (base de dados), United Nations Conference on Trade and Development, <https://unctadstat.unctad.org/EN/> (consultado em outubro de 2022).
- UNCTAD (2020a), *World Investment Report 2020*, United Nations Conference on Trade and Development, United Nations Publishing, Nova Iorque, [https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020_en.pdf).
- UNCTAD (2020b), «Economic Development in Africa Report 2020: Press Conference», Comunicado de Imprensa, United Nations Conference on Trade and Development, <https://unctad.org/osgstatement/economic-development-africa-report-2020-press-conference>.
- UNCTAD (2019), «Global investment trends and prospects», em *World Investment Report 2019: Special Economic Zones*, United Nations Publications, Nova Iorque, [https://unctad.org/system/files/official-document/WIR2019\\_CH1.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/WIR2019_CH1.pdf).
- UNCTAD (2016), *Economic Development in Africa Report 2016: Debt Dynamics and Development Finance in Africa*, United Nations Conference on Trade and Development, United Nations Publishing, Nova Iorque, [https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2016\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2016_en.pdf).
- UNCTAD (2014), *World Investment Report 2014: Investing in the SDGs*, United Nations Publishing, Nova Iorque, [https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020_en.pdf).
- UNECA (2016), «The policy framework for greening industrialization in Africa», em *Economic Report on Africa 2016*, Economic Commission for Africa, Adis Abeba, [www.uneca.org/sites/default/files/chapterimages/era2016\\_chap4\\_en\\_rev6may.pdf](http://www.uneca.org/sites/default/files/chapterimages/era2016_chap4_en_rev6may.pdf).
- U.S. Bureau of Economic Analysis (2022), «International data: Direct investment and MNE», U.S. BEA (base de dados), <https://apps.bea.gov/iTable/?ReqID=2&etapa=1> (consultado em outubro de 2022).
- Verhoef, G. (2011), «The globalisation of South African conglomerates, 1990-2009», *Economic History of Developing Regions*, Vol. 26/2, pp. 83-106, <https://doi.org/10.1080/20780389.2011.625242>.
- Vu, H. D. (2018), «Firm's absorptive capacity: The case of Vietnamese manufacturing firms», *Review of Economic Perspectives*, vol. 18/3, pp. 301-325, <https://doi.org/10.2478/revecp-2018-0015>.
- Wanjere, M. et al. (2021), «Mediating role of absorptive capacity on the relationship between foreign direct investment and local firm's performance», *European Journal of Business and Management Research*, vol. 6/5, pp. 256-263, <https://doi.org/10.24018/ejbmr.2021.6.5.1134>.
- White, L., A. Kitimbo e L. Rees (2019), «Institutions and the location strategies of South African firms in Africa», *Thunderbird International Business Review*, Vol. 61/1, pp. 61-73, <https://doi.org/10.1002/tie.21965>.
- Wood Mackenzie (2021), «Off-Grid Renewable Investment», *Wood Mackenzie* (base de dados), <https://datahub.woodmac.com/app/main#/dashboards/5d3a1511d249d18c0f001758> (consultado em outubro de 2022).
- Yeboua, K. (2020), «Foreign direct investment and economic growth in Africa: New empirical approach on the role of institutional development», *Journal of African Business*, Vol. 22/3, pp. 361-378, <https://doi.org/10.1080/15228916.2020.1770040>.







## Capítulo 2

# **Políticas para mobilizar investimentos sustentáveis em África**

Este capítulo identifica as prioridades políticas para os decisores políticos africanos, a fim de mobilizar investimentos mais sustentáveis e melhor afetar os recursos existentes para o desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar, avança cenários através dos quais as instituições africanas podem melhorar a disponibilidade das informações e dos dados necessários para as avaliações de risco e de sustentabilidade. Em segundo lugar, o capítulo elabora sobre a forma como as parcerias e instituições de base africana podem desbloquear o financiamento sustentável alinhadas com as prioridades de desenvolvimento. Em terceiro lugar, descreve a forma como políticas de integração regional eficazes podem aumentar os investimentos sustentáveis.



# EM SÍNTESE


O continente africano enfrenta o duplo objetivo de mobilizar mais recursos e de os alinhar com as suas prioridades de desenvolvimento sustentável. Para alcançar ambos, os governos africanos e as partes interessadas devem colaborar, centrados em três prioridades políticas para mobilizar os investimentos sustentáveis em África:

- O aumento da disponibilidade e da comparabilidade dos dados aumentará a confiança dos investidores, a transparência e a responsabilização. A melhoria dos dados macroeconómicos pode permitir a muitos países alinhar as notações de crédito com os riscos reais. As parcerias público-privadas podem permitir que os órgãos governamentais compartilhem dados oficiais e de mercado que informem as estratégias de avaliação de risco dos investidores e reduzam o custo da recolha de informações. Os quadros globais de divulgação e de dados sobre a sustentabilidade devem ser adaptados aos contextos africanos e complementados pelo apoio direto aos investidores e aos parceiros da cadeia de abastecimento.
- O reforço das parcerias e das instituições financeiras de base africana permitirá uma afetação mais eficaz do financiamento sustentável. A comunidade internacional deve cumprir as obrigações assumidas e canalizar recursos para instituições financeiras africanas bem geridas, por exemplo, disponibilizando financiamento para a adaptação às alterações climáticas ou reatribuindo Direitos de Saque Especiais. As instituições financeiras locais podem coordenar o desenvolvimento de projetos e os instrumentos de mitigação de riscos, alinhando os esforços com as agendas de desenvolvimento nacionais. Estão a surgir, em vários países, instrumentos de financiamento inovadores e sustentáveis, como as obrigações verdes e ligadas à sustentabilidade, que poderão ser incrementados. O desenvolvimento e a interconexão dos mercados de capitais e das bolsas de valores estimularão o crescimento das empresas em África.
- A ligação e a harmonização dos mercados regionais através de políticas nacionais, regionais e continentais eficazes catalisarão investimentos sustentáveis em grande escala. Os quadros nacionais em matéria de política de investimento permanecem essenciais para atrair investimentos sustentáveis, enquanto os projetos de investimento transfronteiriços reduzem as fricções comerciais e a fragmentação do mercado. As pequenas e médias empresas, com as suas necessidades específicas, necessitam de apoio político para explorar oportunidades de investimento sustentáveis e integrar-se em cadeias de valor regionais lideradas por empresas de maior dimensão. O êxito da operacionalização do Protocolo de Investimento da Zona de Comércio Livre Continental Africana exige um acompanhamento eficaz e parcerias do setor privado à escala regional e continental.

# Políticas para mobilizar investimentos sustentáveis em África


As informações e os dados melhoram a alocação de recursos e a confiança dos investidores

**Reforçar a capacidade estatística nacional para melhorar a transparência da dívida**



Melhor transparência dos dados poderia reduzir os spreads dos títulos soberanos africanos em **14.5 pontos base** e diminuir a dívida externa em, pelo menos, **400 milhões USD**

**Melhorar a recolha de dados sobre a sustentabilidade**



**3** principais barreiras para acompanhar a sustentabilidade dos investimentos:

- 1) falta de informação sobre a cadeia de abastecimentos
- 2) padrões de sustentabilidade pouco claros
- 3) dificuldades de medida

As parcerias lideradas por africanos podem tornar o financiamento sustentável mais eficaz



Entre 2019 e 2020, cerca de **11.4 mil milhões USD** foram destinados à **adaptação às alterações climáticas** em África - significativamente menos do que os 53 mil milhões USD necessários anualmente



**As ofertas públicas iniciais africanas (OPI)** representaram menos de **1%** dos 1 500 mil milhões USD das OPI mundiais em 2017-21

África acolhe **102** Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD)



Tal representa cerca de **20%** do total global



No entanto, as IFD africanas raramente gerem ativos no valor de mais de **2-3%** do PIB do seu país

Políticas de integração regional eficazes podem aumentar os investimentos sustentáveis

Até 2030, o aumento do comércio devido à **ZCLCA** exigirá **411 mil milhões USD** em investimentos em equipamentos de transporte



O investimento nos projetos dos corredores de desenvolvimento africanos vem principalmente de:



**31%**  
Bancos de desenvolvimento regional



**30%**  
Governos nacionais



**17%**  
Instituições internacionais de financiamento do desenvolvimento

Os governos africanos e todos os grupos das partes interessadas devem colaborar para reduzir o déficit de financiamento sustentável do continente. Em primeiro lugar, a afetação eficaz dos recursos africanos existentes aos resultados da sustentabilidade oferece o maior potencial: as receitas públicas nacionais ascenderam a 466 mil milhões USD em 2021, o equivalente a 17 % do Produto Interno Bruto (PIB), e os ativos detidos por investidores institucionais africanos ascenderam a 1 800 mil milhões USD em 2020, o equivalente a 73 % do PIB. Em segundo lugar, a comunidade internacional deve assumir as suas responsabilidades e cumprir as suas obrigações de financiamento sustentável. Em terceiro lugar, os governos africanos, o setor privado e a sociedade civil devem, cada vez mais, trabalhar em conjunto para atrair investimentos mais sustentáveis para as economias africanas.

Os países africanos enfrentam o duplo desafio de mobilizar mais recursos e afetá-los às suas prioridades de desenvolvimento sustentável. O presente capítulo propõe três abordagens políticas principais que permitirão aos decisores políticos trabalhar para alcançar estes objetivos, abordando diretamente os dois desafios globais apresentados no capítulo anterior (Quadro 2.1). O capítulo 1 identificou a baixa confiança dos investidores e o elevado custo do capital como obstáculos ao investimento que as crises mundiais exacerbaram. Demonstrou também que são necessários quadros e instrumentos mais fortes para que os países africanos potenciem os seus ativos únicos e para que os significativos fluxos financeiros existentes – incluindo os recursos endógenos de África – sejam mais diretamente afetados ao desenvolvimento sustentável, em todo o continente.

Quadro 2.1. Ações políticas de mobilização e afetação de investimentos sustentáveis, orientadas para os desafios

Desafio	Agenda política	Ação política
Baixa confiança dos investidores e elevado custo de capital	Informação sobre avaliações de risco e medições de sustentabilidade	Reforçar a capacidade estatística nacional para as avaliações de risco-país Informar os investidores sobre a diligência devida e as avaliações do risco do projeto com dados detalhados Apoiar quadros de sustentabilidade e recolha de dados adaptados a nível local
	Parcerias lideradas por africanos para criar estruturas e ferramentas	Aprofundar os mercados de capitais regionais e as bolsas de valores para apoiar o crescimento empresarial africano Aumentar a capacidade das instituições financeiras locais para alinhar o financiamento sustentável com as prioridades nacionais Adaptar e ampliar instrumentos de financiamento inovadores adequados a contextos locais
Quadros nacionais necessários para explorar os recursos africanos e orientar os investimentos para o desenvolvimento sustentável	Integração regional para ampliar os impactos	Harmonizar políticas, melhorar as infraestruturas digitais e os corredores de desenvolvimento Apoiar a integração das pequenas e médias empresas nas cadeias de valor regionais Assegurar a aplicação efetiva do Protocolo de Investimento para a Zona de Comércio Livre Continental Africana

Fonte: Compilação dos autores.

As recomendações políticas neste capítulo representam um menu de opções, com o objetivo de estimular o diálogo político participativo que envolve a sociedade civil africana. O capítulo pretende incentivar o diálogo político tendo por base evidências, apresentando recomendações políticas que abordem os importantes obstáculos ao investimento sustentável identificados no capítulo anterior. Procura estimular o diálogo em diferentes *fora* pelos e para os decisores políticos africanos, o setor privado e a sociedade civil. Os intervenientes africanos são convidados a apropriar-se das recomendações, aperfeiçoando-as e adaptando-as aos seus objetivos e contextos.

As estratégias nacionais holísticas podem combinar recomendações políticas individuais em conformidade com as prioridades locais. O capítulo 1 apresentou a dimensão do déficit de financiamento sustentável de África e salientou que, para o

colmatar, é necessário endereçar desafios complexos e coordenar diferentes fontes de financiamento à escala nacional, regional, continental e mundial, muitas vezes através de parcerias entre várias partes interessadas. Este capítulo não procura apresentar uma solução definitiva e abrangente. Em alternativa, oferece um plano para as principais ações políticas, ilustrando-as com exemplos de políticas de todo o continente. Em última análise, a combinação específica de políticas será diferente para cada país africano, e a implementação efetiva de políticas exigirá uma maior adaptação das mesmas aos contextos nacionais.

## O aumento da disponibilidade de informações e dados conduz a uma melhor afetação de recursos e à confiança dos investidores

A existência de informação pode melhorar as avaliações dos riscos, alinhar a percepção dos riscos com os riscos reais, reduzir os custos de transação e apoiar a avaliação dos resultados em matéria de sustentabilidade (Quadro 2.2). Os investidores não têm consciência das oportunidades de investimento em alguns países africanos: exigem informações mais completas, pormenorizadas e fiáveis para avaliar e explorar os riscos reais (Capítulo 1). As instituições públicas e privadas podem melhorar a comunicação de informações sobre as suas despesas e investimentos para aumentar a mobilização de recursos africanos existentes a atividades sustentáveis. Dados exatos sobre os riscos-país podem melhorar as notações de risco e reduzir o custo do capital, especialmente nos setores com elevado potencial de sustentabilidade. Os dados relativos aos projetos de investimento podem facilitar a procura de oportunidades e a diligência devida («*due diligence*»), reduzindo os obstáculos à entrada de novos investidores. Os dados sobre os resultados dos investimentos em sustentabilidade devem ser recolhidos de acordo com quadros harmonizados a nível regional e continental.

### O reforço da capacidade estatística nacional pode melhorar as avaliações do risco-país e da sustentabilidade e transparência da dívida

O reforço das capacidades estatísticas dos países africanos pode tornar mais precisas as avaliações de risco-país. Os indicadores macroeconómicos, a mobilização das receitas internas e os dados relativos à dívida são elementos essenciais para as avaliações do risco soberano; no entanto, muitas vezes não estão disponíveis com profundidade e pormenor suficientes nos países africanos (Capítulo 1). Em 2021, menos de um terço dos países africanos (30 %) possuía um plano estatístico totalmente financiado, comparativamente a quase metade dos países da ALC (44 %) e da Ásia em desenvolvimento (47 %) (PARIS21, 2023). Com financiamento adicional, as organizações e parcerias internacionais, como a Parceria em Estatísticas para o Desenvolvimento no Século XXI (PARIS21), poderiam intensificar os seus esforços para apoiar as capacidades estatísticas nos ministérios das finanças e dos serviços de estatística através de destacamentos, comunidades de práticas e subvenções (são apresentados outros exemplos no Quadro 2.2). Ao mesmo tempo, poderiam considerar concentrar-se mais diretamente no fornecimento atempado de dados relevantes para o risco-país (especialmente sobre a dívida privada). É necessário ainda os Chefes de Estado africanos decidirem afetar, como reforço adicional, 0.15 % dos orçamentos nacionais às capacidades estatísticas (CUA/BAD/UNECA/ACBF, 2017).

A regulamentação e os acordos de partilha de dados podem melhorar a transparência e a coerência das notações de crédito nacionais. Paralelamente aos esforços para a criação de uma agência africana de notação de risco (UA, 2022a), a regulamentação das agências de notação de risco pode garantir a integridade, a responsabilidade, a boa governação e a independência das atividades de notação de risco, com vista a garantir notações de qualidade e elevados níveis de proteção dos investidores. Os reguladores africanos

poderiam seguir o exemplo da Lei de Serviços de Crédito na África do Sul, que exige licenciamento local para agências e impõe requisitos de divulgação para estruturas de propriedade e metodologias (Pillay e Sikochi, 2022). As agências de notação de risco e as instituições financeiras internacionais podem publicar notações de risco a longo prazo que tenham em conta mecanismos de transição climática, tornando transparentes as componentes baseadas em modelos e as componentes discricionárias das notações (ONU, 2022). Os dados podem ser consolidados em diferentes notações de risco-país, por exemplo, das agências de notação de risco, das agências de crédito à exportação e dos bancos de desenvolvimento (por exemplo, as Avaliações de Desempenho da Carteira de Países do Banco Africano de Desenvolvimento [BAD] [BAD, n.d.] ou as Classificações de Desempenho de Países do Banco Mundial [IDA, 2022]).

**Quadro 2.2. Ações políticas e exemplos para melhorar a disponibilidade da informação e dos dados**

Ação política	Medida política	Exemplo de política	Impacto	Nível
<b>Reforçar a capacidade estatística nacional para as avaliações de risco-país</b>	Aumento da capacidade estatística nacional em matéria de riscos macroeconómicos, de receitas internas e de dívida soberana	<i>Revenue Statistics in Africa</i> pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE, o Fórum Africano da Administração Fiscal e a Comissão da União Africana	A publicação anual <i>Revenue Statistics in Africa</i> apresenta indicadores internacionalmente comparáveis sobre a mobilização de recursos internos para 31 países africanos para informar a análise e as reformas da política fiscal (OCDE/ATAF/ CUA, 2022).	N
	Partilha de dados relativos ao risco soberano	Centros Regionais de Assistência Técnica em África (AFRITAC) do Fundo Monetário Internacional	Cinco AFRITAC reforçam as capacidades estatísticas macroeconómicas dos ministérios e institutos de estatística africanos. Por exemplo, o AFRITAC East apoiou a harmonização de dados fiscais e estatísticas do PIB em toda a África Oriental (FMI, n.d.).	R/C/G
	Imposição de requisitos de autorização e divulgação às agências de notação de risco	Lei dos Serviços de Notação de Crédito da África do Sul	A Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados considerou que a lei sul-africana relativa aos serviços de notação de risco de crédito era tão rigorosa como as regras da União Europeia (UE), permitindo que as agências da UE aprovassem notações emitidas pelas seis agências registadas na África do Sul (FSCA, 2023; Pillay e Sikochi, 2022).	N
<b>Informar os investidores sobre a diligência devida e as avaliações do risco do projeto com dados detalhados</b>	Agregação de informações pormenorizadas sobre projetos de investimento	<i>Banco de dados de riscos de mercados emergentes globais</i>	A base de dados agrega dados de bancos multilaterais e instituições financeiras sobre incumprimentos de crédito em mercados emergentes. Embora a base de dados esteja a alargar a sua cobertura, até à data, apenas as entidades ligadas ao setor público introduzem dados, as taxas de recuperação não são fornecidas e os dados por defeito não podem ser desagregados por país, setor ou tipo de instrumento de crédito (Lee, Forster e Paxton, 2021).	G
	Parceria com terceiros para disponibilizar dados setoriais desagregados	<i>Rede africana de dados sobre o setor automóvel (AADN)</i>	Através da AADN, a Associação Africana de Fabricantes de Automóveis compila dados detalhados sobre vendas de veículos, procura, taxas de motorização e fábricas de montagem (AADN, n.d.).	C
	Publicação de informações técnicas e jurídicas atualizadas e prospetivas	Índice de Regulação da Eletricidade (IIE) do Banco Africano de Desenvolvimento	Os regulamentos variam muito entre os setores energéticos africanos, tendo apenas 27 dos 43 países pesquisados realizado estudos de custo de serviço e implementado regulamentos de qualidade de serviço e rede de transmissão em 2022. Nove países não publicam quaisquer metodologias tarifárias (BAD, 2021).	C
	Reforço do diálogo entre empresas e o governo, permitindo reações sobre as políticas e os obstáculos ao investimento	Plataforma Digital para o Desenvolvimento (D4D) da União Africana - União Europeia (UA-UE)	A plataforma UA-UE D4D lançou uma plataforma em linha, a D4D Access, destinada a facilitar a partilha de experiências entre os intervenientes africanos e europeus sobre a transformação digital inclusiva e sustentável. A plataforma D4D facilitou o acordo de investimento França-Ruanda de 2023 para modernizar e harmonizar as infraestruturas de rede das administrações centrais e locais (plataforma D4D, 2023).	G

**Quadro 2.2. Ações políticas e exemplos para melhorar a disponibilidade da informação e dos dados (continuação)**

Ação política	Medida política	Exemplo de política	Impacto	Nível
Apoiar quadros de sustentabilidade e recolha de dados adaptados a nível local	Harmonização e aplicação de metodologias em matéria de avaliação e comunicação de informações sobre sustentabilidade	As reformas do Egito em matéria de divulgação ambiental, social e de governação (ESG)	A partir de 2022, a autoridade reguladora financeira do Egito exige relatórios trimestrais de conformidade ESG de todas as empresas listadas na bolsa de valores egípcia com capital emitido acima de 100 milhões EGP (mais de 230 empresas) (Atef, 2022).	N
	Proporcionar às empresas a capacidade de recolher dados de investimento sustentáveis	Investisseurs & Partenaires (I&P)	A I&P é um investidor social que se concentra nas micro, pequenas e médias empresas, avaliando as suas práticas através de auditorias sociais e ambientais e medindo os impactos da sustentabilidade com base num painel de avaliação. Realizou mais de 150 investimentos que mantiveram ou criaram cerca de 9 000 postos de trabalho diretos, tendo cerca de 75 % contribuído diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (I&P, n.d.).	R

Nota: N = nacional, R = regional, C = continental, G = global.

Fonte: Compilação dos autores.

**Os governos africanos, os serviços de estatística e as instituições financeiras podem fazer mais para acompanhar a afetação e os impactos do financiamento sustentável.** O capítulo 1 mostrou que é pouco provável que o défice de financiamento sustentável de África seja colmatado unicamente através da mobilização de mais investimentos. As partes interessadas africanas podem também colmatar a lacuna aumentando a afetação dos recursos existentes para o desenvolvimento sustentável; contudo, tal exige uma compreensão mais granular dos fluxos financeiros. Devem ser aplicados quadros de avaliação da sustentabilidade para todos os principais fluxos financeiros (receitas públicas, fluxos de capitais, remessas de fundos e ajuda pública ao desenvolvimento), com base em parâmetros de referência do financiamento sustentável (OCDE/PNUD, 2021) e complementando avaliações globais dos resultados do desenvolvimento sustentável (UNECA/BAD/UA/PNUD, 2022).

**Os governos africanos podem partilhar dados com instituições internacionais para permitir avaliações harmonizadas de risco-país e sustentabilidade e melhorar a transparência da dívida.** O processo em curso de operacionalização da 2.<sup>a</sup> Estratégia da União Africana para a Harmonização das Estatísticas em África (CUA/BAD/UNECA/ACBF, 2017) poderia centrar-se mais diretamente nos dados macroeconómicos e de sustentabilidade; o STATAFRIC, o instituto pan-africano de estatísticas recentemente criado no âmbito da estratégia, está bem posicionado para liderar esse esforço ao longo do tempo. Organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) poderiam facilitar a recolha e agregação de dados (Mutize, 2022). As organizações internacionais e as agências de notação de crédito poderiam coordenar os seus exercícios de recolha de dados, a fim de regularizar o fluxo de dados e evitar a duplicação do trabalho dos serviços nacionais de estatística, que se encontram sob pressão. As entidades regionais, como os Centros Regionais de Assistência Técnica do FMI em África (FMI, n.d.), poderiam atuar como pontos focais para os dados macroeconómicos, enquanto os grupos de reflexão africanos, como o Afrobarómetro, poderiam apoiar as avaliações de sustentabilidade. Dados abrangentes sobre a dívida soberana detida por entidades públicas e privadas podem igualmente contribuir para uma melhor coordenação da redução da dívida entre os credores tradicionais e emergentes (Caixa 2.1; Ekeruche, 2022). Investir na transparência dos dados pode reduzir significativamente os custos do serviço da dívida. Um estudo realizado pelo Banco Mundial mostra que um grande número de países africanos poderia ter melhorado os seus diferenciais das obrigações soberanas em 14.5 pontos base se o seu nível médio de transparência dos dados fosse equivalente ao dos países com melhor desempenho (Kubota e Zeufack, 2020).



### Caixa 2.1. Transparência da dívida em África

**Uma maior transparência da dívida pode melhorar a capacidade de contração de empréstimos dos governos africanos.** A transparência da dívida contribui para o aumento das notações de crédito, para a redução dos custos de contração de empréstimos e para a melhoria dos fluxos de investimento. No Burquina Faso, a melhoria da capacidade do serviço nacional de gestão da dívida desencadeou uma diminuição dos custos de empréstimos obtidos em todos os instrumentos de dívida e alargou o prazo de vencimento das obrigações de cinco para dez anos (Banco Mundial, 2022a). No entanto, em 2021, 40 % dos países de baixo rendimento nunca tinham publicado dados sobre a dívida ou não tinham atualizado os seus dados nos dois anos anteriores (Rivetti, 2021). A última revisão das estatísticas da dívida internacional do Banco Mundial acrescentou quase 200 mil milhões USD em compromissos de empréstimos não declarados anteriormente, o maior aumento em 50 anos. Em 11 países africanos, a revisão superou o stock de dívida inicialmente reportado em mais de 10 % (Horn, Mihalyi e Nickol, 2022).

**Os parceiros internacionais podem apoiar a comunicação e a gestão da dívida dos governos africanos.** Conferir poderes aos países africanos para comunicarem dados sobre a dívida poderia ajudar os credores públicos e privados a ultrapassarem reservas em divulgar informações e facilitarem avaliações de risco. As iniciativas multilaterais em matéria de gestão da dívida podem ajudar os governos a criar planos de desenvolvimento e a melhorar a avaliação dos projetos e a gestão do investimento público (BAD, 2022a; Banco Mundial/FMI, 2017). Em 2021, a OCDE lançou igualmente a Iniciativa da OCDE para a Transparência da Dívida, destinada a apoiar a divulgação voluntária de dados granulares sobre empréstimos comerciais concedidos a países de baixo rendimento (OCDE, 2023).

**O reforço da transparência na emissão de dívida poderá facilitar a reestruturação da dívida.** Os processos de reestruturação da dívida têm sido morosos nos casos do Chade, da Etiópia e da Zâmbia. Pacotes de resgate abrangentes, como o Plano Brady ou a Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados, tiveram aplicabilidade limitada no cenário da dívida contemporânea mais fragmentado. Por exemplo, a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida teve uma participação limitada por parte dos credores privados, apesar da sua relevância crescente (Ekeruche, 2022). No entanto, respostas como a inclusão de cláusulas de ação coletiva reforçadas nas emissões de obrigações soberanas podem incentivar a participação dos credores privados nos processos de reestruturação da dívida (CUA/OCDE, 2021). Além disso, um regulador africano para melhorar a transparência fiscal, a gestão fiscal e o combate aos fluxos financeiros ilícitos poderiam melhorar a transparência e a gestão da dívida (UA, 2022a).

### Os investidores necessitam de dados pormenorizados para fundamentar as avaliações da diligência devida e dos riscos

As entidades públicas, como as agências de promoção do investimento (IPA), em parceria com intervenientes privados, podem agregar e partilhar publicamente informações e dados. Os investimentos bem-sucedidos dependem de estratégias abrangentes de avaliação e redução dos riscos, antes e após uma decisão de investimento (ver Caixa 1.4 no Capítulo 1). Os resultados do inquérito aos investidores da CUA/OCDE mostram que, além da experiência em primeira mão, os investidores solicitam mais informações oficiais e especializadas sobre incentivos e dados estatísticos (Gráfico 2.1). As IPA e outras entidades públicas devem fornecer essas informações, atualizar regularmente os dados e apresentá-los em formatos atraentes (por exemplo, utilizando painéis em tempo real).



As IPA podem agregar inquéritos aos investidores realizados por câmaras de comércio e colaborar com fornecedores de informações empresariais, como a Asoko Insights. Deverão centrar-se, em especial, nos dados a nível dos projetos nos setores prioritários, nos dados anonimizados sobre o desempenho dos investimentos e os incumprimentos em matéria de empréstimos, ou na coordenação da assistência técnica de organizações internacionais.

Gráfico 2.1. Respostas à questão do inquérito CUA/OCDE aos investidores: «Que fontes de informação deveriam existir em maior número?»



Nota: n = 40. O inquérito foi dirigido em setembro de 2022 às redes de conselhos empresariais africanos e ao Fórum Empresarial UE-África. Os resultados mostram uma pontuação de classificação ponderada, onde às três melhores respostas foram atribuídas pontuações de três a um (ou seja, maior pontuação para a mais alta classificação de «deveria haver em maior número»). Os «organismos apoiados pelo governo» foram explicados aos participantes como «agências de promoção do investimento, agências de crédito à exportação e de seguros de investimento».

Fonte: Compilação dos autores.

StatLink <https://stat.link/t9cobl>

**Com o apoio do público e dos doadores, as instituições académicas e as associações empresariais podem oferecer dados setoriais e da cadeia de valor detalhados.** Por exemplo, o Observatório do Mercado Africano monitoriza os preços e a dinâmica do mercado nas cadeias de abastecimento agroalimentar na África Oriental e Austral (CGRED, n.d.), enquanto a Rede africana de dados sobre a indústria automóvel compila dados pormenorizados sobre a indústria automóvel do continente (Quadro 2.2).

**Os investidores beneficiam de informações sobre as políticas nacionais, os riscos e os planos de desenvolvimento e, muitas vezes, os reguladores podem fornecer essas informações.** Os investidores avaliam não somente as políticas e regulamentos atualmente em vigor, mas também fatores de risco técnicos e jurídicos específicos, tais como a sua elegibilidade para incentivos fiscais ou a anterior fiabilidade dos planos de política e das decisões regulamentares. Os planos detalhados de desenvolvimento de infraestruturas e precedentes de litígios jurídicos entre investidores e reguladores podem ser uma importante fonte de informação em setores densamente regulamentados, com um elevado potencial de sustentabilidade, como a energia (RES4Africa/PwC Italy, 2021). As entidades reguladoras podem aumentar a publicação desses dados a nível nacional, contribuindo simultaneamente para os esforços pan-africanos de recolha de informações, incluindo o Observatório Africano do Investimento, uma futura colaboração entre a Comissão da União Africana e a OCDE.

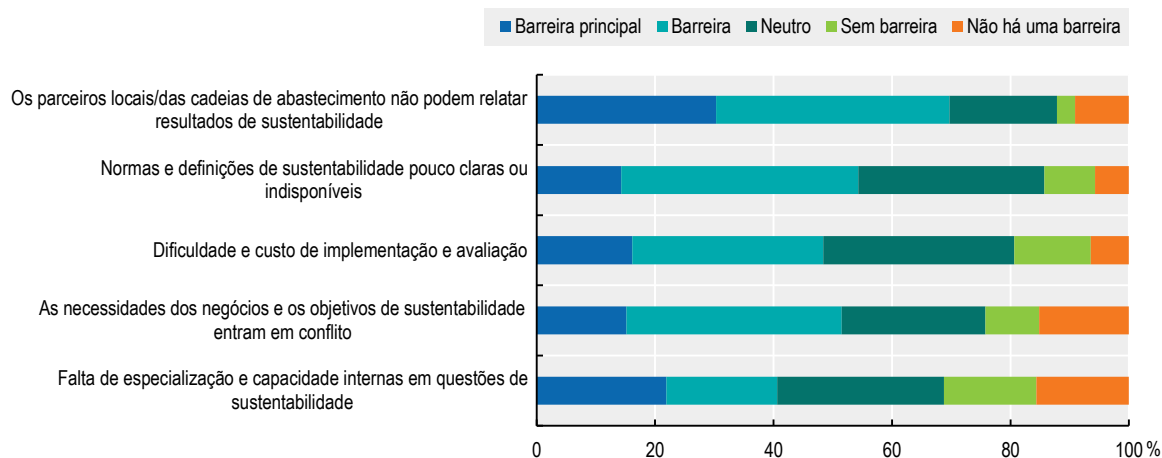
Os organismos públicos podem aprofundar o diálogo com o setor privado e os investidores institucionais. Os investidores internacionais beneficiariam de canais adicionais de diálogo entre as empresas e o governo para partilhar as suas reações sobre as políticas e os obstáculos ao investimento, tais como pontos focais políticos acessíveis, processos de consulta formais e eventos interativos (Quadro 2.2). No Uganda, por exemplo, a Mesa Redonda Presidencial de Investidores serve para reunir investidores estrangeiros e ugandenses e facilitar o diálogo entre empresas e o governo, enfatizando setores que são fundamentais na estratégia nacional de investimento.

### **Os quadros adaptados a nível local e o apoio direto aos investidores e aos parceiros da cadeia de abastecimento podem reforçar a recolha e a avaliação de dados de sustentabilidade**

O financiamento global do combate às alterações climáticas não corresponde às necessidades, aos riscos e à informalidade das empresas dos mercados africanos. As normas internacionais de financiamento do combate às alterações climáticas para fins de cumprimento e comunicação de informações são fragmentadas e foram, na sua maioria, desenvolvidas fora do continente africano (OCDE, 2022a). Embora o continente seja vulnerável aos impactos adversos das alterações climáticas em setores como a agricultura, a água, o turismo, as pescas e a silvicultura, o financiamento global do clima tende a centrar-se na mitigação (redução das emissões de gases com efeito de estufa) e não na adaptação (redução dos impactos das alterações climáticas) (Were, 2022a). Entre 2019 e 2020, 11.4 mil milhões USD do financiamento climático para África foram destinados à adaptação - significativamente menos do que os 52.7 mil milhões USD necessários anualmente até 2030 (GCA, 2022). Os prestadores de financiamento climático, frequentemente, têm pouca experiência na implantação de soluções nos países africanos, o que dá origem a perceções de alto risco, custos elevados de capital e produtos financeiros que não têm em conta os riscos climáticos específicos a nível local ou a grande percentagem de empresas informais (Ameli et al., 2021; Mullan e Ranger, 2022; ver também os Capítulos 1 e 6).

Os governos africanos podem incentivar a recolha de dados de sustentabilidade através de estruturas nacionais que podem tornar-se a base para uma arquitetura continental de financiamento da sustentabilidade. Os resultados do inquérito aos investidores da CUA/OCDE sugerem que as normas de medição e a falta de capacidade dos parceiros representam obstáculos importantes à recolha e avaliação sistemáticas de dados de sustentabilidade (Gráfico 2.2). Os decisores políticos africanos podem facilitar as avaliações de sustentabilidade, através de requisitos de divulgação para as seguradoras e as empresas multinacionais (em particular, para os riscos e impactos climáticos que são relativamente fáceis de medir), proporcionando simultaneamente às pequenas empresas e às empresas informais a capacidade de recolher dados de investimento sustentáveis através de formação, incentivos e bases de dados acessíveis (Quadro 2.2). Os governos também poderiam subsidiar a recolha de dados de risco para as comunidades mais vulneráveis, já que apresentam a menor probabilidade de serem o foco dos produtos privados de gestão de risco (Mullan e Ranger, 2022). Ao longo do tempo, os dados recolhidos a nível nacional podem contribuir para arquiteturas de financiamento sustentável partilhadas, especialmente para o financiamento do combate às alterações climáticas, em que os compromissos internacionais crescentes exigem coordenação e uma afetação específica a nível nacional e regional (Were, 2022b; Capítulo 7).

**Gráfico 2.2. Respostas à questão do inquérito CUA/OCDE aos investidores: «Quais foram as principais barreiras que enfrentou para garantir a sustentabilidade dos seus investimentos em países africanos?»**



Nota: n = 31 a 35. O inquérito foi dirigido em setembro de 2022 às redes de conselhos empresariais africanos e ao Fórum Empresarial UE-África. As dimensões de risco são classificadas por média ponderada.

Fonte: Compilação dos autores.

StatLink <https://stat.link/ptz1ga>

**As IPA podem desempenhar um papel mais importante na avaliação do contributo do investimento para o desenvolvimento sustentável.** As IPA estão a começar a estabelecer indicadores-chave de desempenho (KPI) e métricas relevantes que captam aspetos de sustentabilidade, ao mesmo tempo que apoiam os investidores e os seus parceiros da cadeia de abastecimento na recolha e avaliação de dados. Esta é uma área emergente para as IPA em todo o mundo, não apenas em África. Num recente levantamento de IPA em países da OCDE, em média, apenas 16 % responderam acompanhar as suas contribuições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através de indicadores específicos. De acordo com o inquérito, os indicadores-chave de desempenho mais frequentemente utilizados em matéria de sustentabilidade e inclusão para orientar os projetos de investimento são os relativos à produtividade e à inovação, seguidos dos relativos ao emprego. Cerca de metade das IPA pesquisadas utilizam KPI relacionados com a transição para baixo carbono, enquanto outros KPI são raros (OCDE, 2021a).

## O reforço das parcerias de base africana pode tornar o financiamento sustentável mais eficaz

**As instituições e parcerias financeiras de base africana oferecem formas viáveis para melhor congregar o financiamento sustentável e afetá-lo de acordo com as prioridades de desenvolvimento (Quadro 2.3).** Os ativos detidos por investidores institucionais africanos podem ser canalizados para o financiamento de investimentos sustentáveis, enquanto os mercados de capitais em muitos países africanos inibem os investimentos transfronteiriços (Capítulo 1). As ligações e a capacidade das instituições financeiras africanas existentes podem ser reforçadas para canalizar, estrategicamente, o financiamento em consonância com as agendas políticas. Os instrumentos de financiamento inovadores podem ajudar a rentabilizar os ativos não explorados e a melhorar a mobilização dos recursos internos. O maior desenvolvimento dos mercados de capitais africanos pode desbloquear o financiamento para apoiar o crescimento empresarial de África e alargar a disponibilidade de produtos financeiros para os investidores locais e estrangeiros.

**Quadro 2.3. Ações políticas e exemplos para o reforço das instituições e parcerias de base africana para o financiamento sustentável**

Ação política	Medida política	Exemplo de política	Impacto	Nível
Aprofundar os mercados de capitais regionais e as bolsas de valores para apoiar o crescimento empresarial africano	Interconexão dos mercados bolsistas para reduzir os custos de transação e aumentar a atividade de negociação e a liquidez dos mercados nacionais	<i>African Exchanges Linkage Project (AELP)</i>	A AELP Trading Link, lançada em 2022, permite a negociação transfronteiriça, sem discontinuidades, de valores mobiliários em sete bolsas de valores africanas, representando cerca de 1 500 mil milhões USD em capitalização (BAD, 2022b).	R
Aumentar a capacidade das instituições financeiras locais para alinhar o financiamento sustentável com as prioridades nacionais	Facilitar a listagem para desbloquear o financiamento para empresas locais	Programa ELITE da bolsa de Casablanca	Em Marrocos, o programa ELITE certificou 20 empresas locais, permitindo-lhes obter capital em bolsas de valores nacionais no final de 2018 (UNECA, 2020).	N
Aumentar a capacidade das instituições financeiras locais para alinhar o financiamento sustentável com as prioridades nacionais	Reforçar a governação e a capitalização das instituições financeiras nacionais	Atribuição de obrigações azuis nas Seicheles	O Banco de Desenvolvimento das Seicheles, juntamente com um fundo de conservação e o apoio técnico do Banco Mundial, cogeriu a atribuição de uma obrigação azul de 15 milhões USD para apoiar projetos de conservação marinha e pesca (Banco Mundial, 2019).	N
	Disponibilização de instrumentos de desenvolvimento de projetos em fase inicial, de assistência técnica e de atenuação dos riscos em consonância com as prioridades de desenvolvimento nacionais	<i>Africa50 project preparation facility (PPF)</i>	A PPF da Africa50 conseguiu que uma central solar de 400 MW no Egito concluísse o seu financiamento duas vezes mais rapidamente do que é normal para tais projetos (Nassiry et al., 2018).	C
Adaptar e ampliar instrumentos de financiamento inovadores adequados a contextos locais	Agrupamento de ativos de grandes e pequenos investidores para reduzir o risco de projetos de investimento	<i>Kenya Pension Funds Investment Consortium (KPFIC)</i>	O KPFIC pretende reunir pelo menos 250 milhões USD dos 1 300 fundos de pensões que operam no país. Em 2022, já tinha mobilizado 16 mil milhões KES (xelim queniano) (124 milhões USD) para financiar infraestruturas rodoviárias (Taarifa News, 2022).	N
	Promover soluções de financiamento em moeda local para reduzir o risco cambial e atrair investidores locais	<i>InfraCredit Nigéria</i>	A InfraCredit fornece garantias em moeda local para financiar ativos de infraestrutura na Nigéria. Desde 2017, mobilizou perto de 110 mil milhões NGN (naira nigeriana) (240 milhões USD) de fundos de pensões nacionais, concluiu o financiamento de 9 projetos de infraestruturas e criou cerca de 2 300 postos de trabalho (InfraCredit, 2023).	N
	Valorizar os recursos naturais de África para mobilizar o financiamento do combate às alterações climáticas	Iniciativa Florestal da África Central (CAFI)	Em 2021, o Gabão tornou-se o primeiro país africano a receber fundos (17 milhões USD) do CAFI pelos seus esforços para reduzir a desflorestação no período de 2016-17 (CAFI, 2021).	R
	Elaboração de quadros regulamentares adaptados para apoiar a adoção de ferramentas inovadoras	Regulamento n.º 29 da Namíbia	O Regulamento n.º 29 da Namíbia facilita os investimentos de fundos de pensões nacionais em empresas não cotadas através de veículos de investimento para fins especiais regulamentados. Após a sua introdução, em 2018, os investimentos em participações privadas aumentaram quase 50 % no período de 2017-18 (Banco Mundial, 2020).	N

Notas: N = nacional, R = regional, C = continental, G = global.

Fonte: Compilação dos autores.

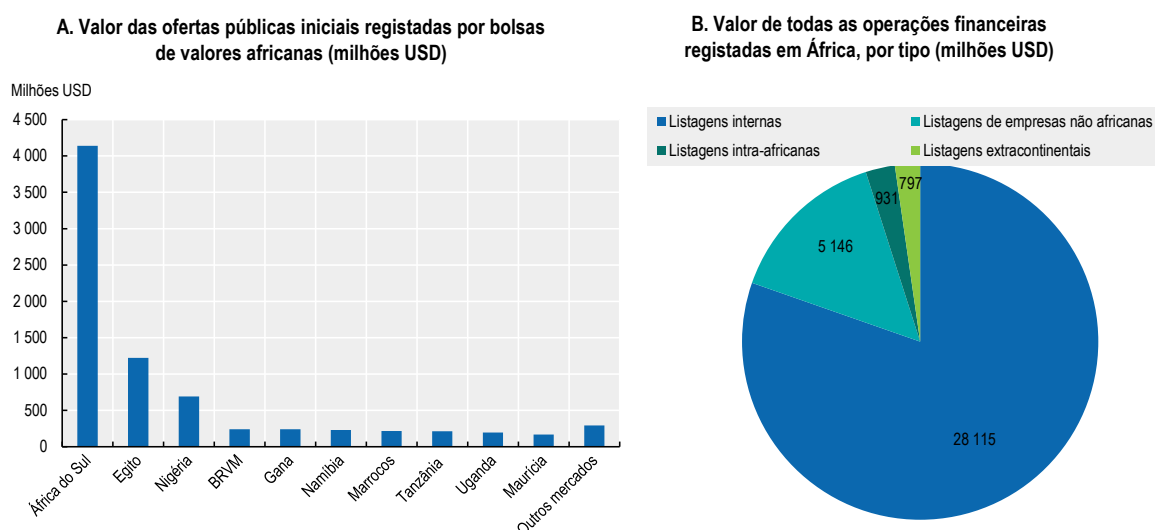
### **Mercados de capitais mais profundos irão apoiar o crescimento empresarial africano e alargar a disponibilidade de produtos financeiros para os investidores**

O aprofundamento dos mercados de capitais locais poderia melhorar a disponibilidade de produtos formais passíveis de investimento. Atualmente, a maioria dos investidores institucionais visa ativos líquidos relativamente livres de risco, como títulos de rendimento fixo, ações ou obrigações do Estado, em grande parte devido à escassez de instrumentos de investimento alternativos. Como exemplo, o setor das pensões do Quênia detém cerca de 75 % dos seus ativos em títulos de rendimento fixo. Em contrapartida, países com mercados de capitais mais desenvolvidos, como a Maurícia e a Nigéria, afetam menos de um terço a títulos do governo (IFC, 2021). As iniciativas regionais implementadas em conjunto com as partes interessadas da indústria africana, incluindo o Programa de Participações

de Capital e Dívida de África, podem apoiar o desenvolvimento de mercados de capitais locais e ajudar a diversificar as carteiras de investidores nacionais (FSD África, 2022).

Se a atividade nas bolsas africanas fosse comparável à de outros países em desenvolvimento, existiria financiamento adicional para as empresas africanas. Até à data, a capitalização bolsista das 28 bolsas de valores nacionais e de duas regionais em África continua muito abaixo de economias em desenvolvimento comparáveis. Ao longo do período de 2017-21, as ofertas públicas iniciais africanas (OPI) representaram menos de 1 % do valor global de 1 500 mil milhões USD das OPI. Durante o mesmo período, 77 % de todo o capital obtido nas OPI com sede em África tiveram origem em apenas três mercados (Egito, Nigéria e África do Sul), gerando um total combinado de 6 mil milhões USD, principalmente nos setores dos serviços e das tecnologias da informação e da comunicação. Em todas as atividades de captação de capital registadas em bolsas de valores em África, 80 % correspondiam a listagens de empresas africanas em bolsas nacionais, 15 % a listagens de empresas não africanas em bolsas africanas e o restante consistia em listagens intra-africanas e extracontinentais (5 % e 3 %, respetivamente) (Gráfico 2.3).

Gráfico 2.3. Atividade nas bolsas de valores africanas, 2017-21



Nota: A BRVM (Bourse Régionale des Valeurs Mobilières) é uma bolsa de valores que reúne os seguintes países da África Ocidental: Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. «Outros mercados» incluem dez mercados de capitais africanos que registaram um valor total de OPI inferior a 100 milhões USD durante o período de 2017-21 – nomeadamente, Botswana, Malawi, Tunísia, Moçambique, Zâmbia, Ruanda, Argélia, BVMAC (Central African Stock Exchange), Quênia e Zimbabué (classificados do valor mais alto para o mais baixo). «Operações financeiras» refere-se tanto a ofertas públicas iniciais como a outras ofertas (ou seja, a emissão de ações suplementares a acionistas existentes ou a novos investidores) registadas em bolsas de valores. São registados quatro tipos de operações financeiras: i) «listagens nacionais»: Empresas africanas cotadas numa bolsa nacional; ii) «listagens intra-africanas»: Empresas africanas cotadas em qualquer bolsa africana, com exceção da bolsa local; iii) «listagens extracontinentais»: Empresas africanas cotadas numa bolsa fora de África; e iv) «listagens de empresas não africanas»: empresas não africanas cotadas numa bolsa africana.

Fonte: PwC (2021), African Capital Markets Watch 2021, [www.pwc.co.za/en/assets/pdf/africa-capital-markets-watch-2021.pdf](https://www.pwc.co.za/en/assets/pdf/africa-capital-markets-watch-2021.pdf).

StatLink <https://stat.link/bcj6lx>

A interconexão das bolsas de valores pode reduzir os custos de transação, aumentar a atividade de negociação e permitir uma maior integração dos mercados de capitais. A interligação das bolsas de valores nacionais poderia criar oportunidades de diversificação e maior eficiência, reduzindo simultaneamente os custos dos investimentos transfronteiriços (Soumaré et al., 2021). A bolsa de valores nacional na Maurícia introduziu sistemas de negociação automatizados que permitem a negociação de ativos através de navegadores da Web e uma aplicação móvel chamada mySEM

(BAD, 2022c). A nível regional, a Comunidade da África Oriental (EAC) interligou quatro bolsas de valores nacionais (Tanzânia, Ruanda, Burundi e Uganda) através da plataforma *EAC Capital Markets Infrastructure*, reduzindo o tempo necessário para negociar ações cotadas de superior a um mês, para três dias. Estes esforços de interligação podem também lançar as bases para uma maior integração dos mercados de capitais, por exemplo, através da dupla cotação de empresas africanas em diferentes bolsas de valores ou da designação de algumas bolsas como centros regionais (Cercle des Économistes, 2022).

**Melhorar a transparência dos requisitos de cotação nas bolsas de valores africanas poderia desbloquear o financiamento para as empresas mais pequenas.** A morosidade dos procedimentos administrativos de admissão à cotação, a falta de formação e de conhecimento sobre os mercados de capitais, bem como a falta mais generalizada de transparência limitam a capacidade das empresas nacionais de aceder aos mercados de capitais africanos. Os mercados bolsistas poderiam estabelecer programas específicos para facilitar a listagem das pequenas e médias empresas (PME) ou das empresas setoriais específicas. Desde o início dos anos 2000, 15 países africanos criaram mercados alternativos para ajudar as PME a aceder ao capital a longo prazo (Johnson e Kotey, 2018). Em 2018, a Bolsa de Londres estabeleceu uma parceria com as bolsas de valores de Marrocos e da União Económica e Monetária da África Ocidental para implementar o programa ELITE, oferecendo orientação e aconselhamento e permitindo que as PME locais entrem nos mercados de capitais (UNECA, 2020).

**Com a governação e as parcerias certas, as instituições africanas podem canalizar de forma eficaz o financiamento sustentável para as prioridades nacionais**

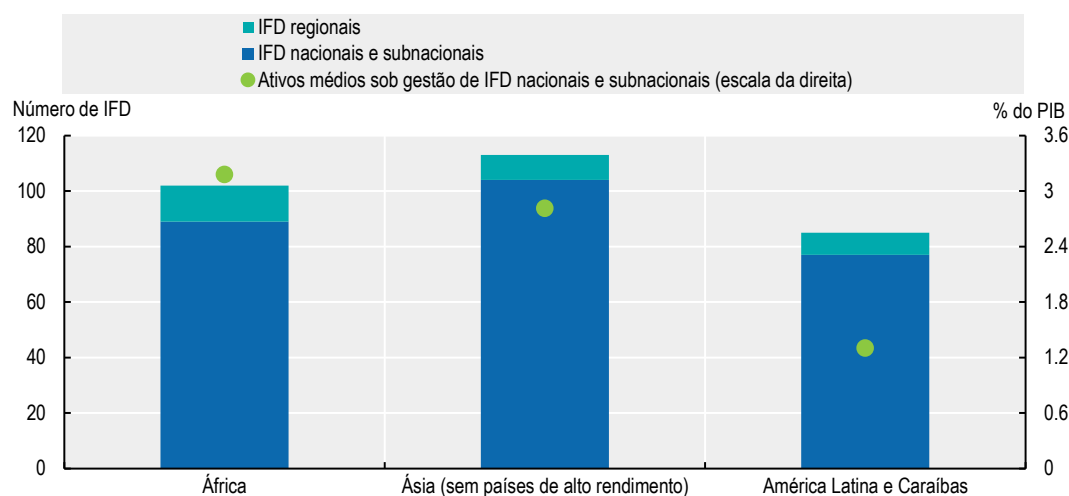
A melhoria da capitalização das instituições africanas de financiamento do desenvolvimento (IFD) pode permitir-lhes apoiar os objetivos de desenvolvimento nacionais, nomeadamente através da retribuição de Direitos de Saque Especiais (DSE). As IFD africanas, raramente, gerem ativos no valor de mais de 2-3 % do PIB (Gráfico 2.4). Dadas as posições orçamentais restritivas dos governos africanos, o aumento da capitalização das IFD africanas reforçaria a sua capacidade de canalizar investimento. A comunidade internacional poderia considerar a retribuição de parte dos DSE do FMI a instituições financeiras africanas bem geridas, a fim de assegurar o alinhamento com as prioridades regionais (BAD, 2022d). Em 2021, os países africanos receberam apenas 5 % (33 mil milhões USD) da dotação mundial única de 650 mil milhões USD de DSE para a recuperação da COVID-19. Embora as economias do G20 se tenham comprometido a canalizar 100 mil milhões USD em DSE para as economias em desenvolvimento, a maior parte dos fundos passaria pelo Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento do FMI ou pelo Fundo Fiduciário para a Resiliência e a Sustentabilidade, sob a forma de empréstimos em condições preferenciais com critérios de elegibilidade restritivos (CEPR, 2022).

**As IFD africanas estão bem posicionadas para atuar como intermediários entre o financiamento internacional e os projetos locais, em conformidade com as prioridades nacionais em matéria de sustentabilidade.** Atualmente, a África abriga 102 IFD, representando cerca de 20 % do total global (Gráfico 2.4). Dado o seu conhecimento dos mercados locais, as IFD regionais e nacionais africanas estão bem colocadas para canalizar estrategicamente o financiamento internacional para projetos viáveis que respondam às prioridades de desenvolvimento nacionais (ver o exemplo na Caixa 2.2 e no Capítulo 7). Desde 2011, o BAD e outros mutuantes multilaterais emitiram 1.1 mil milhões USD de garantias através do Fundo de Garantia Africano a 161 IFD locais em 40 países africanos; apoiaram a concessão de empréstimos às PME, às mulheres e aos jovens e a projetos relacionados com a adaptação às alterações climáticas e a atenuação das cadeias de valor (AGF, 2022). Embora a maioria das IFD africanas seja multissetorial (41 %), algumas dispõem de mandatos para visar setores ou grupos específicos, como as microempresas



e as PME (26 %), o desenvolvimento rural (10 %), a habitação (8 %) ou as infraestruturas (6 %) (Xu et al., 2021). Por exemplo, os esforços do Banco de Desenvolvimento da Nigéria para aliviar as restrições de financiamento enfrentadas pelas microempresas e PME levaram à *Impact Credit Guarantee*, um mecanismo para os bancos comerciais nacionais fornecerem garantias para empréstimos às PME (Fitch, 2021). Durante a pandemia de COVID-19, os bancos públicos africanos de desenvolvimento demonstraram um elevado nível de adaptabilidade, implementando respostas anti-cíclicas para ajudar a sustentar os investimentos e transferindo a atenção para novos setores (por exemplo, saúde e transição ecológica) (Attridge, Chen e Getzel, 2022). Novas iniciativas importantes de investimento sustentável, como o pacote de investimento global de 150 mil milhões EUR da União Europeia,<sup>1</sup> beneficiarão da orientação e coordenação através das IFD nacionais.

Gráfico 2.4. Número e capitalização das instituições financeiras para o desenvolvimento operacionais nas regiões em desenvolvimento



Fonte: Xu et al. (2021), «What are public development banks and development financing institutions?—Qualification criteria, stylized facts and development trends», *China Economic Quarterly International*, Vol. 1/4, <https://doi.org/10.1016/j.ceqi.2021.10.001>.

StatLink <https://stat.link/2jghrl>

### Caixa 2.2. Criar oportunidades de investimento em países africanos de língua portuguesa

Os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – procuram atrair investimentos mais sustentáveis. Os níveis de investimentos privados continuam a ser altamente voláteis nos PALOP, variando o investimento direto estrangeiro (IDE) entre 10.7 % do PIB em 2015 e 0.8 % em 2021. Ao longo de 2015-21, mais de 90 % do IDE visaram apenas dois países, Angola e Moçambique, principalmente nas indústrias transformadora e extrativa. Mais de três quartos do IDE tiveram origem na República Popular da China (a seguir designada por «China»), em países europeus e nos Estados Unidos da América. Os PALOP assim procuram desenvolver novas oportunidades de investimento sustentável, nomeadamente em setores ecológicos. Por exemplo, o produtor de papel Navigator Company investiu mais de 2.3 mil milhões USD em atividades florestais sustentáveis em Moçambique, plantando mais de 20 milhões de árvores – um stock de carbono de 1.7 milhões de toneladas. O investimento visa igualmente apoiar a segurança alimentar e a geração de rendimentos em 7 000 agregados familiares rurais, através do seu programa de desenvolvimento comunitário de 40 milhões USD.



### Caixa 2.2. Criar oportunidades de investimento em países africanos de língua portuguesa (continuação)

A cooperação entre IFD africanas e parceiros internacionais oferece oportunidades para ultrapassar obstáculos e diversificar as carteiras de projetos nos PALOP. O Compacto Lusófono para o Financiamento do Desenvolvimento, uma plataforma de investimento criada com o apoio do BAD e do governo português, visa impulsionar o crescimento do setor privado nos PALOP. Fá-lo através de três mecanismos principais: financiamento, mitigação de riscos e assistência técnica (BAD, 2019). Os membros do Compacto desenvolveram acordos específicos por país em conformidade com as especificidades e prioridades de desenvolvimento dos PALOP. Por exemplo, em São Tomé e Príncipe, a iniciativa Zuntámon visa estimular a agricultura e as indústrias do turismo, em particular para as empresas lideradas por mulheres e por jovens. Espera-se melhorar o acesso ao mercado para 60 PME através da formação e do financiamento do desenvolvimento técnico e empresarial, produzindo um crescimento médio de 10 % nas vendas das empresas até 2025 (BAD, 2023). Em setembro de 2022, o Governo português e o BAD assinaram um acordo nos termos do qual Portugal concederá garantias até 400 milhões EUR exclusivamente a projetos financiados pelo Banco e aprovados ao abrigo do Compacto Lusófono, procurando impulsionar a operacionalização do instrumento.

As *project preparation facilities* (PPF) de África podem criar reservas de projetos financeiramente viáveis através do desenvolvimento de projetos numa fase inicial e da assistência contínua. As expansões das PPF africanas com registos de resultados positivos podem facilitar o caminho desde os estudos de viabilidade dos projetos até à sua conclusão financeira. Por exemplo, a PPF da Africa50 permitiu que uma central solar de 400 MW no Egito concluísse o seu financiamento duas vezes mais rapidamente do que o normal para tais projetos (Nassiry et al., 2018). As PPF nacionais poderiam igualmente racionalizar a preparação dos projetos, transferindo-os para estruturas globais que, muitas vezes, apoiam projetos apenas na fase de pré-viabilidade (CEPA, 2015). Na África do Sul, o Tesouro Nacional, juntamente com o Banco de Desenvolvimento da África do Sul, disponibilizou financiamento inicial para o arranque do Programa de Aquisição de IPP para as Energias Renováveis (REIPPP), que mobilizou posteriormente 14 mil milhões USD de investimento do setor privado (GIH, 2019).

As melhorias na governança empresarial, transparência e gestão de riscos potenciam o desempenho da IFD local. As reformas da governação podem ajudar as IFD africanas a implementar modelos orientados para os resultados e a protegê-las da interferência política (UNECA, 2022a). As reformas do governo das sociedades do Banco de Desenvolvimento do Uganda ajudaram a melhor integrar as prioridades de desenvolvimento e reduziram os rácios de empréstimos não produtivos de 60 % para menos de 10 % no período de 2014-19 (Griffith-Jones, Attridge e Gouett, 2020). O Sistema de Normas, Orientações e Notação de Risco, desenvolvido pela Associação Africana de Instituições de Desenvolvimento Financeiro com contributos de bancos centrais, comerciais e multilaterais, pode ajudar as IFD africanas no acompanhamento dos desempenhos. As análises sobre o período 2011-18 em mais de 30 IFD africanas destacaram melhorias significativas na independência de gestão, transparência e liquidez (AADFI, 2017).

A cooperação entre as IFD africanas e as partes interessadas internacionais pode aumentar a partilha de informações, a transparência e o reforço das capacidades. O Consórcio de Infraestruturas para a Rede de PPF de África reúne 15 PPF mundiais e regionais para melhorar a partilha de informações e dados sobre projetos, práticas de governação e oportunidades de financiamento cruzado (ICA, 2017). A cooperação multilateral pode contribuir para que os prestadores de serviços financeiros internacionais e as IFD africanas

operem de acordo com regras transparentes para melhorar a afetação do financiamento sustentável (Caixa 2.3). As iniciativas incluem o Programa de Preparação do Fundo Verde para o Clima (GCF); concede subvenções até 1 milhão USD por ano e assistência técnica a instituições locais em 35 países africanos para receber as creditações necessárias para garantir o financiamento do GCF (GCF, n.d.). Outra iniciativa deste tipo é a primeira plataforma de garantia conjunta (CGP) de África, que visa aumentar a capacidade de diminuição dos riscos, melhorando a cooperação entre as IFD africanas, incluindo as agências de crédito à exportação. A atual reserva de projetos da CGP, codesenvolvida com a Agência de Desenvolvimento da União Africana-Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, inclui 20 projetos, num valor superior a 12 mil milhões USD, em setores como a energia, as infraestruturas, o agronegócio e o comércio regional (BAD, 2022e).

### Caixa 2.3. Reforço da partilha de informações e da repartição financeira entre as agências de crédito à exportação

**As agências de crédito à exportação (ACE) beneficiam os países africanos, proporcionando financiamento e atenuando os riscos.** As ACE representam uma fonte significativa de financiamento para o desenvolvimento dos países africanos. As ACE são instituições financeiras com um mandato público, que fornecem instrumentos financeiros, tais como apoio à taxa de juro, garantias, seguros ou refinanciamento. Estes instrumentos atenuam os riscos para os exportadores dos países de origem das ACE que procuram financiar projetos em mercados estrangeiros.

**As ACE dos países membros da OCDE diferem de outras:**

- As ACE de países membros da OCDE – com exceção do Chile, da Costa Rica e da Islândia – aderem ao Convénio de 1978 relativo aos créditos à exportação que beneficiam de apoio oficial. Este quadro define termos e considerações de financiamento comuns em matéria de combate à corrupção, sustentabilidade da dívida e dever de diligência ambiental e social. De acordo com o Grupo de Créditos à Exportação da OCDE, África recebeu indiretamente uma média anual de 5.9 mil<sup>2</sup> milhões USD de financiamento de crédito à exportação no período de 2012-21, principalmente nos setores da energia, dos transportes e do armazenamento, dos recursos minerais e da extração mineira, bem como nos setores industriais.
- Nos últimos anos, as ACE não abrangidas pelo acordo da OCDE ganharam importância. Em 2018, as atividades regulamentadas por acordos representavam apenas 36 % do apoio relacionado com o comércio mundial, enquanto o papel das ACE da China e da Índia tem vindo a aumentar (EBF/BIAC/ICC, 2019). Em África, dez países<sup>3</sup> dispõem de ACE operacionais que fornecem financiamento comercial aos exportadores locais, juntamente com duas ACE regionais (o Banco Africano de Importações-Exportações e a Agência Africana de Seguros Comerciais) que promovem o comércio e o investimento regionais.

**A cooperação multilateral pode aumentar a partilha de informações e a afetação de recursos financeiros entre as ACE, nomeadamente por motivos relacionados com as alterações climáticas e a sustentabilidade.** Plataformas internacionais como o Grupo dos Créditos à Exportação da OCDE ou a União de Berna oferecem oportunidades para aumentar a colaboração, a recolha de informações e a partilha de conhecimentos entre ACE africanas e não africanas que operam no continente. A cooperação multilateral pode igualmente incentivar uma melhor afetação do financiamento das ACE. Um estudo recente realizado em 32 ACE internacionais salientou que as considerações relacionadas com o clima e a sustentabilidade continuam a ser limitadas, mas ganham uma importância crescente (OCDE, 2021b). Os compromissos incluem tanto a criação da coligação «Financiamento à Exportação para o Futuro» (*Export Finance for Future*) de sete países europeus em 2021, que procura alinhar o financiamento à exportação com o Acordo de Paris sobre o Clima, bem como o compromisso da China em deixar de financiar projetos de carvão, conduzindo ao cancelamento de centrais elétricas a carvão na África do Sul, na Tanzânia e no Zimbabué (CREA, 2022).

**As vozes dos governos africanos nas negociações internacionais são necessárias para assegurar que os compromissos de financiamento em matéria de clima e energia são cumpridos.** O Grupo Africano de Negociadores (AGN) sobre as Alterações Climáticas desempenhou um papel fundamental nas negociações da COP27 UNFCCC; levou à adoção do «*Global Shield*», um sistema de seguros face às perdas e danos que deverá receber uma ajuda financeira inicial de 200 milhões USD para os países mais vulneráveis às alterações climáticas (Werners e Okunola, 2023). O reforço da coordenação com os parceiros internacionais será crucial para assegurar que os países de rendimento elevado concedam e intensifiquem o financiamento da adaptação às alterações climáticas além dos 25 mil milhões USD autorizados até 2025 (Kabukura, 2022). O financiamento internacional de combate às alterações climáticas deve também alinhar-se com as prioridades africanas, para equilibrar o apoio à transição energética justa e o acesso universal à energia, cumprindo simultaneamente os objetivos de criação de emprego e de industrialização (UA, 2022b).

### **Os instrumentos de financiamento inovadores devem adaptar-se aos contextos locais para expandir o financiamento sustentável**

O agrupamento de ativos financeiros de grandes e pequenos investidores proporciona **oportunidades de atenuação do risco.** A nível nacional, o Consórcio de Investimento para o Fundo de Pensões do Quênia (*Kenya Pension Funds Investment Consortium*) reúne financiamentos provenientes dos 1 300 fundos de pensões nacionais. Potencialmente, desbloqueou mais de mil milhões USD de investimento na sequência de uma revisão das regras de investimento em pensões que permitiram aos fundos investir até 10 % dos seus ativos em infraestruturas. A iniciativa recebeu apoio de parceiros multilaterais, atraindo investimentos de fundos de pensões internacionais, juntamente com os nacionais (Davis et al., 2022). As iniciativas regionais, como o Fundo para as Infraestruturas de África50 e o Fundo Pan-Africano de Desenvolvimento das Infraestruturas do BAD, também preveem balcões únicos, nomeadamente para mecanismos de atenuação dos riscos, a fim de facilitar investimentos conjuntos no setor das infraestruturas. Os produtos financeiros agrupados podem também chegar a bases de investidores mais pequenas, como os investidores na diáspora. Por exemplo, o Fundo Fiduciário para a Diáspora da Etiópia angariou mais de 5 milhões USD de 25 000 pessoas em 93 países durante o período de 2018-20 (EDTF, 2022).

**O financiamento em moeda local pode ser utilizado para mobilizar financiamento de investidores nacionais.** As soluções de financiamento em moeda local compensam o risco de desfasamentos entre ativos e passivos em termos reais e podem tornar os projetos mais viáveis e acessíveis para os investidores locais. Por exemplo, a Autoridade de Investimento Soberano da Nigéria estabeleceu uma parceria com a GuarantCo para criar o Mecanismo de Melhoria do Crédito de Infraestruturas da Nigéria (*InfraCredit*), fornecendo garantias em moeda local para financiar ativos de infraestruturas (Halland et al., 2021). Desde 2017, a *InfraCredit* mobilizou 110 mil milhões NGN de fundos de pensões nacionais, concluindo o financiamento de 9 projetos de infraestruturas e criando cerca de 2 300 postos de trabalho no país. Do mesmo modo, uma parceria entre o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental e a BPI France (a agência francesa de crédito à exportação) facilitou o acesso a divisas internacionais e locais para cobrir os custos da estação de purificação de água do rio La Mé, que deverá fornecer cerca de um terço da água potável a Abidjan até 2025.

**O aproveitamento do capital natural de África poderia ajudar a aumentar o financiamento para o combate às alterações climáticas.** Na maioria dos países africanos, o capital natural (por exemplo, solo, floresta, potencial de energia solar e água) representa de 30 % a 50 % da riqueza nacional total (PNUA, 2016). Para proteger e gerar valor económico a partir desta riqueza, os governos africanos estão a alavancar cada vez mais instrumentos inovadores, tais como obrigações verdes, sociais, de sustentabilidade e

ligadas à sustentabilidade ou créditos de carbono (Dembele, Schwarz e Horrocks, 2021; Capítulos 4, 5 e 6). Por exemplo, o Gabão tornou-se o primeiro país africano a receber fundos (17 milhões USD) para os seus esforços de redução da desflorestação no período 2016-17 (CAFI, 2021). A emissão de obrigações verdes em nove países africanos mobilizou 4.5 mil milhões USD no período de 2014-21, enquanto a implementação de sistemas de comércio de créditos de carbono poderia mobilizar até 245 mil milhões USD (Wambui, 2022; Yu et al., 2021). A Iniciativa Africana para os Mercados de Carbono lançada na COP27 UNFCCC e as iniciativas regionais, como as Alianças da África Ocidental e da África Oriental sobre Mercados de Carbono e Financiamento Climático, são exemplos de quadros institucionais que podem ajudar a aumentar o financiamento sustentável (BAFU, 2022).

**A cooperação entre reguladores e investidores pode apoiar o surgimento de ativos financeiros inovadores.** As entidades reguladoras podem colaborar com os investidores institucionais através de plataformas e *fora* público-privados para melhorar a clareza da regulamentação e aumentar a sensibilização para os novos instrumentos financeiros (BAD/IFC/MFW4A, 2022). Por exemplo, as entidades reguladoras e cerca de 50 investidores institucionais iniciaram consultas na fase de conceção de um novo produto obrigacionista inclusivo (Caixa 2.4). Na Namíbia, regulamentação específica, sob a forma de um quadro de governação revisto, o Regulamento n.º 29, ajudou a ultrapassar as questões relativas aos mercados de capitais subdesenvolvidos e à governação. Facilita o investimento direto local dos fundos de pensões nacionais através de veículos de investimento específicos regulamentados e mais do que duplica os investimentos em capitais próprios em empresas não cotadas apenas um ano após a sua implementação (Gratcheva e Stewart, 2020).

#### Caixa 2.4. Conceção de produtos de investimento inovadores: Perceções de obrigações inclusivas

A UNECA e o programa de obrigações inclusivas dos seus parceiros visam proporcionar financiamento acessível e sustentável às PME e às microempresas e empresas informais. A obrigação utilizará uma grande variedade de fontes de investimento, incluindo investidores institucionais nacionais e internacionais, bem como poupanças nacionais e da diáspora. O Estado, as IFD e os beneficiários fornecerão garantias para tranquilizar os investidores e reduzir as taxas de juro, enquanto as instituições de microfinanciamento locais gerirão empréstimos a empresas selecionadas com riscos de incumprimento limitados, iniciando consultas com grupos empresariais e cooperativas.

**São realizadas consultas às várias partes interessadas para assegurar a adequação do programa em contextos locais:**

- **Estabelecer prioridades de desenvolvimento com os governos:** As primeiras emissões das obrigações visam dois países-piloto da África Central e Ocidental. Foram identificados setores relevantes com os governos para identificar os setores relevantes com base nas prioridades de desenvolvimento nacionais no contexto da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), incluindo a agricultura, os transportes e o comércio transfronteiriço.
- **Garantir a viabilidade e a atenuação dos riscos com os reguladores.** Dada a falta de resultados no tratamento de uma obrigação deste tipo, serão realizados estudos de viabilidade com os reguladores locais para garantir às autoridades locais e aos investidores a viabilidade do projeto.
- **Sensibilização dos beneficiários e investidores.** Serão organizados seminários técnicos para estabelecer práticas de monitorização (incluindo a diligência devida e a comunicação de informações sobre o impacto) e elucidar os empresários e investidores sobre os benefícios das obrigações.

Fonte: Compilação dos autores baseada numa entrevista com a UNECA.

## Políticas de integração regional eficazes podem catalisar investimentos sustentáveis em escala

Os projetos de integração regional e as políticas de investimento harmonizadas a nível nacional, regional e continental podem mobilizar o investimento sustentável e melhorar a sua afetação (Quadro 2.4). O IDE deve ser mais bem integrado nas economias locais, e os investimentos sustentáveis das empresas líderes e dos investidores institucionais africanos devem ser aumentados, dado o seu potencial único, tal como sugerido no capítulo 1. Para alcançar estes objetivos, os quadros nacionais harmonizados em matéria de política de investimento devem ser complementados com projetos regionais eficazes, que reduzam as barreiras não pautais e reforcem a integração do mercado. As PME são agentes económicos fundamentais nas cadeias de valor regionais africanas, mas necessitam de apoio político para explorarem oportunidades de investimento sustentáveis. O Protocolo de Investimento da ZCLCA tem potencial para catalisar investimentos sustentáveis à escala continental, mas exige mecanismos de acompanhamento eficazes e parcerias com o setor privado.

Quadro 2.4. Ações políticas e exemplos de integração e harmonização regionais

Ação política	Medida política	Exemplo de política	Impacto	Nível
<b>Harmonizar políticas, melhorar as infraestruturas digitais e os corredores de desenvolvimento</b>	Adotar quadros de ação para investimentos sustentáveis	Lei de 2021 do Ruanda sobre a promoção e facilitação do investimento	Em janeiro de 2021, o Ruanda promulgou uma Lei de Promoção e Facilitação do Investimento, que introduz novos setores prioritários e incentivos fiscais destinados a melhorar a competitividade e a produtividade da economia e a tornar Kigali um polo para investidores inovadores e <i>startups</i> (ALN, 2021).	N
	Redução dos obstáculos aos projetos de investimento regionais	Sistema Pan-Africano de Pagamentos e Liquidação (PAPSS)	O PAPSS procura simplificar as transações transfronteiriças e facilitar os pagamentos instantâneos nas 42 moedas locais de África. A partir de junho de 2022, a rede PAPSS é constituída por 8 bancos centrais, 28 bancos comerciais e 6 prestadores de serviços de pagamento (Anexo 2.C).	C
	Melhorar os corredores de desenvolvimento transfronteiriços e as zonas económicas especiais	Corredor Económico Norte ( <i>Northern Economic Corridor</i> )	Entre 2014 e 2015, na sequência da operacionalização de vários postos fronteiriços de balcão único, o tempo de resposta para os camiões que circulam ao longo do corredor económico setentrional entre Mombasa e Kampala foi reduzido de 18 para 4 dias (Nugent e Soi, 2020).	R
<b>Apoiar a integração das pequenas e médias empresas nas cadeias de valor regionais</b>	Aumentar as ligações entre as empresas multinacionais e as PME locais	Programa de Desenvolvimento da Cadeia de Abastecimento do Gana	O Programa de Desenvolvimento da Cadeia de Abastecimento do Gana, financiado pela USAID, formou 650 funcionários de 254 PME, em 96 ações de formação. O programa levou à adjudicação de 78 contratos, no valor de 18.5 milhões USD (PYXERA Global, 2018).	N
	Apoiar as PME locais no cumprimento das normas e certificações internacionais	Aliança para a Qualidade dos Produtos em África	No Gana, o projeto apoiou a Fairafric, uma produtora de chocolate orgânico, para obter duas certificações de qualidade, fornecendo formação e apoio financeiro. As certificações aumentaram as vendas da empresa em cerca de 20 %, inclusive através de exportações para a França, Japão e Estados Unidos, permitindo a criação de 20 empregos diretos e 5 indiretos (Alliance for Product Quality in Africa, 2022).	N
<b>Assegurar a aplicação efetiva do Protocolo de Investimento da ZCLCA</b>	Acompanhamento dos progressos a nível nacional através da cooperação regional	Painel de Avaliação do Clima dos Investimentos da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)	O Painel de Avaliação do Clima dos Investimentos da CEDEAO foi desenvolvido no âmbito do Projeto Melhoria das Condições de Negócios e Investimento na África Ocidental como instrumento de aferição das reformas relacionadas com os investimentos dos Estados-membros (CEDEAO, 2020).	R
	Mobilização de redes regionais do setor privado para catalisar investimentos à escala continental	<i>Trillion Dollar Investment Framework for Africa</i>	Através da iniciativa AfroChampions, a União Africana pretende promover a ZCLCA através de um veículo de financiamento misto do setor privado que financiará investimentos em projetos estratégicos (Sasi, 2022).	C

Notas: N = nacional, R = regional, C = continental, G = global.

Fonte: Compilação dos autores.



### **Políticas harmonizadas, melhores infraestruturas digitais e corredores de desenvolvimento podem aumentar os investimentos transfronteiriços sustentáveis**

A harmonização das políticas nacionais de investimento e das estratégias de transformação produtiva pode ajudar os países africanos a aumentar as oportunidades de desenvolvimento sustentável. Pequenos mercados internos, elevados riscos macroeconômicos, contextos regulamentares fracos e regimes frágeis de licenciamento e constituição de empresas aumentam os riscos e o custo de procurar oportunidades de investimento para níveis proibitivos em muitos países africanos (Capítulo 1). Os quadros da política de investimento (Anexo 2.A) e as estratégias de transformação produtiva podem funcionar em conjunto para resolver essas questões. Além de identificar as prioridades de investimento e clarificar a forma como contribuem para a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável, as estratégias de transformação produtiva abrangem uma série de políticas facilitadoras – desde os quadros regulamentares aos custos logísticos e comerciais, desde os pagamentos digitais aos direitos aduaneiros e do desenvolvimento dos recursos humanos às estratégias setoriais de industrialização (CUA, 2019; CUA/OCDE, 2019; OCDE et al., 2021). Os governos africanos podem aumentar os aspectos de sustentabilidade dos quadros de política de investimento e das estratégias de transformação produtiva, centrando-se, por exemplo, no IDE ou na regulamentação de setores como a energia (Anexo 2.A e Anexo 2.B).

**Os incentivos fiscais para atrair investimentos sustentáveis carecem de uma concepção metódica e de uma avaliação sistemática.** Os incentivos fiscais têm potencial para aumentar a produção, o emprego, a produtividade e outros objetivos de sustentabilidade. No entanto, incentivos mal concebidos podem reduzir a capacidade de geração de receitas, criar distorções econômicas, desgastar a equidade, aumentar os custos administrativos e de conformidade e, potencialmente, desencadear concorrência fiscal prejudicial. As taxas de redundância – a porcentagem de investidores que afirmam ter investido mesmo sem incentivos fiscais – ultrapassaram os 70 % em 10 dos 14 inquéritos sobre as economias emergentes e em desenvolvimento realizados num estudo de 2015 (FMI/OCDE/ONU/Banco Mundial, 2015). A investigação realizada em sete países africanos concluiu que os incentivos fiscais reduzem as taxas efetivas de imposto sobre as sociedades em 30 %, em média, enquanto os mapeamentos contextualizados detalhados dos incentivos existentes podem apoiar a concepção de um quadro de incentivos coerente (Celani, Dressler e Wermelinger, 2022).

**As infraestruturas digitais representam um caminho importante para uma maior integração do mercado.** O alargamento das infraestruturas digitais, como o sistema pan-africano de pagamento e liquidação (Anexo 2.C), poderia reforçar a integração regional (CUA/OCDE, 2021, 2022). O futuro protocolo da ZCLCA sobre comércio eletrônico poder-se-ia inspirar em acordos existentes, como o Acordo de Parceria entre Singapura, Nova Zelândia e Chile sobre a Economia Digital, incluindo disposições sobre pagamentos digitais e adotando normas internacionais em matéria de combate ao branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (ABC/CFT) e de intercâmbio eletrônico de dados (Elms, 2021).

**A modernização das infraestruturas de transporte e da logística continua a ser fundamental para os investimentos transfronteiriços.** As infraestruturas de transporte limitadas, a fragmentação da regulamentação e os atrasos nos postos fronteiriços continuam a pesar nos projetos de investimento que dependem das importações e exportações. Programas como o Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas em África (PIDA) podem mobilizar investimentos e contribuir para a modernização das atuais redes de infraestruturas. Um estudo recente da UNECA mostra que, até 2030, serão



necessários 411 mil milhões USD para todo o equipamento de transporte – camiões, caminhos de ferro, aeronaves e navios – para acomodar o aumento do comércio devido à ZCLCA. Dos 69 projetos a executar no âmbito do segundo Plano de Ação Prioritário PIDA, um terço destina-se a infraestruturas de transporte em 44 países (11 projetos no setor rodoviário, 6 no setor ferroviário, 5 no setor dos transportes marítimos/portos e 1 num posto fronteiriço) (UNECA, 2022b).

**Os corredores de desenvolvimento regional e as Zonas Económicas Especiais (ZEE) transfronteiriças podem oferecer «ganhos rápidos» para atrair investimentos regionais sustentáveis.** Os corredores de desenvolvimento são formas importantes de colmatar os défices de infraestruturas no continente, mas devem ser submetidos a avaliações multidimensionais pormenorizadas para obter resultados totalmente sustentáveis (Caixa 2.5). Do mesmo modo, as ZEE transfronteiriças estão a emergir como um meio de catalisar o investimento privado. Por exemplo, a ZEE Musina-Makhado está localizada perto do Posto Fronteiriço de Beitbridge entre a África do Sul e o Zimbabué, uma porta de entrada para os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e uma localização crítica no corredor comercial Norte-Sul da região. A ZEE destina-se a promover o comércio regional de energia e produtos manufaturados, em especial na indústria metalúrgica, criando, ao mesmo tempo, pelo menos 50 000 oportunidades de emprego nos próximos dez anos (CNUCED, 2021).

### Caixa 2.5. Os corredores de desenvolvimento regional de África

Na agenda de desenvolvimento de África, os corredores de desenvolvimento transfronteiriços representam soluções estabelecidas para acelerar a integração regional. Os corredores de desenvolvimento compreendem grandes projetos de infraestruturas pesadas e leves em zonas geográficas extensas e frequentemente transnacionais que procuram investimentos sustentáveis (Juffe-Bignoli et al., 2021). No âmbito do PIDA, a União Africana colocou os corredores de desenvolvimento no topo da agenda de integração regional de África (Weaver, 2017, 2020). De acordo com a base de dados dos corredores africanos de desenvolvimento, que recolhe informações sobre 79 corredores no continente, as formas predominantes de infraestruturas nos corredores africanos de desenvolvimento são as estradas (35 %), os portos marítimos (21 %), os caminhos de ferro de passageiros e mercadorias (18 %) e os aeroportos (8 %). A maioria dos projetos tem como base o Quénia (19 %), seguida da Tanzânia (10 %), África do Sul e República Democrática do Congo (9 % cada). O custo médio de um corredor varia entre 3.5 mil milhões e 4 mil milhões USD. Os bancos de desenvolvimento regional e os governos nacionais investiram, respetivamente, em 31 % e 30 % de todos os projetos dos corredores de desenvolvimento, seguidos dos bancos multilaterais (11 %), da comunidade internacional de desenvolvimento (6 %) e das comunidades económicas regionais (5 %). As empresas privadas e bancos nacionais investem numa pequena percentagem dos corredores de investimento (4 % e 3 %, respetivamente) (Thorn et al., 2022).

**Os corredores de desenvolvimento podem facilitar o comércio transfronteiriço, devendo, contudo, avaliações de impacto ambientais orientar os projetos atuais e futuros.** Por exemplo, entre 2014 e 2015, na sequência da operacionalização de vários postos fronteiriços de balcão único, o tempo de resposta para os camiões que circulam ao longo do corredor económico setentrional entre Mombasa e Kampala foi reduzido de 18 para 4 dias (Nugent e Soi, 2020). No entanto, os corredores também abrem extensas áreas a novas pressões ambientais. Um estudo de 2015 sobre 33 corredores planeados e existentes em África revelou que, coletivamente, os corredores dividiriam mais de 400 zonas protegidas existentes e poderiam degradar mais 1 800, ao promoverem a perturbação do habitat perto ou no interior das reservas (Laurance et al., 2015).

## As pequenas e médias empresas necessitam de apoio político para aceder a investimentos sustentáveis ao longo das cadeias de valor regionais

O estabelecimento de ligações entre as empresas multinacionais e as PME locais requer tempo e exige apoio político, podendo alcançar resultados sustentáveis. As ligações com as PME podem levar até 15 anos a concretizar-se, dado que as empresas líderes necessitam de tempo para investir recursos financeiros, humanos e tecnológicos em parcerias empresariais (Jenkins et al., 2007). Os padrões elevados exigidos por empresas multinacionais dificultam o acesso a PME podem ser minimizados através de grandes empresas locais nacionais que podem desempenhar um papel intermediário. Os decisores políticos podem implementar serviços de apoio complementares para promover a criação de ligações da cadeia de valor (CUA/OCDE, 2022; OCDE, 2021c), em função dos objetivos e das condições de execução (Quadro 2.5). Uma vez estabelecidas as ligações, os serviços de apoio podem tirar partido da posição de liderança das empresas nas cadeias de valor para canalizar os investimentos para as PME e orientá-las para resultados sustentáveis (ver o capítulo 7 para exemplos da indústria agroalimentar da África Ocidental).

Quadro 2.5. Exemplos de instrumentos políticos para promover ligações entre empresas multinacionais e PME locais

Instrumento político	Descrição	Desafios de implementação	Exemplo
<b>Programas de desenvolvimento de fornecedores</b>	Melhorar a qualidade da base de fornecedores em setores estratégicos para satisfazer as exigências dos investidores estrangeiros	• É complexo e a sua gestão e implementação é dispendiosa	O Programa de Desenvolvimento da Cadeia de Abastecimento do Gana, financiado pela USAID, formou 650 indivíduos de 254 PME, em 96 ações de formação. O programa levou à adjudicação de 78 contratos, no valor de 18.5 milhões USD (PYXERA Global, 2018).
<b>Matchmaking e fornecimento de dados</b>	Reduzir as assimetrias de informação entre empresas estrangeiras e nacionais	• Exige uma base de fornecedores adequada • A implementação e a atualização são dispendiosas	Na Tunísia, as agências governamentais fornecem serviços de <i>matching</i> e uma base de dados de fornecedores locais, incluindo informações sobre empresas com certificações de qualidade (OCDE, 2021c).
<b>Incentivos fiscais específicos</b>	Integrar localmente grupos de empresas	• Exige uma base de fornecedores adequada • Tem custos fiscais e administrativos • Pode distorcer a concorrência	O Programa Estratégico de Investimento da África do Sul oferece uma dedução de capital inicial de 50 ou 100 % para empresas estrangeiras que criam ligações a empresas nacionais (Sabha, Liu e Willem, 2020).
<b>Incentivos não fiscais específicos</b>	Reduzir os obstáculos regulamentares e administrativos para facilitar as ligações	• Exige uma base de fornecedores adequada • Exige capacidade institucional e mecanismos de cooperação eficazes	O Egito facilitou os procedimentos regulamentares e administrativos para as empresas locais que fornecem empresas em zonas que têm regimes de isenção de direitos (OCDE, 2020).
<b>Zonas económicas especiais inclusivas e agrupamentos industriais</b>	Favorecer as ligações através de aglomerações geográficas industriais polivalentes abertas a empresas locais	• Exige uma base de fornecedores adequada • É complexo e a sua gestão e implementação é dispendiosa • Exige capacidade institucional	No Quênia, o Acelerador de Negócios para a Exportação foi lançado em 2013 para prestar apoio empresarial às PME que pretendiam estabelecer as suas atividades na Zona de Processamento de Exportações do rio Athi. O número de empresas locais na zona aumentou de 25 % em 2012 para 38 % em 2018 (CNUCED, 2021).

Fonte: Compilação dos autores baseada na revisão da literatura.

O desenvolvimento das empresas e as parcerias da cadeia de abastecimento por parte de partes interessadas privadas podem contribuir para melhorar a capacidade de produção das PME e facilitar as ligações. Por exemplo:

- A ACET Business Transform é um programa de aceleração e incubação de empresas do Centro Africano para a Transformação Económica que visa tornar PME selecionadas no Gana prontas para o investimento para a integração em cadeias de valor globais. O programa inclui serviços de mentoria por parte de executivos de empresas líderes, proporcionando às PME locais acesso ao conhecimento e às redes de empresas.<sup>4</sup>
- Em agosto de 2021, a Ethiopian Airlines e a DHL assinaram um memorando de entendimento com o African Electronic Trade Group para estabelecer o Centro de

Logística e Abastecimento Inteligente da África Oriental no Aeroporto Internacional Adis Abeba Bole. A parceria visa integrar todas as atividades comerciais e logísticas (comércio eletrônico em linha, entreposto, transporte e entrega porta a porta) numa plataforma polivalente para promover serviços acessíveis às PME e fomentar o comércio regional (UA, 2021).<sup>5</sup>

**Normas de qualidade harmonizadas e certificações podem permitir que as empresas locais beneficiem das oportunidades de investimento regionais.** Os parceiros internacionais podem prestar assistência técnica aos governos e apoiar diretamente os produtores locais a cumprir as normas internacionais e a obter certificações (Caixa 2.6).

### Caixa 2.6. Aliança para a Qualidade dos Produtos em África

A Aliança para a Qualidade dos Produtos em África procura apoiar as empresas e instituições locais que operam em setores relevantes para a exportação de países selecionados a cumprir as normas internacionais ou a obter certificações. A Agência Alemã de Cooperação Internacional GmbH (GIZ) e o Instituto Nacional de Metrologia da Alemanha (PTB) lançaram o projeto em 2019 como parte da Iniciativa Especial sobre Formação e Criação de Emprego do Ministério Federal Alemão para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ). O programa centra-se na Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gana, Marrocos, Ruanda, Senegal e Tunísia, oferecendo o seguinte:

- Facilitar a adoção, pelas empresas locais, de normas e certificações internacionais para estabelecer relações de longo prazo com as empresas europeias, criando simultaneamente empregos locais (ver exemplo da Fairafriic no Quadro 2.4).
- Apoio a instituições governamentais em países parceiros para reforçar as infraestruturas de qualidade nacionais. O projeto prevê o reforço das capacidades técnicas, a aprendizagem entre pares e o diálogo público-privado, por exemplo, para melhorar os testes de resíduos de pesticidas pelo Conselho de Normalização do Ruanda para produtos agrícolas. Ao aderir às normas internacionais, espera-se que os produtores agrícolas do Ruanda melhorem a sua competitividade.

Fonte: Contributos do BMZ e da GIZ.

### A aplicação efetiva do Protocolo de Investimento da ZCLCA é fundamental para harmonizar o panorama de investimento sustentável em África

O Protocolo de Investimento da ZCLCA visa harmonizar o panorama da política de investimento africana. Atualmente, existem 852 tratados bilaterais de investimento entre países africanos e entre países africanos e não africanos (UNECA/UA/BAD/CNUCED, 2019). Com base no Código de Investimento Pan-africano, um instrumento não vinculativo introduzido em 2017 para orientar os investimentos intra-continentais, o Protocolo de Investimento da ZCLCA visa: i) facilitar e proteger os investimentos sustentáveis; ii) gerir a resolução de litígios em matéria de investimento e; iii) permitir a cooperação em matéria de promoção e facilitação do investimento. O protocolo também procura estabelecer uma Agência Pan-africana de Investimento para fornecer mobilização de recursos financeiros, desenvolvimento de negócios e apoio técnico aos Estados, agências nacionais de promoção de investimentos e ao setor privado (Tralac, 2021). O projeto de protocolo foi concluído em outubro de 2022 e adotado pelo Conselho de Ministros da ZCLCA. Em seguida, o texto será submetido à Assembleia de Chefes de Estado para revisão e adoção (IISD, 2022).

A aplicação da ZCLCA poderia estimular os investimentos mundiais e intra-africanos em setores estratégicos e aumentar os salários das mulheres. A liberalização comercial

bem sucedida e a harmonização das leis de investimento, concorrência e direitos de propriedade intelectual ao abrigo da ZCLCA poderiam aumentar a percentagem de IDE africano proveniente de fora do continente em 122 % e de outros países africanos em 68 % em comparação com os níveis de 2017 (Echandi, Maliszewska e Steenbergen, 2022). A concretização destes ganhos, no entanto, não é automática e depende, em parte, da disponibilidade de capacidades produtivas locais. A supressão dos obstáculos poderá igualmente estimular os investimentos em cadeias de valor com elevado potencial, como os automóveis, os serviços e os produtos farmacêuticos. Por exemplo, o Secretariado da ZCLCA, o Afreximbank e a Associação Africana de Fabricantes de Automóveis uniram esforços para desenvolver o Pacto Automóvel Pan-africano (PAAP). A estratégia PAAP em curso visa ligar os fabricantes de automóveis comerciais, aumentando, em última análise, as vendas de veículos de 1 para 5 milhões de unidades até 2035 (AAAM/Deloitte, 2020; CUA/OCDE, 2022: Capítulo 3). Além disso, uma vez que, em grande parte de África, mais de 50 % das mulheres trabalham na agricultura, o aumento dos investimentos agrícolas através da integração regional poderia aumentar os salários das mulheres em, pelo menos, 10 %, em comparação com os níveis atuais (PNUD/ Secretariado do ZCLCA, 2021; Banco Mundial, 2022b).

**As experiências das comunidades económicas regionais africanas e de outras regiões do mundo mostram como coordenar as políticas e acompanhar os progressos.** Os mecanismos de acompanhamento regionais podem ajudar a aplicar eficazmente o Protocolo de Investimento da ZCLCA a nível nacional. As anteriores iniciativas de política regional oferecem informações valiosas (Quadro 2.6).

**Quadro 2.6. Exemplos de mecanismos de acompanhamento das políticas regionais de comércio e investimento**

Iniciativa de política regional	Descrição
<b>Unidades de livre comércio da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)</b>	O mecanismo de monitorização no âmbito da Zona de Comércio Livre da ASEAN (AFTA) levou à criação de unidades nacionais AFTA nas capitais da maioria dos países membros da ASEAN. As unidades são responsáveis por assegurar que as necessárias medidas de redução pautal sejam legisladas e aplicadas a nível nacional (ASEAN, 2012).
<b>Mecanismo de análise do investimento estrangeiro da UE</b>	Em 2020, a União Europeia introduziu um mecanismo de análise do investimento estrangeiro, estabelecendo pontos de contacto formais e canais seguros em cada Estado-membro e na Comissão Europeia, permitindo a partilha de informações, a análise e as ações coordenadas (CE, 2020).
<b>Painel de Avaliação do Clima dos Investimentos da CEDEAO</b>	O Painel de Avaliação do Clima dos Investimentos da CEDEAO foi desenvolvido no âmbito do Projeto Melhoria das Condições de Negócios e Investimento na África Ocidental, como instrumento de aferição das reformas relacionadas com os investimentos dos Estados-membros. Através deste instrumento, o projeto contribuiu para aprofundar a integração regional, especialmente no domínio do investimento regional no mercado comum da CEDEAO (CEDEAO, 2020).
<b>Quadro de política de investimento da SADC</b>	O Secretariado da SADC, em colaboração com a OCDE, desenvolveu um conjunto de indicadores para aferir e acompanhar os progressos dos Estados-membros na execução do Quadro da Política de Investimento da SADC. O Secretariado da SADC assume a responsabilidade central de acompanhamento, delegando simultaneamente funções específicas de comunicação de informações nos pontos de contacto nacionais específicos de cada Estado-membro (OCDE/SADC, 2017).

Fonte: Compilação dos autores.

**Um maior intercâmbio com representantes do setor privado, como a iniciativa AfroChampions, ajudaria a promover oportunidades de investimento.** Através da iniciativa *AfroChampions*, a União Africana pretende mobilizar investimentos impulsionados pelo setor privado em áreas empresariais fundamentais. Este quadro de investimento e financiamento é conhecido como *Trillion Dollar Investment Framework for Africa*. O seu objetivo é criar um veículo financeiro misto que financiará investimentos em projetos estratégicos através de esforços de colaboração com promotores de projetos, investidores, financiadores, empresas multinacionais, PME, associações empresariais, governos, organismos regionais e instituições de financiamento do desenvolvimento (Sasi, 2022).

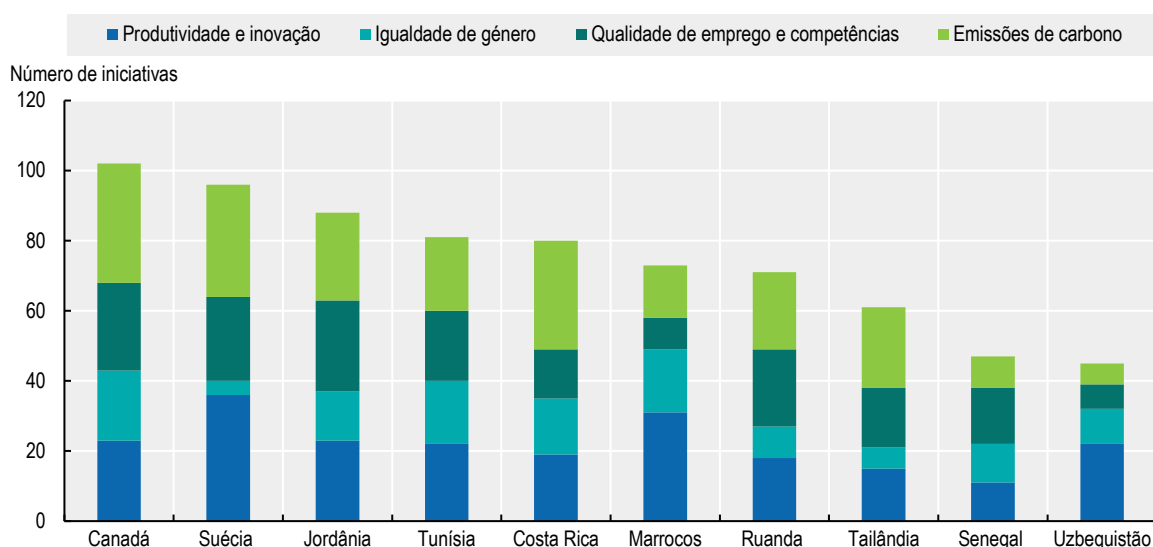
## Anexo 2.A. O conjunto de instrumentos da política da OCDE para o investimento e para a qualidade do IDE nos países africanos

A OCDE tem trabalhado com muitos países no mundo para promover reformas do clima de investimento com base no seu Quadro de Política para o Investimento (PIF) (OCDE, 2015). Este instrumento abrangente, apoiado multilateralmente, foi desenvolvido em 2006 e atualizado em 2015. O PIF salienta a coerência das políticas, uma abordagem integrada de todo o governo e os princípios fundamentais do Estado de direito, da transparência, da não discriminação e da proteção dos direitos de propriedade. Com base no PIF, foram realizadas quase 40 análises de políticas de investimento, 10 delas em África: Em Marrocos está atualmente a decorrer a segunda análise da política de investimento, a Maurícia e a Zâmbia solicitaram uma segunda revisão e o Ruanda apresentou um primeiro pedido.

Com base nos indicadores de qualidade do IDE (Caixa 1.6. do Capítulo 1), o conjunto de instrumentos para a política de qualidade do IDE (OCDE, 2022b) complementa o PIF, abordando o impacto do investimento direto estrangeiro no emprego e nas competências, nas PME, na inovação e na igualdade de género. O desenvolvimento do conjunto de ferramentas envolveu um levantamento pormenorizado das políticas e disposições institucionais que regem o impacto do investimento no desenvolvimento sustentável em dez países, incluindo Marrocos, Ruanda, Senegal e Tunísia (Gráfico do Anexo 2.A.1). No âmbito de África, estão planeadas análises de qualidade do IDE para o Egito e a Tunísia em 2023.

Uma mais-valia das análises das políticas de investimento e das análises da qualidade do IDE é a colaboração com um grupo de trabalho interministerial e a consulta do setor privado e de outras partes interessadas. Esta abordagem garante que os governos e as partes interessadas beneficiem das sugestões de reforma. Além disso, o Guia das Qualidades do IDE para a Cooperação para o Desenvolvimento (OCDE, 2022c), lançado em outubro de 2022, procura reforçar o papel da cooperação para o desenvolvimento na mobilização do investimento direto estrangeiro e no reforço do seu impacto.

Gráfico do Anexo 2.A.1. Medidas políticas específicas para promover o investimento direto estrangeiro sustentável em países selecionados



Fonte: FDI Qualities Mapping of Policies and Institutions from OECD (2022b), FDI Qualities Policy Toolkit, <https://doi.org/10.1787/7ba74100-en>.

StatLink <https://stat.link/7itywf>



## Anexo 2.B. Eficácia da regulamentação no setor energético africano

O agravamento da situação financeira das empresas de serviços de energia teve um impacto negativo na eficácia regulamentar (BAD, 2021). Tendo em conta os orçamentos limitados, as agências públicas e os reguladores africanos têm, frequentemente, dificuldades em superar obstáculos institucionais que privilegiam a produção de combustíveis fósseis e têm dificuldade em aplicar regulamentos tecnicamente complexos e orientados para o longo prazo (Pueyo, 2018; RES4Africa, 2022; UNECA, 2016). Aos olhos dos investidores privados, os reguladores da energia em muitos países não estão a cumprir funções essenciais, como o licenciamento, a fixação de preços por grosso e a gestão da rede; os investidores privados também consideram que os países carecem de mecanismos de independência, capacidade e responsabilização, como a resolução de litígios (BAD, 2021; RES4Africa/PwC (Itália, 2021). Por conseguinte, os investidores privados em energias renováveis avaliam os riscos regulamentares como sendo mais elevados do que os investidores públicos (RES4Africa/PwC Italy, 2021).

A eficácia regulamentar, sob a forma de planos energéticos pormenorizados e outras boas práticas, é determinante para atrair investimentos nos sistemas energéticos africanos (Falchetta et al., 2021). Uma prioridade imediata para os reguladores africanos da energia consiste no estabelecimento de planos nacionais pormenorizados em matéria de energia que definam objetivos específicos para o desenvolvimento de fontes de energia renováveis e de novas infraestruturas (tais como interligações de rede) e para a coordenação do fornecimento de energia com os países vizinhos (AIE, 2022; RES4Africa, 2022; Capítulo 3 e 5). Entre as melhores práticas regulamentares e de serviços públicos fundamentais para atrair investimentos contam-se a reestruturação tarifária, os leilões invertidos (*reverse auctions*) e os acordos normalizados de aquisição de energia, podendo os mercados e os impostos sobre o carbono ser explorados por reguladores mais avançados, seguindo o exemplo da Costa do Marfim, do Senegal e da África do Sul (AIE, 2022; OCDE/Banco Mundial/PNUA, 2018; Capítulo 3). A Agência marroquina para o Desenvolvimento Sustentável é um exemplo promissor de uma agência que administra concursos públicos, ao mesmo tempo que funciona como uma central de receção de pedidos e consultas dos investidores (AIE, 2022).

Cada país tem as suas preocupações específicas em matéria de energia e o seu nível de disponibilidade para estabelecer metas, e os decisores políticos têm de as ter em consideração (ver Capítulos 3 e 5 sobre a indústria das energias renováveis na África Oriental e Austral). Pueyo (2018) concluiu que, no Gana, uma volatilidade financeira e macroeconómica e regulamentar pouco fiável inibia os investimentos em energias renováveis; no Quênia, a procura limitada, as redes incompletas, a governação de serviços de utilidade pública e os direitos fundiários constituíam obstáculos importantes. Os países produtores de combustíveis fósseis devem prosseguir a descarbonização das indústrias extrativas e estratégias de saída em paralelo, ao mesmo tempo que aproveitam os compromissos dos produtores tradicionais de energia, em matéria de energias renováveis e de redução das emissões de carbono (OCDE, 2022d). Os decisores políticos devem ser flexíveis e definir prioridades cuidadosamente, de acordo com as questões específicas do seu país e região. Devem igualmente reconhecer diferentes níveis de preparação dos países. Os poucos países africanos que já estabeleceram objetivos em matéria de energias renováveis e estabeleceram as primeiras cadeias de valor locais (incluindo o Egito, o Quênia, Marrocos e a África do Sul) podem agora centrar-se em reformas políticas diferentes, em comparação com os países em que tais princípios fundamentais ainda não foram implementados (RES4Africa, 2022).



## Anexo 2.C. Sistema Pan-africano de Pagamentos e Liquidação

A falta em África de uma infraestrutura de pagamento continental integrada para as transações transfronteiriças acarreta custos elevados. Apenas 20 % dos pagamentos transfronteiriços intra-africanos são compensados no continente. O restante é encaminhado através de bancos estrangeiros, onde as moedas africanas são trocadas por dólares americanos, libras ou euros antes de serem novamente convertidas numa moeda africana diferente. Quando se incluem as transferências normais e as comissões bancárias, os custos totais deste processo em toda a África ascendem a 5 mil milhões USD por ano (PAPSS, 2022).

O Sistema Pan-africano de Pagamentos e Liquidação (PAPSS) procura simplificar os pagamentos transfronteiriços entre as 42 moedas locais de África. Desenvolvido em conjunto pelo Secretariado da ZCLCA e pelo Banco Africano de Exportação-Importação (Afreximbank), o PAPSS visa racionalizar e garantir os fluxos monetários através das fronteiras africanas. A plataforma PAPSS centraliza as verificações de validação, reduzindo a necessidade de intermediários dispendiosos no exterior. O sistema visa concluir as transações em menos de dois minutos, por uma taxa baixa.

A implantação continental do PAPSS está em curso. Em 2022, a fase piloto foi concluída nos seis países que fazem parte da Zona Monetária da África Ocidental: Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria e Serra Leoa. A partir de junho de 2022, a rede PAPSS é constituída por 8 bancos centrais, 28 bancos comerciais e 6 prestadores de serviços de pagamento (Leadership, 2022).

### Notas

1. [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway/eu-africa-global-gateway-investment-package\\_en](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway/eu-africa-global-gateway-investment-package_en)
2. Esta média exclui as transações de aeronaves apoiadas pelas ACE que são abrangidas por regras específicas e representam uma média de 577 milhões USD por ano.
3. Argélia, Egito, Gana, Marrocos, Nigéria, Senegal, África do Sul, Sudão, Tunísia e Zimbabué.
4. De acordo com uma entrevista com representantes da ACET.
5. Confirmado numa entrevista com representantes do African Electronic Group.

### Bibliografia

- AAAM/Deloitte (2020), *Africa Automotive Forum, Summary Report*, African Association of Automotive Manufacturers/Deloitte, [www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/za/Documents/za\\_AAAM-Africa-Automotive-Forum-2020-Summary.pdf](http://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/za/Documents/za_AAAM-Africa-Automotive-Forum-2020-Summary.pdf).
- AADFI (2017), *Report on the 7<sup>th</sup> Peer Review with the AADFI Prudential Standards, Guidelines and Rating System (PSGRS) in 2017*, Association of African Development Finance Institutions, Abuja, [https://adfi-ci.org/wp-content/uploads/2022/05/aadfi\\_doc\\_en\\_20171114082330.pdf](https://adfi-ci.org/wp-content/uploads/2022/05/aadfi_doc_en_20171114082330.pdf).
- AADN (n.d.), «About», página web da Africa Automotive Data Network, [www.africaautomotivedata.network.co.za](http://www.africaautomotivedata.network.co.za) (consultado em 2 de fevereiro de 2023).
- AIE (2022), *Africa Energy Outlook 2022*, Agência Internacional da Energia, [www.iea.org/reports/africa-energy-outlook-2022](http://www.iea.org/reports/africa-energy-outlook-2022).
- Alliance for Product Quality in Africa (2022), «Audrey: More jobs in chocolate production through certifications», [www.allianceforproductquality.de/en/projekte/schokoladenproduktion-zertifizierungen/](http://www.allianceforproductquality.de/en/projekte/schokoladenproduktion-zertifizierungen/).
- ALN (2021), «Impact of Rwanda's new investment facilitation and promotion law on doing business», Legal Alert, African Legal Network, [www.rfl.rw/docs/LEGAL\\_ALERT\\_ALN.pdf](http://www.rfl.rw/docs/LEGAL_ALERT_ALN.pdf).
- Ameli, N. et al. (2021), «Higher cost of finance exacerbates a climate investment trap in developing economies», *Nature Communications*, Vol. 12, <https://doi.org/10.1038/s41467-021-24305-3>.
- ASEAN (2012), «AFTA and National AFTA Units», página web, Associação de Nações do Sudeste Asiático, [https://asean.org/afta-and-national-afta-units/](http://asean.org/afta-and-national-afta-units/).

- Atef, N. A. (2022), «Scaling up sustainable finance and investment in the Middle East and North Africa», em *Scaling Up Sustainable Finance and Investment in the Global South*, Centre for Economic Policy Research (CEPR) Press, Londres, <https://cepr.org/system/files/publication-files/175477-scaling-up-sustainable-finance-and-investment-in-the-global-south.pdf>.
- Attridge, S., Y. Chen e B. Getzel (2022), «Weathering the storm: African public development banks' response to Covid-19 and their recovery role», *ODI Working Paper*, Overseas Development Institute, Londres, [https://cdn.odi.org/media/documents/ODI\\_Working\\_paper\\_Weathering\\_the\\_storm\\_African\\_public\\_development\\_banks\\_response.pdf](https://cdn.odi.org/media/documents/ODI_Working_paper_Weathering_the_storm_African_public_development_banks_response.pdf).
- BAD (2023), «Sao Tome and Principe - Zuntamon Lusophone Compact Initiative - Phase I», Banco Africano de Desenvolvimento, <https://projectsportal.afdb.org/dataportal/VProject/show/P-ST-H00-003> (consultado em 2 de fevereiro de 2023).
- BAD (2022a), «African Development Bank to launch public financial management academy to build capacity in African countries», artigo do Banco Africano de Desenvolvimento, 9 de junho, [www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/african-development-bank-launch-public-financial-management-academy-build-capacity-african-countries-52335](http://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/african-development-bank-launch-public-financial-management-academy-build-capacity-african-countries-52335).
- BAD (2022b), «African Development Bank, African Securities Exchange Association launch AELP E-Platform linking seven African capital markets with \$1.5 trillion market capitalization», artigo do Banco Africano de Desenvolvimento, 8 de dezembro, [www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/african-development-bank-african-securities-exchange-association-launch-aelp-e-platform-linking-seven-african-capital-markets-15-trillion-market-capitalization-57245](http://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/african-development-bank-african-securities-exchange-association-launch-aelp-e-platform-linking-seven-african-capital-markets-15-trillion-market-capitalization-57245).
- BAD (2022c), «Mauritius: National bourse launches new automated trading platform», artigo do Banco Africano de Desenvolvimento, 20 de maio, [www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/mauritius-national-bourse-launches-new-automated-trading-platform-51728](http://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/mauritius-national-bourse-launches-new-automated-trading-platform-51728).
- BAD (2022d), «President Macky Sall and African Development Bank Group head Dr Akinwumi Adesina call for substantial support for Africa's low-income countries», 17 de setembro, artigo do Banco Africano de Desenvolvimento, 17 de setembro, [www.afdb.org/fr/news-and-events/president-macky-sall-and-african-development-bank-group-head-dr-akinwumi-adesina-call-substantial-support-africas-low-income-countries-54845](http://www.afdb.org/fr/news-and-events/president-macky-sall-and-african-development-bank-group-head-dr-akinwumi-adesina-call-substantial-support-africas-low-income-countries-54845).
- BAD (2022e), «Africa Investment Forum: Harnessing guarantees and insurance to close the continental financing gap – The Africa Co-Guarantee Platform leads the way», 27 de outubro, artigo do Banco Africano de Desenvolvimento, 27 de outubro, [www.afdb.org/en/news-and-events/africa-investment-forum-harnessing-guarantees-and-insurance-close-continental-financing-gap-africa-co-guarantee-platform-leads-way-55839](http://www.afdb.org/en/news-and-events/africa-investment-forum-harnessing-guarantees-and-insurance-close-continental-financing-gap-africa-co-guarantee-platform-leads-way-55839).
- BAD (2021), *Electricity Regulatory Index for Africa 2021*, Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, <https://africa-energy-portal.org/sites/default/files/2021-12/08122021%20ERI%20report%202021.pdf>.
- BAD (2019), *The Lusophone Development Compact: Accelerating Sustainable, Inclusive and Private Sector Growth*, Banco Africano de Desenvolvimento, [www.afdb.org/sites/default/files/news\\_documents/lusophone\\_compact\\_brochure\\_en.pdf](http://www.afdb.org/sites/default/files/news_documents/lusophone_compact_brochure_en.pdf).
- BAD (n.d.), «Country Portfolio Performance Review», página web do Banco Africano de Desenvolvimento, [www.afdb.org/en/documents/project-operations/country-portfolio-performance-review](http://www.afdb.org/en/documents/project-operations/country-portfolio-performance-review) (consultado em 2 de fevereiro de 2023).
- BAD/IFC/MFW4A (2022), *Gauging Appetite of African Institutional Investors for New Asset Classes*, Banco Africano de Desenvolvimento, International Finance Corporation/Making Finance Work for Africa, [www.mfw4a.org/sites/default/files/resources/gauging\\_appetite\\_of\\_african\\_institutional\\_investors\\_for\\_new\\_asset\\_classes\\_-\\_published.pdf](http://www.mfw4a.org/sites/default/files/resources/gauging_appetite_of_african_institutional_investors_for_new_asset_classes_-_published.pdf).
- BAFU (2022), «Bilateral climate agreements», página web, Federal Office for the Environment FOEN, [www.bafu.admin.ch/bafu/en/home/themen/thema-klima/klimawandel-stoppen-und-folgen-meistern/klima--internationales/staatsvertraege-umsetzung-klimauebereinkommen-von-paris-artikel6.html](http://www.bafu.admin.ch/bafu/en/home/themen/thema-klima/klimawandel-stoppen-und-folgen-meistern/klima--internationales/staatsvertraege-umsetzung-klimauebereinkommen-von-paris-artikel6.html) (consultado em 2 de fevereiro de 2022).
- Banco Mundial (2022a), «Why one African country opted for full disclosure on debt», World Bank Feature Story, 10 de julho, [www.worldbank.org/en/news/feature/2022/07/10/why-one-african-country-opted-for-full-disclosure-on-debt](http://www.worldbank.org/en/news/feature/2022/07/10/why-one-african-country-opted-for-full-disclosure-on-debt).
- Banco Mundial (2022b), «Free trade deal boosts Africa's economic development», artigo do Banco Mundial, 30 de junho, [www.worldbank.org/en/topic/trade/publication/free-trade-deal-boosts-africa-economic-development](http://www.worldbank.org/en/topic/trade/publication/free-trade-deal-boosts-africa-economic-development).
- Banco Mundial (2020), *Leveraging Pension Fund Investment for Domestic Development: Namibia's Regulation 29 Approach*, Finance, Competitiveness and Innovation Insight, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34332>.

- Banco Mundial (2019), «Case study - Seychelles: Introducing the world's first sovereign blue bond», IBRD Financial Products - World Bank Treasury, <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/242151559930961454-0340022019/original/CasestudyBlueBondSeychellesfinal6.7.2019.pdf>.
- Banco Mundial/FMI (2017), *The Medium-Term Debt Management Strategy: An Assessment of Recent Capacity Building*, Banco Mundial/Fundo Monetário Internacional, <https://documents1.worldbank.org/curated/en/300771500775277965/pdf/Board-Paper-2017-MTDS-Assessment-of-Recent-Capacity-Building-Final-Clean-06272017.pdf>.
- CAFI (2021), «Gabon: First in Africa to receive payments for preserved rainforests», Central African Forest Initiative, [www.cafi.org/countries/gabon/gabon-first-africa-receive-payments-preserved-rainforests](http://www.cafi.org/countries/gabon/gabon-first-africa-receive-payments-preserved-rainforests).
- CCRED (n.d.), «African Market Observatory (AMO): What do we do», página web do Centre for Competition, Regulation and Economic Development, [www.competition.org.za/africanmarketobservatory](http://www.competition.org.za/africanmarketobservatory) (consultado em 2 de fevereiro de 2023).
- CE (2020), «EU foreign investment screening mechanism becomes fully operational», Comunicado de imprensa, Comissão Europeia, [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip\\_20\\_1867](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_20_1867).
- CEDEAO (2020), «ECOWAS launches 'Improved Business & Investment Climate in West Africa Project' website», Comunicado de imprensa, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, <https://ecowas.int/ecowas-launches-improved-business-investment-climate-in-west-africa-project-website/>.
- Celani, A., L. Dressler e M. Wermelinger (2022), «Building an Investment Tax Incentives database: Methodology and initial findings for 36 developing countries», *OECD Working Papers on International Investment*, n.º 2022/01, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/62e075a9-en>.
- CEPA (2015), *Mobilising Finance for Infrastructure: A study for the Department for International Development*, Cambridge Economic Policy Associates Ltd, [https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a0897fe5274a31e0000e8/61319-DfID\\_1\\_Synthesis\\_Report\\_Final.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a0897fe5274a31e0000e8/61319-DfID_1_Synthesis_Report_Final.pdf).
- CEPR (2022), *The Case for More Special Drawing Rights: Rechanneling Is No Substitute for a New Allocation*, Center for Economic Policy and Research, <https://cepr.net/report/the-case-for-more-special-drawing-rights/>.
- Cercle des Économistes (2022), *Relançons le Débat Économique 2022*, [https://lecercladeseconomistes.fr/wp-content/uploads/2022/05/rlde\\_16\\_cercle\\_unionafricaine.pdf](https://lecercladeseconomistes.fr/wp-content/uploads/2022/05/rlde_16_cercle_unionafricaine.pdf).
- CNUCED (2021), *Handbook on Special Economic Zones in Africa: Towards Economic Diversification across the Continent*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, [https://unctad.org/system/files/official-document/diaeia2021d3\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/diaeia2021d3_en.pdf).
- CREA (2022), «Briefing: 12.8 GW of Chinese overseas coal projects cancelled, but 19 GW could still go ahead», Centre for Research on Energy and Clean Air, [https://energyandcleanair.org/wp/wp-content/uploads/2022/04/Final\\_Chinese-overseas-briefing\\_April2022.pdf](https://energyandcleanair.org/wp/wp-content/uploads/2022/04/Final_Chinese-overseas-briefing_April2022.pdf).
- CUA (2019), *What Public Policies are Good for Productive Transformation in Africa?*, Departamento de Assuntos Económicos da Comissão da União Africana, Adis Abeba, [https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/35970-wd-1.1\\_new\\_paper\\_stc\\_transformation\\_productive\\_eng.pdf](https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/35970-wd-1.1_new_paper_stc_transformation_productive_eng.pdf).
- CUA/BAD/UNECA/ACBF (2017), *Strategy for the Harmonization of Statistics in Africa 2017-2026 (SHaSA 2)*, [https://au.int/sites/default/files/documents/34580-doc-34577-doc-shasa\\_ii\\_strategy\\_eng\\_full\\_web.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/34580-doc-34577-doc-shasa_ii_strategy_eng_full_web.pdf).
- CUA/OCDE (2022), *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2022: Cadeias de valor regionais para uma recuperação sustentável*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/e43b7c06-pt>.
- CUA/OCDE (2021), *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2021: Transformação digital e empregos de qualidade*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/57b4223e-pt>.
- CUA/OCDE (2019), *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2019: Alcançar a transformação produtiva*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/a9bd7ae4-pt>.
- D4D Hub (2023), «Rwanda and France sign new deal to improve digital public services and support innovations with high development potential», <https://d4dhub.eu/fr/news/rwanda-and-france-sign-new-deal-to-improve-digital-public-services-and-support-innovations-with-high-development-potential>.
- Davis, R. M. et al. (2022), «Mobilising long-term finance in the Global South: Lessons from the 'South' and 'North'», em *Scaling Up Sustainable Finance and Investment in the Global South*, CEPR Press, Londres, [https://cepr.org/system/files/publication-files/175477-scaling\\_up\\_sustainable\\_finance\\_and\\_investment\\_in\\_the\\_global\\_south.pdf](https://cepr.org/system/files/publication-files/175477-scaling_up_sustainable_finance_and_investment_in_the_global_south.pdf).

- Dembele, F., R. Schwarz e P. Horrocks (2021), *Scaling up Green, Social, Sustainability and Sustainability-linked Bond Issuances in Developing Countries*, OECD Publishing, Paris, <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/blended-finance-principles/documents/scaling-up-green-social-sustainability-sustainability-linked-bond-issuances-developing-countries.pdf>.
- EBF/BIA/ICC (2019), *Joint Business Position on the Modernization of the OECD Arrangement: Ensuring a Global Level Playing Field*, European Banking Federation/Business at OECD/International Chamber of Commerce, [www.ebf.eu/wp-content/uploads/2019/11/Final-version-Joint-business-position-on-Future-of-OECD-Arrangement.pdf](http://www.ebf.eu/wp-content/uploads/2019/11/Final-version-Joint-business-position-on-Future-of-OECD-Arrangement.pdf).
- Echandi, R., M. Maliszewska e V. Steenbergen (2022), *Making the Most of the African Continental Free Trade Area: Leveraging Trade and Foreign Direct Investment to Boost Growth and Reduce Poverty*, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento/Banco Mundial, Washington, DC, <https://documents1.worldbank.org/curated/en/09930500622230294/pdf/P1722320bf22cd02c09f2b0b3b320afc4a7.pdf>.
- EDTF (2022), «Building a better Ethiopia together», Ethiopian Diaspora Trust Fund, [www.ethiopia-trustfund.org/](http://www.ethiopia-trustfund.org/) (consultado em 26 de outubro de 2022).
- Ekeruche, M. A. (2022), *Africa's Rising Debt and the Emergence of New Creditors: A Review of the Trends, Challenges and Prospects (2000 - 2021)*, African Debt Series, Vol. 2, <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/fes-ua/19365.pdf>.
- Elms, D. (2021), *Increasing Access and Interoperability of Cross-border E-payments in Asia*, Hinrich Foundation, <https://static1.squarespace.com/static/5393d501e4b0643446abd228/t/606ea7b0363d76436e5ce51a/1617864635266/E-payments+in+Asia+Hinrich+Foundation.pdf>.
- Falchetta, G. et al. (2021), «The role of regulatory, market and governance risk for electricity access investment in sub-Saharan Africa», *Energy for Sustainable Development*, Vol. 62, <https://doi.org/10.1016/j.esd.2021.04.002>.
- Fitch (2021), *The Revival of African National Development Banks*, Relatório Especial da Fitch Rating, [www.fitchratings.com/research/banks/the-revival-of-african-national-development-banks-19-04-2021](http://www.fitchratings.com/research/banks/the-revival-of-african-national-development-banks-19-04-2021).
- FMI (n.d.), «Regional Technical Assistance Centers», página web do Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/external/np/exr/key/rtacs.htm](http://www.imf.org/external/np/exr/key/rtacs.htm) (consultado em 2 de fevereiro de 2023).
- FMI/OCDE/ONU/Banco Mundial (2015), *Options for Low Income Countries's Effective and Efficient Use of Tax Incentives for Investment: A Report to the G-20 Development Working Group by the IMF, OECD, UN and World Bank*, Fundo Monetário Internacional, OCDE, Nações Unidas e Banco Mundial, [www.oecd.org/tax/options-for-low-income-countries-effective-and-efficient-use-of-tax-incentives-for-investment.pdf](http://www.oecd.org/tax/options-for-low-income-countries-effective-and-efficient-use-of-tax-incentives-for-investment.pdf).
- FSCA (2023), «Registered Credit Rating Agencies», página web, Financial Sector Conduct Authority, [www.fsca.co.za/Regulated%20Entities/Pages/Credit-Rating-Agencies.aspx](http://www.fsca.co.za/Regulated%20Entities/Pages/Credit-Rating-Agencies.aspx) (consultado em 2 de fevereiro de 2023).
- FSD Africa (2022), «Africa Private Equity and Debt Programme», página web, <https://fsdafrica.org/projects/africa-private-equity-and-debt-programme/>.
- GCA (2022), *State and Trends in Adaptation in Africa 2022*, Global Center on Adaptation, Roterdão, Países Baixos, <https://gca.org/reports/sta22/>.
- GCF (n.d.), «Overview», página web do Green Climate Fund, [www.greenclimate.fund/readiness](http://www.greenclimate.fund/readiness) (consultado em 2 de fevereiro de 2023).
- GIH (2019), *Leading Practices in Governmental Processes Facilitating Infrastructure Project Preparation*, Global Infrastructure Hub, [https://cdn.gihub.org/umbraco/media/2344/gih\\_project-preparation\\_full-document\\_final\\_art\\_web.pdf](https://cdn.gihub.org/umbraco/media/2344/gih_project-preparation_full-document_final_art_web.pdf).
- Gratcheva, E. M. e F. E. Stewart (2020), *Leveraging Pension Fund Investment for Domestic Development: Namibia's Regulation 29 Approach*, Grupo do Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/125241594367606090/Leveraging-Pension-Fund-Investment-for-Domestic-Development-Namibia-s-Regulation-29-Approach>.
- Griffith-Jones, S., S. Attridge e M. Gouett (2020), *Securing Climate Finance through National Development Banks*, Overseas Development Institute, [https://cdn.odi.org/media/documents/200124\\_ndbs\\_web.pdf](https://cdn.odi.org/media/documents/200124_ndbs_web.pdf).
- Halland, H. et al. (2021), «Mobilising institutional investor capital for climate-aligned development», *OECD Development Policy Papers*, n.º 35, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/e72d7e89-en>.
- Horn, S., D. Milhalyi e P. Nickol (3 de março 2022), «Systematic underreporting of public debt statistics: 50 years of evidence and recent progress», Blogs do Banco Mundial, <https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/systematic-underreporting-public-debt-statistics-50-years-evidence-and-recent>.
- I&P (n.d. b), «Impact», página web Investisseurs & Partenaires, [www.ietsp.com/fr/content/impact](http://www.ietsp.com/fr/content/impact) (consultado em 6 de janeiro de 2023).



- ICA (2017), «Project Preparation Facilities Network (PPFN)», Infrastructure Consortium for Africa, [www.icafrica.org/en/project-preparation/project-preparation-facilities-network-ppfn/](http://www.icafrica.org/en/project-preparation/project-preparation-facilities-network-ppfn/) (consultado em 3 de fevereiro de 2023).
- IDA (2022), «IDA Country Performance Ratings (CPR)», página web da International Development Association, <https://ida.worldbank.org/en/financing/resource-management/ida-country-performance-ratings> (consultado em 2 de fevereiro de 2023).
- IFC (2021), *How the COVID-19 Crisis is Impacting African Pension Fund Approaches to Portfolio Management*, International Finance Corporation, [www.ifc.org/wps/wcm/connect/61e14b0d-b283-4f8f-8d17-4bce3f54d4a1/African+pension+funds\\_FINAL-10-9-20.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nkeOGIJ](http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/61e14b0d-b283-4f8f-8d17-4bce3f54d4a1/African+pension+funds_FINAL-10-9-20.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nkeOGIJ).
- IISD (26 December 2022), «AfCFTA Protocol on Investment was concluded», Investment Treaty News, [www.iisd.org/itn/en/2022/12/26/afcfta-protocol-on-investment-was-concluded/](http://www.iisd.org/itn/en/2022/12/26/afcfta-protocol-on-investment-was-concluded/).
- InfraCredit (2023), Infrastructure finance website, <https://infracredit.ng/> (consultado em 28 de fevereiro de 2023).
- Jenkins, B. et al. (2007), *Business Linkages: Lessons, Opportunities, and Challenges*, International Finance Corporation, International Business Leaders Forum e Kennedy School of Government, Harvard, [www.hks.harvard.edu/sites/default/files/centers/mrcbg/programs/crj/files/report\\_16\\_BUSINESS%20LINKAGESFINAL.pdf](http://www.hks.harvard.edu/sites/default/files/centers/mrcbg/programs/crj/files/report_16_BUSINESS%20LINKAGESFINAL.pdf).
- Johnson, B. e R. A. Kotey (2018), «The influence of small and medium enterprises (SMEs) listing on the Ghana Alternative Market (GAX): Prevailing factors», *Academic Journal of Economic Studies*, Vol. 4/4, pp. 142-156, <http://hdl.handle.net/10419/215860>.
- Juffe-Bignoli, D. et al. (2021), «Mitigating the impacts of development corridors on biodiversity: A global review», *Frontiers in Ecology and Evolution*, Vol. 9, <https://doi.org/10.3389/fevo.2021.683949>.
- Kabukura, W. (2022), «As Africa's climate warms, rich countries pledge more funds», Public Broadcasting Service, 5 de setembro, [www.pbs.org/newshour/world/as-africas-climate-warms-rich-countries-pledge-more-funds](http://www.pbs.org/newshour/world/as-africas-climate-warms-rich-countries-pledge-more-funds).
- Kubota, M. e A. Zeufack (2020), «Assessing the returns on investment in data openness and transparency», *World Bank Policy Research Working Paper*, n.º 9139, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/5dad280a-b4a8-538b-a34b-407980c8a848>.
- Laurance, W. F. et al. (2015), «Estimating the environmental costs of Africa's massive 'development corridors'», *Current Biology*, Vol. 25/24, pp. 3202-3208, [www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0960982215013093?via%3Dihub](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0960982215013093?via%3Dihub).
- Leadership (6 de outubro 2022), «PAPSS goes live as FBN, Ghana Bank consummate 1st transaction», artigo, <https://leadership.ng/papss-goes-live-as-fbn-ghana-bank-consummate-1st-transaction/> (consultado em 26 de outubro de 2022).
- Lee, N., G. Forster e S. Paxton (29 de junho 2021), «MDBs could do more to build markets just by releasing more data», publicação no blogue do Center for Global Development, [www.cgdev.org/blog/mdbs-could-do-more-build-markets-just-releasing-more-data](http://www.cgdev.org/blog/mdbs-could-do-more-build-markets-just-releasing-more-data).
- Mullan, M. e N. Ranger (2022), «Climate-resilient finance and investment: Framing paper», *OECD Environment Working Papers*, n.º 196, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/223ad3b9-en>.
- Mutize, M. (2022), «Moody's has bought a leading African rating agency: Why it's bad news», *The Conversation*, 13 de fevereiro, <https://theconversation.com/moodys-has-bought-a-leading-african-rating-agency-why-its-bad-news-176827>.
- Nassiry, D. et al. (2018), *Clean Energy Project Preparation Facilities: Mapping the Global Landscape*, Overseas Development Institute, <https://cdn.odi.org/media/documents/12504.pdf>.
- Nugent P. e I. Soi (2020), «One-stop border posts in East Africa: State encounters of the fourth kind», *Journal of Eastern African Studies*, Vol. 14/3, pp. 433-454, [www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17531055.2020.1768468](http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17531055.2020.1768468).
- OCDE (2023), «OECD Debt Transparency Initiative», página web da OCDE, [www.oecd.org/finance/debt-transparency/](http://www.oecd.org/finance/debt-transparency/) (consultado em 2 de fevereiro de 2023).
- OCDE (2022a), *Global Outlook on Financing for Sustainable Development 2023: No Sustainability Without Equity*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/fcbe6ce9-en>.
- OCDE (2022b), *FDI Qualities Policy Toolkit*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/7ba74100-en>.
- OCDE (2022c), *FDI Qualities Guide for Development Co-operation: Strengthening the Role of Development Co-operation for Sustainable Investment*, OECD Development Policy Tools, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/7f251bac-en>.
- OCDE (2022d), *Equitable Framework and Finance for Extractive-based Countries in Transition (EFFECT)*, OECD Development Policy Tools, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/7871c0ad-en>.

- OCDE (2021a), *Together or Apart: Investment Promotion Agencies' Prioritisation and Monitoring and Evaluation for Sustainable Investment Promotion*, OECD Investment Insights, [www.oecd.org/daf/inv/investment-policy/Investment-Insights-Investment-Promotion-Prioritisation-OECD.pdf](http://www.oecd.org/daf/inv/investment-policy/Investment-Insights-Investment-Promotion-Prioritisation-OECD.pdf).
- OCDE (2021b), *Responses to the Survey of Climate-related and Sustainability-related Policies and Practices*, Grupo de Trabalho da OCDE sobre Créditos à Exportação e Garantias de Crédito, [www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=TAD/ECG\(2021\)10&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=TAD/ECG(2021)10&docLanguage=En).
- OCDE (2021c), «Enabling SME linkages with foreign firms in global value chains», em *Middle East and North Africa Investment Policy Perspectives*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/824a45f1-en>.
- OCDE (2020), *OCDE Investment Policy Reviews: Egypt 2020*, OECD Investment Policy Reviews, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9f9c589a-en>.
- OCDE (2015), «The Policy Framework for Investment (PFI)», página web, [www.oecd.org/investment/pfi.htm](http://www.oecd.org/investment/pfi.htm) (consultado em 1 de fevereiro de 2022).
- OCDE et al. (2021), *Production Transformation Policy Review of Egypt: Embracing Change, Achieving Prosperity*, OECD Development Pathways, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/302fec4b-en>.
- OCDE/ATAF/CUA (2022), *Revenue Statistics in Africa 2022*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/ea66fbde-en-fr>.
- OCDE/Banco Mundial/PNUA (2018), *Financing Climate Futures: Rethink Infrastructure*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264308114-en>.
- OCDE/PNUD (2021), *OECD-UNDP Impact Standards for Financing Sustainable Development*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/744f982e-en>.
- OCDE/SADC (2017), *Role of Monitoring for Implementation: Advancing Investment Policy Reforms in the Southern African Development Community*, OECD, Paris/Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, Gaborone.
- ONU (2022), *Financing for Sustainable Development Report 2022*, Nações Unidas, Nova Iorque, <https://developmentfinance.un.org/fsdr2022>.
- PAPSS (2022), «Connecting payments: Accelerating Africa's trade», Apresentação do sistema pan-africano de pagamentos e liquidação à Comissão da União Africana e à OCDE, evento virtual, *Enhancing Cross-border Digital Payment Systems for Africa's Regional Trade and Integration*, 28 de junho de 2022.
- PARIS21 (2023), *Statistical Capacity Monitor (database)*, Paris, <https://statisticalcapacitymonitor.org> (consultado em 28 de fevereiro de 2023).
- Pillay, S. e A. Sikochi (2022), «The credit rating agency market in Africa», *Harvard Business School Working Paper*, n.º 22-074, [www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=62480](http://www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=62480).
- PNUA (2016), «Is Africa's natural capital the gateway to finance its development?», artigo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 21 de setembro, [www.unep.org/news-and-stories/story/africas-natural-capital-gateway-finance-its-development](http://www.unep.org/news-and-stories/story/africas-natural-capital-gateway-finance-its-development).
- PNUD/Secretariado da ZCLCA (2021), *Futures Report 2021*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Secretariado da Zona de Comércio Livre Continental Africana, [www.undp.org/africa/publications/futures-report-2021](http://www.undp.org/africa/publications/futures-report-2021).
- Pueyo, A. (2018), «What constrains renewable energy investment in Sub-Saharan Africa? A comparison of Kenya and Ghana», *World Development*, Vol. 109, pp. 85-100, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.04.008>.
- PwC (2021), *Africa Capital Markets Watch 2021*, PricewaterhouseCoopers, [www.pwc.co.za/en/assets/pdf/africa-capital-markets-watch-2021.pdf](http://www.pwc.co.za/en/assets/pdf/africa-capital-markets-watch-2021.pdf).
- PYXERA Global (2018), *Ghana Supply Chain Development Program - PYXERA*, <https://vdocuments.mx/ghana-supply-chain-development-program-pyxera-supply-chain-development-program.html?page=1>.
- RES4Africa (2022), *Sustainable Electricity for a Prosperous Africa*, Renewable Energy Solutions for Africa, [https://static1.squarespace.com/static/609a53264723031eccc12e99/t/628cea0bc18a56354ede110e/1653402171127/RES4Africa+5th+Flagship+Publication+2022+-+Sustainable+electricity+for+a+Prosperous+Africa\\_double+paged.pdf](https://static1.squarespace.com/static/609a53264723031eccc12e99/t/628cea0bc18a56354ede110e/1653402171127/RES4Africa+5th+Flagship+Publication+2022+-+Sustainable+electricity+for+a+Prosperous+Africa_double+paged.pdf).
- RES4Africa/PwC Italy (2021), *Investor Survey on Sub Saharan Africa*, RES4Africa e PricewaterhouseCoopers Italy, [https://static1.squarespace.com/static/609a53264723031eccc12e99/t/6180ffb91e351d4c7fcdd981/1635844031170/Investor+survey+on+Sub+Saharan+Africa\\_RES4Africa+PwC+%281%29.pdf](https://static1.squarespace.com/static/609a53264723031eccc12e99/t/6180ffb91e351d4c7fcdd981/1635844031170/Investor+survey+on+Sub+Saharan+Africa_RES4Africa+PwC+%281%29.pdf).
- Rivetti, D. (2021), *Debt Transparency in Developing Economies*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/743881635526394087/Debt-Transparency-in-Developing-Economies>.



- Sabha, Y., Y. Liu e D. Willem (2020), *Investment Linkages and Incentives: Promoting Technology Transfer and Productivity Spillovers from Foreign Direct Investment (FDI)*, FCI in Focus, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/354781589316916550/Investment-Linkages-and-Incentives-Promoting-Technology-Transfer-and-Productivity-Spillovers-from-Foreign-Direct-Investment-FDI>.
- Sasi, I. (20 de abril de 2022), «Afcfta operationalization: The USD 1 trillion investment framework», artigo da Fie-Consult, <https://fieconsult.com/afcfta-operationalization-the-usd-1-trillion-investment-framework/>.
- Soumaré, I. et al. (2021), «Capital market development in sub-Saharan Africa: Progress, challenges and innovation», *ODI Working Paper 2*, programa conjunto de investigação FSD África-ODI para o desenvolvimento do setor financeiro em África, Overseas Development Institute, Londres, [https://cdn.odi.org/media/documents/ODI\\_Working\\_Paper\\_2\\_Capital\\_markets\\_development\\_in\\_SSA\\_FINAL\\_clean.pdf](https://cdn.odi.org/media/documents/ODI_Working_Paper_2_Capital_markets_development_in_SSA_FINAL_clean.pdf).
- Taarifa News (2022), «KEPFIC to inject Kshs16B in infrastructure projects this year», <https://taarifa-news.co.ke/kepfic-to-inject-kshs16b-inti-infrastructure-projects-this-ye/>.
- Thorn, J. P. R. et al. (2022), «The African Development Corridors Database: A new tool to assess the impacts of infrastructure investments», *Scientific Data*, Vol. 9/679, [www.nature.com/articles/s41597-022-01771-y](http://www.nature.com/articles/s41597-022-01771-y).
- Tralac (2021), *Protocol on Investment to the Agreement Establishing the African Continental Free Trade Area*, Trade Law Centre NPC, [www.tralac.org/documents/resources/cfta/4613-protocol-on-investment-to-the-agreement-establishing-the-afcfta-zero-draft-november-2021/file.html](http://www.tralac.org/documents/resources/cfta/4613-protocol-on-investment-to-the-agreement-establishing-the-afcfta-zero-draft-november-2021/file.html).
- UA (2022a), «Ministers of Finance conclude discussions on access to finances; debt restructuring and Africa's credit rating», Comunicado de imprensa, União Africana, <https://au.int/en/pressreleases/20220726/ministers-finance-conclude-discussions-access-finances-debt-restructuring-and>.
- UA (2022b), «Africa speaks with unified voice as AU Executive Council adopts African Common Position on Energy Access and Just Energy Transition», Comunicado de imprensa, União Africana, <https://au.int/en/pressreleases/20220722/africa-speaks-unified-voice-au-executive-council-adopts-african-common#:~:text=The%20African%20Common%20Position%20encourages,the%20ambitions%20of%20Agenda%202063>.
- UA (2021), «Ethiopian Airlines A-e Trade Group, sign MoU to establish East African smart logistics and fulfilment hub at ADD to support AfCFTA», Comunicado de imprensa, União Africana, <https://au.int/en/pressreleases/20210803/ethiopian-airlines-e-trade-group-sign-mou-establish-east-african-smart>.
- UA (2020), *The Integrated Corridor Approach - «A Holistic Infrastructure Planning Framework to establish PIDA-PAP 2»*, Nota Estratégica, União Africana, <https://pp2.au-pida.org/wp-content/uploads/2020/04/English-Strategic-Note-Integrated-Corridor-Approach-and-Selection-Criteria-AUC.pdf>.
- UA (2017), «Infrastructure corridors are key to Africa's intra-regional trade, job creation: Stakeholders agree at PIDA Session», Comunicado de imprensa, União Africana, <https://au.int/en/pressreleases/20171127/infrastructure-corridors-are-key-africa%E2%80%99s-intra-regional-trade-job-creation>.
- UNECA (2022a), *Assessing the Effectiveness of National Development Banks in Africa*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, <https://repository.uneca.org/bitstream/handle/10855/49159/b12021684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- UNECA (2022b), *The African Continental Free Trade Area and Demand for Transport Infrastructure and Services*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, <https://hdl.handle.net/10855/47596>.
- UNECA (2020), «Tapping into the potential of African markets», em *Economic Report on Africa 2020: Innovative Finance for Private Setor Development in Africa*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, [https://uneca.org/sites/default/files/chapterimages/CHAPTER%204\\_TAPPING%20INTO%20THE%20POTENTIAL%20OF%20AFRICAN%20MARKETS\\_ERA2020.pdf](https://uneca.org/sites/default/files/chapterimages/CHAPTER%204_TAPPING%20INTO%20THE%20POTENTIAL%20OF%20AFRICAN%20MARKETS_ERA2020.pdf).
- UNECA (2016), «The policy framework for greening industrialization in Africa», em *Economic Report on Africa 2016*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, [www.uneca.org/sites/default/files/chapterimages/era2016\\_chap4\\_en\\_rev6may.pdf](http://www.uneca.org/sites/default/files/chapterimages/era2016_chap4_en_rev6may.pdf).
- UNECA/BAD/UA/PNUD (2022), *2020 Africa Sustainable Development Report*, União Africana, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Banco Africano de Desenvolvimento e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, [www.afdb.org/en/documents/2020-africa-sustainable-development-report](http://www.afdb.org/en/documents/2020-africa-sustainable-development-report).
- UNECA/UA/BAD/CNUCED (2019), *Assessing Regional Integration in Africa (ARIA IX): Next Steps for the African Continental Free Trade Area*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, União

- Africana, Banco Africano de Desenvolvimento e Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Adis Abeba, [https://archive.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/aria9\\_report\\_en\\_4sept\\_fin.pdf](https://archive.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/aria9_report_en_4sept_fin.pdf).
- Wambui, R. (2022), «Scaling up sustainable finance and investment in the Global South: A case study of sub-Saharan Africa», em *Scaling Up Sustainable Finance and Investment in the Global South*, CEPR Press, Londres, [https://cepr.org/system/files/publication-files/175477-scaling\\_up\\_sustainable\\_finance\\_and\\_investment\\_in\\_the\\_global\\_south.pdf](https://cepr.org/system/files/publication-files/175477-scaling_up_sustainable_finance_and_investment_in_the_global_south.pdf).
- Were, A. (2022a), «How can Africa benefit from the private sector's growing interest in climate finance?», artigo da OECD Development Matters, 17 de março, <https://oecd-development-matters.org/2022/03/17/how-can-africa-benefit-from-the-private-sectors-growing-interest-in-climate-finance/>.
- Were, A. (2022b), «The impacts of climate change continue to compromise the livelihoods of hundreds of millions of Africans», FSD Kenya Blog, 21 de outubro, [www.fsdkenya.org/blogs-publications/blog/how-to-develop-a-green-project-pipeline-in-africa/](http://www.fsdkenya.org/blogs-publications/blog/how-to-develop-a-green-project-pipeline-in-africa/).
- Werners, S. e O. H. Okunola (2023), «COP27 in review: Climate talks delivered big gains for Africa, but also several challenges», The Conversation, 4 de janeiro, <https://theconversation.com/cop27-in-review-climate-talks-delivered-big-gains-for-africa-but-also-several-challenges-196582>.
- Xu, J. et al. (2021), «What are public development banks and development financing institutions?—Qualification criteria, stylized facts and development trends», *China Economic Quarterly International*, Vol. 1/4, <https://doi.org/10.1016/j.ceqi.2021.10.001>.
- Yu, S. et al. (2021), «The potential role of Article 6 compatible carbon markets in reaching net-zero», *IETA Working Paper*, University of Maryland e International Emissions Trading Association, [www.ieta.org/resources/Resources/Net-Zero/Final\\_Net-zero\\_A6\\_working\\_paper.pdf](http://www.ieta.org/resources/Resources/Net-Zero/Final_Net-zero_A6_working_paper.pdf).



## Capítulo 3

# **Investir nas energias renováveis para o desenvolvimento sustentável da África Austral**

O presente capítulo analisa a mobilização de investimentos sustentáveis com enfoque no setor das energias renováveis na África Austral (Angola, Botsuana, Essuatíni, Lesoto, Maláui, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué). A primeira secção demonstra que as múltiplas crises mundiais exacerbaram as necessidades de investimento sustentável, ao passo que as fontes de financiamento da região representam um potencial inexplorado para estimular o crescimento sustentável. A segunda secção analisa a forma como os investimentos no setor das energias renováveis da região podem contribuir para o desenvolvimento social, económico e ambiental. Identifica ainda as principais condicionantes que dificultam os investimentos necessários para alcançar a segurança energética e uma transição energética justa. A terceira secção avança sugestões de prioridades políticas para mobilizar investimentos no setor das energias renováveis da África Austral.

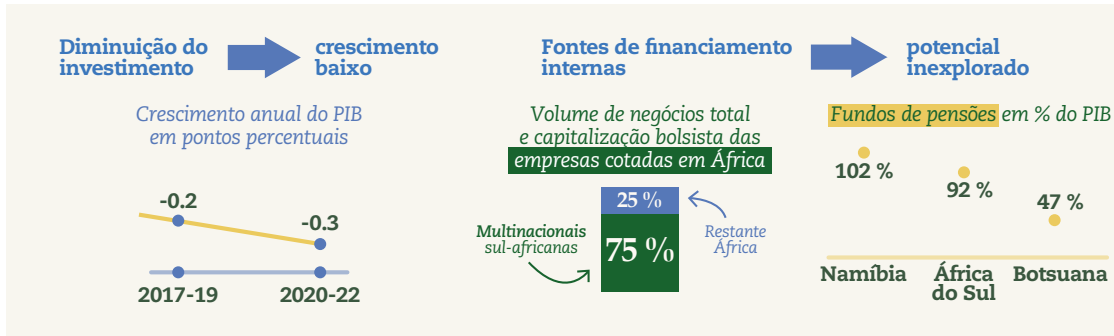
# EM SÍNTESE

O ritmo lento dos investimentos públicos e privados contribuiu para o fraco crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na África Austral, enquanto as crises globais exacerbaram as necessidades de investimento da região. As fontes de financiamento internas da África Austral representam um potencial inexplorado para mobilizar o investimento sustentável. O mercado regional de fundos de pensões é o maior do continente e as multinacionais sul-africanas representam 75 % do volume de negócios e da capitalização bolsista das empresas cotadas em África. Apesar dos recursos disponíveis, o investimento não está a ser realizado na escala necessária, nem em setores indispensáveis para o desenvolvimento sustentável.

A energia é um bom exemplo. Os investimentos em energias renováveis podem contribuir para melhorar a segurança energética, superar a pobreza energética e gerar ganhos de desenvolvimento sustentável na África Austral. As energias renováveis podem reduzir significativamente as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e gerar retornos sociais e económicos positivos sobre os investimentos. Por exemplo, a energia solar cria duas vezes mais empregos em operações e manutenção do que os combustíveis fósseis. Apesar dos recentes choques globais, o setor das energias renováveis cresceu, mas os investimentos necessários para alcançar um acesso universal às energias limpas continuam a ser elevados. Somente a transição energética da África do Sul exigirá cerca de 250 mil milhões USD nas próximas três décadas. Em 2016-20, 79 % da população da África Austral em zonas urbanas tinha acesso à eletricidade, em comparação com apenas 26 % nas zonas rurais. Melhorar o acesso à energia a preços acessíveis e acelerar a transição energética justa da região exigirá a mobilização de financiamento público e privado para projetos de energias renováveis.

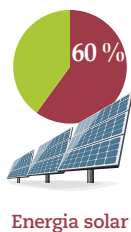
Este capítulo identifica três prioridades para os decisores políticos na África Austral para mobilizar investimentos em energias renováveis: reforçar a cooperação regional para harmonizar os quadros regulamentares e aumentar os investimentos em infraestruturas de energias renováveis; reduzir os riscos dos investimentos do setor privado em projetos de energias renováveis, nomeadamente através de parcerias público-privadas e do financiamento do desenvolvimento; e adotar políticas e soluções de financiamento específicas para aumentar o acesso às energias limpas nas zonas rurais.

## África Austral



### A energia renovável tem potencial para o desenvolvimento sustentável

A participação da África Austral na capacidade elétrica instalada do continente



A energia solar cria **duas vezes mais postos de trabalho** em operações e manutenção do que os combustíveis fósseis



### Mais investimentos podem alcançar a segurança energética e o acesso universal à energia limpa



Acesso à eletricidade (% da população), 2016-20

**79 %**



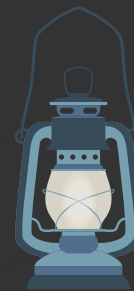
**Urbana**

**26 %**



**Rural**

Estima-se que os cortes de eletricidade no sistema de energia baseado no carvão da África do Sul reduzam o crescimento em **2 pontos percentuais** em 2023



O que se segue?



Harmonizar os quadros regulamentares e aumentar as iniciativas regionais em infraestruturas de energia renovável



Melhorar as alianças público-privadas e o financiamento do desenvolvimento com base nas prioridades energéticas nacionais

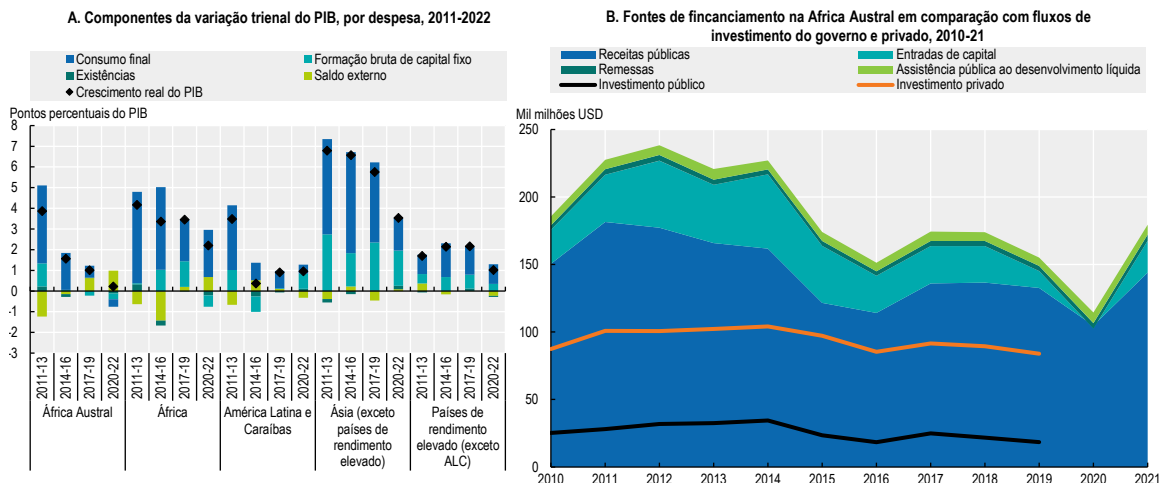


Adotar soluções políticas direcionadas para incrementar projetos de energia renovável fora da rede nas áreas rurais



## Perfil regional da África Austral

Gráfico 3.1. Componentes do crescimento económico e fontes de financiamento na África Austral

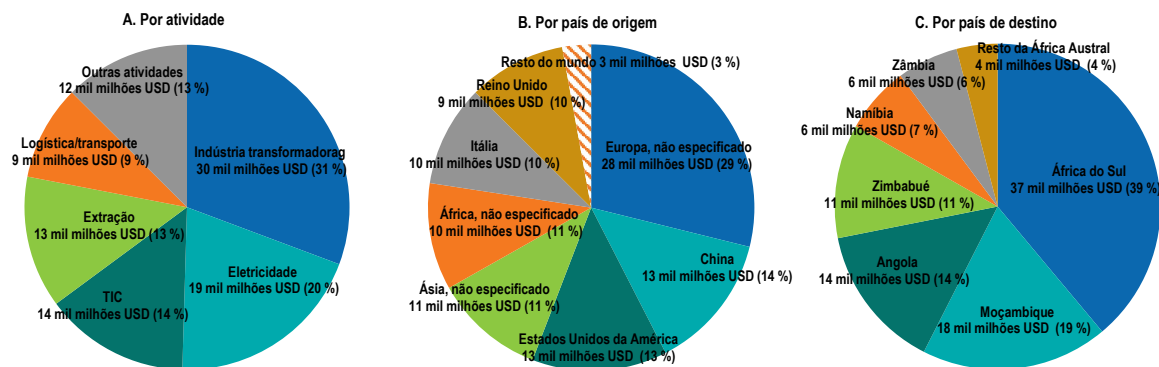


Nota: As componentes do crescimento do PIB são calculadas numa base anual, utilizando o crescimento real anual do PIB para estimar o aumento real em USD. Os valores agregados são calculados considerando a média dos valores nacionais ponderados pelo PIB em USD de paridade de poder de compra. As componentes do crescimento do PIB ao longo de períodos de três anos foram calculadas considerando a diferença entre a média geométrica do crescimento anual do PIB real ao longo do período e o crescimento real do PIB ao definir cada componente como zero para anos individuais. O saldo externo é a diferença entre as importações e as exportações. As importações contribuem negativamente para o PIB. «Países de rendimento elevado» refere-se a países classificados como de «rendimento elevado» de acordo com o *Country and Lending Groups* do Banco Mundial, com exceção da América Latina e das Caraíbas. As receitas públicas incluem todas as receitas públicas fiscais e não fiscais menos o serviço da dívida e os subsídios recebidos. As entradas de capital incluem o investimento direto estrangeiro (IDE), o investimento de carteira e outras entradas de investimento reportadas pelo Fundo Monetário Internacional no âmbito da contabilização de ativos/passivos. Os valores relativos às entradas de capital devem ser interpretados com alguma cautela, uma vez que faltam alguns valores para 2021 e para as entradas de carteira.

Fontes: Cálculos dos autores com base em FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October); OCDE (2022a), *OECD Development Assistance Committee* (base de dados), <https://stats1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A>; Banco Mundial (2022a), *World Development Indicators (database)*, <https://data.worldbank.org/products/wdi>; FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52>; FMI (2022c), *Investment and Capital Stock Dataset (ICSD)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4>; e Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances (database)*, [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances).

StatLink <https://stat.link/Ofkbbi>

Gráfico 3.2. Fluxos de investimento direto estrangeiro *greenfield* (em novas instalações) para a África Austral, por atividade, fonte e destino, 2017-22



Nota: A base de dados da *fDi Markets* é usada apenas para análise comparativa. Os montantes de investimento real não devem ser deduzidos, uma vez que os dados da *fDi Markets* se baseiam em anúncios iniciais de projetos de investimento, incluindo uma parte dos projetos que não se concretizam efetivamente. TIC = Tecnologias da Informação e Comunicação.

Fonte: Cálculos dos autores com base em *fDi Intelligence* (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/029wqf>

## A África Austral necessita mobilizar mais e melhores investimentos para o desenvolvimento sustentável

### As atuais crises globais agravam as necessidades de investimento da África Austral

Nos últimos anos, a diminuição dos investimentos contribuiu para o fraco crescimento do PIB na África Austral. De 2020 a 2022, a África Austral registou a taxa de crescimento anual média do PIB<sup>1</sup> mais baixa entre as regiões africanas (0.3 %, em comparação com 2.3 % para África no seu conjunto). Maioritariamente impulsionado pela África do Sul, que representou 68 % do PIB da região em 2021, o crescimento anual do PIB regional estagnou cerca de 1 % no período de 2017-19 e desceu para -5.7 % em 2020, durante a pandemia de COVID-19. A diminuição do investimento foi uma das causas do baixo crescimento do PIB da África Austral, representando -0.2 e -0.3 pontos percentuais anuais de crescimento do PIB em 2017-19 e 2020-22, respetivamente (Gráfico 3.1, Painel A). Durante a pandemia – entre 2019 e 2020 – a formação bruta de capital fixo na região caiu 23 %, atingindo o seu nível mais baixo desde 2006, devido sobretudo a menores investimentos na África do Sul (64 %), na Zâmbia (14 %) e em Angola (13 %). O crescimento real do PIB regional previsto para 2023 é de 1.4 % em 2023 e de 2.4 % em 2024 (FMI, 2023a).

A pandemia de COVID-19 reduziu mais os fluxos de investimento e aumentou o risco de dívida soberana. Os investimentos públicos e privados já registavam uma tendência descendente antes da pandemia de COVID-19 (Gráfico 3.1, Painel B). Em 2020-21, a África do Sul, o maior beneficiário de investimento direto estrangeiro (IDE) da região (tendo recebido 48 % do IDE total para a região em 2015-19),<sup>2</sup> registou avultadas saídas de capital. Devido à crescente aversão global ao risco (ver Capítulo 1), as vendas líquidas de obrigações soberanas denominadas em moeda local por não residentes conduziram à redução dos fluxos de investimento de carteira; o IDE diminuiu 39 % em 2020, mas subiu para um máximo histórico em 2021, refletindo a evolução do crescimento interno (Goel e Miyajima, 2021; CNUCED, 2022a, 2021). Além disso, a região atraiu uma maior ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e fluxos de remessas durante a pandemia: em 2020, a APD aumentou 27 % numa base anual, principalmente devido a fluxos mais elevados para o Maláui, Moçambique e África do Sul, enquanto as remessas mais elevadas beneficiaram sobretudo o Zimbabué. As receitas públicas recuperaram em 2021 e atingiram, em média, 25 % do PIB em 2020-21, em consonância com o período pré-pandémico. No entanto, o aumento das despesas públicas para fazer face aos efeitos da pandemia contribuiu para um aumento de 13 pontos percentuais no rácio médio dívida/PIB da região entre 2019 e 2020. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, em fevereiro de 2023, quatro dos oito países africanos em situação de endividamento encontravam-se na África Austral (ou seja, Maláui, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué) (FMI, 2023b).

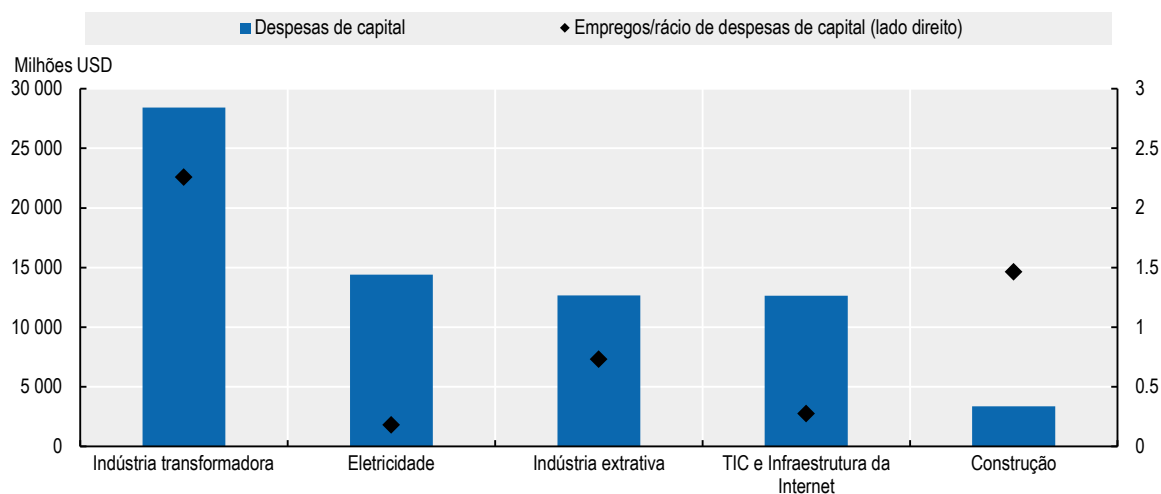
As ramificações dos conflitos internacionais exacerbaram a vulnerabilidade de alguns países a choques externos. Os conflitos internacionais contribuíram para o aumento dos preços mundiais dos alimentos e da energia, o que, por sua vez, criou uma profunda incerteza económica em toda a região: as importações líquidas de alimentos e combustíveis representam mais de 5 % do PIB no Botsuana, Lesoto e Zimbabué (AIE, 2022a), enquanto o Maláui, Moçambique, Namíbia e África do Sul importam mais de 30 % de trigo diretamente da Rússia e da Ucrânia (CNUCED, 2022b). Mesmo em Angola, o maior exportador de petróleo da região, o aumento das receitas públicas devido ao aumento dos preços do petróleo a nível mundial foi parcialmente compensado pela dependência do país da importação de petróleo refinado e pelos elevados custos dos subsídios aos combustíveis (Kozul-Wright, 2023; Ver Angola, 2023).

Para melhorar a resiliência, são necessários investimentos na adaptação às alterações climáticas e na minimização dos seus impactos, bem como no acesso às energias limpas. Maláui, Moçambique e Zimbabué figuram entre os cinco países do mundo mais afetados por fenómenos meteorológicos extremos em 2019 (Eckstein, Künzel e Schäfer, 2021). A economia da África do Sul, dependente do carvão, é o principal emissor de CO<sub>2</sub> no continente: em 2020, o país representava 4.8 % da população africana, 11 % do PIB africano e 32.7 % das emissões continentais de CO<sub>2</sub> (AIE, 2022a). As estimativas avançam que os custos económicos associados às frequentes interrupções de energia elétrica reduziram o PIB da África do Sul em 1 % a 1.3 % por ano, desde 2007 (Gbadamosi, 2023).

### As fontes de financiamento externas e internas podem ser melhor direcionadas para apoiar o desenvolvimento sustentável

O setor das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) da África do Sul é altamente atrativo para os investidores estrangeiros, sendo, contudo, necessários investimentos mais produtivos em toda a região para impulsionar o crescimento sustentável. Em 2017-21, Angola, Moçambique e a África do Sul atraíram mais de 70 % das despesas de capital de IDE *greenfield* da região (Gráfico 3.2, Painel C). As TIC receberam a maior percentagem de IDE para a África do Sul, enquanto a maior parte dos fluxos de IDE em Angola e Moçambique foram para as indústrias transformadora e extrativa assim como a energia. Em média, o investimento estrangeiro na indústria transformadora revelou o maior potencial de criação de emprego na região, com mais de dois empregos criados por cada milhão USD investidos (Gráfico 3.3). No entanto, essa proporção é cerca de três vezes menor do que na África Oriental e duas vezes menor do que no Norte de África. O setor automóvel na África do Sul apresenta um elevado potencial de criação de emprego, graças às suas importantes ligações com os países vizinhos (CUA/OCDE, 2022, Capítulo 3). Os investimentos noutros países (como Angola, Moçambique e Zimbabué) visam sobretudo o processamento de carvão, petróleo e gás e produtos químicos, resultando numa menor criação de emprego e numa maior pegada ambiental (ver também Capítulo 1).

Gráfico 3.3. Investimento direto estrangeiro *greenfield* na África Austral, despesas de capital e criação de emprego, por atividade empresarial, 2017-21



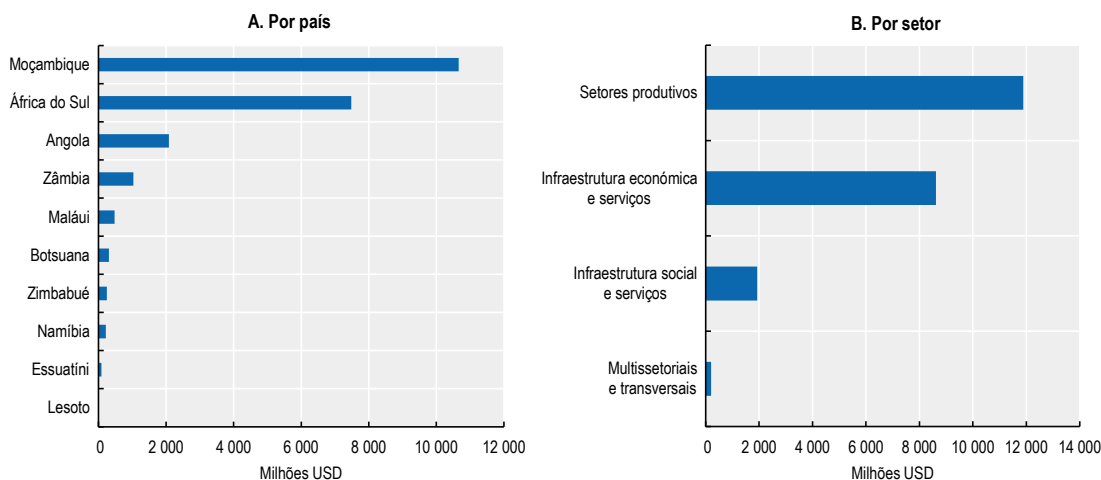
Nota: TIC = Tecnologias da Informação e Comunicação O gráfico mostra as cinco principais atividades empresariais por despesa de capital em 2017-21.

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/zneswf>

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) pode apoiar a sustentabilidade social, porém a capacidade para mobilizar financiamento privado nos países mais vulneráveis continua a ser limitada. Em 2020, durante a pandemia de COVID-19, 75 % dos fluxos de APD para a região destinaram-se a infraestruturas e serviços sociais (como a saúde e a educação) e a APD registou um aumento de 58 %, em comparação com 2019.<sup>3</sup> No entanto, entre 2012 e 2020, a APD mobilizou a maior percentagem de financiamento privado nas infraestruturas e nos setores produtivos da África Austral (Gráfico 3.4). Em 2018-20, Moçambique foi o único país menos avançado a constar na lista dos 20 principais beneficiários de financiamento privado mobilizado; em 2020. Os maiores volumes de financiamento privado do país mobilizados através da APD concentraram-se em alguns projetos de gás natural liquefeito de grande escala (Bartz-Zuccala et al., 2022). Atualmente, apenas cerca de 30 % da APD chega aos 20 países com o maior défice de acesso à eletricidade. Neste âmbito, o alinhamento da APD com a ação climática exigiria esforços acrescidos no sentido de implementar projetos de energia limpa em países de baixo rendimento (Moreira Da Silva, 2021; OCDE, 2019).

Gráfico 3.4. Financiamento privado mobilizado através da ajuda pública ao desenvolvimento na África Austral, 2012-20, em milhões USD



Fonte: Cálculos dos autores baseados em OCDE (2022b), «Mobilisation», OECD.Stat (conjunto de dados), [https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV\\_DCD\\_MOBILISATION](https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV_DCD_MOBILISATION).

StatLink <https://stat.link/oink6m>

O investimento de impacto<sup>4</sup> está fortemente concentrado na África do Sul tendo o país introduzido políticas ambientais, sociais e de governação (ESG). De acordo com os últimos dados disponíveis (GIIN, 2016), quase três quartos do capital de impacto investido na região foram desembolsados para a África do Sul (principalmente em energia e finanças), num montante de 29.1 mil milhões USD (dos quais mais de 24.2 mil milhões USD provenientes de instituições de financiamento do desenvolvimento). Este montante é aproximadamente 15 vezes superior ao montante mobilizado na Zâmbia, que ocupa o segundo lugar na região em termos de capital de impacto desembolsado. A África do Sul implementou políticas substanciais em matéria de capacitação ao longo da última década para incentivar os investidores institucionais a incorporar os fatores ESG nas suas estratégias de investimento (GIIN, 2020).

Os grandes investidores institucionais nacionais, como os fundos de pensões, oferecem um potencial inexplorado de investimento de impacto na região. O mercado regional de fundos de pensões é o maior do continente, com ativos totais em planos de poupança-reforma representando 102 % do PIB na Namíbia (2020), 92 % na África do Sul (2018) e 47 % no Botsuana (2019).<sup>5</sup> No entanto, os obstáculos regulamentares e de mercado

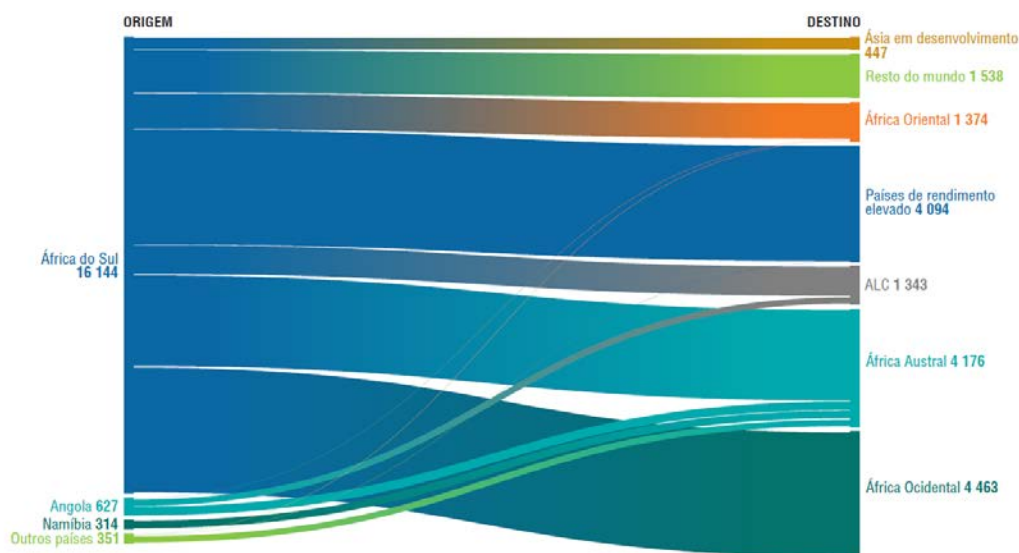
entravam os investidores institucionais, incluindo nos mercados mais desenvolvidos. Um recente inquérito a 139 fundos de pensões na África do Sul, que representam 74 % dos ativos sob gestão no país, mostra que a maioria dos fundos de pensões identifica a falta de produtos de investimento de impacto e de uma reserva de investimento de impacto como uma das principais limitações na orientação dos investimentos para ativos ecológicos e centrados no clima, seguida pela dificuldade em monitorizar e comunicar os impactos dos investimentos (IFC, 2020a).

### O investimento intrarregional é limitado, mas as multinacionais sul-africanas podem mobilizar investimentos em escala

A maior parte do IDE na região provém de países de rendimento elevado, enquanto os fluxos de IDE intrarregionais são limitados. Em 2017-21, os países de rendimento elevado representavam a maior parte dos fluxos de IDE *greenfield* para a região, tendo como alvo principal a África do Sul, Angola e Moçambique (por essa ordem). Em linha com os números continentais, apenas 11 % das despesas de capital de IDE *greenfield* para a África Austral provém de outros países africanos, o que inclui 5 % de países da região.<sup>6</sup>

Os grupos de empresas sediadas na África do Sul ativas nos setores financeiro, das TIC e do comércio a retalho têm potencial para impulsionar investimentos sustentáveis à escala regional e continental. Em termos de saídas de IDE *greenfield*, a África do Sul é o maior investidor africano, tanto no continente (9 mil milhões USD e 31 % do IDE intra-africano em 2017-21) como fora do continente (7 mil milhões USD e 58 % do IDE africano fora do continente em 2017-21), graças às atividades de internacionalização dos seus grandes grupos empresariais. Em muitos casos, as suas despesas de capital em IDE expandem-se noutros países africanos, sobretudo na África Austral e Ocidental (Gráfico 3.5). As empresas sediadas na África do Sul representam 75 % do volume de negócios e da capitalização bolsista das empresas cotadas no continente<sup>7</sup> e desenvolvem atividades principalmente nos setores financeiro, das TIC e do retalho (Gráfico 3.6).

Gráfico 3.5. Saídas de investimento direto estrangeiro *greenfield* proveniente dos países da África Austral, despesas de capital e região de destino, 2017-21, milhões USD



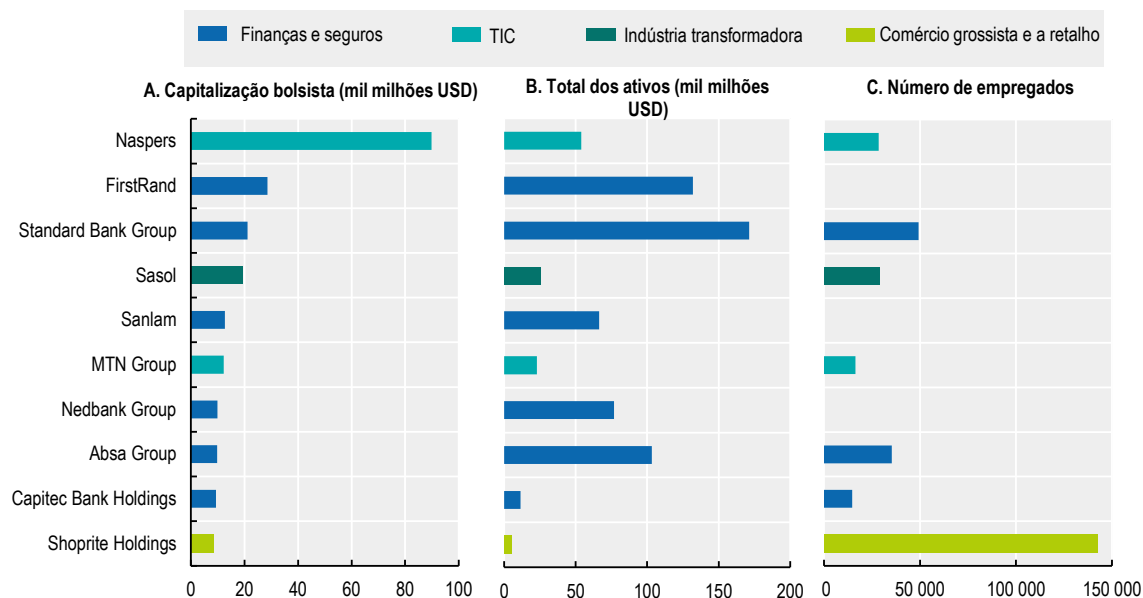
Nota: «Outros países» inclui Botsuana (282 milhões USD), Zimbabué (66 milhões USD) e Zâmbia (3,5 milhões USD), enquanto «Resto do mundo» inclui países da África Central (94 milhões USD), Norte da África (82 milhões USD) e outras regiões não especificadas no gráfico (1 362 milhões USD).

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/xo32zs>



Gráfico 3.6. As dez empresas da África Austral com maior capitalização de mercado



Nota: TIC = Tecnologias da Informação e Comunicação. As empresas aqui elencadas são as dez empresas privadas listadas publicamente com a maior capitalização de mercado relatada na base de dados Orbis que estão baseadas na região.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em Bureau van Dijk (2022), Orbis (base de dados), [www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis](https://www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis).

StatLink <https://stat.link/s6jf3l>

## Os investimentos no potencial de energias renováveis da África Austral podem gerar desenvolvimento

### Investimentos em energias renováveis podem gerar ganhos de desenvolvimento económico, social e ambiental na África Austral

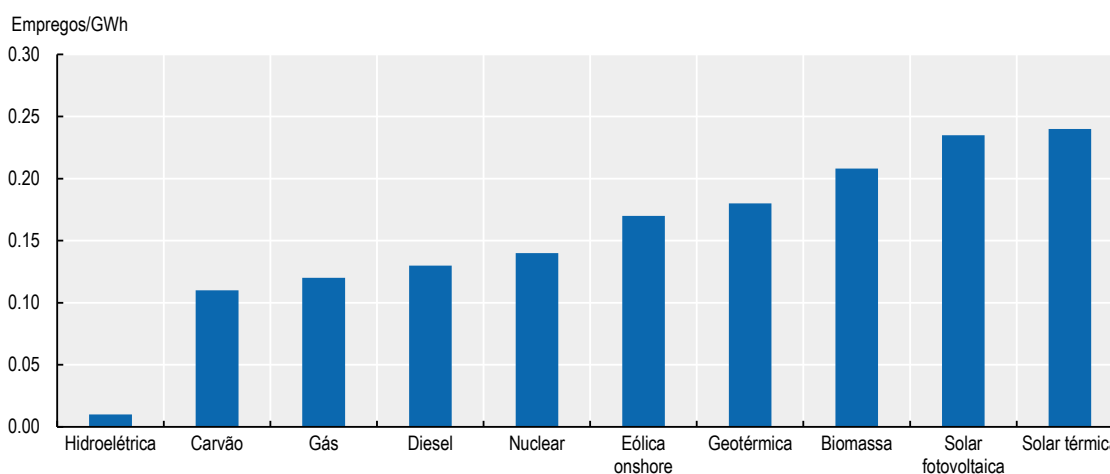
O mercado das energias renováveis da África Austral está a crescer rapidamente e tem um elevado potencial. A África Austral é responsável por cerca de 60 % da capacidade de energia solar instalada em África, 40 % da energia eólica instalada no continente e 33 % da sua capacidade de energia hidroelétrica renovável. Em 2021, a capacidade total instalada de eletricidade renovável na região atingiu 21.4 gigawatts (GW), representando um aumento de 37 % desde 2017.<sup>8</sup> A África do Sul está a liderar a transição energética da região com grandes investimentos em energia solar, eólica e hidrogénio verde, o que ajudará a reduzir a elevada dependência do país em relação ao carvão. Moçambique e a Zâmbia estão a aumentar a sua capacidade hidroelétrica. A Namíbia está a investir nas indústrias solar, eólica e de hidrogénio verde. O Botsuana e Angola estão a começar a implantação da energia solar. A Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA - International Renewable Energy Agency) estima as capacidades técnicas instaláveis na ordem dos 908 GW para a energia solar e de 53 GW para a energia eólica, assumindo um fator de utilização do solo de 1 % (IRENA/BAD, 2022).

O setor das energias renováveis pode tornar-se uma importante fonte de criação de emprego. Em 2021, o setor das energias renováveis na África Austral representava cerca de, 19 % do total de empregos em energias renováveis em África.<sup>9</sup> Na África do Sul, as tecnologias de energias renováveis proporcionam mais empregos em operações e manutenção do que os combustíveis fósseis (Gráfico 3.7). Na sequência do Programa de Aquisição de Produtores Independentes de Energia Renovável do país, os empregos no



setor das energias renováveis duplicaram, passando de 31 207 em 2016-17 para 63 291 em 2021. No entanto, 75 % destes empregos estavam no setor da construção, que normalmente proporciona emprego a curto prazo, enquanto apenas 25 % se encontravam em atividades de exploração e manutenção mais permanentes (IRENA/OIT, 2022; CUA/OCDE, 2022). Devido às suas ligações com outros setores produtivos, o investimento em energias renováveis pode criar empregos em vários setores industriais (como as indústrias do aço, fibra de vidro e equipamento elétrico) e serviços de apoio (como jurídicos, financeiros e de conceção de engenharia). Segundo um estudo recente, uma injeção de 4 mil milhões USD na produção de energias renováveis na África do Sul pode criar mais de 30 000 empregos até 2030 em toda a cadeia de valor da energia (GreenCape, 2021).

Gráfico 3.7. Empregos de operações e manutenção criados por gigawatt-hora por fonte de energia na África do Sul

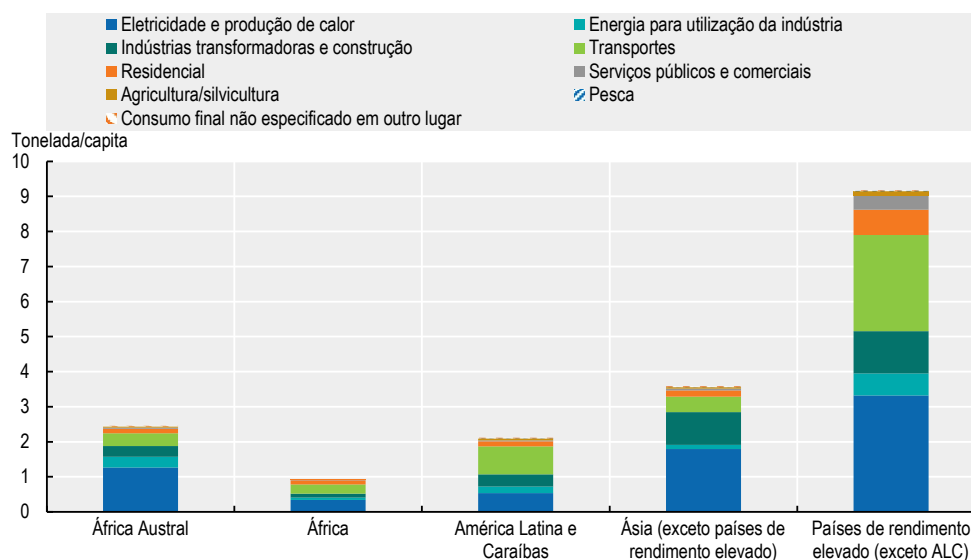


Fonte: COBENEFITS (2019), *Future Skills and Job Creation through Renewable Energy in South Africa: Assessing the Co-benefits of Decarbonizing the Power Sector*, <https://www.cobenefits.info/wp-content/uploads/2019/03/COBENEFITS-Study-South-Africa-Employment.pdf>.

StatLink <https://stat.link/qa7fkn>

O setor energético da África Austral é um dos principais contribuintes para as emissões continentais de carbono. As emissões de gases com efeito de estufa per capita na África Austral (2.5 toneladas de equivalente CO<sub>2</sub> per capita) são mais elevadas do que em toda a África (0.9) e na América Latina e Caraíbas (2.1), mas mais baixas do que nos países em desenvolvimento da Ásia (3.6) e nos países de rendimento elevado (9.2) (Gráfico 3.8). Em relação a outras regiões africanas, a África Austral tem a maior percentagem de emissões de CO<sub>2</sub> equivalente no setor da energia (58.3 %) e na eletricidade e no aquecimento (51.3 %). Outros setores dependentes da energia – como os serviços comerciais e públicos (49.0 %), a indústria transformadora e a construção (37.9 %) e a agricultura e a silvicultura (37.8 %) – também são grandes emissores a nível continental.<sup>10</sup>

Gráfico 3.8. Emissões de gases com efeito de estufa da África Austral, toneladas de equivalente CO<sub>2</sub> per capita, 2020



Nota: ALC = América Latina e Caraíbas.

Fonte: OCDE (2022c), «GHG Emissions from fuel combustion (summary)», IEA CO<sub>2</sub> Emissions from Fuel Combustion Statistics: Greenhouse Gas Emissions from Energy (base de dados), <https://doi.org/10.1787/445ec5dd-en>.

StatLink <https://stat.link/1pcdkw>

A utilização de energias renováveis na região está associada a uma redução das emissões de CO<sub>2</sub>. Os investigadores estimam que na África do Sul, um aumento de 1 % no consumo de hidroeletricidade provoca uma redução de 0.52 % nas emissões de CO<sub>2</sub> (Udeagha e Ngepah, 2021). O parque eólico de Kangnas, no Cabo do Norte (África do Sul), gera 513 gigawatts-hora por ano, o que é suficiente para satisfazer o consumo de energia de 155 000 lares sul-africanos, economizando 550 000 toneladas de emissões de carbono anualmente (GWEC, 2022).

O desenvolvimento de energias renováveis não associadas à combustão e de tecnologias de biocombustíveis sustentáveis deve acelerar a redução significativa das emissões de carbono, em particular na África do Sul. A quota média de energia não proveniente da combustão na produção de energias renováveis na África Austral (21 %) para o período 2010-2020 é apenas a segunda da África Oriental (35 %). No entanto, apesar de registar uma tendência ascendente desde 2010, a quota de energia não proveniente da combustão na produção total de energia foi de apenas 2 % em 2020. Este valor é ligeiramente superior à quota de África no seu conjunto (1.9 %), mas muito inferior à da América Latina e Caraíbas (10 %) e da Ásia em desenvolvimento (6.3 %).<sup>11</sup> Os investimentos em fontes de energia que não as de combustão devem ser acompanhados do desenvolvimento de tecnologias sustentáveis de biocombustíveis para reduzir significativamente as emissões de carbono (Stafford et al., 2019).

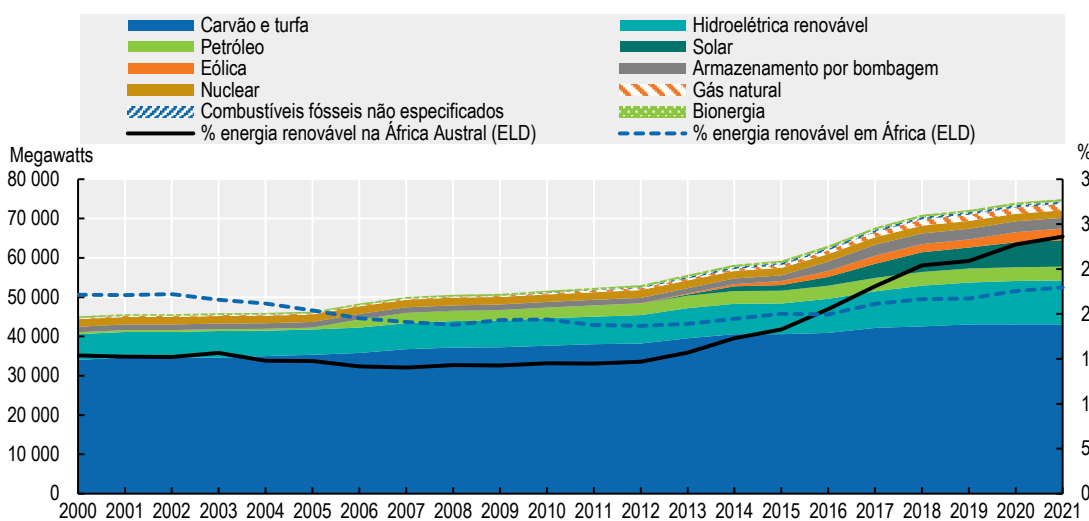
As energias renováveis podem sustentar o crescimento económico através de retornos positivos dos investimentos e da resistência aos choques económicos. Espoir, Sunge e Bannor (2023) constatam que um aumento de 1 % no consumo de energia renovável na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) leva a um impacto maior (0.55 %) no crescimento económico do que um aumento de 1 % no consumo de energia não renovável (0.47 %). De acordo com Wang et al. (2018), o efeito das energias renováveis no crescimento económico é positivo em países com riscos globais mais baixos e ambientes económicos mais estáveis. Um relatório recente revela, a este respeito, rendimentos de carteira mais elevados a longo prazo para as energias renováveis, em comparação com as

energias não renováveis nas economias emergentes e em desenvolvimento, mas existem grandes diferenciais de rendimento em relação às economias avançadas (AIE/CCFI, 2021). Os investimentos em energias renováveis foram também muito menos afetados pelos choques económicos decorrentes da COVID-19. Por exemplo, embora o total das despesas de capital de IDE *greenfield* para a África do Sul tenha diminuído 19 % entre 2018-19 e 2020-21, aumentou 72 % no setor das energias renováveis.<sup>12</sup>

### O desbloqueamento do financiamento público e privado das energias renováveis pode melhorar a segurança energética

A África do Sul está a impulsionar os investimentos em energias renováveis na região, mas o ineficiente sistema energético do país, baseado no carvão, continua a causar danos socioeconómicos aos mais vulneráveis. Entre 2012 e 2021, a quota de energias renováveis na capacidade total de eletricidade da África Austral aumentou de 14.7 % para 28.6 %, acima da média de África (23 %) (Gráfico 3.9). A África Austral foi o principal destinatário do investimento em energias renováveis em África, tendo atraído mais de 40 % (22.4 mil milhões USD) dos fluxos totais ao longo da década de 2010-20. Os projetos de energia solar representaram 60 % desse investimento (13.5 mil milhões USD), seguidos da energia eólica, que representou 35 % (7.8 mil milhões USD). A África do Sul, através do seu Programa de Aquisição de Produtores Independentes de Energia Renovável, atraiu 85 % do investimento em energias renováveis da região entre 2010 e 2020. Em 2020, com 5.9 GW, o país representava 57 % da capacidade instalada de produção de energia solar em África (IRENA/BAD, 2022). No entanto, o sistema energético desatualizado e mal gerido à base de carvão do país continua a gerar cortes prolongados de eletricidade, que se estima reduzirem o crescimento da África do Sul em 2 pontos percentuais em 2023, com graves consequências socioeconómicas para os mais vulneráveis (Bhargav, Gumbi e Winning, 2023; De Jonghe, 2022).

Gráfico 3.9. Capacidade elétrica instalada na África Austral, por fonte de energia, 2000-21



Nota: ELD = escala do lado direito.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em IRENA (2022a), IRENA/STAT (base de dados), [https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENA/STAT/IRENA/STAT\\_Power%20Capacity%20and%20Generation/RECAP\\_2022\\_cycle2.px/](https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENA/STAT/IRENA/STAT_Power%20Capacity%20and%20Generation/RECAP_2022_cycle2.px/).

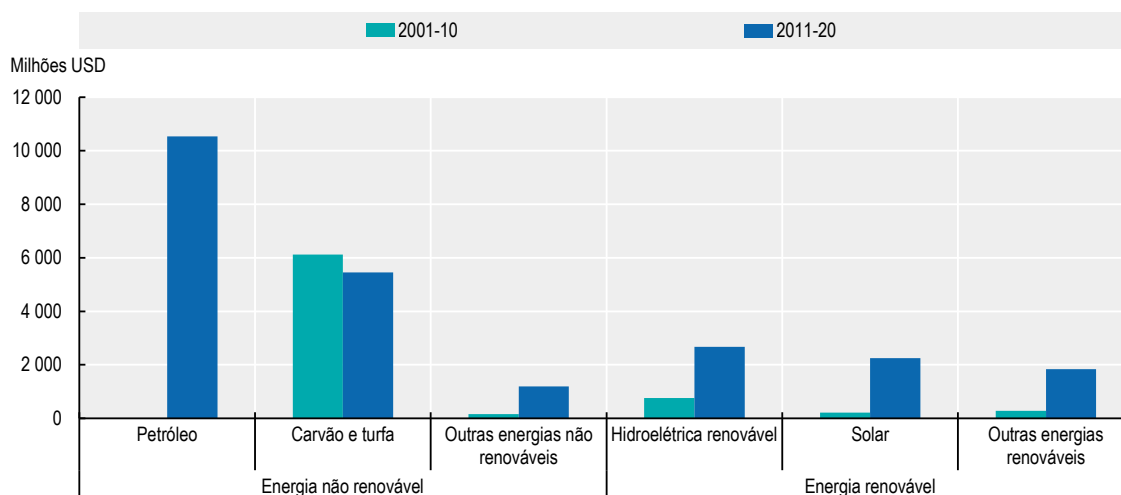
StatLink <https://stat.link/loub3s>

Os fundos públicos poderiam ser melhor direcionados para acelerar o desenvolvimento de energias limpas na África Austral. Na última década, a energia não renovável recebeu mais fundos públicos do que a energia renovável, apesar dos crescentes investimentos na produção de energia solar. Os fluxos cumulativos de investimento público na produção

total de energia ascenderam a 23.9 mil milhões USD, dos quais 44 % foram para o setor petrolífero (em Angola) e apenas 28 % para as energias renováveis em toda a região (principalmente nas energias hidroelétrica e solar) (Gráfico 3.10). Se Angola investisse no seu elevado potencial de produção de energia hidroelétrica, solar e eólica, atingiria a sua meta de eletrificação de 60 % até 2025 (Ayukegba, 2022). A Sonangol – antiga concessionária angolana de combustíveis – procura diversificar as suas fontes de energia como parte da sua nova estratégia de Transição Energética, fazendo a transição de uma empresa de petróleo e gás para uma empresa de energia limpa (ITA, 2022).

A diminuição dos custos das tecnologias de energias renováveis representa uma oportunidade para reduzir a dependência da região em relação à energia hidroelétrica e aumentar a resiliência aos choques externos. A baixa diversificação dos investimentos públicos em energias renováveis contribuiu para um reduzido cabaz de tecnologias energéticas na região (Gráfico 3.10). A energia hidroelétrica é utilizada em África há muitas décadas devido à presença dos grandes rios do continente; o rio Zambeze, por exemplo, fornece energia hidroelétrica a Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué. Em 2021, a energia hidroelétrica representava 15 % da capacidade total de eletricidade da África Austral e 52 % da sua capacidade de eletricidade renovável. No Maláui, em Moçambique e na Zâmbia, a quota-parte da energia hidroelétrica na produção de eletricidade excede 80 % (IRENA/AfDB, 2022). A energia hidroelétrica é cada vez mais vulnerável aos choques climáticos, o que exige análises de custo-benefício abrangentes de instalações novas e existentes (AIE, 2020). Ao mesmo tempo, a diminuição dos custos de instalação de tecnologias de energia alternativa, como a eólica e a solar, pode constituir uma oportunidade para investir na diversificação do atual cabaz de energias renováveis (Gráfico 3.11). Por exemplo, de acordo com a Agência Internacional de Energia, «com novas reduções de custos, África tem o potencial de produzir 5 000 megatoneladas de hidrogénio por ano a menos de 2 USD por quilograma – o equivalente ao atual aprovisionamento energético total global» (AIE, 2022a). O governo da Namíbia lançou recentemente uma nova estratégia destinada a fornecer até 12 toneladas de hidrogénio verde anualmente até 2050 e a tornar o país o primeiro fornecedor de hidrogénio verde no continente. A iniciativa exigirá investimentos de até 190 mil milhões USD e deverá criar 600 000 empregos até 2040 (Rust e Ossenbrink, 2022).

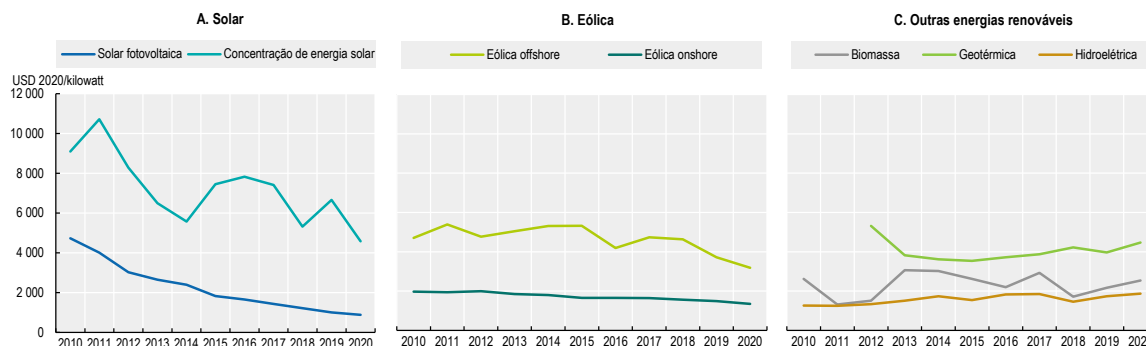
Gráfico 3.10. Fluxos cumulativos de investimento público em energias renováveis e não renováveis na África Austral, 2001-20, milhões USD



Fonte: Cálculos dos autores baseados em IRENA (2022a), IRENASTAT (base de dados), [https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT/IRENASTAT\\_Power%20Capacity%20and%20Generation/RECAP\\_2022\\_cycle2.px/](https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT/IRENASTAT_Power%20Capacity%20and%20Generation/RECAP_2022_cycle2.px/)

StatLink <https://stat.link/3b8ric>

Gráfico 3.11. Média ponderada global dos custos totais instalados por fonte de energia, 2010-20



Fonte: IRENA (2021), *Renewable Power Generation Costs in 2020*, [www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2021/Jun/IRENA\\_Power\\_Generation\\_Costs\\_2020.pdf?rev=c9e8dfcd1b2048e2b4d30fef671a5b84](https://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2021/Jun/IRENA_Power_Generation_Costs_2020.pdf?rev=c9e8dfcd1b2048e2b4d30fef671a5b84).

StatLink <https://stat.link/kfc7jy>

Os elevados riscos e a ineficiência dos serviços públicos desencorajam o investimento privado em muitos países da região. O investimento público de empresas estatais desempenha um papel no investimento do setor energético mais importante em África face a outras regiões do mundo, uma vez que a maioria dos seus projetos não consegue atrair capital privado devido a riscos políticos, jurídicos e económicos (AIE, 2022a; IRENA/BAD, 2022; ver também Capítulos 1 e 5). As perdas de exploração estimadas entre todos os serviços públicos africanos ultrapassaram os 150 mil milhões USD em 2020. Atrair investimento privado requer o reforço da capacidade das autoridades locais responsáveis pela energia através de uma melhor governação, de regulamentos transparentes e de incentivos eficazes (AIE, 2022a).

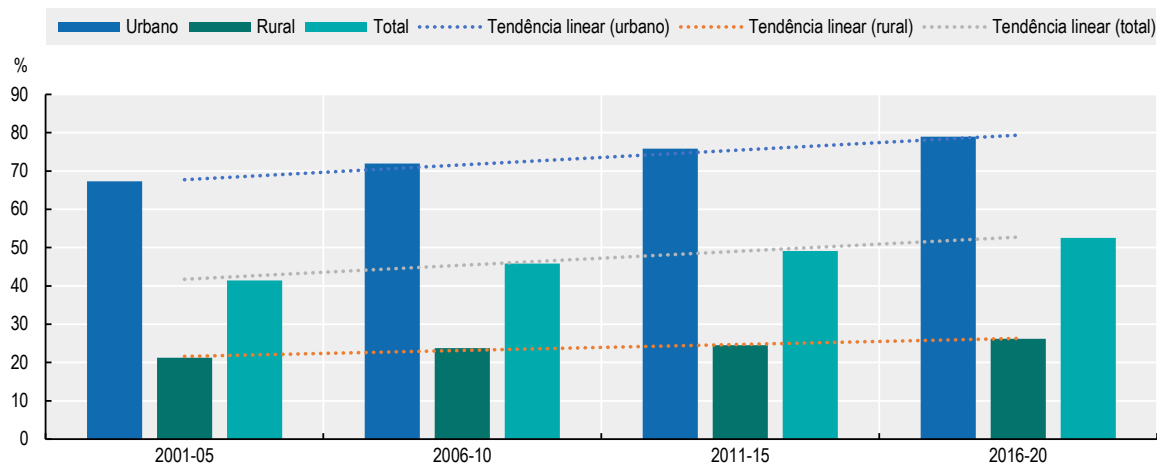
A falta de instrumentos do mercado de capitais e a rigidez da regulamentação inibem os investimentos de grandes investidores institucionais sediados na região. Um estudo recente revela que os investidores institucionais com sede em África representam 3,6 % dos investidores institucionais globais com investimentos diretos em projetos de energias renováveis, em comparação com perto de 0 % dos investidores com investimentos indiretos em fundos de energias renováveis. Os instrumentos do mercado de capitais necessários para investimentos indiretos em carteiras (como fundos de energias renováveis ou obrigações verdes) estão menos disponíveis nos mercados africanos (IRENA, 2020). Além disso, os regimes regulamentares rígidos são frequentemente identificados como obstáculos importantes ao investimento dos fundos de pensões em infraestruturas. O Botsuana, a Namíbia e a África do Sul são os maiores mercados africanos de fundos de pensões em percentagem do PIB (ver *supra* e Capítulo 1). O sistema de pensões da África do Sul está mais avançado em termos de financiamento de infraestruturas, enquanto o Botsuana e a Namíbia investem menos em infraestruturas, em parte devido a regulamentação mais restritiva (Sy, 2017).

**Aumentar os investimentos em soluções de energia renovável fora da rede podem ajudar a reduzir o fosso entre as zonas rurais e as zonas urbanas, em termos de acesso à energia**

As soluções de energia renovável fora da rede podem aumentar o acesso à eletricidade nas zonas rurais e criar oportunidades para o empreendedorismo em pequena escala. Em média, 53 % da população da África Austral teve acesso à eletricidade no período 2016-20, em comparação com apenas 41 % em 2001-05, mas persistem grandes diferenças entre as zonas urbanas (79 %) e rurais (26 %) (Gráfico 3.12). Investimentos significativos em soluções de energia renovável fora da rede, portáteis e de pequena escala, podem ajudar

a aumentar o acesso às energias limpas nas zonas rurais, criando simultaneamente oportunidades para pequenos investidores e empresários. Por exemplo, as soluções não ligadas à rede podem permitir uma transição da queima de madeira e do carvão para fontes de energia mais limpas para a confeção de alimentos (CCA, 2021), com grandes benefícios em termos de redução da poluição atmosférica, menos mortes prematuras e oportunidades para os pequenos empresários (Caixa 3.1).

Gráfico 3.12. Acesso à eletricidade na África Austral, proporção média de cinco anos de população por localização



Fonte: Compilação dos autores com base em Banco Mundial (2022a), *World Development Indicators* (base de dados), <https://data.worldbank.org/products/wdi>.

StatLink <https://stat.link/62tusu>

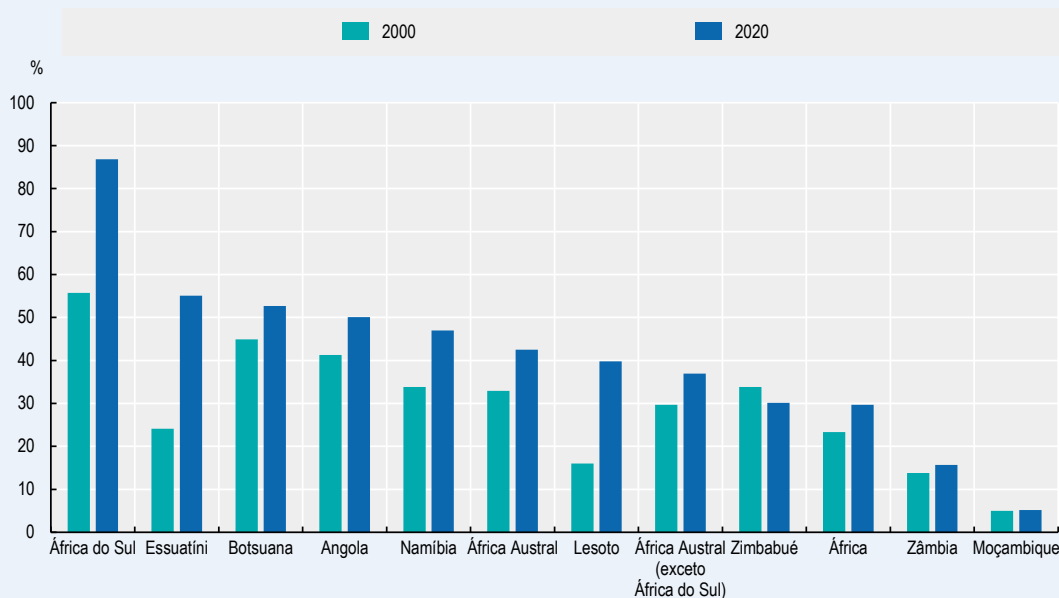
### Caixa 3.1. Acesso a soluções para cozinhar «mais limpo» na África Austral

A «cozinha mais limpa» – a utilização de fogões modernos e combustíveis limpos para cozinhar – é uma solução transversal para alcançar vários objetivos de sustentabilidade, como a saúde e a proteção do clima, energia acessível e empoderamento das mulheres (CCA, n.d.). Nos países da África Austral, excluindo a África do Sul, o custo previsual per capita das mortes prematuras por poluição atmosférica doméstica em 2019 foi aproximadamente 2.5 vezes superior ao da África do Sul e 1.5 vezes superior à média africana.<sup>13</sup> Oitenta e sete por cento da população sul-africana teve acesso a cozinha limpa em 2020, em comparação com uma média de 37 % noutros países da África Austral e 30 % em toda a África. Desde 2000, a percentagem aumentou 31 pontos percentuais na África do Sul, em comparação com um aumento médio de apenas 7 pontos percentuais noutros países da África Austral durante o mesmo período (Gráfico 3.13).



### Caixa 3.1. Acesso a soluções para cozinhar «mais limpo» na África Austral (continuação)

Gráfico 3.13. Percentagem da população com acesso a «cozinha mais limpa» na África Austral, 2000 e 2020



Nota: No Maláui e em Moçambique, a percentagem reportada é inferior a 5 %.

Fonte: AIE (2021a), *World Energy Outlook-2021*, [www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2021](http://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2021) baseado em OMS (2021), *Household Energy Database*, [www.who.int/data/gho/data/themes/air-pollution/who-household-energy-db](http://www.who.int/data/gho/data/themes/air-pollution/who-household-energy-db) e AIE (2021b), *World Energy Balances 2021* (base de dados), [www.iea.org/data-and-statistics/data-product/world-energy-balances](http://www.iea.org/data-and-statistics/data-product/world-energy-balances).

StatLink <https://stat.link/bck2ra>

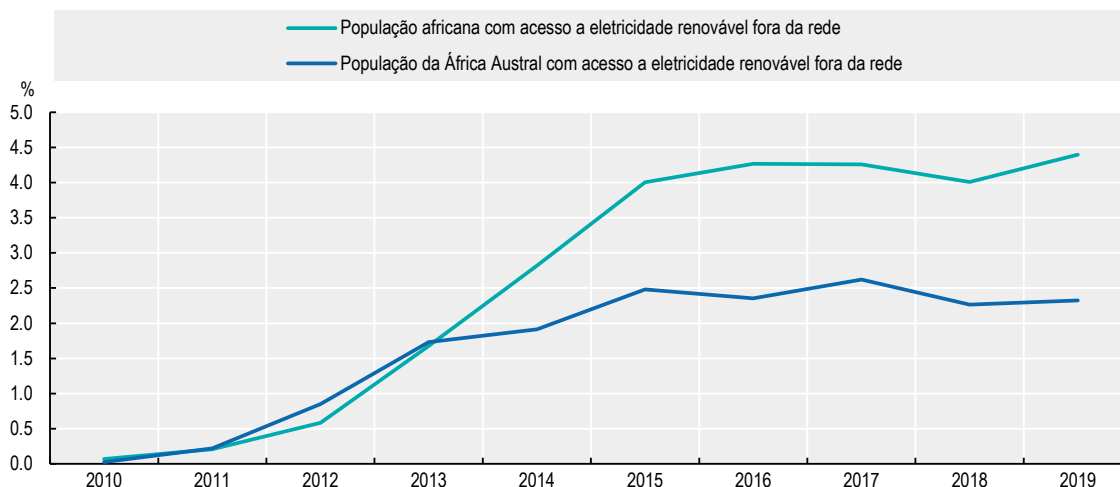
O investimento em soluções de para cozinhar «mais limpo» pode contribuir para a sustentabilidade social e ambiental, criando simultaneamente oportunidades para os pequenos empresários. Moçambique e a Zâmbia apresentam exemplos:

- **Moçambique.** Em 2012, a CleanStar Moçambique (CSM), uma pequena e média empresa, projetou um fogão a etanol rentável para reduzir a poluição do ar interior e o desmatamento devido ao uso de madeira e carvão para cozinhar. O projeto CSM envolve uma cadeia de valor que começa com um regime de agricultura sob contrato que gera dinheiro para os pequenos agricultores que fornecem matérias-primas à fábrica CSM. O combustível à base de etanol e os fogões de cozinha são então produzidos e distribuídos. O objetivo da CSM de fornecer anualmente 25 000 fogões deverá evitar a desflorestação de 14 000 hectares de floresta e poupar 169 000 toneladas de carbono (CCA, 2022).
- **Zâmbia.** Em 2019, a Emerging Cooking Solutions Zambia, uma empresa social, recebeu 1 milhão EUR de financiamento da Energy and Environment Partnership Africa para aumentar a utilização do seu fogão de cozinha limpo *pay-as-you-go* na Zâmbia. Cada fogão economiza 4 toneladas de CO<sub>2</sub> e 50 euros por ano, melhorando simultaneamente a saúde da família. O projeto visa substituir o carvão vegetal por *pellets* de biomassa produzidos de forma sustentável para 20 000 agregados familiares e deverá criar 100 empregos diretos (EEP Africa, 2021).

Face à diminuição dos investimentos em capacidade de produção de eletricidade renovável fora da rede, o acesso à eletricidade fora da rede na África Austral tem crescido lentamente, em comparação com o resto de África (Gráfico 3.14). Em 2010-20,

a África Austral atrai apenas 3 % (52 milhões USD) do investimento total em energias renováveis não ligadas à rede em África. Moçambique e Zâmbia receberam 65 % de todas as autorizações para a região (IRENA/BAD, 2022). Na África do Sul, os custos proibitivos de energia e instalação e a falta de soluções específicas de contratação (por exemplo, acordos de compra de energia verde) para fornecedores de energia estão a abrandar a adoção de sistemas fora da rede (Engineering News, 2022).

Gráfico 3.14. Percentagem da população com acesso à eletricidade renovável não ligada à rede em África e na África Austral, 2010-19



Nota: A eletricidade renovável fora da rede inclui a eletricidade através de minirredes, sistemas de energia solar doméstica, luzes solares, energia hidroelétrica e biogás (IRENA, 2022a).

Fonte: Cálculos dos autores baseados em IRENA (2022a), IRENASTAT (base de dados), [https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT/IRENASTAT\\_Power%20Capacity%20and%20Generation/RECAP\\_2022\\_cycle2.px/e](https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT/IRENASTAT_Power%20Capacity%20and%20Generation/RECAP_2022_cycle2.px/e) UN DESA (2022), «World Population Prospects: The 2022 Revision», Nações Unidas (base de dados), <https://population.un.org/dataportal/data/indicators/67/locations/903/start/2000/end/2030/table/pivotbylocation>.

StatLink <https://stat.link/71cxl6>

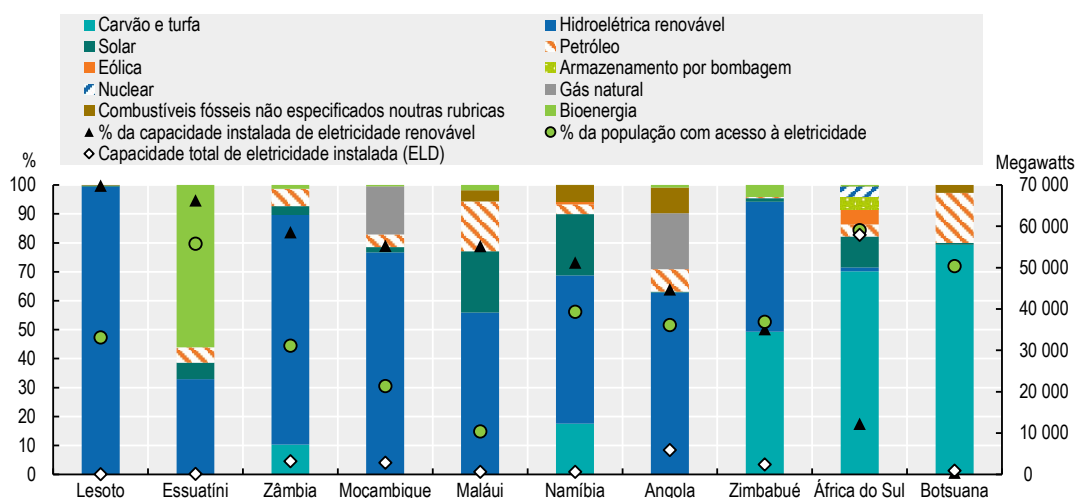
## As políticas públicas podem mobilizar investimentos no setor das energias renováveis da África Austral

Promover a segurança energética e uma transição energética justa na África Austral exige políticas coordenadas baseadas nos contextos nacionais e locais. Como demonstrado nas secções anteriores, os investimentos em energias renováveis têm potencial para aumentar a segurança energética e reduzir as emissões de carbono na África Austral. Podem aumentar o acesso a energia limpa para os mais vulneráveis, gerando assim retornos sociais e económicos. No entanto, cada país da região é único em termos de acesso à energia e capacidade de produção (Gráfico 3.15). São necessárias diferentes soluções políticas para enfrentar os desafios e as oportunidades a nível nacional. Tendo isso em conta, a presente secção analisa três domínios prioritários para os decisores políticos mobilizarem os investimentos em energias renováveis na região:

- **Reforçar a cooperação regional para harmonizar os quadros regulamentares e aumentar os investimentos em infraestruturas de energias renováveis.** Uma cooperação mais estreita entre todos os países da África Austral é fundamental para estabelecer objetivos realistas de transição energética, avaliar as necessidades de investimento, harmonizar os procedimentos regulamentares e assegurar a aplicação e o acompanhamento efetivos das políticas. As iniciativas regionais em matéria de infraestruturas transfronteiriças podem acelerar a adoção de energias renováveis.

- **Redução dos riscos dos investimentos do setor privado em projetos de energias renováveis, nomeadamente através de parcerias público-privadas e de financiamento do desenvolvimento.** Por exemplo, os países que dependem de uma grande capacidade de produção de combustíveis fósseis e de quadros regulamentares mais avançados (por exemplo, Angola e África do Sul) podem utilizar da melhor forma as parcerias público-privadas para acelerar a transição para a produção de energia limpa. Através de instituições de financiamento do desenvolvimento, a cooperação internacional pode desempenhar um papel importante na mobilização de capital privado em países mais vulneráveis com um potencial significativo em matéria de energias renováveis, acesso reduzido à eletricidade e menor capacidade regulamentar (por exemplo, Maláui, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué).
- **Dedicar políticas específicas e soluções de financiamento para aumentar o acesso a energia limpa nas zonas rurais.** Menos de 15 % da população rural tem acesso à eletricidade em Angola, Maláui, Moçambique e Zâmbia (Banco Mundial, 2022a). Políticas e instrumentos de financiamento específicos podem ajudar a aumentar as soluções de energia renovável fora da rede (por exemplo, redes de pequena dimensão ou sistemas autónomos) e acelerar o acesso a energia limpa, criando simultaneamente oportunidades para os pequenos empresários nas zonas rurais.

Gráfico 3.15. Capacidade elétrica instalada e acesso à eletricidade nos países da África Austral, 2020-21



Nota: ELD = escala do lado direito. Os dados sobre a capacidade instalada de eletricidade referem-se a 2021, enquanto os dados sobre o acesso à eletricidade referem-se a 2020.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em IRENA (2022a), IRENASTAT (base de dados), [https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT/IRENASTAT\\_Power%20Capacity%20and%20Generation/RECAP\\_2022\\_cycle2.px/https://data.worldbank.org/](https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT/IRENASTAT_Power%20Capacity%20and%20Generation/RECAP_2022_cycle2.px/https://data.worldbank.org/) e Banco Mundial (2022a), World Development Indicators (base de dados), <https://data.worldbank.org/products/wdi>.

StatLink <https://stat.link/ojbx7>

### A cooperação regional é fundamental para harmonizar os quadros regulamentares e aumentar os investimentos em infraestruturas de energias renováveis

A harmonização dos quadros regulamentares e a aplicação de planos de ação a nível regional podem ajudar a reduzir as restrições ao investimento, como o elevado custo do capital, em todos os países. Como se pode ver no Capítulo 1, o custo médio ponderado do capital para projetos energéticos pode ser até sete vezes mais elevado em África, do que na Europa e na América do Norte (AIE, 2022a). Quase todas as políticas de energias renováveis dos países da África Austral (Quadro 3.1) destacam o elevado custo inicial do capital como

a principal restrição ao investimento em energias renováveis. Outros condicionalismos fundamentais são os quadros regulamentares inadequados em matéria de contratos públicos no domínio das energias renováveis, as opções de financiamento limitadas e a falta de pessoal qualificado para conceber, instalar e manter sistemas de energias renováveis. Por conseguinte, existe uma ampla margem para a coordenação regional nestas matérias. A Estratégia e o Plano de Ação para as Energias Renováveis e Eficiência Energética (REESAP) para 2016-2030 foram adotados em julho de 2017, no Essuatíni, pelos ministros da SADC responsáveis pela energia. O plano fornece um quadro para os Estados membros da SADC desenvolverem as suas próprias estratégias e planos de ação para as energias renováveis e a eficiência energética, através de orientações estratégicas comuns sobre quadros regulamentares e institucionais, mecanismos de financiamento e reforço de capacidades, entre outros. O Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC foi constituído no âmbito da execução do REESAP para liderar o desenvolvimento e a execução de um programa regional holístico de energias renováveis e eficiência energética (SACREEE, 2019). Assegurar uma aplicação coordenada e eficaz do REESAP a nível nacional será crucial para melhorar o panorama do investimento em energias renováveis em toda a região.

A maioria dos países da África Austral definiram metas para as energias renováveis nas suas políticas nacionais. A maioria dos países da África Austral incluiu metas de energia renovável nas suas políticas nacionais, mas os seus prazos e especificações variam (Quadro 3.1). Os 16 países da SADC apresentaram Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) no contexto do Acordo de Paris. Dos 16 NDC, todos, à exceção do Botsuana, incluem objetivos de energias renováveis, mas apenas 11 são quantificáveis. Os objetivos quantificáveis da SADC em matéria de energias renováveis ascendem a 29.6 GW de capacidade instalada de energias renováveis até 2030 (Muñoz Cabré et al., 2020).

Quadro 3.1. Objetivos em matéria de energias renováveis nas políticas nacionais de determinados países da África Austral

País	Objetivos de transição energética	Política nacional
Angola	Até 2025: 5 000 megawatts (MW) de grande potência hidroelétrica, 500 MW de biomassa, 100 MW de energia solar, 100 MW de energia eólica e 100 MW de pequena energia hidroelétrica.	Estratégia de Angola para as Energias Renováveis 2014
Botsuana	Até 2025: 100 MW de energia solar fotovoltaica (PV). Até 2030: 25 % de energia renovável.	Planos Nacionais de Desenvolvimento de 2007 e 2016 (PND 10 e 11)
Essuatíni	Até 2030: 50 % de penetração das energias renováveis no cabaz elétrico.	Plano Diretor de Energia 2034
Moçambique	Até 2043: 4 900 MW de energia hidroelétrica, 530-980 MW de energia solar e 150-270 MW de energia eólica.	Plano Diretor Integrado de Infraestruturas Energéticas 2018
Namíbia	Até 2030: 49 % a 70 % de eletricidade renovável. No cenário dos 70 %: 530 MW de energia solar fotovoltaica, 349 MW de energia eólica, 347 MW de energia hidroelétrica, 150 MW de energia solar concentrada e 40 MW de biomassa.	Política Nacional de Energias Renováveis 2016
África do Sul	Até 2030: 39.7 % da capacidade de produção de energia renovável, 17 742 MW de energia eólica, 8 288 MW de energia solar fotovoltaica, 4 600 MW de energia hidroelétrica e 600 MW de energia solar concentrada.	Plano de Recursos Integrados para a Eletricidade 2019
Zâmbia	Até 2030: 2 015 MW de energia renovável ligada à rede e 1 886 horas de gigawatt de energia renovável não ligada à rede fornecida por minirredes fotovoltaicas e por sistemas solares domésticos.	Estratégia e Plano de Ação para as Energias Renováveis 2022
Zimbabué	Até 2030: 26.5 % de eletricidade renovável, 1 575 MW de energia solar fotovoltaica, 275 MW de bioenergia, 150 MW de pequena energia hidroelétrica, 100 MW de energia eólica, 250 000 aquecedores de água solares, 8 000 biodigestores domésticos e 288 biodigestores institucionais.	Política Nacional de Energias Renováveis 2019

Fonte: Compilação dos autores baseada em Muñoz Cabré et al. (2020), *Expanding Renewable Energy for Access and Development: The Role of Development Finance Institutions in Southern Africa*, e pesquisa documental.

Os decisores políticos podem reforçar a cooperação a nível regional para acelerar a transição para as energias renováveis. O Plano para a Reserva de Energia da África Austral de 2017 inclui um cenário de «elevada utilização de energias renováveis», com 53 % de energias renováveis no cabaz energético até 2040, que foi definido como um objetivo político viável de alto nível para a região da SADC (Muñoz Cabré et al., 2020). Neste cenário, a região da SADC necessitaria de um investimento anual estimado em 2.4 mil milhões USD para adicionar 2.8 GW por ano até 2040. Os países da África Austral podem planear ações coordenadas, como o Corredor de Energia Limpa de África (Caixa 3.2), para melhor atrair o investimento em agrupamentos (*pools*) regionais de energia limpa.

### Caixa 3.2. O Corredor de Energia Limpa de África

O Corredor de Energia Limpa de África (ACEC) é uma iniciativa regional que visa acelerar o desenvolvimento de energias renováveis e o comércio transfronteiriço de energia renovável no seio da *Eastern Africa Power Pool* e da *Southern African Power Pool*. A iniciativa foi lançada em 2014 por 19 países africanos da África Oriental e Austral e, desde então, envolveu mais de 30 governos, organizações regionais, parceiros para o desenvolvimento e instituições financeiras. Na sequência dos sucessos alcançados na África Oriental e Austral, o Corredor de Energia Limpa da África Ocidental foi iniciado em 2016.

O ACEC abrange cinco pilares principais:

- i) Mapeamento e avaliação de recursos para identificar locais para geração de energia renovável em áreas com elevado potencial de recursos e rotas de transmissão adequadas
- ii) Planeamento nacional e regional para considerar, plenamente, opções económicas de energia renovável
- iii) Enquadramento do investimento para abrir os mercados e reduzir os custos de financiamento
- iv) Reforço das capacidades para planear, explorar, manter e gerir as redes e mercados de eletricidade com quotas mais elevadas de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis
- v) Informação e sensibilização do público sobre a forma como o corredor pode fornecer energia segura, sustentável e a preços acessíveis.

Ao criar um mercado regional de eletricidade mais vasto, o ACEC poderia atrair investimentos de até 25 mil milhões USD por ano em produção e 15 mil milhões USD em infraestruturas de rede até 2030. A plena operacionalização da iniciativa poderá satisfazer 40-50 % das necessidades de energia na África Oriental e Austral até 2030, aumentar o fornecimento de eletricidade em 2.5 vezes e reduzir o nível de emissões de CO<sub>2</sub> anual de 2030 em 310 megatoneladas.

Fontes: UA/IRENA (n.d.), «Africa Clean Energy Corridor / West Africa Clean Energy Corridor», *Working Document*, [https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/33313-wd-africa\\_clean\\_energy\\_corridor\\_west\\_africa\\_clean\\_energy\\_corridor\\_e.pdf](https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/33313-wd-africa_clean_energy_corridor_west_africa_clean_energy_corridor_e.pdf) e PNUMA (2020), «Clean Energy Corridors in Africa», [https://climateinitiativesplatform.org/index.php/Clean\\_Energy\\_Corridors\\_in\\_Africa](https://climateinitiativesplatform.org/index.php/Clean_Energy_Corridors_in_Africa).

### As parcerias público-privadas e o financiamento do desenvolvimento podem contribuir para reduzir os riscos dos investimentos em energias renováveis

As parcerias público-privadas podem ajudar a mobilizar os recursos necessários para projetos de energias renováveis. O montante de fundos necessários para descarbonizar o setor da energia ultrapassa a capacidade financeira dos governos da região. Por exemplo, a transição energética da África do Sul exige cerca de 250 mil milhões USD nas próximas três décadas (Reuters, 2022). Isto traduz-se em 8.3 mil milhões USD por ano, que o governo

sul-africano não pode angariar sozinho. As parcerias público-privadas podem permitir que os governos tenham acesso a financiamento do setor privado, a conhecimentos especializados em tecnologia e competências, o que pode conduzir a uma melhor repartição do risco entre entidades públicas e privadas (Banco Mundial, 2022b). Estão a surgir empresas comuns entre os serviços públicos de utilidade pública e os intervenientes privados como soluções eficazes para financiar projetos de energias renováveis em toda a região. Em novembro de 2022, durante a COP27 (UNFCCC), a SkyPower Global e o Governo do Zimbabué assinaram um acordo sobre um projeto de energia solar fotovoltaica de 500 megawatts no valor de 400 milhões USD. O projeto deverá gerar um estímulo de 1.5 mil milhões USD ao PIB do Zimbabué e 14 000 anos de emprego (Khalej Times, 2022).

**Os países podem utilizar vários instrumentos políticos para promover os investimentos privados em energias renováveis.** O Quadro 3.2 contém exemplos da África Austral.

**Quadro 3.2. Exemplos de instrumentos políticos para promover os investimentos privados em energias renováveis nos países da África Austral**

Instrumento de política	Descrição breve	Exemplo
<b>Tarifas de alimentação das energias renováveis (REFiT)</b>	Contratos a longo prazo com produtores de energia renovável, geralmente baseados no custo de geração da tecnologia de energia renovável (Couture et al., 2010).	Na Namíbia, foi anunciado em setembro de 2015 um programa provisório de tarifas de alimentação que visava aumentar o investimento em fontes não hidroelétricas. Catorze projetos classificados em 5 MW foram adjudicados e atingiram a operação comercial ao fim de 12 a 24 meses (IRENA/BAD, 2022).
<b>Concursos públicos</b>	Um contrato público de compra de energia com o adjudicatário de um concurso para a instalação de uma determinada capacidade de eletricidade produzida a partir de energias renováveis. A seleção final segue a avaliação de todas as propostas com base no preço e noutros critérios (IRENA, 2013).	Estabelecido em 2010, o programa sul-africano de aquisição independente de produtores de energia renovável é um procedimento de concurso competitivo e baseado no mercado que acelera o investimento do setor privado na produção de energia renovável. A partir de 2021, o programa tinha contratado e assinado acordos com 93 produtores de eletricidade independentes para 7 308 GW de capacidade total (TaiyangNews, 2021).
<b>Medição líquida</b>	Um mecanismo de cobrança que credita aos proprietários de sistemas de energia solar a eletricidade que acrescentam à rede (SEIA, n.d.).	O regulamento de 2022 do Zimbabué sobre a medição líquida permite que as famílias e as empresas coloquem até 5 MW da sua eletricidade excedentária na rede (RenewAfrica.Biz, 2022).
<b>Incentivos ao investimento</b>	Incentivos fiscais, financeiros e outros para promover o investimento do setor privado em energias renováveis.	Em 2022, Angola introduziu incentivos fiscais para empresas que se dedicam à produção e venda de energia renovável. Os incentivos incluem uma redução de 35 % do imposto sobre o rendimento das sociedades e uma redução de 60 % do imposto sobre o rendimento dos investimentos (PLMJ, 2022).

Fonte: Compilação dos autores baseada em pesquisa documental.

**Os programas de aquisição para produtores independentes de eletricidade<sup>14</sup> (IPP) podem promover investimentos em energias renováveis, mas necessitam de quadros regulamentares eficazes.** Os IPP estão a tornar-se a solução de mais rápido crescimento de África para mobilizar investimento privado em energia renovável. No entanto, estes regimes de contratação pública exigem quadros regulamentares e institucionais estabelecidos e continuam concentrados num número reduzido de países. O Programa de Aquisição para Produtores Independentes de Energia Renovável da África do Sul é a principal estratégia de promoção do investimento em energias renováveis na África Austral, atraindo 80 % do total dos investimentos de IPP na região em 2020 (IRENA/AfDB, 2022).

**A transição das tarifas de alimentação das energias renováveis (REFiT) para leilões pode reduzir o risco relacionado com os investimentos em energias renováveis para os governos, mas a utilização de ambas pode ser mais benéfica em alguns casos.** Muitos países estão a afastar-se da utilização de REFiT em direção aos leilões. As REFiT impõem um risco mais elevado aos governos e podem não refletir um verdadeiro preço de mercado. Embora os leilões sejam adequados para projetos estabelecidos, transferem a maior parte do risco para os investidores (IRENA, 2018). A África do Sul mudou o seu foco de REFiT para



leilões com sucesso significativo (Eberhard e Kåberger, 2016). No entanto, a maioria dos seus pares na região não tem o mesmo ambiente financeiro, jurídico e regulamentar, nem as vantagens decorrentes da dimensão do país que lhes dariam resultados semelhantes. Por conseguinte, a maioria dos países da África Austral beneficiaria das REFiT como um complemento aos leilões e não como um substituto destes.

**Os «contadores de medição líquida» podem responder à procura de projetos de pequena escala no domínio das energias renováveis, mas exigem uma regulamentação clara a nível local.** O aumento da população e a crescente percentagem de pequenas e médias empresas na África Austral aumentaram a procura de projetos de pequena escala descentralizados de energias renováveis. A medição líquida – que permite aos proprietários de sistemas de energias renováveis receber crédito pela energia que acrescentam à rede (SEIA, n.d.) – não só pode impulsionar o investimento em energias renováveis como também pode incentivar a eficiência energética. A Namíbia e a África do Sul foram os primeiros países da África Austral a utilizar a medição líquida como uma política de energias renováveis (IFC, 2020b). A investigação mostra que são necessárias regras nacionais claras para evitar os desafios relacionados com a gestão das soluções de medição da rede a nível local (Roux e Shanker, 2018).

**As instituições de financiamento do desenvolvimento podem ser fundamentais para reduzir o risco dos investimentos em energias renováveis.** A pandemia de COVID-19 agravou a situação da dívida dos países da África Austral, aumentando assim o risco financeiro dos investimentos em energias renováveis. As instituições de financiamento do desenvolvimento podem servir para liderar a mobilização de intervenientes do setor privado e investidores institucionais para investimentos em energias renováveis. Para fazer face aos riscos de crédito e cambiais, entre muitos outros, as instituições de financiamento do desenvolvimento podem oferecer instrumentos financeiros como garantias para projetos de energias renováveis, coinvestimentos, cofinanciamento e dívidas subordinadas (Masamba et al., 2022; OCDE, 2021b). Além disso, as instituições de financiamento do desenvolvimento podem prestar apoio técnico e reforçar as capacidades para mobilizar o desenvolvimento de projetos com menor risco, suscetíveis de financiamento bancário. Como exemplo, o programa Scaling Solar, do Grupo do Banco Mundial, implementado na Zâmbia em 2015-2016, ofereceu um modelo de aquisição de energia solar fotovoltaica normalizado e replicável, com produtos significativos de atenuação dos riscos que se traduziram em tarifas baixas e rápida execução do projeto (IRENA/AfDB, 2022).

**As relações de colaboração entre os investidores institucionais e os financiadores do desenvolvimento a nível local podem ajudar a mobilizar capital para investimentos em energias renováveis.** A mobilização bem-sucedida de capital privado para investimentos sustentáveis – incluindo de investidores institucionais – tem-se realizado principalmente através de iniciativas de colaboração a nível local, muitas vezes sob a forma de fundos de investimento estratégicos e bancos verdes (Halland et al., 2021). Exemplo é o Mecanismo de Financiamento Climático (CFF) do Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), lançado em 2019 como um mecanismo de empréstimo especializado destinado a aumentar o investimento privado em projetos de infraestruturas relacionados com o clima (incluindo energia elétrica não ligada à rede, minirredes e sistemas solares urbanos distribuídos, eficiência energética e hídrica) em Essuatíni, Lesoto, Namíbia e África do Sul. É o primeiro exemplo de banco verde aplicado a um mercado emergente. O projeto angariou um montante inicial de 110 milhões USD através do DBSA e do Fundo Verde das Nações Unidas para o Clima. Ao longo dos seus 20 anos de vida, o CFF deverá gerar uma redução de cerca de 30 milhões de toneladas CO<sub>2</sub> equivalente, poupar aproximadamente 23 000 empregos através da instalação de sistemas hídricos eficientes e atingir mais de 400 000 beneficiários indiretos (Convergence, 2019).

### Políticas e soluções de financiamento específicas podem aumentar o acesso à energia limpa nas zonas rurais

A expansão de soluções de energia renovável fora da rede e em minirrede requer políticas e regulamentações específicas. As principais questões regulamentares para abordar as soluções de energia renovável fora da rede incluem os requisitos de licenciamento e autorizações (incluindo normas de qualidade), os quadros de fixação de tarifas e as implicações da chegada da rede principal (IRENA, 2016). Um número crescente de países africanos introduziu políticas específicas para as minirredes (UNIDO, 2020). As iniciativas políticas específicas têm sido menos prevalentes na África Austral (IRENA/BAD, 2022), mas existem algumas exceções promissoras, como em Moçambique (Caixa 3.3), e que podem ser adaptadas a outros países da região.

#### Caixa 3.3. Iniciativas políticas para ampliar projetos de energia renovável fora da rede em Moçambique

Em 2021, apenas 40 % da população de Moçambique tinha acesso a eletricidade, 36 % a partir da rede e 4 % através de projetos fora da rede (AfDB, 2021). A meta do governo é de 100 % de acesso até 2030, com 68 % dos moçambicanos conectados à rede nacional e 32 % a acederem a energia fora da rede (Zitamar, 2022).

Em setembro de 2021, o governo moçambicano aprovou uma nova política que regula o fornecimento de energia através de soluções fora da rede. A política oferece um regime direcionado para atrair investimentos privados em sistemas solares domésticos e outras soluções energéticas autónomas em zonas rurais. Além de promover o interesse do setor privado, a política visa mobilizar vários regimes de incentivo existentes de parceiros internacionais (Laakso e Petric, 2022). Seguem-se dois exemplos desses regimes:

- Fundado em 2019, o BRILHO é um programa de 35.5 milhões USD, mandatado para mobilizar o acesso à energia através de sistemas solares, miniredes verdes e soluções de cozinha melhoradas, para beneficiar 1.9 milhões de moçambicanos e 17 000 pequenas empresas até 2024. No primeiro trimestre de 2022, o programa BRILHO conectou mais de 80 000 casas em Moçambique a sistemas de energia solar (Zitamar, 2022).
- O Beyond the Grid Fund for Africa (BGFA) é uma iniciativa internacional de vários doadores para incentivar os fornecedores de serviços de energia a expandirem empresas inovadoras e sustentáveis e acelerar o acesso a energia limpa e acessível fora da rede em áreas periurbanas e rurais. Lançada em 2021, a segunda ronda de financiamento do BGFA proporcionará um total de 6.7 milhões EUR em financiamento baseado em resultados aos fornecedores privados de energia fora da rede (Beyond the Grid, 2021).

Fonte: Compilação dos autores.

As políticas de apoio podem ajudar a intensificar a utilização de biogás sustentável e acessível nas zonas rurais. A produção de biogás depende de resíduos agrícolas, como sobranes de florestas e de culturas agrícolas, e de estrume animal de zonas rurais. É um dos meios para reduzir o consumo de combustíveis fósseis e contribuir para a transição para um sistema de energia líquida nula (AIE, 2022c). No final de 2019, 410 000 africanos utilizavam biogás para fins de cozinha residencial. Ao longo da última década, a taxa de crescimento anual da produção de biogás diminuiu continuamente até se tornar negativa em 2019. O declínio no crescimento tem sido atribuído à falta de manutenção, à escassez de matéria-prima ou ao custo inicial de instalação de um biodigestor (IRENA/AfDB, 2022).

A comunicação e a promoção da utilização do biogás através de digestores de baixo custo, a definição de políticas e quadros institucionais adequados e a oferta de soluções de financiamento podem facilitar a difusão de tecnologias de biogás e ajudar a aumentar a segurança energética na África Austral (Kaifa e Parawira, 2019).

**Políticas flexíveis em matéria de energias renováveis podem servir objetivos de energia limpa e de desenvolvimento rural.** A redução da utilização de incentivos «cegos» em termos de localização, a introdução de um quadro político flexível e a tomada em consideração das características e necessidades específicas das comunidades rurais são variáveis políticas fundamentais para promover o acesso às energias limpas e o desenvolvimento económico nas zonas rurais (OCDE, 2012). Por exemplo, os conflitos relacionados com o uso do solo podem, muitas vezes, condicionar a adoção de energias renováveis nas zonas rurais (Groenenendaal, 2018). O «sistema agrovoltaico» – a utilização simultânea de terrenos tanto para a produção de energia solar fotovoltaica como para a agricultura (Dinesh e Pearce, 2016) – pode fornecer soluções inovadoras para resolver estes conflitos e servir tanto objetivos de energia limpa como de segurança alimentar. Desde 2014, a unidade *SUNfarming Food and Energy (F&E)* na África do Sul realiza investigação científica sobre plantas alimentares e ervas que crescem sob módulos solares. Hoje, as instalações da unidade também são usadas para desenvolver programas conjuntos de formação certificada dirigidos a estudantes locais e para produzir alimentos saudáveis (vegetais, frutas, ervas medicinais) para comunidades de rendimento baixo, enquanto gera energia solar neutra em carbono (Matich, 2022).

**Há fortes argumentos a favor do desenvolvimento da capacidade dos investidores locais e dos intermediários financeiros para se envolverem em projetos de energia renovável fora da rede, que são muito necessários.** Durante o período de 2007-19, os investimentos dos países desenvolvidos representaram 85 % dos compromissos em matéria de energias renováveis não ligadas à rede na maioria dos países africanos (IRENA/CPI, 2020). Lançado em junho de 2019, o Programa de Investimento e Crescimento em Energias Renováveis da África Austral está a implementar uma abordagem-piloto para permitir que as pequenas e médias empresas em zonas rurais que utilizam energia solar tenham acesso ao financiamento climático, em especial financiamento em moeda local: o programa apoia, atualmente, a participação de quatro instituições de financiamento locais na Tanzânia e três na Zâmbia, a fim de mobilizar financiamento climático para pequenas e médias empresas verdes (REEEP, n.d.).

**As comunidades energéticas podem beneficiar de políticas que contribuam para a apropriação local dos projetos energéticos.** As comunidades energéticas são inovações de base que difundem a produção local e a utilização de energias renováveis a nível comunitário (Hargreaves et al., 2013). Um estudo sobre comunidades energéticas em 46 países africanos demonstra que, em geral, essas comunidades não têm poder suficiente para criar e gerir os seus próprios projetos energéticos. Atualmente, a propriedade de projetos de energia da comunidade constitui um desafio, já que a sua maioria é propriedade do governo, exclusivamente ou em parceria com grupos elitistas. São necessárias políticas de capacitação para viabilizar plataformas que envolvam as partes interessadas que permitam a participação dos cidadãos no planeamento, execução e gestão das comunidades energéticas (Ambole et al., 2021).

### Notas

1. Trata-se da média geométrica das taxas de crescimento de 2020, 2021 e 2022, ou da variação anualizada entre 2019 e 2022.
2. Cálculos dos autores baseados em UNCTADstats (2022).
3. Cálculos dos autores baseados em OCDE (2022b).

4. Investimentos de impacto são «investimentos realizados com a intenção de gerar impacto social e ambiental positivo e mensurável, juntamente com uma rentabilidade financeira» (GIIN, 2023).
5. Cálculos dos autores baseados em OCDE (2021a).
6. Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022).
7. Cálculos dos autores baseados em Bureau van Dijk (2022). Ver secção B do anexo 1 no Capítulo 1 para informação metodológica.
8. Cálculos dos autores baseados em IRENA (2022a),
9. Cálculos dos autores baseados em IRENA (2022b).
10. Cálculos dos autores baseados em OCDE (2022c).
11. Cálculos dos autores baseados em AIE (2022b). As fontes de energia que não são de combustão incluem as fontes de energia declaradas como renováveis na base de dados da Agência Internacional de Energia, mas excluem as fontes de energia que dependem da combustão de combustíveis, como os biocombustíveis e os resíduos urbanos. Os dados comunicados para a África Austral não incluem o Lesoto e o Maláui.
12. Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022).
13. Cálculo dos autores baseado em Roy (no prelo).
14. «Um produtor independente de eletricidade é uma entidade, que não é um serviço público de eletricidade, que possui e/ou opera instalações para gerar energia elétrica para venda a um serviço público, comprador da administração central e utilizadores finais» (SAIPPA, n.d.).

## Bibliografia

- AfDB (2021), *Country Priority Plan and Diagnostic of the Electricity Sector – Mozambique*, Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, [www.afdb.org/sites/default/files/2021/11/22/mozambique.pdf](http://www.afdb.org/sites/default/files/2021/11/22/mozambique.pdf).
- AIE (2022a), *Africa Energy Outlook 2022*, Agência Internacional da Energia, Paris, [www.iea.org/reports/africa-energy-outlook-2022](http://www.iea.org/reports/africa-energy-outlook-2022).
- AIE (2022b), «Renewables Information», Agência Internacional da Energia (base de dados), [www.iea.org/data-and-statistics/data-product/renewables-information](http://www.iea.org/data-and-statistics/data-product/renewables-information) (consultado em outubro de 2022).
- AIE (2022c), «The role of biogas and biomethane in pathway to net zero», *IEA Position Paper*, Agência Internacional da Energia, Paris, [www.ieabioenergy.com/wp-content/uploads/2022/12/2022\\_12\\_12-IEA\\_Bioenergy\\_position-paper\\_Final2.pdf](http://www.ieabioenergy.com/wp-content/uploads/2022/12/2022_12_12-IEA_Bioenergy_position-paper_Final2.pdf).
- AIE (2021a), *Africa Energy Outlook 2021*, Agência Internacional da Energia, Paris, [www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2021](http://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2021).
- AIE (2021b), «World Energy Balances 2021», Agência Internacional da Energia (base de dados), [www.iea.org/data-and-statistics/data-product/world-energy-balances](http://www.iea.org/data-and-statistics/data-product/world-energy-balances).
- AIE (2020), *Climate Impacts on African Hydropower*, Agência Internacional da Energia, Paris, [www.iea.org/reports/climate-impacts-on-african-hydropower](http://www.iea.org/reports/climate-impacts-on-african-hydropower).
- AIE/CCFI (2021), *Clean Energy Investing: Global Comparison of Investment Returns*, Agência Internacional da Energia/Centre for Climate Finance & Investment, [https://iea.blob.core.windows.net/assets/ef1d6b50-66a6-478c-990e-ee227e2dd89b/Clean\\_Energy\\_Investing\\_-\\_Global\\_Comparison\\_of\\_Investment\\_Returns.pdf](https://iea.blob.core.windows.net/assets/ef1d6b50-66a6-478c-990e-ee227e2dd89b/Clean_Energy_Investing_-_Global_Comparison_of_Investment_Returns.pdf).
- Ambole, A. et al. (2021), «A review of energy communities in sub-Saharan Africa as a transition pathway to energy democracy», *Sustainability*, vol. 13/4, <https://doi.org/10.3390/su13042128>.
- Ayukegba, V. (14 de abril de 2022), «Angola targets 60% electrification by 2025 driven by renewables», *Energy Capital & Power*, <https://energycapitalpower.com/angola-targets-60-electrification-by-2025-driven-by-renewables/>.
- Banco Mundial (2022a), *World Development Indicators* (base de dados), <https://data.worldbank.org/products/wdi> (consultado em 12 de abril de 2022).
- Banco Mundial (2022b), «Public-Private Partnership – Overview», página Web, [www.worldbank.org/en/topic/publicprivatepartnerships/overview](http://www.worldbank.org/en/topic/publicprivatepartnerships/overview) (consultado em 13 de fevereiro de 2023).
- Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances* (database), The Global Knowledge Partnership on Migration and Development (KNOMAD), World Bank, [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances) (consultado em 19 de dezembro de 2022).
- Bartz-Zuccala, W. et al. (2022), *Scaling Up Blended Finance in Developing Countries*, OCDE, Paris, [www.oecd.org/dac/scaling\\_up\\_blended\\_finance\\_in\\_developing\\_countries.pdf](http://www.oecd.org/dac/scaling_up_blended_finance_in_developing_countries.pdf).
- Beyond the Grid (8 de julho de 2021), «Strong private sector interest in the calls in Mozambique and Uganda», artigo, <https://beyondthegrid.africa/news/strong-private-sector-interest-in-the-calls-in-mozambique-and-uganda/>.

- Bhargav, A., K. Gumbi e A. Winning (26 de janeiro de 2023), «South Africa trims rate hikes as power cuts slash growth prospects», artigo da Reuters, [www.reuters.com/world/africa/south-african-central-bank-raises-main-lending-rate-725-percent-2023-01-26/](http://www.reuters.com/world/africa/south-african-central-bank-raises-main-lending-rate-725-percent-2023-01-26/).
- Bureau van Dijk (2022), Orbis (base de dados), [www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis](http://www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis) (consultado em outubro de 2022).
- CCA (n.d.), «The Value of Clean Cooking», página Web da Clean Cooking Alliance, <https://cleancooking.org/the-value-of-clean-cooking/> (consultado em 13 de fevereiro de 2023).
- CCA (2022), «CleanStar Mozambique», página Web da Clean Cooking Alliance Sector Directory, <https://cleancooking.org/sector-directory/cleanstar-mozambique/> (consultado em 28 de novembro de 2022).
- CCA (8 de janeiro de 2021), «Leveraging off-grid solar infrastructure for modern cooking», Clean Cooking Alliance, <https://cleancooking.org/news/01-08-2021-leveraging-off-grid-solar-infrastructure-for-modern-cooking/>.
- CNUCED (2022a), *World Investment Report 2022*, United Nations Publishing, Nova Iorque, <https://unctad.org/webflyer/world-investment-report-2022>.
- CNUCED (2022b), *The Impact on Trade and Development of the War in Ukraine*, [https://unctad.org/system/files/official-document/osginf2022d1\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/osginf2022d1_en.pdf).
- CNUCED (2021), *World Investment Report 2021*, United Nations Publishing, Nova Iorque, <https://unctad.org/webflyer/world-investment-report-2021>.
- COBENEFITS (2019), *Future Skills and Job Creation through Renewable Energy in South Africa: Assessing the Co-benefits of Decarbonising the Power Sector*, Gráfico 2, p. 12, [www.cobenefits.info/wp-content/uploads/2019/03/COBENEFITS-Study-South-Africa-Employment.pdf](http://www.cobenefits.info/wp-content/uploads/2019/03/COBENEFITS-Study-South-Africa-Employment.pdf).
- Convergence (2019), *Case Study: Climate Finance Facility*, Green Bank Network, [https://greenbanknetwork.org/wp-content/uploads/2019/07/Convergence\\_Climate\\_Finance\\_Facility\\_Case\\_Study\\_2019.pdf](https://greenbanknetwork.org/wp-content/uploads/2019/07/Convergence_Climate_Finance_Facility_Case_Study_2019.pdf).
- Couture, T. D. et al. (2010), *A Policymaker's Guide to Feed-in Tariff Policy Design*, NREL, [www.nrel.gov/docs/fy10osti/44849.pdf](http://www.nrel.gov/docs/fy10osti/44849.pdf).
- CUA/OCDE (2022), *Africa's Development Dynamics 2022: Regional Value Chains for a Sustainable Recovery*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/2e3b97fd-en>.
- De Jonghe, O. (7 de setembro de 2022), «The state of renewable energy in South Africa», The Borgen Project blog, <https://borgenproject.org/renewable-energy-in-south-africa/>.
- Dinesh, H. e J. Pearce (2016), «The potential of agrivoltaic systems», *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, Vol. 54, pp. 299-308, [https://hal.science/hal-02113575/file/The\\_potential\\_of\\_agrivoltaic\\_systems.pdf](https://hal.science/hal-02113575/file/The_potential_of_agrivoltaic_systems.pdf).
- Eberhard, A. e T. Kåberger (2016), «Renewable energy auctions in South Africa outshine feed-in tariffs», *Energy Science & Engineering*, Vol. 4, <https://doi.org/10.1002/ese3.118>.
- Eckstein, D., V. Künzel e L. Schäfer (2021), *Global Climate Risk Index 2021*, Germanwatch, [www.germanwatch.org/sites/default/files/Global%20Climate%20Risk%20Index%202021\\_2.pdf](http://www.germanwatch.org/sites/default/files/Global%20Climate%20Risk%20Index%202021_2.pdf).
- EFP Africa (2021), *Tier 4 Clean-Cooking with Paygo*, Energy and Environment Partnership Trust Fund, [https://eepafrica.org/wp-content/uploads/2022/02/2021\\_EEP\\_ResultsBrochure\\_FINAL.pdf?](https://eepafrica.org/wp-content/uploads/2022/02/2021_EEP_ResultsBrochure_FINAL.pdf?)
- Engineering News (8 de junho de 2022), «Is going off grid SA's biggest energy myth?», comunicado de imprensa, [www.engineeringnews.co.za/article/is-going-off-grid-sas-biggest-energy-myth-2022-06-08](http://www.engineeringnews.co.za/article/is-going-off-grid-sas-biggest-energy-myth-2022-06-08).
- Espoir, D. K., R. Sunge, e F. Bannor (2023), «Renewable and non-renewable electricity consumption, economic growth and climate change: Evidence from a panel of selected African countries», *Energy Nexus*, vol. 9, <https://doi.org/10.1016/j.nexus.2022.100165>.
- fDi Intelligence (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets) (consultado em agosto de 2022).
- FMI (2023a), *World Economic Outlook Database*, Edição de abril de 2023, Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/April](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/April) (consultado em abril de 2023).
- FMI (2023b), «List of LIC DSAs for PRGT-eligible countries», Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/external/pubs/ft/dsa/dsalist.pdf](http://www.imf.org/external/pubs/ft/dsa/dsalist.pdf).
- FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, Edição de outubro de 2022, Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October) (consultado em outubro de 2022).
- FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52> (consultado em 22 de novembro de 2022).
- FMI (2022c), *Investment and Capital Stock Dataset (ICSD)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4> (consultado em outubro de 2022).



- Gbadamosi, T. (25 de janeiro de 2023), «How South Africa's energy crisis became an economic crisis», *Foreign Policy*, <https://foreignpolicy.com/2023/01/25/south-africa-energy-crisis-corruption-anc/>.
- GIIN (2023), página Web da Impact Investing, <https://thegiin.org/impact-investing/> (consultado em 24 de fevereiro de 2023).
- GIIN (2020), *Annual Impact Investor Survey*, Global Impact Investing Network, <https://thegiin.org/assets/GIIN%20Annual%20Impact%20Investor%20Survey%202020.pdf>.
- GIIN (2016), *The Landscape for Impact Investing in Southern Africa*, Global Impact Investing Network, [https://thegiin.org/assets/documents/pub/Southern%20Africa/GIIN\\_SouthernAfrica.pdf](https://thegiin.org/assets/documents/pub/Southern%20Africa/GIIN_SouthernAfrica.pdf).
- Goel, R. e K. Miyajima (2021), «Analyzing capital flow drivers using the 'at-risk' framework: South Africa's case», *IMF Working Paper*, No. 2021/253, [www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2021/10/22/Analyzing-Capital-Flow-Drivers-Using-the-At-Risk-Framework-South-Africas-Case-497224](http://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2021/10/22/Analyzing-Capital-Flow-Drivers-Using-the-At-Risk-Framework-South-Africas-Case-497224).
- GreenCape (2021), *The South African Renewable Energy Master Plan: Emerging Actions Discussion Document*, [https://green-cape.co.za/assets/SAREM-Emerging-Actions-Discussion-Doc\\_20211103\\_ntt-1.pdf](https://green-cape.co.za/assets/SAREM-Emerging-Actions-Discussion-Doc_20211103_ntt-1.pdf).
- Groenenendaal, B. (2018), «S.Africa: Land expropriation effects on renewable energy investment», *ESI Africa*, [www.esi-africa.com/top-stories/s-africa-land-expropriation-effects-on-renewable-energy-investment/](http://www.esi-africa.com/top-stories/s-africa-land-expropriation-effects-on-renewable-energy-investment/).
- GWEC (2022), *Capturing Green Recovery Opportunities from Wind Power in Developing Economies*, Global Wind Energy Council, [https://gwec.net/wp-content/uploads/2022/02/REPORT\\_Capturing-Green-Recovery-Opportunities-from-Wind-Power-in-Developing-Economies.pdf](https://gwec.net/wp-content/uploads/2022/02/REPORT_Capturing-Green-Recovery-Opportunities-from-Wind-Power-in-Developing-Economies.pdf).
- Halland, H. et al. (2021), «Mobilising institutional investor capital for climate-aligned development», *OECD Development Policy Papers*, n.º 35, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/e72d7e89-en>.
- Hargreaves, T. et al. (2013), «Grassroots innovations in community energy: The role of intermediaries in niche development», *Global Environmental Change*, Vol. 23/5, [www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378013000381](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378013000381).
- IFC (2020a), *Sustainable Finance Practices in South African Retirement Funds: Opportunities to Unlock Investment in Green and Climate Finance and Support a Resilient Economy*, International Finance Corporation, Washington, DC, [www.ifc.org/wps/wcm/connect/93d586c6-fe64-439e-907a-d067e640e8ec/South-AfricaRetirementFunds-SustainableFinance040221.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nu3gl6v](http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/93d586c6-fe64-439e-907a-d067e640e8ec/South-AfricaRetirementFunds-SustainableFinance040221.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nu3gl6v).
- IFC (2020b) *Regulatory and Tariff Review for Distributed Generation in the Commercial and Industrial Sectors in Southern Africa*, International Finance Corporation, Washington, DC, [www.ifc.org/wps/wcm/connect/090c58a2-2b98-482e-8c6d-b5931ed793e2/202006-Regulatory-Tariff-Review-Southern-Africa.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nbDq1Va](http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/090c58a2-2b98-482e-8c6d-b5931ed793e2/202006-Regulatory-Tariff-Review-Southern-Africa.pdf?MOD=AJPERES&CVID=nbDq1Va).
- IRENA (2022a), «Installed renewable electricity capacity (MW) by region/country/area, technology and year», *IRENASTAT* (base de dados), [https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT/IRENASTAT\\_Power%20Capacity%20and%20Generation/RECAP\\_2022\\_cycle2.px/](https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT/IRENASTAT_Power%20Capacity%20and%20Generation/RECAP_2022_cycle2.px/) (consultado em outubro de 2022).
- IRENA (2022b), «Renewable Energy Employment by Country», *Statistics Data* (database), [www.irena.org/Data/View-data-by-topic/Benefits/Renewable-Energy-Employment-by-Country](http://www.irena.org/Data/View-data-by-topic/Benefits/Renewable-Energy-Employment-by-Country) (consultado em fevereiro de 2023).
- IRENA (2021), *Renewable Power Generation Costs in 2020*, Agência Internacional para as Energias Renováveis, Abu Dhabi, [www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2021/Jun/IRENA\\_Power\\_Generation\\_Costs\\_2020.pdf?rev=c9e8dfcd1b2048e2b4d30fef671a5b84](http://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2021/Jun/IRENA_Power_Generation_Costs_2020.pdf?rev=c9e8dfcd1b2048e2b4d30fef671a5b84).
- IRENA (2020), *Mobilizing Institutional Capital for Renewable Energy*, Agência Internacional para as Energias Renováveis, Abu Dhabi, [www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2020/Nov/IRENA\\_Mobilising\\_Institutional\\_Capital\\_2020.pdf](http://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2020/Nov/IRENA_Mobilising_Institutional_Capital_2020.pdf).
- IRENA (2018), *Renewable Energy Auctions: Cases from Sub-Saharan Africa*, Agência Internacional para as Energias Renováveis, Abu Dhabi, [www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2018/Apr/IRENA\\_Auctions\\_Sub-Saharan\\_Africa\\_2018.pdf](http://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2018/Apr/IRENA_Auctions_Sub-Saharan_Africa_2018.pdf).
- IRENA (2016), *Policies and Regulations for Private Sector Renewable Energy MiniGrids*, Agência Internacional para as Energias Renováveis, Abu Dhabi, [www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2016/IRENA\\_Policies\\_Regulations\\_minigrids\\_2016.pdf?rev=1fbca1c70aad4b31b49cc7cd96f06e92](http://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2016/IRENA_Policies_Regulations_minigrids_2016.pdf?rev=1fbca1c70aad4b31b49cc7cd96f06e92).
- IRENA (2013), *Renewable Energy Auctions in Developing Countries*, <https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/library/renewable-energy-auctions-developing-countries-irena-2013>.
- IRENA/BAD (2022), *Renewable Energy Market Analysis: Africa and Its Regions*, Agência Internacional para as Energias Renováveis e Banco Africano de Desenvolvimento, Abu Dhabi e Abidjan, [www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2022/Jan/IRENA\\_Market\\_Africa\\_2022.pdf?rev=bb73e285a0974bc996a1f942635ca556](http://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2022/Jan/IRENA_Market_Africa_2022.pdf?rev=bb73e285a0974bc996a1f942635ca556).



- IRENA/CPI (2020), *Global Landscape of Renewable Energy Finance 2020*, Agência Internacional para as Energias Renováveis, Abu Dhabi, [www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2020/Nov/IRENA\\_CPI\\_Global\\_finance\\_2020.pdf?rev=7b096feb04e7473abdd0f2425ee71036](http://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2020/Nov/IRENA_CPI_Global_finance_2020.pdf?rev=7b096feb04e7473abdd0f2425ee71036).
- IRENA/OIT (2022), *Renewable Energy and Jobs: Annual Review 2022*, Agência Internacional para as Energias Renováveis/Organização Internacional do Trabalho, Abu Dhabi/Genebra, [www.irena.org/publications/2022/Sep/Renewable-Energy-and-Jobs-Annual-Review-2022](http://www.irena.org/publications/2022/Sep/Renewable-Energy-and-Jobs-Annual-Review-2022).
- ITA (2022), «Angola Energy Transition», página Web, Administração do Comércio Internacional, [www.trade.gov/market-intelligence/angola-energy-transition](http://www.trade.gov/market-intelligence/angola-energy-transition) (consultado em 13 de fevereiro de 2023).
- Kaifa, J. e W. Parawira (2019), «A study of the current state of biogas production in Zimbabwe: Lessons for Southern Africa», *Advances in Biotechnology & Microbiology*, Vol. 13/3, Juniper Publishers, Irvine, <https://juniperpublishers.com/aibm/pdf/AIBM.MS.ID.555865.pdf>.
- Khaleej Times (17 de novembro de 2022), «SkyPower inks solar climate deal with Zimbabwe», artigo, [www.khaleejtimes.com/business/skypower-inks-solar-climate-deal-with-zimbabwe](http://www.khaleejtimes.com/business/skypower-inks-solar-climate-deal-with-zimbabwe).
- Kozul-Wright, A. (19 de fevereiro de 2023), «Year of war in Ukraine left developing nations picking up pieces», artigo da Al Jazeera, [www.aljazeera.com/economy/2023/2/19/a-year-of-war-in-ukraine-has-left-developing-countries-picking-up-pieces](http://www.aljazeera.com/economy/2023/2/19/a-year-of-war-in-ukraine-has-left-developing-countries-picking-up-pieces).
- Laakso, M. e S. Petric (23 de maio de 2022), «An increased role for private sector: Mozambique's new regulatory policy in the off-grid energy sector», Brookings, [www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2022/05/23/an-increased-role-for-private-sector-mozambiques-new-regulatory-policy-in-the-off-grid-energy-sector/](http://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2022/05/23/an-increased-role-for-private-sector-mozambiques-new-regulatory-policy-in-the-off-grid-energy-sector/).
- Masamba, M. et al. (2022), *Renewable Energy Transitions in a Period of Debt Distress in Southern Africa: The Role of Development Finance Institutions*, SADC Development Finance Resource Centre, [www.bu.edu/gdp/files/2022/06/GDP\\_SADC\\_Report\\_2022\\_EN\\_FIN.pdf](http://www.bu.edu/gdp/files/2022/06/GDP_SADC_Report_2022_EN_FIN.pdf).
- Matich, B. (6 de agosto de 2022), «The long read: Farming the south sun», PV Magazine, [www.pv-magazine-india.com/2022/08/06/the-long-read-farming-the-southern-sun/](http://www.pv-magazine-india.com/2022/08/06/the-long-read-farming-the-southern-sun/).
- Moreira da Silva, J. (3 de novembro de 2021), «Leapfrogging to green: The world's energy transition depends on support to developing countries», The Forum Network, [www.oecd-forum.org/posts/leapfrogging-to-green-the-world-s-energy-transition-depends-on-support-to-developing-countries](http://www.oecd-forum.org/posts/leapfrogging-to-green-the-world-s-energy-transition-depends-on-support-to-developing-countries).
- Muñoz Cabré M. et al. (2020), *Expanding Renewable Energy for Access and Development: The Role of Development Finance Institutions in Southern Africa*, Global Development Policy Center, Boston University, Boston, [www.bu.edu/gdp/files/2020/11/GDP\\_SADC\\_Report\\_EN\\_Nov\\_16.pdf](http://www.bu.edu/gdp/files/2020/11/GDP_SADC_Report_EN_Nov_16.pdf).
- OCDE (2022a), «Aid (ODA) disbursements to countries and regions», OECD.Stat (base de dados), <https://stats-1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A> (consultado em outubro de 2022).
- OCDE (2022b), «Mobilisation», OECD.Stat (conjunto de dados), [https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV\\_DCD\\_MOBILISATION](https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV_DCD_MOBILISATION) (consultado em dezembro de 2022).
- OCDE (2022c), «GHG Emissions from fuel combustion (summary)», IEA CO2 Emissions from Fuel Combustion Statistics: Greenhouse Gas Emissions from Energy (base de dados), <https://doi.org/10.1787/445ec5dd-en> (consultado em 3 de setembro de 2022).
- OCDE (2021a), *OECD Global Pension Statistics* (base de dados), <https://doi.org/10.1787/pension-data-en> (consultado em outubro de 2022).
- OCDE (2021b), «De-risking institutional investment in green infrastructure: 2021 progress update», *OECD Environment Policy Papers*, n.º 28, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/357c027e-en>.
- OCDE (2019), *Aligning Development Co-operation and Climate Action: The Only Way Forward*, The Development Dimension, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/5099ad91-en>.
- OCDE (2012), *Linking Renewable Energy to Rural Development*, OECD Green Growth Studies, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264180444-en>.
- OMS (2021), «Household Energy Database», Organização Mundial da Saúde (base de dados), [www.who.int/data/gho/data/themes/air-pollution/who-household-energy-db](http://www.who.int/data/gho/data/themes/air-pollution/who-household-energy-db).
- PLMJ (2022), «Angola: Tax Benefits Code», News, [www.plmj.com/xms/files/03\\_Novidades\\_legislativas/2022/04\\_abril/N\\_Colab\\_RVA-PLMJ\\_Tax\\_Benefits\\_Code.pdf](http://www.plmj.com/xms/files/03_Novidades_legislativas/2022/04_abril/N_Colab_RVA-PLMJ_Tax_Benefits_Code.pdf).
- PNUMA (2020), «Clean Energy Corridors in Africa», página Web da Climate Initiatives Platform, Programa das Nações Unidas para o Ambiente, [https://climateinitiativesplatform.org/index.php/Clean\\_Energy\\_Corridors\\_in\\_Africa](https://climateinitiativesplatform.org/index.php/Clean_Energy_Corridors_in_Africa).
- REEEP (n.d.), «Southern African Renewable Energy Investment and Growth Programme (SOARING)», página Web da Renewable Energy and Energy Efficiency Partnership, [www.reeep.org/southern-african-renewable-energy-investment-and-growth-programme-soaring](http://www.reeep.org/southern-african-renewable-energy-investment-and-growth-programme-soaring).

- RenewAfrica.Biz (31 de março de 2022), «Zimbabwe: Up to 5MW can now be fed to the grid through net metering», artigo, <https://renewafrica.biz/regional-news/southern-africa/zimbabwe-up-to-5mw-can-now-be-fed-to-the-grid-through-net-metering/>.
- Reuters (26 de maio de 2022), «S.Africa needs \$250 bln over three decades for clean energy transition – report», artigo, [www.reuters.com/business/sustainable-business/safrica-needs-250-bln-over-three-decades-clean-energy-transition-report-2022-05-26/](http://www.reuters.com/business/sustainable-business/safrica-needs-250-bln-over-three-decades-clean-energy-transition-report-2022-05-26/).
- Roux, A. e A. Shanker (2018), *Net Metering and PV Self-Consumer in Emerging Countries*, Agência Internacional da Energia, [https://iea-pvps.org/wp-content/uploads/2020/01/T9\\_NetMeteringAndPVDevelopmentInEmergingCountries\\_EN\\_Report.pdf](https://iea-pvps.org/wp-content/uploads/2020/01/T9_NetMeteringAndPVDevelopmentInEmergingCountries_EN_Report.pdf).
- Roy, R. (no prelo), «Africa’s developmental path as a solution to the problem of air pollution in Africa», documento de referência para *Africa’s Development Dynamics 2023*.
- Rust, J. e L. Ossenbrink (12 de fevereiro de 2022), «Germany eyes Namibia’s green hydrogen», artigo da *Deutsche Welle*, <https://p.dw.com/p/4KPay>.
- SACREEE (2019), «REESAP – Southern Africa Renewable Energy and Energy Efficiency Strategy and Action Plan», publicação do Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da SADC, [www.sacreee.org/document/reesap-southern-africa-renewable-energy-and-energy-efficiency-strategy-and-action-plan](http://www.sacreee.org/document/reesap-southern-africa-renewable-energy-and-energy-efficiency-strategy-and-action-plan).
- SAIPPA (n.d.), «What does SAIPPA do?», página Web da South African Independent Power Producers Association, [www.saippa.org.za/](http://www.saippa.org.za/) (consultado em 13 de fevereiro de 2023).
- SEIA (n.d.), «Net Metering», página Web da Solar Energy Industries Association, [www.seia.org/initiatives/net-metering](http://www.seia.org/initiatives/net-metering) (consultado em 13 de fevereiro de 2023).
- Stafford, W. H. L. et al. (2019), «Biofuels technology development in Southern Africa», *Development Southern Africa*, vol. 36/2, Taylor & Francis Group, Londres, <https://doi.org/10.1080/0376835X.2018.1481732>.
- Sy, A. N. R. (2017), *Leveraging African Pension Funds for Financing Infrastructure Development*, The Brookings Institute, [www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/03/global\\_20170314\\_african-pension-funds.pdf](http://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/03/global_20170314_african-pension-funds.pdf).
- TaiyangNews (29 de outubro de 2021), «2.6 GW renewable energy capacity for South African auction», artigo, <https://taiyangnews.info/markets/south-africa-concludes-reipp-round-5/>.
- UA/IRENA (n.d.), «Africa Clean Energy Corridor / West Africa Clean Energy Corridor», *Working Document*, [https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/33313-wd-africa\\_clean\\_energy\\_corridor\\_west\\_africa\\_clean\\_energy\\_corridor\\_e.pdf](https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/33313-wd-africa_clean_energy_corridor_west_africa_clean_energy_corridor_e.pdf) (consultado em 13 de fevereiro de 2023).
- Udeagha, M. e N. Ngepah (2021), «Disaggregating the environmental effects of renewable and non-renewable energy consumption in South Africa: Fresh evidence from the novel dynamic ARDL simulations approach», *Economic Change and Restructuring*, Vol. 55, <https://doi.org/10.1007/s10644-021-09368-y>.
- UN DESA (2022), «World Population Prospects: The 2022 Revision», *Nações Unidas* (base de dados), United Nations Department of Economic and Social Affairs, Nova Iorque, <https://population.un.org/dataportal/data/indicators/67/locations/903/start/2000/end/2030/table/pivotbylocation> (consultado em outubro de 2022).
- UNCTADstats (2022), *Handbook of Statistics* (base de dados), <https://unctadstat.unctad.org/EN/> (consultado em outubro de 2022).
- UNIDO (2020), *Clean Energy MiniGrid Policy: Development Guide*, United Nations Industrial Development Organisation, [www.unido.org/sites/default/files/files/2021-03/CEMG\\_Development\\_Guide\\_EN.pdf](http://www.unido.org/sites/default/files/files/2021-03/CEMG_Development_Guide_EN.pdf).
- Ver Angola (30 de janeiro de 2023), «Fitch Solutions: withdrawal of fuel subsidies in Angola is the biggest risk to stability», artigo, [www.verangola.net/va/en/012023/Energy/34233/Fitch-Solutions-withdrawal-of-fuel-subsidies-in-Angola-is-the-biggest-risk-to-stability.htm](http://www.verangola.net/va/en/012023/Energy/34233/Fitch-Solutions-withdrawal-of-fuel-subsidies-in-Angola-is-the-biggest-risk-to-stability.htm).
- Wang, Q. et al. (2018), «Renewable energy and economic growth: New insight from country risk», *Energy*, vol. 238, [www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0360544221022660](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0360544221022660).
- Zitamar (22 de dezembro de 2022), «Mozambique looks to off-grid systems to provide energy for all», artigo, <https://zitamar.com/mozambique-looks-to-off-grid-systems-to-provide-energy-for-all/#:~:text=In%20the%20first%20quarter%20of,energy%20to%20meet%20household%20needs>.



## Capítulo 4

# **Investir em ecossistemas naturais para o desenvolvimento sustentável na África Central**

Este capítulo aborda a mobilização de investimentos sustentáveis nos nove países da África Central: Burundi, Camarões, República do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe e Chade. Analisa os fluxos financeiros recebidos pela região e a sua afetação a atividades sustentáveis e de promoção da integração regional. Em seguida, propõe um estudo de caso sobre o potencial da monetização dos ecossistemas naturais para atrair investimentos e participar na transformação produtiva da região. Efetua um balanço dos ecossistemas naturais e dos mecanismos de monetização existentes e analisa os principais desafios que impedem o seu desenvolvimento. Por fim, este capítulo apresenta propostas de políticas públicas que permitam aumentar quantitativa e qualitativamente a monetização dos ecossistemas naturais na África Central.

# EM SÍNTESE

O forte potencial dos ecossistemas naturais da África Central deve permitir aumentar os investimentos sustentáveis nas economias locais. Monetizar os serviços de ecossistemas fornecidos por estes recursos – como o sequestro de carbono pelas florestas, estimado em mais de 344 000 mil milhões USD – poderia mobilizar mais financiamento para o desenvolvimento sustentável.

Não obstante esse potencial, os países da África Central esforçam-se para valorizar o seu capital ambiental. Em 2019-20, receberam 1.5 mil milhões USD, ou apenas 5.3% do financiamento climático atribuído ao continente e 0.2 % do financiamento mundial para o clima. As fragilidades dos quadros institucionais e de governação, bem como as limitações técnicas locais, fazem parte dos fatores que impedem a capacidade dos governos locais de instaurar mecanismos eficazes de monetização dos ecossistemas naturais.

Os intervenientes nacionais, regionais e internacionais devem considerar três ações prioritárias para aumentar a monetização dos ecossistemas naturais: 1) melhorar a contabilização do valor do capital ambiental da África Central para melhor informar os investidores e as partes interessadas; 2) criar quadros institucionais adaptados à monetização dos ecossistemas naturais; e 3) promover mecanismos de financiamento inovadores em concertação com os intervenientes comunitários, políticos e financeiros.

## África Central

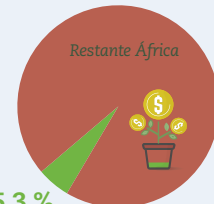
A África Central atrai menos investimentos sustentáveis do que outras regiões africanas

Fluxos de IDE greenfield

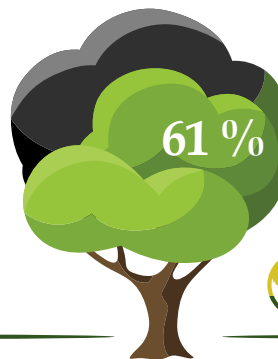
**-23 %**  
2012-16      2017-22



Em 2019-20, os países da **África Central** receberam **1.5 mil milhões USD** em financiamento climático



ou **5.5 %** da área florestal mundial



ou **11 %** do stock mundial

Vários mecanismos financeiros permitem monetizar os ecossistemas naturais

Créditos de carbono



Ecoturismo



O que se segue?



Melhorar a contabilização do valor do capital natural para melhor informar os investidores e as partes interessadas



Criar quadros institucionais adaptados à monetização dos ecossistemas naturais

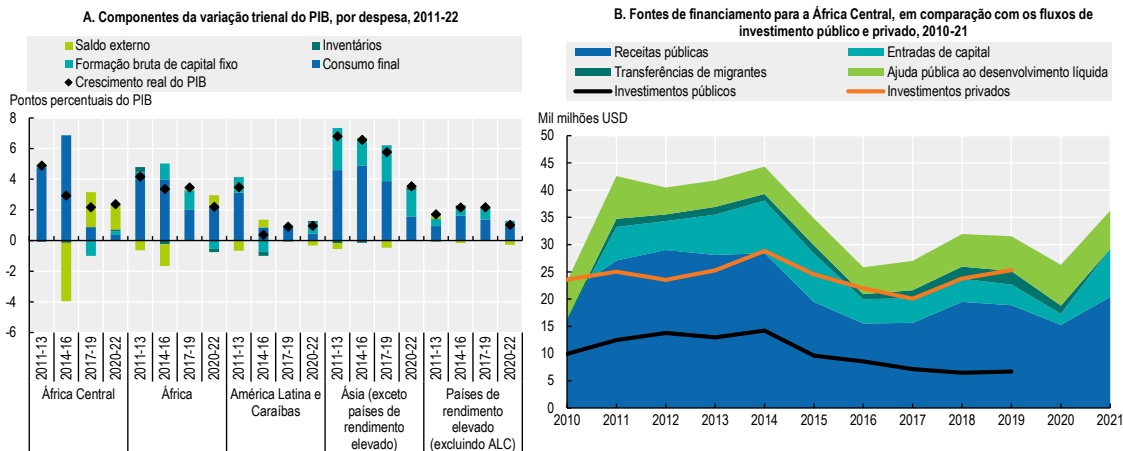


Garantir a propriedade local ao promover mecanismos de financiamento inovadores



## Perfil regional da África Central

### Gráfico 4.1. Componentes do crescimento económico e fontes de financiamento na África Central

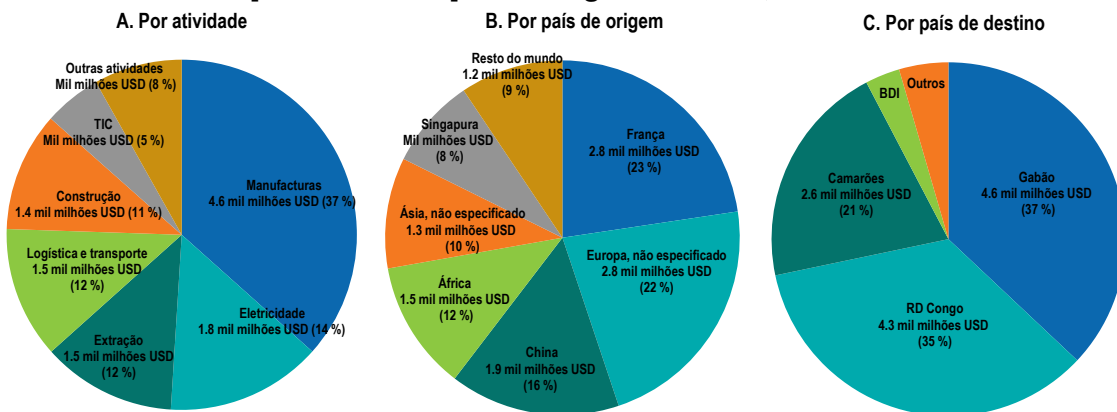


Nota: As componentes do crescimento do PIB são calculadas numa base anual, utilizando o crescimento real anual do PIB para estimar o aumento real em USD. Os valores agregados são calculados considerando a média dos valores nacionais ponderados pelo PIB em USD de paridade de poder de compra. As componentes do crescimento do PIB ao longo de períodos de três anos foram calculadas considerando a diferença entre a média geométrica do crescimento anual do PIB real ao longo do período e o crescimento real do PIB ao definir cada componente como zero para anos individuais. O saldo externo é a diferença entre as importações e as exportações. As importações contribuem negativamente para o PIB. «Países de rendimento elevado» refere-se a países classificados como de «rendimento elevado» de acordo com o *Country and Lending Groups* do Banco Mundial, com exceção da América Latina e das Caraíbas. As receitas públicas incluem todas as receitas públicas fiscais e não fiscais menos o serviço da dívida e os subsídios recebidos. As entradas de capital incluem o investimento direto estrangeiro (IDE), o investimento de carteira e outras entradas de investimento reportadas pelo Fundo Monetário Internacional no âmbito da contabilização de ativos/passivos. Os valores relativos às entradas de capital devem ser interpretados com alguma cautela, uma vez que faltam alguns valores para 2021 e para as entradas de carteira.

Fontes: Cálculos dos autores com base em FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October); OCDE (2022a), *OECD Development Assistance Committee* (base de dados), <https://stats1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A>; Banco Mundial (2022a), *International Debt Statistics* (base de dados), <https://databank.worldbank.org/source/international-debt-statistics>; FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52>; FMI (2022c), *IMF Data Access to Macro Economic & Financial Data* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4>; e Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances* (base de dados), [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances).

StatLink <https://stat.link/dm75np>

### Gráfico 4.2. Investimento direto estrangeiro *greenfield* na África Central, por atividade e país de origem e destino, 2017-22



Nota: A base de dados *fDi Markets* é utilizada apenas para fins de *benchmarking*. Não permite a dedução de montantes reais de investimento, uma vez que os seus dados se baseiam em anúncios iniciais de projetos de investimento, alguns dos quais não se concretizam. TIC = Tecnologias da Informação e Comunicação. BDI = Burundi.

Fonte: Cálculos dos autores com base em *fDi Intelligence* (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets). StatLink <https://stat.link/6k4eua>

## A África Central tem menos investimento sustentável do que outras regiões africanas, apesar do seu potencial único

### Os fluxos financeiros devem ser estimulados para assegurar o desenvolvimento sustentável na África Central

O investimento pouco contribuiu para o crescimento da África Central desde a década de 2010. O forte crescimento demográfico da região pode, em parte, explicar o forte crescimento induzido pelo consumo nos períodos 2011-13 e 2014-16 (Gráfico 4.1). Entre 2015 e 2016, a queda dos preços do petróleo reconfigurou o equilíbrio entre estas diferentes componentes do crescimento. A balança comercial contribuiu negativamente para o crescimento durante o ano de 2015, quando o valor das exportações de petróleo da África Central caíra abruptamente e depois contribuiu positivamente quando essas exportações recuperaram lentamente. Uma queda de 32 % no investimento público e de 14 % no investimento privado (o maior do continente) acompanhou, também, o choque de preços de 2015, sem recuperação até 2019, resultando num contributo negativo da formação bruta de capital fixo (FBCF) para o crescimento do PIB no período 2017-19.

O declínio do setor extrativo resultante da queda dos preços do petróleo foi um fator determinante na redução dos investimentos na região. O total de entradas de capital (entradas de investimento direto estrangeiro, investimento de carteira e outros tipos de investimento, Gráfico 4.1) foi, em média, de 7.5 mil milhões USD entre 2011 e 2015, mas apenas de 3.8 mil milhões USD, em média, entre 2016 e 2020. No entanto, as economias da África Central continuam fortemente dependentes das indústrias extrativas, principalmente da produção petrolífera, cuja queda dos preços em 2015 foi acompanhada não somente de uma queda do crescimento do PIB, mas também de uma diminuição dos novos projetos de investimento de 59 % entre 2011-15 e 2016-21.

A pandemia de COVID-19 fragilizou as finanças públicas na maioria dos países da África Central. Antes da pandemia, a mobilização das receitas públicas mantinha-se relativamente fraca na sequência do choque de 2015 (tendo provocado uma redução de cerca de 30 %). Segundo a análise de viabilidade da dívida do FMI e do Banco Mundial de fevereiro de 2023, a maior parte dos países da África Central encontravam-se ou em situação de sobre-endividamento (República do Congo e São Tomé e Príncipe), ou em situação de elevado risco de sobre-endividamento (Burundi, Camarões, República Centro-Africana e Chade) (FMI/Banco Mundial, 2023). Em 2020, os países da região enfrentaram um aumento da dívida bruta do setor público administrativo de 5.5 pontos percentuais do PIB (de 39.9 % para 45.3 %), em média, após a pandemia de COVID-19. Em 2022, a maioria dos países da África Central continuava a classificar-se entre os países com contextos «frágeis», com exceção do Gabão e de São Tomé e Príncipe (OCDE, 2022b). No entanto, segundo o FMI, as receitas totais dos países da África Central deverão aumentar 41 % em 2023, em comparação com os níveis de 2019, o que poderá contribuir para melhorar a sua situação.

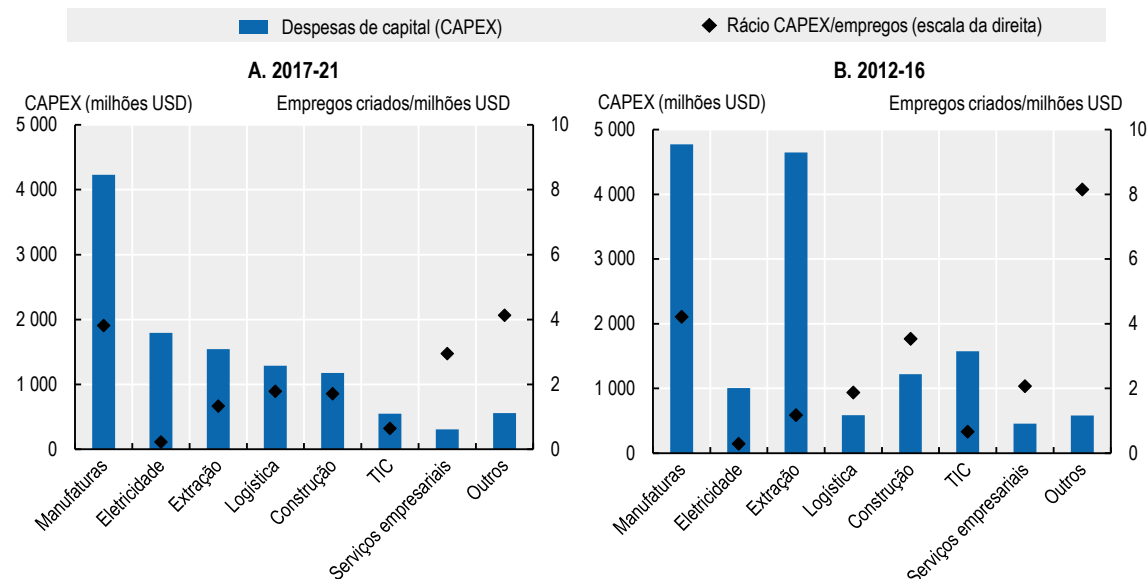
O aumento do preço do petróleo tem repercussões contrastantes nas economias da região. Em julho de 2022, os preços do petróleo atingiram um nível inigualável nos últimos dez anos, resultando num aumento do valor das exportações de petróleo equivalente a 6 pontos percentuais do PIB da África Central. A manutenção dos preços do petróleo num nível elevado previsto nos próximos anos poderá conduzir a uma retoma dos investimentos em África a curto e médio prazo (Banco Mundial, 2022b). No entanto, este reinvestimento em combustíveis fósseis teria consequências negativas para o ambiente e impediria o desenvolvimento sustentável da região. Além disso, as repercussões deste aumento dos preços são contrastantes, pois são positivas na maioria dos países da África Central exportadores líquidos de petróleo (Camarões, Chade, Guiné Equatorial, Gabão e República do Congo), mas negativas nas economias dos outros quatro países.

A África Central continua vulnerável a múltiplos riscos, para além dos preços do petróleo. Os recentes conflitos internacionais afetam, nomeadamente, as cadeias de abastecimento alimentar na região. Por exemplo, o Burundi, a República do Congo e a República Democrática do Congo (RDC) recebem a maioria das suas importações de trigo da Rússia e da Ucrânia (CNUCED, 2022). As alterações climáticas também aumentam a instabilidade e exacerbam os conflitos numa região em que o desenvolvimento já é dificultado por condições frágeis (National Intelligence Council, 2021).

### O investimento não está suficientemente direcionado para atividades sustentáveis

Os novos projetos de investimento desviaram-se das indústrias extrativas para a indústria transformadora, a eletricidade e a logística, todavia os montantes globais diminuíram consideravelmente. O valor total dos novos projetos de investimento na África Central diminuiu 23 % entre 2012-16 e 2017-22, principalmente devido a uma diminuição de 67 % dos fluxos no setor extrativo (Gráfico 4.3). Grande parte desta redução foi anterior à crise de COVID-19: o total dos fluxos ligados aos novos projetos de investimento para a África Central foi 40 % mais elevado em 2020 e 2021 do que em 2017-18. A criação de postos de trabalho relacionados com o investimento também diminuiu, passando de 2.6 postos de trabalho para 2.3 postos de trabalho por milhão de USD investidos. Mesmo na indústria transformadora, o rácio de emprego aumentou de 4.2 postos de trabalho para 3.8 postos de trabalho por milhão de dólares americanos investidos.

Gráfico 4.3. Intensidade laboral dos fluxos de investimento em novos projetos na África Central, por atividade



Nota: CAPEX = despesas de capital, TIC = tecnologias de informação e comunicação.

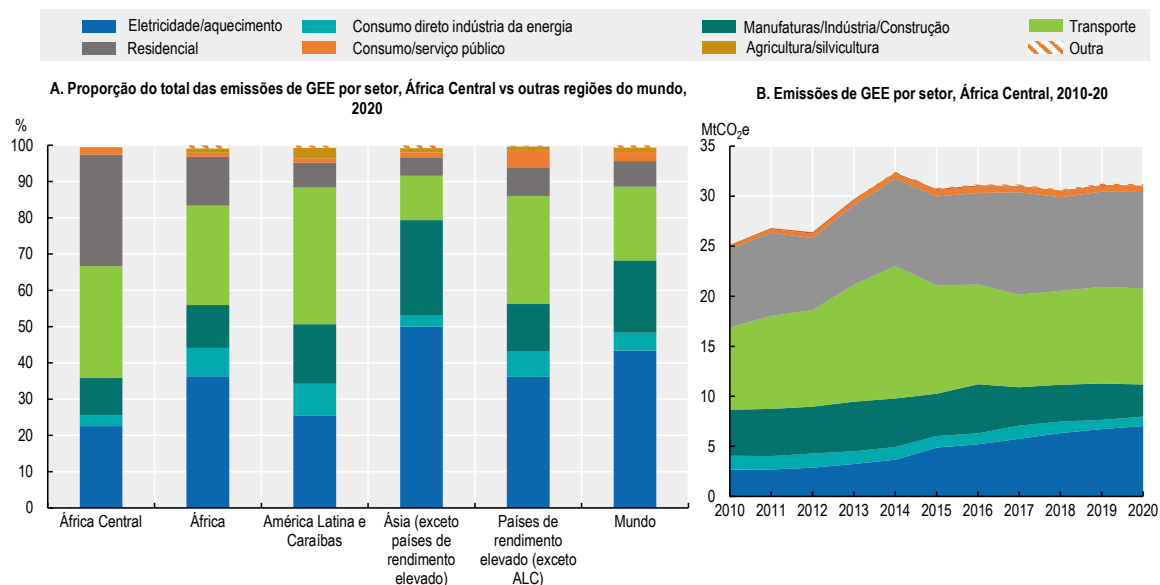
Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/cxme8f>


A África Central tem as economias menos intensivas em carbono da África. Em 2020, os países da África Central produziram 31 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (MtCO<sub>2</sub>e), ou seja, apenas 2.5 % das emissões produzidas por África e 0.1 % das emissões mundiais. De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) da região provêm mais de fontes residenciais do que da produção de eletricidade, em relação ao restante continente Africano e ao mundo.

No entanto, desde 2000, as emissões de GEE provenientes da produção de eletricidade têm vindo a aumentar, apesar da diminuição das emissões totais da região desde 2014 (Gráfico 4.4).

Gráfico 4.4. Emissões de GEE na África Central, por setor

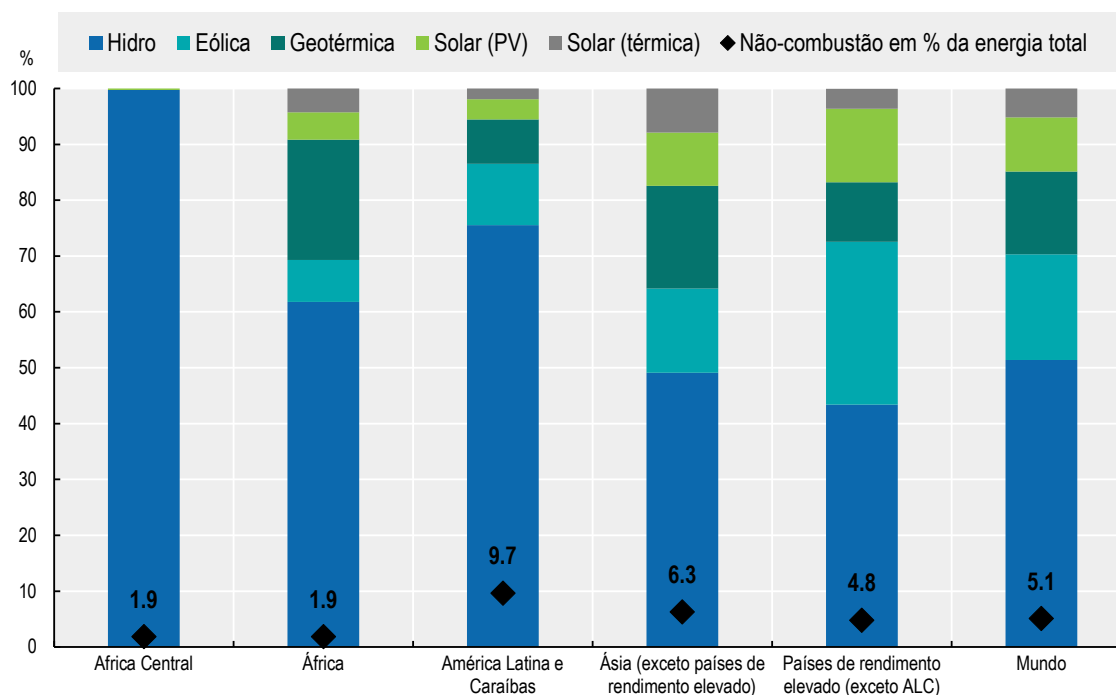


Fonte: AIE (2021), GHG Emissions from fuel combustion (summary) (base de dados), <http://dotstat.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=GHG>.

StatLink  <https://stat.link/eskf70>

A África Central depende menos dos combustíveis fósseis para a produção de eletricidade do que as outras regiões africanas. Cerca de 78 % da produção de eletricidade provém da energia hidroelétrica, enquanto o restante depende de combustíveis fósseis. No entanto, a África Central produz apenas 3 % da eletricidade do continente africano, deixando 72 % da sua população, ou 118 milhões de habitantes, sem acesso à eletricidade em 2020. Além disso, a eletricidade renovável corresponde a apenas uma pequena parte das necessidades energéticas (aquecimento, cozinha, mobilidade) da região (Gráfico 4.5).

Gráfico 4.5. Produção de eletricidade e calor sem combustão na África Central e no mundo, 2020



Nota: As fontes de energia sem combustão incluem as fontes de energia declaradas renováveis pela AIE, mas excluem fontes de energia como os biocombustíveis e os resíduos. A AIE não considera a energia nuclear uma energia renovável.

Fonte: AIE (2021), GHG Emissions from fuel combustion (summary) (base de dados), <http://dotstat.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=GHG>.

StatLink <https://stat.link/cuais8>

**O investimento em serviços sociais e infraestruturas na África Central continua a ser limitado.** A despesa pública e privada em saúde e educação na África Central foi de 3.7 % e 2.3 % do PIB, respetivamente, em 2019, menos do que nas outras regiões do continente, com exceção da África Ocidental. Os países ricos em petróleo, como a República do Congo, a Guiné Equatorial, o Gabão e a República Democrática do Congo, apresentam os mais baixos níveis de despesa em saúde e educação em percentagem do PIB. No entanto, em 2020, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para infraestruturas e serviços sociais representou 1.6 % do PIB da África Central, uma proporção muito superior à das outras regiões africanas, mas insuficiente para responder às necessidades e compensar a falta de investimentos públicos nestas áreas.

#### A integração regional tornará a região mais atrativa, em termos de investimentos sustentáveis

A integração regional permanece fraca na África Central, o que limita o potencial de desenvolvimento do investimento intrarregional. A integração regional da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) permanece inferior à de outras comunidades económicas regionais, com algumas disparidades, dependendo do país (Quadro 4.1).

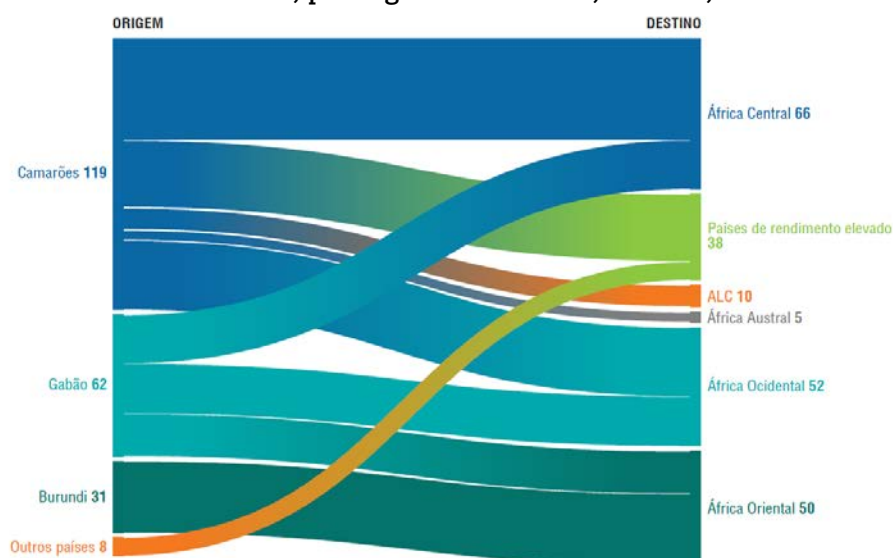
Quadro 4.1. Índices de integração regional na África Central em 2019

País	Integração comercial	Integração das infraestruturas	Integração produtiva	Livre circulação de pessoas	Integração macroeconómica	Média
Burundi	0.12	0.25	0.08	0.06	0.49	0.20
Camarões	0.38	0.79	0.87	0.16	0.81	0.60
República do Congo	0.90	0.43	0.43	0.54	0.77	0.61
Gabão	0.50	0.83	0.39	0.54	0.79	0.61
Guiné Equatorial	0.37	0.37	0.32	0.38	0.80	0.44
República Centro-Africana	0.31	0.15	0.17	0.63	0.75	0.40
República Democrática do Congo	0.08	0.11	0.27	0.47	0.60	0.30
São Tomé e Príncipe	0.31	0.15	0.17	0.63	0.75	0.40
Chade	0.41	0.18	0.54	0.78	0.00	0.38
CEEAC	<b>0.37</b>	<b>0.36</b>	<b>0.36</b>	<b>0.51</b>	<b>0.61</b>	<b>0.44</b>

Nota: O Índice de Integração Regional em África (IIRA) mede até que ponto os países africanos honram os compromissos que assumiram no âmbito de iniciativas de integração pan-africanas, como a Agenda 2063 ou o Tratado de Abuja. O IIRA abrange as cinco dimensões de integração regional: comercial, produtiva, macroeconómica, das infraestruturas e de livre circulação de pessoas. O índice estende-se por uma escala mínima-máxima de 0 a 1.

Fonte: Adaptado de CUA/BAD/CEA (2019), *Índice de l'intégration régionale en Afrique – édition 2019*, [www.integrate-africa.org/fileadmin/afdb/Documents/ARII-FR-Report2019.pdf](http://www.integrate-africa.org/fileadmin/afdb/Documents/ARII-FR-Report2019.pdf).

A maioria dos novos projetos de investimentos na África Central provém de países de rendimento elevado. Entre 2017 e 2021, as principais fontes de novos projetos de investimento estrangeiro (por ordem decrescente) foram a República Popular da China (a seguir designada por «China»), França, Singapura, os Países Baixos e a Alemanha. Apenas um décimo dos fluxos de investimento recebidos tiveram origem em outros países africanos. Os investimentos externos da região são 50 vezes inferiores aos investimentos internos. A África Central é responsável por 0.06 % dos novos projetos de investimento externo para o continente entre 2017 e 2021, com os Camarões a gerarem mais de metade desse fluxo (Gráfico 4.6). Com efeito, a região dispõe de menos empresas multinacionais regionais que investem nos outros países da África Central em comparação com as outras regiões africanas.

Gráfico 4.6. Saídas de investimento direto externo *greenfield* provenientes dos países da África Central, por regiões de destino, 2017-21, em milhões USD

Nota: «Outros países» inclui a República do Congo (7 milhões USD) e a Guiné Equatorial (1 milhão USD). «Países de rendimento elevado» refere-se aos chamados «países de rendimento elevado» na classificação de países por grupos de rendimento do Banco Mundial, excluindo a América Latina e as Caraíbas (ALC).

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/5nari8>



## A monetização dos ecossistemas naturais atrairá mais investimentos sustentáveis na África Central

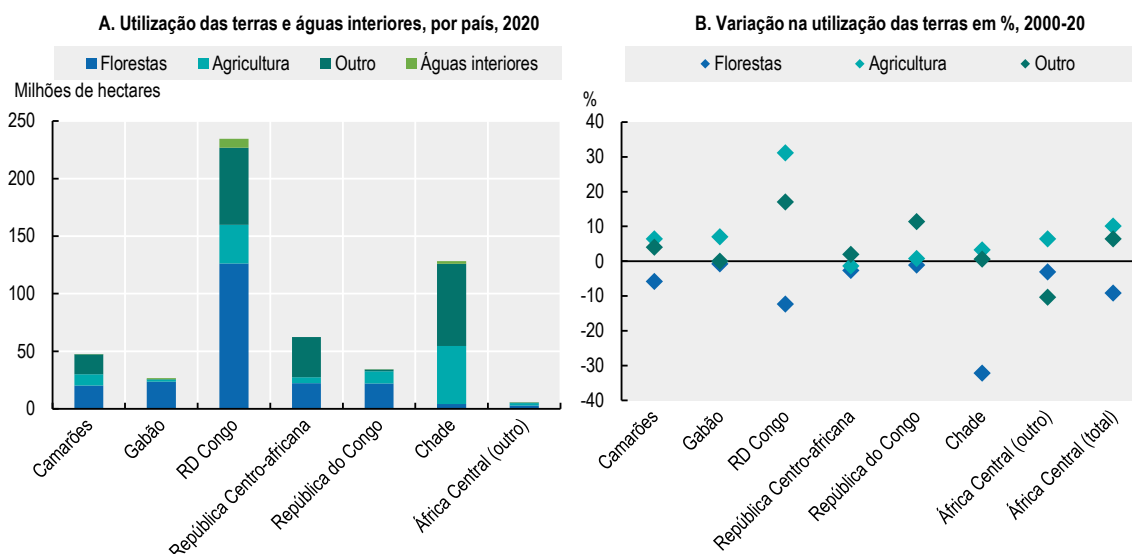
Para mobilizar financiamento, os decisores políticos devem compreender o potencial económico dos ecossistemas naturais. É o caso, por exemplo, da África Central, onde se encontra situado um dos maiores ecossistemas intactos do mundo, de enorme valor para a biosfera terrestre e para a economia mundial. No entanto, embora a preservação destes ecossistemas exija um investimento significativo, os investimentos sustentáveis continuam a ser inferiores na África Central, comparativamente ao resto do continente. A monetização dos ecossistemas permitiria mobilizar os financiamentos necessários à sua proteção, assegurando simultaneamente o desenvolvimento económico dos países da região – nomeadamente facilitando a transformação produtiva, a digitalização ou a participação nas cadeias de valor mundiais.

### A valorização dos ecossistemas naturais da África Central sofre com a concorrência mais lucrativa de atividades prejudiciais para o ambiente

A monetização dos ecossistemas naturais na África Central permite aumentar o seu contributo para o desenvolvimento económico sustentável. A atribuição de valor monetário à natureza e ao ambiente (às vezes designada «monetarização» na literatura francesa – ver, por exemplo, Bouscasse et al. (2011)) – pode justificar a sua proteção e permitir a mobilização de recursos adicionais. Se os ecossistemas da África Central não gerarem retorno financeiro para os investidores, estes serão tentados a recorrer a atividades que gerem rendimentos mais elevados, como a agricultura ou a habitação. As florestas tropicais e os rios da África Central são reconhecidos como detendo um valor ecológico e económico de importância mundial. No entanto, têm dificuldade em atrair investimentos significativos, e a desflorestação não diminui.

Os ecossistemas naturais da África Central estão a perder terreno porque outras formas de uso do solo têm maior valor comercial. Segundo a FAO (2021a), em 2020, as florestas da África Central cobriam 221 milhões de hectares (ha), ou seja, 41 % da superfície terrestre da região, e representavam 35 % do coberto florestal de África (Gráfico 4.7). No entanto, este valor regista uma redução de 9 % em relação a 2000, e as áreas agrícolas e urbanas aumentaram 10 % e 131 %, respetivamente. Este declínio ocorreu apesar da duplicação das áreas protegidas nos países da Comissão das Florestas da África Central (COMIFAC)<sup>1</sup> desde o início dos anos 2000 (Doumenge et al., 2021). A taxa de degradação das florestas tem vindo a aumentar desde 2017, devido à agricultura, à construção de infraestruturas e ao crescimento demográfico. A população da África Central cresceu 87 % entre 2000 e 2020, e prevê-se que aumente 119 % entre 2020 e 2050, de acordo com as projeções da ONU (2022a).

Gráfico 4.7. Uso do solo e águas interiores na África Central



Fonte: FAO (2021a), *Données de l'alimentation et de l'agriculture* (FAOStat) (base de dados), [www.fao.org/faostat/fr/#home](http://www.fao.org/faostat/fr/#home).  
StatLink <https://stat.link/tn95ir>

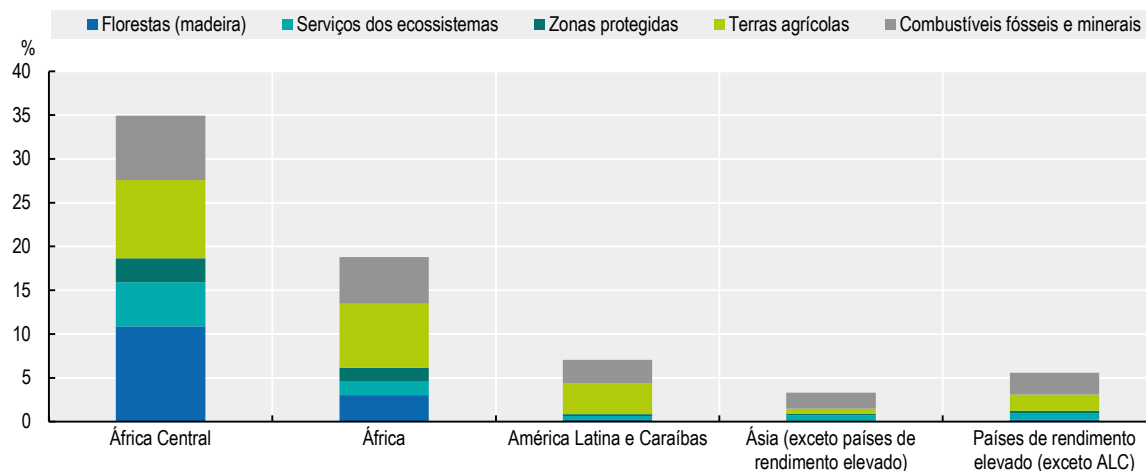
### A África Central possui trunfos importantes para monetizar os seus ecossistemas naturais

Mais do que em qualquer outra região da África ou do mundo, as florestas reúnem uma parte importante da riqueza da África Central. De acordo com uma estimativa do Banco Mundial (2021) para calcular o valor total do capital humano, do capital físico e do capital ambiental nas economias mundiais:

- O capital armazenado nos ecossistemas da África Central foi de 394 mil milhões USD em 2018, ou seja, 26,6 % do PIB da região. Este valor ultrapassa os 383 mil milhões USD de valor atribuídos à pesca, à agricultura, aos combustíveis fósseis e aos minerais combinados na região.
- As florestas, áreas protegidas e serviços de ecossistemas da África Central representam 19 % da riqueza total da região, contra 6 % para a África no seu conjunto e cerca de 1 % para as outras regiões do mundo (Gráfico 4.8).
- 58 % da riqueza atribuída aos ecossistemas da África Central em 2018 provém da produção futura de madeira, 27 % dos serviços de ecossistemas (lazer; caça e pesca; produtos florestais não lenhosos; proteção das bacias hidrográficas – ver Caixa 4.1) e 15 % dos recursos naturais protegidos.

No entanto, estas estimativas não têm em conta o valor dos ecossistemas da África Central no sequestro do carbono atmosférico. Além disso, dependem de fatores socioeconómicos: rendimentos mais elevados e populações mais importantes próximas das florestas aumentam o valor dos serviços de ecossistemas.

**Gráfico 4.8. Distribuição do capital ambiental em percentagem da riqueza nacional (excluindo ativos externos), 2018**



Nota: Os países para os quais não estava disponível uma contabilização completa da riqueza nacional foram excluídos do cálculo. Nesse sentido foram excluídos onze países africanos, incluindo a Guiné Equatorial, na África Central. «Países de rendimento elevado (exceto ALC)» inclui os países classificados pelo Banco Mundial na categoria de países de rendimento elevado segundo o rendimento nacional bruto para o ano de 2022, excluindo os países da América Latina e Caraíbas (ALC).  
 Fonte: Banco Mundial (2021), *The Changing Wealth of Nations 2021: Managing Assets for the Future*, <http://hdl.handle.net/10986/36400>.

StatLink <https://stat.link/01cyfx>

**As florestas da África Central são particularmente valiosas como reservatórios de carbono.** Embora a África Central possua apenas 35 % da superfície florestal de África, contém 62 % da biomassa de carbono do continente, ou seja, 11 % das reservas mundiais (Gráfico 4.9). Estes valores não têm em conta o potencial de armazenamento de carbono na camada arável do solo florestal, que acrescentaria cerca de 41 % de reservas de carbono adicionais nas florestas da África Ocidental e Central (FAO, 2021b). As turfeiras da bacia central do Congo representam uma reserva suplementar de 30 Gt de carbono (Brown, 2017).

#### Caixa 4.1. Os serviços de ecossistemas: Conceito e método de avaliação económica

Os serviços de ecossistemas referem-se aos benefícios dos ecossistemas naturais. Estes podem incluir benefícios tangíveis, como a melhoria da qualidade do ar e da água, e benefícios intangíveis, como o seu valor estético que pode inspirar a arte. A Classificação Internacional Comum de Serviços de Ecossistemas (CICES) enumera três categorias principais de serviços de ecossistemas (Quadro 4.2).

**Caixa 4.1. Os serviços de ecossistemas:  
Conceito e método de avaliação económica (continuação)**

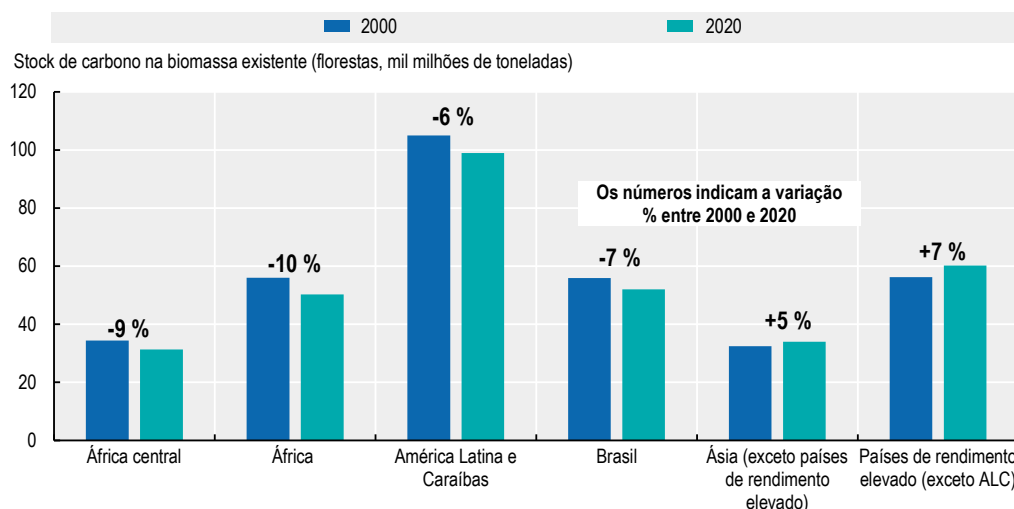
**Quadro 4.2. Os serviços de ecossistemas enumerados na Classificação  
Internacional Comum de Serviços de Ecossistemas (CICES)**

Categories de serviços de ecossistemas	Bens e serviços de ecossistemas
Serviços de fornecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alimentação</li> <li>• Água doce</li> <li>• Combustíveis</li> <li>• Fibras</li> <li>• Produtos bioquímicos e farmacêuticos</li> <li>• Recursos genéticos</li> <li>• Recursos ornamentais</li> </ul>
Serviços de regulação e manutenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter a composição gasosa da atmosfera</li> <li>• Regular o clima local e global</li> <li>• Controlar a erosão</li> <li>• Regular o caudal da água</li> <li>• Purificar a água e decompor os resíduos</li> <li>• Controlar doenças</li> <li>• Controlo de pragas e doenças de culturas/gado</li> <li>• Polinizar as plantas</li> <li>• Oferecer proteção contra tempestades</li> <li>• Reciclar nutrientes</li> <li>• Manter a produção primária</li> <li>• Produzir oxigénio através da fotossíntese</li> </ul>
Serviços culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiências espirituais e religiosas</li> <li>• Educação e cultura</li> <li>• Valor estético</li> <li>• Lazer</li> <li>• Turismo</li> </ul>

Fonte: Compilação dos autores com base em *The Economics of Biodiversity: the Dasgupta Review (2021)*, [https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/962785/The\\_Economics\\_of\\_Biodiversity\\_The\\_Dasgupta\\_Review\\_Full\\_Report.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/962785/The_Economics_of_Biodiversity_The_Dasgupta_Review_Full_Report.pdf).

**A avaliação económica dos serviços de ecossistemas permite quantificar estes benefícios em termos de unidades monetárias.** Como exemplo, o contributo económico dos ecossistemas pode ser avaliado com base nos custos que a construção de infraestruturas alternativas acarretaria em consequência da sua perda. No entanto, esta abordagem representa apenas um dos muitos métodos de avaliação existentes (ONU, 2005). De acordo com Dasgupta (2021), cada vez mais países estão a incorporar estimativas de capital ambiental e de serviços de ecossistemas nas suas avaliações económicas. Estas avaliações podem contribuir para a criação de sistemas de «pagamentos por serviços de ecossistemas» baseados na atribuição de remunerações em contrapartida da preservação do ambiente.

Gráfico 4.9. Os dois maiores sumidouros de carbono do mundo, na África Central e na floresta amazônica, estão em declínio



Nota: «Países de rendimento elevado (exceto ALC)» inclui os países classificados pelo Banco Mundial na categoria de países de rendimento elevado segundo o rendimento nacional bruto (RNB) para o ano de 2022, excluindo os países da América Latina e Caraíbas (ALC).

Fonte: FAO (2021a), «Données de l'alimentation et de l'agriculture» (FAOSTat) (base de dados), [www.fao.org/faostat/fr/#home](http://www.fao.org/faostat/fr/#home).

StatLink <https://stat.link/kmx9u1>

As florestas não degradadas da África Central têm mantido a sua capacidade de sequestro de carbono (Hubau et al., 2020). De facto, a capacidade de sequestro de carbono atmosférico das florestas amazônicas não degradadas está em declínio desde a década de 1990 devido ao aumento da mortalidade das árvores, atribuído às alterações climáticas (Brienen et al., 2015).

O valor do carbono atualmente sequestrado na África Central ultrapassaria 344 000 mil milhões USD. No entanto, os métodos de cálculo deste valor mudaram radicalmente, de acordo com os cenários climáticos considerados.

- O custo social do carbono, ou seja, o custo previsto para a sociedade da libertação de uma quantidade suplementar de dióxido de carbono na atmosfera, poderá atingir 307 USD por tonelada de dióxido de carbono (tCO<sub>2</sub>) (Kikstra et al., 2021). A libertação para a atmosfera dos 31.3 mil milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> sequestrados nas florestas da África Central criaria prejuízos globais equivalentes a 35 200 mil milhões USD.<sup>2</sup>
- Se os danos económicos do carbono libertado persistirem, o custo social do carbono pode ultrapassar os 3 000 USD por tonelada, ou seja, 344 000 mil milhões USD para o carbono sequestrado na África Central.

Embora os custos da poluição por carbono sejam, em teoria, extremamente elevados, os preços do carbono determinados pelos mercados variam e podem ser significativamente inferiores. O Banco Mundial (2022c) regista 67 preços de carbono em todo o mundo, com uma média de 30 USD por tonelada de CO<sub>2</sub> equivalente (tCO<sub>2</sub>e), mas variando de 0.08 USD tCO<sub>2</sub>e a 137 USD tCO<sub>2</sub>e. O Gabão prevê vender 90 milhões de toneladas de créditos de carbono a um preço que varia entre 25 USD e 35 USD por tonelada (Njoroge, 2022). A este preço, o stock total de florestas da África Central é avaliado entre 2 870 e 4 000 mil milhões USD, enquanto a redução líquida anual do stock florestal da África Central é estimada entre 17 mil milhões USD e 24 mil milhões USD por ano.

Em troca do valor monetário associado aos ecossistemas da África Central, enquanto sumidouros de carbono, a preservação da sua biodiversidade representa uma preocupação

**mundial.** O Fundo Mundial para a Natureza (WWF) estima que a inação face à destruição da biodiversidade custará 479 mil milhões USD por ano a nível mundial, ou seja, 10 000 mil milhões USD até 2050 (Roxburgh et al., 2020). A preservação da floresta amazónica custa entre 1.7 e 2.8 mil milhões USD por ano. A esta tarifa, a bacia do Congo, que equivale a cerca de 30 % da superfície da floresta amazónica, seria estimada entre 500 e 800 milhões USD por ano. A Iniciativa Florestal da África Central (CAFI) estima em 150 milhões USD a preservação das florestas do Gabão.

## Vários mecanismos financeiros permitem monetizar os ecossistemas naturais

### Os financiamentos públicos

Cerca de 68 % do financiamento mundial para o clima provém de doadores bilaterais e multilaterais (CPI, 2022). A maioria dos doadores financia a redução das emissões de GEE provenientes da desflorestação e da degradação florestal (REDD+) através de fundos como o Fundo Verde para o Clima (GCF), o Fundo para a Amazónia, o Fundo de Parceria para o Carbono Florestal (FCBF) ou ainda a CAFI (Watson e Schalatek, 2020). Os países beneficiários desenvolvem uma estratégia nacional REDD+ que propõe iniciativas medidas, notificadas e verificadas, e recebem financiamentos indexados aos resultados que obtêm. No entanto, muito poucos projetos-piloto do REDD+ receberam estes pagamentos (Nouvelles des forêts, 2020). O Gabão é uma exceção, com o pagamento de 17 milhões USD em 2021 pelos seus esforços de redução da desflorestação no período 2016-17 (ONU, 2021). Na COP 26 UNFCCC, foi anunciado um financiamento coletivo de pelo menos 1.5 mil milhões USD entre 2021 e 2025 para apoiar os seus esforços de proteção e manutenção das florestas e das turfeiras da bacia do Congo.

Os governos da África Central estão a começar a canalizar parte das receitas de atividades prejudiciais ao ambiente para financiamentos sustentáveis. No Gabão, por exemplo, o Fundo Gabonês de Investimentos Estratégicos (FGIS) é financiado em 10 % pela reafetação das receitas petrolíferas; gere cerca de 2 mil milhões USD de ativos e visa atingir uma descarbonização líquida nula até 2050 (Caixa 4.2). Na Guiné Equatorial, o governo também atribuiu 0.5 % das suas receitas de petróleo ao Fundo de Reserva para as Gerações Futuras (Yonga, 2014). Outros países, como os Camarões, a Guiné Equatorial e o Chade, também introduziram impostos ambientais para mobilizar recursos adicionais e desencorajar comportamentos poluentes. No entanto, as receitas mobilizadas não ultrapassaram 0.5 % do PIB em 2020 (OCDE/ATAF/CUA, 2022).

#### Caixa 4.2. As florestas do Gabão no Fundo Gabonês de Investimentos Estratégicos (FGIS)

Criado em 2019, o FGIS tem um compromisso ecológico e económico. O programa intervém em três setores estratégicos: o financiamento de infraestruturas, o acompanhamento de pequenas e médias empresas (PME) e o apoio aos setores sociais. A sua abordagem é orientada por três princípios fundamentais: sustentabilidade do impacto, inovação e mitigação de riscos para as partes interessadas. O FGIS é o primeiro fundo soberano africano a aderir à *Net-Zero Asset Owner Alliance* criada pelas Nações Unidas. Também aderiu à iniciativa *One Planet Sovereign Wealth Funds (OPSWF)*, ao *International Forum of Sovereign Wealth Funds (IFSWF)* e ao *African Sovereign Investors Forum (ASIF)*. Com estes compromissos ecológicos, e mais de 2 mil milhões USD de ativos sob gestão, o FGIS pretende incluir emissões líquidas de gases com efeito de estufa nulas na sua carteira até 2050, fixar objetivos intermédios de cinco em cinco anos e apresentar um relatório de acompanhamento anual.



### Caixa 4.2. As florestas do Gabão no Fundo Gabonês de Investimentos Estratégicos (FGIS) (continuação)

As florestas do Gabão desempenham um papel central nos seus objetivos ecológicos, mas servem também de fonte de financiamento sustentável. A floresta cobre mais de 88 % do território do Gabão, a maior área florestal da África Central. Apesar do declínio geral da área florestal da África Central, o Gabão é o único país da região a demonstrar que as suas florestas sequestram mais carbono do que emitem. As florestas gabonesas são, assim, um sumidouro líquido de carbono que absorve mais de 100 milhões de tCO<sub>2</sub>/ano, segundo o seu nível de emissões de referência para as florestas (NERF) depositado junto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) (Eba'a Atyi et al., 2022). Tendo em conta esta importância ecológica, o primeiro dos três objetivos estratégicos do seu «Plano Verde» é 1) gerir de forma sustentável a floresta gabonesa e posicionar o Gabão como líder mundial da produção de madeira tropical certificada, seguido por 2) valorizar o potencial agrícola e garantir a segurança alimentar, e 3) promover a exploração e valorização sustentáveis dos recursos haliêuticos.

### As obrigações verdes

Estão a ser introduzidos mecanismos inovadores, como as obrigações verdes (*Green bonds*), para financiar projetos de desenvolvimento. O mercado de obrigações verdes continua limitado em África (Quadro 4.3), mas ganha maior atenção por parte dos decisores políticos da África Central. Entre 2014 e 2022, a emissão de 25 obrigações verdes em 9 países africanos mobilizou 4.5 mil milhões USD, ou 0.2 % do mercado mundial (Climate Bonds Initiative, 2022). O Gabão prevê a emissão de uma obrigação soberana verde através do FGIS num valor compreendido entre 100 e 200 milhões USD para financiar a construção de centrais hidroelétricas (Afrimag, 2022). A nível regional, a Comissão de Supervisão do Mercado Financeiro da África Central (Cosumaf) manifestou igualmente a sua vontade de introduzir obrigações verdes, sociais e sustentáveis na Bolsa de Valores da África Central (BVMC) nos próximos anos. Aprender com as experiências de outros países que emitiram obrigações verdes em África, como Marrocos ou Egito (Capítulo 6), ou na América Latina, como a Colômbia ou o Uruguai (OCDE et al., 2022), permitiria implementar esses instrumentos financeiros de forma mais eficaz.

Quadro 4.3. Total de obrigações verdes por região, cumulativas, por ordem decrescente de valor, 2014-22

Região	Mercados de obrigações verdes	Número de emitentes	Número de transações	Valor (em milhares de milhões USD)
<b>África</b>	<b>9</b>	<b>23</b>	<b>25</b>	<b>4.5</b>
América do Norte	2	872	5 629	382.2
América Latina	14	107	195	32.8
Ásia Pacífico	23	1 224	1 827	458.6
Europa	33	1 151	2 434	867.4
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>3 377</b>	<b>10 110</b>	<b>1 745.5</b>

Fonte: Climate Bonds Initiative (2022), *Climate Bonds Interactive Data Platform* (base de dados), [www.climatebonds.net/market/data/](http://www.climatebonds.net/market/data/).

### Os créditos de carbono

O coberto florestal da África Central permite a monetização dos serviços de ecossistemas de sequestro de carbono através da criação de créditos de carbono. Na bacia do Congo, o valor dos serviços de sequestro do carbono pela floresta é estimado em 55 mil

milhões USD por ano, ou seja, 36 % do PIB dos seis países cobertos por essa floresta – Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial e Gabão (CGDEV, 2022). Na República Democrática do Congo, por exemplo, o sumidouro de carbono agroflorestal Ibi Batéké (PCIAB) permite conciliar a exploração sustentável das florestas com uma remuneração de 184 000 USD ligada ao sequestro de carbono, que é devolvida às cooperativas agroflorestais locais (Eba'a Atyi, 2022). O Gabão espera também mobilizar 2 mil milhões USD através da venda de créditos de carbono. O país prevê afetar 25 % destes fundos à gestão florestal e aos municípios rurais, 25 % ao FGIS, 25 % ao serviço da dívida do Gabão e 25 % ao orçamento nacional para a educação, a saúde e a resiliência climática (Ngounou, 2022).

#### **A gestão sustentável dos recursos nos setores agrícola, florestal e mineiro**

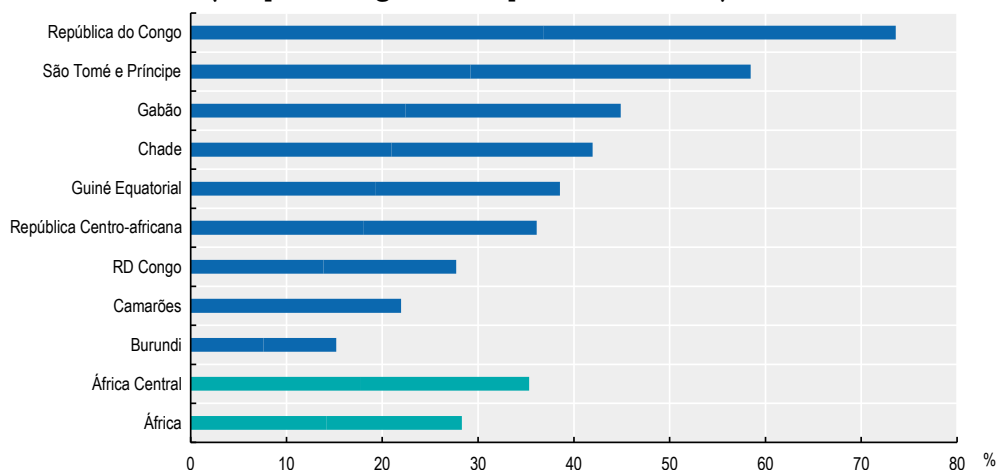
**A gestão sustentável dos recursos naturais pode promover a integração nas cadeias de valor, preservando, simultaneamente, os ecossistemas.** No período 2015-20, o setor agrícola (agricultura, silvicultura e pesca) contribuiu, em média, para 17 % do PIB da região e o setor extrativo para 31 %. A adoção de práticas agrícolas regenerativas permitiria aumentar os rendimentos em pelo menos 13 %, reduzindo, simultaneamente, a erosão dos solos em 30 % e aumentando o carbono nos solos em 20 % (Africa Regenerative Agriculture Study Group, 2021). Isto permitiria sequestrar o equivalente a 4.4 GtCO<sub>2</sub> por ano, bem como 106 MtCO<sub>2</sub>e suplementares, restaurando os solos degradados pela silvicultura. Por outro lado, a procura crescente de metais raros representa uma oportunidade para alguns países da região, mas exige a aplicação de regras de proteção social e ambiental (CUA/OECD, 2022).

#### **O ecoturismo**

**O ecoturismo pode apoiar as comunidades locais e contribuir para a diversificação das atividades económicas.** Na República do Congo, por exemplo, as receitas geradas pelo ecoturismo no parque protegido de Odzala-Kokoua contribuem para a economia local sob a forma de salários, de prestações de serviços e de projetos comunitários, nomeadamente a diversificação agrícola, a pecuária, o desenvolvimento de infraestruturas e a entrega de material médico aos centros de saúde (Doumenge et al., 2021).

**As áreas protegidas expandiram-se na região, mas permanecem sob tensão.** O Plano Estratégico para a Diversidade Biológica 2011-2020 e os objetivos de Aichi (CDB, 2010) previam a proteção de, pelo menos, 17 % das superfícies terrestres e 10 % das superfícies marinhas e costeiras mundiais a partir de 2020, através de redes de áreas protegidas com estatuto internacional. Atualmente, na África Central, 206 áreas protegidas ocupam mais de 950 000 km<sup>2</sup>, ou cerca de 18 % do solo e 8 % da superfície marinha da região – mais do que a média africana e mundial de cerca de 14 % (Gráfico 4.10). Apesar destes esforços, 55 % das áreas protegidas da região continuam ameaçadas por licenças de exploração de petróleo, gás e mineração (Doumenge et al., 2021).

Gráfico 4.10. Áreas protegidas terrestres e marinhas por país da África Central (em percentagem da superfície nacional)



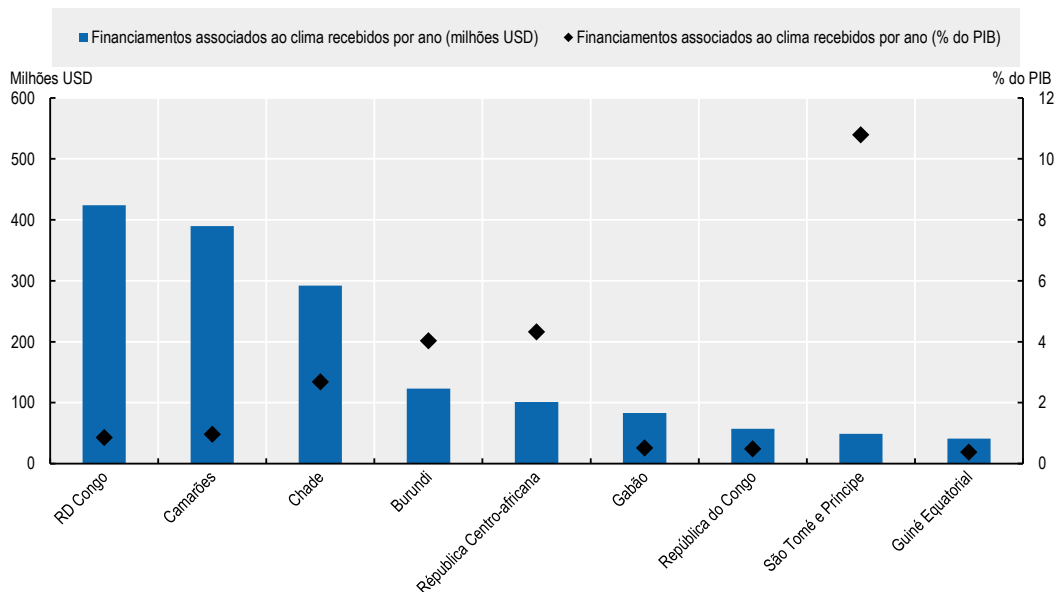
Nota: Áreas protegidas nacionais e internacionais reconhecidas pela World Database on Protected Areas.

Fonte: UNEP-WCMC/IUCN (2023), World Database on Protected Areas (base de dados), <https://doi.org/10.34892/6fwd-af11>. StatLink <https://stat.link/8d6est>

### Os obstáculos à monetização dos ecossistemas naturais

Os países da África Central recebem apenas uma pequena parte do financiamento mundial para o clima. Em 2019-20, receberam 1.5 mil milhões USD, ou apenas 5.3 % do financiamento climático atribuído ao continente e 0.2 % do financiamento climático mundial. Os principais beneficiários foram a República Democrática do Congo e os Camarões (Gráfico 4.11). São Tomé e Príncipe recebeu financiamentos equivalentes a 10 % do seu PIB nesse período, mas apenas 48 milhões USD, ou cerca de 3 % dos financiamentos recebidos pela região. Contrariamente às outras regiões, mais de metade dos financiamentos (54 %) destinavam-se a projetos de adaptação às alterações climáticas, maioritariamente nos setores da agricultura, silvicultura, pesca e utilização dos solos (CPI, 2022).

Gráfico 4.11. Financiamento climático recebido pela África Central, média 2019-20



Fonte: Climate Policy Initiative (2022), Landscape of Climate Finance in África, [www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2022/09/Landscape-of-Climates-Finance-in-Africa.pdf](http://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2022/09/Landscape-of-Climates-Finance-in-Africa.pdf).

StatLink <https://stat.link/wu3qrs>

Os riscos associados à corrupção constituem um importante travão à monetização dos ecossistemas naturais e aos investimentos em prol do clima na África Central. A avaliação das iniciativas e dos mecanismos de monetização dos ecossistemas destaca os problemas de governação que afetam a região. Por exemplo, a avaliação da implementação da iniciativa REDD+ nos Camarões revela a ausência de um mecanismo de análise independente para evitar a falsificação dos dados que alimentam as avaliações de impacto ambiental e social necessárias à validação de projetos REDD+ (TI, 2016). Na República Democrática do Congo, a auditoria nacional às concessões de exploração florestal industrial da Inspeção-Geral das Finanças revelou a adjudicação de, pelo menos, 18 concessões ilegais (Ligodi, 2022). A nível regional, a CAFI sublinhou as boas práticas do fundo em matéria de transparência e de luta contra a corrupção, mas uma aplicação difícil devido aos múltiplos intervenientes implicados na sua governação (TI, 2020).

As limitações técnicas locais e a multiplicidade de normas de certificação do carbono florestal dificultam a criação de um mercado voluntário de carbono. A capacidade de implementação das certificações de carbono continua a ser fraca na região, o que afeta a credibilidade de iniciativas como o REDD+, nomeadamente no cálculo de cenários de referência em que os pagamentos se baseiam nos resultados (Brimont, 2016). Na República Democrática do Congo, por exemplo, o projeto agroflorestal Ntsio, que reúne 5 500 ha e 260 explorações agroflorestais, não pode beneficiar das certificações de carbono devido às limitações técnicas com que se deparam os produtores locais para assegurar a gestão de transações de carbono (Eba'a Atyi, 2022). As diferentes normas de certificação utilizam diferentes métodos de medição dos resultados e de avaliação do preço do carbono (Angelsen et al., 2019). Por exemplo, os projetos de atenuação certificados pelo *Verified Carbon Standard* (VCS) obtêm um preço médio quatro vezes superior ao do *Gold Standard* (Quadro 4.4).

Quadro 4.4. Normas e certificações do carbono sequestrado utilizadas na remuneração dos projetos REDD+

Normas	Quotas de mercado voluntárias de carbono	Preço da tCO <sub>2</sub> e em USD	Exemplos de projetos REDD+ na África Central
<i>Verified Carbon Standard (VCS)</i>	81 %	4.8	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto Pikounda Nord REDD+ (R. Congo)</li> <li>Projeto Mai N'dombe REDD+ (RD Congo)</li> </ul>
<i>Gold Standard</i>	19 %	12.2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto de reflorestação EcoMakala Virunga REDD+ (RD Congo)</li> </ul>
Normas Climáticas, Comunidade & Biodiversidade (CCB)	inferior a 1 %	5.4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto Jadora-Isangi REDD+ (RD Congo)</li> <li>Projeto Mai N'dombe REDD+ (RD Congo)</li> </ul>
Plan Vivo	inferior a 1 %	7	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto Florestal Trinacional da Sangha. (República Centro-Africana e Camarões)</li> </ul>

Nota: Uma distinção é geralmente feita entre o mercado voluntário do carbono, que está aberto a todas as empresas que desejem compensar as suas atividades (mas não obrigados), e o mercado de carbono de conformidade, que torna a compensação obrigatória para as empresas mais poluidoras nos países signatários do Protocolo de Quioto.

Fonte: Autores, com base em Tsayem Demaze, Sufo-Kankeu e Sonwa (2020), «Analyse des discours et des promesses de la mise en œuvre de la déforestation évitée en Afrique centrale» («Analisando os discursos e promessas da implementação da desflorestação evitada na África Central»), [www.cifor.org/publications/pdf\\_files/articles/ASufoKankeu2001.pdf](http://www.cifor.org/publications/pdf_files/articles/ASufoKankeu2001.pdf); e Eba'a Atyi et al. (2022), *Les forêts du bassin du Congo: état des forêts 2021*, [www.cifor.org/publications/pdf\\_files/Books/Etat-des-forets-2021.pdf](http://www.cifor.org/publications/pdf_files/Books/Etat-des-forets-2021.pdf).

O impacto social das políticas de preservação dos ecossistemas é desigualmente tido em conta. A exploração florestal é um dos principais viveiros de empregos nas zonas rurais da região, contribuindo para a melhoria dos rendimentos das populações locais. Na África Central, a silvicultura emprega mais de 200 000 pessoas, direta e indiretamente (ATIBT, 2020). No Gabão, o setor florestal é o maior empregador privado do país e o segundo maior empregador a seguir ao Estado. Além disso, as florestas da África Central continuam a ter importância cultural para os povos indígenas, que por vezes utilizam espécies florestais em ritos tradicionais. A criação de áreas protegidas pode limitar as práticas culturais dos povos indígenas, prejudicar os caçadores-coletores e as populações

transumantes e nômadas. Uma arbitragem deve permitir compensar as populações locais que devem renunciar a alguns dos seus direitos de utilização a fim de proteger serviços ambientais (Lescuyer et al., 2008).

O desenvolvimento de atividades sustentáveis, como o ecoturismo ou a agricultura regenerativa, é limitado pela falta de infraestruturas e pela insegurança. O número de visitantes nas reservas protegidas da região continua a ser baixo devido à fraca infraestruturas e à falta de qualificações no setor turístico. Além disso, os problemas de segurança tiveram amplas repercussões sobre a frequência turística dos parques de Waza, nos Camarões, ou de Virunga, na República Democrática do Congo (Doumenge et al., 2021).

A aplicação de práticas agrícolas regenerativas requer o apoio dos governos, das empresas agroalimentares ou organizações não governamentais (ONG) para formar os produtores locais. O grupo Nestlé comprometeu-se, assim, a investir 1.2 milhões USD ao longo de cinco anos para promover a agricultura regenerativa em toda a sua cadeia de abastecimento, prestando assistência técnica, apoio ao investimento e prêmios aos produtos da agricultura regenerativa. No Chade, a LVMH associou-se à Aliança para a Bioeconomia Circular num projeto agroflorestal regenerativo ao lado de 500 produtores locais de algodão (CBA, 2022).

## Os governos da África Central têm várias alavancas políticas para conciliar a monetização com a preservação dos ecossistemas naturais

**Melhorar a avaliação do valor do capital ambiental para informar os investidores e os stakeholders**

**Melhorar a avaliação do capital ambiental**

As políticas nacionais de mobilização de investimentos sustentáveis serão mais eficazes se basearem-se em estimativas fiáveis do capital ambiental. Já existem muitos dados sobre os ecossistemas naturais globais, mas os legisladores precisam de compreender melhor o seu valor económico para os investidores, para o seu próprio planeamento, mas também para promover esses recursos junto dos parceiros. O desenvolvimento e a comunicação de estimativas fiáveis da riqueza em recursos renováveis ajudarão os decisores políticos a aumentar a sua transparência e credibilidade, identificando as lacunas nos dados mais relevantes para eles.

Os governos da África Central podem apoiar-se nos esforços internacionais existentes para desenvolver as contas de capital ambiental. O Banco Mundial inclui estimativas do capital ambiental renovável e não renovável na sua contabilização publicada em *L'évolution des richesses des nations 2021* (Banco Mundial, 2021). No entanto, a contabilidade nacional sistemática dos recursos naturais está menos difundida. As contas de capital ambiental para os Estados Unidos datam apenas de 2016, enquanto os países europeus apenas na última década se concentraram nas contas dos ecossistemas (Bagstad et al., 2021). O Gabão é um dos dez países a aderir à Declaração de Gaborone para o Desenvolvimento Sustentável em África, que tem como um dos principais compromissos a integração do capital ambiental na contabilidade nacional e no desenvolvimento (*Gaborone Declaration for Sustainability in Africa*, 2012). O conceito e a metodologia do Sistema de Contabilidade Económica e Ambiental (SCEE) baseiam-se no Sistema de Contabilidade Nacional (SCN). Até agora, apenas dois países da África Central, o Burundi e os Camarões, de 92 países do mundo, implementaram o Sistema de Contabilidade Económica Ambiental (ONU, 2022b).

Uma melhor contabilização do capital ambiental renovável permite também avaliar melhor o valor dos serviços de ecossistemas e melhorar as arbitragens sobre o impacto de certas atividades económicas. A contabilização dos recursos naturais também serve

para chamar a atenção para os problemas ambientais e pode melhorar os esforços para identificar oportunidades de investimento mais ecológicas, bem como ajudar os investidores a estimar e promover a sustentabilidade dos seus investimentos. Pode, também, permitir avaliar melhor as perdas provocadas pela exploração ilegal dos recursos naturais (exploração mineira ilegal, caça ilegal, pesca não regulamentada, degradação do ambiente). Na República Centro-Africana, por exemplo, uma investigação de campo revela que mais de 95 % da produção de ouro não está legitimamente documentada (USAID, 2019).

#### **Ter em conta o estado atual dos conhecimentos climático e biológico**

**A avaliação do valor do capital ambiental depende, em grande medida, dos conhecimentos científicos, que devem ser mantidos atualizados.** Os climatologistas estão constantemente a recolher novas leituras de temperatura e atmosfera que alimentam os padrões climáticos, enquanto aperfeiçoam a sua compreensão dos mecanismos que estão a provocar o aquecimento global. Além disso, cerca de 18 000 espécies são descobertas anualmente, e a maioria permanece desconhecida da ciência, pelo que o valor dos ecossistemas, também, depende do momento da avaliação.

**Novas descobertas em biologia continuam a ter implicações importantes na estimativa do valor do capital ambiental.** As turfeiras da bacia do Congo e o seu potencial em sequestro de carbono só são mundialmente conhecidas desde 2017 (Brown, 2017). Da mesma forma, os serviços prestados pelos elefantes para sequestrar o carbono nas florestas tropicais africanas só recentemente foram conhecidos – eles contribuem para aumentar a biomassa florestal, favorecendo o crescimento de árvores de maior biomassa. Em 2020, o Fundo Monetário Internacional (Chami et al., 2020) estimou em mais de 150 mil milhões USD o valor total dos serviços de sequestro de carbono dos elefantes das florestas de África (numa base de 25 USD por tonelada métrica de carbono), ou seja, um único elefante florestal valeria 1.75 milhões USD.

#### **Aproveitar as novas tecnologias e infraestruturas de TI para aceder a e partilhar dados**

**A crescente procura de dados ambientais requer o aproveitamento de novas tecnologias para aumentar a geração e a análise desses dados.** A CNUCED evoca uma «revolução de dados» para melhorar a mobilização e a acreditação de fontes não oficiais que podem complementar as fontes de dados tradicionais (Africanews, 2022; IHSN, 2003). Uma pesquisa recente junto dos utilizadores de tecnologia de conservação destacou as três novas ferramentas mais importantes para a conservação: a inteligência artificial, o ADN ambiental e os sensores em rede (Speaker, 2021). Fora de África, o Uruguai oferece um exemplo de utilização das novas tecnologias no âmbito das obrigações soberanas ligadas à sustentabilidade (SSLB), para melhor avaliar o capital ambiental, acompanhar os esforços de sustentabilidade e mobilizar o financiamento sustentável, graças às ferramentas de imagens de satélite e de teledeteção cartográfica (Ministério da Economia e das Finanças do Uruguai, 2022).

#### **Integrar o valor dos ecossistemas naturais nas instituições locais, nacionais e regionais**

**Desenvolver um sistema de cogestão dos ecossistemas naturais, atribuindo os papéis adequados aos intervenientes locais, nacionais e internacionais**

**As comunidades isoladas podem participar na gestão dos ecossistemas naturais locais e beneficiar das vantagens financeiras daí decorrentes.** Isto poderia significar obter uma parte dos créditos de carbono ou direitos exclusivos sobre determinados produtos florestais. Por exemplo, uma iniciativa do REDD+ na província de Mai Ndombe, na República Democrática do Congo, tem por base agricultores locais para plantar árvores e reservar solos, a fim de reverter a degradação das florestas locais. As consultas



iniciais envolveram mais de 15 000 pessoas. Cerca de 3 772 agricultores locais receberam pagamentos de doadores internacionais através do Fundo de Parceria para o Carbono Florestal (FCBF), em troca dos seus serviços para melhorar os ecossistemas, incluindo a plantação de 1.3 milhões de acácias e o restauro florestal de mais de 4 000 há (Banco Mundial, 2018). Em 2018, o projeto de construção da central hidroelétrica de Nachtigal, nos Camarões, incorporou pagamentos compensatórios às populações que perderam o acesso à floresta devido à inundação causada pela barragem.

**A integração dos interesses locais na propriedade fundiária poderia ser objeto de uma atenção especial.** Os direitos fundiários das populações locais continuam a ser uma questão sensível quando se trata de preservar a sustentabilidade ecológica de uma área florestal. Os agricultores locais declararam ter perdido o acesso aos seus campos quando a Total implementou um projeto de plantação de acácias em 40 000 hectares nas planícies Batéké, no Congo (Quashie-Idun e Howard, 2022). A aplicação de manuais de procedimentos, incluindo, por exemplo, a cartografia participativa, pode permitir a identificação das terras dos povos indígenas. Além disso, o reconhecimento jurídico dos casos de trabalhos forçados e de expropriação de terras, bem como a introdução de sanções dissuasivas, deverão ser reforçados na região.

**Os governos da África Central incorporam interesses locais e indígenas nas leis de gestão de ecossistemas naturais.** A Lei n.º 2021/014, de 9 de julho de 2021, de organização do acesso aos recursos genéticos, nos Camarões, garante «o envolvimento das populações indígenas e das comunidades locais na partilha dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos ou conhecimentos tradicionais associados». A República Centro-Africana foi o primeiro país africano a ratificar a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2010 (OIT, 2023). Esta Convenção confere às comunidades indígenas o direito de serem consultadas antes do envolvimento em atividades de prospeção ou exploração de recursos naturais nas suas terras. Em 2010, este país foi um dos primeiros a adotar uma lei que protege os direitos dos povos indígenas (IWGIA, 2011). A publicação regular de relatórios pelas instituições locais e pelas ONG poderia permitir um melhor acompanhamento da aplicação das regulamentações, bem como a atribuição de sanções, se necessário.

**Associar-se aos esforços internacionais para criar certificações para investimentos sustentáveis, identificando simultaneamente os casos de branqueamento de capitais**

**As instituições internacionais tomam medidas para corrigir alegações ambientais fraudulentas que possam diluir a procura de investimentos sustentáveis ou minar o seu apoio.** O Secretário-Geral da ONU exigiu, aliás, uma «tolerância zero» para o branqueamento de capitais (ONU, 2022). Em 2021, a Comissão Europeia examinou as alegações ambientais de uma seleção de sítios *web* e concluiu que metade desses sítios fazia declarações sem provas (Comissão Europeia, 2021a). A OCDE, por seu lado, aconselha as empresas a evitar o *Greenwashing*, insistindo nomeadamente na importância de produzir planos credíveis de transição climática das empresas (OCDE, 2022c).

**À medida que as certificações se multiplicam, os padrões vão evoluir.** Em 2022, foi alcançado um acordo europeu sobre um projeto de regulamentação que proíbe a participação da União Europeia (UE) em cadeias de valor suscetíveis de contribuir para a desflorestação (Oeschger, 2022; Comissão Europeia, 2021b). Assim, a participação das indústrias florestais da África Central nas cadeias de valor mundiais exigirá mais certificações de sustentabilidade (CUA/OCDE, 2022; Capítulo 4). O plano de ação *Forest law enforcement, Governance & Trade* (FLEGT) da UE propõe um mecanismo de certificação mais rigoroso para desencorajar a exploração madeireira ilegal (Eba'a Atyi et al., 2022). Este programa promove o comércio legal de madeira, propondo aos países terceiros produtores a assinatura de Acordos de Parceria Voluntários (APV) que lhes garantam um

acesso privilegiado aos mercados da UE e proibindo a colocação no mercado da UE de madeira extraída ilegalmente. Cinco dos dez países que assinaram acordos com a UE estão na África Central: Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo e Gabão (VPA Africa-Latin America Facility, 2023).

### **Promover novos mecanismos de financiamento para a monetização dos ecossistemas naturais**

**Os governos da África Central podem procurar novas oportunidades nos instrumentos financeiros.** Por exemplo, o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS Innovation Hub, 2022) propôs a adição de juros sobre os resultados de atenuação (MOI) às obrigações verdes. Este mecanismo permite acompanhar e financiar os compromissos ecológicos ligados às obrigações verdes. Quando as obrigações verdes são adquiridas, os MOI devem ser reembolsados em unidades de resultado de atenuação ou em crédito de carbono. Os memorandos de entendimento deverão ser elaborados de forma internacionalmente reconhecida, com base em ativos reais. Uma maior transação destes instrumentos pode aumentar a procura de preservação das florestas da África Central.

**Os programas de apoio à diáspora podem permitir aumentar os fluxos e alargar a base de financiamento dos ecossistemas naturais.** As remessas monetárias dos migrantes são apenas uma fonte limitada de financiamento – cerca de 1 % do PIB da África Central, no período 2015-20. No entanto, poderiam ser mais mobilizadas para investimentos produtivos e sustentáveis, nomeadamente sob o impulso dos programas de informação, cofinanciamento e assistência técnica criados pelos parceiros internacionais e pelos países de acolhimento. Por exemplo, a França criou a plataforma MEET Africa, que presta assistência técnica para a criação de empresas da diáspora, cofinanciada pela UE e pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) (Meet Africa, 2022). Em 2022, o Governo dos Camarões anunciou a criação de um fundo de apoio ao empreendedorismo dos jovens da diáspora (Investir au Cameroun, 2022).

**Os governos podem incentivar a inovação financeira criando um ambiente propício, fornecendo financiamento inicial e incorporando essas inovações nos seus programas e investimentos.** As considerações sobre a pegada de carbono e o impacto na biodiversidade podem ser integradas no planeamento nacional – gerando sinergias com os agentes privados. Os governos podem mobilizar financiamento catalisador para criar procura, utilizando financiamento verde para os seus próprios orçamentos e desvinculando-se de investimentos em atividades ambientalmente prejudiciais. A associação dos créditos de carbono aos grandes projetos de infraestruturas pode acrescentar uma componente ecológica aos grandes investimentos ou aos projetos intrarregionais, que podem ser certificados por mecanismos africanos, como o rótulo de qualidade do Programa de Desenvolvimento das Infraestruturas em África (PIDA).

**A cooperação internacional pode ajudar as instituições locais a tirar partido dos créditos de carbono.** Por exemplo, a Iniciativa Africana para os Mercados de Carbono (ACMI) lançada na COP 27 UNFCCC visa apoiar o desenvolvimento de mercados voluntários de carbono, mobilizar 6 mil milhões USD e criar 30 milhões de empregos até 2030. O Gabão e o Burundi são signatários (ACMI, 2022). A nível regional, a Comissão de Supervisão do Mercado Financeiro da África Central (Cosumaf) aderiu, em 2022, à rede bancária e financeira sustentável do Banco Mundial, que propõe mecanismos inovadores e estáveis de financiamento sustentável, como a emissão de obrigações verdes e azuis (COSUMAF, 2022).

**Quando as renegociações da dívida se revelarem necessárias, é importante favorecer futuros investimentos sustentáveis.** A nível mundial, o valor nominal total da dívida processada através de trocas entre a dívida e a natureza eleva-se a cerca de 3.7 mil milhões USD, dos quais apenas 318 milhões USD em África. Na África Central, só os Camarões

beneficiaram em 2006 deste tipo de iniciativas. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD, 2022) aponta a dificuldade de realizar este tipo de iniciativas, nomeadamente na República Democrática do Congo, principalmente devido aos problemas de governação. A atribuição de recursos diretamente a fundos independentes de proteção da natureza – como o Fundo Okapi, o maior fundo fiduciário privado de conservação do país – pode ser uma alternativa.

### Notas

1. A Comissão das Florestas da África Central (COMIFAC) inclui todos os países da África Central, conforme definido pelo Tratado de Abuja, com a adição do Ruanda.
2. A combustão de uma tonelada de carbono produz 3.667 tCO<sub>2</sub>.

### Bibliografia

- ACMI (2022), *Africa Carbon Markets Initiative (ACMI): Roadmap Report*, Sustainable Energy for All (SEforALL), Africa Carbon Markets Initiative, [www.seforall.org/publications/africa-carbon-markets-initiative-roadmap-report](http://www.seforall.org/publications/africa-carbon-markets-initiative-roadmap-report).
- Africanews, «RDC's government confirms general census is going ahead», *Africanews*, [www.africanews.com/2022/01/10/rdc-s-government-confirms-general-census-is-going-ahead/](http://www.africanews.com/2022/01/10/rdc-s-government-confirms-general-census-is-going-ahead/) (consultado em 10 de janeiro de 2022).
- Africa Regenerative Agriculture Study Group (2021), *Regenerative Agriculture: An opportunity for businesses and society to restore degraded land in África*, União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), Gland, [www.iucn.org/sites/default/files/2022-06/regenerative\\_agriculture\\_in\\_africa\\_report\\_2021.pdf](http://www.iucn.org/sites/default/files/2022-06/regenerative_agriculture_in_africa_report_2021.pdf).
- Afrimag (2022), *Le Gabon émettra des green bonds de 200 millions de dollars*, <https://afrimag.net/le-gabon-emettra-des-green-bonds-de-200-millions-de-dollars/>.
- AIE (2021), *Greenhouse Gas Emissions from Energy Data Explorer (summary)* (base de dados), Agência Internacional da Energia, Paris, [www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer](http://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer) (consultado em 23 de setembro de 2022).
- Angelsen, A. et al. (2019), *REDD+: la transformation. Enseignements et nouvelles directions*, Centro Internacional de Investigación Florestal (CIFOR), Bogor, [www.cifor.org/knowledge/publication/7447](http://www.cifor.org/knowledge/publication/7447).
- AT'BT (2020), *Rapport d'activité 2020*, Associação Técnica Internacional das Madeiras Tropicais, Nogent-sur-Marne, [www.atibt.org/files/upload/Activity\\_report/ATIBT-RAPPORT-ACTIVITE-2020.pdf](http://www.atibt.org/files/upload/Activity_report/ATIBT-RAPPORT-ACTIVITE-2020.pdf).
- BAD (2022), *Échanges dette-nature: Faisabilité et pertinence stratégique pour le secteur des ressources naturelles en Afrique*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, [www.afdb.org/fr/documents/echanges-dette-nature-faisabilite-et-pertinence-strategique-pour-le-secteur-des-ressources-naturelles-en-afrique](http://www.afdb.org/fr/documents/echanges-dette-nature-faisabilite-et-pertinence-strategique-pour-le-secteur-des-ressources-naturelles-en-afrique).
- Bagstad, K. J. et al. (2021), «Lessons learned from development of natural capital accounts in the United States and European Union», *Ecosystem Services*, vol. 52, <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2021.101359>.
- Banco Mundial (2022a), *Indicateurs du développement mondial* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/> (consultado em 12 de abril de 2022).
- Banco Mundial (2022b), *Commodity Markets Outlook: Pandemic, war, recession: Drivers of aluminum and copper prices (octobre)*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/38160?locale-attribute=fr>.
- Banco Mundial (2022c), *Carbon Pricing Dashboard* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, [https://carbonpricingdashboard.worldbank.org/map\\_data](https://carbonpricingdashboard.worldbank.org/map_data).
- Banco Mundial (2021), *The Changing Wealth of Nations 2021: Managing Assets for the Future*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://hdl.handle.net/10986/36400>.
- Banco Mundial (2018), «Iniciativa REDD+ dans la province de Mai Ndombe en RDC», Nota informativa, Banco Mundial, Washington, DC, [www.banquemondiale.org/fr/country/drc/brief/fact-sheet-mai-ndombe-redd-initiative-in-drc](http://www.banquemondiale.org/fr/country/drc/brief/fact-sheet-mai-ndombe-redd-initiative-in-drc).
- Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances* (base de dados), The Global Knowledge Partnership on Migration and Development (KNOMAD), Banco Mundial, [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances).
- BIS Innovation Hub (2022), *Project Genesis 2.0: Smart Contract-based Carbon Credits attached to Green Bonds*, BIS Innovation Hub, Hong Kong, [www.bis.org/publ/othp58.pdf](http://www.bis.org/publ/othp58.pdf).

- Bouscasse et al. (2011), *Évaluation économique des services rendus par les zones humides - Enseignements méthodologiques de monétarisation*, Coleção « Études et documents » do Service de l'Économie, de l'Évaluation et de l'Intégration du Développement Durable (SEEIDD) do Commissariat Général au Développement Durable (CGDD), Paris, França, <https://hal.inrae.fr/hal-02596502>
- Brienen, R. et al. (2015), «Long-term decline of the Amazon carbon sink», *Nature*, vol. 519, pp. 344-348, <https://doi.org/10.1038/nature14283>.
- Brimont, L. (2016), «La performance des projets REDD+: prédire le pire et promettre le meilleur?», Institut du développement durable et des relations internationales (IDDRI), 28 de setembro de 2016, [www.iddri.org/fr/publications-et-evenements/billet-de-blog/la-performance-des-projets-redd](http://www.iddri.org/fr/publications-et-evenements/billet-de-blog/la-performance-des-projets-redd).
- Brown, G. (2017), «World's largest tropical peatland found in Congo basin», *The Guardian*, 11 de janeiro de 2017, [www.theguardian.com/environment/2017/jan/11/worlds-largest-peatland-vast-carbon-storage-capacity-found-congo](http://www.theguardian.com/environment/2017/jan/11/worlds-largest-peatland-vast-carbon-storage-capacity-found-congo).
- CBA (2022), «CBA and LVMH announce major new project», Circular Bioeconomy Alliance, 7 de novembro de 2022, <https://circularbioeconomyalliance.org/sustainable-cotton-growing-in-africa/>.
- CDB (2010), *Plan stratégique pour la diversité biologique 2011-2020 et les Objectifs d'Aichi*, Convenção sobre a Diversidade Biológica, Montreal, [www.cbd.int/doc/strategic-plan/2011-2020/Aichi-Targets-FR.pdf](http://www.cbd.int/doc/strategic-plan/2011-2020/Aichi-Targets-FR.pdf).
- Centro de Análise Estratégica (2009), *Rapport d'activité*, [http://archives.strategie.gouv.fr/cas/system/files/rapport\\_annuel\\_d\\_activite\\_2009\\_0.pdf](http://archives.strategie.gouv.fr/cas/system/files/rapport_annuel_d_activite_2009_0.pdf).
- CGDEV (2022), *How Much Should the World Pay for the Congo Forest's Carbon Removal?* Center for Global Development, Washington, DC, [www.cgdev.org/sites/default/files/how-much-world-pay-congo-forest-carbon-removal.pdf](http://www.cgdev.org/sites/default/files/how-much-world-pay-congo-forest-carbon-removal.pdf).
- Chami, R et al. (2020), «Le travail de l'ombre des éléphants», *Finance & Development*, dezembro de 2020, vol. 57, n.º 004, Fundo Monetário Internacional (FMI), Washington, DC, [www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/fre/2020/12/pdf/how-african-elephants-fight-climate-change-ralph-chami.pdf](http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/fre/2020/12/pdf/how-african-elephants-fight-climate-change-ralph-chami.pdf).
- Climate Bonds Initiative (2022), *Climate Bonds Interactive Data Platform* (base de dados), [www.climatebonds.net/market/data/](http://www.climatebonds.net/market/data/).
- CNUCED (2022), «The Impact on Trade and Development of the War in Ukraine: UNCTAD Rapid Assessment – 16 março 2022», Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, [https://unctad.org/system/files/official-document/osingf2022d1\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/osingf2022d1_en.pdf).
- Comissão Europeia (2021a), «Passage au crible de sites web pour lutter contre l'écoblanchiment»: la moitié des allégations environnementales ne sont pas étayées par des preuves», Comunicado de imprensa, Comissão Europeia, [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/fr/ip\\_21\\_269](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/fr/ip_21_269).
- Comissão Europeia (2021b), «Questions et réponses sur les nouvelles règles applicables aux produits "Zéro déforestation"», Comissão Europeia, [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/fr/qanda\\_21\\_5919](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/fr/qanda_21_5919).
- COSUMAF (2022), «La Cosumaf rejoint le Réseau banque et finance durables du Groupe de la Banque mondiale», Comunicado de imprensa, Comissão de Supervisão do Mercado Financeiro da África Central, <https://cosumaf.org/actualite/la-cosumaf-rejoint-le-reseau-banque-et-finance-durables-du-groupe-de-la-banque-mondiale/>.
- CPI (2022), *Landscape of Climate Finance in África*, Climate Policy Initiative, São Francisco, [www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2022/09/Landscape-of-Climate-Finance-in-Africa.pdf](http://www.climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2022/09/Landscape-of-Climate-Finance-in-Africa.pdf).
- CUA/BAD/CEA (2019), *Indice de l'intégration régionale en Afrique – édition 2019*, Comissão da União Africana, Adis Abeba; Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan; e Comissão Económica para a África das Nações Unidas, Adis Abeba, [www.integrate-africa.org/fileadmin/afdb/Documents/ARII-FR-Report2019.pdf](http://www.integrate-africa.org/fileadmin/afdb/Documents/ARII-FR-Report2019.pdf).
- CUA/OCDE (2022), *Dinâmicas do desenvolvimento em África 2022: Cadeias de valor regionais para uma recuperação sustentável*, Comissão da União Africana, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/e43b7c06-pt>.
- Dasgupta, P. (2021), *The Economics of Biodiversity: The Dasgupta Review*, HM Treasury, [www.gov.uk/government/publications/final-report-the-economics-of-biodiversity-the-dasgupta-review](http://www.gov.uk/government/publications/final-report-the-economics-of-biodiversity-the-dasgupta-review).
- Doumenge, C. et al. (2021), «Écotourisme et aires protégées en Afrique centrale : un avenir en commun», in *Aires protégées d'Afrique centrale – État 2020*, OFAC-COMIFAC e União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Gland e Yaoundé, [www.observatoire-comifac.net/publications/edap](http://www.observatoire-comifac.net/publications/edap).
- Eba'a Atyi, R. et al. (2022), *Les forêts du bassin du Congo: état des forêts 2021*, Centro de Investigação Florestal Internacional (CIFOR), Bogor, [www.cifor.org/publications/pdf\\_files/Books/Etat-des-forets-2021.pdf](http://www.cifor.org/publications/pdf_files/Books/Etat-des-forets-2021.pdf).
- FAO (2021a), *Données de l'alimentation et de l'agriculture* (FAOStat) (base de dados), [www.fao.org/faostat/fr/#home](http://www.fao.org/faostat/fr/#home) (consultado em 18 de novembro de 2021).



- FAO (2021b), *Évaluation des ressources forestières mondiales 2020: Rapport principal*, Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, Roma, <https://doi.org/10.4060/ca9825fr>.
- fDi Intelligence (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets) (consultado em agosto de 2022).
- Finn, D. (2022), «BlackRock and Green Capitalism Won't Save the Planet», *Jacobin*, 29 de setembro de 2022, <https://jacobin.com/2022/09/blackrock-passive-investment-climate-change>.
- FMI/Banco Mundial (2023), *List of LIC DSAs for PRGT-Eligible Countries as of February 28, 2023*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, [www.imf.org/external/Pubs/ft/dsa/DSAList.pdf](http://www.imf.org/external/Pubs/ft/dsa/DSAList.pdf).
- FMI (2022a), *Perspectives de l'économie mondiale, octobre 2022* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October).
- FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52>.
- FMI (2022c), *Investment and Capital Stock Dataset (ICSD)* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4>.
- Gaborone Declaration for Sustainability in África (2012), «Ecosystem Valuation and Natural Capital Accounting», Declaração de Gaborone sobre o desenvolvimento sustentável em África, [www.gaboronedeclaration.com/nca](http://www.gaboronedeclaration.com/nca).
- Hubau, W. et al. (2020). «Asynchronous carbon sink saturation in African and Amazonian tropical forests». *Nature*, n.º 579, pp. 80-87, <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2035-0>.
- IHSN (2003), «Recensement général de la population et de l'habitation de 2003», International Household Survey Network, <https://catalog.ihnsn.org/catalog/4083/study-description>.
- Investir au Cameroun (2022), «Entrepreneuriat: le Cameroun lance des consultations pour la création d'un fonds d'appui aux jeunes de la diaspora», *Investir au Cameroun*, 14 de outubro de 2022, [www.investiraucameroun.com/gestion-publique/1410-18579-entrepreneuriat](http://www.investiraucameroun.com/gestion-publique/1410-18579-entrepreneuriat).
- IWGIA (2011), «Congolese Law on indigenous peoples' rights translated into English», International Work Group for Indigenous Affairs, 31 de outubro de 2011, [www.iwgia.org/en/republic-of-congo/1452-congolese-law-on-indigenous-peoples-rights-transla.html](http://www.iwgia.org/en/republic-of-congo/1452-congolese-law-on-indigenous-peoples-rights-transla.html) <https://www.iwgia.org/en/republic-of-congo/1452-congolese-law-on-indigenous-peoples-rights-transla.html>.
- Kikstra, J. S. et al. (2021), «The social cost of carbon dioxide under climate-economy feedbacks and temperature variability», *Environmental Research Letters*, vol. 16, n.º 9, DOI: 10.1088/1748-9326/ac1d0b.
- Lescuyer, G., A. Karsenty e R. Eba'a Atyi (2008), «Un nouvel outil de gestion durable des forêts d'Afrique centrale : les paiements pour services environnementaux», em *Les Forêts du Bassin du Congo – État des Forêts 2008*, Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo, pp. 131-143, <https://data.europa.eu/doi/10.2788/32456>.
- Ligodi, P. (2022), «RDC: les ONG de défense de l'environnement demandent des sanctions après l'audit de l'IGF», *Radi France internationale*, 10 de abril de 2022, [www.rfi.fr/fr/afrique/rdc-ong-environnement-sanctions](http://www.rfi.fr/fr/afrique/rdc-ong-environnement-sanctions).
- Meet Africa (2023), [www.meetafrica.fr/en/](http://www.meetafrica.fr/en/) (consultado em 13 de fevereiro de 2023).
- Ministério da Economia e Finanças do Uruguai (2022), *Uruguai's Sovereign Sustainability-Linked Bond (SSLB) Framework*, Ministério da Economia e Finanças do Uruguai, Montevideo, [http://sslb Uruguay.mef.gub.uy/innovaportal/file/30690/20/uruguay\\_sslb\\_framework\\_2.pdf](http://sslb Uruguay.mef.gub.uy/innovaportal/file/30690/20/uruguay_sslb_framework_2.pdf).
- National Intelligence Council (2021), *Climate Change and International Responses Increasing Challenges to US National Security Through 2040*, National Intelligence Council, Office of the Director of National Intelligence, Washington, DC, NIC-NIE-2021-10030-A, [www.dni.gov/files/ODNI/documents/assessments/NIE\\_Climate\\_Change\\_and\\_National\\_Security.pdf](http://www.dni.gov/files/ODNI/documents/assessments/NIE_Climate_Change_and_National_Security.pdf).
- Ngounou, B. (2022), «Gabon: le pays obtient la certification au crédit carbone de la CCNUCC», *Afrika21*, 1 de novembro de 2022, [www.afrika21.africa/gabon-le-pays-obtient-la-certification-au-credit-carbone-de-la-ccnucc/](http://www.afrika21.africa/gabon-le-pays-obtient-la-certification-au-credit-carbone-de-la-ccnucc/).
- Njoroge, J. (2022), «Gabon's Carbon Credit Sale - Silver Bullet for Economic Revival?», *The Exchange África*, 1 de novembro de 2022, <https://allafrica.com/stories/202211020075.html>.
- Nouvelles des forêts (2020), «REDD+: qu'en est-il des rémunérations et récompenses prévues pour les déforestations évitées en Afrique centrale?», *Nouvelles des forêts*, Centro de Investigação Florestal Internacional (CIFOR), <https://forestsnews.cifor.org/REDD+>.
- OCDE (2022a), «Aid (ODA) disbursements to countries and regions», *OECD Development Assistance Committee* (base de dados), <https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A> (consultado em 10 de setembro de 2022).

- OCDE (2022b), *States of Fragility 2022*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c7fedf5e-en>.
- OCDE (2022c), *OECD Guidance on Transition Finance: Ensuring Credibility of Corporate Climate Transition Plans*, Green Finance and Investment, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/7c68a1ee-en>.
- OCDE et al. (2022), *Latin American Economic Outlook 2022: Towards a Green and Just Transition*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/3d5554fc-en>.
- OCDE/ATAF/CUA (2022), *Statistiques des recettes publiques en Afrique 2022*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/ea66fbde-en-fr>.
- Oeschger, A. (2022), «EU Paves Way for Landmark Deforestation-free Products Regulation», SDG Knowledge Hub - International Institute for Sustainable Development, 8 de dezembro de 2022, <https://sdg.iisd.org/news/eu-paves-way-for-landmark-deforestation-free-products-regulation/>.
- OIT (2023), «Ratifications de C169 - Convention (n.º169) relative aux peuples indigènes et tribaux, 1989», Normlex (base de dados), Organização Internacional do Trabalho, Genebra, [www.ilo.org/dyn/normlex/fr/](http://www.ilo.org/dyn/normlex/fr/) (consultado em 13 de fevereiro de 2023).
- ONU (2022a), *World Population Prospects 2022, Online Edition* (base de dados), Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População, Nações Unidas, Nova Iorque, <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/>.
- ONU (2022b), «2022 Global Assessment Results», *Système de comptabilité économique et environnementale* (base de dados), Nações Unidas, Nova Iorque, <https://seea.un.org/content/2022-global-assessment-results-1>.
- ONU (2022c), *Le SG réclame une «tolérance zéro» pour l'écoblanchiment*, [www.un.org/fr/delegate/le-sg-r%C3%A9clame-une-%C2%AB-tol%C3%A9rance-z%C3%A9ro-%C2%BB-pour-l%E2%80%99C3%A9coblanchiment](http://www.un.org/fr/delegate/le-sg-r%C3%A9clame-une-%C2%AB-tol%C3%A9rance-z%C3%A9ro-%C2%BB-pour-l%E2%80%99C3%A9coblanchiment).
- ONU (2021), «Gabon receives payment for reducing CO<sub>2</sub> emissions», sítio do Gabinete do Conselheiro Especial para a África, Nações Unidas, Nova Iorque, [www.un.org/osaa/news/gabon](http://www.un.org/osaa/news/gabon).
- ONU (2005), «Rapports des évaluations mondiales», *Évaluation des écosystèmes pour le millénaire*, Organização das Nações Unidas, Nova Iorque, [www.millenniumassessment.org/fr/Global.html](http://www.millenniumassessment.org/fr/Global.html).
- Quashie-Idun, S. e E. Howard (2022), «How are we going to live? Families dispossessed of their land to make way for Total's Congo offsetting project», *Unearthed*, 12 de dezembro de 2022 <https://unearthed.greenpeace.org/2022/12/12/total-congo-offsetting-land-dispossessed/>.
- Roxburgh, T. et al. (2020), *Global Futures: Assessing the Global Economic Impacts of Environmental Change to Support Policy-Making*, janeiro de 2020, [www.wwf.org.uk/globalfutures](http://www.wwf.org.uk/globalfutures).
- Speaker, T. (2021), «A global community-sourced assessment of the state of protection technology», *Conservation Biology*, vol. 36, n.º 3, <https://doi.org/10.1111/cobi.13871>.
- TI (2020), *Governance Assessment: Central African Forest Initiative (CAFI) & DRC's National REDD+ Fund (FONAREDD)*, Transparência Internacional, Berlim, [https://images.transparencycdn.org/images/2020\\_Report\\_GovernanceAssessmentCAFI\\_English.pdf](https://images.transparencycdn.org/images/2020_Report_GovernanceAssessmentCAFI_English.pdf).
- TI (2016), *La REDD+ et les risques de corruption – Les forêts d'Afrique: Synthèse des évaluations du Cameroun, du Ghana, de Zambie et du Zimbabwe*, Transparência Internacional, Berlim, [https://images.transparencycdn.org/images/2016\\_REDDCorruptionRisksAfrica\\_FR.pdf](https://images.transparencycdn.org/images/2016_REDDCorruptionRisksAfrica_FR.pdf).
- Tsayem Demaze, M., R. Sufo-Kankeu e D.J. Sonwa (2020), «Analyse des discours et des promesses de la mise en œuvre de la déforestation évitée en Afrique centrale», *International Forestry Review*, vol. 22, n.º 2, [www.cifor.org/publications/pdf\\_files/articles/ASufoKankeu2001.pdf](http://www.cifor.org/publications/pdf_files/articles/ASufoKankeu2001.pdf).
- UNEP-WCMC/IUCN (2023), *World Database on Protected Areas* (base de dados), Cambridge, UK/International Union for Conservation of Nature (IUCN), Paris, France, <https://doi.org/10.34892/6fwd-af11> (consultado em 13 de fevereiro de 2023).
- USAID (2019), «Key findings of research on the artesal gold setor in the Central African Republic», The United States Agency for International Development, Washington, DC, [www.land-links.org/wp-content/uploads/2020/05/USAID-AMPR-Summary-of-Gold-Sector-Findings\\_clean\\_FINAL.pdf](http://www.land-links.org/wp-content/uploads/2020/05/USAID-AMPR-Summary-of-Gold-Sector-Findings_clean_FINAL.pdf).
- VPA Africa-Latin America Facility (2023), <https://flegtvpafacility.org/countries/> (consultado em 13 de fevereiro de 2023).
- Watson, C. e L. Schalatek (2020), «Climate Finance Thematic Briefing: REDD+ Finance», Heinrich-Böll-Stiftung Washington, DC e Overseas Development Institute, Londres, <https://climatefunds.update.org/wp-content/uploads/2020/03/CF5-2019-ENG-DIGITAL.pdf>.
- Yonga, R. (2014), *Guide des Fonds Souverains Africains*, African Markets, [www.african-markets.com/pdf/fr/Guide\\_des\\_Fonds\\_Souverains\\_Africains\\_FR.pdf](http://www.african-markets.com/pdf/fr/Guide_des_Fonds_Souverains_Africains_FR.pdf).





## Capítulo 5

# **Investir em energias renováveis para o desenvolvimento sustentável de África Oriental**

O presente capítulo analisa as tendências e a dinâmica do investimento na África Oriental (Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagáscar, Maurícia, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e Uganda), com incidência no setor das energias renováveis. O capítulo revela, em primeiro lugar, que os investimentos têm sido um motor importante do recente crescimento da região, mas a sua afetação à sustentabilidade social e ambiental permanece insuficiente. Em segundo lugar, aborda o vasto potencial das energias renováveis na África Oriental, salientando que os atuais investimentos são insuficientes para satisfazer as necessidades de acesso à energia na região. Destaca os principais obstáculos ao investimento que dificultam o crescimento do mercado das energias renováveis e identifica o potencial das empresas inovadoras para acelerar a adoção de energias renováveis e contribuir para a transformação produtiva na região. Por último, apresenta recomendações políticas para mobilizar maiores investimentos em energias renováveis em toda a África Oriental.

# EM SÍNTESE

Diversos investimentos públicos e privados contribuíram para o forte crescimento económico na África Oriental, tendo as fontes de financiamento da região se revelado resilientes durante a pandemia de COVID-19. Os investimentos estrangeiros, o financiamento do desenvolvimento, os créditos à exportação e as empresas líderes regionais têm sido motores do desenvolvimento sustentável, mas continuam concentrados nos maiores países da região.

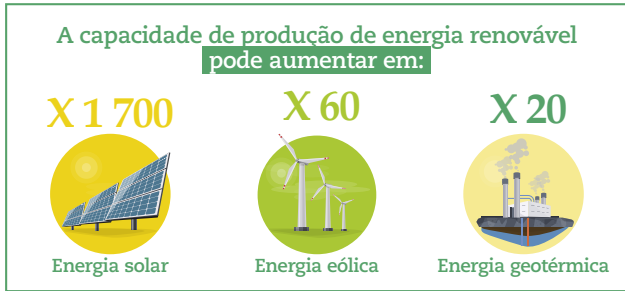
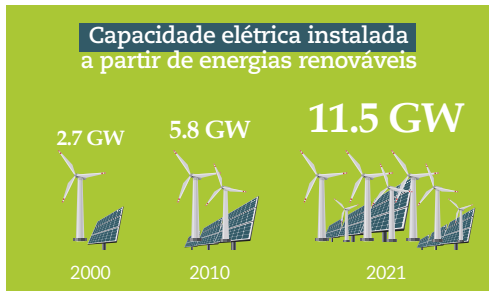
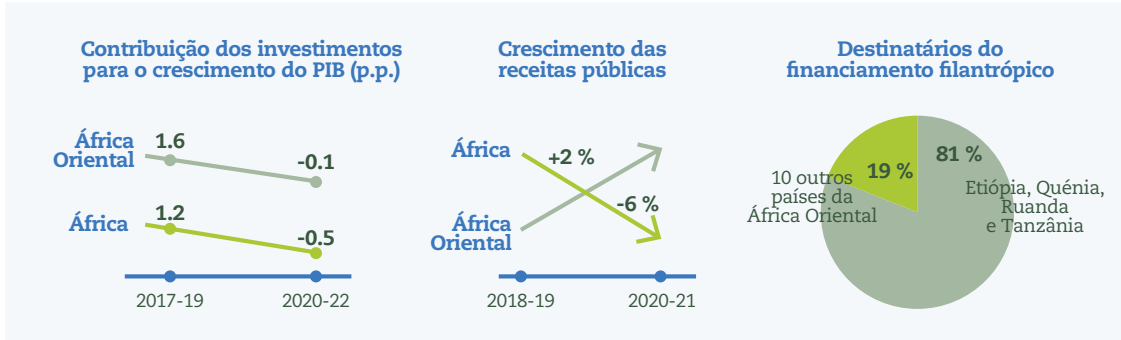
Embora o setor das energias renováveis da África Oriental tenha crescido, o potencial para investimentos sustentáveis continua por explorar. O setor é fundamental para o objetivo da região alargar o acesso à eletricidade, apoiando simultaneamente o empreendedorismo e a transformação produtiva da região; no final de 2020, 49 % da população tinha acesso à eletricidade e apenas 14 % a soluções para cozinhar de forma «mais limpa». Apesar dos diversos ativos de energias renováveis – abrangendo vastos recursos hídricos, eólicos, solares e geotérmicos – apenas 4 % dos fluxos de investimento direto estrangeiro *greenfield* para a África Oriental foram orientados para projetos de energias renováveis no período de 2017-22, em comparação com 17 % para a África no seu conjunto.

A ineficácia da regulação energética, as más infraestruturas energéticas e condições macroeconómicas instáveis, exacerbadas pelos recentes choques globais, afetam negativamente a confiança dos investidores na maioria dos países da África Oriental. No entanto, empresas inovadoras estão a crescer em toda a região e reúnem potencial para catalisar mais investimentos em energias renováveis e apoiar a transformação produtiva.

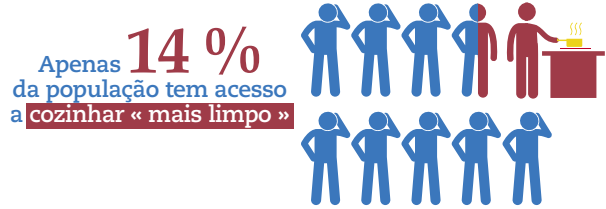
Destacam-se três prioridades para os decisores políticos na África Oriental, a fim de mobilizar maiores investimentos em energias renováveis:

- melhorar os quadros regulamentares e a capacidade das empresas de serviços públicos de energia para aumentar a confiança dos investidores no setor das energias renováveis
- reforçar as instituições financeiras locais e os instrumentos de mobilização dos recursos para projetos de energias renováveis
- aprofundar a integração regional através de projetos de infraestruturas para apoiar a criação e a expansão de empresas inovadoras.

# África Oriental



Os investimentos em energias renováveis podem expandir o acesso à eletricidade e apoiar o empreendedorismo



Os **fluxos financeiros públicos** dirigidos a projetos de energia renovável totalizaram **apenas 900 milhões USD** por ano, entre 2015 e 2020

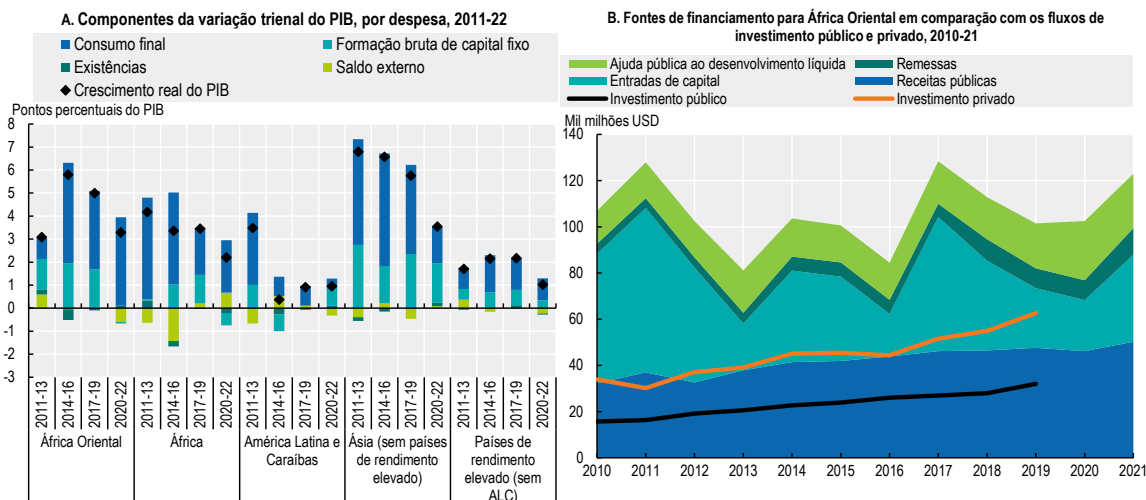
A **África Oriental** necessita de cerca de **66 mil milhões USD** por ano para cumprir as metas do **Acordo de Paris** até 2030

**O que se segue?**

- Melhorar os quadros regulamentares** e a capacidade das concessionárias de energia para melhorar a confiança dos investidores
- Fortalecer instituições e instrumentos financeiros locais** para catalisar recursos para projetos de energia renovável
- Conciliar políticas de integração regional** com programas de promoção de empreendimentos inovadores

## Perfil regional da África Oriental

Gráfico 5.1. Componentes do crescimento económico e dos fluxos financeiros na África Oriental

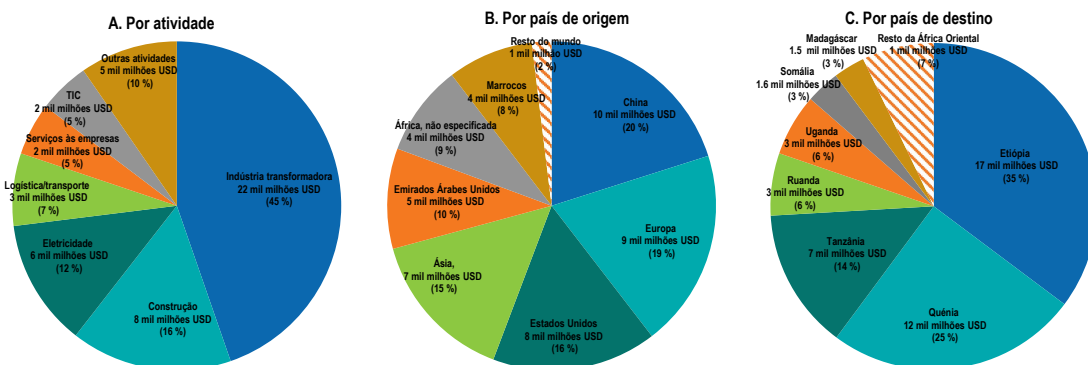


Nota: As componentes do crescimento do PIB são calculadas numa base anual, utilizando o crescimento real anual do PIB para estimar o aumento real em USD. Os valores agregados são calculados considerando a média dos valores nacionais ponderados pelo PIB em USD de paridade de poder de compra. As componentes do crescimento do PIB ao longo de períodos de três anos foram calculadas considerando a diferença entre a média geométrica do crescimento anual do PIB real ao longo do período e o crescimento real do PIB ao definir cada componente como zero para anos individuais. O saldo externo é a diferença entre as importações e as exportações. As importações contribuem negativamente para o PIB. «Países de rendimento elevado» refere-se a países classificados como de «rendimento elevado» de acordo com o *Country and Lending Groups* do Banco Mundial, com exceção da América Latina e das Caraíbas. As receitas públicas incluem todas as receitas públicas fiscais e não fiscais, menos o serviço da dívida e os subsídios recebidos. As entradas de capital incluem o investimento direto estrangeiro (IDE), o investimento de carteira e outras entradas de investimento reportadas pelo Fundo Monetário Internacional no âmbito da contabilização de ativos/passivos. Os valores relativos às entradas de capital devem ser interpretados com alguma cautela, uma vez que faltam alguns valores para 2021 e para as entradas de carteira.

Fontes: Cálculos dos autores baseados em FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October); OCDE (2022a), *OECD Development Assistance Committee* (base de dados), <https://stats1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A>; Banco Mundial (2022a), *World Development Indicators* (base de dados), <https://data.worldbank.org/products/wdi>; FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52>; FMI (2022c), *Investment and Capital Stock Dataset (ICSD)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4>; e Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances* (base de dados), [www.knomad.org/data/remittances](https://www.knomad.org/data/remittances).

StatLink <https://stat.link/o3p46w>

Gráfico 5.2. Fluxos de investimento direto estrangeiro *greenfield* na África Oriental, por atividade, fonte e destino, 2017-22



Nota: A base de dados da *fDi Markets* é usada apenas para análise comparativa. Os montantes de investimento reais não devem ser deduzidos, uma vez que os dados da *fDi Markets* se baseiam em anúncios iniciais de projetos de investimento, incluindo uma parte de projetos que não se concretizam efetivamente. TIC = Tecnologias da Informação e Comunicação.

Fonte: Cálculos dos autores com base em *fDi Intelligence* (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](https://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/4odr2c>

## Os fluxos de investimento diversificados são um dos principais motores do crescimento e do desenvolvimento sustentável da África Oriental, mas concentram-se apenas em alguns países

### Os investimentos contribuíram para um forte crescimento económico na África Oriental

Face ao continente africano como um todo, a região Oriental registou um maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), sendo os investimentos o motor mais importante. A tendência para a África Oriental alcançar sistematicamente um crescimento mais elevado do que outras regiões africanas foi sustentada durante a pandemia de COVID-19, tendo o crescimento do PIB atingido 0.7 % em 2020, 5.4 % em 2021 e 4.3 % em 2022 (em comparação com -1.7 %, 4.9 % e 3.8 % para África) (IMF, 2023a). Os investimentos (formação bruta de capital fixo) têm registado uma tendência ascendente na última década e contribuíram para o crescimento recente do PIB muito mais na África Oriental (1.6 pontos percentuais em 2017-19 e -0.1 pontos percentuais em 2020-22) do que em toda a África (1.2 e -0.5 pontos percentuais nos mesmos períodos) (Gráfico 5.1, Painel A).

Com exceção dos fluxos de capitais, as fontes de financiamento têm-se mantido estáveis na África Oriental, com as receitas governamentais a mostrarem mais resiliência do que noutras regiões africanas. Durante a pandemia de COVID-19, as receitas públicas foram mais estáveis na África Oriental (+2 % entre 2018-19 e 2020-21) do que em toda a África (-6 % durante o mesmo período). Em consonância com as tendências a nível continental, a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e as remessas aumentaram durante a pandemia (30 % e 6 %, respetivamente), compensando assim parcialmente a queda nas entradas de capital (-7 %) (Gráfico 5.1, Painel B).

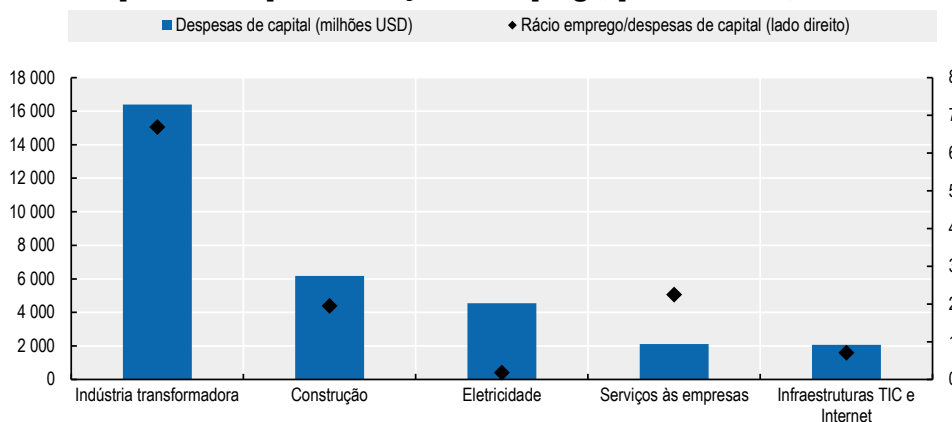
Os fluxos globais de investimento direto estrangeiro (IDE) vêm de diversos destinos, com os investimentos chineses e dos Emirados Árabes Unidos a desempenharem um papel mais significativo do que noutras regiões africanas. A República Popular da China (doravante «China») (10 mil milhões USD), a Europa (9 mil milhões USD) e os Estados Unidos (8 mil milhões USD) foram responsáveis pelos maiores fluxos de IDE *greenfield* na África Oriental em 2017-22. Nomeadamente, 10 % (5 mil milhões USD) do IDE da região provêm dos Emirados Árabes Unidos – o que representa mais de metade do IDE de todos os países africanos fora da região combinados (Gráfico 5.2, Painel B). A partir de fevereiro de 2023, o Fundo Monetário Internacional considera que dois países da África Oriental se encontram em situação de crise da dívida (Somália e Sudão), sendo que outros cinco países (Comores, Djibuti, Etiópia, Quênia e Sudão do Sul) enfrentam um elevado risco de passarem para essa condição (FMI, 2023b).

### As fontes de investimento público e privado concentram-se numa série de setores, mas, sobretudo, nos maiores países da região

A indústria transformadora é o maior destinatário de IDE *greenfield* e os serviços às empresas ocupam uma posição relativamente elevada. Entre 2017 e 2021, o setor da indústria transformadora (incluindo o processamento de carvão, petróleo e gás) atraiu mais IDE *greenfield* do que os quatro setores seguintes combinados (16.4 mil milhões USD contra 14.9 mil milhões USD). Os montantes absolutos de investimento estão bem alinhados com os rácios setoriais de emprego/despesas de capital. A África Oriental é a única região africana onde os serviços às empresas estão entre os cinco principais setores visados pelo IDE (Gráfico 5.3).



Gráfico 5.3. Investimento direto estrangeiro *greenfield* na África Oriental, despesas de capital e criação de emprego, por atividade, 2017-21

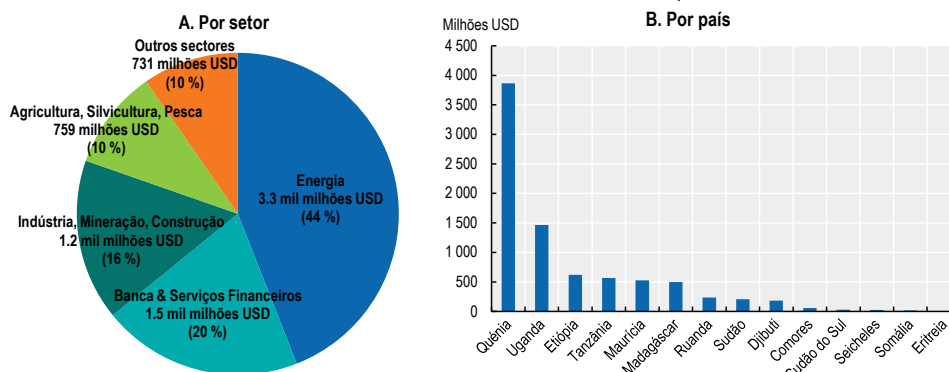


Nota: O gráfico mostra as cinco principais atividades de negócios por despesa de capital. Abrange o período de 2017 a 2021 e, por conseguinte, mostra uma despesa de capital total em eletricidade diferente da indicada no Gráfico 5.2. TIC = Tecnologias da Informação e Comunicação.

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets). StatLink <https://stat.link/1javyn>

O financiamento privado mobilizado através do financiamento do desenvolvimento e dos créditos à exportação visa diferentes setores, mas ambos se centram nos quatro maiores países da região. Em 2012-20, foram mobilizados 8.3 mil milhões USD de financiamento privado através do financiamento do desenvolvimento na região; o setor da energia atraiu a maior percentagem (40 %), seguido pelos serviços bancários e financeiros (20 %). De longe, a maior parte do financiamento privado foi mobilizada pelo financiamento do desenvolvimento no Quênia (3.9 mil milhões USD), seguido pelo Uganda (1.5 mil milhões USD), Etiópia (0.6 mil milhões USD) e Tanzânia (0.6 mil milhões USD) (Gráfico 5.4). De acordo com o Grupo de Créditos à Exportação da OCDE, os créditos à exportação dos países da OCDE para a África Oriental ascenderam a um total de 6.64 mil milhões USD de 2012 a 2021, centrando-se principalmente na construção (47 %), transportes e armazenamento (23 %), saúde (7 %) e indústria (7 %), sendo a Tanzânia o país que atraiu o maior montante (2.1 mil milhões USD), seguindo-se o Quênia (1.9 mil milhões USD), a Etiópia (1.6 mil milhões USD) e o Uganda (500 milhões USD).

Gráfico 5.4. Financiamento privado mobilizado através do financiamento oficial do desenvolvimento na África Oriental, 2012-20



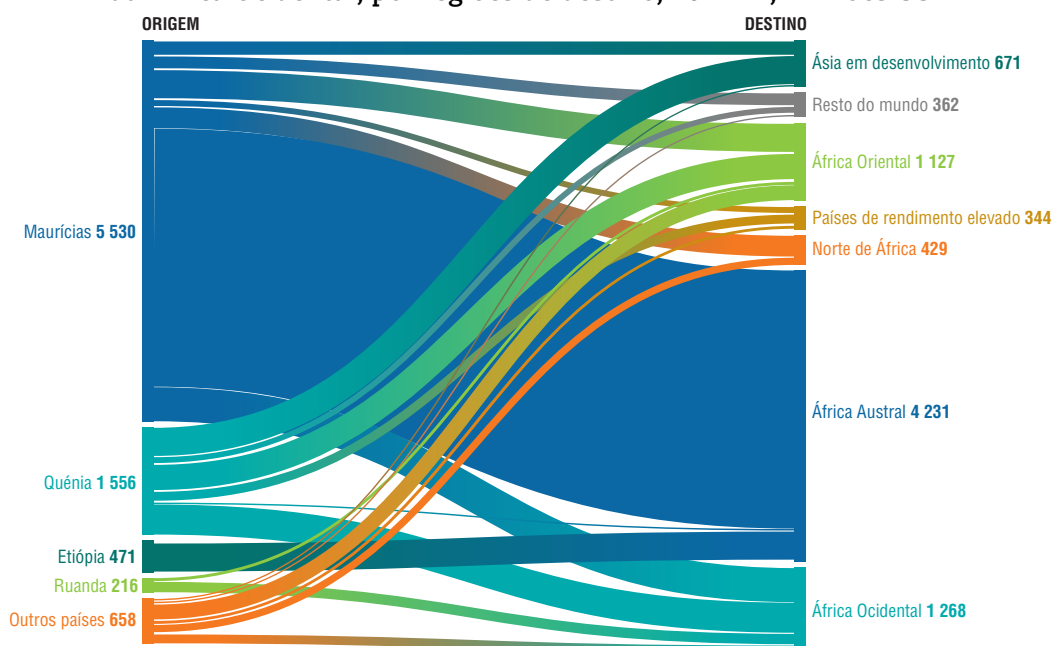
Nota: «Outros sectores» inclui (por ordem de grandeza): políticas e regulamentações comerciais; multissetoriais/transversais; educação; saúde; turismo; abastecimento de água e saneamento; serviços às empresas e outros; outras infraestruturas e serviços sociais; governo e sociedade civil; políticas/programas demográficos; saúde reprodutiva e ajuda humanitária; e não especificados.

Fonte: OCDE (2022c), «Mobilisation», OECD.Stat (base de dados), [https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DVDCD\\_MOBILISATION](https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DVDCD_MOBILISATION). StatLink <https://stat.link/umOfho>


Os fluxos de APD e filantropia centram-se nos setores sociais, visando principalmente os esforços nos domínios da educação, da saúde, da agricultura e da ajuda humanitária. Estes fundos complementam a despesa pública mais limitada nestes domínios. Por exemplo, em 2019, as despesas de saúde pública atingiram 1.4 % do PIB na África Oriental, menos do que no Norte de África (2.2 %) e na África Austral (3.8 %). A APD e a filantropia concentraram-se na Etiópia, no Quênia, no Ruanda e na Tanzânia. Os quatro países representam 62 % da população da região e receberam 55 % da APD e 81 % dos fluxos filantrópicos.

A África Oriental está mais integrada nos fluxos de investimento intra-africanos do que outras regiões africanas, apoiada por grandes empresas multinacionais no setor financeiro e dos seguros na Maurícia e no Quênia. As saídas de IDE *greenfield* provenientes de países da África Oriental são dominadas por transações da Maurícia (5.5 mil milhões USD), que visam sobretudo a África Austral, seguindo-se a África Ocidental e outros países da África Oriental. O IDE *greenfield* proveniente do Quênia (1.6 mil milhões USD) está distribuído de forma mais equilibrada, com montantes semelhantes a atingir outros países da África Oriental (397 milhões USD), a Ásia em desenvolvimento (422 milhões USD) e a África Ocidental (436 milhões USD) (Gráfico 5.5). As empresas financeiras e de seguros com sede no Quênia e na Maurícia também dominam as principais empresas da região. Empresas voltadas para o consumidor com fortes pegadas regionais (como o *Kenya Commercial Bank*) empregam o maior número de pessoas, embora permaneçam muito atrás de retalhistas que têm sede fora da região (como a *South African Shoprite*, que opera na África Oriental). O Quênia também se destaca como o país com os maiores investidores institucionais na região: Os ativos dos fundos de pensões quenianos sob gestão ascenderam a 12 % do PIB em 2015-20, a quarta maior percentagem em África a seguir à Namíbia (98 %), África do Sul (84 %) e Botsuana (53 %).<sup>1</sup>

Gráfico 5.5. Saídas de investimento direto estrangeiro *greenfield* provenientes de países da África Ocidental, por regiões de destino, 2017-21, milhões USD



Nota: «Outros países» incluem Madagáscar (160 milhões USD), Seicheles (150 milhões USD), Djibuti (146 milhões USD), Sudão (105 milhões USD), Tanzânia (87 milhões USD) e Sudão do Sul (2 milhões USD). «Resto do mundo» inclui países da África Central (276 milhões USD), América Latina e Caraíbas (33 milhões USD) outras regiões não especificadas no gráfico (52 milhões USD). «Países de rendimento elevado» refere-se aos países classificados como de «rendimento elevado» na classificação de países por grupo de rendimento do Banco Mundial, excluindo a ALC.

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets). StatLink  <https://stat.link/nmk926>

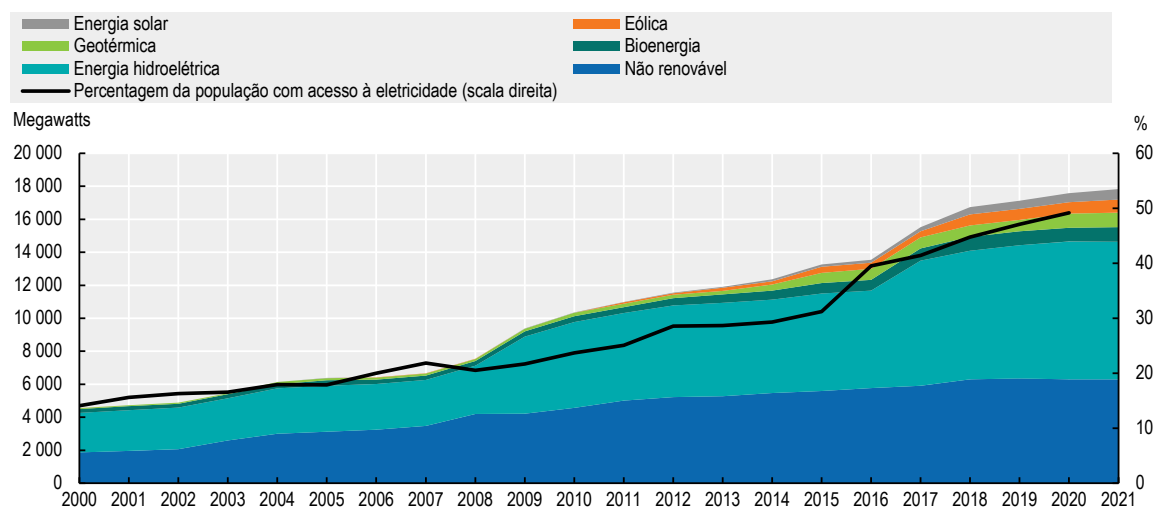
## A mobilização de investimentos no setor das energias renováveis da África Oriental pode aumentar o acesso a energias limpas e apoiar a transformação produtiva

**Apesar do vasto potencial das energias renováveis na África Oriental, os atuais investimentos são insuficientes para satisfazer as necessidades de acesso à energia da região**

A África Oriental tem um potencial único para as energias renováveis, uma vez que os seus países beneficiam de uma série de reservas energéticas. As reservas de energia renovável inexploradas da região incluem a energia hidroelétrica, eólica, solar e geotérmica (AIE, 2022). A região tem uma radiação solar média anual de 2 100 quilowatts-hora (KWh) por metro quadrado e velocidades do vento médias de 5.5 metros por segundo – e até 8 metros por segundo na Etiópia, no Quênia e na Somália. Com base numa simples utilização de 1 % de terrenos adequados para o desenvolvimento de projetos energéticos, as capacidades tecnicamente instaláveis ascendem a 1 067 gigawatts (GW) para a energia solar e a 47.2 GW para a energia eólica (IRENA/AfDB, 2022). A região dos Grandes Lagos e a Bacia do Nilo oferecem ainda maior potencial para a energia hidroelétrica, enquanto o Vale do Rift detém o mais rico potencial geotérmico do continente (IRENA, 2022a). A região utiliza atualmente menos de 5 % da sua capacidade geotérmica, principalmente no Quênia e na Etiópia (Kincer, 2021).

O mercado das energias renováveis na África Oriental registou um rápido crescimento, mas a energia solar e eólica representa apenas uma pequena parte da produção de eletricidade. A capacidade de produção de eletricidade da região a partir de energias renováveis ascendeu a 11.5 GW em 2021, um aumento superior a quatro vezes em relação a 2000 (2.7 GW), tendo quase duplicado desde 2010 (5.8 GW). Em 2021, as energias renováveis representavam, assim, 65 % da capacidade total de eletricidade da África Oriental. Este crescimento foi impulsionado principalmente pela expansão da energia hidroelétrica no início dos anos 2000, que mais tarde foi complementada pela energia geotérmica, bioenergia, eólica e solar. Apesar do seu vasto potencial, a energia solar e a energia eólica só recentemente começaram a ser exploradas e continuam a representar uma pequena parte da capacidade global da região (3.5 % e 4.5 %, respetivamente) (Gráfico 5.6). Graças à sua grande capacidade hidroelétrica, a Etiópia tornou-se um exportador de eletricidade e o país africano com mais empregos no setor das energias renováveis (cerca de 57 800 em 2021 [IRENA, 2022b]). O Quênia destaca-se na região pelo seu «cabaz energético» diversificado de energias renováveis (Gráfico 5.7).

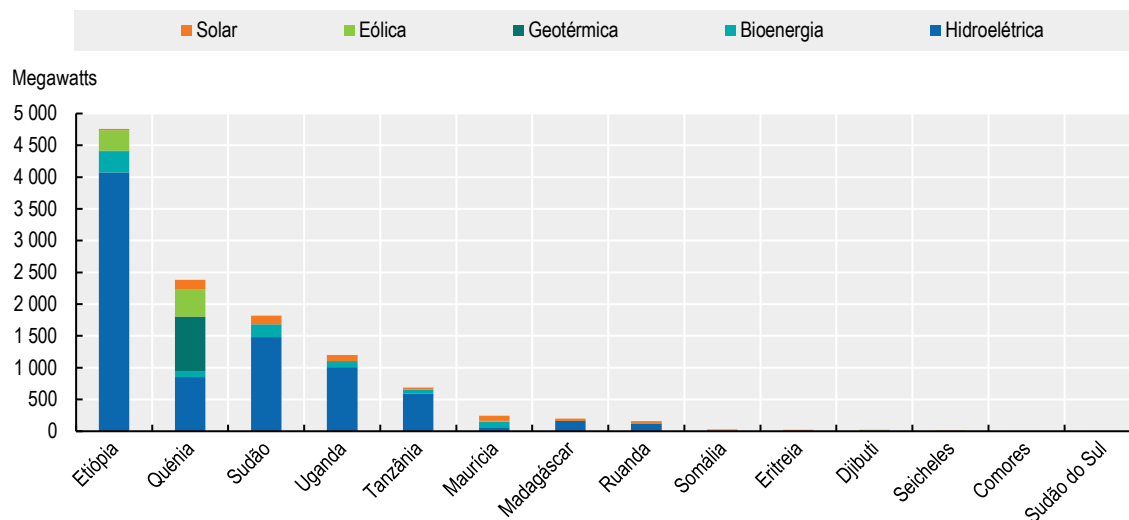
Gráfico 5.6. Capacidade elétrica instalada e acesso à eletricidade na África Oriental por fonte, 2000-22



Nota: «Solar» inclui a energia solar fotovoltaica e concentrada. «Eólica» inclui a energia eólica terrestre e marítima. «Bioenergia» inclui os biocombustíveis sólidos, os biocombustíveis líquidos e o biogás. «Hidroelétrica» inclui a energia hidroelétrica renovável e o armazenamento por bombagem. «Não renovável» inclui carvão e turfa, petróleo, gás natural, combustíveis fósseis não especificados noutras rubricas, resíduos urbanos nucleares, não renováveis e outras energias não renováveis.

Fonte: Compilação dos autores baseada em IRENA (2022a), IRENASTAT (base de dados), [https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT?\\_gl=1\\*fltysn\\*\\_ga\\*MTA3NTM0NzYxLjE2NjE3NzAyNzQ.\\*\\_ga\\_7W6ZEF19K4\\*MTY3ODI4NTgxNC40NC4xLjE2NzgyODU4MzguMzYuMC4w](https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT?_gl=1*fltysn*_ga*MTA3NTM0NzYxLjE2NjE3NzAyNzQ.*_ga_7W6ZEF19K4*MTY3ODI4NTgxNC40NC4xLjE2NzgyODU4MzguMzYuMC4w) e Banco Mundial (2022a), World Development Indicators (base de dados), <https://data.worldbank.org/products/wdi>.  
StatLink <https://stat.link/4kfwb3>

Gráfico 5.7. Capacidade de eletricidade instalada a partir de fontes de energia renováveis em 2021, por país



Nota: «Solar» inclui a energia solar fotovoltaica e concentrada. «Eólica» inclui a energia eólica terrestre e marítima. «Bioenergia» inclui os biocombustíveis sólidos, os biocombustíveis líquidos e o biogás. «Hidroelétrica» inclui a energia hidroelétrica renovável e o armazenamento por bombagem.

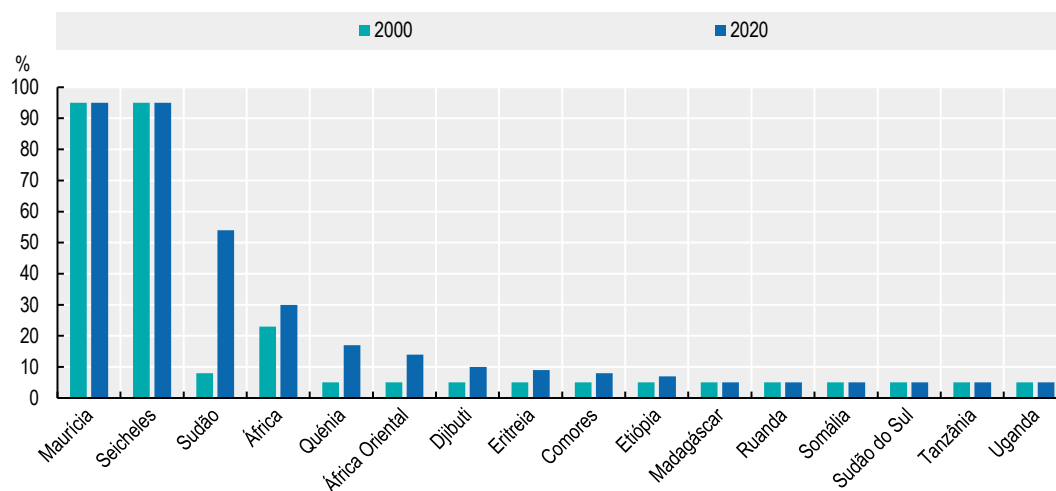
Fonte: Compilação dos autores baseada em IRENA (2022a), IRENASTAT (base de dados), [https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT?\\_gl=1\\*fltysn\\*\\_ga\\*MTA3NTM0NzYxLjE2NjE3NzAyNzQ.\\*\\_ga\\_7W6ZEF19K4\\*MTY3ODI4NTgxNC40NC4xLjE2NzgyODU4MzguMzYuMC4w](https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT?_gl=1*fltysn*_ga*MTA3NTM0NzYxLjE2NjE3NzAyNzQ.*_ga_7W6ZEF19K4*MTY3ODI4NTgxNC40NC4xLjE2NzgyODU4MzguMzYuMC4w).

StatLink <https://stat.link/Old3j6>

Apesar dos progressos significativos, metade da população da África Oriental – cerca de 200 milhões de pessoas – não tem acesso à eletricidade, enquanto a poluição proveniente de fontes de energia não renováveis continua a ser problemática. Em parte impulsionadas pelo crescimento das energias renováveis, as taxas de acesso à eletricidade da região aumentaram consideravelmente entre 2000 e 2020 (Gráfico 5.6). O Quênia e o Ruanda têm estado entre os países com eletrificação mais rápida do mundo; em 2022, desafiaram o declínio pós-pandêmico do acesso à eletricidade na região, estabilizando ou reduzindo o número de pessoas sem acesso (AIE, 2022). No entanto, em 2020, apenas 49 % das pessoas que viviam na África Oriental tinham acesso à eletricidade. Seis países da África Oriental estão entre os 20 países do mundo com as taxas de acesso mais baixas. Embora a produção de eletricidade se tenha tornado predominantemente baseada em energias renováveis, a utilização de combustíveis fósseis nos setores dos transportes e residenciais aumentou as emissões de gases com efeito de estufa, tendo quatro países da África Oriental figurado entre os dez maiores emissores de África entre 2010 e 2020.<sup>2</sup>

A utilização de madeira para combustível e de carvão vegetal para cozinhar continua a ser generalizada e conduz a riscos imediatos para a saúde, em especial nas comunidades mais pobres rurais e urbanas (AIE, 2022). Em 2020, apenas 14 % da população da África Oriental tinha acesso a soluções para cozinhar de forma «mais limpa» (Gráfico 5.8). Em 2019, o número de mortes prematuras causadas pela poluição atmosférica dos agregados familiares por milhão de habitantes foi de 1 724 na Somália e de 1 124 na Eritreia, um registo três e duas vezes superior à média de África, respetivamente (Roy, no prelo).

Gráfico 5.8. Percentagem da população da África Oriental com acesso a soluções para cozinhar «mais limpo», 2000 e 2020



Fonte: AIE (2021a), *World Energy Outlook 2021*, [www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2021](http://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2021) baseado em OMS (2021), *Household Energy Database*, [www.who.int/data/gho/data/themes/air-pollution/who-household-energy-db](http://www.who.int/data/gho/data/themes/air-pollution/who-household-energy-db) e AIE (2021b), *World Energy Balances 2021* (base de dados), [www.iea.org/data-and-statistics/data-product/world-energy-balances](http://www.iea.org/data-and-statistics/data-product/world-energy-balances).

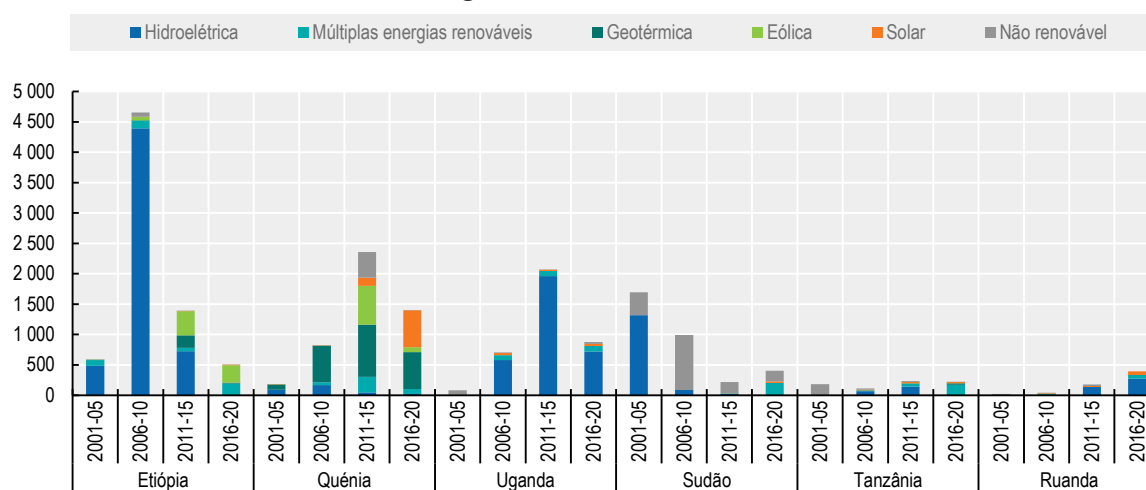
StatLink <https://stat.link/j4nla0>

As tecnologias de redes remotas e minirredes baseadas em energias renováveis ajudam a expandir o acesso à eletricidade nas áreas rurais e remotas da África Oriental, mas as recentes crises globais afetaram a acessibilidade. Em 2019, as soluções descentralizadas de acesso à energia, como as tecnologias fora da rede e as minirredes, incluindo os sistemas autónomos e solares, serviram 37 milhões de pessoas, ou 7 % da população da África Oriental, e a região registou quatro vezes mais novas instalações do que a África Ocidental e oito vezes mais do que a África Austral nesse mesmo ano

(IRENA/AfDB, 2022). A Etiópia e o Quênia constituem os mercados mais atrativos para soluções fora da rede na região, representando cerca de 30 % do mercado mundial de energia solar fora da rede em 2021, com 19 milhões de pessoas no Quênia e 8 milhões de pessoas na Etiópia ligadas a soluções solares fora da rede (AIE, 2022). No Ruanda, as soluções de energia solar não ligadas à rede fornecem eletricidade a 15 % dos agregados familiares e a 7 % da população total, a mais elevada taxa de acesso à eletricidade não ligada à rede em África e a terceira mais alta do mundo (GIZ/IRENA, 2020). Embora as tecnologias fora da rede e as minirredes ofereçam potencial, especialmente nas zonas rurais, a acessibilidade dos preços continua a ser um obstáculo importante. Em resultado de perturbações da cadeia de abastecimento e da inflação causadas pela pandemia de COVID-19 e por conflitos internacionais, os dispositivos fora da rede tornaram-se inacessíveis para muitos consumidores, condicionando a sua adoção (AIE, 2022).

Os investimentos na produção de energia renovável da África Oriental não correspondem ao potencial para alargar o acesso à eletricidade e reduzir a poluição. Tanto os investimentos privados como os investimentos públicos permaneceram relativamente reduzidos. Apenas 4 % das despesas de capital de IDE *greenfield* na África Oriental foram orientadas para projetos de energias renováveis em 2017-22, em comparação com 17 % no continente africano.<sup>3</sup> Os fluxos financeiros públicos para projetos de energias renováveis são ainda menos significativos, ascendendo a 5.6 mil milhões USD entre 2015 e 2020, ou 900 milhões USD por ano, com um mínimo anual de 334 milhões USD em 2020,<sup>4</sup> o primeiro ano da pandemia. O financiamento público, em especial, não chega à energia eólica e solar, tendo apenas a Etiópia e o Quênia realizado investimentos significativos nestas tecnologias nos últimos anos (Gráfico 5.9). A título de comparação, o conjunto das contribuições determinadas a nível nacional (NDC) da África Oriental para cumprir o objetivo do Acordo de Paris de manter o aquecimento global abaixo de 1.5°C até 2030 ascendem a 65.96 mil milhões USD por ano, de 2020 a 2030 (AfDB, 2022).

Gráfico 5.9. Principais seis países da África Oriental com investimentos públicos em fontes de energia renováveis, 2001-20, milhões USD



Nota: «Solar» inclui a energia solar fotovoltaica e concentrada. «Hidroelétrica» inclui a energia hidroelétrica renovável e armazenamento por bombagem. «Eólica» inclui a energia eólica terrestre e marítima. «Não renovável» inclui carvão e turfa, petróleo, gás natural, combustíveis fósseis não especificados noutras rubricas, resíduos urbanos nucleares, não renováveis e outras energias não renováveis. «Renováveis múltiplas» incluem investimentos públicos em mais do que uma tecnologia de energias renováveis.

Fonte: Compilação dos autores baseada em IRENA (2022a), IRENASTAT (base de dados), [https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT?gl=1\\*fltysn\\*ga\\*MTA3NTM0NzYxLjE2NjE3NzAyNzQ.\\*ga\\_7W6ZEF19K4\\*MTY3ODI4NTgxNC40NC4xLjE2NzgyODU4MzguMzYuMC4w](https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT?gl=1*fltysn*ga*MTA3NTM0NzYxLjE2NjE3NzAyNzQ.*ga_7W6ZEF19K4*MTY3ODI4NTgxNC40NC4xLjE2NzgyODU4MzguMzYuMC4w).

StatLink <https://stat.link/bsnc6r>



## Obstáculos estruturais e crises recentes dificultam os investimentos em energias renováveis nos países da África Oriental

A insuficiência de regulamentação, a falta de projetos financiáveis, as difíceis condições de financiamento e as infraestruturas energéticas deficientes representam importantes obstáculos estruturais à maioria dos investimentos privados e internacionais. As entrevistas com empresas multinacionais e uma análise exaustiva da literatura identificaram uma série de obstáculos ao investimento que dificultam consistentemente os investimentos em energias renováveis (Quadro 5.1; ver também Capítulo 1). Os investidores e as fontes da indústria mencionaram os seguintes obstáculos ao IDE e a outras formas de investimento privado: restrições regulamentares à participação privada e reformas inadequadamente aplicadas (por exemplo, na Etiópia e no Quênia), comportamento monopsonista por parte dos serviços de utilidade pública, elevado risco de não pagamento da produção e outros interesses (por exemplo, na Tanzânia e no Uganda), um perfil de crédito soberano deteriorado ou opaco (por exemplo, na Etiópia) e falta de projetos suscetíveis de financiamento (por exemplo, nas Seicheles e na Tanzânia). Com algumas exceções, os investidores privados nacionais, outros africanos e não africanos enfrentam obstáculos semelhantes. As instituições filantrópicas e internacionais de financiamento do desenvolvimento são geralmente menos afetadas por muitas barreiras, mas a implementação de reformas, a estabilidade política e questões de governança e capacidade específicas de projetos afetam as suas decisões de investimento.

Quadro 5.1. Obstáculos aos investimentos em energias renováveis na África Oriental para diferentes tipos de investidores

Barreira ao investimento		Investidores privados não africanos	Investidores privados africanos	Investidores privados nacionais	Instituições filantrópicas	Instituições financeiras internacionais de desenvolvimento
Enquadramento regulamentar e institucional desfavorável	Restrições à produção e distribuição de energia privada e baseada no mercado	x	x	x		
	Execução deficiente e incoerente das reformas	x	x	x		x
	Atividades monopsonistas dos serviços de utilidade pública e de empresas públicas, risco de não pagamento da produção	x	x	x		
	Conflitos políticos e preocupações de segurança	x	x	x	x	
	Litígios em matéria de direitos fundiários	x	x	x	x	
Falta de projetos financiáveis	Preocupações com governança	x	x	x		x
	Limitações de capacidade do projeto	x			x	x
	Escassez de competências	x	x	x		
Condições de financiamento difíceis	Deficiente sistema de financiamento interno	x	x	x		x
	Risco de crédito soberano	x	x			
	Elevado custo inicial			x		
Infraestrutura comum	Infraestrutura de rede inadequada	x	x	x		

Nota: «Investidores privados» refere-se a empresas multinacionais, bancos e investidores institucionais e de carteira.

Fonte: Avaliação dos autores com base em entrevistas com produtores de energia multinacionais e uma análise documental da literatura cinzenta e académica.

Recentes crises paralisaram os investimentos em projetos em toda a região, reduzindo o acesso à eletricidade e à soluções para cozinhar de forma «mais limpa». A deterioração das condições macroeconómicas, devido às recentes crises mundiais, teve efeitos profundos na confiança global dos investidores, na estabilidade financeira dos serviços públicos, dos fornecedores de equipamentos e dos fornecedores de tecnologias não ligadas à rede, condicionando, assim, os projetos de infraestruturas e de acesso à energia em toda a África Oriental (AIE, 2022; ver também Capítulo 1). Apenas alguns

países, nomeadamente o Quênia, conseguiram criar novas ligações elétricas na rede em 2020-21, principalmente através da conclusão de projetos iniciados antes da pandemia de COVID-19. Assim, as taxas de acesso à eletricidade e à soluções para cozinhar de forma «mais limpa» diminuíram, em especial nos casos em que o crescimento populacional ultrapassou o número de novas ligações, como na Etiópia, em Madagáscar, na Tanzânia e no Uganda (AIE, 2022).

**Os obstáculos e as oportunidades de investimento em energias renováveis diferem muito de país para país, em função da dimensão do mercado, dos níveis de acesso à energia e da independência energética.** Todos os países da África Oriental enfrentam obstáculos significativos à atração de investimentos em energias renováveis. No entanto, a partir da análise anterior, os países da África Oriental podem ser divididos em três grupos, com base nas diferentes barreiras ao investimento e oportunidades que enfrentam:

- **Grupo 1: Expandir e diversificar os mercados das energias renováveis.** A Etiópia, o Quênia, o Ruanda, a Tanzânia e o Uganda registaram o crescimento mais significativo da produção de energias renováveis na região (AfDB, 2022). O Quênia, a Etiópia e o Uganda receberam 66 % das despesas de capital em IDE *greenfield* para projetos de energias renováveis em toda a África Oriental no período de 2017-22.<sup>5</sup> O Quênia, em especial, conseguiu diversificar a sua produção de energia renovável e foi reconhecido como um dos cinco principais destinos mundiais de investimentos em energia limpa em 2019 (Business Daily, 2019). Apesar de ter um PIB muito mais baixo, o Ruanda está incluído no Grupo 1 devido ao seu investimento em energias renováveis em percentagem do PIB, classificando-se entre os cinco primeiros a nível global (AIE, 2022). Os países do Grupo 1 estabeleceram estratégias energéticas nacionais, atualizaram a regulamentação e envolveram-se no comércio regional de energia (AfDB, 2021). O seu desafio consistirá em expandir e diversificar mais rapidamente a produção de energias renováveis, apoiando-se em investimentos públicos específicos e numa redução das barreiras para os investidores privados.
- **Grupo 2: Alargar o acesso à energia.** As Comores, o Djibuti, a Eritreia, Madagáscar, a Somália, o Sudão e o Sudão do Sul oferecem menos oportunidades de investimento privado. Por exemplo, apenas o Djibuti e Madagáscar atraíram projetos de IDE *greenfield* para projetos de energias renováveis de 2017 a 2022, de acordo com a base de dados *fDi Markets*, recebendo, em conjunto, 9 % do total dos fluxos de IDE da África Oriental.<sup>6</sup> Os países do Grupo 2 centram-se na expansão do acesso à energia e na substituição de fontes de energia poluentes por fontes limpas, sempre que tal seja rentável e acessível; no entanto, continuam a depender de energias renováveis combustíveis (biocombustíveis) e mesmo de combustíveis fósseis, sempre que necessário, para aumentar o acesso à energia. Estes países concentram-se, sobretudo, nos fundamentos regulamentares, como regimes tarifários transparentes e previsíveis (AfDB, 2021).
- **Grupo 3: Alcançar a independência energética baseada nas energias renováveis.** A Maurícia e as Seicheles são pequenos Estados insulares e, como países de rendimento elevado, são destinos atrativos para investimentos privados. Receberam 25 % das despesas de capital do IDE *greenfield* da África Oriental em energias renováveis no período 2017-22.<sup>7</sup> Têm elevadas taxas de acesso à eletricidade e a soluções para cozinhar de forma «mais limpa», e os seus sistemas de regulação energética estão bem desenvolvidos. Estes países podem concentrar-se em atrair investimentos privados para projetos de energias renováveis, a fim de reduzir a sua dependência das importações de combustíveis fósseis e aumentar a sua resiliência. Por exemplo, projetos inovadores, como centrais solares flutuantes, utilizam os recursos naturais e financeiros destes países (Largue, 2020).

## As empresas inovadoras emergentes estão a estimular o setor regional das energias renováveis, beneficiando assim a transformação produtiva

As empresas inovadoras e os seus modelos empresariais começaram a melhorar e a expandir a produção e a distribuição de energias renováveis na África Oriental. Na sequência do êxito de empresas em fase de arranque, como a M-Kopa Solar do Quênia, as empresas privadas locais aproveitaram as oportunidades existentes nas cadeias de valor das energias renováveis, abrangendo o fabrico de dispositivos e componentes, o desenvolvimento de infraestruturas, a distribuição direta e o acesso à eletricidade e a soluções para cozinhar «mais limpo», bem como o transporte (Quadro 5.2). São comuns os fabricantes e instaladores de painéis solares (por exemplo, Strauss Energy e Solinc do Quênia), as turbinas eólicas (por exemplo, Millennium Engineers do Uganda), os fogões ecológicos (por exemplo, Acacia Innovations do Quênia) e os distribuidores de eletricidade (por exemplo, Juabar da Tanzânia). Nomeadamente, as empresas criaram modelos empresariais inovadores em resposta aos desafios do sistema energético existente (por exemplo, modelos de eletricidade pré-paga e utilização de fogões por subscrição) centrados em grupos-alvo específicos (por exemplo, cadeias de valor agrícolas), alcançando simultaneamente objetivos de transformação produtiva e de sustentabilidade ambiental. Os modelos de negócio inovadores baseados no mercado provêm quase exclusivamente de países do Grupo 1, devido à dimensão dos seus mercados, aos esforços para liberalizar os sistemas energéticos e ao talento empresarial existente. Nos países do Grupo 2, os projetos inovadores financiados por subvenções contribuem para o desenvolvimento sustentável (ver Caixa 5.1).

Quadro 5.2. Exemplos de empresas inovadoras e dos seus modelos empresariais no setor das energias renováveis da África Oriental

Foco na cadeia de valor	Empresa	Modelo de negócios	Grupo-alvo	Alcance de mercado	Industria- lização	Criação de emprego	Inovação	Digitalização
<b>Indústria transformadora e montagem</b>	Strauss Energy, uma <i>start-up</i> queniana fabricante de telhas inovadoras geradoras de energia solar (Building Integrated Photovoltaics)	Recuperação de custos ao fim de três anos por meio de venda de energia excedente	H, I + C	N	x	x	x	
	Solinc, fabricante, instalador e distribuidor líder de painéis solares no Quênia e na África Oriental	Pré-pago através de concessionários e empresas	C	R	x	x	x	
<b>Fornecimento de infraestrutura</b>	Grupo Filatex, o principal produtor de Madagáscar de minirredes e de infraestruturas de energias renováveis (assegura mais de 10 000 postos de trabalho)	Manutenção dos telhados das zonas industriais	H, I + C	C	x	x	x	
	PowerGen, fornecedor de energia renovável limpa e principal promotor global de minirredes	10 000 ligações à rede	H, I + C	C	x	x	x	x
	Power Point Systems, promotor queniano de infraestrutura (rede e minirrede) e fornecedor de sistemas de energia	Fornecedor diversificado	I+C, O	C	x	x	x	x
	CrossBoundary Energy, financiador premiado com base no Quênia de mais de 100 milhões USD em projetos de infraestruturas de energias renováveis.	Financiamento de projetos	I+C	C	x	x	x	

Foco na cadeia de valor	Empresa	Modelo de negócios	Grupo-alvo	Alcance de mercado	Industrialização	Criação de emprego	Inovação	Digitalização
Distribuição e acesso	M-KOPA Solar, fornecedor de sistemas domésticos alimentados a energia solar do Quênia	Pré-pago	H	R		x	x	
	Juabar, fornecedor de quiosques alimentados a energia solar da Tanzânia para carregamento de telefones móveis em comunidades fora da rede	Franchise	C	N		x	x	
	Acacia Innovations, fornecedor premiado de fogões ecológicos do Quênia, ao abrigo do ODS 7, para escolas	Serviço de subscrição	O	N				x
	Solagen Power Ltd, fornecedor de energia solar do Quênia	B2C+B2B	H, C, O	R	x	x		
	Energy Systems Ltd, fornecedor de energia solar do Uganda, incluindo em zonas fora da rede	B2C+B2B	H, I+C, O	N	x	x		
	Empower Energias Renováveis, fornecedor de acesso a energia renovável do Sudão	Fornecedor diversificado	H, I+C, O	C	x	x	x	
	SunCulture, fornecedor queniano de irrigação por energia solar e serviços auxiliares a pequenos agricultores	Fornecimento personalizado	I+C	R		x	x	x
	Power OffGrid, o fornecedor de soluções solares inteligentes da Somália para agricultores e outros em comunidades fora da rede	Plataforma de financiamento de ativos PayGo, Goat4kWh		H, C	N		x	x
Transportes	Ampersand, operador de mobilidade elétrica do Ruanda	Partilha de boleias	C	R		x		
	BasiGo, empresa de montagem e fornecedor de autocarros elétricos alimentados a energias renováveis no Quênia	Pay-as-you-drive (pagamento de acordo com a distância)	C	C	x	x	x	x

Notas: ODS 7 = Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7: Energia limpa e acessível. B2C+B2B = *business to consumer e business to business*. Grupo-alvo: H = agregados familiares; I+C = industrial e comercial; O = organizacional; Alcance do mercado: N = nacional, R = regional, C = continental.

Fonte: Compilação dos autores baseada na revisão da literatura.

### Caixa 5.1. Energia solar e programas de soluções para cozinhar «mais limpo» direcionados para as zonas rurais

A energia solar e os programas de soluções para cozinhar de forma «mais limpa» apresentam uma série de benefícios para as comunidades rurais em toda a África Oriental. Oferecem soluções diretamente para escolas, hospitais, dispensários, campos de refugiados ou mercados noturnos.

A Power OffGrid Somália fornece soluções solares e energia limpa para comunidades rurais fora da rede e de difícil acesso em Jowhar, Somália. A sua inovadora e acessível plataforma híbrida inteligente de energia renovável e de financiamento de ativos PayGo para comunidades sem acesso a bancos, a Goat4kWh, permite que os pastores e agricultores usem o seu gado como capital para financiar a sua eletrificação. A empresa aumenta assim o acesso à eletricidade, à água limpa adequada e à soluções para cozinhar de forma «mais limpa» para milhares de agregados familiares da Somália (Impakter, 2019).

As mulheres na África rural podem agir como líderes comunitários, empreendedoras e formadoras defendendo o acesso à eletricidade gerada por energia solar e a fogões ecológicos que reduzem as emissões. O Maasai Stoves and Solar Project tem, por exemplo, formado mulheres tanzanianas para trabalhos como distribuidoras e instaladoras de painéis solares e fogões de cozinha para casas de adobe tradicionais. Além de reduzir as emissões e as mortes por poluição em ambientes fechados, de acordo com Ligami (2017), essas iniciativas de transição energética limpa podem ajudar a aliviar a pobreza.

As tecnologias digitais permitiram uma maior utilização de energias renováveis, através de novos modelos empresariais e da partilha de dados. As tecnologias digitais melhoraram a produção de energia a partir de fontes renováveis (por exemplo, parques eólicos digitais e digitalização da energia hidroelétrica), a distribuição (por exemplo, redes inteligentes e lojas online) e a utilização de energia (por exemplo, contadores inteligentes, plataformas móveis e aplicações de eficiência energética) (Quadro 5.2). A diminuição dos custos de componentes digitais, como sensores e tecnologias de armazenamento de dados, permitiu a criação de novos modelos de negócios em análise de dados e cibersegurança, eficiência operacional e controlos para energia e armazenamento renováveis distribuídos (GE, 2018). A Plexus Energy do Quênia, a Power OffGrid da Somália e a Energy Monitoring Ltd do Uganda são exemplos de fornecedores de soluções digitais focadas em energias renováveis da África Oriental (Wilson, 2021). Em maior escala, os modelos meteorológicos sintéticos, como a *Renewable Energy Space Analytics Tool* (RE-SAT) e o Conjunto de Ferramentas Digitais para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, desenvolvidos através da colaboração entre o Governo das Seicheles, a Agência Internacional da Energia, o Secretariado da Commonwealth e outros parceiros internacionais, fornecem dados e informações adicionais enquanto bem público (The Commonwealth, 2021).

Alguns fornecedores de infraestruturas energéticas da África Oriental estão a emergir como empresas líderes, enquanto as empresas multinacionais regionais estabelecidas atuam como investidores. As grandes empresas de infraestruturas de rede (por exemplo, PowerGen e Group Filatex), os fornecedores de financiamento de infraestruturas (por exemplo, CrossBoundary Energy) e os produtores regionais e continentais de energias renováveis (por exemplo, Power Point Systems e Group Filatex) estão a começar a criar uma pegada ecológica a nível regional (Quadro 5.2). A diversificação da Safaricom do Quênia para a produção de energia solar e eólica e o financiamento de projetos de eletrificação de energias renováveis por parte do Mauritius Commercial Bank indicam que as maiores empresas multinacionais da região procuram oportunidades de investimento no setor (International Finance, 2022).

O aumento da procura por parte dos utilizadores comerciais de energia e dos projetos de desenvolvimento verde está a apoiar projetos de produção e distribuição de energia renovável personalizados e de maior escala. Em resultado dos elevados custos de implantação e dos clientes comerciais, como os retalhistas e as empresas de hotelaria e restauração, que procuram alternativas ao acesso à energia através de redes, os modelos empresariais que oferecem soluções baseadas nas energias renováveis tornaram-se cada vez mais viáveis na África Oriental. Por exemplo, o retalhista SunCulture, no Quênia, fornece soluções de irrigação por energia solar para os agricultores (BII, n.d.). Além disso, os parques industriais e as «cidades verdes» recentemente criadas têm agora oportunidades de integrar as fontes de energia renováveis no seu aprovisionamento energético. A Cidade Verde do Ruanda em Kigali, liderada pelo Fundo Verde do Ruanda (FONERWA), com o apoio financeiro do Banco de Desenvolvimento KfW da Alemanha, procura utilizar os investimentos em energias renováveis para gerar efeitos positivos para a sustentabilidade social e ambiental (Nkurunziza, 2021).

### As políticas públicas podem melhorar o setor das energias renováveis da África Oriental e ajudar a mobilizar investimentos

Para mobilizar investimentos no setor das energias renováveis da África Oriental, os decisores políticos devem melhorar a regulamentação energética, reforçar os investimentos públicos e apoiar a integração regional e liderar as empresas (Quadro 5.3). Como primeira prioridade, continuarão a ser necessários grandes e pequenos investimentos privados

para explorar melhor o potencial da produção de energia renovável da África Oriental, e os decisores políticos podem centrar-se na melhoria das reformas regulamentares e no desenvolvimento do setor das energias renováveis da região. Em segundo lugar, é necessário investir fundos públicos escassos de formas mais estratégicas e inovadoras, o que requer instituições financeiras e públicas capazes. Em terceiro lugar, a integração regional pode ser reforçada através da promoção de projetos em larga escala liderados pelos governos e do incentivo aos investimentos das empresas líderes regionais e das empresas inovadoras.

**Quadro 5.3. Recomendações políticas prioritárias para os grupos de países da África Oriental**

Domínio de política	Recomendação	Grupo 1:			Grupo 2:		Grupo 3:
		Etiópia	Quênia	Ruanda	Comores	Djibuti	Maurícia e Seicheles
Quadros regulamentares e capacidade	Desenvolver um quadro regulamentar com planos e incentivos setoriais credíveis, com base na aprendizagem dos pares regionais				X		
	Implementar reformas de forma robusta e consistente	X					
	Avaliar regularmente o quadro regulamentar, retirando ensinamentos pertinentes e dando resposta às preocupações dos investidores	X			X		X
Investimentos públicos e mecanismos financeiros inovadores	Criar compromissos financeiros a longo prazo e instrumentos para investimentos públicos e institucionais	X					X
	Criar uma obrigação verde soberana para apoiar os investimentos nacionais	X					X
	Resolver conflitos e oferecer seguros contra riscos de conflitos políticos e outras ferramentas de eliminação de riscos	X			X		
Integração regional, empresas líderes e inovação empresarial	Reforçar a governação institucional e a capacidade de apoiar o desenvolvimento de propostas suscetíveis de financiamento e o acesso a oportunidades de financiamento	X			X		X
	Aprofundar os projetos de infraestruturas regionais para facilitar o transporte e o comércio transfronteiriço de energia	X			X		X
	Harmonizar a regulamentação para incentivar o desenvolvimento de mercados e cadeias de valor transfronteiriças	X					
	Facilitar o surgimento de mais empresas de energias renováveis e reforçar o empreendedorismo local e o financiamento comunitário	X					
	Promover a transformação dos serviços de utilidade pública e das empresas públicas em empresas líderes e parceiros fiáveis para as empresas	X			X		X
	Aumentar o investimento em infraestruturas de rede e estabelecer parcerias com investidores privados e instituições de financiamento do desenvolvimento para promover o acesso descentralizado à energia	X			X		

Fonte: Compilação dos autores baseada na revisão da literatura.

### O reforço dos quadros regulamentares e da capacidade dos serviços públicos de energia alargará o setor das energias renováveis da região

A maioria dos países da África Oriental adotou reformas regulamentares fundamentais e projetos-piloto institucionais a favor das energias renováveis, estando a sua plena implementação ainda pendente. Em toda a região surgiram uma série de iniciativas políticas promissoras, especialmente nos países do Grupo 1 (Quadro 5.4). Este grupo de países também tem quadros regulamentares mais completos do que os seus homólogos do Grupo 2 (Quadro 5.5).



### Quadro 5.4. Exemplos de políticas destinadas a reforçar a capacidade institucional e os quadros regulamentares no domínio das energias renováveis na África Oriental

Exemplo de política	Instrumento político	Impacto
Reformas regulamentares do Quênia e incentivos fiscais para investidores privados	Reforçar o quadro jurídico para o setor das energias renováveis	O Quênia subiu 52 posições ao longo de 5 anos no índice de facilidade de fazer negócios ( <i>Doing Business</i> ) do Banco Mundial e tornou-se num líder regional central em matéria de energia renovável (RES4Africa e PWC, 2021).
Mecanismo de pagamento de prémio da <i>Global Energy Transfer Feed-in-Tariff</i> (GET FIT) do Uganda	Melhorar o acesso ao mercado dos produtores de eletricidade independentes	Os pagamentos adicionais que a GET FIT recebe tornam os projetos privados de pequena escala de produção de energia renovável mais viáveis financeiramente e contribuíram para 17 IPP concorrentes e produziram um total de 158 megawatts, ou 760 GW/hora por ano (KfW e Multiconsult, 2021).
Fundo de Desenvolvimento do Mercado Off-Grid de 40 milhões USD de Madagascar	Acelerar e obter eletrificação sustentável através de tecnologias solares fora da rede	O Fundo, com o apoio do Banco Mundial, financiou a dívida dos distribuidores de energia solar e das instituições que financiam os utilizadores finais ou os distribuidores (Banco Mundial, 2018), seguindo exemplos regionais, nomeadamente do Quênia e do Ruanda.
Projeto de melhoria das operações e da governação do setor da eletricidade em Madagascar (ESOGIP)	Promover inovações entre os serviços de utilidade pública e as empresas públicas para melhorar as suas operações e viabilidade financeira	Este projeto financiado pelo Banco Mundial introduziu um processo de concurso internacional transparente, a digitalização dos processos de trabalho das agências estatais e os quadros jurídicos para as ligações à rede (Banco Mundial, 2018).
Projeto-piloto Twaake do Uganda	Combinar tecnologias centralizadas e descentralizadas para obter eletrificação universal	Utilities 2.0 <i>Twaake</i> , o projeto piloto de integração de energia do principal fornecedor de energia do Uganda, o Umeme, resultou numa rede inteligente e interativa, que oferece soluções de energia limpa, gestão de receita e eficiência de custos (Wilson, 2021).

Fonte: Compilação dos autores baseada na revisão da literatura.

### Quadro 5.5. Quadros regulamentares no setor das energias renováveis da África Oriental

Características regulamentares	Grupo 1					Grupo 2							Grupo 3	
	Etiópia	Quênia	Ruanda	Tanzânia	Uganda	Comores	Djibuti	Eritreia	Madagascar	Somália	Sudão	Sudão do Sul	Maurícia	Seicheles
Plano diretor ou roteiro para a eletrificação/ energia abrangendo as zonas rurais			x	x	x		x	x	x		x			x
Compromisso de contribuições determinadas a nível nacional (NDC)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Objetivos em matéria de energias renováveis e uma combinação diversificada de fontes de energia	x	x	x	x		x			x	x	x		x	x
Reformas de participação privada concluídas		x		x		x			x					x
Licenciamento e adjudicação transparentes de contratos no setor da energia com base em leilões		x			x								x	
Acesso desagregado do utilizador fornecido pelas empresas de serviços de utilidade pública	x	x		x										x
Regulador independente	x	x		x		x	x							
Incentivos fiscais e subsídios às energias renováveis	x		x	x									x	x
Diferenciação das tarifas de aquisição ( <i>feed-in</i> ) por tecnologia e dimensão das instalações		x											x	

Fonte: Compilação dos autores baseada em AfDB (2021) e pesquisa documental.

Os governos da África Oriental devem avaliar regularmente a eficácia dos quadros regulamentares existentes em matéria de energias renováveis, nomeadamente através do retorno de informação dos investidores. Estas autoavaliações regulares das políticas podem ajudar a revelar os impactos diretos das políticas aplicadas e a realçar os aspetos que exigem novas reformas. Na sequência das reações dos investidores, o Uganda substituiu a sua política original de tarifa *feed-in* (FiT) por um mecanismo de pagamento de prémio mais atraente, o *Global Energy Transfer Feed-in-Tariff* (GET FiT) (KfW e Multiconsult, 2021). Procurar contributos, diálogo e adesão ativa dos investidores pode ajudar a clarificar as perceções de risco e conduzir a políticas mais eficazes e relevantes (RES4Africa e PWC, 2021).

Os países da África Oriental podem aprender com e replicar os esforços reguladores bem-sucedidos uns dos outros. Em especial, os países do Grupo 2 com políticas incompletas em matéria de energias renováveis (Quadro 5.5) podem adaptar os regulamentos e a legislação dos países do Grupo 1 aos seus contextos, nomeadamente os planos nacionais de eletrificação e de soluções para cozinhar de forma «mais limpa» que definem os papéis a desempenhar na distribuição (por exemplo, rede e descentralização) e nas tecnologias para cozinhar de forma «mais limpa» (por exemplo, e-cozinha e *pellets* de biomassa). Os países do Grupo 1 podem aprender uns com os outros sobre iniciativas inovadoras e tecnicamente ambiciosas, como as obrigações verdes, de sustentabilidade e ligadas à sustentabilidade (Dembele, Schwarz e Horrocks, 2021; ver também Capítulo 2). Por exemplo, a denominação do Quênia da sua tarifa de aquisição em USD poderia potencialmente servir os decisores políticos da Etiópia que se depararam com dificuldades decorrentes da sua política tarifária de aquisição denominada *Birr*, incluindo a perda do apoio da Sociedade Financeira Internacional ao projeto *Scaling Solar* (RES4Africa e PWC, 2021).

Os serviços públicos da África Oriental poderiam ser reformados para se tornarem facilitadores do acesso ao mercado para os fornecedores de energia renovável e abraçarem as tecnologias de redes inteligentes. As reformas que obrigam os serviços públicos a separar o acesso dos utilizadores finais e permitem a participação privada na produção e distribuição de eletricidade (como a transmissão de energia/*power wheeling*, a contagem líquida e uma opção de venda direta ao cliente para produtores de eletricidade independentes) poderiam ser avançadas e aprofundadas. Os decisores políticos podem também incentivar as empresas de serviços públicos a adotarem tecnologias de redes inteligentes que facilitem a integração harmoniosa e eficiente de fontes de energia centralizadas e descentralizadas em redes inteligentes e interativas (Blankers, 2022; ESI África, 2022). O projeto piloto *Utilities 2.0 Twaake* da principal concessionária de energia do Uganda, a *Umeme*, em colaboração com a *Power for All* e a Fundação Rockefeller, reforçou recentemente a gestão de receitas, a eficiência e a descarbonização dos benefícios das suas redes digitais (Smith, 2021).

### O reforço das instituições e dos instrumentos financeiros locais pode catalisar recursos para projetos de energias renováveis

Os decisores políticos da África Oriental podem aumentar o financiamento das energias renováveis, dando prioridade aos investimentos públicos a longo prazo, estabelecendo obrigações verdes e melhorando a capacidade institucional para o desenvolvimento de projetos suscetíveis de financiamento bancário. Os elevados custos iniciais, os custos de capital e os riscos de investimento têm de ser eficazmente atenuados para elevar as condições de financiamento a níveis viáveis. As autorizações orçamentais, os fundos verdes e as ferramentas de preparação de projetos oferecem soluções (Quadro 5.6).

**Quadro 5.6. Exemplos de políticas orientadas para reforçar os sistemas financeiros locais para mobilizar e canalizar recursos para projetos de energias renováveis na África Oriental**

Exemplo de política	Instrumento político	Impacto
<b>Compromisso orçamental decenal do Uganda</b>	Apoiar os investimentos públicos em energias renováveis e reduzir os riscos dos investimentos privados	Ao longo de dez anos, foram atribuídos 5.4 mil milhões USD para financiar 2 471 megawatts de energia renovável proveniente de fontes hidroelétricas, solares, de biomassa e geotérmicas (AfDB, 2022).
<b>Fundo Verde do Ruanda</b>	Implantar novos financiamentos inovadores, nomeadamente o financiamento verde, para atenuar os custos iniciais e catalisar os investimentos nacionais	O Fundo proporcionou investimentos de 40 mil milhões USD em 35 projetos, criou mais de 137 500 empregos verdes e alargou o acesso à energia limpa fora da rede a 57 500 agregados familiares (ONU, 2022).
<b>Conjunto de ferramentas SIDS das Seicheles</b>	Impulsionar o desenvolvimento de capacidade interna para preparar propostas de projetos atraentes	Este conjunto de ferramentas digitais para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) apoia eficazmente a preparação de processos empresariais com grau de investimento (Wilson, 2021).

Fonte: Compilação dos autores baseada na revisão da literatura.

**Instrumentos financeiros bem-adaptados e compromissos financeiros a longo prazo por parte dos governos e investidores institucionais da África Oriental podem alargar o acesso ao financiamento e dar confiança aos investidores.** Atenuar os efeitos dos elevados custos iniciais, das pressões inflacionistas e da depreciação cambial sobre os investimentos nacionais em energias renováveis através da utilização de instrumentos financeiros adaptados às necessidades dos países pode desbloquear e mobilizar financiamento local adicional (AfDB, 2022). Instrumentos dedicados e instituições financeiras mistas – tais como fundos climáticos nacionais, bancos verdes e instituições regionais como o Mecanismo para a Inclusão Energética, incubado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, e o Fundo de Energia Sustentável para África – podem ajudar a gerir estes fundos. Os compromissos a longo prazo podem proporcionar segurança ao processo decisório dos investidores. O Ruanda comprometeu-se a realizar investimentos públicos sustentados para impulsionar a produção, distribuição e acesso às energias renováveis através de um Fundo de Obrigações Verdes e Energias Renováveis de 40 mil milhões USD, enquanto o Uganda assumiu um compromisso orçamental de 5.4 mil milhões USD para dez anos, para financiar projetos de energias renováveis (AfDB, 2022). Os investidores institucionais também podem desempenhar um papel importante: em 2021, a Autoridade Queniana para os Benefícios de Reforma comprometeu-se a afetar 229 mil milhões USD a ativos de infraestruturas para o setor local das energias renováveis no período de 2021-26 (Embaixada dos EUA no Quênia, 2020).

**É possível mobilizar novos instrumentos financeiros para investimentos em energias renováveis.** Os projetos de energias renováveis dispõem frequentemente de instrumentos de financiamento inovadores dedicados à resiliência às alterações climáticas e à transição energética justa; incluem obrigações verdes, sociais, de sustentabilidade, conversão de dívida por compromissos climáticos (*debt for climate swaps*) e dívida ligada ao clima. Os governos podem aumentar a sua elegibilidade para os instrumentos financeiros através do reforço da capacidade interna e dos conhecimentos técnicos especializados das instituições financeiras, reguladores e serviços de utilidade pública. A geração de receitas através de créditos de carbono pode, por exemplo, apoiar novos investimentos em projetos de energias renováveis, bem como cofinanciar ou subsidiar custos de investimento iniciais, como no caso de aparelhos de cozinha limpos para utilizadores finais (AfDB, 2022).

**As instituições financeiras locais podem melhorar a colaboração com as instituições financeiras de desenvolvimento e os parceiros internacionais para desenvolver projetos financiáveis, ajustados à dimensão do mercado local.** As instituições financeiras locais, como os bancos de desenvolvimento, podem ajudar a coordenar o financiamento e os

mecanismos de apoio das instituições de financiamento do desenvolvimento e de outros parceiros internacionais (Capítulo 2). Particularmente nos países do Grupo 2, será essencial reforçar as capacidades das instituições locais para aceder eficazmente e canalizar o apoio internacional, uma vez que os projetos suscetíveis de financiamento continuarão a ser escassos devido à pequena dimensão dos seus mercados. As subvenções de assistência técnica, os estágios financiados e os intercâmbios de pessoal, bem como as subvenções de preparação de projetos de parceiros de desenvolvimento – por exemplo, o Fundo de Energia Sustentável para África – podem apoiar este processo (SEFA, 2021). O *African Rift Geothermal Development Facility (ARGeo)* é um exemplo de projeto de grande impacto. Lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 2010, o ARGeo teve como objetivo desenvolver o potencial inexplorado dos recursos geotérmicos e reduzir as emissões de gases de efeito estufa em vários países da África Oriental. Através da assistência técnica para estudos de exploração de superfície, o projeto reduziu os riscos associados à exploração de recursos e catalisou 300 milhões USD de investimento na Etiópia, no Quênia, na Tanzânia e no Uganda, ao mesmo tempo que impulsionou redes regionais e criou o Centro de Excelência de Energia Geotérmica de África (GEF, 2021).

### As políticas de integração regional podem facilitar a criação e expansão de empresas inovadoras

Os decisores políticos da África Oriental podem aprofundar a integração regional e apoiar o crescimento das empresas regionais. A pequena dimensão de muitos dos mercados de energias renováveis da região torna a integração regional fundamental. O dinâmico setor emergente das energias renováveis da África Oriental constitui uma oportunidade única para a região complementar projetos de integração regional em grande escala, com programas específicos de promoção de empresas (Quadro 5.7).

**Quadro 5.7. Exemplos de políticas destinadas a facilitar o surgimento e a expansão regional de empresas inovadoras no setor das energias renováveis da África Oriental**

Exemplo de política	Instrumento político	Impacto
Projeto de Linha de Transmissão Zâmbia-Tanzânia-Quênia	Aumentar o comércio regional e pan-africano de energia	Através do Projeto de Linha de Transmissão Zâmbia-Tanzânia-Quênia, serão estabelecidos até 2026 mais de 2 200 km de uma linha de transmissão bidirecional de 400 megawatts entre Kabwe, na Zâmbia, e Isinya, no Quênia, reforçando a capacidade de transmissão de energia regional em 2 550 megawatts e aumentando a cooperação com os países do Agrupamento de Energia da África Austral (Banco Mundial, 2022b).
Reforço de um projeto de mercado regional da energia sustentável	Harmonizar o quadro regulamentar regional e as condições de mercado	Este projeto, que envolve a região da África Oriental, da África Austral e do Oceano Índico (EA-SA-IO), desenvolveu 12 orientações regionais para promover as energias renováveis e iniciativas de eficiência energética e formou 363 funcionários regionais para alinhar as legislações nacionais dos Estados-Membros com o quadro regulamentar regional harmonizado que adotaram (Osemo, 2022).
Fundo para as Energias Renováveis do Ruanda	Estimular um maior empenhamento para otimizar as oportunidades de energia renovável	Este fundo gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Ruanda concedeu créditos de baixo custo, capital próprio direto e subvenções a empresas, bancos comerciais e empresas de energia solar para a aquisição de sistemas solares domésticos fora da rede, desenvolvimento de minirredes e apoio a tecnologias para confeccionar alimentos de forma “mais limpa” (Nkurunziza, 2021).
Iniciativa de Adaptação a África	Reforçar a colaboração continental e intersectorial em matéria de adaptação às alterações climáticas	O investimento liderado por esta parceria público-privada permite aos países africanos alcançar os seus objetivos de resiliência, facilitando a transição energética (PNUA, 2021).
Princípio 8 da política do Uganda em matéria de energias renováveis: «Participação das partes interessadas e dos pobres»	Promover o acesso universal às energias renováveis para promover a transformação social	O Programa de Acesso à Eletrificação Rural e Urbano-Pobre estipula expressamente que os futuros projetos sejam alargados aos pobres e às mulheres a custos de ligação subsidiados (Banco Mundial, 2021).

Fonte: Compilação dos autores.

Os governos e as instituições regionais da África Oriental podem intensificar a promoção do comércio transfronteiriço de energia, nomeadamente através de projetos de infraestruturas (ver também a Caixa 3.2 no Capítulo 3). O Agrupamento de Energia da África Oriental (EAPP), criado em 2005, visa reforçar o comércio transfronteiriço de energia e assegurar o funcionamento da rede elétrica interligada para vários países da África Oriental e outros países africanos (EAPP, n.d.). O EAPP poderia reduzir os custos do comércio de energia em 18.6 mil milhões USD se se alcançasse um cenário de forte integração, incluindo novos projetos de interligação substanciais que apoiem planos de energias renováveis otimizados a nível regional. Neste cenário, a dependência da região em relação ao gás diminuiria de 63 % para 58 % (Remy e Chattopadhyay, 2020), ao passo que um menor nível de custos da energia poderia gerar poupanças de 10 % para os utilizadores finais na África Oriental (Castellano et al., 2015). Os projetos de infraestruturas transfronteiriços, como o projeto de autoestrada de eletricidade Quênia-Etiópia ou o projeto de linha de transmissão Zâmbia-Tanzânia-Quênia (Quadro 5.7), apoiam este esforço.

As iniciativas de integração regional oferecem oportunidades para uma maior harmonização dos quadros regulamentares e das regras de mercado para os produtores de eletricidade e grupos organizados do setor privado. O EAPP estabeleceu as regras básicas para regular e orientar o mercado regional da energia (Deloitte, 2015). A Zona de Comércio Livre Continental Africana pode melhorar a harmonização da regulamentação energética e empresarial, estimulando assim a oferta e a procura de energias renováveis (Yavarhousen, 2020), incluindo a aceleração da interconectividade das redes. Determinadas instituições regionais podem implementar a integração do mercado e a harmonização regulamentar. Uma dessas instituições é o Centro para as Energias Renováveis e Eficiência Energética da Comunidade da África Oriental, que pode prestar assistência técnica e assegurar uma mobilização mais ativa dos grupos organizados do setor privado da região.

O apoio a empresas inovadoras pode trazer muitos benefícios para o desenvolvimento sustentável. As medidas específicas destinadas a incentivar o surgimento de novas empresas, a expansão das empresas e a criação de emprego em todas as cadeias de valor das energias renováveis incluem incentivos financeiros, garantias de risco parciais e financiamento misto para financiamento em expansão. Por exemplo, o programa Scaling Solar, apoiado pela Sociedade Financeira Internacional, ajuda os governos na preparação e estruturação dos projetos e fornece aos promotores de projetos documentação e serviços de redução de riscos (IFC, 2023). As iniciativas empresariais no setor das energias renováveis podem servir para alargar o acesso à eletricidade e a soluções para cozinhar «mais limpo», promover a transição energética e criar empregos de elevada qualidade, aumentando assim o desenvolvimento sustentável (Tiedeman, 2022).<sup>8</sup>

## Notas

1. Cálculos dos autores baseados em OCDE (2021).
2. Cálculos dos autores baseados em OCDE (2022b).
3. Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022). Os dados relativos a 2022 estão disponíveis apenas até maio de 2022.
4. Cálculo dos autores com base em IRENA (2022a).
5. Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022). Os dados relativos a 2022 estão disponíveis apenas até maio de 2022.
6. Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022). Os dados relativos a 2022 estão disponíveis apenas até maio de 2022.
7. Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022). Os dados relativos a 2022 estão disponíveis apenas até maio de 2022.
8. Embora faltem estimativas para a África Oriental, as energias renováveis descentralizadas ou não ligadas à rede poderiam criar 3.4 milhões de novos empregos só na Índia até 2030 (IRENA/OIT, 2022).



## Bibliografia

- AfDB (2022), *African Economic Outlook 2022 (Perspetivas Económicas em África 2022)*. Supporting Climate Resilience and a Just Energy Transition in Africa, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, [www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2022](http://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2022).
- AfDB (2021), *Electricity Regulatory Index for Africa 2021*, Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, <https://africa-energy-portal.org/sites/default/files/2021-12/08122021%20ERI%20report%202021.pdf>.
- AIE (2022), *Africa Energy Outlook 2022*, Agência Internacional da Energia, [www.iea.org/reports/Africa-energy-outlook-2022](http://www.iea.org/reports/Africa-energy-outlook-2022).
- AIE (2021a), *World Energy Outlook 2021*, Agência Internacional da Energia, Paris, [www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2021](http://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2021).
- AIE (2021b), «World Energy Balances 2021», Agência Internacional da Energia (base de dados), [www.iea.org/data-and-statistics/data-product/world-energy-balances](http://www.iea.org/data-and-statistics/data-product/world-energy-balances).
- Banco Mundial (2022a), *World Development Indicators* (base de dados), <https://data.worldbank.org/products/wdi> (consultado em abril de 2022).
- Banco Mundial (2022b), «AFR RI-3A Tanzania-Zambia Transmission Interconnector (P163752)», <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099074001312362436/pdf/P1637520d5d2ff0f0090cd0ce7da89154d2.pdf>.
- Banco Mundial (2021), *The Renewable Energy Policy for Uganda*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/library/renewable-energy-policy-uganda>.
- Banco Mundial (14 de junho de 2018), «Madagascar - Electricity Sector Operations and Governance Improvement Project – Additional financing», Grupo do Banco Mundial, Washington, DC, [www.worldbank.org/en/news/loans-credits/2018/06/14/madagascar-electricity-sector-operations-and-governance-improvement-project-additional-financing](http://www.worldbank.org/en/news/loans-credits/2018/06/14/madagascar-electricity-sector-operations-and-governance-improvement-project-additional-financing).
- Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances* (base de dados), *Global Knowledge Partnership on Migration and Development* e Banco Mundial, [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances) (consultado em 19 de dezembro de 2022).
- BII (n.d.), «How a Kenyan Company is helping farmers with irrigation», British International Investment, [www.bii.co.uk/en/sustainable-investing/solar-powered-irrigation-kenya/](http://www.bii.co.uk/en/sustainable-investing/solar-powered-irrigation-kenya/).
- Blankers, C. (14 de julho de 2022), «Can we build net-zero data centres in Africa?», Bizcommunity, [www.bizcommunity.africa/Article/410/640/229679.html](http://www.bizcommunity.africa/Article/410/640/229679.html).
- Business Daily (8 de dezembro de 2019), «Kenya rises to the top five in global clean energy ranking», *Business Daily Africa*, [www.businessdailyafrica.com/bd/economy/kenya-rises-to-the-top-five-in-global-clean-energy-ranking-2273126](http://www.businessdailyafrica.com/bd/economy/kenya-rises-to-the-top-five-in-global-clean-energy-ranking-2273126).
- Castellano, A. et al. (2015), *Brighter Africa: The Growth Potential of the Sub-Saharan Electricity Setor*, McKinsey, [www.icafrica.org/fileadmin/documents/Knowledge/Energy/McKensey-Brighter\\_Africa\\_The\\_growth\\_potential\\_of\\_the\\_sub-Saharan\\_electricity\\_sector.pdf](http://www.icafrica.org/fileadmin/documents/Knowledge/Energy/McKensey-Brighter_Africa_The_growth_potential_of_the_sub-Saharan_electricity_sector.pdf).
- The Commonwealth (10 de novembro de 2021), «New toolkit to boost clean energy investments in small island nations», The Commonwealth, <https://thecommonwealth.org/press-release/new-toolkit-boost-clean-energy-investments-small-island-nations>.
- Deloitte (2015), «The roadmap to a fully integrated and operational East African Power Pool», Deloitte, [www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ke/Documents/energy-resources/ER\\_Power%20TL.pdf](http://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/ke/Documents/energy-resources/ER_Power%20TL.pdf).
- Dembele, F., R. Schwarz e P. Horrocks (2021), *Scaling up Green, Social, Sustainability and Sustainability-linked Bond Issuances in Developing Countries*, OECD Publishing, Paris, [www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/blended-finance-principles/documents/scaling-up-green-social-sustainability-sustainability-linked-bond-issuances-developing-countries.pdf](http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/blended-finance-principles/documents/scaling-up-green-social-sustainability-sustainability-linked-bond-issuances-developing-countries.pdf).
- EAPP (n.d.), «Facilitating longterm development of electricity market in the region», página Web do Agrupamento de Energia da África Oriental, <https://eappool.org/>.
- ESI Africa (2 de agosto de 2022), «Why the digital grid is key to RE integration», ESI Africa, [www.esi-africa.com/renewable-energy/why-the-digital-grid-is-key-to-re-integration/](http://www.esi-africa.com/renewable-energy/why-the-digital-grid-is-key-to-re-integration/).
- fDi Intelligence (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets) (consultado em agosto de 2022).
- FMI (2023a), *World Economic Outlook Database*, April 2023 Edition, International Monetary Fund, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/April](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/April) (consultado em abril de 2023).
- FMI (2023b), «List of LIC DSAs for PRGT-eligible countries», Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/external/pubs/ft/dsa/dsalist.pdf](http://www.imf.org/external/pubs/ft/dsa/dsalist.pdf).



- FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, Edição de outubro de 2022, Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October22](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October22) (consultado em outubro de 2022).
- FMI (2022b), «Balance of payments and international investment position statistics», *IMF Data Access to Macro Economic & Financial Data* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52> (consultado em 22 de novembro de 2022).
- FMI (2022c), «Investment and Capital Stock Dataset (ICSD)», *IMF Data Access to Macro Economic & Financial Data* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4> (consultado em outubro de 2022).
- GE (2018), *Digitization of Energy Transmission & Distribution in Africa: The Future of Energy in Sub-Saharan Countries*, Frost & Sullivan, [www.gegridsolutions.com/press/gepress/2018/wp-digitization.pdf](http://www.gegridsolutions.com/press/gepress/2018/wp-digitization.pdf).
- GEF (2021), «African Rift Geothermal Development Facility (ARGeo)», página Web, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, [www.thegef.org/projects-operations/projects/2119](http://www.thegef.org/projects-operations/projects/2119).
- IFC (2023), «Scaling solar», página Web, Sociedade Financeira Internacional, [www.ifc.org/wps/wcm/connect/news\\_ext\\_content/ifc\\_external\\_corporate\\_site/news+and+events/news/scaling-solar](http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/news_ext_content/ifc_external_corporate_site/news+and+events/news/scaling-solar) (consultado em 17 de março de 2023).
- Impakter (26 de abril de 2019), «Power offgrid: Innovating the energy market in Somalia», Medium, <https://medium.com/@impakter.com/power-offgrid-innovating-the-energy-market-in-somalia-cc3bc502cf1a>.
- International Finance (2020), «Safaricom to diversify into energy, to supply power to the national grid», International Finance, <https://internationalfinance.com/safaricom-diversify-energy-supply-power-national-grid/>.
- IRENA (2022a), IRENASTAT (base de dados), [https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT?\\_gl=1\\*\\_fltysn\\*\\_ga\\*MTA3NTM0NzYxLjE2NjE3NzAyNzQ.\\*\\_ga\\_7W6ZEF19K4\\*MTY3ODI4NTgxNC40NC4xLjE2NzgyODU4MzguMzYuMC4w](https://pxweb.irena.org/pxweb/en/IRENASTAT?_gl=1*_fltysn*_ga*MTA3NTM0NzYxLjE2NjE3NzAyNzQ.*_ga_7W6ZEF19K4*MTY3ODI4NTgxNC40NC4xLjE2NzgyODU4MzguMzYuMC4w) (consultado em outubro de 2022).
- IRENA (2022b), «Renewable Energy Employment by Country», Statistics Data (base de dados), [www.irena.org/Data/View-data-by-topic/Benefits/Renewable-Energy-Employment-by-Country](http://www.irena.org/Data/View-data-by-topic/Benefits/Renewable-Energy-Employment-by-Country) (consultado em março de 2023).
- IRENA/AfDB (2022), *Renewable Energy Market Analysis: Africa and Its Regions*, Agência Internacional para as Energias Renováveis e Banco Africano de Desenvolvimento, Abu Dhabi e Abidjan, [www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2022/Jan/IRENA\\_Market\\_Africa\\_2022.pdf?rev=bb73e285a0974bc996a1f942635ca556](http://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2022/Jan/IRENA_Market_Africa_2022.pdf?rev=bb73e285a0974bc996a1f942635ca556).
- IRENA/OIT (2022), *Renewable Energy and Jobs: Annual Review 2022*, Agência Internacional para as Energias Renováveis/Organização Internacional do Trabalho, Abu Dhabi/Genebra, [www.irena.org/publications/2022/Sep/Renewable-Energy-and-Jobs-Annual-Review-2022](http://www.irena.org/publications/2022/Sep/Renewable-Energy-and-Jobs-Annual-Review-2022).
- KfW e Multiconsult (2021), *Get FiT Uganda Annual Report 2021*, KfW Group, [www.getfit-uganda.org/annual-reports/annual-report-2021/](http://www.getfit-uganda.org/annual-reports/annual-report-2021/).
- Kincer, J. (julho de 2021), «What's the status of East Africa's geothermal market?», Energy for Growth Hub, [www.energyforgrowth.org/wp-content/uploads/2021/07/Whats-the-status-of-East-Africas-geothermal-market\\_-\\_pdf](http://www.energyforgrowth.org/wp-content/uploads/2021/07/Whats-the-status-of-East-Africas-geothermal-market_-_pdf)
- Largue, P. (4 de julho de 2020), «Seychelles to build world's largest floating solar plant», Renewable Energy World, [www.renewableenergyworld.com/solar/seychelles-to-build-worlds-largest-floating-solar-plant/?topic=245866](http://www.renewableenergyworld.com/solar/seychelles-to-build-worlds-largest-floating-solar-plant/?topic=245866).
- Ligami, C. (2017), «Renewable energy projects are uplifting Maasai women», *Earth Island Journal*, [www.earthisland.org/journal/index.php/articles/entry/renewable\\_energy\\_projects\\_uplifting\\_maasai\\_women](http://www.earthisland.org/journal/index.php/articles/entry/renewable_energy_projects_uplifting_maasai_women).
- Nkurunziza, M. (1 de novembro de 2021), «How can Rwanda make the most of the global clean energy investment platform?», *The New Times*, [www.newtimes.co.rw/article/190795/News/how-can-rwanda-make-the-most-of-the-global-clean-energy-investment-platform](http://www.newtimes.co.rw/article/190795/News/how-can-rwanda-make-the-most-of-the-global-clean-energy-investment-platform).
- OCDE (2022a), «Aid (ODA) disbursements to countries and regions», OECD.Stat (base de dados), <https://stats-1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A> (consultado em outubro de 2022).
- OCDE (2022b), «GHG Emissions from fuel combustion (summary)», IEA CO2 Emissions from Fuel Combustion Statistics: Greenhouse Gas Emissions from Energy (base de dados), <https://doi.org/10.1787/445ec5dd-en> (consultado em 3 de setembro de 2022).
- OCDE (2022c), «Mobilisation», OECD.Stat (base de dados), [https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV\\_DCD\\_MOBILISATION](https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV_DCD_MOBILISATION) (consultado em fevereiro de 2023).
- OCDE (2021), OECD Global Pension Statistics (base de dados), <https://doi.org/10.1787/pension-data-en>.
- OMS (2021), «Household Energy Database», *Organização Mundial de Saúde* (base de dados), [www.who.int/data/gho/data/themes/air-pollution/who-household-energy-db](http://www.who.int/data/gho/data/themes/air-pollution/who-household-energy-db).

- ONU (2022), «Rwanda Green Fund – FONERWA», página Web, Organização das Nações Unidas, <https://unfccc.int/climate-action/momentum-for-change/financing-for-climate-friendly-investment/rwanda-green-fund-fonerwa>.
- Osemo, W. (8 de junho de 2022), «Comoros to have a national energy regulation board», Common Market for Eastern and Southern Africa, [www.comesa.int/comoros-to-have-a-national-energy-regulation-board/](http://www.comesa.int/comoros-to-have-a-national-energy-regulation-board/).
- PNUA (2021), «African Adaptation Initiative (AAI)», página Web, Programa das Nações Unidas para o Ambiente, 22 de setembro de 2021, [https://climateinitiativesplatform.org/index.php/African-Adaptation-Initiative-\(AAI\)](https://climateinitiativesplatform.org/index.php/African-Adaptation-Initiative-(AAI)).
- Remy, T. e D. Chattopadhyay (2020), «Promoting better economics, renewables and CO2 reduction through trade: A case study for the Eastern Africa Power Pool», *Energy for Sustainable Development*, vol. 57, 2020, pp. 81-97, <https://doi.org/10.1016/j.esd.2020.05.006>.
- RES4Africa/PwC Italy (2021), *Investor Survey on Sub Saharan Africa*, RES4Africa e PricewaterhouseCoopers, Italy, [https://static1.squarespace.com/static/609a53264723031eccc12e99/t/6180ffb91e351d4c7fcdd981/1635844031170/investor+survey+on+Sub+Saharan+Africa\\_RES4Africa+PwC+%281%29.pdf](https://static1.squarespace.com/static/609a53264723031eccc12e99/t/6180ffb91e351d4c7fcdd981/1635844031170/investor+survey+on+Sub+Saharan+Africa_RES4Africa+PwC+%281%29.pdf).
- Roy, R. (no prelo), «Africa’s developmental path as a solution to the problem of air pollution in Africa», documento de referência para *Africa’s Development Dynamics 2023*.
- SEFA (2021), *Sustainable Energy Fund for Africa (SEFA) - Annual Report 2021*, *Sustainable Energy Fund for Africa* (Fundo para a energia sustentável para África), [www.afdb.org/en/documents/sustainable-energy-fund-africa-sefa-annual-report-2021](http://www.afdb.org/en/documents/sustainable-energy-fund-africa-sefa-annual-report-2021).
- Smith, T. (29 de junho de 2021), «Uganda: Integrated energy and approach to create energy for all», ESI Africa, [www.esi-africa.com/business-and-markets/uganda-integrated-energy-approach-to-create-energy-for-all/](http://www.esi-africa.com/business-and-markets/uganda-integrated-energy-approach-to-create-energy-for-all/).
- Tiedeman, M. (27 de junho de 2022), «Harnessing renewable energy for climate-friendly development», RTI International, [www.rti.org/insights/harnessing-renewable-energy-for-climate-friendly-development](http://www.rti.org/insights/harnessing-renewable-energy-for-climate-friendly-development).
- US Embassy Kenya (2020), «U.S. announces new Kenyan pension consortium to mobilize investment in large scale infrastructure projects», Embaixada dos EUA no Quênia, <https://ke.usembassy.gov/united-states-announces-new-kenyan-pension-consortium-to-mobilize-investment-in-large-scale-infrastructure-projects/>.
- Wilson, C. (3 de novembro de 2021), «Seychelles: Mobilising the ‘Tools’ for renewable energy investment in the Seychelles», AllAfrica, <https://allafrica.com/stories/202111050484.html>.
- Yavarhoussen, H. (15 de setembro de 2020), «Innovation is imperative for Africa’s renewable energy», *Energy Voice*, [www.energyvoice.com/opinion/265093/madagascar-africa-solar-demand/](http://www.energyvoice.com/opinion/265093/madagascar-africa-solar-demand/).



## Capítulo 6

# **Investir em ações climáticas para o desenvolvimento sustentável no Norte de África**

Este capítulo elabora sobre a mobilização de investimentos sustentáveis nos seis países do Norte de África: Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia. Analisa os fluxos financeiros recebidos pela região, em particular a sua afetação a atividades sustentáveis e de promoção da integração regional. Em seguida, propõe uma análise do potencial dos mercados financeiros sustentáveis para atrair investimentos em prol da ação climática na região. Faz um balanço da vulnerabilidade das economias norte-africanas face às alterações climáticas e identifica as necessidades de financiamento necessárias para o desenvolvimento sustentável. Por último, este capítulo sugere políticas públicas que permitam o desenvolvimento e a integração dos mercados financeiros sustentáveis no Norte de África.

# EM SÍNTESE

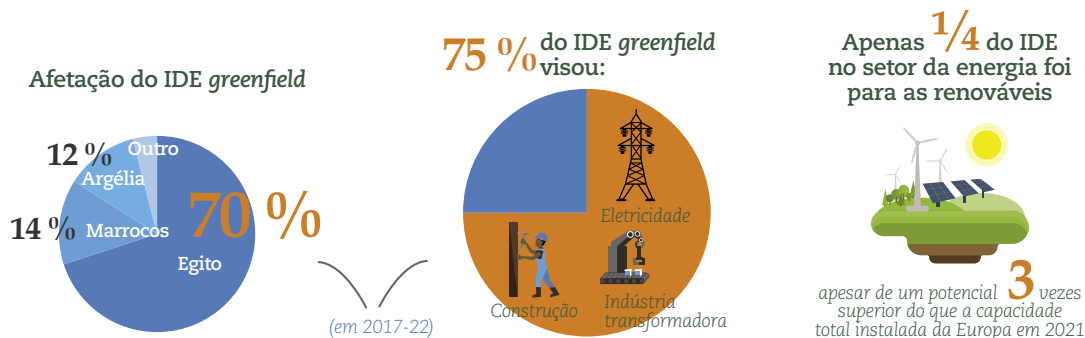
As alterações climáticas têm um impacto socioeconómico significativo nos países do Norte de África, reduzindo o crescimento anual do PIB *per capita* de 5 % a 15 %. A região está exposta aos riscos associados ao aumento da temperatura, que resultam em seca, *stresse* hídrico e incêndios, em comparação com o restante continente. Contudo, reúne vantagens para incentivar a transição energética, como a capacidade potencial de produção de eletricidade solar e eólica, que representa cerca de 3 vezes a capacidade total instalada da Europa em 2021.

No entanto, os países do Norte de África apresentam desafios para atrair financiamento climático. Em 2019-20, receberam 5.8 mil milhões USD, um montante muito inferior aos mais de 39 mil milhões USD anuais necessários, até 2030, para fazer face às alterações climáticas. Não obstante, o desenvolvimento de mecanismos financeiros inovadores, como as obrigações verdes, permitiu ao Egito e a Marrocos mobilizar 1.1 mil milhões USD entre 2016 e 2021. Contudo, a fraca coordenação institucional e a falta de quadros regulamentares adaptados aos financiamentos sustentáveis condicionam o desenvolvimento deste tipo de instrumentos na região.

Três medidas podem ser acionadas pelos decisores políticos para mobilizar os investimentos em prol da ação climática: 1) melhorar a identificação das necessidades de financiamento e a sua afetação em função das prioridades nacionais; 2) criar quadros regulamentares inclusivos e favoráveis aos financiamentos sustentáveis; e 3) apoiar o desenvolvimento do mercado financeiro sustentável através da cooperação regional.

## Norte de África

### Uma afetação desigual dos investimentos



### O financiamento climático está a ficar para trás

**38.9 mil milhões USD**

**valor anual necessário** para a implementação entre 2020-30 das contribuições determinadas a nível nacional (CDN) no âmbito do Acordo de Paris pelos países do Norte de África



**5.8 mil milhões USD**

**valor anual recebido** em média pelos países do Norte de África em 2019-20

Valor mobilizado com a emissão de obrigações verdes no **Egito** e **Marrocos** entre 2016-21



**1.1 mil milhões USD**

**25 % do montante total mobilizado por todo o continente**

Financiamento misto (*blended finance*) afetado para ações climáticas no Norte de África



### O que se segue?



Melhorar a avaliação das necessidades de financiamento com base em prioridades nacionais e multissetoriais



Adotar e implementar quadros regulamentares inclusivos de financiamento sustentável

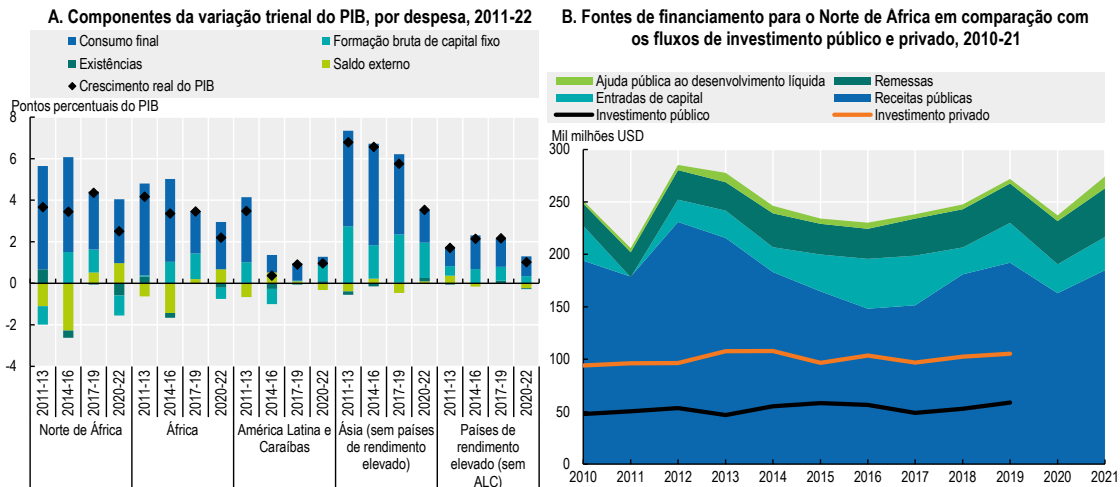


Incentivar o desenvolvimento de mercados financeiros sustentáveis



## Perfil regional do Norte de África

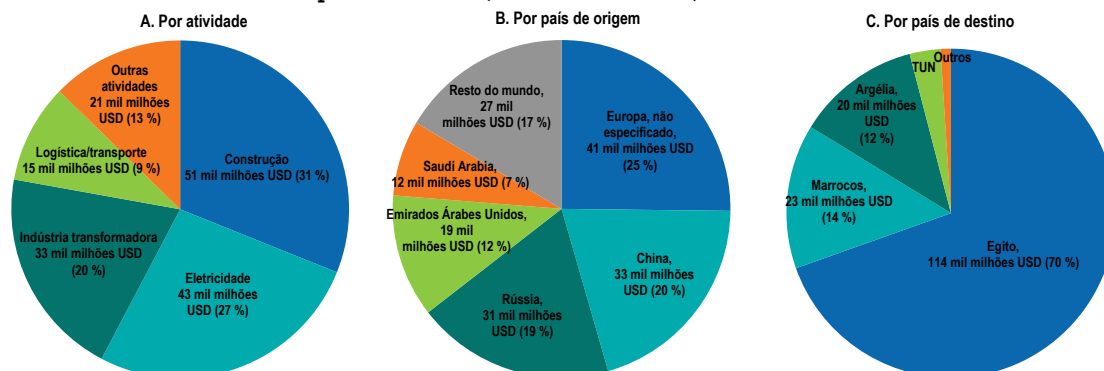
Gráfico 6.1. Componentes do crescimento económico e fontes de financiamento no Norte de África



Nota: As componentes do crescimento do produto interno bruto (PIB) são calculadas numa base anual, utilizando o crescimento anual real do PIB para estimar o aumento real em USD. Os valores agregados são calculados considerando a média dos valores nacionais ponderados pelo PIB em USD de paridade do poder de compra. As componentes do crescimento do PIB ao longo de períodos de três anos foram calculadas utilizando a diferença entre a média geométrica do crescimento anual real do PIB ao longo do período e o crescimento real do PIB ao definir cada componente como zero para anos individuais. O saldo externo corresponde à diferença entre as importações e as exportações. As importações contribuem negativamente para o PIB. A categoria «Países de rendimento elevado» designa os países ditos «de rendimento elevado» de acordo com o *Country and Lending Groups* do Banco Mundial, com exceção da América Latina e Caraíbas. As receitas públicas incluem todas as receitas públicas fiscais e não fiscais menos o serviço da dívida e as subvenções recebidas. As entradas de capital incluem o investimento direto estrangeiro (IDE), o investimento de carteira e outras entradas de investimento reportadas pelo Fundo Monetário Internacional no âmbito da contabilização de ativos/passivos. Os valores relativos às entradas de capital devem ser interpretados com alguma cautela, uma vez que faltam alguns valores para 2021 e para as entradas de carteira. Fonte: Cálculos dos autores com base em FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, outubro 2022 (base de dados [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October)); (OCDE, 2022a), *OECD Development Assistance Committee* (base de dados), <https://stats-1.oecd.org/index.aspx?DataSetCode=TABLE2A>; Banco Mundial (2022a), *World Development Indicators* (base de dados), <https://data.worldbank.org/products/wdi>; FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52>; FMI (2022c), *Investment and Capital Stock Dataset (ICSD)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4>; e Banco Mundial/KNOMAD (2022), *Remittances* (base de dados), [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances).

StatLink <https://stat.link/120xdy>

Gráfico 6.2. Investimento direto estrangeiro *greenfield* no Norte de África, por atividade, fonte e destino, 2017-22



Nota: A base de dados *fDi Markets* é utilizada apenas para efeitos de análise comparativa. Não permite deduzir os montantes absolutos dos investimentos, uma vez que os seus dados se baseiam nos anúncios iniciais de projetos de investimento, alguns dos quais não se concretiza. TUN = Tunísia.

Fonte: Cálculos dos autores com base em *fDi Intelligence* (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/zidqs6>

## O investimento sustentável permanece desigual no Norte de África

### O financiamento para o desenvolvimento do Norte de África foi afetado pelas recentes crises

O contributo dos investimentos para o crescimento do produto interno bruto (PIB) do Norte de África diminuiu, apesar da dinâmica procura regional. A pandemia de COVID-19 afetou a contribuição dos investimentos públicos e privados (formação bruta de capital fixo) para o crescimento do PIB no Norte de África, que passou de 1.1 ponto percentual por ano no período 2017-19 a uma contribuição negativa de -1 ponto percentual em 2020-22 (Gráfico 6.1). No entanto, o consumo privado continuou a contribuir positivamente para o crescimento, passando de 2.8 pontos percentuais em 2017-19 para 3.1 pontos percentuais em 2020-22. Este consumo resiliente ilustra o grande potencial da procura regional para as empresas locais.

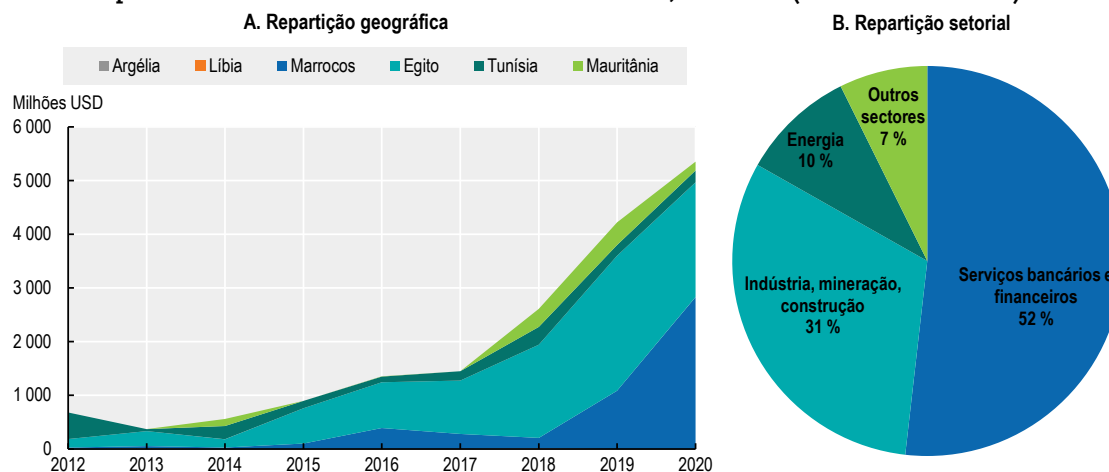
As receitas internas diminuiram devido à pandemia de COVID-19, num contexto de aumento dos níveis de endividamento. De 2016 a 2019, os governos mobilizaram receitas adicionais graças à recuperação dos preços do petróleo após a queda de 2015 e a amplas reformas fiscais. No entanto, as receitas públicas diminuiram em 2020 devido às medidas adotadas para reduzir o impacto económico, sanitário e social da pandemia. Os níveis de endividamento aumentaram na maioria dos países, o que levou a Mauritânia, por exemplo, a participar na Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, na sigla em inglês) do G20, de junho a dezembro de 2020, e à reestruturação bilateral da sua dívida. Várias agências de notação baixaram progressivamente a notação soberana da Tunísia de 2020 a 2023, enquanto a Moody's baixou recentemente a notação do Egito em 2023 (BAfD, 2022a; Moody's, 2023a, 2023b). Embora o aumento dos preços das matérias-primas beneficie os países exportadores da região, o aumento da inflação global e a crise das taxas de juro poderão ter um impacto mais forte no peso da dívida na região.

As contribuições financeiras externas diminuiram em 2020, à exceção das remessas (Gráfico 6.1). As remessas continuam a ser a maior fonte de fluxos financeiros externos na região, ultrapassando 5 % do PIB em Marrocos, no Egito e na Tunísia, em 2020. Em contrapartida, os outros fluxos financeiros permanecem limitados e flutuantes. Os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE) *greenfield* diminuiram desde 2018, representando apenas 1.3 % do PIB do Norte de África em 2020-21, contra mais de 2 % anteriormente. Por outro lado, o investimento de carteira manteve-se volátil, variando de 7 % do PIB da região em 2017 para apenas 1 % em 2020-21, em parte devido à instabilidade política de alguns países, aos riscos macroeconómicos mundiais, bem como às perturbações da oferta e às contrações da procura a nível mundial.

### A afetação dos investimentos continua desigual nos setores sustentáveis

A distribuição geográfica dos financiamentos privados estrangeiros é desequilibrada na região. O Norte de África é o segundo maior beneficiário de IDE para novos projetos no continente africano, atrás apenas da África Austral. Entre 2017 e 2022, o Egito recebeu mais de 70 % dos fluxos de IDE da região, seguido de Marrocos (14 %) e da Argélia (12 %) (Gráfico 6.2). A afetação dos financiamentos privados mobilizados pelas intervenções dos bancos de desenvolvimento e das instituições financeiras de desenvolvimento reflete a afetação dos IDE em toda a região, visando maioritariamente o Egito e Marrocos. Estes financiamentos mistos aumentaram perto de dez vezes mais em relação ao período 2012-20 (Gráfico 6.3, Painel A). Cerca de metade do financiamento misto destinou-se a serviços bancários e financeiros, um setor promissor para a região. O restante financiamento beneficiou principalmente a indústria e a produção de energias renováveis (Gráfico 6.3, Painel B).

Gráfico 6.3. Financiamento privado mobilizado por intervenção do financiamento público para o desenvolvimento no Norte de África, 2012-20 (em milhões USD)

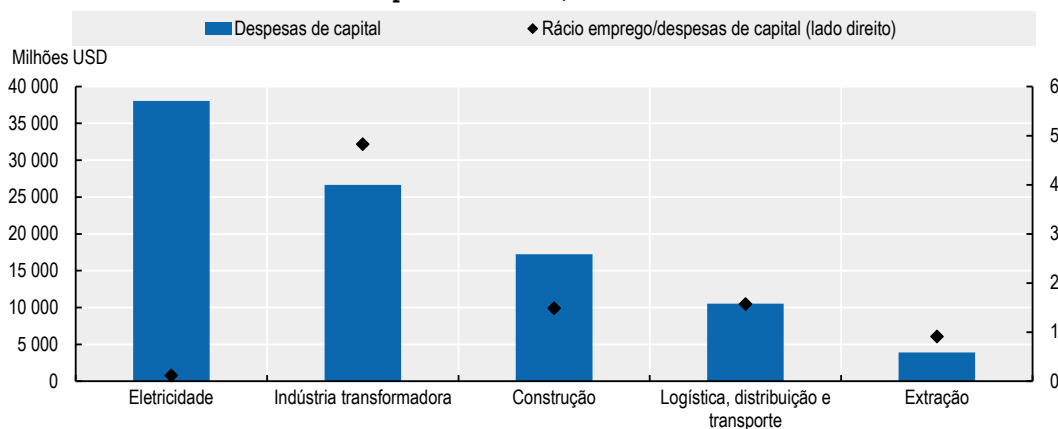


Nota: «Outros sectores» inclui (por ordem de grandeza): multissetorial/transversal; outras infraestruturas e serviços sociais; educação; agricultura, silvicultura e pescas; saúde; abastecimento de água e saneamento; políticas e regulamentações comerciais; atribuição não especificada; turismo; serviços às empresas e outros serviços; governo e sociedade civil e políticas/programas em matéria de população e de saúde reprodutiva.

Fonte: OCDE (2022b), «Mobilisation», OECD.stat (base de dados), [https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV\\_DCD\\_MOBILISATION](https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV_DCD_MOBILISATION).

StatLink <https://stat.link/hu3ogi>

O investimento estrangeiro no Norte de África tem tido um impacto misto na criação de emprego. Cerca de três quartos do IDE *greenfield* recebidos entre 2017-21 visaram os setores da construção, da eletricidade e da indústria transformadora (Gráfico 6.2). A indústria transformadora apresenta o rácio mais elevado de emprego/despesa em capital, com mais de quatro postos de trabalho criados por milhão de dólares americanos investidos, em contraste com os outros setores (Gráfico 6.4). Um maior investimento nas energias renováveis, nomeadamente no âmbito da redução no uso dos combustíveis fósseis, poderia igualmente criar mais empregos (Capítulo 1; CUA/OCDE, 2022). Com efeito, um cenário de aquecimento global limitado a 1.5°C poderia gerar 3 % de empregos suplementares até 2030 no Norte de África, apesar das perdas de empregos no setor dos combustíveis fósseis, e 1.4 % de empregos suplementares até 2050, em comparação com um cenário de manutenção do *status quo*. (IRENA/BAfD, 2022).

Gráfico 6.4. IDE *greenfield* no Norte de África, despesas de capital e criação de emprego por atividade, 2017-21

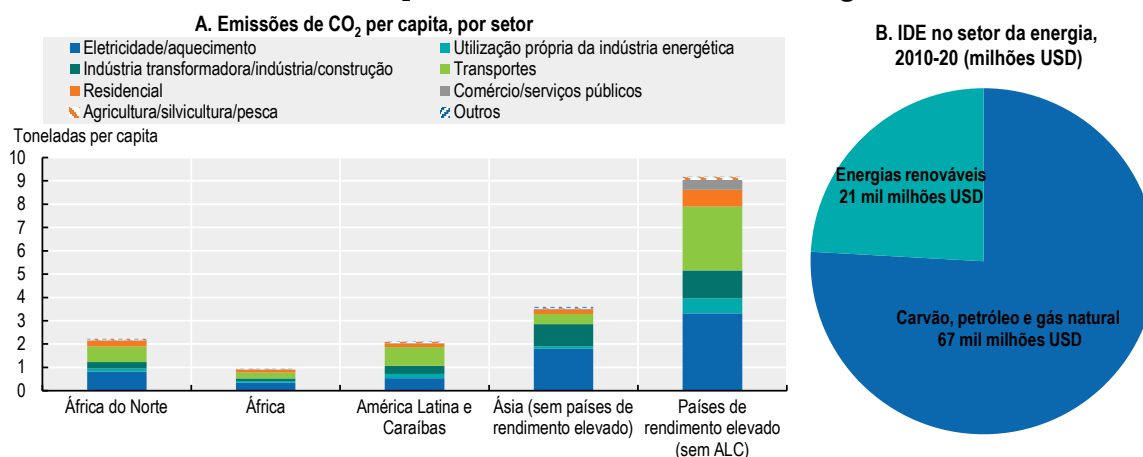
Nota: O gráfico mostra as principais atividades comerciais por despesas de capital em 2017-21.

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/xcu7tw>

Até agora, o investimento estrangeiro tem-se concentrado principalmente em setores com impactos negativos no ambiente. Atualmente, o Norte de África representa apenas 1.5 % das emissões mundiais de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), com níveis de emissões *per capita* semelhantes aos da África Austral e da região da América Latina e Caraíbas (ALC). Mais de metade das emissões totais provêm da produção de eletricidade e dos transportes, dois setores que atraem importantes financiamentos privados. Por exemplo, mais de metade dos 14 mil milhões USD atribuídos através das agências de crédito à exportação da OCDE no período 2012-21 foram para o setor da energia, seguido pela indústria (27 %), e depois pelos transportes e pelo armazenamento (19 %). Tendo em conta as importantes dotações de recursos da Argélia, da Líbia e da Mauritânia, cerca de três quartos do IDE no setor da energia visaram projetos em torno do carvão, do petróleo e do gás durante a última década (Gráfico 6.5). No entanto, a maioria dos países da região colocou as energias renováveis entre os seus setores prioritários de investimento e está a implementar políticas que visam atrair investimentos para a produção de energia sustentável (OCDE, 2021a).

Gráfico 6.5. Emissões de CO<sub>2</sub> e investimentos no setor da energia no Norte de África



Fontes: AIE (2022) *Data and Statistics* (base de dados), [www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer](http://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer); fDi Intelligence (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/np8vuj>

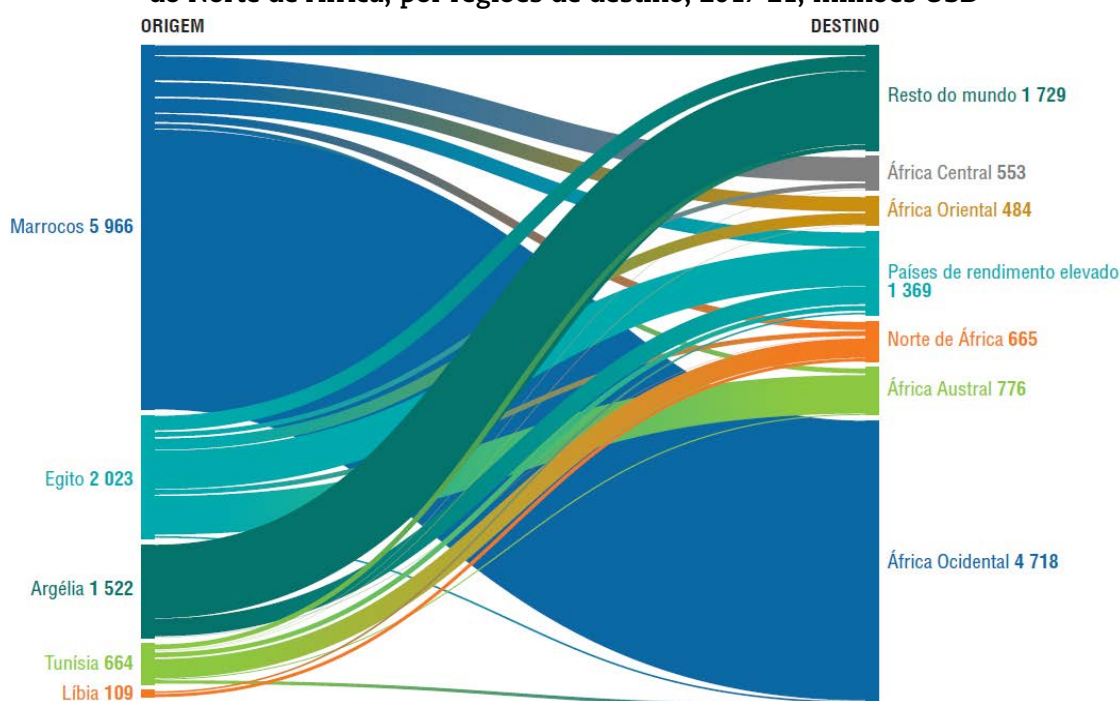
A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e a filantropia visam setores mais sustentáveis, mas representam fontes de financiamento limitadas. Em 2020, a APD para o Norte de África representava menos de 1 % do PIB da região, que é constituída quase exclusivamente por países de rendimento médio (que recebem proporcionalmente menos ajuda do que as economias menos avançadas). No entanto, no mesmo ano, Marrocos e Egito receberam os montantes mais elevados de APD em 2020, representando, no entanto, apenas 0.4 % e 1.6 % do respetivo PIB. Em contrapartida, a APD representava 7 % do PIB da Mauritânia em 2020, o único país de baixos rendimentos do Norte de África. No período 2011-20, a maior parte da APD visou serviços socioeconómicos, como a educação (18 %), a saúde (15 %) e a energia (13 %) (OCDE, 2022a). Os fluxos filantrópicos continuam limitados, atingindo cerca de 150 milhões USD, principalmente voltados para o governo e a sociedade civil, como as organizações não governamentais (ONG) locais, seguidos pela proteção ambiental (OCDE, 2021b).

### O Norte de África tem grande potencial para estimular o investimento intra-africano

O IDE proveniente do Norte de África evidencia o potencial de uma intensificação da integração continental. O investimento em novos projetos provém essencialmente, e por

ordem de grandeza, da Europa, República Popular da China (doravante «China»), Rússia e Médio Oriente, enquanto o IDE intra-africano representa apenas 1.3 % do total no período 2017-22 (Gráfico 6.2). Por outro lado, a maioria dos fluxos associados a novos projetos de investimento externo no Norte de África destinaram-se a outros países africanos durante o mesmo período (Gráfico 6.6). Marrocos representou mais de 50 % do investimento externo e teve o maior alcance continental (superior ao da África do Sul), tendo como alvo principalmente países da África Ocidental, mas também da África Central e Oriental. O Egito, o segundo maior investidor, concentrou-se principalmente nos países de rendimento elevado e na África Austral, enquanto a Tunísia investiu principalmente na região. Os fluxos de investimento argelinos visaram destinos não africanos, no Médio Oriente e em outros países de rendimento elevado.

Gráfico 6.6. Saídas de investimento direto estrangeiro *greenfield* provenientes dos países do Norte de África, por regiões de destino, 2017-21, milhões USD



Nota: «Resto do mundo» inclui os países da Ásia em desenvolvimento (370 milhões USD), da América Latina e das Caraíbas (131 milhões USD) e outras regiões não especificadas no gráfico (1 228 milhões USD).

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets). StatLink <https://stat.link/fjt3xb>

**As principais empresas regionais poderão expandir as suas atividades nos setores da produção e dos serviços financeiros em África.** Das 147 empresas privadas norte-africanas cotadas na bolsa e com filiais em África que figuram na base de dados Orbis, 89 têm sede no Egito, 35 na Tunísia, 22 em Marrocos e uma na Argélia (Bureau van Dijk, 2022). Mais de metade dessas empresas operam nos setores da indústria transformadora (28 %) e dos serviços financeiros (26 %), seguidos pelos setores imobiliário, das tecnologias da informação e da comunicação e do comércio a retalho, setores que representam um forte potencial para o desenvolvimento das cadeias de valor regionais. No Norte de África existem também muitas empresas estatais. Embora a maioria sofra de um endividamento elevado (FMI, 2021), algumas oferecem fontes adicionais de investimentos sustentáveis na região e no continente. O grupo marroquino OCP, por exemplo, associa-se aos governos da África Ocidental para fornecer programas de reforço de capacitação aos agricultores locais e reforçar a resiliência dos ecossistemas agrícolas (OCP, n.d.).



## O déficit de financiamento no Norte de África não permite dar resposta à emergência climática

A maioria dos países do Norte de África apresentou as suas contribuições determinadas a nível nacional (CDN) a favor da Ação Climática

Os países do Norte de África estão relativamente mais preparados para as alterações climáticas do que o resto do continente, mas continuam vulneráveis. Estes países podem ser divididos em três grupos, de acordo com o seu índice de resistência às alterações climáticas – nomeadamente, em função da intensidade das variações de temperatura – e do seu grau de preparação para os seus efeitos negativos. O primeiro grupo, constituído pela Mauritânia, é o mais vulnerável e o menos preparado para fazer face às consequências das alterações climáticas a nível da região. O segundo grupo, menos vulnerável, é composto pela Líbia, pelo Egito e pela Argélia. O último grupo, mais bem preparado para lidar com as mudanças climáticas, é composto por Marrocos e pela Tunísia (Universidade de Notre Dame, 2020). A maioria dos países do Norte de África são classificados na categoria «vulnerabilidade fraca, preparação forte». No entanto, a região continua muito vulnerável às consequências das alterações climáticas devido à sua elevada exposição ao aumento da temperatura, que provocam secas, stress hídrico e incêndios (BAfD, 2022a; Cos et al., 2022). Os indicadores de vulnerabilidade física às alterações climáticas (PVCCI), que medem a exposição dos países a choques climáticos, confirmam esta tendência (Quadro 6.1).

Quadro 6.1. Classificação dos países do Norte de África segundo os indicadores de vulnerabilidade física às alterações climáticas (PVCCI), 1950-2016

	Índice PVCCI	Riscos relacionados com choques progressivos associados às alterações climáticas		Riscos relativos à intensificação de choques recorrentes associados às alterações climáticas		
		Inundações	Aridez	Precipitação	Temperaturas	Tempestades
Argélia	61.2	0.6	82.5	84.9	68.6	0.1
Egito	61.7	5.0	81.9	85.4	71.0	0.0
Líbia	62.6	1.1	83.0	85.4	73.7	0.0
Marrocos	58.7	0.9	82.9	81.1	61.2	4.8
Mauritânia	64.7	1.0	83.1	84.5	83.1	0.0
Tunísia	61.1	3.6	86.5	81.9	66.8	0.0
Norte de África (média)	<b>61.7</b>	<b>2.0</b>	<b>83.3</b>	<b>83.9</b>	<b>70.7</b>	<b>0.8</b>
Resto da África (média)	<b>54.7</b>	<b>2.4</b>	<b>55.4</b>	<b>70.5</b>	<b>78.3</b>	<b>7.5</b>

Nota: O PVCCI é um indicador composto que mede a exposição de 191 países a choques climáticos e a dimensão dos choques. É composto por cinco dimensões, que se referem a riscos de inundações, aridez, choques térmicos, choques pluviométricos e ciclones. Para cada um destes riscos, mede-se o grau de exposição a estes choques e a sua amplitude provável. Os componentes do PVCCI foram então normalizados numa escala de 0 a 100 utilizando uma fórmula-padrão mínimo-máximo. Marrocos tem o índice mais baixo da região (58.7), sendo, por conseguinte, o país menos vulnerável do Norte de África. A Mauritânia apresenta os valores mais elevados da região, sendo, por conseguinte, o país mais vulnerável do Norte de África (10.º classificado em termos de vulnerabilidade física às alterações climáticas a nível mundial).

Fonte: Cornier et al. (2018), *Indicador de vulnerabilidade física às alterações climáticas* (base de dados), <https://ferdi-indicators.shinyapps.io/PVCCI/>.

As alterações climáticas terão forte impacto socioeconómico no Norte de África. A perda anual de crescimento do PIB *per capita* devido às alterações climáticas é estimada entre 5 % e 15 % no período 1986-2015 (BAfD, 2022a). As alterações climáticas afetam os setores produtivos. Por exemplo, no Egito, onde o setor agroalimentar representa cerca de 20 % das exportações e um terço dos empregos, a produção poderá diminuir 5.7 % até 2050 – uma queda superior aos 4.4 % previstos para o resto do mundo. As populações mais pobres do Egito correm o risco de serem as mais afetadas, e os efeitos das alterações climáticas na agricultura e na saúde poderão conduzir a um aumento de 0.8 % da população que vive abaixo do limiar de 4 USD por dia, até 2030 (Banco Mundial, 2022b). As atividades relacionadas com a pesca também correm o risco de serem afetadas pelo aquecimento global, que altera a disponibilidade de micronutrientes e os níveis de oxigénio na água,



afetando os meios de subsistência de cerca de 300 000 pessoas na Mauritânia (ITA, 2022), enquanto a seca pode levar à deslocação de cerca de 2 milhões de habitantes das zonas rurais – também os mais pobres – até 2050, em Marrocos (Banco Mundial, 2022 b, c, d).

A transição para a neutralidade carbónica no Norte de África poderia contribuir para a recuperação económica pós-COVID-19 e reforçar a resiliência da região perante as crises. Em 2022, os conflitos mundiais e os episódios de seca exacerbaram a já frágil situação económica do Norte de África, colocando em risco a segurança alimentar da região. Esta situação revelou a dependência de alguns países em relação às cadeias de abastecimento alimentar mundiais. O Egito, por exemplo, dependia mais de 80 % da Ucrânia e da Rússia para as suas importações de trigo (PNUD, 2022). Contudo, aumentar a resiliência dos países da região aos choques climáticos e externos oferece oportunidades. Em Marrocos, as restrições às exportações de fertilizantes implementadas a nível internacional estimularam os lucros ligados à venda de fertilizantes do grupo OCP em 83 %, entre 2021 e 2022 (atingindo 3.6 mil milhões USD), e incentivaram os investimentos, nomeadamente na produção de fertilizantes verdes (Les inspirations Éco, 2023; Mousjid, 2022). Além disso, o investimento em energias renováveis poderia contribuir para atenuar a crise energética que afeta nomeadamente os países europeus (El-Katiri, 2023).

A maioria dos países do Norte de África apresentou os seus CND no âmbito do Acordo de Paris. Estas contribuições incluem medidas de adaptação que visam reduzir o impacto das alterações climáticas e medidas de mitigação para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), com o objetivo de limitar o aquecimento global a um nível inferior a 1.5 °C. Até à data, todos os países do Norte de África, com exceção da Líbia, apresentaram os respetivos CND. Avaliam as suas necessidades de financiamento em 389 mil milhões USD, para a sua implementação no período 2020-30. A concretização destes compromissos continua a ser maioritariamente condicionada ao apoio financeiro da comunidade internacional, na maior parte dos países da região (Quadro 6.2).

Quadro 6.2. Contribuições determinadas a nível nacional (CDN) dos países do Norte de África

País	Data de apresentação	Necessidades de financiamento estimadas (milhares de milhões USD)	Compromisso de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e de adaptação às alterações climáticas
Argélia	2017	N/D	Reduzir em 7 % as emissões de GEE com os seus próprios meios, e em 22 % com apoio financeiro e tecnológico internacional.
Egito	2017 e 2022	246 mil milhões USD • Adaptação: 50 • Mitigação: 196	Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 33 % no setor da eletricidade, em 65 % no setor do petróleo e do gás e em 7 % no setor dos transportes.
Marrocos	2016 e 2021	78.8 mil milhões USD • Adaptação: 40 • Mitigação: 38.8	Reduzir em 18.3 % as emissões de GEE por conta própria, e em 45.5 % com apoio financeiro e tecnológico internacional.
Mauritânia	2017 e 2021	46.6 mil milhões USD • Adaptação: 10.6 • Mitigação: 34.3 • Outras atividades: 1.7	Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 22.3 % até 2030, até 92 % com o apoio da comunidade internacional.
Tunísia	2017 e 2021	19.4 mil milhões USD • Adaptação: 4.3 • Mitigação: 14.4 • Outras atividades: 0.7	Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 45 % até 2030, em comparação com o nível de 2010.

Nota: A Líbia não apresentou CDN.

Fonte: Compilação dos autores segundo a CQNUAC (n.d), *Registo das contribuições determinadas a nível nacional* (base de dados), <https://unfccc.int/en/NDCREG>.

Os países da região também implementaram estratégias nacionais e setoriais para alcançar esses objetivos.

- A Argélia elaborou um Plano Nacional de Clima (PNC) 2020-30 que abrange 155 projetos, em complemento de outros planos como o Plano Nacional de Ação para o Ambiente

- e o Desenvolvimento Sustentável (PNAEDD), a Estratégia e o Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (SPANB) e a Estratégia Nacional de Gestão Integrada dos Resíduos (SNGID) para 2035 (República Democrática e Popular da Argélia, 2015 e 2019).
- Em 2022, o **Egito** adotou a Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas 2050, que visa, nomeadamente: 1) melhorar a governação e a gestão dos projetos de mitigação e adaptação às alterações climáticas; 2) melhorar o quadro regulamentar do financiamento verde através da promoção de bancos verdes nacionais e de linhas de crédito verdes, dando prioridade às medidas de adaptação; 3) promover a investigação científica, a transferência de tecnologia, a gestão de conhecimento e a sensibilização para o combate às alterações climáticas; e 4) facilitar a difusão de informações entre as instituições governamentais e os cidadãos (República Árabe do Egito, 2022).
  - **Marrocos** elaborou o Plano Nacional para o Clima 2020-30 (PCN) e as suas declinações a nível territorial, os Planos Regionais para o Clima (PCR). Elaborou um quadro estratégico constituído, entre outros, pela Carta Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e pelo Plano Nacional da Água. Em 2021, Marrocos publicou a sua Estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono para 2050, que visa alcançar uma visão integrada e partilhada, estabelecendo assim as principais orientações para a economia e a sociedade marroquinas entre 2020 e 2050, e considerando profundas transformações económicas e sociais num mundo neutro em carbono (Reino de Marrocos, 2021a, b).
  - A **Mauritânia** estabeleceu em 2020 o seu Programa Nacional de Adaptação (PNA), que abrange a proteção e a conservação dos ecossistemas; a gestão sustentável dos recursos; a conservação da biodiversidade; a pesca e a aquicultura; o *habitat* e o urbanismo; a agricultura e a segurança alimentar (incluindo: melhoramento genético, saúde, água, gestão do litoral, prevenção de eventos climáticos extremos, infraestruturas e educação) (República Islâmica da Mauritânia, 2021).
  - Em 2022, a **Tunísia** publicou a sua Estratégia de Desenvolvimento Neutro em Carbono e Resiliente às Alterações Climáticas 2050, que inclui principalmente a Estratégia Nacional de Baixo Carbono (SNBC) e a Estratégia Nacional de Resiliência às Alterações Climáticas (SNRCC). A SNRCC engloba todos os setores e domínios de intervenção, concedendo especial atenção à água, à agricultura, aos ecossistemas e aos recursos naturais, ao ordenamento do litoral, à saúde, ao turismo, ao ordenamento do território e às cidades, bem como às questões de género (República da Tunísia, 2021a, b, 2022).

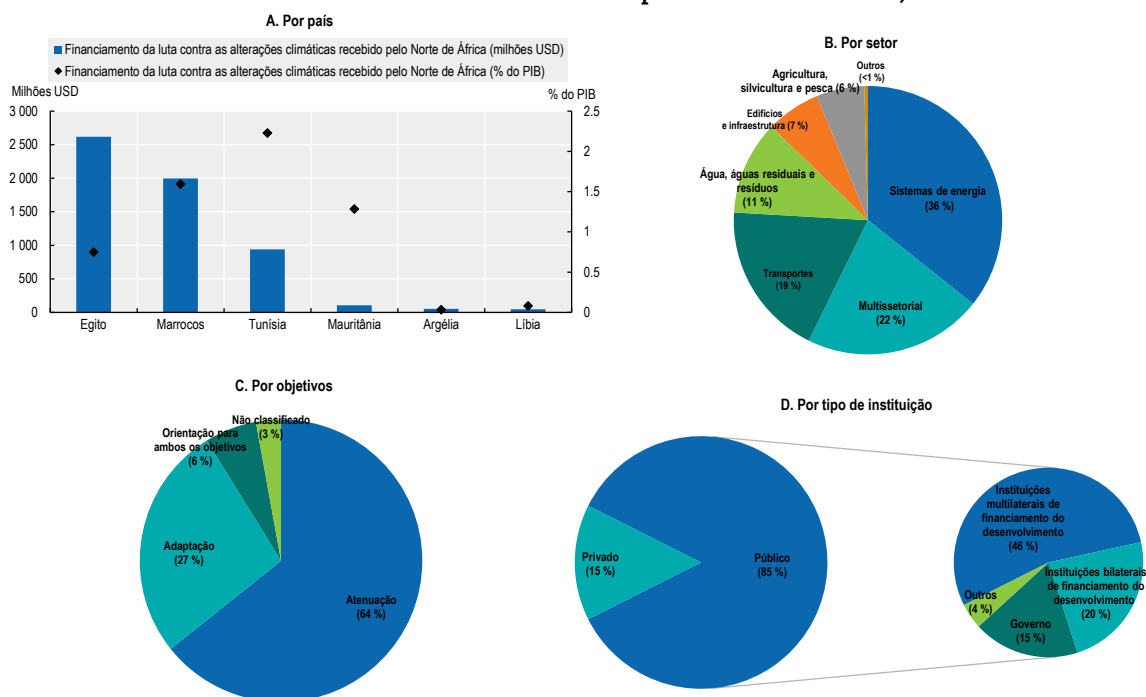
**Os países do Norte de África orientam principalmente as suas estratégias de mitigação para o setor das energias renováveis (CUA/OCDE, 2022).** A Argélia tem como objetivo atingir uma quota de 27 % de energias renováveis na produção nacional de eletricidade até 2030, Marrocos tem como objetivo 52 % e o Egito 42 % (até 2035, para este último). Graças à sua posição geográfica estratégica e ao seu ambiente propício à energia solar e eólica, os países do Norte de África poderiam fornecer aos países desenvolvidos soluções de mitigação às alterações climáticas. Em 2021, as receitas das exportações marroquinas de eletricidade para estes países aumentaram quase 700 % num ano, ou seja, cerca de 565 milhões MAD (dirhams marroquinos). Assumindo um fator de utilização do solo de 1 % para as renováveis, o Norte de África tem um potencial de produção de eletricidade de 2 792 gigawatts (GW) para a energia solar e 223 GW para a energia eólica, mais de 12 vezes a capacidade de produção de eletricidade instalada em África e cerca de 3 vezes a capacidade total instalada da Europa em 2021 (IRENA/BAfD, 2022). Outras oportunidades poderiam reforçar a oferta para a exportação de energias renováveis, nomeadamente as ligadas ao hidrogénio verde (UA/ISA/BEI, 2022). No entanto, tais estratégias exigem uma avaliação cuidadosa, tendo em conta as necessidades energéticas locais e a dependência tecnológica que poderia gerar (CEO/TNI, 2022).

Contudo, as necessidades de financiamento para projetos de adaptação às alterações climáticas podem ser subestimadas. Apesar da sua vulnerabilidade às consequências das alterações climáticas, os países do Norte de África estimam que 73 % das necessidades de financiamento provêm dos projetos de mitigação e reservam apenas 27 % dos financiamentos ao investimento em ações de adaptação (Quadro 6.2). Além dos desafios humanos e de produtividade, também a tomada em consideração das necessidades de adaptação às alterações climáticas será crucial para assegurar a estabilidade financeira destes países. Em Marrocos, por exemplo, estima-se que a exposição direta e indireta dos bancos aos riscos associados à seca e inundações seja de 35 % do total dos ativos, maioritariamente nos setores agrícola, turístico e imobiliário (Banco Mundial, 2022c).

### O défice de financiamento climático impede a realização dos objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas no Norte de África

Os países do Norte de África enfrentam um défice significativo de financiamento climático. No período 2019-20, receberam 5.8 mil milhões USD de financiamento climático, ou seja, um montante muito inferior aos mais de 39 mil milhões USD anuais necessários até 2030 de acordo com as suas CDN, e equivalente a 19 % dos financiamentos mobilizados pelo continente africano, e apenas 1 % dos financiamentos mundiais (CPI, 2022). O Egito, Marrocos e a Tunísia receberam a maioria dos financiamentos de projetos climáticos no Norte de África. Os restantes países da região receberam menos de 2 % cada um (Gráfico 6.7, Painel A). O setor energético captou 36 % do total, contra 19 % para os transportes, 11 % para os resíduos, 7 % para os edifícios e infraestruturas e 6 % para a agricultura, as florestas e a pesca (Gráfico 6.7, Painel B). O financiamento beneficiou maioritariamente as medidas de mitigação (Gráfico 6.7, Painel C).

Gráfico 6.7. Financiamento climático recebido pelo Norte de África, média 2019-20



Nota: A categoria «Outros» do Painel B inclui o setor das tecnologias da informação e das comunicações e o setor industrial. A categoria «Outros» do Painel D inclui empresas estatais, agências de crédito à exportação, fundos multilaterais para o clima e instituições financeiras de desenvolvimento nacionais.

Fonte: Adaptação dos autores de acordo com CPI (2022), *Landscape of Climate Finance in Africa* (base de dados), [www.climatepolicyinitiative.org/publication/landscape-of-climate-finance-in-africa/](http://www.climatepolicyinitiative.org/publication/landscape-of-climate-finance-in-africa/).

StatLink <https://stat.link/wf59j6>

**Diversificar as fontes de financiamento para o combate às alterações climáticas continua a ser crucial tendo em conta o défice de financiamento.** Cerca de 85 % do financiamento climático recebido em 2019-20 provêm do setor público, nomeadamente das instituições financeiras de desenvolvimento bilaterais e multilaterais, bem como dos fundos climáticos multilaterais (Gráfico 6.7, Painel D). A região beneficia de amplos programas de investimento, como a iniciativa da Grande Muralha Verde, que inclui a Mauritânia, que prevê o restauro do ecossistema de 100 milhões de hectares no Sahel e no Sul do Saara, para lutar contra a desertificação. Este projeto, lançado em 2007 e apoiado por muitos doadores, deparou-se, contudo, com dificuldades de implementação devido à falta de orientação e de financiamento. Em 2021, a comunidade internacional comprometeu-se a relançar o projeto, investindo 12 mil milhões USD nos próximos cinco anos (One Planet Summit, 2021). O cumprimento dos compromissos da comunidade internacional, nomeadamente os assumidos durante as Conferências das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP, Caixa 6.1), será crucial para apoiar a ação contra as alterações climáticas.

#### Caixa 6.1. Conferências das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP) organizadas no Norte de África

O Norte de África acolheu duas edições da COP, que permitiram alguns progressos, sem, no entanto, atingir os seus objetivos mais ambiciosos:

- A COP 22, realizada em Marrocos em 2016, foi marcada pela ratificação oficial do Acordo de Paris, que obrigaria, nomeadamente, os países desenvolvidos a afetar 100 mil milhões USD por ano aos países em desenvolvimento, até 2020. No entanto, esta COP não conseguiu que os participantes chegassem a acordo quanto à repartição desses financiamentos entre projetos de adaptação e de mitigação.
- A COP 27, realizada no Egito em 2022, reafirmou o compromisso com o Acordo de Paris, mas não conseguiu um compromisso concreto de redução dos combustíveis fósseis por parte dos principais emissores mundiais de GEE. Um acordo entre a China, os EUA, a Índia e a União Europeia cobriria 64 % das futuras emissões de CO<sub>2</sub> no mundo, enquanto o seu alargamento a todos os membros do G20 cobriria 85 % (FMI, 2021). A COP 27 chegou a um acordo decisivo sobre a criação de um fundo global para perdas e danos, destinado a compensar os danos irreversíveis causados pelo aquecimento global nos países mais vulneráveis (CQNUAC, 2022).

**As COP 22 e 27 permitiram o lançamento de iniciativas favoráveis à mobilização de fluxos financeiros e ao desenvolvimento de mercados financeiros verdes à escala continental.** A nível nacional, a COP 22 constituiu uma oportunidade para Marrocos desenvolver um quadro regulamentar propício à mobilização de financiamento climático, com o estabelecimento de um roteiro para associar o setor financeiro marroquino ao desenvolvimento sustentável. A nível regional, a COP 22 permitiu a ratificação do compromisso de Marraquexe para a promoção dos mercados de capitais verdes em África (*Marrakech Pledge for Fostering Green Capital Markets in Africa*) por 25 países. A COP 27 foi marcada pelo lançamento de iniciativas continentais, incluindo a Aliança para as Infraestruturas Verdes em África ou a Iniciativa para os Mercados de Carbono em África, que poderiam servir de base para reforçar a mobilização de investimentos sustentáveis na região.

## Os países do Norte de África poderiam mobilizar mais financiamento para as alterações climáticas através do desenvolvimento dos seus mercados financeiros sustentáveis

A mobilização de financiamento sustentável pode ser feita através de múltiplos mecanismos financeiros. O financiamento sustentável agrupa todos os processos, modos de gestão e regulamentações financeiras que ligam os interesses económicos, sociais e ambientais da coletividade a médio e longo prazo. O financiamento verde visa, assim, concretizar os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) através de diferentes mecanismos financeiros (Quadro 6.3) O financiamento verde designa o conjunto das atividades e das operações financeiras orientadas para os investimentos que integram um objetivo explícito de preservação do ambiente, em prol da transição energética e da luta contra o aquecimento climático.

Quadro 6.3. Seleção de instrumentos financeiros para a mobilização de financiamentos sustentáveis

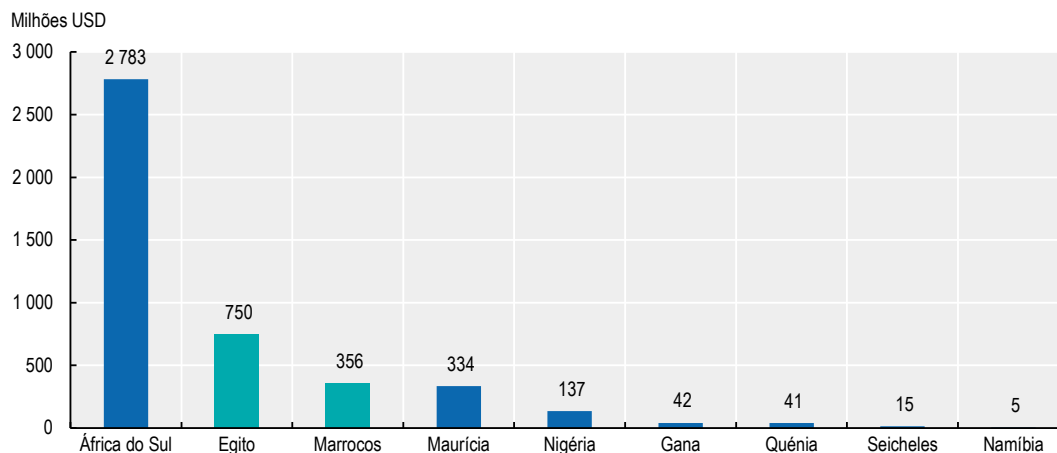
Mecanismos financeiros	Definição	Exemplos no Norte de África
Financiamento misto ( <i>blended finance</i> )	Atribuição estratégica de financiamento público destinada a orientar os fluxos de capitais privados para a realização dos ODS através de mecanismos de redução dos riscos (linhas de crédito, garantias, operações de cobertura, empréstimos sindicados, produtos de seguros e ações subordinadas, etc.).	O financiamento privado mobilizado pelo financiamento público ao desenvolvimento, atribuído a favor da ação climática, passou de uma média de 91 milhões USD no período 2012-16 para 447 milhões USD em 2017-21 (OCDE, 2022b).
Financiamento com base no desempenho ou nos resultados	Pagamentos a um governo, organização ou indivíduo, sujeitos a objetivos pré-determinados e mensuráveis.	Em Marrocos, o programa de financiamento do emprego baseado nos resultados tem como alvo as populações com dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Este programa inscreve-se no âmbito do Pacto II, celebrado entre Marrocos e os Estados Unidos, cuja execução foi confiada à Agência MCA-Morocco.
Obrigações sustentáveis (verdes, azuis, sociais)	Obrigações que associam a taxa de juro aplicada à contribuição para os ODS (objetivos climáticos e/ou sociais).	O Norte de África mobilizou 25 % do volume acumulado de obrigações verdes em África durante o período 2014-21.
<i>Sukuks</i> verdes	Obrigações ao abrigo da lei islâmica que permitem remunerar o investidor em função do desempenho ambiental do projeto e o reembolso progressivo do capital investido.	Em 2018, Marrocos lançou um <i>sukuk</i> soberano, no valor de 104.2 milhões USD subscrito 3.6 vezes. Em 2020, o Egito viu a emissão dos primeiros <i>sukuks</i> do setor privado no valor de 127 milhões USD para o desenvolvimento imobiliário (PNUMA, 2021).

Fonte: Compilação dos autores.

### Enfoque na emissão de obrigações verdes no Norte de África

Alguns países do Norte de África aderiram recentemente ao mercado das obrigações verdes. Desde 2014, o mercado internacional de obrigações verdes registou um forte crescimento, passando de um montante acumulado de 37 mil milhões USD para 1 700 mil milhões USD em 2022. Por região, a Europa é o maior emissor, com uma percentagem de cerca de 50 % do volume acumulado no período 2014-22, seguida da Ásia-Pacífico e da América do Norte, com percentagens de 26 % e 21 %, respetivamente. Embora a participação de África permaneça marginal (0.3 % do total emitido no mercado internacional), o Norte de África destaca-se com a emissão de obrigações verdes no valor de 1.1 mil milhões USD, ou seja, 25 % do montante acumulado do continente no mesmo período (Gráfico 6.8).

Gráfico 6.8. Emissões de obrigações verdes em África, 2014-21 (milhões USD)



Fonte: Adaptação dos autores com base em Climate Bonds Initiative (2022), Climate Bonds Initiative Data Platform (base de dados), [www.climatebonds.net/market/data/](http://www.climatebonds.net/market/data/).

StatLink <https://stat.link/jl7gt5>

As reformas iniciadas após a COP 22 permitiram a Marrocos abrir caminho com a emissão de duas obrigações verdes (Caixa 6.1). A primeira emissão foi realizada em 2016 pela Agência Marroquina para a Energia Sustentável (MASEN) junto de partes interessadas nacionais (nomeadamente, a Caixa Marroquina de Pensões e a Sociedade Central de Resseguros) e de bancos comerciais (Al Barid Bank e Attijariwafa Bank) para cofinanciar o projeto solar fotovoltaico Noor, no montante de 1.15 mil milhões MAD. No mesmo ano, o Banco Marroquino do Comércio Externo (atual Bank of Africa) emitiu obrigações verdes para projetos de produção de energia renovável no montante de 500 milhões MAD (50 milhões USD). Em 2017, o Banco Central Popular, apoiado pela Sociedade Financeira Internacional e pela Proparco, emitiu a primeira obrigação verde do país em moeda estrangeira (135 milhões EUR) destinada a refinaranciar investimentos na eficiência energética. Desde 2018, foram emitidas cinco obrigações verdes por empresas públicas (Serviço Nacional dos Caminhos de Ferro), pelo setor privado (Al Ormane, Casablanca Finance City Authority) e por agentes municipais (cidade de Agadir) para financiar projetos como a eficiência energética, as energias renováveis e os transportes e edifícios sustentáveis.

Em 2020, o Egito emitiu a primeira obrigação verde soberana em moeda estrangeira do continente. A aprovação do quadro jurídico para a emissão de obrigações verdes pela autoridade reguladora financeira egípcia em 2018 permitiu ao governo desenvolver a sua primeira obrigação soberana em 2020, com o apoio do Banco Mundial. Esta emissão de 750 milhões USD destina-se a financiar projetos nos setores dos transportes (46 % dos fundos mobilizados) e da gestão sustentável da água e das águas residuais (54 %) (Ministério das Finanças da República Árabe do Egito, 2021). Em 2021, o Commercial International Bank lançou também, com o apoio da Sociedade Financeira Internacional, a primeira emissão de obrigações verdes do setor privado no montante de 100 milhões USD para o desenvolvimento de projetos de transformação industrial de elevada eficiência energética (SFI/HSBC, 2022). As obrigações verdes emitidas por empresas privadas são mais suscetíveis de proporcionar financiamento privado adicional para o investimento (PNUMA, 2022). Em 2022, o grupo norueguês Scatec Solar, em parceria com a Africa50, comprometeu-se a refinaranciar seis centrais solares egípcias através da emissão de uma obrigação verde no montante de 334.5 milhões USD.



No entanto, a mobilização de financiamento sustentável enfrenta obstáculos na restante região. A falta de informação e de dados sobre as oportunidades de investimento e os riscos climáticos continuam a constituir um entrave importante ao investimento na região, em especial para os projetos de adaptação às alterações climáticas (BAfD, 2022a). A criação de um quadro institucional e regulamentar claro, tal como estabelecido no Egito e em Marrocos, poderia permitir aos outros países da região tirar partido de mecanismos financeiros inovadores para atrair mais investimento sustentável. Uma gestão adequada das finanças públicas e o apoio da comunidade internacional serão igualmente indispensáveis para assegurar a criação de mecanismos de financiamento mistos nos países mais vulneráveis, como a Mauritânia.

## Impulsos políticos para apoiar o desenvolvimento dos mercados financeiros sustentáveis no Norte de África

### Melhorar a identificação das necessidades de financiamento e a sua afetação em função das prioridades nacionais

Uma transição verde exige melhor coordenação institucional para avaliar as necessidades de financiamento e estabelecer as prioridades de afetação. Muitos países adotaram uma abordagem setorial nas suas estratégias de ação face às alterações climáticas, dificultando a identificação das prioridades e a afetação eficaz dos financiamentos. Em Marrocos, por exemplo, o Plano Nacional da Água não tem em conta as necessidades de água do Plano Nacional de Implantação de Hidrogénio Verde. Do mesmo modo, o desenvolvimento de soluções de dessalinização da água deveria ser articulado com a implementação das energias renováveis, tendo em conta a procura proveniente de outros setores (como os transportes e a indústria) (Banco Mundial, 2022c).

Reformar a gestão das finanças públicas e assegurar o acompanhamento da aplicação das estratégias nacionais permitirá reforçar a sua credibilidade e melhorar a atribuição dos financiamentos. A maioria dos governos da região não introduziu obrigações legais ou regulamentares para integrar o combate às alterações climáticas nos instrumentos de gestão das finanças públicas. Por conseguinte, é difícil avaliar em que medida os compromissos incondicionais assumidos no âmbito das CND são igualmente tidos em conta nos orçamentos nacionais. Uma taxonomia verde permitiria aos poderes públicos clarificar o caráter sustentável das atividades económicas e limitar o risco de branqueamento de capitais através da atribuição dos rótulos verdes. Tal permitiria que os recursos públicos fossem prioritariamente canalizados para intervenções que integrem uma dimensão climática, de forma a enviar aos agentes do mercado um sinal forte e credível sobre a vontade das autoridades de fazer avançar esta transição verde.

As reformas fiscais e a criação de mercados voluntários de carbono constituiriam igualmente fontes de financiamento para a adaptação às alterações climáticas.

- A tributação ambiental permitiria mobilizar receitas adicionais para financiar a transição ecológica e a adaptação dos países da região às alterações climáticas, desencorajando simultaneamente comportamentos poluentes. Nos últimos anos, o Egito, Marrocos, a Mauritânia e a Tunísia, por exemplo, introduziram impostos ambientais, principalmente no setor da energia e dos transportes. No entanto, as receitas mobilizadas não ultrapassaram 1.5 % do seu PIB em 2020 e poderiam ser alargadas a outros setores (OCDE/ATAF/QUA, 2022).
- Poderia igualmente ser considerada a criação de um imposto sobre o carbono ou de um mercado de créditos de carbono. Reformar a utilização dos subsídios aos combustíveis fósseis e introduzir um imposto sobre os combustíveis fósseis equivalente a 30 EUR por tonelada de CO<sub>2</sub> (estimativa baixa baseada nos danos

climáticos causados por uma tonelada de CO<sub>2</sub> emitida atualmente) poderia gerar receitas suplementares estimadas em 4.6 % do PIB no Egito e 1.7 % em Marrocos (OCDE, 2021c). Os governos do Norte de África poderiam apoiar-se na Iniciativa para os Mercados de Carbono em África (ACMI), estabelecida no âmbito da COP 27, para criar um sistema de certificação de créditos de carbono credível à escala continental (ACMI, 2022).

**Uma transição energética justa deve ser sequenciada estrategicamente, de modo a limitar os seus efeitos negativos nas economias locais.** A implementação de reformas fiscais e de subsídios à energia deve ser cuidadosamente concebida e sequenciada, a fim de evitar efeitos secundários involuntários – por exemplo, problemas de acessibilidade financeira das energias ou perda de postos de trabalho no setor dos combustíveis fósseis. Como tal, o Quadro e Financiamento Equitativo para a Transição dos Países Baseados nas Indústrias Extrativas (EFFECT) propõe uma caixa de ferramentas para os decisores políticos dos países produtores de combustíveis fósseis e dos países em desenvolvimento ricos em recursos minerais, a fim de traçar vias de transição para uma economia com baixas emissões de carbono, em conformidade com as suas prioridades nacionais de desenvolvimento. O EFFECT identifica formas de mitigar o impacto da transição nas indústrias de combustíveis fósseis, nos trabalhadores e nas famílias pobres, e de prevenir o risco de bloqueio de carbono e de ativos ociosos. Esta iniciativa articula-se em torno de três pilares interligados: i) a descarbonização das indústrias extrativas e gestão das incertezas, ii) o planeamento do abandono sustentável dos combustíveis fósseis, iii) a mudança sistémica e a descarbonização do conjunto da economia (OCDE, 2022c).

**Potenciar o papel das instituições locais para as alterações climáticas melhorará a adequação entre o financiamento recebido e as necessidades nacionais.** As instituições locais estão bem posicionadas para canalizar o financiamento para os projetos com maiores necessidades, ao mesmo tempo que oferecem mecanismos de minimização de riscos e serviços (informações sobre as condições do mercado local, etc.). A Tunísia poderia, por exemplo, alargar o mandato do seu Fundo para a Transição Energética (FTE), atualmente limitado à concessão de subvenções (BAfD, 2021). As instituições locais podem beneficiar de iniciativas como o programa de preparação do Fundo Verde para o Clima (GCF), que fornece subvenções e assistência técnica para desenvolver estratégias e receber as creditações necessárias para obtenção de financiamentos internacionais. A Mauritânia, por exemplo, recebeu o apoio do GCF na formulação do seu Plano Nacional de Adaptação em 2018 (GCF, 2018).

**Os parceiros regionais e internacionais podem apoiar o desenvolvimento de projetos viáveis, a fim de atrair mais investimento para a região.** Por exemplo, o Plano Solar Mediterrânico propunha um mecanismo de assistência técnica a todos os países da região (com exceção da Mauritânia) para apoiar a preparação de projetos no domínio das energias renováveis e da eficiência energética e mobilizar os financiamentos das instituições europeias (BEI, 2015). Em 2023, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) também prevê lançar o Fundo Africano para a Facilidade de Financiamento Verde (AG3F) com 1.5 mil milhões USD, que irá fornecer subsídios de assistência técnica para ajudar os governos locais e as instituições financeiras a conceber facilidades de financiamento verde e a desenvolver carteiras de projetos sustentáveis, em conformidade com o Acordo de Paris (BAfD, 2022b).

### **Facilitar a criação de quadros regulamentares inclusivos e favoráveis ao financiamento sustentável**

**Os bancos centrais e as autoridades de regulação do sistema financeiro podem coordenar o estabelecimento de um quadro regulamentar para integrar as alterações**

**climáticas no sistema financeiro nacional.** As experiências de Marrocos e do Egito podem constituir um exemplo. A publicação de roteiros nacionais permitiu, nomeadamente, a emissão de obrigações verdes nesses dois países. Estas reformas basearam-se, nomeadamente, em processos consultivos inclusivos (PNUMA, 2021). Em Marrocos, por exemplo, o Banco Central mobilizou a associação dos bancos e cinco outros reguladores financeiros nacionais para redigir o seu Roteiro para o alinhamento do setor financeiro marroquino com o desenvolvimento sustentável (Banco Al-Maghrib et al., 2016). Além disso, em 2022, o Conselho de Mercados Financeiros da Tunísia uniu-se à Sociedade Financeira Internacional (SFI) do Banco Mundial para estabelecer o seu Guia de emissão de obrigações verdes, socialmente responsáveis e sustentáveis na Tunísia (CMF/SFI, 2022), garantindo assim um quadro de avaliação e de financiamento dos projetos.

**Os reguladores financeiros também poderiam impor a publicação de critérios ambientais, sociais e de governação (ESG).** A bolsa egípcia tornou-se a segunda bolsa do mundo a adotar, a partir de 2010, um índice de sustentabilidade ESG. Em 2012, foi uma das quatro bolsas a implementar a iniciativa da Bolsa Sustentável das Nações Unidas para melhorar a transparência e o compromisso das empresas cotadas em termos de ESG (PNUMA, 2021). Desde 2022, a entidade reguladora exige que as empresas cotadas na bolsa egípcia e as que operam em atividades financeiras não bancárias forneçam informações trimestrais sobre ESG nos seus relatórios de conformidade (Ashraf Atef, 2022). Em Marrocos, o Banco Central estabeleceu, em 2021, requisitos de divulgação de informações sobre ESG e clima, que obrigam os bancos a estimar a sua exposição aos riscos climáticos físicos e de transição (relacionados com o impacto direto das alterações climáticas e com as implicações económicas da transição para um modelo de baixo teor de carbono) segundo diferentes cenários de alterações climáticas (PNUMA, 2021).

**O reforço da inclusão financeira permitiria alargar o acesso aos financiamentos sustentáveis às populações mais pobres.** As populações mais expostas aos riscos climáticos, nomeadamente nas zonas rurais, são também as mais excluídas do acesso ao financiamento. De acordo com o *Global Findex*, cerca de 70 % das pessoas mais pobres do Norte de África não tinham contas bancárias em 2021 (Banco Mundial, 2021). Adaptar as políticas de inclusão financeira a estas populações será, pois, crucial para assegurar a eficácia das estratégias de adaptação às alterações climáticas. Em Marrocos, por exemplo, a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira visa, nomeadamente, melhorar o acesso ao financiamento, em especial entre os jovens, as mulheres e a população rural, favorecendo simultaneamente soluções de financiamento verdes. Visa igualmente o desenvolvimento de mecanismos de financiamento alternativos, como o pagamento digital, o microfinanciamento e os seguros inclusivos (PNUMA, 2021). Além disso, as soluções de microfinanciamento digital das *start-ups* locais poderão contribuir para reduzir a exclusão financeira destas populações. As caixas de areia regulamentares (ou quadros regulamentares de experimentação) permitem testar novas soluções digitais para facilitar o acesso a financiamento, como foi feito na Tunísia, por exemplo (CUA/OCDE, 2021).

### **Apoiar o desenvolvimento do mercado financeiro sustentável através da cooperação regional**

**A cooperação regional pode apoiar o reforço das capacidades dos reguladores e dos prestadores de serviços financeiros.** Em 2021, o Egito lançou o Centro Regional de Finanças Sustentáveis, que visa reforçar a capacidade e sensibilizar as instituições financeiras da região do Médio Oriente e do Norte de África para o financiamento sustentável. Tal inclui a prestação de assistência técnica em questões relacionadas com a integração das normas ESG, a aplicação das recomendações do Grupo de Trabalho sobre a publicação de informações financeiras sobre o clima do G20 (TFCD) e a tomada em consideração dos

riscos climáticos. O RCSF encoraja também a reorientar os fluxos de capitais privados para o financiamento dos ODS (Ashraf Atef, 2022). A nível internacional, Marrocos, Tunísia, Egito e Mauritânia participam na Rede de Bancos Centrais e Supervisores para a Ecologização do Sistema Financeiro (NGFS), uma plataforma que permite a partilha das boas práticas de gestão dos riscos climáticos e a aplicação de um quadro regulamentar favorável ao financiamento verde.

**A integração dos mercados financeiros poderá também permitir o desenvolvimento de financiamentos sustentáveis noutros países da região.** A integração dos mercados financeiros no quadro mais vasto da integração continental (Jedlane et al., 2012) permitiria compensar o fraco desenvolvimento dos sistemas financeiros em certos países da região. Por exemplo, a interconexão das bolsas nacionais permitiria diversificar os instrumentos financeiros disponíveis, ao reduzir simultaneamente os custos dos investimentos transfronteiriços. Em 2022, as bolsas de valores do Egito e de Marrocos aderiram ao projeto de interconexão de bolsas africanas lançado em 2022 pela Associação de Bolsas de Valores Africanas e pelo BAfD, visando facilitar as trocas transfronteiriças entre bolsas africanas e algumas empresas de corretagem (BAfD, 2022c).

## Bibliografia

- ACMI (2022), *Africa Carbon Markets Initiative (ACMI): Roadmap Report*, Sustainable Energy for All (SEforALL), Africa Carbon Markets Initiative, [www.seforall.org/publications/africa-carbon-markets-initiative-roadmap-report](http://www.seforall.org/publications/africa-carbon-markets-initiative-roadmap-report).
- AIE (2022), *Greenhouse Gas Emissions from Energy Data Explorer, Data and Statistics* (base de dados), Agência Internacional da Energia, Paris, [www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer](http://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer) (consultado em outubro de 2022).
- Ashraf Atef, N. (2022), «Scaling up sustainable finance and investment in the Middle East and North Africa», in *Scaling Up Sustainable Finance and Investment in the Global South*, Centre for Economic Policy Research (CEPR) Press, Londres, <https://cepr.org/system/files/publication-files/175477-scaling-up-sustainable-finance-and-investment-in-the-global-south.pdf>.
- BAfD (2022a), *Perspectives économiques en Afrique du Nord 2022*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, [www.afdb.org/fr/documents/perspectives-economiques-en-afrique-du-nord-2022](http://www.afdb.org/fr/documents/perspectives-economiques-en-afrique-du-nord-2022).
- BAfD (2022b), «La Banque africaine de développement lance un modèle de déploiement des financements verts à travers le continent», Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, [www.afdb.org/fr/news-and-events/la-banque-africaine-de-developpement-lance-un-modele-de-deploiement-des-financements-verts-travers-le-continent-56904](http://www.afdb.org/fr/news-and-events/la-banque-africaine-de-developpement-lance-un-modele-de-deploiement-des-financements-verts-travers-le-continent-56904).
- BAfD (2022c), «La Banque africaine de développement et l'Association des bourses de valeurs africaines lancent l'e-plateforme AELP, qui relie sept marchés de capitaux africains, d'une capitalisation boursière de 1 500 milliards de dollars», Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, [www.afdb.org/fr/news-and-events/press-releases/la-banque-africaine-de-developpement-et-l-association-des-bourses-de-valeurs-africaines-lancent-le-plateforme-aelp-qui-relie-sept-marches-de-capitaux-africains-dune-capitalisation-boursiere-de-1-500-milliards-de-dollars-57246](http://www.afdb.org/fr/news-and-events/press-releases/la-banque-africaine-de-developpement-et-l-association-des-bourses-de-valeurs-africaines-lancent-le-plateforme-aelp-qui-relie-sept-marches-de-capitaux-africains-dune-capitalisation-boursiere-de-1-500-milliards-de-dollars-57246).
- BAfD (2021), *Potential for Green Banks & National Climate Change Funds in Africa – Scoping Report*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, [www.afdb.org/en/documents/potential-green-banks-national-climate-change-funds-africa-scoping-report](http://www.afdb.org/en/documents/potential-green-banks-national-climate-change-funds-africa-scoping-report).
- Banco Al-Maghrib et al. (2016), *Feuille de route pour l'alignement du secteur financier marocain sur le développement durable – Feuille de route du secteur financier marocain pour l'émergence de la finance durable en Afrique*, Bank Al-Maghrib, Rabat, [www.acaps.ma/sites/default/files/feuille-de-route-globale.pdf](http://www.acaps.ma/sites/default/files/feuille-de-route-globale.pdf).
- Banco Mundial (2022a), *International Debt Statistics* (base de dados), Banco Mundial, Washington, DC, <https://databank.worldbank.org/source/international-debt-statistics> (consultado em janeiro de 2023).
- Banco Mundial (2022b), *Egypt Country Climate and Development Report*, CCDR Series, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/38245>.
- Banco Mundial (2022c), *Rapport Climat et Développement au Maroc*, CCDR Series, Banco Mundial, Washington, DC, [https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/38240/Morocco\\_CCDR\\_FR\\_version.pdf](https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/38240/Morocco_CCDR_FR_version.pdf).

- Banco Mundial (2022d), *Région du G5 Sahel : Rapport National sur le Climat et le Développement*, Série CCDR, Banco Mundial, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/37620>.
- Banco Mundial (2021), *The Global Findex Database 2021: Financial Inclusion, Digital Payments, and Resilience in the Age of COVID-19*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://www.worldbank.org/en/publication/globalfindex>
- Banco Mundial/KNOMAD (2022), *Remittances* (base de dados), Global Knowledge Partnership on Migration and Development e Banco Mundial, Washington, DC, [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances) (consultado em 7 de fevereiro de 2023)
- BEI (2015), *Initiative de préparation des projets du Plan solaire méditerranéen (IPP-PSM)*, Banco Europeu de Investimento, Luxemburgo, [www.eib.org/attachments/country/femip\\_msp\\_ppi\\_fr.pdf](http://www.eib.org/attachments/country/femip_msp_ppi_fr.pdf).
- Bureau van Dijk (2022), *Orbis* (base de dados), [www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis](http://www.bvdinfo.com/en-gb/our-products/data/international/orbis) (consultado em outubro de 2022).
- CEO/TNI (2022), *L'hydrogène d'Afrique du Nord : La réalité des plans d'importation d'hydrogène vert de l'UE*, Corporate European Observatory e Transnational Institute, [www.tni.org/files/2022-10/FR\\_Green\\_Hydrogen.pdf](http://www.tni.org/files/2022-10/FR_Green_Hydrogen.pdf).
- Climate Bonds Initiative (2022), *Climate Bonds Interactive Data Platform* (base de dados), [www.climatebonds.net/market/data/](http://www.climatebonds.net/market/data/) (consultado em janeiro de 2023).
- CMF/SFI (2022), «Guide d'émission d'obligations vertes, socialement responsables et durables en Tunisie», Conselho do Mercado Financeiro e Sociedade Financeira Internacional, Tunes e Washington, DC, [www.cmf.tn/?q=publication-par-le-cmf-du-guide-d-emission-d-obligations-vertes-socialement-responsables-et-durables](http://www.cmf.tn/?q=publication-par-le-cmf-du-guide-d-emission-d-obligations-vertes-socialement-responsables-et-durables).
- Cornier, A. et al. (2018), *Indicateur de vulnérabilité physique au changement climatique* (base de dados), Fundação de Estudos e Investigação sobre o Desenvolvimento Internacional (Ferdi), <https://ferdi-indicators.shinyapps.io/PVCCI/> (consultado em fevereiro de 2023).
- Cos, J. et al. (2022), «The Mediterranean climate change hotspot in the CMIP5 and CMIP6 projections», *Earth System Dynamics*, vol. 13, n.º 1, European Geosciences Union, Munique, pp. 321-340, <https://doi.org/10.5194/esd-13-321-2022>.
- CPI (2022), *Landscape of Climate Finance in Africa* (base de dados), Climate Policy Initiative, [www.climatepolicyinitiative.org/publication/landscape-of-climate-finance-in-africa/](http://www.climatepolicyinitiative.org/publication/landscape-of-climate-finance-in-africa/) (consultado em 7 de fevereiro de 2023).
- CQNUAC (2022), «La COP 27 parvient à un accord décisif sur un nouveau fonds «pertes et préjudices» pour les pays vulnérables», Comunicado de imprensa, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, <https://unfccc.int/en/news/la-cop-27-chega-a-un-agreement-sur-un-nouveau-fonds-perdues-e-prejudices-pour-les-pays>.
- CQNUAC (n.e.), *Registre des contributions déterminées au niveau national* (base de dados), Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, <https://unfccc.int/fr/NDCREG>.
- CUA/OCDE (2022), *Dynamiques du développement en Afrique 2022 : Des chaînes de valeur régionales pour une reprise durable*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/f92ecd72-pt>.
- CUA/OCDE (2021), *Dynamiques du développement en Afrique 2021: Transformation digitale et qualité de l'emploi*, CUA, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/cd08eac8-fr>.
- El-Katiri, L. (2023), «Sunny side up: Maximising the European Green Deal's potential for North Africa and Europe», sítio do Conselho Europeu para as Relações Internacionais (ECFR), Paris, <https://ecfr.eu/publique/sunny-side-up-maximising-the-european-green-deals-potential-for-north-africa-and-europe/>.
- fDi Intelligence (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets) (consultado em 7 de fevereiro de 2023).
- FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, edição de outubro de 2022, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October) (consultado em 7 de fevereiro de 2023).
- FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52> (consultado em 7 de fevereiro de 2023).
- FMI (2022c), *Investment and Capital Stock Dataset (ICSD)* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4> (consultado em 7 de fevereiro de 2023).
- FMI (2021), *Finance & Development*, vol. 58, n.º 3, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, [www.imf.org/fr/Publications/fandd/issues/2021/09](http://www.imf.org/fr/Publications/fandd/issues/2021/09).
- GCF (2018), *Readiness grant agreement – with the Islamic Republic of Mauritania*, Green Climate Fund (GCF), [www.greenclimate.fund/document/readiness-grant-agreement-mauritania-mrt-rs-001](http://www.greenclimate.fund/document/readiness-grant-agreement-mauritania-mrt-rs-001).



- IRENA/BAfD (2022), *Renewable Energy Market Analysis: Africa and Its Regions*, Agência Internacional para as Energias Renováveis (IRENA) e Banco Africano de Desenvolvimento, Abu Dabi e Abidjan, [www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2022/Jan/IRENA\\_Market\\_Africa\\_2022.pdf](http://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Publication/2022/Jan/IRENA_Market_Africa_2022.pdf).
- ITA (2022), «Fisheries», *Mauritania Country Commercial Guide*, Agência para o Comércio Internacional (ITA), Washington, DC, [www.trade.gov/country-commercial-guides/mauritania-fisheries](http://www.trade.gov/country-commercial-guides/mauritania-fisheries).
- Jedlane N. e D. Saidane (2012), «Intégration financière et gouvernance régionale en Afrique du Nord», Nações Unidas, Comissão Económica para a África (CEA), Casablanca, <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.32661.73440>.
- Les inspirations Éco (2023), «Sustainability: la stratégie gagnante d'OCP», *Les Inspirations Éco*, Horizon Press S.A., Casablanca, <https://leseco.ma/maroc/sustainability-la-strategie-gagnante-docp.html>.
- Ministério das Finanças da República Árabe do Egito (2021), *Egypt Sovereign Green Bond Allocation & Impact Report*, <https://assets.mof.gov.eg/files/a3362b50-574c-11ec-9145-6f33c8bd6a26.pdf>.
- Moody's (2023a), «Moody's downgrades Tunisia's ratings to Caa2 with a negative outlook, concluding its review», Moody's Investors Service, Nova Iorque, <https://ratings.moodys.com/ratings-news/398103>.
- Moody's (2023b), «Moody's downgrades Egypt's ratings to B3, changes outlook to stable», Moody's Investors Service, Nova Iorque, [https://ratings.moodys.com/ratings-news/398535https://www.moodys.com/research/Moodys-downgrades-Egypt-s-ratings-to-B3-changes-outlook-to-stable--PR\\_473012](https://ratings.moodys.com/ratings-news/398535https://www.moodys.com/research/Moodys-downgrades-Egypt-s-ratings-to-B3-changes-outlook-to-stable--PR_473012).
- Musjid B. (2022), «Engrais: Covid-19, guerre en Ukraine... une "aubaine" pour OCP», *Jeune Afrique*, Paris, [www.jeuneafrique.com/1348134/economie/engraisaf-covid-19-guerre-en-ukraine-une-aubaine-pour-ocp/](http://www.jeuneafrique.com/1348134/economie/engraisaf-covid-19-guerre-en-ukraine-une-aubaine-pour-ocp/)
- OCDE (2022a), *Comité d'aide au développement de l'OCDE* (base de dados), <https://stats-1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A>
- OCDE (2022b), «Mobilisation», *OECD.stat* (base de dados), OECD Publishing, Paris, [https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV\\_DCD\\_MOBILISATION](https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV_DCD_MOBILISATION) (consultado em 7 de fevereiro de 2013).
- OCDE (2022c), *Equitable Framework and Finance for Extractive-based Countries in Transition (EFFECT)*, OECD Development Policy Tools, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/7871c0ad-en>.
- OCDE (2021a), *Perspectives des politiques d'investissement au Moyen-Orient et en Afrique du Nord*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/efcc255a-fr>.
- OCDE (2021b), *Philanthropie privée pour le développement: Tableau de bord des données pour l'action*, OECD Publishing, Paris, <https://oecd-main.shinyapps.io/philanthropy4development/> (consultado em fevereiro de 2023).
- OCDE (2021c), *Taxer la consommation d'énergie au service du développement durable: Opportunités de réforme de la fiscalité et des subventions énergétiques dans certaines économies émergentes et en développement*, OECD Publishing, Paris, [www.oecd.org/fr/fiscalite/politiques-fiscales/taxer-la-consommation-energie-au-service-du-developpement-durable.htm](http://www.oecd.org/fr/fiscalite/politiques-fiscales/taxer-la-consommation-energie-au-service-du-developpement-durable.htm).
- OCDE/ATAF/CUA (2022), *Statistiques des recettes publiques en Afrique 2022*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/ea66fbde-en-fr>.
- OCP (n.d), «Partenariats nationaux», Grupo OCP África, Casablanca, Marrocos, [www.ocpafrika.com/pt/parcerias-nacionais](http://www.ocpafrika.com/pt/parcerias-nacionais)
- One Planet Summit (2021), «Accélérateur de la Grande muraille verte», [www.oneplanetsummit.fr/les-coalitions-82/accelerateur-de-la-grande-muraille-verte-193](http://www.oneplanetsummit.fr/les-coalitions-82/accelerateur-de-la-grande-muraille-verte-193).
- PNUD (2022), *The impact of the war in Ukraine on sustainable development in Africa*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, [www.undp.org/africa/publications/impact-war-ukraine-sustainable-development-africa](http://www.undp.org/africa/publications/impact-war-ukraine-sustainable-development-africa).
- PNUMA (2022), *Nouvelle démarche pour développer la finance privée en faveur du Climat et des ODD en Égypte & au Maroc*, Iniciativa financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, [www.unepfi.org/wordpress/wp-content/uploads/2022/03/Unlocking-Private-Finance-for-Climate-FR.pdf](http://www.unepfi.org/wordpress/wp-content/uploads/2022/03/Unlocking-Private-Finance-for-Climate-FR.pdf).
- PNUMA (2021), *Promoting Sustainable Finance and Climate Finance in the Arab Region*, Iniciativa financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, [www.unepfi.org/themes/climate-change/promoting-sustainable-finance-and-climate-finance-in-the-arab-region-2/](http://www.unepfi.org/themes/climate-change/promoting-sustainable-finance-and-climate-finance-in-the-arab-region-2/).
- República Árabe do Egito (2022), *Egypt's First Updated Nationally Determined Contributions*, NDC Registry, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), <https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-07/EgyptUpdatedNDC.pdf>.
- República Democrática e Popular da Argélia (2019), *Plan National Climat*, Comité Nacional para o Clima (CNC), [www.me.gov.dz/telechargement/plan-national-climat/](http://www.me.gov.dz/telechargement/plan-national-climat/).



- República Democrática e Popular da Argélia (2015), *Contribution Prévue Déterminée au niveau National (CPDN) – Algérie*, NDC Registry, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), <https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-06/AlgerieNDC2015.pdf>.
- República Islâmica da Mauritânia, (2021), *Contribution déterminée au niveau national (CDN) actualisée – Mauritanie*, NDC Registry, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), <https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-06/CDN-Mauritania.pdf>.
- República da Tunísia (2022), *Stratégie de Développement Neutre en Carbone et Résilient aux Changements Climatiques à l’horizon 2050*, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), <https://unfccc.int/sites/default/files/reSource/StratTunisie.pdf>.
- República da Tunísia (2021a), *Contribution Déterminée au niveau National (CDN) actualisée – Tunisie*, NDC Registry, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), <https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-06/Tunisia%20Update%20NDC-french.pdf>.
- República da Tunísia (2021b), *Update of the Nationally Determined Contribution of Tunisia: Executive Summary*, NDC Registry, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC), <https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-08/CDN.pdf>.
- Reino de Marrocos (2021a), *Contribution déterminée au niveau national (CDN) actualisée – Maroc*, NDC Registry, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), [https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-06/Moroccan updated NDC Fr.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-06/Moroccan%20updated%20NDC%20Fr.pdf).
- Reino de Marrocos (2021b), *Stratégie Bas Carbone à Long Terme Maroc 2050*, Ministério da Transição Energética e do Desenvolvimento Sustentável, [https://unfccc.int/sites/default/files/resource/MAR LTS Dec2021.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/resource/MAR_LTS_Dec2021.pdf).
- Reino de Marrocos (2020), *Plan Climat National À horizon 2030*, Secretariado de Estado junto do Ministro da Energia, Minas e Desenvolvimento Sustentável, Casablanca, [www.environnement.gov.ma/images/Climat/PCN1-min.pdf](http://www.environnement.gov.ma/images/Climat/PCN1-min.pdf).
- SFI/HSBC (2022), *Emerging Market Real Economy Sustainable Bonds – current and potencial issuance*, Sociedade Financeira Internacional, Grupo Banco Mundial, Washington, DC, [www.environmental-finance.com/assets/files/IFC/emerging-market-real-economy-sustainable-bonds.pdf](http://www.environmental-finance.com/assets/files/IFC/emerging-market-real-economy-sustainable-bonds.pdf).
- UA/ASI/BEI (2022), *Africa’s extraordinary green hydrogen potential*, UA, Adis Abeba, Aliança Solar Internacional, Banco Europeu de Investimento, Luxemburgo, [www.eib.org/attachments/press/africa-green-hydrogen-flyer.pdf](http://www.eib.org/attachments/press/africa-green-hydrogen-flyer.pdf).
- Universidade de Notre Dame, (2020) «ND-GAIN Matrix», *Notre Dame-Global Adaptation Initiative Country Index* (base de dados), <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/matrix/> (consultado em 7 de fevereiro de 2023).





## Capítulo 7

# **Investir nas cadeias de valor agroalimentar para o desenvolvimento sustentável da África Ocidental**

Este capítulo identifica opções políticas com vista a reforçar os investimentos sustentáveis no setor agroalimentar na África Ocidental. O capítulo começa por analisar os fluxos de investimentos de origem interna e externa à região e como se distribuem entre setores e países (Benim, Burquina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo). Em seguida, examina, em pormenor, o potencial e as limitações do setor na região. O capítulo termina com sugestões concretas nas quais os decisores políticos da África Ocidental se podem apoiar para atrair investimentos mais sustentáveis. Este setor foi selecionado face ao seu relevante contributo na criação de emprego e no crescimento económico daquela região africana.

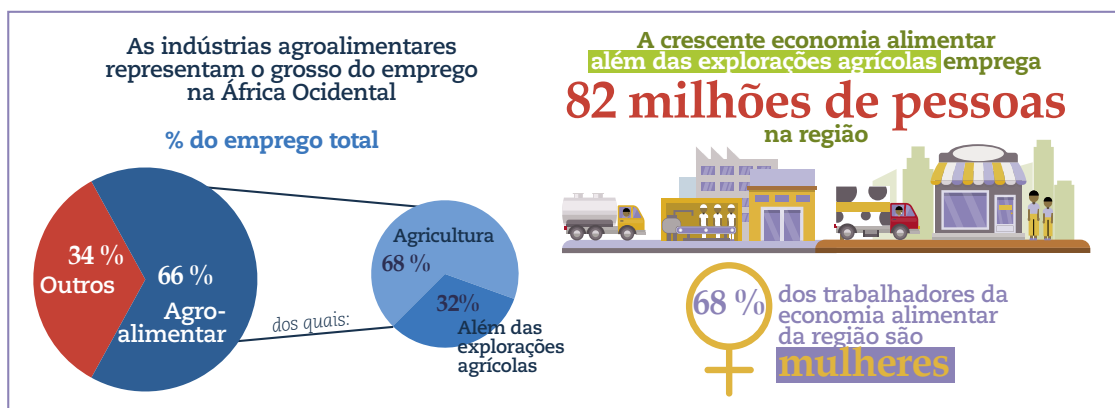
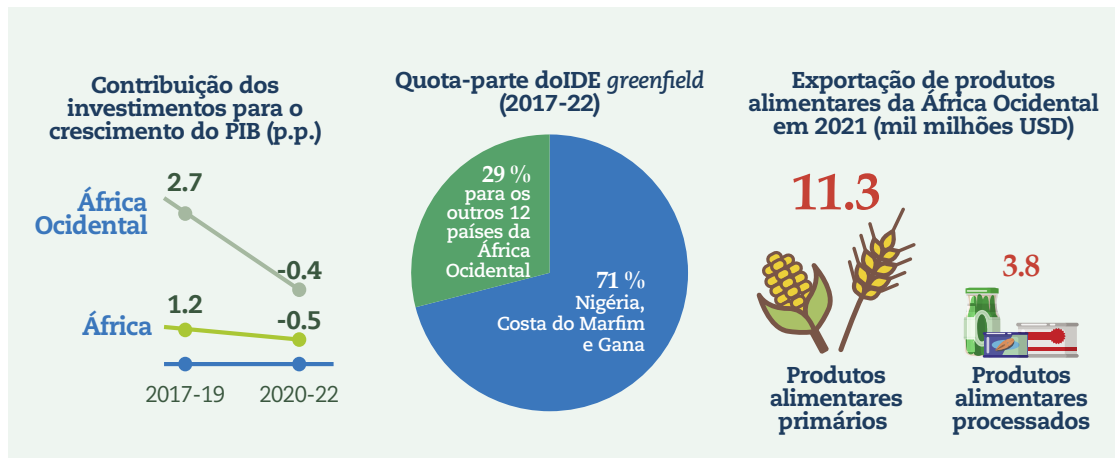
# EM SÍNTESE

As recentes crises globais provocaram o abrandamento do crescimento económico, contribuíram para o aumento da dívida e provocaram uma retração do investimento nos países da África Ocidental. Estes acontecimentos também originaram a contração dos investimentos sustentáveis no setor agroalimentar da região (abrangendo a agricultura, a transformação alimentar, a embalagem, o transporte, a distribuição e o comércio a retalho), apesar do seu vasto potencial de criação de emprego, redução da pobreza e transformação produtiva.

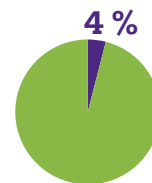
A crescente procura interna e intrarregional de produtos alimentares transformados continua a oferecer potencial de desenvolvimento de cadeias de valor agroalimentares da África Ocidental. No entanto, o financiamento do crédito interno, das instituições de financiamento do desenvolvimento e dos governos para o setor agrícola da região estagnou, totalizando 10.3 mil milhões USD em 2021, permanecendo assim abaixo do nível de 10.8 mil milhões USD anterior à COVID-19, em 2018. O investimento direto estrangeiro em empresas agrícolas, apesar da sua importância para os investimentos de capital intensivo, ascendeu a menos de 1.8 mil milhões USD por ano, entre 2017 e 2022. Entre 2010 e 2020, apenas 4 % do financiamento do desenvolvimento do setor agrícola foi destinado a atividades agroindustriais, e 12 % à proteção ambiental. Em comparação com outras regiões africanas, os investimentos privados informais desempenham um papel mais significativo na África Ocidental; no entanto, estes têm efeitos limitados na produtividade e podem introduzir riscos e vulnerabilidades para os fornecedores informais. O vasto potencial do setor agroalimentar para impulsionar a industrialização e a criação de emprego, os meios de subsistência, a segurança alimentar e o reforço das cadeias de valor regionais continua a ser explorado de forma reduzida.

Os decisores políticos deverão dar prioridade a três tipos de ações. Em primeiro lugar, as instituições financeiras públicas podem melhorar o acesso dos pequenos agricultores a produtos financeiros centrados na produtividade e na sustentabilidade. Em segundo lugar, as políticas de integração regional e os programas locais podem desempenhar papéis complementares no reforço das cadeias de valor agroalimentares. Em terceiro lugar, podem ser alargados os polos agrícolas, as organizações de apoio, os financiadores internacionais e os parceiros técnicos que melhoram diretamente as capacidades das pequenas empresas e das empresas informais e reforçam as ligações nas cadeias de valor agroalimentares.

## África Ocidental



Os investimentos nos setores de **agricultura, silvicultura e pesca** da África Ocidental totalizaram apenas **23.1 mil milhões USD** em 2020



As atividades agroindustriais receberam apenas **4 % do total do financiamento de desenvolvimento** em 2010-20

### O que se segue?



Melhorar o acesso dos pequenos agricultores a produtos financeiros que incluam apoios para melhorar a produtividade e a sustentabilidade social ou ecológica



Fortalecer as políticas agrícolas regionais e implementar programas de base local, como os parques agroindustriais

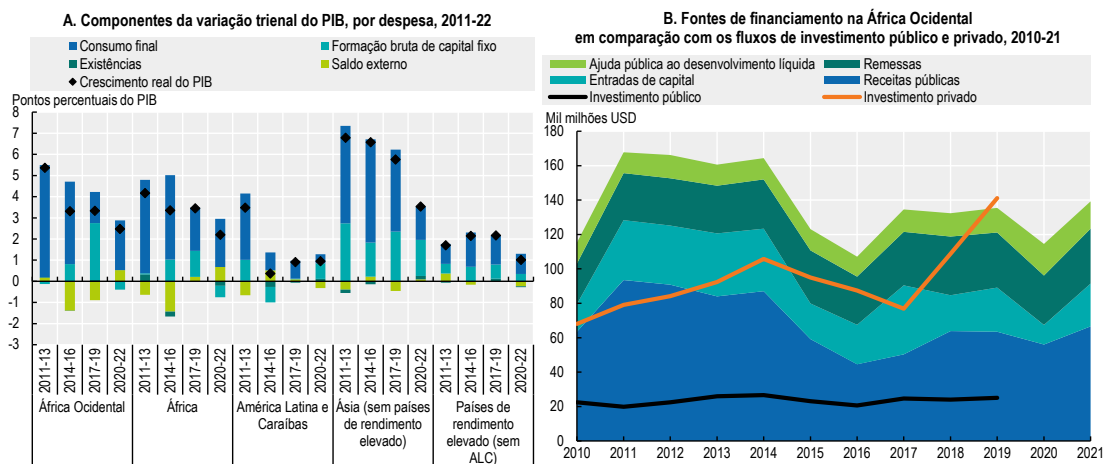


Construir agropolos e incubadoras, para melhorar a segurança alimentar e as práticas agrícolas



## Perfil regional da África Ocidental

Gráfico 7.1. Componentes do crescimento económico e fontes de financiamento na África Ocidental

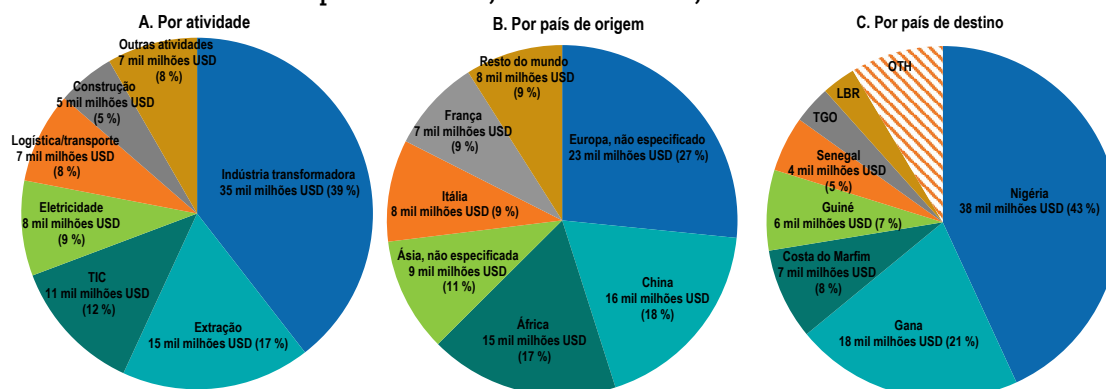


Nota: As componentes do crescimento do PIB são calculadas numa base anual, utilizando o crescimento real anual do PIB para estimar o aumento real em USD. Os valores agregados são calculados considerando a média dos valores nacionais ponderados pelo PIB em dólares americanos de paridade de poder de compra. As componentes do crescimento do PIB ao longo de períodos de três anos foram calculadas considerando a diferença entre a média geométrica do crescimento anual do PIB real ao longo do período e o crescimento real do PIB ao definir cada componente como zero para anos individuais. O saldo externo é a diferença entre as importações e as exportações. As importações contribuem negativamente para o PIB. «Países de rendimento elevado» refere-se a países classificados como de «rendimento elevado» de acordo com o *Country and Lending Groups* do Banco Mundial, com exceção da América Latina e das Caraíbas. As receitas públicas incluem todas as receitas públicas fiscais e não fiscais menos o serviço da dívida e os subsídios recebidos. As entradas de capital incluem o investimento direto estrangeiro, o investimento de carteira e outras entradas de investimento reportadas pelo Fundo Monetário Internacional no âmbito da contabilização de ativos/passivos. Os valores relativos às entradas de capital devem ser interpretados com alguma cautela, uma vez que faltam alguns valores para 2021 e para as entradas de carteira.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October); OCDE (2022a), *OECD Development Assistance Committee* (base de dados), <https://stats1.oecd.org/index.aspx?DataSetCode=TABLE2A>; Banco Mundial (2022a), *World Development Indicators (database)*, <https://data.worldbank.org/products/wdi>; FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52>; FMI (2022c), *Investment and Capital Stock Dataset (ICSD)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4>; e Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances* (base de dados), [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances).

StatLink <https://stat.link/tknj96>

Gráfico 7.2. Fluxos de investimento direto estrangeiro *greenfield* para a África Ocidental, por atividade, fonte e destino, 2017-22



Nota: A base de dados da fDi Markets é usada apenas para análise comparativa. Os montantes de investimento reais não devem ser deduzidos, uma vez que os dados da fDi Markets se baseiam em anúncios iniciais de projetos de investimento, incluindo uma parte de projetos que não se concretizam efetivamente. TIC = Tecnologias da Informação e Comunicação, TGO = Togo, LBR = Libéria, e OTH = outras.

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets). StatLink <https://stat.link/3by1dk>

## As recentes crises abrandaram o investimento na África Ocidental, e os investimentos sustentáveis visam um número limitado de países e setores

### A COVID-19 desacelerou temporariamente os investimentos e o crescimento, aumentando simultaneamente a dívida soberana

A pandemia de COVID-19 abrandou os investimentos e o crescimento nos países da África Ocidental, cuja recuperação ainda não estabilizou. Em 2020, no início da pandemia de COVID-19, o produto interno bruto (PIB) da África Ocidental diminuiu 0.6 %, antes de recuperar para 4.4 % em 2021, quando o choque económico inicial diminuiu. Em 2022 – embora as disrupções no comércio internacional, a inflação dos preços dos produtos alimentares e da energia e a maior restritividade das condições orçamentais tenham abrandado a recuperação – projetava-se que o crescimento ainda se manteria robusto, situando-se em 3.9 % (FMI, 2023a). Antes da pandemia, os investimentos privados tinham quase duplicado de 76.8 mil milhões USD em 2017 (7.9 % do PIB) para 141.1 mil milhões USD (9.6 % do PIB) em 2019 (Gráfico 7.1, Painel B). Assim, o investimento (formação bruta de capital fixo) tornou-se o motor dominante do crescimento do PIB durante o período de 2017-19, contribuindo com 2.7 pontos percentuais. No entanto, durante a pandemia, a redução dos investimentos afetou negativamente o PIB da região, reduzindo-o em 0.4 pontos percentuais entre 2020 e 2022 (Gráfico 7.1, Painel A).

Em 2020, todos os fluxos financeiros externos, com exceção da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) registaram uma contração, mas em 2021 os fluxos retomaram os níveis anteriores à crise. Os fluxos financeiros externos para a África Ocidental diminuíram de 72 mil milhões USD em 2019 para 60 mil milhões USD em 2020. Em contrapartida, a APD aumentou 29 % para 18.4 mil milhões USD (2.8 % do PIB), o seu nível mais elevado desde 2011 (Gráfico 7.1, Painel B). No sentido inverso, todos os fluxos externos recuperaram em 2021, tendo o investimento direto estrangeiro (IDE) atingido o pico em nove anos de 13.8 mil milhões USD em 2021 e o investimento de carteira aumentado para 9.1 mil milhões USD, correspondendo ao nível de 2017 (Gráfico 7.1, Painel B).

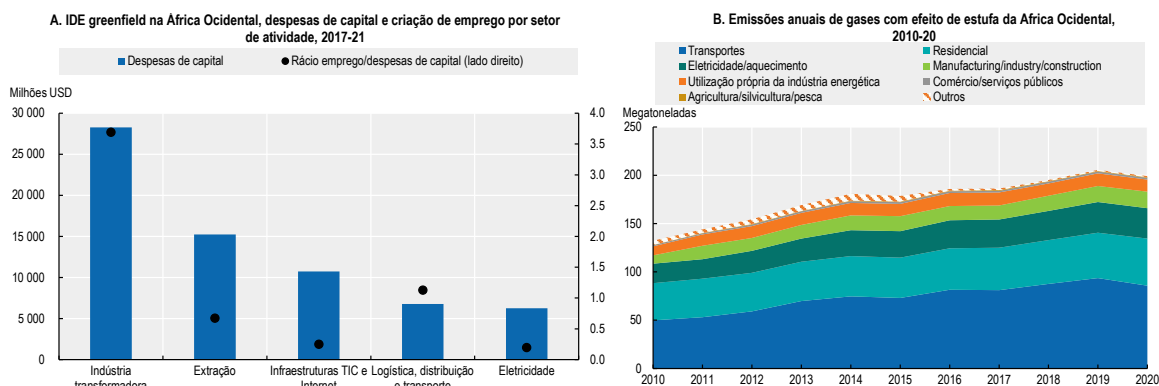
Os défices orçamentais e as pressões sobre a dívida soberana estão a aumentar na África Ocidental. Em resposta à pandemia de COVID-19, muitos governos implementaram políticas, como programas de desagravamento fiscal ou de assistência social, para apoiar as populações vulneráveis e as atividades económicas durante e após os confinamentos. A mobilização das receitas internas em 2021 aumentou ligeiramente de 10 % para 11 % do PIB, enquanto as despesas aumentaram 4 %, elevando o défice orçamental para 47 % do PIB na região. As preocupações sobre a dívida soberana estão presentes na África Ocidental, embora menos que noutras regiões africanas. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2023b), 4 dos 15 países – Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau e Serra Leoa – estão em risco de sobre-endividamento elevado. Em especial, o Gana enfrenta uma pressão significativa sobre a dívida, com o país a encetar negociações com o FMI para obter apoio financeiro no início de 2023 (AfricaNews, 2023).

### A afetação de investimentos sustentáveis está mal direcionada para alguns países e setores

O IDE *greenfield* oferece oportunidades de criação de emprego, mas visa setores com resultados ambientais mistos. A Nigéria, a Costa do Marfim e o Gana receberam 71 % do IDE *greenfield* para a região entre 2017 e 2022 (Gráfico 7.2, Painel C). Trinta e nove por cento destinaram-se ao setor da indústria transformadora, um importante motor de emprego, criando cerca de quatro empregos por cada mil dólares americanos investidos, um rácio mais elevado do que o de qualquer outro setor (Gráfico 7.3, Painel A). As atividades extrativas e mineiras atraíram o segundo maior IDE no mesmo período. Ao longo da última década, o

setor dos transportes recebeu uma parte importante do IDE, mas contribuiu mais do que qualquer outro setor para o aumento global das emissões de gases com efeito de estufa. A Nigéria, o maior beneficiário do IDE da África Ocidental em 2017-22, contribuiu com 68 % para as emissões totais da região (Gráfico 7.3, Painel B).

**Gráfico 7.3. Criação de emprego por setor dos investimentos estrangeiros diretos *greenfield* e emissões de gases com efeito de estufa por atividades económicas na África Ocidental**



Nota: TIC = Tecnologias da Informação e Comunicação.

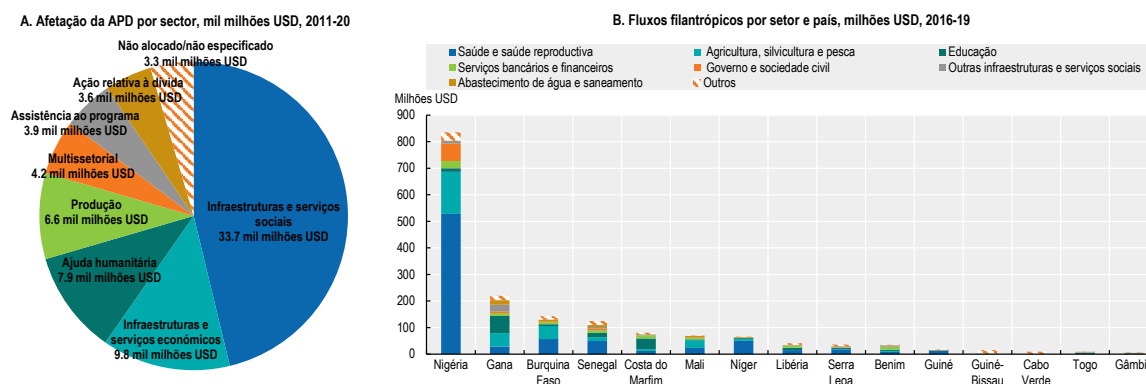
Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), fDi Markets (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets) e AIE (2022), Data and Statistics (base de dados), [www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer](http://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer).

StatLink <https://stat.link/cs9txw>

A maior parte do IDE *greenfield* na África Ocidental vem de fora da região e do continente. Entre 2017 e 2021, 56 % do IDE *greenfield* teve origem em países de rendimento elevado, seguindo-se a Ásia (21 %), maioritariamente devido a investimentos significativos da República Popular da China (a seguir designada por «China»). O investimento de outras regiões africanas representou 17 % do total do IDE *greenfield*, principalmente da África Austral e do Norte de África, com uma grande parte canalizada para a Nigéria. O Togo recebeu a maior parcela de investimentos intrarregionais, a maioria dos quais da Nigéria (Gráfico 7.6).

A APD e os fluxos filantrópicos complementam o investimento público limitado em setores sociais, mas concentram-se num único país. As despesas de saúde pública representaram apenas 0,8 % do PIB em 2019, um valor inferior ao de qualquer outra região africana, com exceção da África Central. Da mesma forma, o investimento público em educação representou apenas 1,6 % do PIB, um valor inferior ao de qualquer outra região africana. Em contrapartida, 46 % dos 72 mil milhões USD de APD no período de 2011-20 destinaram-se a infraestruturas e serviços sociais (saúde, educação, sociedade civil, abastecimento de água e saneamento) (Gráfico 7.4, Painel A). Cerca de 48 % dos fluxos filantrópicos atribuídos entre 2016 e 2019 visaram o setor da saúde e da reprodução (Gráfico 7.4, Painel B). No entanto, a APD e a filantropia permaneceram fortemente concentradas na Nigéria.

### Gráfico 7.4. Afetação da ajuda pública ao desenvolvimento e dos fluxos filantrópicos para a África Ocidental



Nota: São apresentados os oito maiores setores. «Outros» abrange os restantes setores.

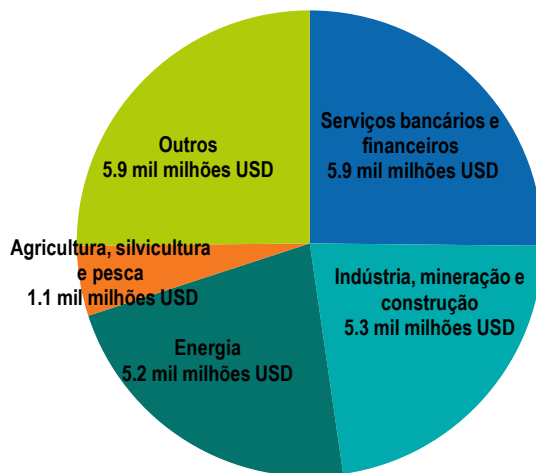
Fonte: Cálculos dos autores baseados em OCDE (2022a), *OECD Development Assistance Committee* (base de dados), <https://stats-1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A>; e OCDE (2021a), *Private Philanthropy for Development: Data for Action Dashboard* (base de dados), <https://oecd-main.shinyapps.io/philanthropy4development/>.

StatLink <https://stat.link/ex42ps>

Na África Ocidental estão a aumentar outras fontes de financiamento privado, como os investimentos de impacto e os investidores institucionais nacionais. As intervenções das instituições de financiamento do desenvolvimento representaram cerca de 97 % do investimento de impacto na região entre 2005 e 2015 (GINN, 2015). As alterações regulamentares na Nigéria, como a regulamentação dos ativos dos fundos de pensões em 2006, permitiram que os fundos de pensões aumentassem os ativos sob gestão (Juvonen et al., 2019; National Pension Commission, 2006), atingindo 32.3 mil milhões USD em 2020 (OCDE, 2021b). Os fundos de pensões ganeses também cresceram de forma constante, acumulando 4.7 mil milhões USD a partir de 2021, tornando o Gana o segundo maior mercado de fundos de pensões da região (Nyang'oro e Njenga, 2022; OCDE, 2021b). Em 2021, a *Sovereign Wealth Authority* da Nigéria dispunha de 3 mil milhões USD em ativos sob gestão, o montante mais elevado de qualquer fundo soberano na África Ocidental. Seguiram-se o *Senegalese Sovereign Wealth Fund for Strategic Investments* (FONSIS) e o *Ghana Heritage Fund*, com ativos sob gestão de 0.8 e 0.7 mil milhões USD, respetivamente (SWFI, n.d.).

A África Ocidental mobilizou grandes montantes de financiamento misto, visando setores com elevado e baixo potencial de sustentabilidade. Durante o período de 2012-20, foram mobilizados, em média, 2.4 mil milhões USD por ano de financiamento privado através de instituições de financiamento do desenvolvimento ou de bancos de desenvolvimento, mais do que em qualquer outra região africana além da África Austral. Refletindo a afetação do IDE *greenfield*, a maior parte do financiamento misto destinou-se à Nigéria (37 %), ao Gana (24 %) e à Costa do Marfim (15 %), seguidos do Senegal (7 %) e da Guiné (6 %). Embora uma parte significativa tenha sido atribuída a setores com elevado potencial de sustentabilidade global (por exemplo, energia, serviços bancários e financeiros e agricultura, silvicultura e pesca), um setor com um fraco historial de sustentabilidade ambiental e social – indústria, mineração e construção – atraiu o segundo maior montante (Gráfico 7.5; ver Capítulo 1).

Gráfico 7.5. Financiamento privado na África Ocidental mobilizado através de financiamento público para o desenvolvimento por setor, mil milhões USD, 2012-20



Nota: «Outros setores» inclui (por ordem de grandeza): governo e sociedade civil; políticas e regulamentações comerciais; multissetoriais/transversais; abastecimento de água e saneamento; educação; saúde; serviços às empresas e outros; turismo; outras infraestruturas e serviços sociais; afetação não especificada; políticas/programas demográficos e saúde reprodutiva e ajuda humanitária.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em OCDE (2022b), «Mobilisation», OECD.Stat (base de dados), [https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV\\_DCD\\_MOBILISATION](https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV_DCD_MOBILISATION).

StatLink <https://stat.link/wktxjn>

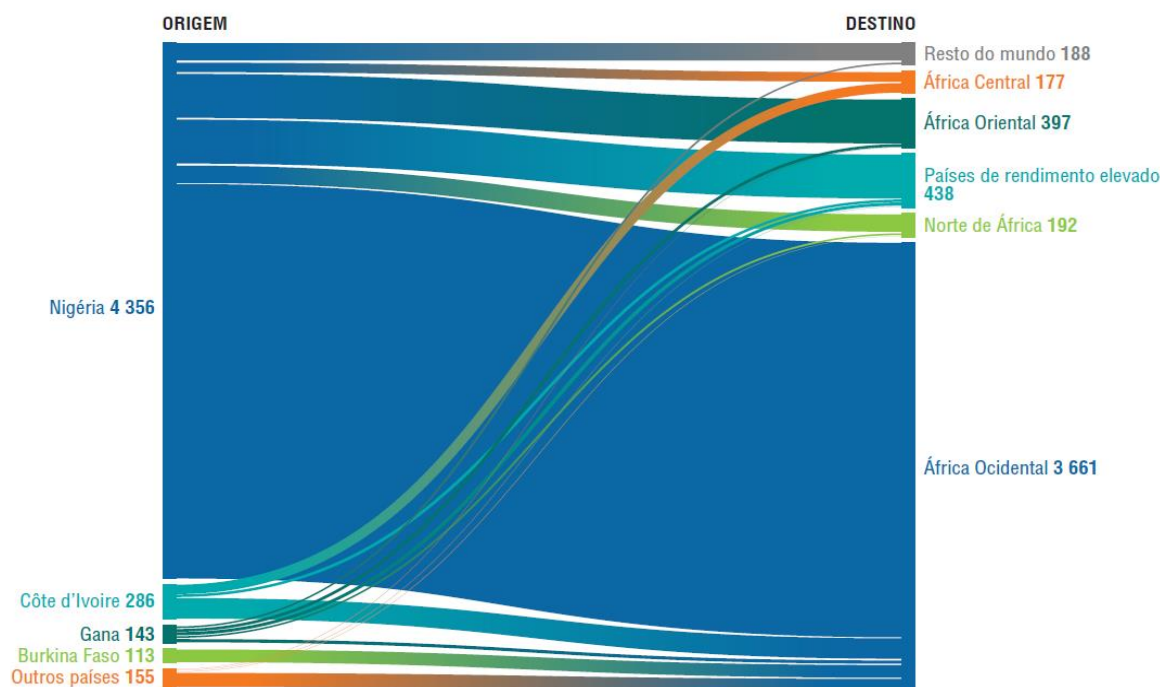
### A África Ocidental está menos abrangida pelos investimentos e exportações intra-africanos do que outras regiões africanas

As exportações intrarregionais e intra-africanas são menos significativas na África Ocidental do que na Austral. Cerca de 57 % do total das exportações formais dos países da África Ocidental para outros países africanos permaneceram na região entre 2014 e 2016. A título de comparação, as exportações intrarregionais constituíram cerca de 85 % do total das exportações dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) para outros países no mesmo período. Antes da pandemia de COVID-19, o Senegal era o único país da África Ocidental entre os dez principais exportadores intra-africanos, enquanto três países da África Ocidental figuravam entre os dez últimos (CNUCED, 2019).

A Nigéria domina os investimentos intrarregionais e possui as empresas mais cotadas na região. Os fluxos de IDE *greenfield* provenientes de países da África Ocidental visam sobretudo outros países dessa região (40 %), seguidos de países de rendimento elevado (29 %) e da África Oriental (14 %). A Nigéria representa 86 % do IDE externo da região (Gráfico 7.6). A Nigéria abriga também 15 das 20 maiores empresas privadas cotadas por capitalização de mercado na África Ocidental, 8 das quais estão no setor financeiro e de seguros.



Gráfico 7.6. Saídas de investimento direto estrangeiro *greenfield* provenientes de países da África Ocidental, por regiões de destino, 2017-21, milhões USD



Nota: «Outros países» inclui o Togo (76 milhões USD), o Senegal (46 milhões USD) e o Mali (34 milhões USD), enquanto «Resto do mundo» inclui países da África Austral (50 milhões USD), da Ásia em Desenvolvimento (137 milhões USD) e da América Latina e Caraíbas (1 milhão USD).

Fonte: Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets).

StatLink <https://stat.link/xwuzj0>

## Investimentos sustentáveis no setor agroalimentar podem impulsionar a transformação produtiva da África Ocidental

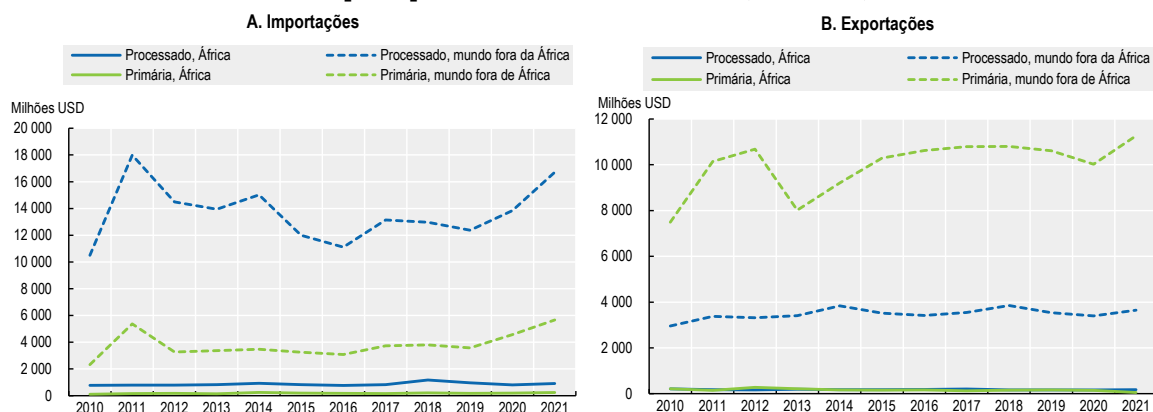
O setor agroalimentar da África Ocidental apoia o emprego e os meios de subsistência em toda a região, especialmente para as populações rurais, sugerindo que deve tornar-se prioritário para o investimento sustentável. O valor acrescentado médio da agricultura, silvicultura e pesca foi de 24,4 % do PIB em 2021, em comparação com 16,5 % em África e 4,3 % no resto do mundo (Banco Mundial, 2021). No final de 2020, o setor agrícola representava cerca de 25 % do PIB da região e 45 % do emprego. O setor agroalimentar no seu conjunto (ou seja, a agricultura e a transformação, embalagem, transporte, distribuição e venda a retalho) representa cerca de 66 % do emprego total da região. A economia alimentar fora das explorações agrícolas emprega 82 milhões de pessoas, principalmente no comércio a retalho e por grosso (68 %), seguido pelo processamento de alimentos (22 %), um segmento projetado de crescimento (Allen, Heinrigs e Heo, 2018). Os investimentos no setor agroalimentar e na sua mão de obra oferecem aos países da África Ocidental a oportunidade de alcançar sinergias a longo prazo entre a sustentabilidade e a resiliência económica, social e ambiental (Ali et al., 2020). Cerca de 53 % da população da África Ocidental vive em áreas rurais, onde a maioria das atividades agrícolas ocorre. Sessenta e oito por cento de todas as mulheres empregadas trabalham na economia alimentar e as mulheres representam 88 % do emprego em serviços fora de casa, 83 % na transformação de alimentos e 72 % na comercialização de alimentos (Allen, Heinrigs e Heo, 2018).



A África Ocidental lidera o mundo na produção agrícola primária de uma série de produtos, enquanto as taxas de exportação permanecem baixas. Desde a década de 1980, o valor da produção agrícola nos países da África Ocidental tem crescido constantemente, principalmente impulsionado por produtos agrícolas não cerealíferos (Gráfico 7.7). Em 2020, o valor total da produção agrícola em África atingiu cerca de 319 mil milhões USD. África Ocidental contribuiu com quase 125 mil milhões USD para este total (39 %).<sup>1</sup> Vários países da África Ocidental figuram entre os principais produtores mundiais de produtos agrícolas (CUA/OCDE, 2019). Entre 2019 e 2021, a maior parte dos inhames (95 %) e feijão-de-vaca (85 %) foram produzidos na África Ocidental, e sete dos 15 principais produtos agrícolas da região representavam 50 % da produção total africana. No entanto, para a maioria dos produtos alimentares da África Ocidental, apenas uma fração (menos de 1 %) é exportada, com a exceção evidenciada de grãos de cacau, que se situa em 73 % (Quadro 7.1).

O comércio de produtos alimentares e bebidas entre a África Ocidental e outros países estagnou desde 2010, enquanto as importações de produtos transformados provenientes de países não africanos aumentaram recentemente. Entre 2010 e 2020, as importações e exportações de produtos alimentares e bebidas dos países da África Ocidental mantiveram-se a um nível constante, sendo a maior parte com países não africanos. Embora a África Ocidental seja um dos principais exportadores de produtos alimentares primários para países não africanos, a região importa uma grande percentagem de produtos transformados a partir desses países (Gráfico 7.7). Entre 2016 e 2020, os países da África Ocidental importaram cerca de 60 mil milhões USD em produtos alimentares, dos quais cerca de 67 % foram semitransformados ou transformados (Badiane et al., 2022). Os principais produtos importados incluem cereais e produtos à base de cereais, carne e produtos láteos, açúcar transformado e bebidas não alcoólicas.

Gráfico 7.7. Importações e exportações de produtos alimentares e bebidas primários e transformados para países da África Ocidental, 2010-21, milhões USD

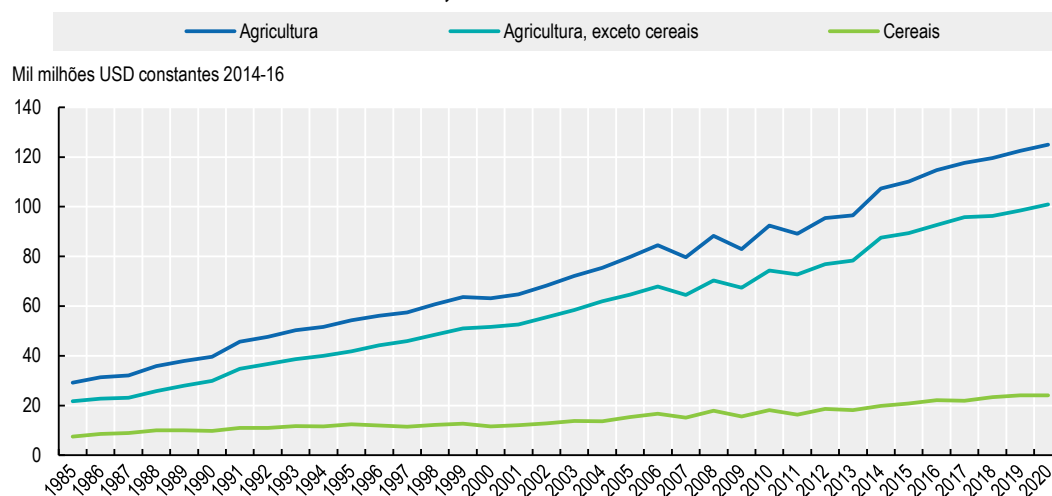


Fonte: Cálculos dos autores baseados em CEPII (2023), BACI: International Trade Database at the Product-Level (base de dados), [www.cepii.fr/CEPII/en/bdd\\_modele/bdd\\_modele\\_item.asp?id=37](http://www.cepii.fr/CEPII/en/bdd_modele/bdd_modele_item.asp?id=37).

StatLink <https://stat.link/i4uhds>

A produção agroalimentar da África Ocidental, relativamente a alguns produtos, está a diminuir, ao passo que os preços dos produtos alimentares de base estão a aumentar a nível mundial. Recentes crises evidenciaram a dependência da África Ocidental de importação de alguns produtos e recursos agroalimentares, em especial cereais (Gráfico 7.8). Por exemplo, em algumas partes do Sahel rural, a produção de cereais caiu cerca de um terço em 2022, em parte devido à escassez de fertilizantes (Oxfam, 2022), enquanto os conflitos internacionais induziram choques na cadeia de abastecimento que fizeram os preços do trigo disparar, aumentando 60 % em junho de 2022, em comparação com janeiro de 2021 (Banco Mundial, 2022b).

Gráfico 7.8. Valor bruto da produção agrícola e cerealífera na África Ocidental, 1985-2020, USD constantes 2014-16



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do FAOSTAT (2022a), Production (base de dados), [www.fao.org/faostat/en/#data/QV](http://www.fao.org/faostat/en/#data/QV).

StatLink <https://stat.link/5mrfyq>

Quadro 7.1. 15 principais produtos agrícolas na África Ocidental por volume de produção, 2019-21

Produto agrícola	Produção total em 2019-21 (milhões de toneladas)	Parte na produção africana	Parte na produção global	País com maior volume de produção (parte da produção da região)	Porcentagem exportada	Parte das exportações africanas	Parte das exportações globais
Mandioca, fresca	303	52 %	33 %	Nigéria (59 %)	0 %	0 %	0 %
Inhames	215	97 %	95 %	Nigéria (71 %)	0.1 %	100 %	37 %
Milho	79	29 %	2 %	Nigéria (48 %)	1 %	5 %	0 %
Ovos frescos	70	29 %	1 %	Nigéria (66 %)	0.002 %	3 %	0 %
Arroz	62	56 %	3 %	Nigéria (40 %)	0.01 %	13 %	0 %
Óleo de palma	53	77 %	4 %	Nigéria (56 %)	n.d.	n.d.	n.d.
Sorgo	39	47 %	22 %	Nigéria (51 %)	0 %	11 %	0 %
Plátanos e bananas para cozinhar	32	33 %	24 %	Gana (45 %)	1 %	55 %	3 %
Outros produtos hortícolas frescos, n.c.	29	46 %	3 %	Nigéria (70 %)	0.3 %	14 %	1 %
Amendoins, exceto descascados	28	57 %	18 %	Nigéria (48 %)	1 %	76 %	15 %
Painço	28	70 %	31 %	Níger (32 %)	0.2 %	67 %	4 %
Feijão-de-vaca seco	23	88 %	85 %	Nigéria (48 %)	0.03 %	8 %	2 %
Cana-de-açúcar	22	8 %	0 %	Costa do Marfim (28 %)	0.01 %	2 %	0 %
Batatas doces	17	20 %	6 %	Nigéria (70 %)	0.3 %	18 %	2 %
Tomates	16	25 %	3 %	Nigeria (68 %)	0.2 %	1 %	0 %

Nota: n.d. = não disponível. n.c. = não classificados noutra posição.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do FAOSTAT (2022b), Trade (base de dados), [www.fao.org/faostat/en/#data/TCL](http://www.fao.org/faostat/en/#data/TCL) e FAOSTAT (2022c), Production (base de dados), [www.fao.org/faostat/en/#data/QCL](http://www.fao.org/faostat/en/#data/QCL).

### A África Ocidental regista um crescimento demográfico, uma elevada despesa em alimentos e uma procura crescente de alimentos transformados

A população da região está a aumentar e as despesas alimentares com agregados familiares são significativas. A população ativa da África Ocidental cresceu a uma média anual de 2.8 %, em comparação com 1.2 % no Sudeste Asiático e 1.3 % na América Latina

e Caraíbas. Em 2030, a África Ocidental abrigará 520 milhões de pessoas. As despesas com alimentos para agregados familiares na África Ocidental continuam a ser elevadas: Em 2021, 59 % das despesas dos consumidores nigerianos e 39 % das despesas dos consumidores ganeses e costa-marfinenses destinaram-se à alimentação, em comparação com 56 % no Quênia, 50 % em Angola, 45 % nos Camarões, 44 % no Uganda, 41 % na Etiópia, 27 % na Tanzânia e 20 % na África do Sul (USDA ERS, 2021).

**A crescente classe média urbana da África Ocidental aumenta a procura de produtos alimentares transformados e produzidos industrialmente, muitos dos quais são atualmente importados.** Em 2020, as 75 grandes aglomerações urbanas da região (ou seja, cidades com pelo menos 300 000 habitantes) tinham um total de mais de 93 milhões de habitantes, o maior de qualquer região africana (OCDE/UN ECA/AfDB, 2022). O maior poder de compra da classe média urbana cria uma grande procura por alimentos processados que são relativamente mais fáceis de transportar, armazenar e preparar (Allen e Heinriqs, 2016). Por exemplo, os debates realizados em grupos focais em Lagos (Nigéria) e Acra (Gana) revelou que os consumidores urbanos preferem os alimentos locais, mas discordam da embalagem, da apresentação, da segurança alimentar e da qualidade dos produtos alimentares transformados localmente, acabando por escolher produtos importados que sejam mais convenientes de preparar (Badiane et al., 2022; Hollinger e Staatz, 2015; Caixa 7.1).

#### Caixa 7.1. A promessa da cadeia de valor alimentar infantil em África

A procura africana de alimentos para bebés está preparada para continuar a expandir-se por todo o continente, enquanto a dependência das importações permanece elevada. Atualmente, os países africanos importam dez vezes mais alimentos para latentes com menos de três anos do que exportam. As importações atuais estão avaliadas em 570 milhões EUR e espera-se que excedam 1.1 mil milhões EUR em 2026. Um estudo realizado entre 2021 e 2022 mostrou que 16 % das empresas inquiridas ao longo da cadeia de valor alimentar infantil receberam recursos de produtores africanos (ITC, 2022a).

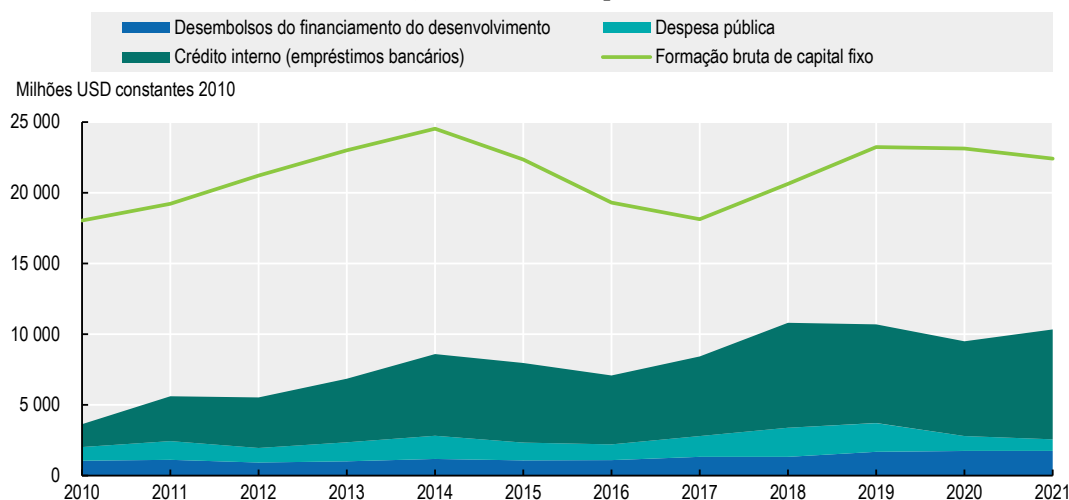
**Com embalagens ecológicas, os produtores africanos seriam mais competitivos.** Embora os produtos dos produtores africanos de alimentos para bebés sejam frequentemente mais adequados às preferências dos consumidores locais e mais acessíveis do que as marcas importadas, a transformação e a embalagem de menor qualidade podem limitar a sua atratividade. As embalagens biodegradáveis e os regimes de reembolso para embalagens (como as garrafas) representam uma oportunidade por explorar para a produção de alimentos para bebés. Um inquérito do *International Trade Centre* revela que a cadeia de valor dos alimentos para bebés é a única das quatro cadeias de valor examinadas para as quais os clientes empresariais e os consumidores estão dispostos a pagar um prémio por produtos mais amigos do ambiente (ITC, 2022a).

**O acesso ao crédito, a logística dos transportes e as dificuldades em manter profissionais qualificados constituem pontos de estrangulamento fundamentais para a escala dos produtores africanos de alimentos para bebés.** Os atores locais começam a desafiar a posição dominante no mercado de empresas multinacionais como a Nestlé, que atualmente representa 52-55 % do mercado de alimentos para bebés na África Ocidental. Por exemplo, a empresa nigeriana BabyGrubz, liderada por mulheres, oferece produtos para bebés prematuros e subnutridos. Embora 100 % de seu abastecimento e processamento ocorra na Nigéria, a empresa planeia exportar para países vizinhos num futuro próximo. No entanto, na Nigéria, como em outras partes do continente, os produtores de alimentos para bebés lutam com a retenção de talentos, a ausência de avaliações sólidas de segurança dos alimentos e regulamentos fragmentados em matéria de rotulagem, embalagem e prazo de validade (ITC, 2022a).

## Os investimentos formais no setor agroalimentar estagnaram e orientaram insuficientemente as atividades a jusante

O financiamento proveniente do crédito interno, dos desembolsos de financiamento do desenvolvimento e das despesas públicas para o setor agrícola da África Ocidental permaneceu praticamente inalterado. Embora volátil, o crédito interno (ou seja, os créditos concedidos pelos bancos locais) representa, de longe, a maior fonte formal de financiamento para o setor da agricultura, silvicultura e pesca na África Ocidental (6.7 mil milhões USD em 2020). Os desembolsos de financiamento para o desenvolvimento e as despesas públicas são mais reduzidos (1.7 mil milhões USD e 1.1 mil milhões USD em 2020) (Gráfico 7.9).

Gráfico 7.9. Financiamento concedido ao setor da agricultura, silvicultura e pesca da África Ocidental através de vários canais formais, em comparação com a formação bruta de capital fixo, 2010-21



Nota: Os valores relativos a 2021 para os desembolsos do financiamento do desenvolvimento não estão disponíveis; são usados valores de 2020.

Fonte: FAOSTAT (2022d), *Investment* (base de dados), [www.fao.org/faostat/en/#data/CISP](http://www.fao.org/faostat/en/#data/CISP).

StatLink <https://stat.link/5u1q69>

**O investimento público no setor agrícola não cresceu e tem sido volátil.** De acordo com o acompanhamento do Programa Global para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) pela Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, a África Ocidental regista 3.47 em 10 pontos, o que indica que a região não está no bom caminho, em termos da implementação do objetivo do CAADP de afetar 10 % dos orçamentos públicos à agricultura, como foi reconfirmado na Declaração de Malabo sobre a transformação da agricultura em África (UA/AUDA-NEPAD, 2020; CUA/OCDE, 2022).<sup>2</sup> Na maior parte dos países da África Ocidental, a parcela dos orçamentos públicos atribuída à agricultura tem-se mantido instável ou em queda desde 2001. Apenas o Senegal e o Burquina Faso ultrapassaram o objetivo de 10 %, atribuindo 11 % e 10.5 %, respetivamente (AUDA-NEPAD, 2017). A Costa do Marfim (1.9 %), a Nigéria (2.2 %) e a Serra Leoa (4.9 %) são os países com os níveis mais baixos de despesa pública com a agricultura, enquanto o Benim se situa em 9.3 % (AUDA-NEPAD, 2017).

Em comparação com outras regiões africanas, os investimentos privados informais desempenham um papel mais significativo do que o crédito ou o financiamento do desenvolvimento na África Ocidental, limitando a produtividade e introduzindo riscos para os fornecedores informais. A formação bruta de capital fixo (FBCF) – uma medida do

total dos ativos fixos que os investimentos globais financiaram – no setor da agricultura, silvicultura e pesca da região foi superior ao dobro dos montantes de crédito interno, desembolsos de financiamento do desenvolvimento e despesas públicas combinados em 2020 (23.1 mil milhões USD contra 9.5 mil milhões USD; Gráfico 7.9). Isto sugere que os investimentos privados informais são a maior fonte de financiamento para a produção agrícola na região. A formação bruta de capital fixo cresceu também muito mais rapidamente na África Ocidental do que em outras partes do continente, e a quota-parte da África Ocidental na formação bruta de capital fixo total é muito superior às suas quotas de crédito e financiamento do desenvolvimento para a produção agrícola (Quadro 7.2). A maioria dos investimentos privados internos é mobilizada por organizações de agricultores, concentrando-se em grande medida no extremo a montante (produção) das cadeias de valor agroalimentares. Embora o financiamento privado informal seja um canal importante para os pequenos agricultores, não apoia normalmente a melhoria da produtividade e pode criar riscos, por exemplo, através de taxas de juro excessivas ou de responsabilização financeira reduzida.

**Quadro 7.2. Crédito interno, desembolsos do financiamento do desenvolvimento e formação bruta de capital fixo nos setores da agricultura, silvicultura e pesca, África e África Ocidental, 2010-20**

	África	África Ocidental (parte do total africano)
<b>Crédito interno</b>		
Total (mil milhões USD)	186.2	55.9 (300 %)
Taxa de crescimento média anual	7.5 %	14.9 %
<b>Desembolsos do financiamento ao desenvolvimento</b>		
Total (mil milhões USD)	49.6	13.5 (27.3 %)
Taxa de crescimento média anual	6.9 %	18.2 %
<b>Formação bruta de capital fixo</b>		
Total (mil milhões USD)	411.9	232.8 (56.5 %)
Taxa de crescimento média anual	3.9 %	6.5 %

Fonte: Cálculos dos autores baseados em dados do FAOSTAT (2022d), *Investment* (base de dados), <https://www.fao.org/faostat/en/#data/CISP>.

O IDE e o financiamento misto são voláteis e centram-se nas grandes economias da África Ocidental, o que sugere uma escassez generalizada de financiamento para investimentos de capital intensivo na produtividade agrícola e em atividades a jusante, como a transformação. Os investimentos em grande escala e formais do setor privado são normalmente necessários para estabelecer atividades a jusante (transporte, transformação, logística, retalho), mas continuam a ser escassos na África Ocidental (Caixa 7.2). Por exemplo, o investimento direto estrangeiro em empresas agrícolas na África Ocidental é inferior à despesa pública com a produção agrícola, com despesas de capital anunciadas para projetos de investimento direto estrangeiro no valor de 9 mil milhões USD no período de 2017-22, ou seja, 1.8 mil milhões USD por ano, em média. Durante esse mesmo período, o IDE para a África Ocidental destinou-se quase exclusivamente às empresas agrícolas na Nigéria (52 %), Togo (22 %), Costa do Marfim (15 %) e Gana (10 %), sendo que menos de 1 % se destinou a todos os outros países da região em conjunto.<sup>3</sup> O papel do financiamento misto está a aumentar, mas continua a ser reduzido em percentagem dos montantes globais de investimento: entre 2017 e 2020, foi mobilizada uma média de 228.8 milhões USD por ano de financiamento privado para o setor da agricultura, da silvicultura e das pescas.<sup>4</sup>

### Caixa 7.2. Produção e transformação de aves de capoeira na África Ocidental

As aves de capoeira são uma fonte básica de proteínas na África Ocidental, mas a sua produção e o seu consumo estão concentrados em apenas alguns países. A carne de aves de capoeira representa mais de 70 % do consumo total de carne da África Ocidental, enquanto a procura aumenta com o crescimento populacional. Os três principais produtores em 2021 (Costa do Marfim, Nigéria e Senegal) representavam 58 % dos volumes de produção; três países (Benim, Gana e Nigéria) representavam 52 % do consumo. No passado, a Nigéria produzia 68 % da tonelagem de ovos em toda a região do Sahel e da África Ocidental (SWAC-OCDE/CEDEAO, 2008).

A procura de produtos de aves de capoeira de valor acrescentado na África Ocidental está a aumentar, mas a produção não consegue corresponder à procura interna. Em toda a região, a despesa dos consumidores está a passar de produtos básicos para produtos de aves de capoeira de valor mais elevado. No entanto, os pequenos agricultores que dominam o setor avícola não têm acesso a recursos, equipamentos e infraestruturas (Adeyonu et al., 2021). O setor pecuário recebe pouco apoio sob a forma de investimento público em infraestruturas de transformação e embalagem e carece de políticas para estimular o comércio regional de produtos animais (Amadou et al., 2012). O setor enfrenta custos de produção elevados, restrições de capacidade e baixa produtividade (Boimah et al., 2022). Os investimentos podem melhorar a cadeia de valor das aves de capoeira, colmatando as lacunas na produção, transformação, comercialização e equipamentos/recursos (Salla, 2017). Consequentemente, os países da África Ocidental dependem das importações para satisfazer a sua procura interna de produtos à base de aves de capoeira (SWAC-OCDE/CEDEAO, 2008).

Existem soluções para aumentar a produtividade e a competitividade e reduzir os custos de produção do setor avícola da África Ocidental. Eliminar os estrangulamentos das infraestruturas e melhorar a oferta de recursos aumentará a produtividade. O desenvolvimento de produtos avícolas de valor acrescentado, como a carne transformada, pode contribuir para melhorar a competitividade do setor (Eeswaran et al., 2022). A região da África Ocidental importa uma grande quantidade de recursos de aves de capoeira, tais como alimentos para animais e pintos do dia, para satisfazer a sua procura. O desenvolvimento da produção local destes recursos pode também contribuir para melhorar a competitividade. Aumentar o acesso a outros recursos de qualidade, como alimentos para animais, ovos para incubação e vacinas, ajudará a reduzir os custos de produção (Boimah et al., 2022).

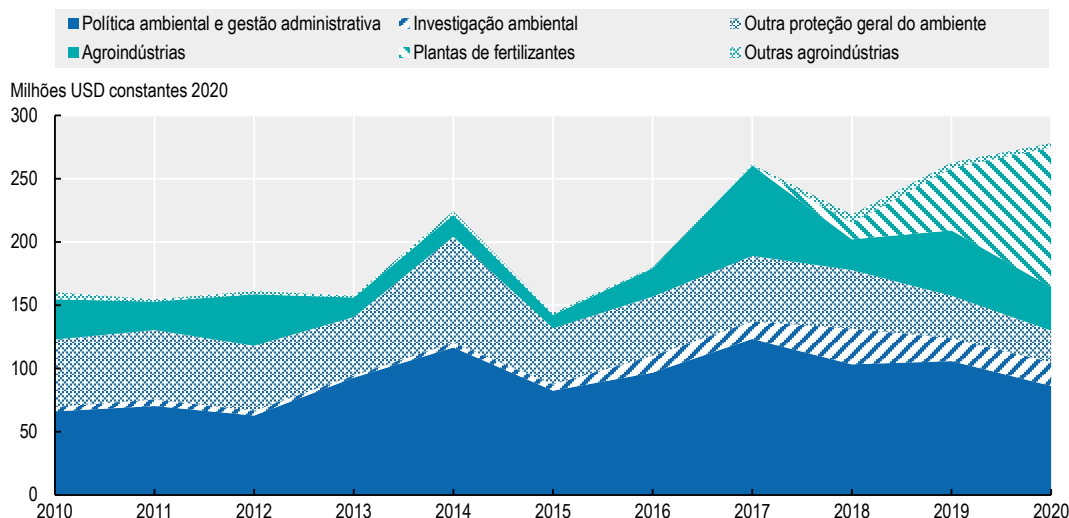
Faltam frequentemente investimentos em grande escala, especialmente nos segmentos a jusante da cadeia de valor. Os investimentos no setor avícola da África Ocidental são frequentemente locais informais e de pequena escala. Os investimentos em grande escala, quando existem, concentram-se normalmente na oferta de recursos a montante. Por exemplo, o programa *Rearing for Food and Jobs* (RFJ) no Gana forneceu 729 pequenos agricultores com um total de 72 967 galos a um preço subsidiado a 50 %. Numa intervenção conexa, o RFJ forneceu a mais 25 avicultores 43 183 pintos do dia a um preço subsidiado a 50 % (Boimah et al., 2022).

O financiamento do desenvolvimento da agricultura está fortemente limitado à produção agrícola primária e negligencia as atividades a jusante e a proteção do ambiente. As atividades agroindustriais da África Ocidental, como a transformação, a produção leiteira e as fábricas de fertilizantes, receberam apenas 546 milhões USD em financiamento do desenvolvimento de 2010-20, o equivalente a 4 % do total dos fluxos de desenvolvimento da região para a agricultura. No mesmo período, a proteção do ambiente recebeu cerca de 1.7 mil milhões USD (ou 12 %) desse financiamento ao desenvolvimento.<sup>5</sup> Embora a produção de fertilizantes tenha sido recentemente reforçada, o financiamento do desenvolvimento da transformação e de outras atividades agroindustriais estagnou.



As atividades ambientais centraram-se sobretudo na investigação e administração e não em intervenções diretas nas cadeias de abastecimento (Gráfico 7.10).

**Gráfico 7.10. Fluxos de desenvolvimento na agroindústria e na proteção ambiental geral da África Ocidental, 2010-20, milhões USD constantes em 2020**



Nota: As «agroindústrias» referem-se à transformação de produtos alimentares de base, produtos lácteos, matadouros e equipamento, transformação e conservação de carne e peixe, óleos/gorduras, refinarias de açúcar, bebidas/tabaco e produção de alimentos para animais. «Outra agroindústria» inclui as indústrias artesanais, têxteis, couro e substitutos, indústrias florestais e minerais de fertilizantes. «Outra proteção ambiental geral» inclui a biodiversidade, a proteção da biosfera, a educação/formação ambiental e a proteção do local.

Fonte: Cálculos dos autores baseados em FAOSTAT (2022e), *Investment* (base de dados), [www.fao.org/faostat/en/#data/EA](http://www.fao.org/faostat/en/#data/EA).

StatLink <https://stat.link/dykh26>

### Os investimentos atuais permanecem frequentemente inacessíveis aos pequenos agricultores e são prejudicados pela informalidade, fragmentação e direitos fundiários

Os pequenos agricultores enfrentam obstáculos significativos no acesso ao financiamento que lhes permitiria melhorar a sua produtividade e a qualidade dos produtos. A distância física já não é a principal barreira que separa os pequenos produtores dos centros de consumo urbanos. Em vez disso, a principal restrição é o grau de sofisticação exigido por uma parte crescente dos consumidores – mais produtos prontos a cozinhar ou prontos a comer (Badiane et al., 2022). No entanto, os pequenos agricultores – na sua maioria empresas informais – enfrentam uma série de obstáculos no acesso ao financiamento necessário para melhorarem o valor da produção (Caixa 7.3). O impacto da atenuação desses obstáculos pode ser substancial: na Nigéria, mais de 80 % dos agricultores são classificados como pequenos agricultores (Mgbenka e Mbah, 2016). As barreiras incluem:

- Os elevados requisitos de garantia para os créditos concedidos impedem os pequenos agricultores e os empresários agroalimentares de investir em melhores práticas e tecnologias agrícolas. Os pequenos agricultores e os empresários do setor agroalimentar têm frequentemente dificuldade em encontrar garantias adequadas para assegurar os créditos concedidos (por exemplo, a falta de clareza sobre os direitos fundiários pode constituir um obstáculo, em especial para as mulheres, quando enfrentam normas sociais discriminatórias [OCDE, 2021c]). Consequentemente, o financiamento bancário para aumentar a produtividade e a inovação continua a ser reduzido (IFC, 2019). No Burquina Faso, onde os pequenos

agricultores dominam a indústria agroalimentar, menos de 4 % dos créditos concedidos fornecidos pelos bancos visam o setor agrícola, apesar de a agricultura representar 27 % do PIB do país (IFC, 2019).

- **A escassez e o aumento dos preços dos recursos, como os fertilizantes, afetam os pequenos agricultores.** Os efeitos cascata dos conflitos internacionais em 2022 triplicaram o custo dos fertilizantes (Banco Mundial, 2022b). A África Ocidental depende das importações de fertilizantes, tendo a Rússia fornecido mais de 50 % do potássio à Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Serra Leoa em 2021. Em abril de 2022, apenas 46 % das necessidades de fertilizantes foram satisfeitas na África Ocidental e no Sahel (PAM, 2022). O elevado custo e a escassez de adubos acarretam o risco de diminuir a utilização de adubos, reduzindo assim os rendimentos (PAM, 2022; Banco Mundial, 2022b). São particularmente vulneráveis os pequenos agricultores, as comunidades rurais e as explorações familiares, que têm dificuldades em aceder ao financiamento e estão situadas longe das principais zonas urbanas (Oxfam, 2022).
- **As informações limitadas sobre os produtos financeiros e a investigação de mercado limitam a capacidade de transformação da produção, por parte dos pequenos intervenientes nas cadeias de valor agroalimentares.** As barreiras linguísticas dificultam a utilização do financiamento sustentável disponível. As informações relacionadas com os fundos verdes são frequentemente fornecidas apenas em inglês, o que dificulta a divulgação de informações sobre o financiamento disponível (Lipton, 2022). As pequenas e médias empresas (PME) carecem frequentemente dos investimentos de que necessitariam para aumentar os dados e a investigação de mercado sobre as tendências do consumo alimentar, impedindo-as de conceber estratégias para captar a procura (FAO, 2015).

### Caixa 7.3. A cadeia de valor da mandioca na África Ocidental

A África Ocidental é um importante produtor de mandioca, e a cultura desempenha um papel essencial na segurança alimentar da região. A mandioca é uma cultura alimentar de base na África Ocidental que pode atenuar os riscos de insegurança alimentar devido à sua resistência à seca e às más condições do solo (Hershey et al., 2000; Howeler et al., 2013). Assim, a produção de mandioca na região procura principalmente captar a procura interna. Na região do delta do Níger, na Nigéria, por exemplo, cerca de 80 % da procura de mandioca é interna (PIND, 2011). No Gana, a mandioca é a cultura alimentar mais consumida, com um consumo anual *per capita* de 152 kg (Acheampong et al., 2021). A produção de mandioca de África Ocidental representou 33 % e 52 % dos volumes da produção mundial e africana em 2020, respetivamente (CUA/OCDE, 2022). A Nigéria é o maior produtor mundial, representando 23.5 % da produção mundial. Apesar da produção elevada, a região esforça-se para captar a procura internacional, em parte proveniente da diáspora. A mandioca da África Ocidental representa apenas 0.33 % das exportações mundiais deste tubérculo (ITC, 2022b).

**A falta de crédito acessível impede a concretização do potencial de rendimento da mandioca.** Na Serra Leoa, por exemplo, apenas 2 % dos agricultores podem ter acesso ao crédito, mesmo através de meios informais. Além disso, 80 % dos agricultores que podem aceder ao crédito sofrem atrasos motivados por processos administrativos complicados (Coulibaly et al., 2014). A superação das dificuldades de financiamento, através da expansão das instituições de microfinanciamento e do financiamento do desenvolvimento, pode ajudar a financiar a adoção de variedades de mandioca e fertilizantes, pesticidas e outros equipamentos agrícolas de maior rendimento (Coulibaly et al., 2014; MoFA of Ghana, 2019). Por exemplo, o Gana tem as

### Caixa 7.3. A cadeia de valor da mandioca na África Ocidental (continuação)

maiores taxas de produtividade na região, com um rendimento médio de 21 toneladas métricas por hectare (Mt/ha) (Acheampong et al., 2021). No entanto, apesar da sua proficiência regional, a produtividade continua abaixo do potencial de rendimento estimado de 45 Mt/ha (MoFA of Ghana, 2019). O desenvolvimento do acesso ao crédito pelos agricultores poderia aumentar a produção e apoiar a segurança alimentar.

**O aumento da produção regional de derivados de mandioca de valor acrescentado pode substituir as importações.** A mandioca pode ser utilizada como recurso em muitos produtos alimentares (incluindo massas, sobremesas tradicionais e edulcorantes), mas também em indústrias não alimentares. No entanto, a maior parte do amido para uso industrial na África Ocidental é importado, totalizando 51.3 milhões USD em 2020 (OCDE, 2020). A farinha de mandioca de alta qualidade (HQCF) pode substituir a farinha de trigo, que é importada em grande parte para a região (CABRI, 2019; ITC, 2022b). Da mesma forma, enquanto o etanol para os setores de bebidas, alimentos, indústria transformadora e farmacêutica é importado em grande parte, o etanol à base de mandioca foi integrado com sucesso no processamento pelas destilarias *Allied Atlantic* na Nigéria e pela fábrica de álcool *YUEN* no Benim (ITC, 2022b).

**O investimento em equipamentos agrícolas, instalações pós-colheita e serviços de transporte ao longo da cadeia de valor da mandioca pode ajudar a aliviar a incerteza dos preços e as interrupções no fornecimento.** A volatilidade dos preços de mercado, o baixo acesso ao financiamento para equipamento e a falta de serviços de controlo de doenças e pragas constituem obstáculos importantes para os pequenos agricultores aumentarem a produção (Adebayo e Silberberge, 2020; Coulibaly et al., 2014). A volatilidade dos preços de mercado, em especial, aumenta as necessidades dos produtores de instalações de armazenamento para armazenar a colheita até que os preços favoráveis regressem. A volatilidade induzida na oferta interna força a importação de derivados, dificultando o surgimento de novos centros de processamento industrial (Adebayo e Silberberge, 2020). O subinvestimento em infraestruturas rodoviárias pode resultar em atrasos no transporte que causam a deterioração da mandioca, já que ela é frequentemente colhida na estação chuvosa (CABRI, 2019). Além disso, o custo do transporte da mandioca fresca representa de 5 a 10 % do custo variável total do processamento (ITC, 2022b). Resolver problemas de transporte melhorando as estradas para melhor suportar o hostil clima sazonal e posicionar os produtores e processadores perto dos mercados ajudaria a mover a mandioca ao longo da cadeia de valor. Programas como o *Root and Tuber Improvement and Marketing Program*, no Gana, têm obtido algum sucesso em trabalhar com grupos de produtores de mandioca para melhorar as práticas de aumento da produtividade, apesar dos desafios relacionados com o financiamento e a eficácia (MoFA of Ghana, n.d.).

**As empresas de transformação e distribuição de géneros alimentícios são, na sua maioria, pequenas, informais e fragmentadas e não representam objetivos atrativos para os investimentos.** O setor da transformação alimentar em África caracteriza-se por um pequeno número de grandes empresas com elevada produtividade laboral e um grande número de micro e pequenas empresas informais de baixa produtividade (ReSAKSS, 2022). Por exemplo, no Gana, mais de 70 % do agroprocessamento é feito por pequenas empresas informais: 85 % das empresas agroindustriais do país são microempresas, 7 % são muito pequenas, 5 % são pequenas e apenas 3 % são médias empresas. Além disso, as redes informais de distribuição da África Ocidental estão mal equipadas para lidar com a crescente procura e oferta. Os intervenientes informais do mercado dominam a distribuição de alimentos – como vendedores em pequenas lojas, mercados de rua e bancas de comida, vendedores ambulantes e vendedores de comida de rua (Allen, Heinrigs e Heo,

2018). Estas empresas informais e microempresas não representam em si as mesmas oportunidades de investimento viáveis e limitam os aumentos de capacidade a um nível mais elevado da cadeia.

**As empresas informais têm, na sua maioria, uma experiência de mercado e conhecimentos especializados formais limitados, o que reduz os lucros e dificulta a inovação dos produtos.** A expansão das empresas informais limita as inovações técnicas, a transferência de conhecimentos, o controlo da qualidade, o valor acrescentado e as ligações ao longo das cadeias de valor agroalimentares (Owoo e Lambon-Quayefio, 2018). Embora as cooperativas ofereçam um meio para organizar empresas informais, não conseguem obter as mesmas economias de escala e a aplicação eficiente das tecnologias que as empresas formais de maior dimensão. A maior parte das cadeias de valor da transformação de produtos alimentares de base na África Ocidental encontra-se atualmente na fase de arranque ou prestes a entrar numa fase de expansão. Sem inovação nas tecnologias de produção e melhores práticas comerciais, o número de empresas continua a aumentar e os lucros diminuem. Uma massa crítica de empresas com capacidades em inovação de produtos, métodos de produção, gestão interna, vendas e *marketing* ainda não surgiu (Badiane et al., 2022).

**A África Ocidental é alvo de desigualdade de género em direitos agrários, incluindo terras agrícolas.** Três dos oito países africanos (Costa do Marfim, Guiné Equatorial e Guiné-Bissau) onde, por lei, o marido, enquanto chefe de família, tem o controlo e a propriedade sobre a gestão de bens e propriedades, incluindo terrenos agrícolas, estão localizados na África Ocidental (OCDE, 2021c).

**Os projetos de irrigação oferecem um grande potencial para investimentos sustentáveis.** Durante muito tempo, apenas os projetos de irrigação em grande escala em África foram considerados viáveis para proporcionar um elevado retorno do investimento e impulsionar o crescimento da produtividade agrícola. No entanto, estimativas recentes mostram que, em grandes partes do continente, a taxa interna de retorno do investimento para projetos de irrigação em grande escala varia de apenas 7 % a 17 %, enquanto para projetos de pequena escala é de 26-28 % (Abebrese, 2017).

### **Boas interações entre os principais supermercados e os produtores locais podem aumentar a produtividade e a sustentabilidade nas cadeias de valor agroalimentares da África Ocidental**

**Os supermercados podem contribuir para transformar as cadeias de valor agroalimentares da África Ocidental, mas é necessário que os componentes certos estejam presentes.** As cadeias de valor agroalimentares são o elo de ligação entre os produtores agrícolas das zonas rurais e a população crescente de consumidores urbanos de alimentos, cuja procura de produtos alimentares está em constante evolução (Barret et al., 2022). São necessários quatro intervenientes centrais no mercado para a transformação das cadeias de valor agroalimentares: organizações de produtores, setor público, empresas agrícolas e setor financeiro (Elbehri, 2013). Os retalhistas sofisticados, em especial os supermercados, ocupam uma posição estratégica ao mesmo tempo que atuam como intermediários de financiamento. Reardon, Liverpool-Tasie e Minten (2021) destacam o papel de liderança que os supermercados, juntamente com as grandes empresas agroalimentares, desempenharam na transformação do setor agroalimentar na América Latina, na Europa Central e Oriental e na Ásia. Embora as oportunidades de mercado para os supermercados existam em abundância na África Ocidental, duas componentes – um ambiente macroeconómico estável e uma execução de contratos fiável – estão frequentemente ausentes.

Os supermercados podem organizar cadeias de valor locais, reduzindo assim a fragmentação e promovendo a eficiência da cadeia de fornecimento. As cadeias de valor agroalimentares da África Ocidental estão fragmentadas, provocando ineficácia que limita a produtividade do trabalho. Por exemplo, embora o setor do comércio grossista e retalhista do Gana tenha aumentado a sua quota de emprego de 17 % em 2000 para 25 % em 2010, tal não criou um aumento correspondente da produção económica (AfDB/OCDE/PNUD, 2016). Os supermercados criam frequentemente contactos a montante com os produtores agrícolas, que podem eliminar os custos intermediários e relacioná-los diretamente com os mercados urbanos (Barrett et al., 2022; Reardon, Liverpool-Tasie e Minten, 2021). Os supermercados compram produtos a granel diretamente aos produtores primários (agricultores) e disponibilizam-nos nos seus mercados a um preço relativamente acessível, reduzindo simultaneamente os custos de transporte, o que pode contribuir para reduzir a pegada ecológica da cadeia de valor agroalimentar. Por vezes, investem diretamente na transformação. O programa de desenvolvimento leiteiro da Friesland Campina WAMCO, uma filial multinacional na Nigéria, ilustra este ponto. O grande produtor de laticínios fornece intervenções tecnológicas diretamente aos agricultores locais para melhorar o rendimento por cada vaca, a qualidade e a higiene do leite cru, bem como a alimentação, a criação e a gestão das explorações.

**A interação dos supermercados com os produtores locais pode resultar num aumento da qualidade.** Os supermercados normalmente têm requisitos de qualidade. Isto está ligado à visibilidade das cadeias de supermercados para os reguladores e as agências de normas de qualidade. Alguns supermercados atuam como intermediários de exportação para alimentos crus locais, como inhame e mandioca, que são exigidos globalmente, mas só crescem em áreas limitadas, incluindo a África Ocidental. Por conseguinte, os produtores locais são incentivados a cumprir normas de qualidade mais elevadas, a fim de satisfazer as normas dos sistemas nacionais de contratos públicos dos supermercados e as exigências dos mercados de exportação em matéria de produtos. Embora os requisitos de qualidade para os diferentes segmentos do mercado interno possam variar, a certificação de segurança é comum para todos os produtos de um determinado tipo (AfDB/OCDE/PNUD, 2014; Weatherspoon e Reardon, 2003).

**Os supermercados podem representar riscos para a sustentabilidade, em especial para a inclusão social, mas existem estratégias de atenuação.**

- **Exclusão de produtores que não têm escala eficiente:** À medida que os supermercados se envolvem em compras a granel, podem resultar preços com desconto e ganhos de eficiência em escala que os pequenos produtores e os fornecedores de recursos não podem proporcionar. São necessárias soluções políticas adaptadas para desincentivar a barreira da dimensão e garantir que as cadeias de valor agroalimentares incluam os pequenos agricultores vulneráveis. Uma opção política consiste em estabelecer parâmetros de referência para a integração a montante por parte dos supermercados (ou seja, a inclusão dos produtores nas operações dos supermercados, por exemplo, através da gestão combinada das existências). Os índices de referência podem ser calibrados de acordo com a dimensão dos supermercados e ajudariam a minimizar os custos de repercussão dos supermercados nos produtores, uma vez que estes têm uma participação no seu sucesso. A coordenação das regulamentações fiscais e de mercado por parte dos governos da África Ocidental poderia impulsionar os investimentos e o patrocínio dos produtores locais por grandes supermercados, alguns dos quais podem preferir importar produtos de fora da África Ocidental.
- **Efeitos de exclusão das normas de qualidade:** Uma vez que os supermercados introduzem normas de qualidade mais rigorosas, os pequenos produtores correm o risco de ser excluídos, uma vez que, muitas vezes, não conseguem suportar os custos



de cumprimento das normas sem ajuda externa. As alianças público-privadas podem apoiar o reforço de capacidades entre os pequenos intervenientes na cadeia de valor agroalimentar, a fim de ajudar a atenuar este risco. Os investimentos são menos eficazes na ausência de conhecimentos, competências e capacidades. Assim, são necessárias intervenções específicas para desenvolver as competências dos agricultores, reforçar os programas educativos formais ligados à agricultura (como a engenharia agrícola, a preservação dos alimentos e a nutrição) e investir na investigação e no desenvolvimento agrícolas.

- **Pressão de produtividade:** Uma vez que os supermercados exigem mais capacidade aos pequenos produtores, alguns podem ser suprimidos do segmento mais desenvolvido a jusante das cadeias de valor agroalimentares se não conseguirem cumprir os níveis de produção exigidos. As políticas orientadas para as redes ajudarão a atenuar o risco de exclusão dos pequenos agricultores. Em primeiro lugar, essas políticas incentivarão os pequenos agricultores a agrupar a produção para cumprirem os objetivos de produção. Em segundo lugar, desencorajarão os supermercados do comportamento de monopólio (ou seja, explorando o facto de serem o único comprador), encorajando-os a aumentarem o envolvimento com os seus fornecedores. Pequenos mercados de vizinhança ou distritais são um espaço comum para negócios comerciais diários em muitos países da África Ocidental. A aplicação de políticas que agregassem estes mercados fragmentados aumentaria os padrões, a quantidade e a qualidade dos produtos e criaria mercados mais eficientes.
- **Pegada ambiental:** As estimativas sugerem que os supermercados são uma fonte importante de alguns perigos ambientais. Indicam taxas de consumo *per capita* extremamente elevadas de plásticos descartáveis na África Ocidental, decorrentes principalmente de embalagens em pontos de venda a retalho (Jambeck et al., 2018; Miezah et al., 2015). Neste contexto, as políticas devem incentivar os supermercados a mobilizarem investimentos na sustentabilidade ambiental. Por exemplo, ao investir em sistemas de gestão de resíduos e ao trabalhar com outros intervenientes na cadeia de valor, incluindo financiadores, os supermercados podem tornar as cadeias de valor agroalimentares mais respeitadoras do ambiente (Adam et al., 2020). Tal transformação exigiria não só a gestão de resíduos, mas também outros aspetos em que as cadeias de valor agroalimentares têm uma pegada ambiental. O Shoprite Group é um exemplo: em agosto de 2022, obteve financiamentos ligados à sustentabilidade, num total de cerca de 208 milhões USD, para investir na sua estratégia de sustentabilidade de base alargada. A estratégia inclui o aumento da energia proveniente de fontes renováveis em percentagem do consumo total de eletricidade, a reciclagem de cartão e plástico, embalagens sustentáveis e eficiência energética.

### As políticas de apoio à transformação produtiva do setor agroalimentar da África Ocidental podem catalisar investimentos sustentáveis

A grande e crescente procura local e regional de produtos alimentares de alta qualidade oferece uma oportunidade política única para impulsionar a transformação sustentável do setor agroalimentar da África Ocidental. Permite que os países se concentrem na melhoria da eficiência e dos padrões de sustentabilidade das cadeias de produção e de abastecimento e reforcem a resiliência da África Ocidental face aos choques globais através da integração regional (CUA/OCDE, 2022). O setor agroalimentar da região constitui um cenário único para a obtenção de sinergias entre os objetivos de sustentabilidade económica, social e ambiental.



Para transformar as cadeias de valor agroalimentar nas diversas economias da África Ocidental, serão necessárias abordagens políticas ajustadas e coordenadas. Os países terão de mobilizar investimentos privados sempre que possível, recorrendo ao financiamento do desenvolvimento e às finanças públicas sempre que necessário. Este capítulo revelou acentuadas diferenças intrarregionais na capacidade de produção (por exemplo, o Quadro 7.1), que devem servir de base para a adaptação das abordagens políticas. A ênfase adequada nos investimentos privados *versus* públicos varia de país para país:

- Atualmente, o investimento privado flui em grande medida para as empresas agrícolas nas economias da Costa do Marfim, do Gana, da Nigéria e do Togo, que atraem a maior parte do IDE que flui para a região. Estes países podem prosseguir com o cofinanciamento público-privado e a partilha de riscos, bem como medidas orientadas de escala, beneficiando dos seus mercados de maior dimensão e da atratividade do IDE.
- Benim, Burquina Faso, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Senegal e Serra Leoa representam os países menos desenvolvidos, com mercados internos na sua maioria mais pequenos. Estas economias terão de prosseguir a especialização dos produtos e a integração com os mercados e cadeias de valor dos países maiores (por exemplo, através da cadeia de valor da manga seca do Mali em Koulikoro e Sikasso). Podem ser apoiadas por um acesso preferencial à ajuda ao desenvolvimento, investimentos públicos estratégicos e parcerias com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e as economias de maior dimensão da região (por exemplo, para programas de intercâmbio de competências).
- O arquipélago de Cabo Verde pode fazer uso dos seus recursos marinhos.

### **As instituições financeiras nacionais podem melhorar o acesso dos pequenos agricultores ao financiamento de atividades a jusante e de seguros**

Apesar dos desafios em matéria de governação, as instituições financeiras públicas continuam a ser importantes fontes de financiamento para os produtores agrícolas. Os bancos de desenvolvimento agrícola financiados pelo Estado e os sistemas de garantia de crédito agrícola tornaram-se populares na década de 1970, embora muitos tivessem tido um desempenho insuficiente e tivessem de encerrar. Entre os fatores que explicam o seu fraco desempenho contam-se o tratamento preferencial dado aos grandes agricultores e às pessoas com ligações políticas, o desvio de fundos, as baixas taxas de reembolso dos créditos concedidos e as despesas fortemente distorcidas com a aquisição de recursos e produtos agrícolas (Domke, 2022; Salami e Arawomo, 2013). No entanto, os governos implementaram reformas para garantir que os bancos de desenvolvimento agrícola são prestadores viáveis e sustentáveis de serviços financeiros para todos os segmentos da população rural. As instituições financeiras nacionais, regionais, continentais e globais – tais como o Banco de Desenvolvimento Agrícola do Gana, o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental, o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) – continuam a prestar serviços financeiros essenciais aos produtores agrícolas que os bancos comerciais muitas vezes consideram não serem meritórios de crédito.

**Exemplos de programas de financiamento agrícola na África Ocidental que associam a concessão de crédito com a formação em produtividade e em requisitos de sustentabilidade:**

- O FIDA cofinanciou o projeto de apoio ao mecanismo de incentivo ao financiamento agrícola de risco partilhado (ProMIFA) no Togo, que oferece financiamento agrícola às PME e aos pequenos agricultores entre 2019 e 2025. Começando com as principais

cadeias de valor agropastoris (incluindo arroz, horticultura, milho e criação de aves), o projeto procura melhorar a literacia financeira e a elaboração de planos de negócios entre os seus beneficiários, principalmente mulheres e jovens. Está alinhado com o Plano Nacional de Desenvolvimento Quinquenal do país para 2018-2022 e implementa um dos pilares estratégicos do roteiro do Ministério da Agricultura para 2025: aceleração do mecanismo de financiamento agrícola (FIDA, 2018).

- O NSIA Banque Côte d'Ivoire e o Gana Development Bank oferecem exemplos de inclusão de critérios de sustentabilidade no financiamento agrícola. Integram o crédito com avaliações de critérios sociais e ambientais em todas as fases do financiamento, incluindo no setor agrícola (Fundação Anesvad, 2020; MoF of Ghana, 2022).
- A Iniciativa da África Ocidental para a Agricultura Inteligente face às Alterações Climáticas (WAICSA) é um exemplo único de um fundo de financiamento misto liderado pela África Ocidental que se concentra na agricultura inteligente em termos climáticos (CSA). Incentivou os pequenos agricultores a utilizarem práticas de CSA. O fundo reúne capital público e concessional para proporcionar créditos de até 1 milhão USD a taxas de juro subsidiadas a organizações de agricultores e empresas agrícolas. Estima-se que o WAICSA melhore a segurança alimentar de até 90 000 agregados familiares agrícolas em toda a região (Climate Finance Lab, n.d.).

**Devem ser reforçados os instrumentos de financiamento que prestam um apoio abrangente às atividades a jusante ao longo das cadeias de valor agroalimentares.** Para colmatar de forma abrangente as lacunas da cadeia de valor, podem ser necessários montantes elevados de financiamento e uma ampla coordenação entre os financiadores e os beneficiários (Caixa 7.4). Seguem-se três instrumentos de financiamento atuais:

- O Fundo para a Segurança Alimentar em África (AFSF, na sigla em inglês) foi lançado para atender às necessidades das PME agrícolas que estão fora do âmbito de maiores fundos de *private equity* e bancos comerciais. Centra-se principalmente na transformação, distribuição e fornecimento de recursos agrícolas, como fertilizantes e serviços agronómicos. A AFSF investe em potenciais PME de elevado crescimento que operam nas cadeias de valor agroalimentares com vista a reforçar a segurança alimentar em África. A carteira de 100 milhões USD do fundo é gerida pela Zebu Investment Partners e apoiada por investimentos do Banco Africano de Desenvolvimento, do Investimento Internacional Britânico e do Banco Europeu de Investimento. Muitas das intervenções da AFSF têm lugar na África Ocidental – dada a dimensão da sua população em relação ao resto do continente –, em particular em países carenciados como o Mali e o Senegal. Prevê-se a criação de, pelo menos, 20 postos de trabalho diretos por cada milhão USD investido, beneficiando mais de 14 000 pequenos agricultores, principalmente mulheres (AfDB, 2019; BII, n.d.).
- No Gana, o *Outgrower and Value Chain Fund*, em vigor desde 2011, concede crédito acessível para investimentos de médio e longo prazo através do setor bancário, envolvendo uma associação de produtores externos, um operador técnico ou comprador, e um banco participante. Os regimes do *Outgrower* referem-se a acordos contratuais entre agricultores individuais ou coletivos e empresas que exigem um fornecimento estável de produtos agrícolas (Felgenhauer e Wolter, 2009). Estas relações comerciais coordenadas entre produtores, transformadores e comerciantes permitem a integração na cadeia de valor agrícola.
- Em 2022, o AfDB aprovou um pacote de 127 milhões USD para melhorar as ligações nos transportes para zonas com potencial para a agricultura, a silvicultura e a pecuária na região oriental do Níger. O projeto inclui o apoio a cadeias de valor agrícolas através de centros de agricultores e a instalação de unidades leiteiras (AfDB, 2022).

Os seguros agrícolas podem melhorar a resiliência dos agricultores face aos choques climáticos e às catástrofes naturais, melhorando simultaneamente o seu acesso ao crédito. Os seguros podem ajudar os produtores a expandir e atualizar os seus negócios, uma vez que as instituições financeiras estão mais dispostas a conceder empréstimos a agricultores segurados. África representa apenas 0.5 % do de seguros agrícolas a nível mundial. A título de comparação, a América do Norte (55 %), a Europa e a Ásia (20 % cada uma) representam quase a totalidade dos prémios mundiais de seguros agrícolas (Fonta et al., 2018). Em vez de se basearem nas perdas declaradas, os pagamentos de seguros com base no índice meteorológico baseiam-se em taxas predeterminadas para períodos prolongados de seca, inundações, furacões, etc. Embora a aceitação seja baixa no continente – devido ao fraco envolvimento dos agregados familiares agrícolas nas fases iniciais das iniciativas-piloto –, a cobertura desses produtos está a aumentar na África Ocidental. Por exemplo, a OKO Mali foi criada em 2019 como um seguro de índice de milho e algodão para os pequenos agricultores não bancários. Acessível através de uma interface móvel, oferece seguros acessíveis aos agricultores da Costa do Marfim, Mali e Uganda e oferece a regularização instantânea de sinistros (OKO, n.d.).

Os meios digitais oferecem novas formas de tornar o crédito agrícola acessível aos pequenos agricultores. Tendo em conta as taxas de acesso digital relativamente elevadas entre os pequenos agricultores, as soluções digitais oferecem um potencial inexplorado para as instituições financeiras chegarem a produtores agrícolas e agroprocessadores informais através da oferta de produtos de crédito e seguros. Os esforços nacionais para incorporar canais digitais incluem o SABEX do Sterling Bank na Nigéria, uma solução *blockchain* que permite aos agricultores usarem os seus produtos como garantia, armazenar colheitas em instalações específicas e comercializar produtos agrícolas (Sterling, n.d.). As parcerias com plataformas digitais como a Thriv’Afric, na Nigéria, que recolhem dados abrangentes sobre as transações relevantes em termos de crédito, podem melhorar a pontuação de crédito dos agricultores e evitar a necessidade de garantias.

#### Caixa 7.4. O papel das alianças público-privadas na melhoria do valor acrescentado na produção de arroz do Senegal

Combinando políticas com apoio especializado, as alianças público-privadas podem ser eficazes para alcançar cadeias de valor agroalimentares competitivas e inclusivas. Um exemplo é a cadeia de valor do arroz. A produção local de arroz cobre apenas cerca de 60 % da procura local nos 15 países membros da CEDEAO. Em 2021, as reservas externas despendidas com as importações de arroz custaram à África Ocidental cerca de 3.7 mil milhões USD (Dione e Toto, 2022).

É essencial apoiar a produção local, especialmente em países onde a procura local é elevada, como o Senegal. O consumo médio anual de arroz *per capita* no país é de 85 kg (CFC, 2022). O governo apoiou a fundação de uma empresa privada de processamento e distribuição de arroz local liderada por consórcio. O consórcio inclui uma rede de empresas de importação, organizações de produtores e a indústria transformadora. A melhoria da qualidade do arroz e da capacidade de transformação foram dois dos resultados, a curto prazo, dos investimentos (Elbehri, 2013). Complementando os investimentos na indústria transformadora, o Fundo Comum para os Produtos de Base (CFC) do Senegal oferece 1.46 milhões USD de apoio financeiro aos produtores locais de arroz e aos seus pequenos fornecedores, ao mesmo tempo que constrói canais de irrigação e moderniza o equipamento (CFC, 2022).

## **As políticas de integração regional e os programas locais podem desempenhar papéis complementares no reforço das cadeias de valor agroalimentares**

A eliminação gradual dos direitos aduaneiros sobre o comércio intra-africano através da Zona de Comércio Livre Continental Africana oferece aos países da África Ocidental não só a oportunidade de incrementar a comercialização, mas também de incentivar mais investimento nos segmentos a jusante das cadeias de valor agroalimentares. Em geral, a África Ocidental apresenta um nível mais elevado de integração a prazo nas cadeias de valor agroalimentares para as exportações para fora da região do que no interior da região. Isto significa que a maior percentagem das suas exportações funciona como recurso para exportações em países que não pertencem à África Ocidental, refletindo o papel predominante dos produtos agrícolas nas exportações da África Ocidental (CUA/OCDE, 2022). Os rendimentos dos investimentos estratégicos em cadeias de valor agroalimentares nacionais especializadas (incluindo a transformação) aumentam em resultado da redução das barreiras comerciais intrarregionais e extrarregionais.

**A CEDEAO proporciona um quadro de política agrícola regional.** Inicialmente adotada em 2005, a Política Agrícola Comum da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAP) apoia o desenvolvimento de programas agrícolas na região. Possui um sistema de acompanhamento e avaliação baseado na *Web* que facilita a recolha de dados, a análise e a partilha de conhecimento. A execução da ECOWAP assenta em três mecanismos complementares: i) a elaboração de planos nacionais de investimento agrícola; ii) um plano de investimento agrícola regional que ponha em prática programas regionais centrados em questões como a gestão dos recursos naturais partilhados, e iii) políticas regionais e instrumentos políticos específicos (CEDEAO, n.d.). As avaliações durante o processo de revisão da ECOWAP+10 questionaram a coerência e a coordenação da execução da política agrícola e apelaram a uma maior ênfase nos segmentos pós-colheita e comercialização das cadeias de valor agrícolas (Oxfam, 2015; SWAC/OCDE, 2015).

**Os países podem coordenar as suas estratégias agroindustriais através da ECOWAP.** Os países têm seguido estratégias industriais orientadas para a exportação de várias maneiras. As culturas comercializáveis que visam as exportações, como a indústria do algodão no Burkina Faso, revelaram-se úteis para gerar receitas nas economias mais pobres, mas tiveram um impacto limitado na redução da pobreza, devido à insuficiente transformação local. O Senegal fornece um exemplo de como um país menos desenvolvido pode estabelecer cadeias de valor de alimentos resilientes (como o arroz e os legumes frescos), atendendo às necessidades dos consumidores locais e à crescente procura regional de exportações agrícolas. O país tem empregado políticas dirigidas a empresários locais e desenvolvido alianças público-privadas e centros de serviços agrícolas intensivos. Ao mesmo tempo, as estratégias de duplicação podem trazer riscos. Por exemplo, durante a década de 2000, a maioria dos países da África Ocidental dependia de importações acessíveis de aves de capoeira provenientes da União Europeia, o que desestabilizou a sua capacidade de produção nacional. A utilização da ECOWAP pode ajudar os países da região a evitar conflitos comerciais e a permitir a expansão e a especialização.

**Os programas locais para incentivar investimentos sustentáveis nas atividades a jusante da cadeia de valor agroalimentar devem estar no centro dos planos de desenvolvimento nacionais e das estratégias regionais.** Os programas de base local oferecem aos decisores políticos uma caixa de ferramentas para apoiar a industrialização das cadeias de valor agroalimentar através de economias de escala e de especialização (por exemplo, infraestruturas de produção em grande escala e intercâmbio de conhecimentos) e sinergias multissetoriais (por exemplo, através da criação de infraestruturas partilhadas) (Quadro 7.3). Tais programas devem ser integrados em estratégias regionais e continentais, como o Programa da União Africana para os Parques Agrícolas Africanos Comuns (PAAC).

Os PAAC são uma das iniciativas concretas para implementar o Programa Global para o Desenvolvimento da Agricultura em África em apoio da Agenda 2063 e o compromisso de Malabo de triplicar o comércio intra-africano nos setores da agricultura e dos serviços (UA, 2021).

### Quadro 7.3. Instrumentos de promoção dos investimentos no setor agrícola

Instrumento de promoção do investimento	Objetivo geral	Foco geográfico	Funções do investimento público	Perfil do grupo-alvo
<b>Clusters agrícolas</b>	- Ligações de rede	Regional ou provincial, próximo da área de produção	Crescimento das economias de aglomeração e promoção da ação coletiva	Empresas multinacionais e nacionais do setor agrícola/agroindústria e empresas de construção
<b>Parques agroindustriais (incluindo parques agrotecnológicos, parques científicos e parques agroecológicos industriais)</b>	- Valor acrescentado - Agroprocessamento verde - Investigação e inovação	Urbano, de fácil acesso à zona de produção	Infraestruturas comuns, instalações logísticas e serviços específicos	Empresas do setor agroindustrial, prestadores de serviços especializados e empresas de logística
<b>Zona especial de processamento agroindustrial</b>	- Processamento - Promoção de exportações e IDE	Urbana, frequentemente perto da área portuária	Quadros económicos e regulamentares vantajosos, infraestruturas e serviços comuns	Empresas do setor agroindustrial, prestadores de serviços especializados e empresas de logística
<b>Incubadoras agrícolas</b>	- Empreendedorismo e inovação	Urbana	Infraestrutura comum e serviços dedicados para criar e formar novas empresas do setor agrícola	Empresas em fase de arranque do setor agroindustrial, investidores de capital de risco e <i>business angels</i>
<b>Corredores agrícolas</b>	- Planeamento integrado das infraestruturas e das intervenções das empresas agrícolas.	Regional, nacional ou supranacional; aglomeração linear que abrange centenas ou milhares de quilómetros	Investimentos em infraestruturas, reformas da política comercial e regulamentar e planos de desenvolvimento setorial	Empresas multinacionais e nacionais do setor agrícola/agroindústria, empresas de construção, etc.

Fonte: Compilação dos autores baseada em FAO (2017), *Territorial Tools for Agro-industry Development: A Sourcebook*, [www.fao.org/3/i6862e/i6862e.pdf](http://www.fao.org/3/i6862e/i6862e.pdf).

As estratégias nacionais na África Ocidental podem desenvolver zonas especiais de processamento agroindustrial. Estas zonas oferecem aos países a oportunidade de alavancar exportações de maior valor acrescentado. A eficiência e a produtividade podem ser reforçadas melhorando as ligações entre a produção pós-colheita e a mais-valia no cluster agrícola. A zona transfronteiriça do triângulo SKBo, lançada em 2018, compreende as zonas de Bobo Dioulasso (Burquina Faso), Korhogo (Costa do Marfim) e Sikasso (Mali). A zona deverá atrair investimentos privados na agroindústria e na indústria mineral, em mais de 6 milhões de hectares de terrenos (CUA/OCDE, 2019; CNUCED, 2021). O programa da Zona Especial de Processamento Agroindustrial, no valor de 538 milhões USD, e a Zona Franca de Comércio de Lekki, na Nigéria, são outros exemplos.

A resolução dos problemas de infraestruturas é fundamental para melhorar o comércio intrarregional no âmbito das cadeias de valor agroalimentares (CUA/OCDE, 2022). A falta de infraestruturas nos países da África Ocidental é ampla e varia muito (PPIAF, 2022). Os instrumentos para a promoção do investimento agrícola (Quadro 7.3) podem ser uma abordagem viável para colmatar a falta de infraestruturas agroalimentares específicas, uma vez que poderão servir diferentes cadeias de valor, fornecendo infraestruturas geridas centralmente e serviços de apoio. Por exemplo, o projeto Polo Agroindustrial do Norte na Costa do Marfim foi concebido para criar cinco locais para funcionarem como centros de armazenamento, acondicionamento secundário e transformação primária de produtos agrícolas; o projeto inclui também barragens, estradas rurais, centros de saúde e escolas, e infraestruturas para a pesca e a produção animal (AfDB, 2023; Fundo OPEP, 2021).



Os planos nacionais de investimento agrícola (PNIA) podem aumentar a ênfase no agroprocessamento e nas cadeias de abastecimento rural-urbanas, especialmente através de redes de distribuição e logística em cidades intermediárias. Os PNIA que seguem os quadros da CEDEAO estão atualmente na sua segunda iteração (expiram cerca de 2025-26). As próximas iterações poderão orientar melhor os investimentos em atividades a jusante das cadeias de valor agroalimentares. A ligação das cadeias de abastecimento urbano-rurais através dos PNIA poderá transformar setores de valor acrescentado, como o agroprocessamento, a marca e a comercialização. Por exemplo, na sua segunda geração do PNIA (2018-21), o objetivo do Gana era o de aumentar o tratamento secundário e terciário interno dos grãos de cacau para 50 % da produção anual, face a 30 % em 2017-18 (MoFA of Ghana, 2018). No âmbito dos PNIA, as cidades intermediárias estrategicamente localizadas podem funcionar como centros logísticos (por exemplo, instalações de armazenamento para produtos rurais perecíveis). As cidades podem aumentar a produtividade das cadeias de valor industriais e agrícolas, ao fornecer infraestruturas como estradas e redes de transporte (AfDB/OCDE/PNUD, 2015; OCDE/PSI, 2020).

### **Os polos agrícolas, as organizações de apoio, os financiadores internacionais e os parceiros técnicos podem ajudar a melhorar a segurança alimentar e as práticas agrícolas**

Os agropolos podem ser um meio viável para apoiar a segurança alimentar, como se pode ver no Benim. Desde o início dos anos 2000, cerca de 40 agropolos foram estabelecidos em todo o Continente Africano, tanto para garantir a segurança alimentar como para acelerar a transição da agricultura de subsistência para o desenvolvimento agroindustrial. Uma história de sucesso emerge dos agropolos no Benim. Como parte da estratégia do Governo do Benim para transformar o seu setor agrícola, o país designou 13 produtos agrícolas prioritários. Desde 2016, o *Programa Nacional de Desenvolvimento da Fileira Ananás* tem promovido a produção sustentável e a competitividade do ananás em agropolos, a fim de valorizar o seu potencial local (Jones, 2021). Em 2021, o ananás Pain de Sucre, do planalto de Allada, no Benim, tornou-se a primeira Indicação Geográfica Protegida (IGP) do país pela Organização Africana de Propriedade Intelectual. Embora esta seja uma conquista, a maioria dos países da região ou não tem nenhuma agência de segurança alimentar que proceda à supervisão da indústria de transformação de ananás ou está atrasada na certificação de produtos (por exemplo, Organização Internacional de Normalização [ISO]) (Schreinemachers et al., 2022).

Com financiamento adicional, organizações de apoio na área da investigação no setor agrícola, as incubadoras agrícolas e as associações interprofissionais poderiam reorientar o apoio aos pequenos agricultores para práticas relacionadas com a produtividade e a sustentabilidade. A investigação no setor agrícola pode desempenhar um papel fundamental no reforço do desenvolvimento na transformação de produtos (Owoo e Lambon-Quayefio, 2018). As incubadoras agrícolas podem promover a qualidade do produto: são propícias à inovação agrícola, dada a sua combinação de empresários e equipas multidisciplinares e experientes de peritos e mentores, juntamente com instituições de investigação e investidores (FAO, 2017). As associações interprofissionais dos países francófonos da África Ocidental poderão ajudar a reunir recursos e informações para as PME, mas enfrentam problemas de financiamento (Shepherd et al., 2009). Estas associações beneficiariam de apoio público, o que, por sua vez, poderia ajudar as PME a expandir-se. Programas como o *Fertilizer and Seed Recommendation Map for West Africa*, uma plataforma online que fornece informações sobre sementes de variedades melhoradas, recomendações apropriadas de fertilizantes e boas práticas agrícolas específicas para uma zona agroecológica (FeSeRWAM, n.d.), poderão ajudar a divulgar, junto dos agricultores da África Ocidental, as práticas agrícolas mais atualizadas.



**Um caso bem conhecido é o das *Shonga Farms* no Estado de Kwara, na Nigéria.** Convidaram 13 agricultores comerciantes do Zimbabué para desenvolverem produtos lácteos, avicultura e culturas comerciais, com recursos financeiros de cinco bancos nigerianos, através do Veículo de Finalidade Especial *Shonga Farms Holding Limited* (SFH). O seu sucesso deve-se principalmente ao equilíbrio eficiente entre o apoio público e o investimento privado maioritário. As explorações agrícolas empregam até 4 500 trabalhadores em períodos fora da época alta agrícola e 7 000 trabalhadores em períodos de época alta. Processam 40 000 frangos e 50 000 litros de leite por dia, principalmente para o mercado regional de Kwara. A *Shonga Farms* ostenta um dos rendimentos mais elevados de mandioca do continente, que processa para exportação fora de África (CUA/OCDE, 2019; Mickiewicz e Olarewaju, 2020).

**Os financiadores internacionais e os parceiros técnicos podem apoiar programas que garantam a segurança alimentar e melhorem as práticas agrícolas, mas é necessário assegurar a apropriação local.** A Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional (NAFSAN), criada em 2012 sob os auspícios do G8, tinha por objetivo incentivar iniciativas na área da segurança alimentar, catalisando o investimento privado e acelerando os fluxos de capitais privados para a agricultura africana. No entanto, as avaliações realizadas a nível nacional apontaram resultados mistos devido à falta de coordenação, à falta de apropriação e liderança e à má gestão e governação da NAFSAN (Badiane et al., 2018). O caso ilustra a importância da propriedade local, que pode transformar recursos financeiros em ativos e competências locais. Uma colaboração entre financiadores internacionais e parceiros técnicos locais aumentou a segurança alimentar e melhorou as práticas agrícolas numa exploração de camarão em Cabo Verde (Caixa 7.5).

#### Caixa 7.5. Explorações de camarão em Cabo Verde

No final da década de 2000, a aquacultura foi introduzida em Calhau (Ilha de São Vicente) para ajudar a dar resposta à procura local de consumo de camarão. Na época, todo o camarão consumido no país era importado (PSI, 2009).

O projeto inicial utilizou financiamento de uma instituição bancária nacional e cofinanciamento do programa holandês de investimento no setor privado. Entre os atuais interessados encontra-se o parceiro local SUCLA, conhecido pelas suas conservas de atum; a brasileira Universo, empresa especializada no mercado grossista e retalhista de produtos do mar; e a alemã SINN Power, que se dedica a soluções de energias renováveis.

Em 2022, uma exploração de camarão, a Fazenda do Camarão, produziu cerca de 40 toneladas desse marisco, visando duplicar a produção até 2023. O consumo total de camarão em Cabo Verde totaliza aproximadamente 115 toneladas por ano. Embora haja potencial para exportação, a intenção é dar prioridade ao mercado interno.

A exploração foi certificada com rótulos de qualidade e ambientais, como Global GAP, HACCP e BAP, já que opera maioritariamente com energia eólica e solar. Promove igualmente uma abordagem de economia circular e é autossuficiente na produção de larvas. Os camarões são alimentados com farinha de milho e farinha de peixe da ilha vizinha de São Nicolau. Com quase 40 empregados – a maioria mulheres – a exploração é o maior empregador da aldeia de Calhau.

## Notas

1. Cálculos dos autores baseados em FAOSTAT (2022a).
2. Ver <https://www.nepad.org/caadp> (consultado em 2 de março de 2023).
3. Cálculos dos autores com base em fDi Intelligence (2022). Devido ao reduzido número de projetos de IDE para as empresas agrícolas, os valores anuais são altamente voláteis e apenas é apresentado o montante total para 2017-22.
4. Cálculos dos autores baseados na OCDE (2022b).
5. Cálculos dos autores baseados em FAOSTAT (2022d).

## Bibliografia

- Abebrese, F. K. A. (2017), «Investing in irrigation for agriculture productivity in Africa», Africa Up Close blog, Wilson Center, 4 de outubro, <https://africaupclose.wilsoncenter.org/investing-in-irrigation-for-agriculture-productivity-in-africa/>.
- Acheampong, P. P. et al. (2021), «Research and development for improved cassava varieties in Ghana: Farmers' adoption and effects on livelihoods», *Cassava – Biology, Production and Use*, IntechOpen, [www.intechopen.com/chapters/76626](http://www.intechopen.com/chapters/76626).
- Adam, I. et al. (2020), «Policies to reduce single-use plastic marine pollution in West Africa», *Marine Policy*, Vol. 116, [www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X19304865#bib35](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X19304865#bib35).
- Adebayo, W. G. e M. Silberberge (2020), «Poverty reduction, sustainable agricultural development, and the cassava value chain in Nigeria», in *The Palgrave Handbook of Agricultural and Rural Development in Africa*, Palgrave Macmillan, Cham, [https://doi.org/10.1007/978-3-030-41513-6\\_24](https://doi.org/10.1007/978-3-030-41513-6_24).
- Adeyoun, A. G. et al. (2021), «An assessment of broiler value chain in Nigeria», *Open Agriculture*, Vol. 6/1, pp. 296-307, [www.degruyter.com/document/doi/10.1515/opag-2020-0168/html](http://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/opag-2020-0168/html).
- AfDB (2023), «Côte d'Ivoire - Agro-Industrial Pole Project in the North (2PAI-NORD)», Project Summary, Banco Africano de Desenvolvimento, <https://projectsportal.afdb.org/dataportal/VProject/show/P-CI-AA0-030> (consultado em 20 de fevereiro de 2023).
- AfDB (2022), «Niger: African Development Bank Group approves \$127 million package to open up eastern agricultural areas», Comunicado de imprensa, 17 de março, [www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/niger-african-development-bank-group-approves-127-million-package-open-eastern-agricultural-areas-50108](http://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/niger-african-development-bank-group-approves-127-million-package-open-eastern-agricultural-areas-50108).
- AfDB (2019), «Project Summary Note - Africa Food Security Fund», Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, [www.afdb.org/en/documents/document/project-summary-note-africa-food-security-fund-107391](http://www.afdb.org/en/documents/document/project-summary-note-africa-food-security-fund-107391).
- AfDB/OCDE/PNUD (2016), *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/aeo-2016-en>.
- AfDB/OCDE/PNUD (2015), *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>.
- AfDB/OCDE/PNUD (2014), *African Economic Outlook 2014: Global Value Chains and Africa's Industrialisation*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/aeo-2014-en>.
- AfricaNews (2023), «Ghana to conclude IMF deal in March - Akufo-Addo hopes», 7 de fevereiro, [www.africanews.com/2023/02/07/](http://www.africanews.com/2023/02/07/).
- AIE (2022), «Greenhouse gas emissions from Energy Data Explorer», *Data and Statistics* (base de dados), Agência Internacional da Energia, [www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer](http://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/greenhouse-gas-emissions-from-energy-data-explorer) (consultado em outubro de 2022).
- Ali, Z. et al. (2020), «Long-term impact of West African food system responses to COVID-19», *Nature Food*, Vol. 1, pp. 768-770, [www.nature.com/articles/s43016-020-00191-8](http://www.nature.com/articles/s43016-020-00191-8).
- Allen, T. e P. Heinrigs (2016), «Emerging opportunities in the West African food economy», *West African Papers*, No. 1, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/5jlvfj4968jb-en>.
- Allen, T., P. Heinrigs e I. Heo (2018), «Agriculture, food and jobs in West Africa», *West African Papers*, No. 14, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/dc152bc0-en>.
- Amadou, H. et al. (2012), «A comparison between urban livestock production strategies in Burkina Faso, Mali and Nigeria in West Africa», *Tropical Animal Health and Production*, Vol 44, pp. 1631-1642, <https://doi.org/10.1007/s11250-012-0118-0>.
- Anesvad Foundation (2020), *2020 Impact Investment Report: Socially Responsible Investment*, [www.anesvad.org/wp-content/uploads/2022/02/ANESVAD-IMPACT-REPORT-2020.pdf](http://www.anesvad.org/wp-content/uploads/2022/02/ANESVAD-IMPACT-REPORT-2020.pdf).

- AUDA-NEPAD (2017), «CAADP – Country Progress», página Web, Agência de Desenvolvimento da União Africana-Nova Parceria Económica para o Desenvolvimento de África, [www.nepad.org/caadp/country-progress](http://www.nepad.org/caadp/country-progress).
- Badiane, O. et al. (2022), «The rise of Africa's processing setor and merchalization of smallholder agriculture», in *2022 ReSAKSS Annual Trends and Outlook Report*, Regional Strategic Analysis and Knowledge Support System, [www.resakss.org/sites/default/files/2022\\_ator\\_individual\\_chapters/Chapter%202\\_ReSAKSS\\_AW\\_ATOM\\_2022.pdf](http://www.resakss.org/sites/default/files/2022_ator_individual_chapters/Chapter%202_ReSAKSS_AW_ATOM_2022.pdf).
- Badiane, O. et al. (2018), *An Assessment of the New Alliance for Food Security and Nutrition: Synthesis Report*, Regional Strategic Analysis and Knowledge Support System/African Growth and Development Policy Modeling Consortium, <https://au.int/sites/default/files/documents/34472-doc-nafsn20full20report20with20annexes.pdf>.
- Banco Mundial-KNOMAD (2022), *Remittances* (base de dados), Global Knowledge Partnership on Migration and Development e Banco Mundial, [www.knomad.org/data/remittances](http://www.knomad.org/data/remittances) (consultado em outubro de 2022).
- Banco Mundial (2022a), *World Development Indicators* (database), <https://data.worldbank.org/products/wdi>
- Banco Mundial (2022b), «West Africa food insecurity demands climate-smart response amid multiple crises», Feature Story, 8 de setembro, [www.worldbank.org/en/news/feature/2022/09/08/west-africa-food-insecurity-demands-climate-smart-response-amid-multiple-crisis](http://www.worldbank.org/en/news/feature/2022/09/08/west-africa-food-insecurity-demands-climate-smart-response-amid-multiple-crisis).
- Banco Mundial (2021), «Agriculture, forestry, and fishing, value added (% of GDP)», *World Bank Databank*, <https://data.worldbank.org/indicator/NV.AGR.TOTL.ZS> (consultado em 28 de janeiro de 2023).
- Barrett, C. B. et al. (2022), «Agri-food value chain revolutions in low- and middle-income countries», *Journal of Economic Literature*, Vol. 60/4, pp. 1316-1377, <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jel.20201539>.
- BII (n.d.), «Africa Food Security Fund I», British International Investment, [www.bii.co.uk/en/our-impact/fund/africa-food-security-fund-i/#:~:text=AFSF%20will%20invest%20in%20businesses,as%20fertiliser%20and%20agronomic%20services](http://www.bii.co.uk/en/our-impact/fund/africa-food-security-fund-i/#:~:text=AFSF%20will%20invest%20in%20businesses,as%20fertiliser%20and%20agronomic%20services) (consultado em 20 de janeiro de 2023).
- Boimah, M. et al. (2022), «Doing it right to alleviate poverty: Application of the sustainable food value chain development framework to Ghana's poultry sector», *International Journal of Agricultural Sustainability*, Vol. 20/7, pp. 1454-1469, [www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14735903.2022.2152605](http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14735903.2022.2152605).
- CABRI (2019), *The Role of Governments in Developing Agriculture Value Chains: Case Study 2: Rice and Cassava Value Chains*, Policy Dialogue, Collaborative Africa Budget Reform Initiative, África do Sul, [www.cabri-sbo.org/uploads/files/Documents/Case-Study-2\\_Rice-and-Cassava-ENG.pdf](http://www.cabri-sbo.org/uploads/files/Documents/Case-Study-2_Rice-and-Cassava-ENG.pdf).
- CEPII (2023), *BACI: International Trade Database at the Product-Level* (base de dados), [www.cepii.fr/CEPII/en/bdd\\_modele/bdd\\_modele\\_item.asp?id=37](http://www.cepii.fr/CEPII/en/bdd_modele/bdd_modele_item.asp?id=37) (consultado em 1 de fevereiro de 2023).
- CFC (2022), «Turning Senegal's rice self-sufficiency vision into reality», Common Fund for Commodities, 25 de novembro, [www.common-fund.org/turning-senegals-rice-self-sufficiency-vision-reality](http://www.common-fund.org/turning-senegals-rice-self-sufficiency-vision-reality).
- Climate Finance Lab (n.d.), «The West African Initiative for Climate Smart Agriculture», página Web, [www.climatefinancelab.org/project/africa-climate-smart-agriculture/](http://www.climatefinancelab.org/project/africa-climate-smart-agriculture/) (consultado em 6 de março de 2023).
- CNUCED (2021), *Handbook on Special Economic Zones in Africa: Towards Economic Diversification across the Continent*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra [https://unctad.org/system/files/official-document/diaeia2021d3\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/diaeia2021d3_en.pdf)
- CNUCED (2019), *Economic Development in Africa Report 2019: Made in Africa - Rules of Origin for Enhanced Intra-African Trade*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, [https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2019\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2019_en.pdf).
- Coulibaly, O. et al. (2014), *Regional Cassava Value Chains analysis in West Africa: A Case Study of Nigeria*, CORAF/WECARD, <https://doi.org/10.13140/2.1.3421.6001>.
- CUA/OCDE (2022), *Africa's Development Dynamics 2022: Regional Value Chains for a Sustainable Recovery*, UAC, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/2e3b97fd-en>.
- CUA/OCDE (2019), *Africa's Development Dynamics 2019: Achieving Productive Transformation*, AUC, Adis Abeba/OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c1cd7de0-en>.
- Dione, N. e E. Toto (2022), «Senegal hones its home-grown rice to cut dependence on Asian imports», Reuters, 20 de outubro, [www.reuters.com/markets/commodities/senegal-hones-its-home-grown-rice-cut-dependence-asian-imports-2022-10-20/](http://www.reuters.com/markets/commodities/senegal-hones-its-home-grown-rice-cut-dependence-asian-imports-2022-10-20/).
- Domke, B. (2022), «Towards a renaissance of agricultural development banks in sub-Saharan Africa?», *Rural 21*, 19 de dezembro, [www.rural21.com/english/current-issue/detail/article/towards-a-renaissance-of-agricultural-development-banks-in-sub-saharan-africa.html](http://www.rural21.com/english/current-issue/detail/article/towards-a-renaissance-of-agricultural-development-banks-in-sub-saharan-africa.html).

- ECOWAS (n.d.), «About ECOWAP», Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, <https://ecowap.ecowas.int/about-ecowap> (consultado em 6 de março de 2023).
- Eeswaran, R. et al. (2022), «Current and future challenges and opportunities for livestock farming in West Africa: Perspectives from the case of Senegal», *Agronomy*, Vol. 12/8, [www.mdpi.com/2073-4395/12/8/1818](http://www.mdpi.com/2073-4395/12/8/1818).
- Elbehri, A. (2013), *Rebuilding West Africa's Food Potential: Policies and Market Incentives for Smallholder-Inclusive Food Value Chains*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura, <https://reliefweb.int/report/mali/rebuilding-west-africas-food-potential-policies-and-market-incentives-smallholder>.
- FAO (2017), *Territorial Tools for Agro-industry Development: A Sourcebook*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, [www.fao.org/3/i6862e/i6862e.pdf](http://www.fao.org/3/i6862e/i6862e.pdf).
- FAO (2015), *Agricultural Growth in West Africa*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, [www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Agricultural\\_Growth\\_in\\_West\\_Africa\\_-\\_Market\\_and\\_policy\\_drivers\\_-\\_OSAN.pdf](http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Agricultural_Growth_in_West_Africa_-_Market_and_policy_drivers_-_OSAN.pdf).
- FAOSTAT (2022a), «Value of Agricultural Production», *Production* (base de dados), [www.fao.org/faostat/en/#data/QV](http://www.fao.org/faostat/en/#data/QV) (consultado em 27 de fevereiro de 2023).
- FAOSTAT (2022b), «Crops and Livestock Products», *Trade* (base de dados), [www.fao.org/faostat/en/#data/TCL](http://www.fao.org/faostat/en/#data/TCL) (consultado em 27 de fevereiro de 2023).
- FAOSTAT (2022c), «Crops and Livestock Products», *Production* (base de dados), [www.fao.org/faostat/en/#data/QCL](http://www.fao.org/faostat/en/#data/QCL) (consultado em 27 de fevereiro de 2023).
- FAOSTAT (2022d), «Country Investment Statistics Profile», *Investment* (base de dados), [www.fao.org/faostat/en/#data/CISP](http://www.fao.org/faostat/en/#data/CISP) (consultado em 27 de fevereiro de 2023).
- FAOSTAT (2022e), «Development Flows to Agriculture», *Investment* (base de dados), [www.fao.org/faostat/en/#data/EA](http://www.fao.org/faostat/en/#data/EA) (consultado em 27 de fevereiro de 2023).
- fDi Intelligence (2022), *fDi Markets* (base de dados), [www.fdiintelligence.com/fdi-markets](http://www.fdiintelligence.com/fdi-markets) (consultado em 19 de setembro de 2022).
- Felgenhauer K. e D. Wolter (2009), «Outgrower schemes – Why big multinationals link up with African smallholders», OCDE, Paris, [www.oecd.org/dev/41302136.pdf](http://www.oecd.org/dev/41302136.pdf).
- FeSerWAM (n.d.), «About FeSerWAM», Fertilizer and Seed Recommendations Map for West Africa, <https://feserwam.org/> (consultado em 6 de março de 2023).
- FIDA (2018), *Proposed Loan and Grant under the Debt Sustainability Framework to the Togolese Republic for the Shared-risk Agricultural Financing Incentive Mechanism Support Project*, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, <https://webapps.ifad.org/members/lapse-of-time/docs/english/EB-2018-LOT-P-25.pdf?attach=1>.
- FMI (2023a), *World Economic Outlook Database, April 2023 Edition*, Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/April](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/April) (consultado em abril de 2023).
- FMI (2023b), «List of LIC DSAs for PRGT-Eligible Countries», publicação do DSA do FMI, Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/external/Pubs/ft/dsa/DSAlist.pdf](http://www.imf.org/external/Pubs/ft/dsa/DSAlist.pdf).
- FMI (2022a), *World Economic Outlook Database*, Edição de outubro de 2022, Fundo Monetário Internacional, [www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October22](http://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/October22), (consultado em outubro de 2022).
- FMI (2022b), *Balance of Payments and International Investment Position Statistics (BOP/IIP)* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, <https://data.imf.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52> (consultado em 22 de novembro de 2022).
- FMI (2022c), *Investment and Capital Stock Dataset (ICSD)* (base de dados), <https://data.imf.org/?sk=1CE8A55F-CFA7-4BC0-BCE2-256EE65AC0E4> (consultado em outubro de 2022).
- Fonta, W. M. et al. (2018), «Estimating farmers' willingness to pay for weather index-based crop insurance uptake in West Africa: Insight from a pilot initiative in Southwestern Burkina Faso», *Agricultural and Food Economics*, vol. 6/11, <https://agrifoodecon.springeropen.com/articles/10.1186/s40100-018-0104-6>.
- Fundo OPEP (2021), «The Northern Agro-Industrial Pole Project», página Web, <https://opecfund.org/operations/list/the-northern-agro-industrial-pole-project> (consultado em 28 de janeiro de 2023).
- GIIN (2015), *The Landscape for Impact Investing in Southern Africa*, Global Impact Investing Network, <https://thegiin.org/research/publication/westafricareport/>.
- Hershey, C. et al. (2000), «Expanding the competitive edge in diversified markets», in *FAO: A Review of Cassava in Asia with Country Case Studies on Thailand and Viet Nam (Vol. 3)*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, [www.fao.org/3/y1177e/y1177e.pdf](http://www.fao.org/3/y1177e/y1177e.pdf).
- Hollinger, F. e J. Staatz (2015), *Agricultural Growth in West Africa: Market and Policy Drivers – Chapter 7*, FAO, Banco Africano de Desenvolvimento e CEDEAO, Roma, <https://www.fao.org/3/i4337e/i4337e.pdf>.



- Howeler, R. et al. (2013), *Save and Grow: Cassava: A Guide to Sustainable Production Intensification*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, [www.fao.org/3/a-i3278e.pdf](http://www.fao.org/3/a-i3278e.pdf).
- IFC (2019), *Creating Markets in Burkina Faso*, International Finance Cooperation, [www.ifc.org/wps/wcm/connect/f45fd7a3-f8be-430b-bd9f-eb958ebe2d89/201907-CPSD-Burkina-Faso-EN.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mNf5Bxk](http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/f45fd7a3-f8be-430b-bd9f-eb958ebe2d89/201907-CPSD-Burkina-Faso-EN.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mNf5Bxk).
- ITC (2022a), *Made by Africa: Creating value through integration*, International Trade Centre, Genebra, <https://intracen.org/media/file/13012>.
- ITC (2022b), *West Africa Competitiveness Programme Regional Investment Profile – Summary: Cassava Value Chain*, International Trade Centre, Genebra, <https://intracen.org/media/file/12415>.
- Jambeck, J. et al. (2018), «Challenges and emerging solutions to the land-based plastic waste issue in Africa», *Marine Policy*, Vol. 96, pp. 256-263, [www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X17305286](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X17305286).
- Jones, S. (21 de setembro de 2021), «Value Chain Analysis for Development (VCA4D) - Benin // Pineapple», Europa, <https://europa.eu/capacity4dev/value-chain-analysis-for-development-vca4d/wiki/222-benin-pineapple>.
- Juvonen, K. et al. (2019), «Unleashing the potential of institutional investors in Africa», *AfDB Working Papers*, n.º 325, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, [www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/wps\\_no\\_325\\_unleashing\\_the\\_potential\\_of\\_institutional\\_investors\\_in\\_africa\\_c\\_rv1.pdf](http://www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/wps_no_325_unleashing_the_potential_of_institutional_investors_in_africa_c_rv1.pdf).
- Lipton, G. (2022), «Investing time: The growth of green finance in West Africa», *Landscape News*, 26 de maio, <https://news.globallandscapesforum.org/57332/investing-time-the-growth-of-green-finance-in-west-africa/>.
- Mgbenka, R. N. e E. N. Mbah (2016), «A review of smallholder farming in Nigeria: Need for transformation», *International Journal of Agricultural Extension and Rural Development*, Vol. 3/2, [www.eajournals.org/wp-content/uploads/A-Review-of-Smallholder-Farming-In-Nigeria.pdf](http://www.eajournals.org/wp-content/uploads/A-Review-of-Smallholder-Farming-In-Nigeria.pdf).
- Mickiewicz, T. e T. Olarewaju (2020), «New venture evolution of migrants under institutional voids: Lessons from Shonga Farms in Nigeria», *International Small Business Journal*, Vol. 38/5, pp. 404-423. <https://doi.org/10.1177/0266242619896266> (consultado em 6 de março de 2023).
- Miezah, K. et al. (2015), «Municipal solid waste characterization and quantification as a measure towards effective waste management in Ghana», *Waste Management*, Vol. 46, pp. 15-27, [www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0956053X15301185](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0956053X15301185).
- MoF of Ghana (2022), «Summary of Environmental and Social Management System (ESMS) -Development Bank Ghana», Ministério das Finanças do Gana, 2 de março, <https://mofep.gov.gh/news-and-events/2022-03-02/summary-of-environmental-and-social-management-system-development-bank-ghana>.
- MoFA of Ghana (n.d.), «Root & Tuber Improvement & Marketing Programme (RTIMP)», página Web, Ministério da Alimentação e da Agricultura do Gana, <https://mofa.gov.gh/site/programmes/42-root-tuber-improvement-marketing-programme-rtimp> (consultado em 6 de março de 2023).
- MoFA of Ghana (2019), *Medium Term Expenditure Framework (MTEF) for 2019-2022*, Ministério da Alimentação e da Agricultura do Gana, <https://mofep.gov.gh/sites/default/files/pbb-estimates/2019/2019-PBB-MoFA.pdf>.
- MoFA of Ghana (2018), *Investing for Food and Jobs (IFJ): An Agenda for Transforming Ghana's Agriculture (2018-2021)*, Ministério da Alimentação e da Agricultura do Gana, [https://mofa.gov.gh/site/images/pdf/National%20Agriculture%20Investment%20Plan\\_IFJ.pdf](https://mofa.gov.gh/site/images/pdf/National%20Agriculture%20Investment%20Plan_IFJ.pdf).
- National Pension Commission (2006), *Regulation of Investment of Pension Fund Assets*, [www.pencom.gov.ng/wp-content/uploads/2017/04/1448884140\\_Regulation\\_on\\_Investment\\_of\\_Pension\\_Funds31.pdf](http://www.pencom.gov.ng/wp-content/uploads/2017/04/1448884140_Regulation_on_Investment_of_Pension_Funds31.pdf).
- Nyang'oro O. e G. Njenga (2022), «Pension funds in sub-Saharan Africa», *WIDER Working Paper 2022/95*, [www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Working-paper/PDF/wp2022-95-pension-funds-in-sub-saharan-africa.pdf](http://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Working-paper/PDF/wp2022-95-pension-funds-in-sub-saharan-africa.pdf).
- OCDE (2022a), «Aid (ODA) disbursements to countries and regions», *OECD Development Assistance Committee (base de dados)*, <https://stats-1.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE2A> (consultado em 15 de dezembro de 2022).
- OCDE (2022b), «Mobilisation», *OECD.Stat (base de dados)*, [https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV\\_DCD\\_MOBILISATION](https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=DV_DCD_MOBILISATION) (consultado em fevereiro de 2023).
- OCDE (2021a), *Private Philanthropy for Development: Data for Action Dashboard*, OECD Publishing, Paris, <https://oecd-main.shinyapps.io/philanthropy4development/> (consultado em novembro de 2022).
- OCDE (2021b), *Pension Fund Assets (base de dados)*, <https://data.oecd.org/pension/pension-funds-assets.htm> (consultado em setembro de 2022).

- OCDE (2021c), *SIGI 2021 Regional Report for Africa*, Social Institutions and Gender Index, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/a6d95d90-en>.
- OCDE/ISP (2020), *Rural Development Strategy Review of Ethiopia: Reaping the Benefits of Urbanisation*, OECD Development Pathways, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/a325a658-en>.
- OCDE/ONU ECA/AfDB (2022), *Africa's Urbanization Dynamics 2022: The Economic Power of Africa's Cities*, West African Studies, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/3834ed5b-en>.
- OEC (2020), «ECOWAS», *Observatory of Economic Complexity* (base de dados), <https://oec.world/en> (consultado em janeiro de 2023).
- OKO (n.d.), «Qui êtes-vous?», página Web, <https://fr.oko.finance/> (consultado em 6 de março de 2023).
- Owoo, N. S. e M. P. Lambon-Quayefio (2018), «The agro-processing industry and its potential for structural transformation of the Ghanaian economy», in *Industries without Smokestacks: Industrialisation in Africa Reconsidered*, Oxford, <https://academic.oup.com/book/12695/chapter/162725066>.
- Oxfam (2022), «Investing in family farming to end hunger crises in West Africa», artigo, 10 de maio, <https://westafrica.oxfam.org/en/latest/press-release/investing-family-farming-end-hunger-crises-west-africa>.
- Oxfam (2015), «ECOWAP: A Fragmented Policy. Development partners and regional institutions should address leadership and coordination issues in order to build a common agricultural policy for West Africa», *Oxfam Briefing Paper*, [www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file\\_attachments/bp-ecowap-fragmented-policy-131115-en.pdf](http://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/bp-ecowap-fragmented-policy-131115-en.pdf).
- PAM (2022), *Assessment of the Risks and Impact of the Russian-Ukrainian Agricultural Production on the ECOWAS Region*, CEDEAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e Programa Alimentar Mundial, <https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000139841/download/>.
- PIND (2011), *A Report on Cassava Value Chain Analysis in the Niger Delta*, Foundation for Partnership Initiatives in the Niger Delta, Abuja, <https://ndpifoundation.org/wp-content/uploads/2018/09/Cassava-Value-Chain-Analysis.pdf>.
- PPIAF (2022), «West Africa: PPIAF supports the region's first PPP framework», Feature Story, 13 de abril, Public-Private Infrastructure Advisory Facility, [https://ppiaf.org/feature\\_story/west-africa-ppiaf-supports-region%E2%80%99s-first-ppp-framework](https://ppiaf.org/feature_story/west-africa-ppiaf-supports-region%E2%80%99s-first-ppp-framework).
- PSI (2009), *Project Overview 2009*, Private Setor Investment Programme, Haia, [https://english.rvo.nl/sites/default/files/2013/12/PSI%20project%20overview%202009\\_1.pdf](https://english.rvo.nl/sites/default/files/2013/12/PSI%20project%20overview%202009_1.pdf).
- Reardon, T., L. S. O. Liverpool-Tasie e B. Minten (2021), «Quiet revolution by SMEs in the midstream of value chains in developing regions: Wholesale markets, wholesalers, logistics, and processing», *Food Security*, <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s12571-021-01224-1.pdf>.
- ReSAKSS (2022), *Annual Trends and Outlook Report: Agrifood Processing Strategies for Successful Food Systems Transformation in Africa*, Regional Strategic Analysis and Knowledge Support System, [www.resakss.org/node/6863](http://www.resakss.org/node/6863).
- Salami, A. e D. F. Arawomo (2013), «Empirical analysis of agricultural credit in Africa: Any role for institutional factors», *African Development Bank Group Working Paper*, No. 192, [www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Working Paper 192 - Empirical Analysis of Agricultural Credit in Africa- Any Role for Institutional Factors.pdf](http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Working_Paper_192_-_Empirical_Analysis_of_Agricultural_Credit_in_Africa_-_Any_Role_for_Institutional_Factors.pdf).
- Salla, A. (2017), *Review of the Livestock/Meat and Milk Value Chains and Policy Influencing Them West Africa*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, [www.fao.org/3/i5275e/i5275e.pdf](http://www.fao.org/3/i5275e/i5275e.pdf).
- Schreinemachers, P. et al. (2022), «The dynamics of Africa's fruit and vegetable processing sectors», in *2022 Annual Trends and Outlook Report*, ReSWAKSS, [www.resakss.org/node/6863](http://www.resakss.org/node/6863).
- Shepherd, A. W. et al. (2009), *Commodity Associations: A tool for Supply Chain Management*, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma, <https://cgspace.cgiar.org/handle/10568/24936>.
- Sterling (n.d.), «SABEX», página Web, <https://sterling.ng/sabex/> (consultado em 6 de março de 2023).
- SWAC/OCDE (2015), *ECOWAP+10 : Mutations de l'économie agro-alimentaire et implications*, Sahel and West Africa Club/OCDE, <http://www.oecd.org/swac/publications/ECOWAP10.pdf>.
- SWFI (n.d.), «Top 100 Largest Sovereign Wealth Fund Rankings by Total Assets», página Web, Sovereign Wealth Fund Institute, [www.swfinstitute.org/fund-rankings/sovereign-wealth-fund](http://www.swfinstitute.org/fund-rankings/sovereign-wealth-fund) (consultado em fevereiro de 2023).
- UA (2021), «AU- Common African Agro-Parks Programme (CAAPs) proposed as an Agenda 2063 Flagship Programme for the next 10 Years Implementation Plan», Comunicado de imprensa, 2 de dezembro, União Africana, <https://au.int/en/pressreleases/20211202/au-common-african-agro-parks-programme-caaps-proposed-agenda-2063-flagship>.



UA/AUDA-NEPAD (2020), *CAADP: Synthesis of Lessons Learned from NAIPs and RAIPs Formulation and Implementation*, União Africana/Agência de Desenvolvimento da União Africana-Nova Parceria Económica para o Desenvolvimento de África, [www.nepad.org/caadp/publication/caadp-synthesis-of-lessons-learned-naips-and-raips-formulation-and-implementationmacro](http://www.nepad.org/caadp/publication/caadp-synthesis-of-lessons-learned-naips-and-raips-formulation-and-implementationmacro).

USDA ERS (2021), «Data on expenditures on food and alcoholic beverages in selected countries», *United States Department of Agriculture (USDA) Economic Research Service* (base de dados), [www.ers.usda.gov/topics/international-markets-u-s-trade/international-consumer-and-food-industry-trends/#data](http://www.ers.usda.gov/topics/international-markets-u-s-trade/international-consumer-and-food-industry-trends/#data) (consultado em 28 de janeiro de 2023).

Weatherspoon, D. D. e T. Reardon (2003), «The rise of supermarkets in Africa: Implications for agrifood systems and the rural poor», *Development Policy Review*, vol. 21/3, pp. 333-355, <https://doi.org/10.1111/1467-7679.00214>.

## Anexo A. Anexo estatístico

Os dados compilados para esta edição do relatório *Dinâmicas do desenvolvimento em África* estão disponíveis em tabelas e podem ser consultados gratuitamente no sítio do Centro de Desenvolvimento da OCDE (<https://oe.cd/AFDD-2023>). Incluem novos indicadores sociais e económicos que proporcionam outra perspetiva para a análise do relatório.

Todos os indicadores selecionados no anexo abrangem dados nacionais de quase todos os países africanos, bem como da maioria dos países do mundo. Esta abordagem permite comparações tanto entre países africanos como com grupos de países semelhantes fora de África. Estes dados ajudarão a contextualizar as análises desenvolvidas no relatório e darão ao leitor a oportunidade de examinar os dados utilizados de forma mais detalhada.

Os dados provêm de várias fontes, incluindo dados nacionais anuais harmonizados por instituições internacionais de renome, e alguns indicadores são desenvolvidos pelos autores do relatório. Os números serão atualizados assim que novos dados estiverem disponíveis para permitir ao leitor acompanhar a evolução mais recente dos indicadores-chave. Por conseguinte, as diferenças observadas entre os valores apresentados no anexo estatístico e os valores do relatório podem refletir alterações que tenham sido efetuadas nas tabelas de dados após a publicação do relatório.

Aceda eletronicamente ao anexo estatístico sobre *Dinâmicas do desenvolvimento em África* em <https://oe.cd/AFDD-2023>.

### Tabelas de dados disponíveis para descarregar gratuitamente eletronicamente

		Descarregar aqui
<b>Tabela 1</b>	Indicadores de crescimento, emprego e desigualdades	<a href="https://rb.gy/nbvyy">https://rb.gy/nbvyy</a>
<b>Tabela 2</b>	Taxa de crescimento anual do PIB real, 1990-2028	<a href="https://rb.gy/ad0nb">https://rb.gy/ad0nb</a>
<b>Tabela 3</b>	Taxa de crescimento anual da população, 1990-2028	<a href="https://rb.gy/n7u22">https://rb.gy/n7u22</a>
<b>Tabela 4</b>	Crescimento real anual do PIB per capita, 1990-2028	<a href="https://rb.gy/cxevh">https://rb.gy/cxevh</a>
<b>Tabela 5</b>	Estimativas demográficas	<a href="https://rb.gy/r0s5x">https://rb.gy/r0s5x</a>
<b>Tabela 6</b>	Indicadores de educação básica	<a href="https://rb.gy/4z5zj">https://rb.gy/4z5zj</a>
<b>Tabela 7</b>	Características da população ativa	<a href="https://rb.gy/f5cnh">https://rb.gy/f5cnh</a>
<b>Tabela 8</b>	Divisão setorial da economia	<a href="https://rb.gy/tnc5g">https://rb.gy/tnc5g</a>
<b>Tabela 9</b>	Indicadores de desigualdade e pobreza	<a href="https://rb.gy/vyu71">https://rb.gy/vyu71</a>
<b>Tabela 10</b>	Indicadores de género	<a href="https://rb.gy/wbkc4">https://rb.gy/wbkc4</a>
<b>Tabela 11</b>	Infraestruturas de comunicação	<a href="https://rb.gy/rmtpq">https://rb.gy/rmtpq</a>
<b>Tabela 12</b>	Digitalização	<a href="https://rb.gy/oqxy6">https://rb.gy/oqxy6</a>
<b>Tabela 13</b>	Indicadores de saúde básica	<a href="https://rb.gy/23en6">https://rb.gy/23en6</a>
<b>Tabela 14</b>	Bem-estar subjetivo	<a href="https://rb.gy/mn6ha">https://rb.gy/mn6ha</a>
<b>Tabela 15</b>	Decomposição do crescimento por tipo de despesa	<a href="https://rb.gy/kuagg">https://rb.gy/kuagg</a>
<b>Tabela 16</b>	Finanças públicas	<a href="https://rb.gy/panoi">https://rb.gy/panoi</a>
<b>Tabela 17</b>	Comércio por intensidade de produção	<a href="https://rb.gy/yuwlh">https://rb.gy/yuwlh</a>
<b>Tabela 18</b>	Diversificação das exportações	<a href="https://rb.gy/2k574">https://rb.gy/2k574</a>
<b>Tabela 19</b>	Comércio internacional e regional	<a href="https://rb.gy/t077o">https://rb.gy/t077o</a>
<b>Tabela 20</b>	Fluxos financeiros externos	<a href="https://rb.gy/l0hvf">https://rb.gy/l0hvf</a>
<b>Tabela 21</b>	Investimento e capital social	<a href="https://rb.gy/aiee9">https://rb.gy/aiee9</a>
<b>Tabela 22</b>	Retorno do investimento directo	<a href="https://rb.gy/nm68y">https://rb.gy/nm68y</a>
<b>Tabela 23</b>	Sustentabilidade ecológica	<a href="https://rb.gy/22ykf">https://rb.gy/22ykf</a>
<b>Tabela 24</b>	Investimentos públicos sustentáveis e poupança líquida ajustada	<a href="https://rb.gy/9c0yq">https://rb.gy/9c0yq</a>
<b>Tabela 25</b>	Emissões de GEE por setor	<a href="https://rb.gy/hel4e">https://rb.gy/hel4e</a>
<b>Tabela 26</b>	Electricidade e energia sustentáveis	<a href="https://rb.gy/g3ztg">https://rb.gy/g3ztg</a>
<b>Tabela 27</b>	Origem e destino do valor acrescentado	<a href="https://rb.gy/68ta7">https://rb.gy/68ta7</a>
<b>Tabela 28</b>	Custos do comércio internacional	<a href="https://rb.gy/et3vg">https://rb.gy/et3vg</a>
<b>Tabela 29</b>	Riqueza nacional	<a href="https://rb.gy/r4iq4">https://rb.gy/r4iq4</a>
<b>Tabela 30</b>	Causas ambientais de mortes prematuras	<a href="https://rb.gy/lf2h9">https://rb.gy/lf2h9</a>
<b>Tabela 31</b>	Economias informais e emprego informal	<a href="https://rb.gy/71rhy">https://rb.gy/71rhy</a>

Descarregue aqui uma tabela com os grupos de países: <https://rb.gy/pr8ji> (ver abaixo).

Descarregue aqui o dicionário de dados para as variáveis destas tabelas: <https://rb.gy/3ujvj>.

Descarregue aqui todas as tabelas anexas num único ficheiro Excel: <https://rb.gy/g87k4>.

## Também estão disponíveis eletronicamente dados mais abrangentes, incluindo séries cronológicas para todas as variáveis a partir do ano 2000

Os números apresentados nestes quadros estatísticos, com exceção das tabelas 2 a 4, representam os anos mais recentes sobre os quais existem dados disponíveis. O conjunto completo de dados sobre indicadores desde 2000 até ao presente está disponível e pode ser descarregado no formato de ficheiro Excel a partir do sítio: <https://rb.gy/1m1n8>. Os mesmos indicadores estão disponíveis eletronicamente no portal estatístico da OCDE em <https://stats.oecd.org/> e selecionando «Desenvolvimento», seguido de «Dinâmicas do Desenvolvimento em África» no menu.

### O anexo estatístico eletronicamente inclui uma análise interativa dos dados

Além de permitir aos utilizadores descarregar todos os dados acima listados, o anexo estatístico eletronicamente na relatório *Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2023* (<https://oe.cd/AFDD-2023>) inclui a ferramenta de análise interativa *Compare Your Country* («Compare os dados do seu país»). Os utilizadores podem utilizar a ferramenta para visualizar séries cronológicas completas de determinadas variáveis-chave de forma interativa, selecionando os países a comparar, o tipo de gráfico e outros parâmetros.

### Os dados do anexo estatístico estão também disponíveis para os principais grupos de países

O anexo estatístico apresenta estatísticas relativas a quase todos os países do mundo, bem como indicadores agregados por grupos de países para permitir uma análise comparativa. A tabela (<https://rb.gy/pr8ji>) que apresenta a classificação dos países para cada grupo está disponível no anexo estatístico. Os grupos de países apresentados na análise são os seguintes:

- **As cinco regiões da União Africana** (África Austral, África Central, África Oriental, Norte de África e África Ocidental, tal como definidas pelo Tratado de Abuja).
- **África e grupos de países de referência** (África, países asiáticos excluindo países de rendimento elevado, América Latina e Caraíbas, e o mundo).
- **Países ricos em recursos.** O termo «rico em recursos» refere-se a países que derivam uma proporção significativa do seu PIB da extração de recursos naturais do solo. Estas dotações de recursos naturais podem ter profundas implicações no desenvolvimento económico, político e social. Neste relatório, os países são identificados como ricos em recursos se, na década anterior, a contribuição estimada da extração de hidrocarbonetos, carvão e minerais para a produção económica tiver excedido 10 % do PIB durante um período de, pelo menos, cinco anos.
- **Nível de rendimento.** O Banco Mundial utiliza a sua metodologia Atlas para classificar os países do mundo em quatro categorias<sup>1</sup> de acordo com o rendimento nacional bruto (RNB) *per capita*: países de baixo rendimento, países de rendimento médio-baixo, países de rendimento médio-alto e países de rendimento elevado.
- **Acesso geográfico.** O relatório divide os países de acordo com a sua localização geográfica: países sem litoral, países que possuem costa e nações insulares. O acesso ao comércio global pode ser complicado pelo facto de um país ter ou não uma linha costeira, uma vez que os padrões de desenvolvimento das nações insulares diferem dos de outras nações costeiras. Para além destas três categorias, o relatório fornece dados sobre «países em desenvolvimento sem litoral» (LLDC) e «pequenos Estados insulares em desenvolvimento» (SIDS) compilados pelo Gabinete do Alto Representante das Nações Unidas para os Países Menos Avançados, Países em

Desenvolvimento sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (UN-OHRLLS).<sup>2</sup>

- **Países Menos Avançados.**<sup>3</sup> O UN-OHRLLS classifica alguns países como «Países Menos Avançados (PMA)». Oficialmente estabelecida em 1971 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, esta categoria inclui países com um baixo nível de desenvolvimento socioeconómico. São tidos em conta três critérios: rendimento, capital humano (por exemplo, o estado de saúde e educação da população) e vulnerabilidade económica.
- **Estados Frágeis.**<sup>4</sup> A OCDE examina a fragilidade como um conceito multidimensional de risco que poderia representar um desafio crítico para a capacidade dos países para atingirem os seus objetivos de desenvolvimento, particularmente os estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas. Com base nos resultados desta investigação, os países são classificados como «frágeis» ou «extremamente frágeis».
- **Comunidades económicas regionais e outras organizações intergovernamentais.** As parcerias de países constituídas para efeitos de integração ou cooperação regional que são económica ou politicamente significativas e particularmente relevantes para a análise do desempenho económico de África estão aqui incluídas. Neste contexto, estão contempladas as oito Comunidades Económicas Regionais (CER) reconhecidas pela União Africana, bem como outras organizações regionais e internacionais tais como a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a União Europeia (UE) e a OCDE, que servem de referência. Foram incluídos números agregados para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em resposta a um pedido dos membros deste grupo de países.

## Notas

1. Para mais informações: <http://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/378832-what-is-the-world-bank-atlas-method>.
2. Para mais informações: [www.un.org/ohrlls/](http://www.un.org/ohrlls/).
3. Para mais informações: [www.un.org/ohrlls/content/least-developed-countries](http://www.un.org/ohrlls/content/least-developed-countries).
4. Para mais informações: [www.oecd.org/dac/conflict-fragility-resilience/listofstateoffragilityreports.htm](http://www.oecd.org/dac/conflict-fragility-resilience/listofstateoffragilityreports.htm).

# Dinâmicas do desenvolvimento em África 2023

## INVESTIR NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Partindo de lições aprendidas na África Central, Oriental, Austral, Ocidental e Norte de África, o relatório *Dinâmicas do desenvolvimento em África* propõe recomendações políticas e partilha as boas práticas de todo o continente. Com base nas mais recentes estatísticas, a análise da dinâmica do desenvolvimento pretende apoiar os líderes africanos a alcançar os objetivos da Agenda 2063 da União Africana a todos os níveis: continental, regional, nacional e local.

Esta edição explora a forma como a África poderá atrair investimentos que ofereçam maior coerência entre objetivos económicos, sociais e ambientais. Os seus mais recentes dados e análises visam apoiar os decisores políticos a melhorar as avaliações de risco, reforçar as parcerias de base africana e a acelerar a integração regional de forma a aumentar os investimentos sustentáveis. Dois capítulos continentais analisam o cenário de investimento de África e as prioridades políticas associadas. Cinco capítulos regionais propõem recomendações específicas em domínios estratégicos, incluindo ecossistemas naturais, energias renováveis, financiamento climático e cadeias de valor agroalimentares. O relatório *Dinâmicas do desenvolvimento em África* contribui para o debate político entre governos, cidadãos, empresários e investigadores da União Africana. Propõe uma nova colaboração entre países e regiões, centrada na aprendizagem mútua e na preservação de bens comuns. Este relatório resulta de uma parceria entre a Comissão da União Africana e o Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Consulte esta publicação on-line em [www.au.int/en/afdd2023](http://www.au.int/en/afdd2023) e <https://doi.org/10.1787/e1d17595-pt>

Esta obra encontra-se publicada no site da União Africana e na OECD iLibrary.

Visite [www.au.int](http://www.au.int) e [www.oecd-ilibrary.org](http://www.oecd-ilibrary.org) para mais informações.



Cofinanciado pela  
União Europeia



PRINT ISBN 978-92-64-88147-1  
PDF ISBN 978-92-64-53092-8



9 789264 881471